Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Frederico de Paula Tofani

EREJAKASÓ PIÁNG?



As Culturas Sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil

Minas Gerais – Brasil
Setembro de 2008

Frederico de Paula Tofani

EREJAKASÓ PIÁNG?

As Culturas Sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2008

Tese defendida e aprovada, em 09 de setembro de 2008,
pela Banca Examinadora constituída por:

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa

Prof. Dr. Allaoua Saadi

Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

Profa. Dra. Regina Horta Duarte

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

Profa. Dra. Ana Fernandes

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro

aos *kuruca*,
aos *kunumy*,
às minhas filhas.

sumário

INTRODUÇÃO 1

Erejakasó piáng? 8
O percurso deste estudo 15

CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO *REAL* 23

Reconstruindo no deserto o paraíso perdido 24
Memória e *lugares de memória* 26
O patrimônio cultural 30

OS PRIMÓRDIOS DA PRESENÇA HUMANA NA AMÉRICA 40

AS DIMENSÕES NATURAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA 60

Os afloramentos do embasamento pré-cambriano e as Matas Saxícolas, Florestas Estacionais e Florestas Ombrófilas 62
Os tabuleiros terciários da Formação Barreiras e as Florestas Ombrófilas e Florestas Estacionais 67
As planícies costeiras quaternárias e os Manguezais, Brejos, Várzeas e Restingas 76
A plataforma continental e as formações recifais 89

O INGRESSO HUMANO NO EXTREMO SUL DA BAHIA 102

As rotas de ingresso dos grupos pioneiros 106
Uma visão geral da zona costeira do Extremo Sul da Bahia no Pleistoceno Superior e Holoceno Inferior 107



A CULTURA SAMBAQUIEIRA 112

Três hipóteses sobre os sambaquis na zona costeira da Bahia ao Ceará ... 121
Os sítios sambaquieiros no Extremo Sul da Bahia 138

A CULTURA ARATU 151

As aldeias Aratu 154
Os sítios Aratu no Extremo Sul da Bahia 164
Algumas possíveis relações entre a cultura Aratu, o tronco lingüístico Macro-Jê e as famílias lingüísticas Botocudo, Kamakã e Maxakalí no Extremo Sul da Bahia 174

A CULTURA TUPIGUARANI 200

As origens e rotas de expansão da cultura Tupiguarani 213
A busca pela *Terra-sem-Mal* 230
As vias e redes viárias Tupiguarani 234
As aldeias Tupiguarani 244
Os sítios Tupiguarani no Extremo Sul da Bahia 249

A CULTURA PORTUGUESA 263

O *porto seguro* da *Terra da Vera Cruz* 266
A *feitoria* de Santa Cruz 278
A capitania de Porto Seguro 289
A Companhia de Jesus 306
O *Espírito de Conquista*, a *Guerra*, a *Fome* e a *Peste* 324
A busca pela permanência 337
As reformas pombalinas 356

À MANEIRA DE UMA CONCLUSÃO 403

A interiorização da presença luso-brasileira 410
A colonização turística 436

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 468

listas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

^{14}C	Carbono 14 ou radiocarbono
ABN	Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
AMS	*Accelerator Mass Spectrometry* ou espectrometria de massa com aceleradores
AP	Anos Antes do Presente (1950)
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BP	Anos *Before Present* (1950)
BR-101	Rodovia Federal BR-101
BR-116	Rodovia Federal BR-116
BR-418	Rodovia Federal BR-418
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNSA/IPHAN	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRL	The Center for Research Libraries
DMA	Domínio da Mata Atlântica
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOU	Diário Oficial da União
EAUFMG	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EFBM	Estrada de Ferro Bahia & Minas

EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ETA	Estação de Tratamento de Água
FACE/UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFICH/UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas
FQD	Fundação Quadrilátero do Descobrimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites ou Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGC/UFMG	Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados
IPAC-BA	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
kBP	Milhares de anos *Before Present* (1950)
MADE	Museu Aberto do Descobrimento
MAE/UFBA	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia
MAE/SFU	Museum of Archaeology & Ethnology at Simon Fraser University
MinC	Ministério da Cultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NAPAS/UFBA	Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal da Bahia
NRM	Nível relativo do mar
NYBG	New York Botanical Garden
OEA	Organização dos Estados Americanos



OESTE	Organização, Estradas, Topografia e Engenharia Ltda.
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STC-BA	Secretaria de Turismo e Cultura da Bahia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
TL	Termoluminescência
TQY	Tecnoquality Serviço e Comércio Ltda.
TUNS	Technical University of Nova Scotia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNEP	United Nations Environment Programme ou Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WTO	World Tourism Organization ou Organização Mundial de Turismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: xilogravura intitulada *Zenit Nostro e Zenit di Quelli* (Zênite Nosso e Zênite Deles) que ilustra a coletânea *Delle Navigationi et Viaggi* publicada em Veneza entre 1550 e 1559. 3

Figura 2: vistas das maquetes digitais dos sítios urbanos tombados: a) da cidade de Porto Seguro; b) da vila de Arraial d'Ajuda; c) da vila de Trancoso; d) da vila de Vale Verde. 14

Figura 3: a região Extremo Sul da Bahia no mapa *Divisão Político-Administrativa – Estado da Bahia – 2000*. 22

Figura 4: a) mapa das prováveis rotas de expansão do *Homo sapiens* entre 170 kBP e 7 kBP sugerido a partir da análise dos haplótipos de DNA mitocondrial (mtDNA) das populações tradicionais dos respectivos espaços; b) gráfico da variação da temperatura média global nos últimos 200 mil anos. 41

Figura 5: as rotas propostas pelas *Coastal Route Hypothesis* e *Ice-Free Corridor Hypothesis* e as Geleiras Cordilleran e Laurentide. 45

Figura 6: mapas do noroeste da Sibéria, da América do Norte e das Geleiras Cordilleran e Laurentide entre 14.000 BP e 9.000 BP. 45

Figura 7: o crânio de Luzia: a) sendo evidenciado pela Missão Franco-Brasileira em 1975; b) após a reconstituição facial por Richard Neave da University of Manchester, Inglaterra, em 1999. 52

Figura 8: mapa da distribuição predominante dos descendentes das supostas quatro primeiras ondas migratórias que colonizaram a América. 53

Figura 9: desenhos do frei Cristóvão de Lisboa (c.1625) representando o abacaxi (*Ananas sativus*) e o caju (*Anacardium occidentale*) ou, conforme denominados pelos Tupinambá, o *ibá-kati* e *aka-îu*. 55

Figura 10: desenhos do frei Cristóvão de Lisboa (c.1625) representando a mandioca (*Manihot utilissima*) e o amendoim (*Arachis hypogaea*) ou, conforme denominados pelos Tupinambá, *mandi-óga* e *mandu-wi*. 56

Figura 11: a) distribuição do Domínio da Mata Atlântica (DMA) no Brasil no século XV e dos seus remanescentes hoje; b) principais ecossistemas do DMA no Extremo Sul, Litoral Sul e Sudoeste da Bahia. 61

Figura 12: a) reconstituição paleogeográfica do supercontinente Gondwana após a sua fragmentação; b) reconstituição do Orógeno Araçuaí-Oeste Congolês após a sua fragmentação. 63

Figura 13: vistas aéreas do Monte Pascoal. 64

Figura 14: a serra de Itamaraju: a) parte da face norte vista da BR-101; b) vista aérea do monte Pescoço. 66

Figura 15: a) Mata Saxícola em topo da serra de Itamaraju; b) bromeliácea no topo do Monte Pascoal. 66

Figura 16: Florestas Estacionais Semideciduais em transição com Ombrófilas, na serra de Itamaraju. 66

Figura 17: vista aérea de tabuleiros e falésias da Formação Barreiras na praia do rio da Barra, na orla sul município de Porto Seguro. 67

Figura 18: vista aérea de tabuleiros e falésias da Formação Barreiras na orla sul município de Porto Seguro. 68

Figura 19: vista a partir do oceano de tabuleiro e falésias da Formação Barreiras na praia do Taípe, na orla sul do município de Porto Seguro. 68

Figura 20: esboço neotectônico de parte do Extremo Sul da Bahia. 69

Figura 21: falésia da Formação Barreiras na praia do Taípe. 70

Figura 22: detalhe da estratigrafia de falésia da Formação Barreiras na praia do Taípe. 70

Figura 23: Floresta Ombrófila de Tabuleiro: a) vista aérea com o Monte Pascoal ao centro e a serra de Itamaraju ao fundo; b) vista a partir da trilha de acesso ao topo do Monte Pascoal. 72

Figura 24: vista aérea de Mussununga arbustiva nas imediações da Ponta Grande, na divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. 73

Figura 25: mapa do Parque Nacional do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro. 74

Figura 26: mapa do Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado. 75

Figura 27: mapa do Parque Nacional do Pau-Brasil, no município de Porto Seguro. 75

Figura 28: curva esquemática de variação do nível relativo do mar (NRM) nos últimos 150.000 anos para a costa leste-nordeste do Brasil e, em detalhe, curva de variação do NRM para a região de Salvador (BA) entre 7.300 BP e o presente. 76

Figura 29: modelo geral de evolução geológica das planícies costeiras do litoral entre Macaé (RJ) e Recife (PE) durante o Quaternário. 77

Figura 30: mapa do curso final e da foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro (c.1975). 79

Figura 31: a) vista aérea do curso final e da foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a praia de Mundaí (norte) e a praia de Pitinga (sul). 80

Figura 32: a) vista aérea de terraço marinho pleistocênico junto ao curso final do rio Caraíva e da vila de Caraíva, orla sul do município de Porto Seguro; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a ponta do Camarão (norte) e o limite meridional da ponta de Corumbau (sul)..... 81

Figura 33: vista aérea de banco de arenito na foz do rio João de Tiba, junto à cidade de Santa Cruz Cabrália: a) na preamar; b) na baixa-mar. 82

Figura 34: vista aérea de banco de arenito na foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro: a) na preamar; b) na baixa-mar. 82

Figura 35: a) vista aérea de terraço marinho holocênico em Ponta Grande, junto à divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a ponta de Santo Antônio (norte) e a praia de Taperapuã (sul). 83

Figura 36: vista por satélite de terraços marinhos holocênicos: a) no município de Belmonte (foz do rio Jequitinhonha); b) no município de Caravelas (foz do rio Peruípe). 84

Figura 37: Manguezal na foz do rio João de Tiba, junto à cidade de Santa Cruz Cabrália. 85

Figura 38: Manguezal na foz do rio Trancoso, junto à vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro. 86

Figura 39: vistas aéreas de Várzea com Restinga com paleodunas em planície costeira na orla sul do município de Belmonte..... 87

Figura 40: vistas aéreas de Várzea, Brejo e Restinga em planície costeira na orla sul do município de Porto Seguro. 87

Figura 41: vistas aéreas de Restinga na foz do rio do Frade, na orla sul do município de Porto Seguro. 88

Figura 42: orla norte do município de Porto Seguro: a) vista aérea da praia de Itacimirim; b) vista aérea da praia de Mutá. 88

Figura 43: praia dos Coqueiros na vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro: a) vista aérea; b) o antigo píer em madeira, hoje arruinado. 89

Figura 44: mapa da zona costeira e plataforma continental entre Canavieiras (BA) e Vitória (ES). 91

Figura 45: mapa e perfil da cadeia Vitória-Trindade. 92

Figura 46: mapa do arquipélago de Abrolhos e formações recifais no seu entorno. 93

Figura 47: o arquipélago de Abrolhos: a) vista aérea das ilhas, no sentido horário, Sueste, Siriba, Redonda, Santa Bárbara e Guarita; b) a ilha de Santa Bárbara e o seu radiofarol. 94

Figura 48: o arquipélago de Abrolhos: a) o canal entre as ilhas Redonda e Santa Bárbara; b) o canal entre as ilhas Redonda e Siriba. 94

Figura 49: seção geológica esquemática do trecho entre a cidade de Caravelas e o arquipélago de Abrolhos. 95

Figura 50: baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) nas proximidades do arquipélago de Abrolhos. 96

Figura 51: chapeirões da espécie coralina *Mussismilia braziliensis* em Abrolhos. 96

Figura 52: vistas aéreas de formações recifais junto a falésias *vivas* dos tabuleiros da Formação Barreiras entre a ponta do Toque-Toque e a ponta do Camarão, na orla sul do município de Porto Seguro. 98

Figura 53: mapa *Tabula hec regionis magni Brasilis* ou *Terra Brasilis* do *Atlas Miller* (c.1519) atribuído ao português Lopo Homem e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara. 99

Figura 54: mapa da *Costa del Brasil* no *Islario de todas las islas del mundo* (c.1540) do espanhol Alonso de Santa Cruz e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara. 99

Figura 55: mapa *Brasil* (1565) de Giacomo Gastaldi e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos. 100

Figura 56: mapa *Novus Brasiliae Tipus* (c.1631) de Willem Janszoon Blaeu e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara. 100

Figura 57: mapa do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. 101

Figura 58: gráfico esquemático de condições climáticas na Lagoa Nova e Lagoa do Pires, Lagoa Santa e Lagoa dos Olhos (MG) e Toca da Boa Vista e Rio Icatu (BA) nos últimos 12.000 mil anos. 104

Figura 59: mapa dos sítios arqueológicos e estudos paleoambientais mencionados por Araujo *et al.* (2006). 105

Figura 60: mapa dos grandes biomas da América do Sul em 10.000 BP 106

Figura 61 mapa da zona costeira e plataforma continental entre Canavieiras (BA) e Vitória (ES) e dos bancos Minerva, Besnard e Eclaireur: a) no último máximo regressivo, por volta de 16.000 BP; b) atualmente. 108

Figura 62: mapa com a batimetria de parte da plataforma continental entre a foz do rio Buranhém e a ponta de Corumbau. 110

Figura 63: o sambaqui da Garopaba do Sul, entre a laguna do Camacho ou Garopaba do Sul e o oceano Atlântico, no município de Jaguaruna (SC): a) vista aérea com a laguna ao fundo; b) vista da praia. 112

Figura 64: sambaquis no município de Jaguaruna (SC): a) Encantada; b) Figueirinha I. 113

Figura 65: esculturas em pedra ou zoólitos da Coleção Padre Rohr do IPHAN. 117

Figura 66: o sambaqui Jabuticabeira II, no município de Jaguaruna (SC): a) vista aérea da área de abrangência aproximada; b) detalhe da estratigrafia; c) d) sepultamentos evidenciados. 119

Figura 67: a) o sambaqui de Taperinha, no município de Santarém (PA); b) a fazenda açucareira de Taperinha, construída nas imediações desse sambaqui no século XIX. 121

Figura 68: planta do sítio arqueológico onde foi evidenciado o sambaqui da Pedra Oca, na orla do bairro de Periperi em Salvador (BA)..... 123

Figura 69: o sambaqui de Ladário, junto ao rio Paraguai e à vila de Ladário, no município de Corumbá (MS): a) vista parcial; b) sua estratigrafia, com abundante material malacológico..... 127

Figura 70: ruína de forno de calcinação do período Colonial em um sambaqui na ilha do Casqueirinho ou Santa Helena, no município de Cubatão (SP). 128

Figura 71: ruína de edificação em *pedras-de-mar* ao lado da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália. 129

Figura 72: flagrante de mineração no sambaqui Pernambuco II, no estado de Santa Catarina. 134

Figura 73: flagrantes de mineração no sambaqui Jabuticabeira II, no município de Jaguaruna (SC). 135

Figura 74: paredes estruturais em *pedras-de-mar* na Igreja de São Benedito, na Cidade Alta de Porto Seguro, conforme evidenciadas na sua restauração em 1999. 141

Figura 75: renques de edificações com paredes em *pedras-de-mar*, situadas à Rua Marechal Deodoro, junto ao rio Buranhém, na Cidade Baixa de Porto Seguro. 141

Figura 76: parte do sambaqui da fazenda Vermelho, na zona rural do município de Santa Cruz Cabrália. 142

Figura 77: mapa dos sítios arqueológicos sambaquieiros nos municípios de Porto Seguro e S. Cruz Cabrália. 143

Figura 78: curva de variação do NRM para a região de Salvador (BA) entre 7.300 BP e o presente, datação do sambaqui identificado por Morales, Nascimento e Robrahn-Gonzalez no rio Buranhém (2.850 BP) e faixa das datações realizadas no sambaqui da Pedra Oca em Salvador..... 145

Figura 79: reconstituição paleogeográfica da planície costeira de Caravelas durante a Última Transgressão. 146

Figura 80: freqüência de datações radiocarbônicas obtidas em amostras de sambaquis no Brasil. 149

Figura 81: urnas funerárias Aratu evidenciadas por Valentin Calderón em sítios arqueológicos na Bahia. 152

Figura 82: formas e perfis de borda predominantes em vasos cerâmicos Aratu. 153

Figura 83: artefatos Aratu evidenciados no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) lâmina de machado em pedra polida; b) rodela de fuso..... 153

Figura 84: planta do sítio arqueológico Aratu Aldeia São Geraldo, no município de Ibiá (MG). 157

Figura 85: a) vista aérea de aldeia Kayapó na bacia do rio Xingu (PA); b) líder Kayapó. 159

Figura 86: a) vista aérea da aldeia Kayapó de Aúcre, na bacia do rio Xingu (PA); b) dança ritual Kayapó..... 159

Figura 87: a) vista aérea da aldeia Kayapó de Pikararankre, na bacia do Xingu (PA); b) criança Kayapó. 160

Figura 88: a) vista aérea de aldeia Bororo; b) dança funerária Bororo. 161

Figura 89: a) aldeia Krahô na Terra Indígena Kraolândia (TO); b) casal Krahô..... 162

Figura 90: a) vista aérea da aldeia Kuikuru de Ipatse, no Parque Indígena do Xingu; b) habitação Kuikuru..... 163

Figura 91: a) vista aérea da aldeia Canela-Ramkokamekrá de Escalvado (MA); b) adornos auriculares..... 163

Figura 92: a) vista aérea de aldeia Xavante no Mato Grosso; b) mulher e criança Xavante. 163

Figura 93: urnas funerárias Aratu da fase Itanhém sendo evidenciadas no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro. 164

Figura 94: urnas funerárias cerâmicas Aratu da fase Itanhém evidenciadas na bacia do médio rio do Frade, no município de Porto Seguro, e expostas no Museu de Porto Seguro..... 165

Figura 95: a vila de Trancoso: a) vista aérea da Igreja de São João Batista e do mirante onde foi encontrada uma urna funerária Aratu; b) vista aérea da Igreja de São João Batista e da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila (c.1990)..... 168

Figura 96: a vila de Arraial d'Ajuda: a) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda, à frente e à esquerda, e, ao fundo e à direita, na área gramada, o antigo aeroporto (c.1985); b) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda e da Praça Brigadeiro Eduardo Gomes, núcleo histórico da vila (c.1990)..... 169

Figura 97: vistas aéreas do campo de golfe do Terravista Condomínio, Resort & Golf. 170

Figura 98: mapa dos sítios arqueológicos Aratu nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália..... 172

Figura 99: mapa da distribuição espacial das línguas e dialetos Macro-Jê conhecidos..... 177

Figura 100: indígenas Botocudo Krenák por volta do início do século XX..... 178

Figura 101: a) assentamento Maxakalí na região Vale do Mucuri, em Minas Gerais; b) homem Maxakalí..... 179

Figura 102: a) mulher e crianças Pataxó na TI de Coroa Vermelha, na orla sul do município de Santa Cruz Cabrália; b) homem Pataxó na TI de Barra Velha, na orla sul do município de Porto Seguro..... 179

Figura 103: detalhe do *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendajú representando áreas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo onde foi documentada a presença de etnias filiadas às famílias lingüísticas Botocudo, Kamakã e Maxakalí..... 181

Figura 104: mapa *Brasilia* (1605) de Petrus Montanus e, em detalhe, parte das capitanias do Espírito Santo, de Porto Seguro, de Ilhéus e da Bahia com a designação de alguns grupos indígenas que as habitavam..... 184

Figura 105: gravuras de Jean-Baptiste Debret intituladas *Índio Camacã-Mongoio* e *Índia Camacã* (c.1820). 187

Figura 106: gravura intitulada *Patachos of the Rio do Prado* (c.1820). 188

Figura 107: gravuras intituladas: a) *Família de botocudos em viagem* (c.1820); b) *Quatro retratos originais de botocudos e, ao centro, cabeça de múmia* (c.1820)..... 189

Figura 108: a) mapa da distribuição espacial das línguas Karib conhecidas; b) mapa da distribuição espacial das línguas Arawak conhecidas. 193

Figura 109: a) mapa da distribuição espacial das línguas das famílias menores conhecidas; b) mapa da distribuição espacial das línguas isoladas e famílias reduzidas conhecidas. 193

Figura 110: gravuras de Johann Moritz Rugendas intituladas: a) *Botocudos* (1835); b) *Machacaris e Camacan* (1835). 197

Figura 111: o crânio do cacique Botocudo Porokum, morto nas imediações do povoado de Santa Clara, núcleo da atual cidade de Nanuque (MG), e adquirido por Tschudi na década de 1860. 198

Figura 112: gravuras quinhentistas representando guerreiros Tupiguarani..... 201

Figura 113: gravura intitulada *Die Carios in Paraguai* (1539). 202

Figura 114: gravuras quinhentistas representando batalhas terrestres e navais entre grupos Tupiguarani. 205

Figura 115: xilogravura aquarelada atribuída à Johann Froschauer (c.1505) e considerada a primeira representação iconográfica da antropofagia praticada por etnias Tupiguarani. 209

Figura 116: gravuras quinhentistas representando grupos Tupiguarani realizando: a) a preparação do cauim; b) a pesca; c) o cultivo da mandioca; d) uma dança ritual com maracás. 210

Figura 117: gravuras quinhentistas representando a prática da antropofagia pelos Tupinambá. 212

Figura 118: frontispício e página n°.1 da *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. 214

Figura 119: mapa da distribuição espacial das línguas e dialetos Macro-Tupi conhecidos. 215

Figura 120: exemplos de peças cerâmicas Tupiguarani. 217

Figura 121: vaso cerâmico para preparação de *cauim* produzido por etnias Tupiguarani meridionais. 218

Figura 122: mapa da expansão (proto-)Guarani e (proto-)Tupinambá: a) segundo Alfred Métraux (1927); b) segundo José Proenza Brochado (1984). 219

Figura 123: datações mais antigas de material arqueológico Tupiguarani por estados brasileiros. 220

Figura 124: gravuras quinhentistas representando flotilhas Tupiguarani no litoral paulista. 223

Figura 125: mapa do caminho do São Francisco. 225

Figura 126: detalhe do *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendajú representando áreas dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais onde foi documentada a presença de etnias filiadas à família lingüística Puri 228

Figura 127: gravuras quinhentistas representando danças Tupinambá com a presença de alguns *carahyba* e/ou *pajé* (usando cocares e tocando trombetas e maracás). 231

Figura 128: mapa do caminho do Peabiru. 235

Figura 129: gravura quinhentista representando Ulrich Schmidel montado em uma lhama e acompanhado por dois indígenas Carijó, provavelmente na sua viagem através do caminho do Peabiru. 238

Figura 130: supostos remanescentes do caminho do Peabiru no município de Garuva, na região Norte Catarinense. 239

Figura 131: gravuras quinhentistas representando aldeia, ocas e família Tupiguarani. 246

Figura 132: plantas de sítios arqueológicos Tupiguarani: a) Aldeia Sinal Verde, no município de São Lourenço da Mata (PE); b) sítio próximo ao rio Taquarituba (SP). 247

Figura 133: gravuras quinhentistas representando rituais funerários em aldeias Tupiguarani. 248

Figura 134: *tembetá*: a) gravura quinhentista representando o seu uso e algumas variedades; b) exemplar evidenciado no sítio arqueológico Engenho de Itacimirim, na orla norte do município de Porto Seguro. 252

Figura 135: o sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) durante as prospecções que evidenciaram material Aratu e Tupiguarani; b) posteriormente, como um campo de golfe. 253

Figura 136: artefatos cerâmicos Tupiguarani evidenciados no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) vasilhame quadrangular com pintura geométrica vermelha; b) vaso utilizado provavelmente em um ritual funerário; c) carimbo; d) fragmento de vasilhame quadrangular com pintura geométrica vermelha. 254

Figura 137: a) vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro, do Outeiro da Glória (área desmatada à esquerda) e da orla norte do município (c.2000); b) vista aérea do Outeiro da Glória (área desmatada em primeiro plano), de partes da Cidade Alta e Cidade Baixa de Porto Seguro e da foz do Buranhém (c.1985)..... 255

Figura 138: fragmentos de cerâmica Tupiguarani com borda reforçada, engobo branco e pintura geométrica vermelha evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro. 256

Figura 139: fragmento de peça cerâmica Tupiguarani com decoração plástica do tipo ungulado em linhas transversais evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro. 256

Figura 140: lâmina de machado em pedra polida evidenciada arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro. 256

Figura 141: vista aérea da Cidade Baixa e Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, do loteamento Mirante da Coroa Vermelha, da praia de Arakakaí, da baía Cabrália e de Coroa Vermelha e Ponta Grande (c.2000). 258

Figura 142: fragmentos de cerâmica roletada Tupiguarani com engobo branco e pintura geométrica vermelha evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália. 259

Figura 143: cachimbos angulares evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália. 259

Figura 144: mapa dos sítios arqueológicos Tupiguarani (confirmados e prováveis) nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. 260

Figura 145: o infortúnio da armada de Vicente Yañez Pinzón e dos Potiguara representado em uma gravura de 1886 de autoria desconhecida. 264

Figura 146: o idílio dos portugueses entre os Tupinikín representado em óleo sobre tela de autoria de Victor Meirelles e intitulado *Primeira missa no Brasil* (1860). 264

Figura 147: a) ilustração do *Livro das Armadas* representando as 13 embarcações da armada cabralina, o nome dos seus capitães e o destino de cada uma; b) a primeira página da *Carta de Pero Vaz de Caminha*. 269

Figura 148: a) gravura representando a *saudação lacrimosa* Tupinambá; b) o antigo marco da primeira missa, cravado em Coroa Vermelha, na orla sul do município de Santa Cruz Cabrália. 271

Figura 149: *Carta da navigar per le isole novamente trovate in la parte de l'Índia* ou *Planisfério de Cantino* (1502). 273

Figura 150: detalhe da *Carta da navigar per le isole novamente trovate in la parte de l'Índia* ou *Planisfério de Cantino* (1502) representando a costa brasileira e o seu *porto seguro*. 274

Figura 151: a) gravura representando a luta entre uma *hipupiára* e um capitão português em uma praia da capitania de São Vicente; b) c) focas-leopardo (*Hydrurga leptonyx*). 277

Figura 152: gravura representando o porto de Lisboa no século XVI. 279

Figura 153: *Carta geografica del Bresil* (c.1740) e, em detalhe, a *S. Croce l'antica* (ou Santa Cruz, a antiga) localizada nas imediações de Coroa Vermelha e *Pontagorda* (ou Ponta Grande). 281

Figura 154: conjunto de baixos-relevos em madeira intitulado *L'Isle du Brésil: L'Embarquement du Bois Rouge/Coupe et Transport du Bois Rouge* (c.1530)..... 282

Figura 155: imagem em terracota de São Francisco de Assis (início do século XVI), orago da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória, na cidade de Porto Seguro. 285

Figura 156: a) ruína de uma estrutura provavelmente em *pedras-de-mar*, remanescente da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória (c.1950); b) o sítio arqueológico do Outeiro da Glória quando da sua prospecção pelo NAPAS/UFBA (c.2000)..... 287

Figura 157: a Igreja da Misericórdia, na Cidade Alta de Porto Seguro (c.1950). 288

Figura 158: frontispício da Igreja da Misericórdia, na Cidade Alta de Porto Seguro. 288

Figura 159: as capitanias brasileiras representadas no *Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil desde Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* (1590) de autoria atribuída a Luís Teixeira. 291

Figura 160: mapa das principais capitanias, vilas e caminhos do povoamento existentes, no final do século XVI, no espaço correspondente ao atual território oriental do estado da Bahia. 292

Figura 161: vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro (c.2000). 296

Figura 162: a Igreja Matriz de N. S. da Pena e a Casa de Câmara e Cadeia de Porto Seguro (c.2005). 296

Figura 163: a Cidade Baixa e a Cidade Alta de Salvador em *Warhafftige abbildung von einnehmung der stadt S. Salvador* (c.1624)..... 297

Figura 164: vista aérea de parte da Cidade Alta e da Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália (c.2000). 298

Figura 165: parte da Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália vista da Cidade Alta. 298

Figura 166: cachimbo cerâmico moldado europeu evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália. 302

Figura 167: a) a Residência de N. S. da Assunção, na cidade de Anchieta (ES); b) a Residência dos Reis Magos, na cidade de Nova Almeida (ES). 313

Figura 168: vista aérea do núcleo histórico da vila de Arraial d'Ajuda, da Igreja de N. S. d'Ajuda, da planície costeira adjacente e do oceano (c.1980). 315

Figura 169: a Igreja de N. S. d'Ajuda e, à esquerda, a sua Casa Paroquial. 315

Figura 170: a fonte de N. S. d'Ajuda e, no alto à direita, parte da fachada posterior da Igreja de N. S. d'Ajuda. 316

Figura 171: a Igreja de São Benedito e, à sua esquerda, as ruínas da Residência do Salvador, na Cidade Alta de Porto Seguro. 317

Figura 172: o núcleo histórico da vila de Vale Verde, na margem direita do rio Buranhém, no município de Porto Seguro. 320

Figura 173: casario do núcleo histórico da vila de Vale Verde. 320

Figura 174: vista aérea do povoado de Santo Antônio, na margem esquerda da foz do rio Santo Antônio, na orla norte do município de Santa Cruz Cabrália (c.2005). 321

Figura 175: a Igreja de São João Batista situada à Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro. 322

Figura 176: vistas aéreas e vistas terrestres da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso (c.1980). 322

Figura 177: gravura quinhentista representando rituais funerários Tupinambá. 331

Figura 178: planta de estruturas arquitetônicas evidenciadas no sítio arqueológico Colégio Jesuítico. 340

Figura 179: a Igreja de São Benedito e, à sua esquerda, as ruínas da Residência do Salvador, na Cidade Alta de Porto Seguro. 341

Figura 180: vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro (c.2000). 341

Figura 181: fragmento de prato de faiança portuguesa tipo arranhões evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro. 346

Figura 182: fragmentos de prato de faiança portuguesa com brasão nobiliário (família Silva ou Silveira) evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro. 346

Figura 183: mapa da zona costeira entre os rios do Frade e Santo Antônio (1631), de autoria de João Teixeira Albernaz. 348

Figura 184: mapa da zona costeira entre os rios do Frade e Santo Antônio (c.1666), de autoria de João Teixeira Albernaz II. 348

Figura 185: mapas do *Atlas do Brasil* (c.1666) de autoria de João Teixeira Albernaz II representando a zona costeira entre: a) o rio do Frade e a ponta de Agasuípe (ou ponta da Baleia); b) a ponta de Agasuípe (ou ponta da Baleia) e o rio Doce; c) o rio Doce e o porto do Espírito Santo (ou baía de Vitória). 353

Figura 186: mapa das principais capitanias, vilas, núcleos e caminhos de povoamento existentes, no final do século XVII, no espaço correspondente ao atual território oriental do estado da Bahia. 355

Figura 187: gravuras de Miguel Tibério Pedegache Brandão representando os danos causados à cidade de Lisboa pelo terremoto de 1º de novembro de 1755..... 356

Figura 188: a cidade de Lisboa, em Portugal: a) representação de parte dela no século XVI; b) projeto para a sua reconstrução após o terremoto de 1º de novembro de 1755. 362

Figura 189: vista aérea da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso. 363

Figura 190: representações de 1794 da: a) *Villa de Abrantes da Comarca do Norte*, na capitania da Bahia; b) *Aldea de Massarão dupio*, na capitania da Bahia; c) *Aldea de S. Fidelis da Comarca dos Ilheos*; d) *Villa de Santarem da Comarca dos Ilheos*..... 364

Figura 191: a vila de Caraíva, na margem direita da foz do rio Caraíva: a) vista aérea (c.1990); b) a Igreja de São Sebastião situada à Praça da Matriz. 368

Figura 192: o povoado de Corumbau, na ponta de Corumbau, orla norte do município de Prado: a) vista aérea (c.1990); b) farol de sinalização náutica..... 369

Figura 193: a cidade de Caravelas, na margem esquerda do braço norte da foz do Peruípe: a) vista aérea do núcleo histórico com o rio em primeiro plano; b) a Catedral de Santo Antônio situada à Praça Santo Antônio. 370

Figura 194: a cidade de Caravelas: a) vista do núcleo histórico a partir do rio Peruípe; b) bar. 371

Figura 195: a cidade de São Mateus, na margem direita do rio São Mateus, Litoral Norte do Espírito Santo: a) renque de edificações situado à praça do antigo cais do porto, no núcleo histórico; b) ruína de uma igreja supostamente jesuítica situada à Praça Anchieta. 371

Figura 196: o povoado de Cumuruxatiba, na orla norte do município de Prado: a) vista aérea; b) o antigo píer em madeira com cerca de 600 metros, hoje arruinado. 376

Figura 197: gravuras de Johann Moritz Rugendas intituladas *Danse Landu* e *Danse Batuca* (c.1835). 378

Figura 198: *Mapa da nova Villa Viçosa* (c.1769), de autoria de José Xavier Machado Monteiro. 379

Figura 199: vista por satélite da área da cidade de Nova Viçosa representada na figura anterior. 379

Figura 200: a cidade de Nova Viçosa, na margem direita do braço sul da foz do Peruípe: a) vista aérea; b) a Igreja Matriz de N. S. da Conceição situada à Praça Oscar Cardoso, no núcleo histórico. 380

Figura 201: a cidade de Belmonte, na margem direita da foz do Jequitinhonha: a) vista aérea com o rio em primeiro plano; b) a igreja Matriz de N. S. do Carmo situada à Praça da Matriz, no núcleo histórico 382

Figura 202: vista por satélite do núcleo histórico da cidade de Belmonte. 383

Figura 203: a cidade de Belmonte: a) edificações à Praça 13 de Maio; b) canoeiros no rio Jequitinhonha. 383

Figura 204: *Mapa da nova Villa do Prado* (c.1771), de autoria de José Xavier Machado Monteiro. 384

Figura 205: vista por satélite da área da cidade de Prado representada na figura anterior. 384

Figura 206: a cidade de Prado, na margem esquerda da foz do Jucuruçu: a) vista aérea do núcleo histórico com o rio à esquerda e a Igreja Matriz ao centro (c.2005); b) a Igreja Matriz de N. S. da Purificação, no núcleo histórico; c) casarão construído no final do século XIX à Rua Rui Barbosa, no núcleo histórico; d) vista aérea de Manguezal e Restinga ao longo da foz do Jucuruçu, com a cidade de Prado ao fundo e à esquerda. 385

Figura 207: *Mapa da Nova Villa de Portalegre* (1772), de autoria de José Xavier Machado Monteiro. 386

Figura 208: a cidade de Mucuri, na margem esquerda da foz do Mucuri: a) vista aérea com o rio em primeiro plano; b) barcos pesqueiros atracados no porto junto ao rio. 386

Figura 209: vista por satélite do núcleo histórico da cidade de Alcobaça. 387

Figura 210: a cidade de Alcobaça, na margem esquerda da foz do Itanhém: a) o cais do porto e parte do núcleo histórico vistos do rio; b) a Igreja Matriz de São Bernardo situada à Praça Padre José Porphírio, núcleo histórico; c) parte do núcleo histórico vista do campanário esquerdo da Igreja de São Bernardo e, ao fundo, a antiga ponte de madeira sobre o rio Itanhém (c.1970), hoje arruinada. 388

Figura 211: a) embarcação para cabotagem construída na cidade de Porto Seguro; b) barcos pesqueiros no porto da cidade de Porto Seguro; c) barcos pesqueiros na procissão de São Pedro junto à cidade de Mucuri. 390

Figura 212: a) barco pesqueiro em reparos na vila de Caraíva; b) barcos pesqueiros no porto da cidade de Nova Viçosa; c) barcos pesqueiros no porto da cidade de Santa Cruz Cabrália; 390

Figura 213: mapa das vilas existentes, no final do século XVIII, no espaço correspondente ao atual território do estado da Bahia 391

Figura 214: imóveis em renque situados à Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso. 399

Figura 215: gravuras representando a vila de Santa Cruz e a foz do rio João de Tiba (c.1816). 404

Figura 216: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro em 1999: a) fundações em pedras, alvenarias em tijolos cerâmicos e soleira em lajotas cerâmicas; b) idem. 406

Figura 217: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália em 1999: a) parede em pau-a-pique junto a piso cerâmico; b) fundações em pedra. 406

Figura 218: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente no sítio à frente da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, em 1999. 407

Figura 219: Arraial d'Ajuda: a) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda e da Praça Brigadeiro Eduardo Gomes (c.1985); b) a imagem de N. S. d'Ajuda em procissão. 408

Figura 220: Arraial d'Ajuda: a) a sala de ex-votos da Igreja de N. S. d'Ajuda; b) a festa da padroeira realizada todo mês de agosto na Praça Brigadeiro Eduardo Gomes. 408

Figura 221: a vila de Trancoso (c.1970): a) habitações em renque; b) Igreja de São João Batista. 409

Figura 222: a cidade de Belmonte: a) casa eclética construída à Rua Pedro II no final do século XIX ou início do XX; b) farol fabricado pela empresa francesa *F. Barbier & Cie. Constructeurs* e inaugurado em 1901. 411

Figura 223: a cidade de Belmonte: bebedouro público em ferro fundido fabricado pela empresa escocesa *Walter MacFarlane & Cº.* provavelmente na década de 1890 e situado hoje à Praça Godofredo Bandeira. 411

Figura 224: a cidade de Belmonte: a) casarão eclético construído à Rua Pedro II no final do século XIX ou início do XX; b) estatueta em balaustre de casa eclética construída à Rua Pedro II no início do século XX. 412

Figura 225: a cidade de Belmonte: a) renque de edificações situado à Praça 13 de Maio; b) ruína de hotel neogótico construído à Avenida Beira Rio em 1897. 412

Figura 226: *Carte der neuen Strasse von Villa de St. José do Porto-Alegre nach Minas Novas* (c.1820) produzida a partir de um mapa de autoria do coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima. 413

Figura 227: gravura representando o povoado de Philadelphia, núcleo da cidade de Teófilo Otoni (MG), junto ao rio Todos os Santos, na bacia do Mucuri (c.1865). 415

Figura 228: gravura de Johann Moritz Rugendas intitulada *Guerillas* (1835) e representando o ataque de uma tropa luso-brasileira a um acampamento indígena. 417

Figura 229: gravura representando um navio a vapor, diversos veleiros e a vila de Caravelas, conforme vistos do cesto da gávea de uma grande embarcação ancorada no braço norte da foz do Peruípe (c.1865). 419

Figura 230: a EFBM: a) mapa da ferrovia e suas estações; b) a *Máquina 12*. 420

Figura 231: a EFBM: a) estação de Ponta de Areia (demolida); b) estação de Caravelas (transformada em rodoviária); c) estação de Helvécia (transformada em museu); d) estação de Ibiranhém (transformada em residência); e) estação de Nanuque (demolida); f) estação de Teófilo Otoni (demolida). 421

Figura 232: mapa do município de Belmonte em 1958. 422

Figura 233: mapa do município de Santa Cruz Cabrália em 1958. 423

Figura 234: mapa do município de Porto Seguro em 1958. 423

Figura 235: mapa do município de Prado em 1958..... 424

Figura 236: mapa do município de Alcobaça em 1958. 424

Figura 237: mapa do município de Caravelas em 1958. 425

Figura 238: mapa do município de Mucuri em 1958. 425

Figura 239: a antiga serraria a vapor da vila de Caraíva, instalada junto à foz do rio Caraíva: a) ruína de uma base de concreto onde foi grafada a data “1935-11-8” provavelmente por um anglófono envolvido na sua montagem; b) parte da chaminé da serraria, lançada na praia junto ao rio pela explosão que a destruiu. 427

Figura 240: mapa dos remanescentes das Florestas da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia, no espaço entre a divisa com o Espírito Santo e a latitude 16°S, nos anos de: a) 1945; b) 1960; c) 1974; d) 1990. 431

Figura 241: carreta para transporte de grandes troncos em uma estrada de terra nas imediações da BR-101..... 432

Figura 242: a cidade de Teixeira de Freitas: a) vista aérea; b) Centro de Abastecimento..... 433

Figura 243: a cidade de Itamaraju: a) vista com o monte Pescoço ao fundo; b) edifícios da área central. 434

Figura 244: a cidade de Eunápolis: a) vista aérea de trecho ao longo da BR-101; b) casa em periferia..... 434

Figura 245: o turismo "*3S*": a) b) na orla norte do município de Porto Seguro; c) d) na orla de Arraial d'Ajuda. 441

Figura 246: vistas aérea e terrestre do Club Med Trancoso..... 443

Figura 247: *invasão* em área de Floresta Ombrófila na periferia da cidade de Porto Seguro. 446

Figura 248: barraca de praia construída em Manguezal na foz do rio dos Mangues, na orla norte do município de Porto Seguro. 447

Figura 249: equipamentos turísticos e loteamentos construídos em Brejos e Várzeas em Ponta Grande, na orla norte do município de Porto Seguro..... 448

Figura 250: equipamentos turísticos e loteamentos construídos em praias, Manguezais e Florestas Ombrófilas na vila de Trancoso..... 448

Figura 251: a) o aterro sanitário da cidade de Porto Seguro, com o lixo e chorume contaminando a atmosfera, o solo e o lençol freático; b) vala de drenagem com esgotos na Cidade Baixa de Porto Seguro..... 449

Figura 252: favela em Manguezal no rio Buranhém, na cidade de Porto Seguro..... 449

Figura 253: *invasão* em área de Floresta Ombrófila na periferia da cidade de Porto Seguro. 450

Figura 254: antigas residências da vila de Trancoso transformadas em estabelecimentos turísticos. 451

Figura 255: vista por satélite da cidade de Porto Seguro e suas periferias. 452

Figura 256: *vans* e membros da comunidade tradicional de Arraial d'Ajuda diante da Igreja de N. S. d'Ajuda. 453

Figura 257: turistas no entorno e no interior da Igreja de São João Batista, na vila de Trancoso. 453

Figura 258: o alcoolismo e mendicância por membros da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro. 455

Figura 259: a *cenarização* do Pelourinho, na cidade de Salvador 457

Figura 260: exemplos de *cenarização* no Extremo Sul da Bahia: a) no núcleo histórico da cidade de Prado; b) na Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália; c) d) na Cidade Baixa de Porto Seguro; e) no núcleo histórico da vila de Trancoso. 458

Figura 261: sátira ao turismo e *coca-colonization* em uma passagem do filme *Play Time* (1967) na qual o premiado diretor francês Jacques Tati retrata uma agência de viagens com cartazes anunciando hotéis rigorosamente idênticos nos "USA", "Hawaii", "Mexico", "Stockholm" etc. 459

Figura 262: pescadores da comunidade tradicional da cidade de Alcobaça hoje e em meados do século XX. 461

Figura 263: estaleiro de Joaquim Valansuela Ramos, o Mestre Quincas, membro da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro e ferramenta de carpintaria naval. 462

Figura 264: membros da comunidade tradicional da vila de Vale Verde. 463

Figura 265: membros da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro e procissão de N. S. da Pena. 464

Figura 266: membros das comunidades tradicionais das cidades de Porto Seguro e Belmonte. 464

Figura 267: membros da comunidade tradicional Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha. 465

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: exemplos de sítios arqueológicos na América com datações anteriores a 8.000 BP. 46

Tabela 2: rendimento do *Donativo Real* nas capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro de 1756 a 1767. 373

resumo

Este estudo consiste em uma contribuição para um melhor entendimento sobre a produção de um espaço que figura no imaginário nacional como a primeira porção da América avistada por uma armada portuguesa e como lugar do idílico *porto seguro* onde a colonização e a história do Brasil teriam se iniciado: a atual região Extremo Sul do estado da Bahia. Entretanto, contrariamos aqui tal perspectiva etnocêntrica que também predomina na quase totalidade da literatura sobre a produção desse espaço e evidenciamos não apenas as contribuições da cultura portuguesa para a mesma, mas também os papéis e legados de três culturas pré-cabralinas que determinaram, direta ou indiretamente, muitas das feições que essa região apresenta hoje e uma grande parte da trajetória e dos resultados da colonização portuguesa. A saber: as culturas sambaquieira, Aratu e Tupiguarani.

Para tanto, identificamos, analisamos, cotejamos, interpretamos e, não raro, re-interpretamos uma ampla variedade de fontes que oferecem subsídios geomorfológicos, ecológicos, arqueológicos, históricos, etnológicos, lingüísticos, arquitetônicos, urbanísticos, cartográficos e iconográficos sobre, primeiro, as principais dimensões naturais do Extremo Sul da Bahia e as suas variações especialmente nos últimos 10.000 anos; segundo, as principais culturas que habitaram a região e as suas relações consigo mesmas e com outras culturas, com o que entendiam por natureza e recursos naturais e com o deus ou deuses que veneravam; e terceiro, como essas relações ou modos de reprodução social repercutiam nos seus modos de produção do espaço ou, mais especificamente, no processo de escolha dos seus espaços, nos agenciamentos das suas dimensões naturais e culturais e nas variadas categorias espaciais que eram geradas.

Este esforço foi motivado principalmente pela necessidade de se enfrentar uma série de problemas éticos e científicos causados por um entendimento sobre a alteridade

dos indígenas brasileiros que data do longínquo século XVI e que lhes creditou ora uma condição edênica, ora uma condição bestial. Reproduzido por séculos a fio, tal entendimento quimérico constituiu a base da persistente noção de que os indígenas são seres destituídos de razão, cultura, história e desejo e o fundamento ético e moral com que se buscou validar tanto a sua colonização e das ditas *matas virgens* e *terras de ninguém* onde habitavam quanto de um dos maiores genocídios da história da humanidade.

Portanto, este estudo consiste também em um apelo para que reflitamos sobre a posição periférica à que temos relegado nossos ancestrais e contemporâneos indígenas na história, memória e patrimônio cultural nacional e, por extensão, sobre o nosso próprio sentido de alteridade. Por este meio, esperamos contribuir tanto para que se faça justiça a todas as culturas que têm tomado parte na formação do Brasil quanto para a construção de um futuro onde todos os seres humanos nasçam de fato “livres e iguais em dignidade e direitos”, como reza o Artigo I da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Palavras-chave:

Extremo Sul da Bahia; cultura sambaquieira; cultura Aratu; cultura Tupiguarani; cultura portuguesa; memória e patrimônio cultural; Porto Seguro.

abstract

This study consists in a contribution towards a better understanding on the production of a space that figures in the national imaginary as both the very first part of America sighted by a Portuguese armada and the site of an idyllical *porto seguro* where the colonization and history of Brazil would have began: the present-day Southern region of Bahia state. However, we counteract here such an ethnocentric perspective that also prevails in most of the literature on the production of that space and highlight not only the contributions of the Portuguese culture, but also the roles and bequests of three indigenous cultures. Those cultures were responsible, directly or indirectly, for many features the region display today and a great deal of both the course and the outcomes of the Portuguese colonization. Namely: the *Sambaquieira*, *Aratu*, and *Tupiguarani* cultures.

In order to achieve this, we identified, analyzed, compared, interpreted, and not rarely re-interpreted a wide variety of sources from geomorphology, ecology, archaeology, history, ethnology, linguistics, architecture, urban design, cartography, and iconography that offer data on three subjects. Firstly, the most important natural dimensions of Southern Bahia and its variations especially in the past 10.000 years. Secondly, the major cultures that inhabited the region and the relationships that each one sustained with: itself and other cultures, what it understood by nature and natural resources, and the god or gods it praised. Thirdly, how those relationships or ways of social reproduction had influence upon the ways of production of space or, specifically, upon the choosing process of those spaces, upon the management of their natural and cultural dimensions, and upon the spatial categories that were produced.

This effort was motivated mainly by the needs of facing series of ethical and scientific problems caused by an understanding on the Brazilian indigene's otherness that dates back to the 16th century and pointed out they were either edenical or bestial creatures. Such a chimerical understanding was reproduced throughout centuries and set



up the basis of a resilient notion that those indigenes are beings without reasoning, culture, history, and will. Moreover, it set up the ethical and moral excuse to validate the colonization of the indigenes and the so-called *virgin forests* and *no man's land* where they dwelled as well as one of the largest genocides of human history.

Therefore, this study also consists in a call towards thinking about the peripherical position that we have placed our indigenous ancestors and coevals in the national history, memory, and heritage, and, furthermore, thinking about our own sense of otherness. By this means, we hope to contribute to make justice to all cultures and social groups that have taken part on the formation of Brazil, and to contribute to build up a future where all human beings will really "born free and equal in dignity and rights" as stated in the first article of the *Universal Declaration of Human Rights*.

Keywords:

Southern Bahia; *Sambaquieira* culture; *Aratu* culture; *Tupiguarani* culture; Portuguese culture; memory and cultural heritage; Porto Seguro.

resumé

Cette étude a pour but de contribuer à une meilleure compréhension de la production d'un espace qui figure dans l'imaginaire national brésilien comme étant la première partie de l'Amérique aperçue par une flotte portuguaise et comme le lieu de l'idyllique *porto seguro* où la colonisation et l'histoire du Brésil auraient débuté: l'actuelle région de l'Extrême Sud de l'état de Bahia. Cependant, nous réfutons ici une telle perspective ethnocentrique qui prédomine aussi dans la quasi totalité de la littérature concernant la production de cet espace et nous mettons en évidence non seulement les contributions de la culture portuguaise, mais aussi les rôles et les héritages des trois cultures pré-cabralines qui ont déterminé, directement ou indirectement, plusieurs traits que cette région présente aujourd'hui et une grande partie de la trajectoire et des résultats de la colonisation portuguaise. À savoir, les cultures *sambaquieira, aratu* et *tupiguarani*.

Nous avons donc identifié, analysé, comparé, interprété et, fréquemment, re-interprété une large variété de sources qui offrent des informations géomorphologiques, écologiques, archéologiques, historiques, ethnologiques, linguistiques, architectoniques, urbanistes, cartographiques, et iconographiques portant sur, premièrement, les principales dimensions naturelles de l'Extrême Sud de Bahia et ses variations dans les dernières 10.000 années ; deuxièmement, les principales cultures qui ont habité la région et leurs relations internes et avec d'autres cultures, avec ce qu'elles considéraient comme Nature et leurs ressources naturelles et, encore, avec le dieu ou les dieux qu'elles vénéraient ; et troisièmement, comment ces relations ou modes de reproduction sociale répercutaient sur leurs modes de production de l'espace ou, plus spécifiquement, sur les critères de choix de ces espaces, sur les agencements de leur dimensions naturelles et culturelles et sur les diverses catégories d'espace qui étaient produites.

Cet effort a surtout été motivé par la nécessité de se confronter à une série de problèmes éthiques et scientifiques causés par une compréhension de l'altérité des



indiens brésiliens qui date du lointain XVI^{ème} siècle et qui leur a attribué soit une condition édénique, soit une condition bestiale. Reproduit à travers les siècles, tel entendement chimérique a constitué la base de la notion persistante selon laquelle les indigènes sont des êtres privés de raison, de culture, d'histoire et de désir et le fondement éthique et moral avec lequel on a cherché à valider autant leur colonisation et celle des forêts vierges et des *no man's land* où ils habitaient ainsi que l'un des plus grands génocides de l'histoire de l'humanité.

Donc, cette étude est aussi un appel à réfléchir sur la position périphérique à laquelle ont été relégués les indigènes, ancestraux et contemporains, dans l'histoire, la mémoire et le patrimoine culturel national et, par extension, sur notre propre sens d'altérité. Ainsi, nous espèrons contribuer autant à rendre justice à toutes les cultures qui ont participé à la formation du Brésil qu'à la construction d'un futur où tous les êtres humains puissent en effet naître "libres et égaux en dignité et en droits" comme il est inscrit dans la *Déclaration Universelle des Droits de l'Homme*.

Mots-clés:

Extrême Sud de Bahia; culture *sambaquieira*; culture *aratu*; culture *Tupiguarani*; culture Portugaise; mémoire et patrimoine culturel; Porto Seguro.

introdução

Uma vez um velho [Tupinambá] perguntou-me: por que vindes vós outros, maírs e perôs *(franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?*

Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e por ventura precisais de muito?

– Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.

Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: mas esse homem tão rico de que me falas não morre?

– Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam?

– Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos.

– Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros maírs *sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.*

Jean de Léry
Viagem à terra do Brasil

Situadas inexoravelmente entre o factual e o mítico, todas as grandes narrativas sobre um *Outro* cultural são, em essência, sensíveis ensaios acerca de como esse *Outro* institui o *real* e com ele se relaciona. Caracterizadas também pelo refinamento com que evidenciam o *olhar* de quem as produz, tais narrativas têm a sua excelência fundamentada no entendimento de que o verdadeiro encontro com um *Outro* é uma experiência com duas dimensões: uma horizontal, objetiva, dada pelo deslocamento no espaço que possibilita a sua realização; e outra vertical, subjetiva, proporcionada pela transcendência que advém da compreensão desse *Outro*. Ou seja, não obstante as eventuais contradições e diferenças dos seus autores, eles se irmanam na convicção de que todo encontro, para atingir a sua plenitude, tem de ser, acima de tudo, um exercício de alteridade.



Foi assim para Heródoto, Xuan Zang, Marco Pólo, Ibn Battuta, Jean de Léry, Régis-Evariste Huc, Richard Francis Burton, Yuan Zuzhi, Fukuzawa Yukichi, Rabindranath Tagore, Alexandra David-Néel, Victor Segalen, Curt Nimuendajú e, entre tantos outros, não nos esqueçamos do mitológico Riobaldo, herói trágico de Guimarães Rosa, que viajou por todas as larguezas e recônditos do sertão e do seu coração, conheceu homens, deuses e demônios, descobriu o amor, venceu o deserto, amargou a sua dor maior e fez-se sábio. Sabedoria essa que ilumina a sua velhice e lhe permite formular o que poderia ser a máxima de todo encontro entre diversos: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Rosa, 2001 [1956]:80). Reais ou imaginários, esses homens e mulheres de tão diferentes tempos e origens personificam a figura do herói na acepção épica, pois entenderam que a sua jornada não é uma opção; é um sumo ritual no qual terão de enfrentar a morte, pisar em terras que jamais tocaram, decifrar obscuros enigmas e transpor a soleira entre o desconhecido e o conhecido. E assim como Galahad, o cavaleiro arturiano que reencontrou o *Santo Graal*, terão que se despir de si mesmos, atingir a pura transparência e converter-se no reflexo do objeto da sua busca. Ou como nos lembra o escritor Jacques Brosse (1987) em uma delicada síntese sobre os grandes viajantes de outrora: “esta é a moral de todas as viagens. Só são bem-sucedidas se o viajante, que partiu em busca do *Outro*, chega a se identificar com ele” (p.5).

O *ethos* que anima essa atitude – e de certa forma a própria doutrina do direito à vida, à liberdade e à igualdade – é um dos mais extraordinários legados culturais que recebemos, independentemente do juízo que façamos sobre ele e do nosso interesse em o reproduzirmos ou não. Em outras palavras, impressiona que ele tenha alcançado o presente, e aparente cada vez mais vigor, quando se considera a serena predisposição à bestialização e eliminação do *Outro* que predominou em muitas sociedades que nos são tributárias. Não se trata de um milagre, é claro, mas de um *constructo* social extremamente complexo e marcado por uma série de avanços, contradições e reveses como os que testemunhamos desde 11 de setembro de 2001 ou toda vez que uma criança em situação de vulnerabilidade nos aborda no meio da madrugada.

Todavia, os modos como uma sociedade se posta diante de um *Outro* e como esse *Outro* se posta diante dela sempre foram determinantes da sua continuidade, transformação ou extinção. Que o digam as etnias Tupiguarani que interpretaram o desembarque dos colonizadores ibéricos como um bem-aventurado ingresso de homens sagrados ainda mais extraordinários que os seus xamãs *carahyba*. Que o digam os europeus que acreditaram ser *A Terra da Vera Cruz* o Jardim do Éden ou a mítica *Hy Bresail*, a Ilha Abençoada de São Brandão, que povoava o imaginário e a cartografia medieval e que se supunha em algum lugar na imensidão do *Mare Oceanus*. Embalados

pela paz, pela guerra ou pela *Pax Romana*, os encontros entre culturas deixaram marcas mais ou menos visíveis em praticamente tudo que nos funda enquanto humanos: os nossos genes e feições, os nossos valores éticos e morais, a nossa subjetividade, as nossas linguagens e símbolos, os nossos conhecimentos e modos de fazer, as nossas manifestações artísticas e lúdicas, as nossas celebrações, as formas como interagimos, o que entendemos por natureza, os deuses que veneramos, o espaço que produzimos, a sociedade que reproduzimos e as maneiras como lembramos e esquecemos.

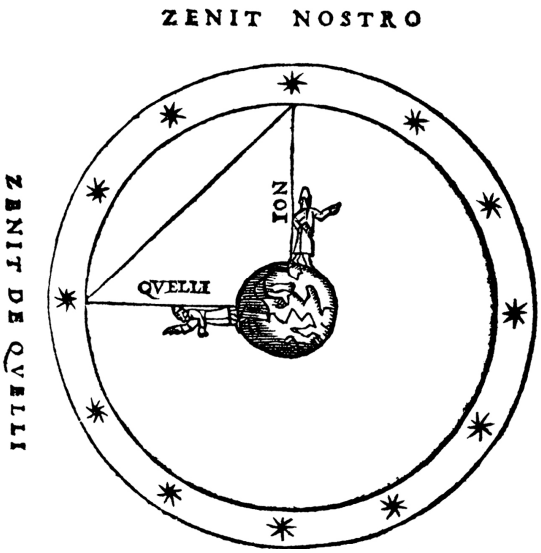


Figura 1: xilogravura intitulada *Zenit Nostro e Zenit di Quelli* (Zênite Nosso e Zênite Deles) que ilustra a coletânea *Delle Navigationi et Viaggi* publicada em Veneza entre 1550 e 1559.
Fonte: Belluzzo (1999[II]:15).

Este estudo também versa sobre encontros entre culturas e, em especial, sobre as suas repercussões na produção de um espaço brasileiro altamente relevante tanto em termos culturais quanto naturais: a região Extremo Sul do estado da Bahia (Figura 3). Figurando no imaginário nacional como a primeira porção do continente americano avistada por uma armada portuguesa – e como lugar do idílico *porto seguro* onde ela encontrou, nas palavras de Pero Vaz de Caminha (2002 [1500]), uma gente cuja "inocência (...) é tal que a de Adão não seria mais" (p.17) –, essa região há muito transcendeu a sua materialidade e converteu-se em um dos principais símbolos nacionais. Entretanto, a sua excelência simbólica não reside apenas na sua capacidade de evocar o início da presença européia nesse espaço que um dia se chamaria Brasil. Ela reside fundamentalmente na sua condição de *locus* de um *mito de origem* que encerra uma profunda contradição e mascara uma grande violência. Contradição e violência essas que são reproduzidas sempre que ensinamos aos nossos filhos que a história brasileira iniciou-se em 22 de abril de 1500, quando aquela armada fez vista "dum grande monte mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele, e de terra

chã com grandes arvoredos; ao qual o Capitão pôs nome o Monte Pascoal, e à terra a Terra da Vera Cruz" (p.67).

No espaço brasileiro viviam então milhões de agricultores, pescadores, caçadores, coletores e artesãos organizados segundo complexas culturas, sociedades e territorialidades cuja existência seria relegada a uma posição sintomaticamente periférica na memória nacional. E pior: produzir-se-ia, ainda nos primórdios da presença européia nesse espaço, um entendimento acerca da alteridade indígena que lhes creditou ora uma condição de inocência edênica, que inspiraria inclusive o mito do *bom selvagem* rousseauniano, ora uma condição bestial que predominaria largamente. Reproduzido por séculos a fio, tal entendimento quimérico constituiu a base da noção de que os indígenas eram seres destituídos de razão, cultura, história e desejo e o fundamento ético e moral com que se buscou validar a sua condução ao *grêmio da civilização e da santa madre Igreja*, primeiro pelos europeus e depois pelos próprios luso-brasileiros. Uma vez conceituados como *ovelhas sem pastor* ou *selvagens sem fé, lei e rei* também estavam lançadas as bases tanto da sua colonização e das ditas *matas virgens* e *terras de ninguém* onde habitavam quanto de um dos maiores genocídios da história da humanidade.

Esse processo, como bem se sabe, não foi proporcionado apenas pela cruz e pela espada, mas também por devastadoras epidemias causadas por agentes patogênicos originários principalmente da Europa e cuja propagação deu-se, em um primeiro momento, involuntariamente. No entanto, quando se considera as estimativas sobre a população e a diversidade cultural indígenas existentes no espaço brasileiro em 1500, fica evidente que o seu extermínio ou colonização foram documentados de forma bastante precária e que esse processo constitui uma das maiores lacunas da história do Brasil. Além disso, praticamente todo o corpus documental produzido e preservado sobre essas culturas até por volta do início do século XIX padece de uma série de carências etnográficas. Não obstante os europeus terem reconhecido, ainda nos primeiros anos do século XVI, que os ditos *selvagens*, *gentios*, *bárbaros* ou *negros da terra* não conformavam um conjunto homogêneo, os seus registros pouco se ativeram às diferenças e particularidades de cada grupo étnico; enfatizaram predominantemente aspectos tidos como bizarros ou extravagantes pela ótica européia; e foram contaminados em profundidade pelo etnocentrismo dos seus autores e pelo seu compromisso com a produção de conhecimentos visando à catequese dos indígenas, à sua inserção nos projetos coloniais ou mesmo à sua eliminação.

O entendimento de que os indígenas eram seres edênicos ou bestiais destituídos de razão, cultura, história e desejo só começaria a ser superado – e assim mesmo timidamente – no século XIX, quando da constituição das bases da antropologia moderna

e, em especial, do ingresso no Brasil de estudiosos estrangeiros interessados em registrar as suas dimensões naturais e culturais[1]. Entretanto, o fato desse entendimento ter reinado praticamente absoluto até então – e ter continuado bastante vigoroso depois, mesmo dividindo espaço com outras perspectivas – acarretou pelo menos três conjuntos de problemas profundamente inter-relacionados e de difícil solução por nossa ciência.

O primeiro é constituído pelos muitos entraves ao conhecimento das culturas pré-cabralinas que habitavam o espaço brasileiro no ano de 1500, uma vez que a maior parte foi extinta sob o peso da colonização e as que lograram alcançar o presente foram obrigadas a empreender profundas reestruturações nos seus modos culturais quinhentistas. Entre essas últimas podem estar inclusive os chamados "grupos de índios isolados" que se resguardam do contato com não-indígenas (FUNAI, 2008), pois é possível que constituam apenas a diáspora de grandes culturas de outrora que foram reduzidas e modificadas, direta ou indiretamente, pela presença européia no continente. Esse quadro é severamente agravado pelo fato de que as culturas pré-cabralinas eram ágrafas e reproduziam a maior parte dos seus saberes oralmente. Com a rápida extinção, desestruturação ou adulteração das suas mitologias, linguagens e idiomas comprometeu-se muito da coerência das narrativas tradicionais e, não raro, as remanescentes constituem um apanhado desconexo de imagens cuja compreensão hoje escapa aos próprios indígenas. Além disso, praticamente tudo o que foi escrito sobre tais culturas anteriormente ao século XX é tributário da pena, das interpretações e dos interesses de não-indígenas. Alguns autores quinhentistas, como Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]), tiveram o cuidado de registrar passagens da história oral dos seus vizinhos indígenas e nos possibilitaram conhecer um pouco delas. Entretanto, eles constituíram exceções à regra e, sem embargo aos seus muitos méritos, eles enfatizaram apenas aspectos que interessavam de alguma forma aos projetos coloniais.

Outro problema que consideramos como parte desse primeiro conjunto consiste, nos perdoem a retórica, em uma silenciosa vingança *post mortem* dos milhões de indígenas que foram exterminados, juntamente com os seus conhecimentos etnoambientais, por toda a América. Assim como as plantas medicinais, farmacopéias, alimentos e formas de preparo legados à humanidade pelos ameríndios têm possibilitado, há séculos e por todo o planeta, a existência de um número incalculável de vidas, tantas outras já se perderam e se perderão por conta da nossa ignorância de todas as

[1] Não obstante as relevantes contribuições desses estudiosos, a maioria também tinha uma perspectiva bastante etnocêntrica sobre as culturas indígenas brasileiras, como se pode depreender de várias passagens das suas obras. O médico alemão Robert Avé-Lallemant (1980 [1859]), por exemplo, chegou a elaborar uma estapafúrdia interpretação da antropofagia onde declarou solenemente que: "Só onde não há nenhum grande animal de sangue quente, só onde não há gado para matar ao alcance do homem, se tem praticado o canibalismo, desde tempos imemoriais. Por toda a parte, porém, onde se foi com esse gado em auxílio da brutalidade da natureza humana, se abandonou facilmente esse hábito desumano de comer gente; cheguei à firme convicção de que a introdução de carneiros e vacas, sobretudo dessas últimas, concorrem muito mais para o abandono do canibalismo do que a prédica do evangelho entre os canibais" (p.117).

dimensões da sua ciência. Em suma, as violências e descasos com essas culturas comprometeram sensivelmente – quando não irreversivelmente – a produção e reprodução de conhecimentos relacionados a elas. Hoje, restam aos seus estudiosos apenas fragmentos etnográficos e arqueológicos ou, se muito, etnias cujo grau de transformação ou aculturação é imponderável.

O segundo conjunto de problemas acarretado pelo referido entendimento acerca dos indígenas é constituído pelos muitos equívocos, preconceitos e hiatos que permeiam os conhecimentos sobre as suas contribuições para a produção do espaço brasileiro. Por um lado, os esforços de disciplinas como a arqueologia, etnologia, lingüística e genética tem proporcionado um número crescente de dados e hipóteses sobre diversas culturas pré-cabralinas, as relações que mantiveram e as suas repercussões no espaço desde milhares de anos atrás. Por outro lado, os interesses dos europeus e luso-brasileiros em validar ética e moralmente a colonização dos grupos e territórios indígenas e colher os louros e lucros dessa *façanha* prestaram um triplo desserviço. Em primeiro lugar, esses interesses influenciaram determinantemente a concepção e difusão da idéia de que os grupos indígenas que faziam frente à colonização eram hordas de bestas-feras a serem amansadas ou liquidadas e não sociedades que buscavam defender a si e aos seus territórios de uma violenta invasão. Em segundo lugar, tudo indica que tais interesses, sobretudo por louros e lucros, foram os principais responsáveis pela supressão ou minoração nas fontes documentais produzidas pelos europeus e luso-brasileiros do papel fundamental desempenhado por seus aliados indígenas na produção do espaço colonial. Esse papel compreendeu, como se sabe ou infere, a cessão ou venda da sua força de trabalho, a orientação de expedições exploratórias, o empréstimo das suas redes sócio-espaciais, o repasse dos seus saberes tradicionais, a constituição de forças militares para a expansão e defesa dos territórios coloniais etc. Em terceiro lugar, os interesses em validar a colonização e colher os seus louros e lucros contribuíram significativamente para a concepção e difusão da idéia de que os indígenas – fossem aliados ou inimigos – viviam em meio à natureza como criaturas semi-humanas ou não-humanas e pouco ou nada a agenciavam. Como tal, eles seriam capazes, no máximo, de defenderem o seu território como as onças e suçuaranas, de criarem abrigos como os guaxos e joões-de-barro e de constituírem trilhas por pisoteamento como as antas e capivaras. A produção do espaço – enquanto base existencial essencial à reprodução social e atributo estritamente humano – não lhes seria, portanto, cabível.

Todavia, quando um estudo geográfico visando ao conhecimento da formação de uma metrópole, rede urbana, região econômica ou qualquer outra modalidade territorial do Brasil reproduz essa idéia delirante e desdenha os indígenas enquanto agentes diretos ou indiretos da produção do espaço, ele está fadado à incompletude ou mesmo

ao risco de cometer graves desacertos. Isso pode afetar inclusive o conhecimento sobre a formação de territorialidades cujo início se deu onde sabidamente já não havia a presença de qualquer grupo indígena. A razão é simples: no ano de 1500, todo o espaço correspondente ao atual território brasileiro (excetuando-se as suas ilhas e águas oceânicas) consistia em territórios de culturas indígenas cuja formação exigira milhares de anos de produção do espaço e reprodução social. Por dedução, toda a atual organização do espaço brasileiro é fruto, em maior ou menor medida, dos encontros entre essas culturas indígenas – e, claro, entre elas e culturas não-indígenas – e de um complexo processo de colonização iniciado não no ano de 1500, mas a um tempo pelo menos 20 vezes superior ao que soma hoje a presença européia na América.

O terceiro conjunto de problemas consiste na difícil mensuração do enraizamento em nós do entendimento que existem ou existiram seres humanos destituídos de razão, cultura, história e desejo e, por extensão, do quão ele afeta a nossa atitude diante de um *Outro*, seja ele de filiação cultural indígena ou não. A maioria dos brasileiros reconhece, mesmo que de um modo bastante vago ou superficial, que a sua formação tanto individual quanto social é fruto de muitas interações entre múltiplas matrizes culturais. Tal condição também é freqüentemente celebrada como um traço que supostamente nos distingue, que nos empresta uma grande plasticidade e tolerância e que se manifesta vivazmente em nossas feições, falares, fazeres etc. Contudo, é no mínimo ingênuo acreditar que isso reflita um *ethos* que nos funda como uma nação exemplarmente afeita à "inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" nos termos do Artigo 5º da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. No bojo de louváveis legados que recebemos dos nossos ancestrais – sejam eles originários da América, Europa, África ou de além – também herdamos múltiplas formas de etnocentrismo, racismo e violência, não raro mascaradas por artifícios ufanistas. Entretanto, elas se revelam cotidianamente por meio de incontáveis atos falhos e lapsos em nossas falas, formas de tratamento, modos de produção e reprodução, relações de poder e mesmo em nosso repertório nada inocente de anedotas.

Além disso, essas formas de etnocentrismo, racismo e violência se fazem igualmente visíveis em um campo que há muito nos interessa como pesquisadores: o conjunto de ações governamentais voltadas à preservação da memória nacional e do nosso patrimônio cultural. Por mais que enderecem, como reza o Artigo 216° da Constituição, "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", a análise dos tombamentos e demais ações realizadas revela um fato inconteste: a ampla ênfase dada a bens produzidos sob a égide da cultura européia.

Diante desses e de outros aspectos da nossa vida pública e privada, nos lembramos sempre de Sérgio Buarque de Holanda (2000 [1936]) quando escreveu em *Raízes do Brasil* "que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas (...) representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro" (p.146). Entretanto,

> essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concórdia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. (...) A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados e íntimos, passa a ser, quando muito benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não *cordial*, se chamará mais precisamente hostilidade (p.205).

Será que essa nossa inclinação por viver ao sabor das paixões – e que tanto dificulta a consolidação de uma verdadeira *res publica* nesse país, como também inferiu Holanda – afeta a nossa memória individual e coletiva? Será que a elucidação do papel das culturas indígenas na formação do Brasil e o reconhecimento de que temos um genocídio na bagagem nos obriga a tamanho enfrentamento dos nossos fantasmas e reestruturação do nosso sentido de alteridade que tem sido mais fácil tratar essas questões por meio de uma forma de sublimação chamada esquecimento? Se isso for verdadeiro, será que não estamos incorrendo em uma violência ao consentirmos que se complete a chacina iniciada em 1500 pelo apagamento da sua memória? Ao fazer isso não estaremos contribuindo para que se adie o enfrentamento de graves contradições éticas da nossa sociedade e para que outras chacinas se sucedam? Quais serão as próximas vítimas? Os nossos filhos?

EREJAKASÓ PIÁNG?

O enfrentamento desses três conjuntos de problemas – não obstante as suas envergaduras serem incomparavelmente superiores às nossas competências – é a principal motivação que animou a elaboração do presente estudo; ou melhor, desse mosaico imperfeito composto a partir de um apanhado de fragmentos que colecionamos há mais de duas décadas e de diversos ensaios que elaboramos aqui de forma a tentar

preencher algumas das suas lacunas e emprestar-lhe algum sentido. Em linhas gerais, a nossa contribuição consiste na interpretação de diversos subsídios geomorfológicos, ecológicos, arqueológicos, históricos, etnológicos, lingüísticos, arquitetônicos, urbanísticos, cartográficos e iconográficos realizada visando proporcionar um melhor entendimento da produção do espaço da região Extremo Sul da Bahia e, particularmente, dos papéis e legados de quatro culturas que o habitaram: a sambaquieira, a Aratu, a Tupiguarani e a portuguesa[2]. Vem daí o título deste estudo – uma homenagem aos encontros interculturais – que tomamos emprestado de uma passagem do impagável *Colóquio de entrada ou chegada ao Brasil, entre a gente do país chamada tupinambá e tupiniquim em linguagem brasílica e francesa*, escrito por Jean de Léry (1980 [1570]):

> Tupinambá: – *Erejúpe?* – Vieste?
> Francês: – *Pá, ajú.* – Pois não, vim.
> Tupinambá: – *Te! auge nipó. Marápe nde réra?* – Eis aí, muito bem. Qual o teu nome?
> Francês: – *Rery (Léry) usú.* – Ostra-grande.
> Tupinambá: – *Erejakasó piáng?* – Emigraste? [3]
> Francês: – *Augebé.* – Perfeitamente.
> Tupinambá: – *Iandé repiáka ou! Iandé repiáka ou, eh! che rayra! Te, oú erté henoín Rery-usú, ime.* – Veio-nos ver! – Veio-nos ver, oh! Meu filho! Eis aí, veio realmente o de nome Ostra-grande para ficar.
> Tupinambá: – *Ererú nde karamemó?* – Trouxeste tuas malas? (...)
> Francês: – *Pá, arú.* – Sim, trouxe-as (p.275-276).

Por meio deste estudo, esperamos também incentivar uma maior visibilidade e atenção ao patrimônio cultural que se encontra acautelado no Extremo Sul da Bahia, bem como animar a extensão dessas medidas de preservação a outros relevantes acervos que não contam com tanto. Assim, talvez possamos concorrer para a sua devida constituição em *lugares de memória* que façam jus às contribuições proporcionadas à região tanto pelos portugueses quanto por diversas culturas indígenas que participaram da sua formação. Sem a presença de qualquer uma delas, ousamos afirmar, a sua geografia teria um desenho impensável até mesmo pelos melhores praticantes de especulações sobre o futuro do pretérito.

A escolha da região Extremo Sul da Bahia tem motivações, como se pode perceber, para além da sua capacidade de evocar o início da presença européia no Brasil e da sua condição de *locus* de um *mito de origem*. Mesmo que isso tenha pesado a seu favor – assim como o fato de ter sido um dos primeiros espaços brasileiros a abrigar

---

[2] A grafia dos etnômios indígenas que adotamos obedece às orientações da *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais*, assinada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro em 1953. Dentre elas, duas devem ser explicitadas para efeito de uma melhor compreensão do seu uso neste estudo: primeiro, os etnômios são sempre grafados com inicial maiúscula (sendo facultativo o seu uso quando tomados como adjetivos); segundo, eles não têm flexão de gênero e de número, a menos que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados.

[3] A tradução desse *Colóquio* para o português e a atualização ortográfica e gramatical das falas em Tupi foram realizadas por Plínio Ayrosa. Na obra original, Léry (1570) grafou a frase *Erejakasó piáng?* como "*Ere-iacasso pieno?*" e a verteu para o francês como "*As-tu laissé ton pays pour venir demeurer ici?* [Tu deixastes teu país para morar aqui?]" (p.341).

assentamentos portugueses –, o que lhe empresta excelência como objeto de estudos como o nosso é a posição periférica a que foi relegada na geografia Colonial, Imperial e parte da Republicana. Como será aprofundado neste estudo, tal posição não foi conseqüência apenas, como muito se apregoa, da inexistência de riquezas minerais que animassem a ampla colonização da região pelos portugueses, dos insucessos das tentativas de alçá-la à condição de importante espaço de produção açucareira ou da ênfase dada pela Coroa a outras regiões gozando desses e de outros recursos. A sua posição periférica resultou principalmente de uma série de problemas advindos das relações dos portugueses e, depois, dos luso-brasileiros com os grupos indígenas que a habitavam e das relações que esses grupos mantinham entre si desde tempos pré-cabralinos e em conformidade com processos de abrangência inclusive sul-americana. Essas relações repercutiram profundamente na produção e organização do espaço de todos os grupos indígenas e não-indígenas da região e, no que tange aos portugueses, elas restringiram a sua ocupação à zona costeira até o final do período Colonial. Mesmo depois, quando os luso-brasileiros iniciaram o processo de interiorização, eles não lograriam ocupar, até meados do século XX, muito mais do que faixas ao longo dos principais rios da região. Ou seja, durante mais de quatro séculos, enquanto um resoluto processo de colonização transformava radicalmente as feições pré-cabralinas de muitas porções do Brasil, o Extremo Sul da Bahia manteve-se como um mosaico de territórios indígenas e não-indígenas coberto quase que totalmente por densas Florestas da Mata Atlântica.

Por um lado, a posição periférica dessa região permitiu que as etnias indígenas que a habitavam nos séculos XIX e XX fossem objetos de diversos registros por estudiosos como Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]), Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius (1981 [1831]), Auguste de Saint-Hilaire (2000 [1833]), Teófilo Benedito Otoni (2002 [1859]), Johann Jakob von Tschudi (2006 [1866]) e Curt Nimuendajú (1986 [1939]). Tal posição periférica também contribuiu significativamente para que uma dessas etnias – a Pataxó – e alguns remanescentes das Florestas da Mata Atlântica lograssem alcançar o nosso tempo, apesar de devastadores fenômenos econômicos ocorridos na região a partir de meados do século XX e, em especial, da exploração madeireira e da abertura da Rodovia Federal BR-101. Além disso, essa posição possibilitou a preservação de uma quantidade expressiva de testemunhos materiais da presença indígena (na forma principalmente de sítios arqueológicos) e da presença portuguesa (principalmente as suas povoações), posto que foram poupados da destruição por fenômenos sócio-espaciais comumente associados ao crescimento econômico no Brasil.

Por outro lado, a posição periférica do Extremo Sul da Bahia causou severos impactos na produção do conhecimento sobre muitas das suas dimensões e, particularmente, sobre as suas dimensões culturais. Isso pode ser verificado, por exemplo, quando se coteja o volume de estudos e dados disponíveis sobre a região até o final da década de 1960 com os versando sobre regiões que gozaram de maior relevância econômica. Esse quadro só começou a ser modificado no início da década de 1970, ao que tudo indica, em virtude da abertura da BR-101 e da profunda alteração que acarretou no papel desempenhado pela região na economia estadual e nacional. Desde então um conjunto crescente de dados e estudos tem sido produzido sobre esse espaço, no bojo, principalmente, do trato de questões turísticas e ambientais. No entanto, excetuando-se uns poucos trabalhos de viés arqueológico e indigenista, a maior parte pouco ou nada se atém às contribuições legadas à região pelas diversas culturas que a habitaram e, quando o faz, é de forma bastante fragmentária e relegando a participação indígena a um papel menor. Essa carência também pode ser verificada nos próprios livros de história e geografia nacionais voltados ao ensino fundamental e médio. Enquanto nos primeiros a região figura, via de regra, apenas nas páginas referentes ao dito Descobrimento e aos momentos iniciais da colonização portuguesa, nos últimos ela é retratada geralmente em meio a questões de escopo espacial mais amplo ou, se muito, por conta das suas Unidades de Conservação e do fenômeno do turismo.

Outro sintoma da posição periférica a que ficou sujeito o Extremo Sul da Bahia é o histórico dos primeiros tombamentos do seu patrimônio cultural pelo Governo Federal. A despeito da sua inequívoca relevância e de tais medidas terem sido iniciadas no Brasil ainda em 1937, a primeira endereçando a região data de 15 de julho de 1968, quando se inscreveu no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* o "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro"[4] (folha 11). Já a segunda medida consistiu no Decreto nº. 72.107 de 18 de abril de 1973 que alçou todo o município de Porto Seguro a "Monumento Nacional". A justificativa para tanto, explicitada nas considerações desse Decreto, foi:

> A necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural do Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia e, em especial, o Monte Pascoal, situado em seus limites; (...) essa salvaguarda atende aos mais caros remanescentes do início da história pátria, ali iniciada pelos integrantes da frota cabralina, desde a visão do Monte Pascoal aos primeiros contatos com a nova terra[5].

[4] Como se lê no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*: "O tombamento abrange, especificamente, o Marco do Descobrimento; o Paço Municipal; as Ruínas do Fortim, Reduto ou Bateria da Costa, juntamente com duas velhas peças de artilharia ali existentes e o antigo canhão que jaz perto da praia; As ruínas da Igreja da Glória; e as Igrejas pertencentes à Diocese de Ilhéus; de Nossa Senhora da Pena; da Misericórdia e Cemitério anexo; dos Jesuítas; e de Nossa Senhora d'Ajuda" (Número de Inscrição 45; folha 11).

[5] A inscrição do município de Porto Seguro como Monumento Nacional no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* deu-se em 1º de março de 1974 (Número de Inscrição 62; folha 14).

A opção deste estudo pelo Extremo Sul da Bahia também foi motivada pela história da sua constituição como território lusófono ou, mais especificamente, como região econômica desse estado. Como também aprofundaremos, o delineamento dos seus limites tem origem na década de 1530, quando a Coroa portuguesa adotou o sistema de capitanias hereditárias como padrão para a colonização das suas possessões na América. Dentre as capitanias que foram criadas então, estava incluída uma que seria conhecida pelo nome de Porto Seguro e cujos limites setentrional e meridional situavam-se quase que exatamente nas mesmas latitudes dos limites norte e sul da região Extremo Sul da Bahia. O seu território estendia-se oficialmente da linha de costa à linha de Tordesilhas, conformando uma faixa com mais de 1.000 km de extensão que abarcava toda a porção norte do atual estado de Minas Gerais e parte do de Goiás. No entanto, o máximo que se realizou no sentido da colonização do seu interior a partir da vila de Porto Seguro foram algumas expedições no século XVI que se supõe terem alcançado, se muito, o rio São Francisco. Uma série de processos posteriores – como a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709 – emprestaria à capitania de Porto Seguro um delineamento bastante similar ao da região Extremo Sul da Bahia e determinaria o porquê ela é parte desse estado e não do de Minas Gerais ou do Espírito Santo. Portanto, qualquer estudo que tenha entre os seus objetivos o entendimento dos papéis e legados dos portugueses no Extremo Sul da Bahia conta com a grande vantagem desse espaço ter sido uma única unidade territorial portuguesa, ou parte dela, durante a maior parte do período Colonial. E como tal, ele esteve sempre sujeito a um mesmo conjunto de políticas capitaneado de forma bastante centralizada, primeiro, por donatários que receberam da Coroa o privilégio da sua exploração e, depois de 1763, por ouvidores nomeados para a sua administração.

Finalmente, deve-se frisar que a opção deste estudo pelo Extremo Sul da Bahia também foi motivada pela longa e profícua relação que mantemos com essa região. Iniciada há mais de 20 anos, ela eventualmente tornou-se uma das mais importantes dimensões da nossa vida profissional e pessoal e foi responsável por moldar muito do nosso *olhar*. Nesse percurso, acumulamos não apenas uma grande quantidade de conhecimentos sobre diversas dimensões da região, mas, principalmente, uma profunda inquietação acerca de como diversos atores públicos e privados têm lidado com o patrimônio cultural e natural que ela encerra e com as comunidades tradicionais que a habitam. Essa condição também animou outros trabalhos que produzimos anteriormente e, dentre eles, dois que consideramos particularmente relevantes em virtude dos conhecimentos que proporcionaram e das suas repercussões neste estudo.

O primeiro consiste em nossa dissertação de mestrado, intitulada *The Challenges of Sustainable Development in Coastal Settings under the Impact of Tourism: The Case of*

Porto Seguro in Southern Bahia, Brazil (Tofani, 1997). O seu desenvolvimento deu-se junto ao Master of Urban and Rural Planning da Technical University of Nova Scotia (TUNS), Canadá, e sob a orientação do Prof. Dr. Essy Baniassad. Esse estudo examinou o fenômeno do turismo, os seus principais impactos em países em desenvolvimento, a sua natureza evolutiva e potencialmente finita e a questão da sua sustentabilidade. Especial ênfase foi dada à identificação e interpretação dos impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália no período entre a abertura da BR-101 no Extremo Sul da Bahia e o ano de 1996. Esses impactos foram avaliados à luz da *Lanzarote Charter for Sustainable Tourism* (WTO, 1996) e concluiu-se que o turismo, por um lado, proporcionou importantes benefícios socioeconômicos a esses municípios que a posição outrora periférica da região havia dificultado ou impossibilitado. Por outro lado, os seus severos efeitos negativos – especialmente no patrimônio cultural e natural e nas comunidades tradicionais – demonstram o quão paradoxal pode ser o desenvolvimento turístico nos moldes em que lá se tem realizado e levantam sérias dúvidas sobre a sua efetividade e sustentabilidade.

O segundo trabalho que consideramos particularmente relevante foi a coordenação do *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia* (Tofani *et al.*, 2000). Contratado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1999, ele teve como instituição executora a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG), como órgão financiador o Ministério da Cultura (MinC) e como entidade interveniente a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP). O seu objetivo foi o levantamento e a sistematização das informações que caracterizam seis sítios urbanos tombados nesses municípios como bens culturais de grande relevância[6]: os núcleos das cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (fundados por portugueses no século XVI), das vilas de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Vale Verde (fundados por jesuítas no século XVI) e da vila de Caraíva (fundado provavelmente por portugueses no século XVIII). O seu desenvolvimento baseou-se na metodologia INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados) do IPHAN (1998a) e teve três vieses: um histórico, consistindo no levantamento de fontes bibliográficas e arquivísticas sobre a formação do território e a evolução urbana dos sítios; um arquitetônico, consistindo em levantamentos planialtimétricos, fotográficos, de características arquitetônicas e de estado de conservação dos seus bens imóveis; e um socioeconômico, consistindo em entrevistas aos seus proprietários ou locatários visando

[6] Segundo o IPHAN (2001a), entende-se como sítio urbano tombado "não só as cidades e centros históricos, mas também os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, valorizados a partir de sua inserção no contexto urbano maior" (p.10).

determinar a sua origem, escolaridade, renda, família, fatores e tempo de fixação no sítio, grau de satisfação e demandas em relação à edificação e à infra-estrutura e serviços públicos etc. Os dados levantados nas pesquisas histórica, arquitetônica e socioeconômica foram sistematizados em suportes digitais como bases de dados no formato MDE contendo informações alfanuméricas, fotografias e plantas dos imóveis; plantas cadastrais dos sítios no formato DWG contendo a sua topografia, logradouros, parcelamentos e imóveis; e maquetes no formato MAX acompanhadas por animações no formato AVI. Essas maquetes representam as principais características espaciais dos sítios e permitem a simulação e análise de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nos mesmos. A metodologia para a sua produção foi desenvolvida por nossa equipe e tornou-se padrão do INBI-SU (Figura 2) (IPHAN, 2001a; Tofani, 2003). Um total de 792 bens imóveis foi inventariado nos seis sítios[7] e produziu-se um instrumento científico com grande capacidade de contribuição para o planejamento e gestão de ações visando à sustentabilidade da delicada relação entre a preservação desse patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades que o habitam. Participaram da execução desse inventário um professor e 13 bolsistas da EAUFMG, quatro arquitetos e dois historiadores do IPHAN, um topógrafo e 12 bolsistas dos próprios sítios. Ele foi finalizado no ano de 2000 e publicado em uma coleção de 10 CDs-ROM.



Figura 2: vistas das maquetes digitais dos sítios urbanos tombados: a) da cidade de Porto Seguro; b) da vila de Arraial d'Ajuda; c) da vila de Trancoso; d) da vila de Vale Verde.
Fonte: edição das animações em Tofani *et al.* (2000).

[7] Foram inventariados 400 bens imóveis na cidade de Porto Seguro, 110 na cidade de Santa Cruz Cabrália, 77 na vila de Arraial d'Ajuda, 67 na vila de Vale Verde, 70 na vila de Trancoso e 68 na vila de Caraíva.

Se a nossa relação com o Extremo Sul da Bahia teve um papel basilar no desenvolvimento deste estudo, os conhecimentos e experiências proporcionados pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG o determinaram em grande medida. Essas contribuições, deve-se destacar, estenderam-se para além do compartilhamento de um inestimável cabedal de saberes geográficos e incluíram relevantes estímulos a uma reestruturação que experimentamos em parte do nosso *ethos*. Dentre os seus desdobramentos, um deve ser explicitado pela sua repercussão neste estudo: o reconhecimento do nosso próprio preconceito – originário, como todos, da ignorância – em relação à importância capital das culturas pré-cabralinas na produção do espaço do Extremo Sul da Bahia. Ou seja, quando descrevemos os três conjuntos de problemas cujo enfrentamento animou a elaboração deste estudo, não estamos nos referindo a algo provocado exclusivamente por nossos antepassados europeus e muitos dos nossos contemporâneos. Estamos reconhecendo que o referido entendimento sobre a alteridade indígena que acarreta tais problemas também se reproduziu em nós e foi por nós reproduzido. Em nossa dissertação de mestrado, por exemplo, ao tratarmos a história da região, não escrevemos uma palavra sequer sobre os processos pré-cabralinos, valorizamos apenas os papéis e legados dos portugueses e luso-brasileiros, tratamos os indígenas como uma massa histórica e culturalmente amorfa e os colocamos ora como meros figurantes em meio à uma paisagem natural exuberante, ora como *bestas-feras* cuja existência consistia em infernizar a vida dos não-indígenas.

A pesquisa de doutoramento proposta inicialmente recebeu o título *Corpos sem Alma: os conflitos entre o fenômeno do turismo, a preservação do patrimônio cultural e a reprodução de comunidades tradicionais no Brasil* e tinha como objeto empírico o conjunto de sítios urbanos tombados que havíamos inventariado nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Ou seja, tratava-se, grosso modo, de um cotejamento entre os conhecimentos acumulados quando da realização desse inventário e os proporcionados por nossa dissertação de mestrado. Não obstante ser uma pesquisa que ainda consideramos de alta relevância, os primeiros passos que demos no sentido do seu desenvolvimento, os conhecimentos e experiências proporcionados pelo Programa de Pós-Graduação e o amadurecimento que acumulamos nos levaram a trilhar um percurso bastante diferente do projetado originalmente.

Dois eventos tiveram um papel determinante nessa redefinição de curso e devem ser ressaltados: o Exame de Qualificação da pesquisa de doutoramento, ocorrido em

agosto de 2006, e uma viagem a campo que realizamos um ano depois. Enquanto o primeiro nos deu clareza em relação ao nosso maior interesse em aprofundar os conhecimentos sobre as contribuições ao espaço da região por parte das culturas que a habitaram, o segundo nos proporcionou o definitivo entendimento de que os papéis e legados das culturas indígenas constituíam uma questão bem mais extensa e complexa do que inferíamos anteriormente. Já havendo produzido, até julho de 2007, um extenso levantamento e análise de fontes documentais, nos dedicamos então a um trabalho junto ao Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Porto Seguro visando à identificação de subsídios arqueológicos para a pesquisa em desenvolvimento. Como será detalhado, um número considerável de prospecções tem sido realizado nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália desde o final da última década e revelado dados extremamente relevantes não apenas sobre a presença portuguesa, mas principalmente sobre as culturas indígenas que habitaram esse espaço desde pelo menos 2.850 BP[8].

Muitos desses dados foram incorporados à nossa pesquisa e, no que tange à interpretação dos relativos às culturas indígenas, fez-se necessário um considerável aprofundamento nos estudos arqueológicos, históricos, etnológicos e lingüísticos sobre elas e, em espacial, sobre as suas origens, percursos e modos de produção do espaço e reprodução social. Para além de um significativo aumento da complexidade da pesquisa, isso exigiu que alterássemos o recorte pretendido originalmente – e que incluía o aprofundamento dos conhecimentos sobre as contribuições luso-brasileiras para produção do espaço do Extremo Sul da Bahia – e nos concentrássemos nas culturas que habitaram a região até o final do período Colonial (1808), em nome do que entendemos como uma contribuição mais pertinente e de forma a buscar resgatar uma dívida para com as suas culturas indígenas.

Em linhas gerais, esse estudo foi produzido a partir da identificação, análise, cotejamento, interpretação e, não raro, re-interpretação de uma ampla variedade de fontes que oferecem subsídios para o entendimento da produção do espaço do Extremo Sul da Bahia e, particularmente, dos papéis e legados das culturas sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e portuguesa. Essas fontes são em sua maioria primárias, foram produzidas por autores com diversas origens, formações, interesses e *olhares* e podem ser organizadas segundo 10 conjuntos.

O primeiro é constituído por estudos que versam sobre a formação e caracterização das principais dimensões naturais da região e, em especial, da sua geomorfologia e dos seus ecossistemas. Dentre eles, devem ser destacados os de autoria de Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Zelinda Margarida de Andrade Nery Leão,

[8] A sigla BP significa anos *Before Present*. Por convenção internacional, considera-se como o presente o ano de 1950.

Hermann Behling, Allaoua Saadi, José Maria Landim Dominguez, Louis Martin, Abílio Carlos da Silva Bittencourt, Antonio Rabêlo Sampaio, Jean-François Timmers, Carlos Alberto Bernardo Mesquita, Luiz Paulo de Souza Pinto, Ana Cláudia da Silva Andrade, Aziz Nacib Ab'Sáber, Kenitiro Suguio, Moysés Gonsalez Tessler, Samara Cazzoli y Goya, Webster Ueipass Mohriak e Fernando Flávio Marques de Almeida.

O segundo conjunto de fontes é formado por relatórios técnicos, artigos e livros versando sobre prospecções arqueológicas realizadas em sítios localizados em praticamente todas as regiões do continente americano e, particularmente, no Extremo Sul da Bahia. Esse conjunto inclui trabalhos de Charles Frederick Hartt, Domingos Soares Ferreira Penna, Herbert Huntingdon Smith, Alfred Métraux, Valentin Calderón, Igor Chmyz, José Proenza Brochado, Jean-Marie Flexor, Kenitiro Suguio, Louis Martin, Anna Curtenius Roosevelt, David Meltzer, André Prous, Niède Guidon, Eduardo Góes Neves, Gabriela Martin, Letícia de Barros Motta, Robson Bonnichsen, Karen Turnmire, Cristiana de Cerqueira Silva, Madu Gaspar, Kita Chaves Damasio Macario, Rafael Guedes Milheira, Renato Kipnis, Suely Gleyde Amâncio, José Maria Landim Dominguez, Adriana Schmidt Dias, Flávio Rizzi Calippo, Lílian Panachuck de Sá, Pedro Ignácio Schmitz, Ângela Maria de Moraes Bertho, Marisa Coutinho Afonso, Camila Azevedo de Moraes, Maura Imazio da Silveira, Denise Pahl Schaan, Astolfo Araujo, Luís Piló, Walter Neves, João Paulo Atui, Walter Fagundes Morales, Cintia Bendazzoli Simões, James Q. Jacobs, Paulo de Blasis, Andréas Kneip, Rita Scheel-Ybert, Paulo César Giannini, Arkley Marques Bandeira e a Smithsonian Institution. No que tange especificamente à arqueologia no Extremo Sul da Bahia, devem ser destacados os relatórios técnicos produzidos pelo Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal da Bahia (NAPAS/UFBA) a partir das muitas prospecções que realizou na região.

O terceiro conjunto de fontes é composto por estudos antropológicos, etnológicos e lingüísticos sobre as culturas e etnias indígenas do Brasil e inclui trabalhos de Curt Nimuendajú, Cestmír Loukotka, Robert E. Meader, Aryon Dall'igna Rodrigues, William Balée, Jézus Marco de Ataídes, Beatrix Perrone-Moisés, Carlos Fausto, Greg Urban, John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Hilda Paraíso, Sílvia M. Schmuziger Carvalho, Berta Ribeiro, Lux Boelitz Vidal, Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, Andrade e Arantes Ltda., Bruna Franchetto, Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, Rinaldo Arruda, Paulo Serpa, Julio Cezar Melatti e Maria Rosário Gonçalves Carvalho.

O quarto conjunto de fontes é constituído por documentos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas que versaram sobre as *terras e gentes* do Brasil e, particularmente, do Extremo Sul da Bahia. Ele inclui tratados, relatórios, cartas e folhetins de autoria de Pero Vaz de Caminha, Pietro Martire de Anghiera, Américo Vespúcio, Valentim Fernandes, Hans Staden, André Thevet, Ulrich Schmidel, Jean de Léry, Pero de

Magalhães Gandavo e Gabriel Soares de Sousa; inclui também documentos produzidos por padres e irmãos jesuítas envolvidos na catequese dos indígenas e, em especial, por Manoel da Nóbrega, João de Azpilcueta Navarro, Antônio Pires, Leonardo Nunes, Francisco Pires, Ambrósio Pires, José de Anchieta, Antônio Blasquez, Fernão Cardim, Pero Rodrigues, Mateus de Aguiar, Antônio Ruiz de Montoya e Francisco Pais; e inclui os extraordinários relatórios que foram produzidos pelos desembargadores Thomé Couceiro de Abreu e José Xavier Machado Monteiro, a cargo da ouvidoria de Porto Seguro durante a fase Pombalina. Esses relatórios foram transcritos paleograficamente no também extraordinário *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, organizado pelo conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e diretor desse Arquivo, Eduardo de Castro e Almeida, e publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nas décadas de 1910, 1920 e 1930.

O quinto conjunto de fontes que tratamos é formado por livros, relatórios e cartas de europeus e luso-brasileiros que registraram as dimensões culturais e naturais do Extremo Sul da Bahia e regiões adjacentes no período entre o início do século XIX e meados do século XX. Dentre eles destacam-se Balthasar da Silva Lisboa, João da Silva Santos, Thomas Lindley, Manuel Aires de Casal, Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied, Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Moritz Rugendas, Victor Renault, Teófilo Benedito Otoni, Robert Avé-Lallemant, Johann Jakob von Tschudi e Curt Nimuendajú. Esse conjunto de fontes também inclui os relatórios anuais submetidos às Assembléias Legislativas da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo pelos respectivos presidentes de província e, depois, governadores de estado, bem como inúmeros censos, relatórios e publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O sexto conjunto de fontes é formado por estudos sobre a história portuguesa, franciscana, jesuíta e luso-brasileira produzidos por autores como Vicente do Salvador, Francisco Adolfo de Varnhagen, João Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Serafim Leite, Venâncio Wílleke, Beatriz Santos de Oliveira, Eduardo Bueno, Ronaldo Vainfas, Rossana Britto, Márcio Santos, Janaína Amado, Luiz Carlos Figueiredo, Regina Horta Duarte e Luís Seabra Lopes. Nesse âmbito, destaca-se a obra *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil* organizada por Carlos Malheiro Dias, Ernesto Vasconcelos e Roque Gameiro e, em especial, os capítulos de autoria de António Baião, Duarte Leite, Jordão de Freitas, Paulo Merêa, Pedro de Azevedo e do próprio Dias.

O sétimo conjunto de fontes é composto por estudos sobre a arquitetura, o urbanismo e, em especial, os acervos de bens imoveis que constituem o patrimônio cultural do Extremo Sul da Bahia. Ele inclui trabalhos produzidos pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), pelo Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal da Bahia (NAPAS/UFBA), por Roberta Marx Delson, por Andrade e Arantes Ltda. e por nós.

O oitavo conjunto de fontes consiste nas bases cartográficas versando sobre o Extremo Sul da Bahia e subdivide-se em dois grupos: o primeiro é formado pela cartografia histórica e inclui trabalhos de Lopo Homem, Alonso de Santa Cruz, Giacomo Gastaldi, Luís Teixeira, Petrus Montanus, Willem Janszoon Blaeu, João Teixeira Albernaz e João Teixeira Albernaz II; o segundo grupo é formado pela cartografia moderna e inclui trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Marinha do Brasil, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e do New York Botanical Garden (NYBG).

O nono conjunto consiste em uma ampla variedade de fontes iconográficas produzidas entre o início do século XVI e o presente. Essas fontes foram incorporadas a este estudo de forma a lhe proporcionarem uma maior consistência e clareza e incluem gravuras de Johann Froschauer, Theodore de Bry, Miguel Tibério Pedegache Brandão, Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, desenhos de Cristóvão de Lisboa, um óleo de Victor Meirelles e mais de três centenas de fotografias de diversos autores.

Finalmente, o décimo conjunto de fontes é formado por estudos sobre o turismo, especialmente em países e regiões em desenvolvimento, e incluem trabalhos produzidos por Harry G. Clement, Emanuel De Kadt, Jacomina Regt, Agustin Vale, Richard W. Butler, Alistair Mathieson, Geoffrey Wall, Stephen Britton, Eelet Cater, Edward Inskeep, Auliana Poon, Brian Archer, Douglas Pearce, Hasan Zafer Dogan, Kadir Din, Pim Peppelenbosch, Gertjan Tempelman, Elizabeth Boo, Chris Ryan, Jost Krippendorf, Allan Williams, Gareth Shaw, Clare Gunn, Dimitri Ioannides, pela World Tourism Organization (WTO) e por nós.

Essas fontes foram identificadas através de um trabalho de revisão bibliográfica cujo início se deu, verdade seja dita, há pelo menos 14 anos, quando principiamos o nosso mestrado. Não obstante as suas muitas especificidades, elas foram escolhidas graças aos subsídios que oferecem para o entendimento da produção do espaço do Extremo Sul da Bahia e dos papéis e legados das culturas que o habitaram. O tratamento dessas fontes e respectivos subsídios foi pautado pela busca de respostas – como se verá, nem sempre possíveis ou conclusivas – para três questões. Em primeiro lugar, quais as principais dimensões naturais da região e como elas variaram sobretudo ao longo dos últimos 10.000 anos. Em segundo lugar, quais culturas habitaram a região e

como eram as relações de cada uma delas consigo mesma e com as outras culturas, com o que entendia por natureza e recursos naturais e com o deus ou deuses que venerava. Em terceiro lugar, como essas relações ou modos de reprodução social repercutiam nos seus modos de produção dos espaços ou, mais especificamente, no processo de escolha dos seus espaços, nos agenciamentos das suas dimensões naturais e culturais e nas variadas categorias espaciais que eram geradas.

A propósito, os registros e remanescentes da cultura material dos grupos que habitaram o Extremo Sul da Bahia – e principalmente os seus sítios arqueológicos, artefatos, habitações, aldeias, povoados, vilas e cidades – consistiram em subsídios de extrema importância para este estudo, posto que funcionam como demarcadores por excelência dos modos de produção e reprodução do respectivo grupo e permitem formular diversas interpretações sobre eles e, por extensão, sobre a sua cultura.

Como buscaremos demonstrar, a reprodução social e produção do espaço dos grupos em questão foram caracterizadas por uma grande dependência das condições e recursos naturais, quando não por uma completa indissociabilidade. Mesmo entre os portugueses, se observa esse fenômeno, a despeito de que detinham um cabedal tecnológico bastante superior ao dos sambaquieiros, Aratu e Tupiguarani. Outro aspecto que essas quatro culturas parecem ter comungado é a origem em espaços exteriores ao do Extremo Sul da Bahia e o ingresso no mesmo no bojo de movimentos de colonização de amplo escopo geográfico. E mais, todos os conflitos e intercâmbios sabidos ou inferidos entre esses grupos e internamente a eles parecem estar atrelados à questão do acesso aos recursos naturais e respectivas bases territoriais e/ou à maneira como lidavam com a alteridade. Em outras palavras, tudo indica que muito da produção e reprodução desses quatro grupos culturais, dos seus destinos e legados e da geografia do Extremo Sul da Bahia foram determinados por seus encontros e desencontros.

Este estudo consiste em nove capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo – intitulado *Cultura, memória e patrimônio: a produção e reprodução do* real – foi elaborado visando apresentar, mesmo que sumariamente, alguns conceitos que esperamos contribuir para um melhor entendimento dos conteúdos tratados mais adiante. Nesse sentido, é explicitado o conceito de cultura que pauta o presente estudo e discutida a questão da interdependência ou indissociabilidade entre os modos de produção do espaço e reprodução social de um dado grupo cultural. Em virtude da ênfase que damos aqui às questões da memória e do patrimônio cultural, bem como do crescente interesse que despertam em diversas disciplinas optamos por também oferecer algumas explicações e reflexões sobre esses conceitos e suas repercussões. Nesse sentido, uma concepção que consideramos particularmente atinente à geografia é salientada: a de *lugar de memória*.

No segundo capítulo – intitulado *Os primórdios da presença humana na América* – oferecemos uma breve explanação acerca dos primeiros movimentos de colonização do continente e sobre como a variedade e variação das principais condições e recursos naturais ao longo desse processo repercutiram nos seus resultados. Tal estudo faz-se necessário, primeiro, ao lançamento de hipóteses sobre os primórdios da presença humana no Extremo Sul da Bahia; e, segundo, ao entendimento de algumas dimensões da sua colonização por grupos de matriz cultural sambaquieira, Aratu e Tupiguarani.

Entretanto, antes de tratarmos essas questões, oferecemos uma compreensão geral da formação e caracterização do espaço natural da região. Ela se encontra no terceiro capítulo – intitulado *As dimensões naturais do Extremo Sul da Bahia* – e foi organizada conforme as principais unidades geomorfológicas e respectivos ecossistemas predominantes. Essa relativa quebra de continuidade decorre do fato de que todo e qualquer estudo sobre a presença humana na região, desde os seus primórdios até os dias hoje, depende visceralmente do entendimento dessas dimensões.

O quarto capítulo – intitulado *O ingresso humano no Extremo Sul da Bahia* – consiste em um ensaio onde lançamos algumas hipóteses sobre o tema. Como será detalhado, iniciativas desse tipo são necessárias, posto que existem diversos indícios de que a antigüidade da presença humana na região não tem uma profundidade cronológica de apenas cerca de três milênios, como indica a datação arqueológica mais antiga de que dispomos.

A disposição dos capítulos seguintes obedece à cronologia do início do processo de colonização desse espaço por grupos de filiação cultural sambaquieira (quinto capítulo), Aratu (sexto capítulo), Tupiguarani (sétimo capitulo) e portuguesa (oitavo capítulo). Entretanto, como se perceberá, existem diversas conexões entre esses capítulos e internamente a eles que não obedecem a um encadeamento simplesmente cronológico, mas ao interesse de se explicitar as relações entre esses grupos. No que tange ao período posterior ao ano de 1500, deve-se frisar, não nos detemos no tratamento pormenorizado de eventos históricos de escopo mundial, continental e nacional que já foram tratados pela historiografia e nos limitamos apenas a sintetizar aspectos chave necessários à sustentação dos conteúdos que aprofundamos.

Mesmo que não seja objetivo deste estudo o aprofundamento nos processos de produção do espaço do Extremo Sul da Bahia desde o início do período Imperial até a atualidade, no seu último capítulo – intitulado *À maneira de uma conclusão* – oferecemos, no bojo das nossas considerações finais, uma síntese dos processos que consideramos mais relevantes. Nesse sentido, é dada especial atenção à interiorização da presença luso-brasileira na região e a um fenômeno relativamente recente que contribuiu em grande medida para o delineamento da sua geografia: a chamada colonização turística.



Figura 3: a região Extremo Sul da Bahia no mapa *Divisão Político-Administrativa – Estado da Bahia – 2000*.
Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

cultura, memória e patrimônio: a produção e reprodução do *real*

Ao investigarem as permanências e transformações das cosmologias dominantes desde René Descartes, as futuras gerações muito provavelmente inferirão que uma das marcas mais notáveis do nosso tempo – e constitutiva do porvir – foi a profunda revisão por que passaram os nossos conceitos e relações com a natureza e, particularmente, com a cultura. Os seus efeitos se fazem cada vez mais visíveis nos nossos modos de produção e reprodução, mas ainda nos falta compreender plenamente o seu *ethos* e o seu *logos*. Não obstante os avanços nesse sentido, o que temos hoje é, em essência, uma miríade de hipóteses e teses baseadas em conteúdos tão diversos como: as questões da capacidade de carga da biosfera e as inquietações neo-malthusianas sobre os eventuais limites do crescimento demográfico e econômico global; o entendimento do planeta enquanto uma unidade biodiversa potencialmente vulnerável a ações antrópicas pontuais e a ampliação dos interesses e conflitos ambientais em escala mundializada; a eclosão de novas formas de produção do capital e o avanço de sistemas com pretensões hegemônicas globais; a ampliação do poder corporativo transnacional e a fragilização do Estado-Nação; a exacerbação dos embates entre esferas públicas e privadas e o fortalecimento dos movimentos sociais e organizações não-governamentais; a expansão da *mass media* e a revolução proporcionada pela Internet na desterritorialização da produção do conhecimento, da reprodução das idéias, dos relacionamentos e da ação política; as conclusões do Projeto Genoma Humano, pondo por terra o equivocado conceito de *raças* humanas e dando um basta, pelo menos científico, ao seu uso político; os avanços e limites da filosofia e ciência de base cartesiana e a eclosão do ideário transdisciplinar; as questões dos direitos à vida, à liberdade e à igualdade e da preservação das concepções, tradições e memórias de cada grupo social; e, sobretudo, o reconhecimento do papel central desempenhado pela cultura em todos esses âmbitos.

No entanto, o conceito de cultura a que nos referimos aqui – e que pauta este estudo – demanda esclarecimento, pois não se trata de uma noção compartilhada universalmente. Ao contrário, percebe-se que em muitas sociedades contemporâneas ainda predomina, mesmo que decrescentemente, uma noção sobre cultura que parece ter raízes nos limites conceituais e operacionais experimentados pelo cartesianismo durante uma boa parte da sua história. Ou seja, tudo indica que essa noção consiste em algo constituído, digamos, *por exclusão* ou *por exceção*, posto que abrange praticamente todas as dimensões da existência humana que durante muito tempo o afã cartesiano por verdades neutras, objetivas, cumulativas e universais não deu conta. Assim sendo, o que se entende como cultura dentro dessa tradição é na realidade um território tacitamente tolerado onde se confina compulsoriamente tudo o que se supõe – como as artes e as mitologias – subjetivo, imponderável ou idiossincrático.

Mesmo que as ciências humanas e, em especial, a antropologia já tenham demonstrado o quão é possível e necessário tratar tais conteúdos cientificamente, tal noção ainda permanece arraigada em muitos âmbitos da vida privada e pública e, inclusive, na organização de muitos governos e universidades de primeira linha. Contudo, nota-se o seu declínio diante da tendência de se conceituar a cultura como reza a própria etimologia desse vocábulo e de reconhecê-la como um complexo sistema de produção e reprodução de um conjunto de valores, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras. Sistema esse que estrutura a existência de cada ser e grupo humano e é capaz de instituir o que se entenda por *real* (Tofani, 2006).

RECONSTRUINDO NO DESERTO O PARAÍSO PERDIDO

Por mais que a humanidade tenha empreendido notáveis avanços científicos e tecnológicos, ainda vivemos frágeis, finitos e ignorantes em nosso exílio do absoluto nesse ermo que se estende pelos estreitos territórios entre céu e terra, nascimento e morte, memória e esquecimento. Contudo, não nos dobramos e, mesmo que sejamos inalienavelmente incapazes de desvendar todos os mistérios que nos envolvem, sempre buscamos transcender os nossos limites e reconstruir o absoluto a partir deste mundo, a partir dos nossos rudimentares instrumentos e lentes disformes. Reconstruir o absoluto significa criar um *kósmos* (vocábulo grego para “ordem”) que se imponha sobre o caos, que ilumine as trevas e humanize o universo. Desde o princípio dos tempos, os seres

humanos constroem e reconstroem o seu *kósmos*, produzindo e reproduzindo cosmologias que permitam, mesmo provisoriamente, fundar, apresentar e explicar o seu *mundus* (vocábulo latino para “universo”) e interagir consigo e com o *Outro*, com o que entende por natureza e com o que acredita serem os seus deuses.

Ao produzirmos cosmologias, construímos um lugar no espaço e no tempo. Um lugar que esperamos não apenas proteger-nos dos perigos que cremos nos rondarem, mas onde possamos experimentar as nossas vidas como significativas; onde possamos ver sentido na origem e trajetória dos nossos antepassados e um destino para nossos descendentes. Um lugar onde possamos concretizar e vivenciar na matéria as nossas verdades, onde possamos estabelecer base existencial e habitar. Essa necessidade é dada inclusive pela cosmogonia judaico-cristã quando Deus, ao expulsar Adão e Eva do Jardim do Éden, coloca para o ser humano o seu problema fundamental: “atravessar o portão e reconstruir no deserto o paraíso perdido” (Tofani, 2005:192).

Essa *desnaturalização* que parece caracterizar a humanidade também é destacada em outras cosmogonias presentes e pretéritas e aponta para a questão de que não possuímos uma *natureza* que possa ser tomada, por si só, como o nosso fundamento ontológico. Excluídas as dimensões biológicas que compartilhamos e formulações de foro religioso, faz-se necessário um outro critério. A nossa extraordinária capacidade de produzir e reproduzir cultura parece-nos a melhor alternativa.

O sentido e potência originais do vocábulo “cultura” – derivado do verbo latino *colere* e dos seus particípios *cultus* e *culturus* – podem nos ajudar a entender porque essa dimensão da nossa existência pode ser tomada como um fundamento ontológico capaz de nos instituir como seres humanos e como sujeitos históricos e sociais. E mais, a sua análise etimológica também pode nos ajudar a perceber a interdependência, ou mesmo a indissociabilidade, entre a cultura, a produção do espaço, a memória, a reprodução social e o patrimônio cultural.

O verbo *colere* significa “preparar”, “cultivar”, “cuidar”, “habitar”, “morar”, “praticar”, “exercer”, “proteger”, “amar”, “respeitar”, “venerar” e “honrar” (Firmino, s/d:106). Ele corresponde, portanto, a um conjunto de motivações e ações essenciais à existência humana e, particularmente, à produção do espaço do qual ela depende para se realizar individual e socialmente. Assim sendo, esse verbo reconhece a nossa *desnaturalização*, a necessidade de se *reconstruir no deserto o paraíso perdido* e a questão também colocada ao ser humano pela cosmogonia judaico-cristã quando ela setencia que: “É com fadiga que te alimentarás dele [o solo] todos os dias da tua vida; ele fará germinar para ti espinho e cardo, e tu comerás a erva do campo. No suor do teu rosto comerás o pão, até voltares ao solo, pois dele foste tirado” (Gênesis, 3, 17-19). Esse solo, para se consolidar enquanto base de um *mundus* precisará, portanto, ser *colo*-nizado.

Já o particípio passado do verbo *colere* – *cultus* – expande largamente as suas significações no seu presente ao reconhecer que a sucessão e acumulação de atos e efeitos no espaço e no tempo por uma sociedade têm um desdobramento fundamental: a consolidação do seu *mundus* e a constituição de uma memória individual e social. Em outras palavras, quando esse *mundus* já está cultivado, cuidado, habitado, praticado, exercido, protegido, amado, respeitado, venerado e honrado, quando há tempos ele fornece o sustento dos vivos e o repouso dos mortos, a sociedade tem então memória. Agora a terra é *culta*; agora ela deve ser *cultuada*.

Contudo, é o particípio futuro do verbo *colere* – *culturus* – que o possibilita alcançar a sua plenitude simbólica. Isso se dá porque ele reconhece a importância da sucessão e acumulação de atos e efeitos no espaço e tempo e da constituição de uma memória para a consolidação de um *mundus*, mas vai além. O particípio *culturus* aponta, como lhe é próprio, em direção ao porvir e indaga sobre como a sociedade se reproduzirá, sobre o patrimônio que transmitirá às novas gerações e sobre o que é necessário para que esse *mundus* se perpetue. Fazendo isso, ele reconhece que o futuro é um projeto desenvolvido através de ações no presente e a partir dos legados do passado; e, sobretudo, ele sustenta que a existência humana depende visceralmente da ininterrupta produção e reprodução de um conjunto de valores, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras compartilhado socialmente. A esse conjunto e aos modos da sua produção e reprodução denomina-se *cultura*.

Ela consiste, portanto, no mais poderoso sistema de significação de um grupo social, na representação mais completa das relações *humanos-natureza-deuses*, na expressão plena do nosso ser e no nosso fundamento ontológico por excelência. O ser humano só *existe* enquanto ser cultural que produz o espaço enquanto base *existencial*.

Posto isto, nos aprofundemos um pouco em duas importantes dimensões da cultura que possuem uma significativa imbricação e têm grande interesse a este estudo: a memória e o patrimônio cultural.

MEMÓRIA E *LUGARES DE MEMÓRIA*

A memória pressupõe um processo psíquico e intelectual de reconstrução seletiva do passado que nos possibilite elaborar uma representação algo coesa acerca das nossas origens, percursos, permanências e transformações. Entretanto, esse processo

não tem o passado por finalidade precípua. Acima de tudo, o que ele busca é apropriar-se do passado para estabelecer um diálogo com o presente e elaborar um projeto para o futuro; projeto esse que pode ser reacionário, evolucionário ou revolucionário. Como aponta o historiador Robert Frank (1992), essa relação da memória com o passado também não visa necessariamente a sua análise, decodificação, crítica ou desmistificação. Ao contrário, ela se apodera do passado "para sacralizá-lo, dar-lhe uma coerência mítica em relação a esse mesmo presente, a fim de ajudar o indivíduo ou o grupo a viver ou a sobreviver. (...) Clínica ou totêmica, a função da memória é a construção ou a reconstrução de uma identidade" (p.66-67).

Como sustenta o sociólogo Maurice Halbwachs (2004), a memória é um fenômeno fundamentalmente social e mesmo as memórias individuais são constituídas a partir da imersão do sujeito em uma memória coletiva produzida e reproduzida pelo seu grupo familiar, comunitário, nacional etc. A memória coletiva pode ser entendida, portanto, como um conjunto de representações de uma sociedade sobre elementos, eventos e processos do seu passado e caracteriza-se por uma permanente construção e reconstrução dos seus conteúdos através do contato dessa sociedade com o presente e, dialeticamente, com as memórias de cada um dos seus membros. A propósito, segundo Halbwachs, até os pensamentos e sentimentos que cada um supõe da sua exclusividade também são de alguma forma originários da experiência grupal e, portanto, cada memória individual deve ser entendida como um ponto de vista acerca da memória coletiva e ser analisada considerando-se sempre o lugar e as relações do sujeito no interior do seu grupo.

A memória coletiva instaura um fio condutor que dá alguma coerência e sensação de continuidade a uma sociedade e que possibilita aos seus membros o desenvolvimento dos essenciais sentidos de identidade e territorialidade ou, correspondentemente, alteridade e pertencimento. Como tal, ela tem uma força e um papel basilar na coesão social e na cidadania, pois é capaz de instituir um ponto de partida e de retorno onde comunguem os diversos que formam uma sociedade, bem como contribuir para que não ocorram grandes esgarçamentos e rupturas no tecido social. Como nos lembra o historiador Jacques Le Goff (1989), não é por outra razão que "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedades" (p.13).

Não obstante todas as sociedades dependerem, em maior ou menor grau, de uma memória coletiva que as legitime como tal e que contribua para a sua coesão, elas geralmente abarcam uma diversidade de memórias coletivas tão grande quanto o número de grupos sociais que as compõem. Essa diversidade pode ter graus variados de heterogeneidade e, mesmo em sociedades onde há um amplo e profundo predomínio de

uma determinada memória coletiva, não é incomum a presença de outras memórias que reconstroem o passado e apontam para o futuro de uma forma diversa do da maioria. Ao contrário, algumas dessas memórias – que o historiador Michael Pollak (1989) chamou de "memórias subterrâneas" – podem ser radicalmente diferentes das demais, especialmente quando sustentadas por grupos oprimidos, derrotados ou silenciados e, não raro, "afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados" (p.15). Tais movimentos são fundamentalmente lutas pela afirmação de uma identidade e cidadania plena e sempre apontam para a questão de que a maneira como uma sociedade lida com a diversidade de grupos e memórias que a compõe é uma eloqüente expressão da sua estrutura sócio-política.

Entretanto, as memórias – e especialmente as memórias coletivas – parecem estar experimentando, a um só tempo, um rápido esfacelamento das suas características tradicionais e um crescente interesse por parte das ciências humanas, sociedades, instituições etc. Em meio à grande quantidade de trabalhos que discute a questão, destaca-se um instigante artigo do historiador Pierre Nora (1993) intitulado *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Publicado originalmente em francês no ano de 1984, ele sustenta que tal interesse generalizado pela memória estaria ocorrendo simplesmente porque "ela não existe mais" (p.7); porque as tradicionais *coletividades-memória*, *sociedades-memória* e *ideologias-memória* que de fato as produziam e reproduziam e que constituíram a base da nossa formação estão extintas ou em avançado processo de extinção. Esse fenômeno estaria ocorrendo em virtude do resoluto avanço da globalização, mediatização e massificação que teria se iniciado antes do século XX, ganhado vigor na sua segunda metade e acarretado o que o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2007) chama de "aceleração da história". Ou seja,

> o passado se torna história, em nossa época, a um ritmo alucinante: a história corre atrás de nós, está em nossos calcanhares. (...). Há uma superabundância de eventos considerados relevantes, de que somos informados simultaneamente a seu acontecimento, acumulando-se em ritmo rápido demais para sua assimilação ou sua consideração em perspectiva. Constata-se que, habitualmente, tais acontecimentos que parecem capitais não foram previstos por economistas, historiadores ou sociólogos. A enorme quantidade de eventos assim vem não somente de uma informação superabundante, mas também da crescente interdependência presente no interior do que já se configura como um "sistema mundial" (s/p).

Partindo da convicção de que a memória subsiste cada vez menos nos moldes tradicionais, Nora desenvolve uma rica reflexão sobre as relações da memória com a história, sumarizadas na citação a seguir, e constrói os fundamentos de um conceito com grande pertinência para a contemporaneidade: o de *lieux de mémoire* ou *lugares de memória*.

> Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como a repetição religiosa daquilo que sempre se fez, uma identificação carnal do ato e do sentido, desde que haja rastro, distância, mediação não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (...) A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (p.8-9).

Mesmo admitindo que a história venha sendo objeto de uma significativa revisão epistemológica, Nora defende que a memória, porquanto mediada, filtrada, tratada e transportada pela história, teria se convertido em um dos seus objetos e, portanto, se transformado na própria história. Ou seja, tudo o que se considerava memória – notadamente memória coletiva – seria agora história. Contudo, o esfacelamento das formas tradicionais de memória, a perda de sentido de passado e o desenraizamento e esquecimento fácil que marcam estes tempos de mudanças tão aceleradas, abrangentes e profundas parecem ainda despertar “memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (p.7):

> O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para se só viver sob o olhar de uma história reconstituída. (...) Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (p.12-22).

Os *lugares de memória*, mesmo que possam ser considerados como uma coisificação da memória, possibilitam a permanente produção e reprodução de significações, a experiência da sacralização e mitificação, a construção e reconstrução de identidades e territorialidades, o fortalecimento do sentido de alteridade e a valorização da diversidade. Enquanto bases materiais, referências tangíveis ou encarnações de memórias individuais e coletivas, esses *lugares* podem constituir-se também em suportes de uma miríade de fenômenos culturais e mesmo naturais tais como: os ecossistemas que possibilitaram a existência e reprodução de nossos ancestrais; os territórios que constituíram; as paisagens que contemplaram; as montanhas que venceram e os picos inexpugnáveis; os seus caminhos e paragens; as suas cidades, vilas, povoados e aldeias que erigiram; os seus portões e muralhas, portos e praças, feiras e mercados, palácios e casebres, sótãos e porões, caixas e gavetas; as suas línguas e dialetos, crenças e mitologias, rituais e festas; os seus marcos e bandeiras, insígnias e brasões; as suas obras de arte e artesanato, lendas e ditos populares, cordéis e repentes; as suas culinárias e bebidas, medicinas e panacéias, ferramentas e técnicas; as suas armas e campos de batalha, masmorras e instrumentos de tortura. Muitos desses *lugares de memória* – se não a sua totalidade – podem ser considerados como bens do patrimônio cultural tanto de natureza material quanto imaterial segundo as conceituações adotadas pela maioria dos estudiosos e agências nacionais e internacionais que tratam da questão.

O PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio tem a sua origem etimológica no vocábulo latino *patrimonium*, cujos significados incluem “herança”, “bens de família”, “haveres” e “posses” (Firmino, s/d:404). A sua apropriação no âmbito da cultura dá-se hoje em todas as sociedades filiadas à família lingüística neolatina e refere-se, em essência, aos valores, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras consideradas por essas sociedades como portadores de relevantes referências à sua formação e composição. Transdisciplinar por excelência, a constituição e preservação do patrimônio cultural de uma sociedade pressupõe a valoração e escolha de bens materiais e imateriais que devem ser objeto de proteção através de formas de acautelamento tais como tombamentos, registros, inventários, valorização, vigilância etc. Esse processo é conduzido geralmente pelo Estado, demanda o estabelecimento de políticas, legislações

e institutos voltados para essa finalidade, exige critérios, metodologias e técnicas específicas, tem considerável impacto na produção do espaço e reprodução social e institui um direito de usufruto e um dever de preservação comuns a todos os cidadãos.

As matrizes culturais do conceito de patrimônio cultural são ocidentais, notadamente européias e se desenvolvem como um corpo teórico, instrumental e institucional a partir do século XVIII e, especialmente, no século XX. Desde então, as questões do patrimônio têm ganhado crescente importância nas agendas de praticamente todos os Estados, motivado encontros, cartas, recomendações, declarações e resoluções internacionais[9], sido objeto de estudos de vários campos do conhecimento, congregado um número crescente de admiradores, ocupado cada vez mais espaços na mídia, suscitado fervorosas polêmicas e adquirido a condição de bem de crucial valia para diversas atividades econômicas e, notadamente, para o turismo. Mais ainda, as referidas revisões por que passam os conceitos de natureza e cultura têm tido um significativo impacto no conceito de patrimônio e patrocinado uma franca expansão do seu escopo original – abarcando somente monumentos históricos e produções artísticas excepcionais relacionadas ao poder religioso e secular – no sentido de um âmbito muito mais abrangente.

Hoje, encontram-se inscritos em listas e livros de tombo e registro, bens culturais produzidos por diversos grupos sociais em variados tempos e espaços. Nessas relações – que incluem desde bens com relevância exclusivamente local até os considerados como patrimônio de toda a humanidade – há sítios urbanos, rurais e naturais, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras, equipamentos, documentos, objetos e artefatos de valor histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, ecológico, científico e tecnológico. Recentemente, o conceito de patrimônio cultural foi ainda mais alargado e passou a abarcar também bens de natureza imaterial tais como os conhecimentos e modos de fazer de uma comunidade, os seus rituais e festas, as suas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e os lugares onde elas concentram e reproduzem as suas práticas culturais coletivas. Essa ampliação de escopo, não obstante

[9] Dentre essas cartas, recomendações, declarações e resoluções destacam-se: a Recomendação de Nova Delhi sobre arqueologia (UNESCO, dezembro de 1956); a Recomendação de Paris sobre paisagens e sítios (UNESCO, dezembro de 1962); a Carta de Veneza sobre monumentos e sítios (ICOMOS, maio de 1964); a Recomendação de Paris sobre propriedade ilícita de bens culturais (UNESCO, novembro de 1964); as Normas de Quito sobre monumentos e lugares de interesse histórico e artístico (OEA, novembro e dezembro de 1967); a Recomendação de Paris sobre bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas (UNESCO, novembro de 1968); a Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano (UNEP, junho de 1972); a Convenção de Paris para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (UNESCO, novembro de 1972); a Resolução de São Domingos sobre patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano (OEA, dezembro de 1974); o Manifesto e Declaração de Amsterdã sobre o patrimônio arquitetônico europeu (Conselho da Europa, outubro de 1975); a Recomendação de Nairóbi sobre conjuntos históricos ou tradicionais (UNESCO, novembro de 1976); a Carta de Machu Picchu (Encontro Internacional de Arquitetos, dezembro de 1977); a Carta de Burra sobre conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais (ICOMOS, 1980); a Carta de Florença sobre jardins históricos (ICOMOS, maio de 1981); a Declaração de Nairóbi sobre o ambiente humano (UNEP, maio de 1982); a Declaração de Tlaxcala sobre pequenas aglomerações (ICOMOS, outubro de 1982); a Declaração do México sobre políticas culturais (ICOMOS, 1985); a Carta de Washington sobre cidades históricas (ICOMOS, 1986); e a Carta do Rio (Conferência Geral das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, junho de 1992) (IPHAN, 2006).

as suas viscerais relações com a revisão pela qual passa o conceito de cultura, também pode estar sendo motivada pelos três seguintes fenômenos.

A maneira como os Estados-Nação tem lidado ao longo do tempo com a memória coletiva dos grupos sociais que o compõem aparenta desempenhar um papel central nessa ampliação. Em um primeiro momento, ocorrido na maioria dos casos entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XX, a instituição de uma memória oficial baseada na memória coletiva dos seus grupos sociais mais influentes contribuiu significativamente para congregá-los e criar uma idéia algo hegemônica de identidade e território nacional. Em um segundo momento, com o Estado-Nação suficientemente fortalecido, se observa que o reconhecimento das especificidades culturais e memórias coletivas de todos os grupos sociais que o compõem passou a ser uma condição necessária para o estabelecimento de um pacto nacional que contribuísse para a justiça e paz social. A partir desse momento, ocorrido na maioria dos casos no pós-Guerra, há o desenvolvimento de políticas públicas que superam o conceito hegemônico de nação e buscam evidenciar os seus segmentos minoritários e menos influentes. Sem prejuízo da coesão nacional, se investe então na constituição de um imaginário coletivo que alude a uma formação social baseada no multiculturalismo e a um projeto de futuro calcado em conceitos como o de diversidade integrada. E no bojo disso, ampliam-se as modalidades e acervos de bens que constituem o respectivo patrimônio cultural nacional.

A globalização, mediatização e massificação também aparentam estar atuando de forma considerável na ampliação do escopo do patrimônio cultural. Isso se dá uma vez que, por um lado, elas estão contribuindo significativamente para a difusão de conceitos e noções sobre o valor da diversidade cultural mundial, para o aumento da compreensão e respeito mútuo e para a propagação de paradigmas de sustentabilidade; por outro lado, a globalização, mediatização e massificação estão causando fortes reações contrárias a alguns dos seus projetos hegemônicos. Essas reações têm sido sustentadas especialmente por grupos sociais empenhados em evidenciar, valorizar e proteger as suas origens, trajetórias, legados e especificidades culturais em meio a um mundo marcado pela aceleração, imprevisibilidade, estranhamento, desnorteamento etc.

As novas formas de reprodução do capital e simbioses econômicas que estabelecem entre setores como a *mass media* e o turismo também podem estar relacionadas ao aumento do escopo do patrimônio cultural e, particularmente, da sua mercantilização. Enquanto a expansão da *mass media* depende de manter um sistema onde o desejo do público por informações (inclusive sobre lugares e culturas) e a sua oferta pelos meios de comunicação de massa se retroalimentem contínua e crescentemente, a expansão do turismo depende de estimular o desejo desse público

pelo conhecimento *in loco* desses lugares e culturas, de comercializar os meios para tanto e de lançar novos produtos para difusão e venda.

Todavia, entre tantas tentativas de se explicar o aumento do escopo e do interesse mundial pelo patrimônio cultural, merece atenção uma contundente provocação que a historiadora e urbanista Françoise Choay (2001) endereça àqueles que, segundo ela, estariam transformando a memória e o patrimônio em objetos de fetiche. Como se lê em sua obra *A alegoria do patrimônio*:

> Nem o jogo dos valores tradicionais, nem a lógica econômica trazida pela cultura de massa esgotam os excessos e tampouco explicam um culto que se transforma em fetichismo. (...) Esse processo parece agora desprezar seleções e classificações e visar uma exaustividade simbólica, em detrimento da heterogeneidade das culturas, dos usos e épocas às quais pertencem os bens acumulados. Esse processo reúne, do mais significativo ao mais insignificante, os lugares de cultos religiosos e os lugares da indústria, os testemunhos de um passado secular e os de um passado recente. É como se, pela acumulação de todas essas realizações e de todos esses traços, se tratasse de construir uma imagem da identidade humana. E aí se encontra o nó da questão: o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem. Em outras palavras, a observação e o tratamento seletivo dos bens patrimoniais já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. (...) O patrimônio teria assim perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada. Pode-se, com efeito, interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem forte e consistente como uma maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com transformações de que elas não dominam nem a profundidade nem o ritmo acelerado, e que parecem questionar sua própria identidade. A adição de cada novo fragmento de um passado longínquo, ou de um passado próximo que mal acaba de “esfriar”, dá a essa figura narcisista mais solidez, precisão e autoridade, torna-a mais tranqüilizadora e capaz de conjurar a angústia e as incertezas do presente (p.240-241).

No que tange especificamente ao Brasil, a questão do patrimônio cultural parece ser tão antiga quanto os primeiros movimentos que ansiaram o país, ou alguma das suas partes, como uma nação soberana. Mesmo tendo experimentado significativo impulso nos movimentos republicano e modernista, ela ganhou foros de questão de Estado e efetivo arcabouço institucional somente na segunda metade da conturbada década de 1930 e, especialmente, após o golpe de estado levado a efeito por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Sob a alegação de que “a crescente agravação dos dissídios partidários tendia a resolver-se em termos de violência, colocando a nação sob a funesta contingência da guerra civil” (Melhoramentos, 1970:592-593) o novo governo, autoproclamado Estado Novo (1937-1945), dissolveu o Congresso Nacional, promulgou uma constituição com forte teor totalitarista, estabeleceu um regime de exceção (que inclui a extinção dos partidos, a censura e a repressão) e implementou profundas reformas administrativas, monetárias, tributárias e trabalhistas de caráter centralizador, corporativista e populista.

Vargas, no bojo do seu combate ao alegado enfraquecimento da unidade nacional, promulgou em 30 de novembro de 1937 o Decreto-Lei nº. 25 que conceituava o patrimônio nacional, estabeleceu instrumentos para a sua proteção, afirmou o Estado como o carro-chefe desse processo e criou condições legais para a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado pela Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937. Esses dispositivos estavam sendo gestados desde 1936, quando Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do governo constitucional de Vargas (1934-1937), encomendou a Mário de Andrade um anteprojeto do que viria a ser o Decreto-Lei nº. 25 e confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de criar uma agência de patrimônio nacional. O desenvolvimento e implantação desses dispositivos dão fortes indícios de que Vargas tinha ampla compreensão da importância de uma memória e identidade nacionais – mesmo que forjadas – para a fundação e manutenção de uma idéia hegemônica de nação. A partir desse momento, a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil se confunde com a própria história do SPHAN e dos institutos estaduais e municipais de patrimônio que o tomaram por modelo[10].

O SPHAN, durante as três primeiras décadas da sua existência – a chamada *fase heróica* – experimentou o engajamento de grandes intelectuais brasileiros, todos com profunda vinculação à principal questão cultural do período: a determinação e valorização de uma identidade brasileira, de uma *brasilidade*. Sob os auspícios de nomes como Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade e Sylvio de Vasconcellos, o SPHAN realizou uma das maiores empreitadas culturais da história do país. Para se ter uma idéia da sua amplitude, em 1938 o órgão já havia identificado e tombado mais de 20% do total de bens que tombou até o ano de 2000. Várias iniciativas desse tipo foram levadas a cabo nos anos que se seguiram, concomitantemente com a instalação e ampliação de uma rede administrativa e técnica com ramificações por todo o vasto território de uma nação que ainda se encontrava precariamente integrada do ponto de vista físico e simbólico (IPHAN, 1998b e 2001b).

Desde então, o SPHAN – ou IPHAN, como denominado a partir de 1995 – tem demonstrado uma firme convicção em um arcabouço teórico e metodológico que supõe capaz de orientar com absoluto rigor a definição do que seja o patrimônio cultural nacional e a sua preservação. A origem dessa mentalidade parece estar profundamente enraizada no *ethos estadonovista* e, independentemente das atribuições constitucionais desse instituto, criou um impasse inicialmente velado, mas hoje incontornável: o que é patrimônio, como preservá-lo e quem decide isso (Tofani *et al.*, 2003).

[10] A maior parte dos institutos estaduais de patrimônio foi fundada nas décadas de 1970 e 1980, ao passo que a quase totalidade dos institutos municipais foi fundada a partir da Constituição Federal de 1988.

Por um lado, com a criação do SPHAN em 1937, o Estado assumiu, pela primeira vez na história brasileira, a responsabilidade de zelar pelo patrimônio nacional, institucionalizou mecanismos para a sua identificação, documentação e preservação e logrou salvaguardar um grande número de bens com grande relevância cultural. Para se ter uma idéia, encontravam-se sob a proteção legal do IPHAN, em 2006: 83 centros e conjuntos urbanos compostos por mais de 20 mil imóveis; 12.517 sítios arqueológicos cadastrados; e mais de um milhão de objetos e bens museológicos, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, extensa documentação arquivística e diversos registros fotográficos, cinematográficos e videográficos distribuídos em uma ampla rede de museus, arquivos e unidades especiais (IPHAN, 2006). Os impactos positivos dessa política são amplamente conhecidos e devem ser sempre aplaudidos.

Por outro lado, todo processo de escolha é excludente por definição e quem determina a maior ou menor relevância de um bem cultural arrisca falar mais sobre si mesmo do que sobre um *Outro*. Os primeiros tombamentos no Brasil revelam um *olhar* bastante homogeneizado e notadamente influenciado pelos valores de uma intelectualidade predominantemente modernista, urbana e burguesa que, mesmo percorrendo todo o país em admiráveis expedições de identificação do seu patrimônio cultural, tinha as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como pontos de eterno retorno. Tal orientação, mesmo que coerente com a racionalidade que a animava e subsistindo sem grandes questionamentos por quase quatro décadas, acabou por revelar-se limitada. Primeiro, porque era pautada apenas por critérios históricos (tendo como principal fonte a história oficial) e por critérios artísticos (baseados em noções estilísticas e de excepcionalidade). Segundo, porque privilegiava somente bens de natureza material e, em função dos critérios adotados, grandes monumentos e obras de arte do período Colonial e, em espacial, do dito período Barroco. Terceiro, porque dentre os bens que atendessem a esses critérios, havia uma clara predileção por sítios urbanos integrantes da rede sócio-espacial conformada pela exploração e exportação aurífera e diamantífera.

Personalidades como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade reconheceram que os monumentos e obras de arte de matriz cultural européia formavam apenas uma parte do patrimônio cultural brasileiro[11]. Entretanto, a práxis que derivou da mentalidade dominante relegou a memória de vários grupos sociais brasileiros menos influentes – como os indígenas – a uma condição periférica ou *subterrânea* e contribui para o desmantelamento da sua identidade, a perda dos seus territórios e a fragilização da sua cidadania. Tal práxis também concorreu para a desvalorização e eventual

[11] Já em 1936, Mário de Andrade reconhecia, no seu anteprojeto do Decreto-Lei nº. 25, que os monumentos e obras de arte seriam apenas uma parte do patrimônio cultural. Muitos anos depois, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) afirmaria que "o acervo dos bens culturais (...) ultrapassa largamente a relação numérica dos bens inscritos nos livros do Tombo, bem como a fração dos que devem, por seus requisitos, ser incluídos no tombamento" (p.71).

destruição de inumeráveis manifestações culturais tidas então como menores ou ilegítimas – como as arquiteturas do final do século XIX – e tratou diversos acervos de bens de uma forma bastante desigual. Os sítios urbanos tombados pelo SPHAN dão eloqüentes exemplos disso, pois enquanto os seus bens monumentais (edifícios religiosos e institucionais e respectivos bens móveis e integrados) eram altamente valorizados e protegidos, o seu casario era relegado a pano de fundo, precariamente estudado e protegido e freqüentemente submetido a demolições, reformas e pastiches visando forjar no conjunto uma homogeneidade estilística Barroca (Tofani *et al.*, 2003).

As ações do SPHAN também foram bastante influenciadas por uma idéia que prevaleceu até o final da década de 1970: que os sítios urbanos tombados no país podiam ser entendidos como *cidades-monumento*; ou seja, que eles seriam obras de arte acabadas e esteticamente uniformes, que expressavam com excepcional vigor e autenticidade elementos constitutivos de uma suposta *brasilidade*. Esses antigos núcleos eram objetos da firme convicção de que se arruinariam pelo abandono ou, na melhor das hipóteses, não cresceriam mais. Assim sendo, a quase totalidade dos esforços do SPHAN priorizava salvaguardar esses acervos da ação destruidora do tempo (IPHAN, 2001a). Esses prognósticos e ações, bem como o próprio tombamento, eram motivados por um fenômeno considerado como um dos maiores aliados da preservação no Brasil e, também, como um de seus mais terríveis algozes: as longas letargias econômicas. Elas implicam, por um lado, o enfraquecimento das pressões de alteração, substituição ou extinção dos bens culturais de um sítio – especialmente bens materiais – e, por outro, a dramática redução dos recursos ou motivações necessárias para a sua manutenção e, conseqüentemente, a ocorrência de um lento e silencioso processo de deterioração e desaparecimento.

Contudo, a partir da década de 1970, muitos sítios urbanos tombados no Brasil, contrariando a convicção de que se arruinariam ou não cresceriam mais, passaram a experimentar níveis consideráveis de crescimento demográfico, urbanização e pressão sobre a sua frágil estrutura sócio-espacial por conta de diversos fenômenos econômicos e, em especial, do turismo. Naquele momento também se testemunha o avanço do conceito cultural de patrimônio sobre os limitados conceitos históricos e artísticos, assim como a substituição da noção de *cidade-monumento* pela de *cidade-documento*. A partir de então, os sítios urbanos tombados passam a ser entendidos como organismos dinâmicos, complexos e não necessariamente homogêneos e, notadamente, como conjuntos de lugares socialmente produzidos onde se acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação dos legados do passado e das contribuições do presente. A cidade não é mais entendida como um mero agrupamento de formas urbanas e arquitetônicas definindo um estilo ou conjunto de estilos; agora, ela

é compreendida como um documento composto por uma linguagem ou conjunto de linguagens que expressa a trajetória de uma sociedade e que pode ser lida e interpretada (IPHAN, 2001a).

O conceito de patrimônio cultural corrente hoje no Brasil reflete as principais tendências mundiais e compreende uma variedade de bens e entendimentos de difícil apreensão pela maior parte da intelectualidade e dos políticos da década de 1930. Dentre os vários méritos dessa expansão conceitual – impulsionada principalmente pela UNESCO[12], por setores na vanguarda do IPHAN e por pesquisadores de diversas universidades brasileiras –, cinco devem ser destacadas.

O primeiro mérito dessa expansão conceitual consiste no reconhecimento de que a seleção e o acautelamento do patrimônio cultural têm considerável impacto na produção do espaço e na reprodução social, possui relevante dimensão política e, portanto, exige que se questionem os critérios adotados nesses processos e em nome de que interesses eles são conduzidos. Isso contribui para ampliar o entendimento de que o patrimônio cultural brasileiro deve ser constituído não apenas de obras de arte de valor excepcional e grandes monumentos da história oficial em que os grupos dominantes se reconhecem, mas também contemplar toda a diversidade de grupos sociais participantes na formação e composição da nação.

O segundo mérito da expansão do conceito de patrimônio no Brasil foi o reconhecimento de que espaços ditos naturais tais como Florestas, Manguezais etc. também podem ser considerados como patrimônio cultural. Isso decorre fundamentalmente do entendimento de que muitos grupos sociais – notadamente comunidades tradicionais – os instituíram como territórios fundamentais para a sua reprodução. Essa perspectiva é também incentivada pela UNESCO, posto que adota, desde a década de 1970, o conceito de *cultural landscape* ou paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na prestigiosa listagem do Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO, 1972). No Brasil, ele tem implicado o tombamento de territórios relacionados a culturas presentes e pretéritas e, particularmente, a constituição de museus-território tais como o Museu Aberto do Descobrimento (MADE) que engloba áreas nos municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Extremo Sul da Bahia[13].

O terceiro mérito da expansão do conceito de patrimônio no Brasil foi o reconhecimento, através da Constituição Federal de 1988, das manifestações culturais

[12] Dentre os esforços capitaneados pela UNESCO, deve-se destacar a efetivação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972 (UNESCO, 1972).

[13] O MADE foi criado pelo Decreto Federal nº. 1.874 de 22 de abril de 1996 e consiste em uma área com 1.200 km² e 78 km de litoral abrangendo diversas Unidades de Conservação, Terras Indígenas, manifestações culturais tradicionais e bens históricos e arqueológicos. Como explicita o próprio Decreto, o seu território "correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, feita na Carta onde Pero Vaz de Caminha, informa ao Rei de Portugal a descoberta da nova terra".

de natureza dita imaterial como potenciais bens do patrimônio cultural[14]. Contudo, foi a partir da promulgação do Decreto nº. 3.551 de 4 de agosto de 2000 que essa questão do ganhou efetivo arcabouço institucional. Esse Decreto foi fruto de uma série de iniciativas e experiências do IPHAN e instituiu "o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro". Desde então, esse se faz no *Livro de Registro dos Saberes* (onde são inscritos os "conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades"), no *Livro de Registro das Celebrações* (onde são inscritos "rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social"), no *Livro de Registro das Formas de Expressão* (onde são inscritas "manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas") ou no *Livro de Registro dos Lugares* (onde são inscritos "mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas").

O quarto mérito da expansão do conceito de patrimônio no Brasil é o gradual reconhecimento da interdependência, ou mesmo da indissociabilidade, entre os bens culturais de natureza material e os de natureza imaterial de um dado grupo social. Ou seja, desde então se tem amadurecido o entendimento de que a preservação do patrimônio cultural material está intrinsecamente ligada à manutenção do patrimônio cultural imaterial das respectivas comunidades e vice-versa. Capitaneando esse entendimento, o IPHAN passou a adotar na década de 1990 o termo "referências culturais" para se referir ao conjunto conformado pelos bens culturais de um grupo social e pelos sentidos e valores que esse grupo atribui a esses bens (IPHAN, 2000). Como aponta a antropóloga Maria Cecília Londres (2000),

> quando se fala em "referências culturais", se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (...) A expressão "referência cultural" tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. (...) Embora essas informações só possam ser apreendidas a partir de manifestações materiais, ou "suportes" – sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, etc. – só se constituem como "referências culturais" quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos.

[14] Conforme o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

> Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma "identidade" da região para os seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos "fazeres" e "saberes", às crenças, hábitos, etc. (p.11-13).

Finalmente, o quinto grande mérito dessa expansão conceitual foi o reconhecimento de que a preservação do patrimônio cultural de natureza material e imaterial exige efetivos conhecimentos não apenas sobre os próprios bens, mas também sobre as estruturas e demandas das comunidades depositárias[15], sejam elas tradicionais ou não. Em outras palavras, compreende-se hoje que existe uma íntima e delicada relação entre a manutenção da integridade do patrimônio cultural e as transformações econômicas, sociais etc. dos seus depositários. Essa situação tem impulsionado a ampliação dos arcabouços teóricos, metodológicos e instrumentais disponíveis para a elaboração, implementação e gestão de ações que garantam a sustentabilidade dessa relação.

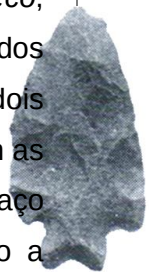
Contudo, e não obstante tão notáveis avanços, ainda serão necessários muitos esforços até que a memória e o patrimônio cultural nacionais reconheçam e dêem o devido crédito a todas culturas e grupos que participaram e participam da formação do Brasil, seja em termos sociais, seja em termos espaciais.

[15] Conforme o Artigo 216º da Constituição de 1988, "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação". Esses instrumentos são pautados no conceito de função social da propriedade – que não suprime o direito à mesma, mas que limita a sua utilização em função do interesse coletivo – e criam a figura do compartilhamento da responsabilidade pela preservação entre o Poder Público e os proprietários. Esses últimos são denominados depositários, ou seja, como quem recebe um bem em depósito.

os primórdios da presença humana na américa

Formulações sobre a origem e evolução da humanidade são oferecidas por todas as cosmologias pretéritas e presentes e constituem uma trama de riquíssima diversidade. Muito mais do que meras descrições do que se supõe na base da nossa existência, elas são parte fundamental do esforço de cada cultura no sentido de instituir o *real* e se auto-legitimar e, portanto, podem ser compreendidas como uma chave para acessar o *ethos* que a anima. A ciência de base cartesiana, enquanto uma cosmologia que há séculos estrutura a nossa cultura, também tem produzido formulações sobre o tema, incorporando e refutando cosmogonias construídas fora e dentro da sua práxis. Se por um lado os episódios diluvianos presentes em livros sagrados e tradições orais de muitas culturas têm sido tomados como uma memória ancestral acerca das elevações do nível relativo do mar durante as épocas pleistocênica e holocênica, por outro lado, algumas longevas teorias criadas sob os auspícios dessa ciência, como o conceito de hierarquia racial humana defendida pelo filósofo e biólogo Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919), têm sido demonstradas improcedentes – ou mesmo como discursos buscando legitimar formas de dominação – e atiradas ao lixo.

Hoje se percebe um crescente esforço de campos disciplinares tão diversos como a arqueologia, a etnologia, a história, a lingüística, a genética, a física, a geologia e a própria geografia no sentido de ampliar as suas inter-relações epistemológicas e construir formulações mais elaboradas sobre o complexo tema da origem e evolução humana. Não obstante a compreensível persistência de muitas polêmicas em torno do mesmo, prevalece a idéia de que nossas origens hominídeas situam-se em algum ponto da África, onde há seis milhões de anos os antepassados dos gêneros *ardipitheco, australopiteco*, *parantropo* e *homo* compartilharam um último ancestral comum com os antepassados dos atuais chimpanzés. Estima-se também que em algum momento entre um e dois milhões de anos atrás os cérebros dos nossos ancestrais hominídeos experimentaram as primeiras grandes mudanças e desenvolvimentos necessários à instalação de um traço distintivo da humanidade: a capacidade de produzir e reproduzir cultura, tal como a



conceituamos. O surgimento do *Homo sapiens*, no entanto, é tido como um fato bem mais recente, ocorrido, segundo as teorias e evidências mais aceitas pela comunidade científica, na região subsaariana em algum momento entre 200 mil e 130 mil anos atrás. Há aproximadamente 90 mil anos, já tendo ocupado um expressivo percentual do continente africano, ele repetiria o que fizera o *Homo erectus* entre 1,8 e 1,5 milhão de anos antes, cruzaria a península do Sinai e iniciaria o que foi a sua mais longa e ousada jornada (Figura 4a) (Smithsonian, 2004).

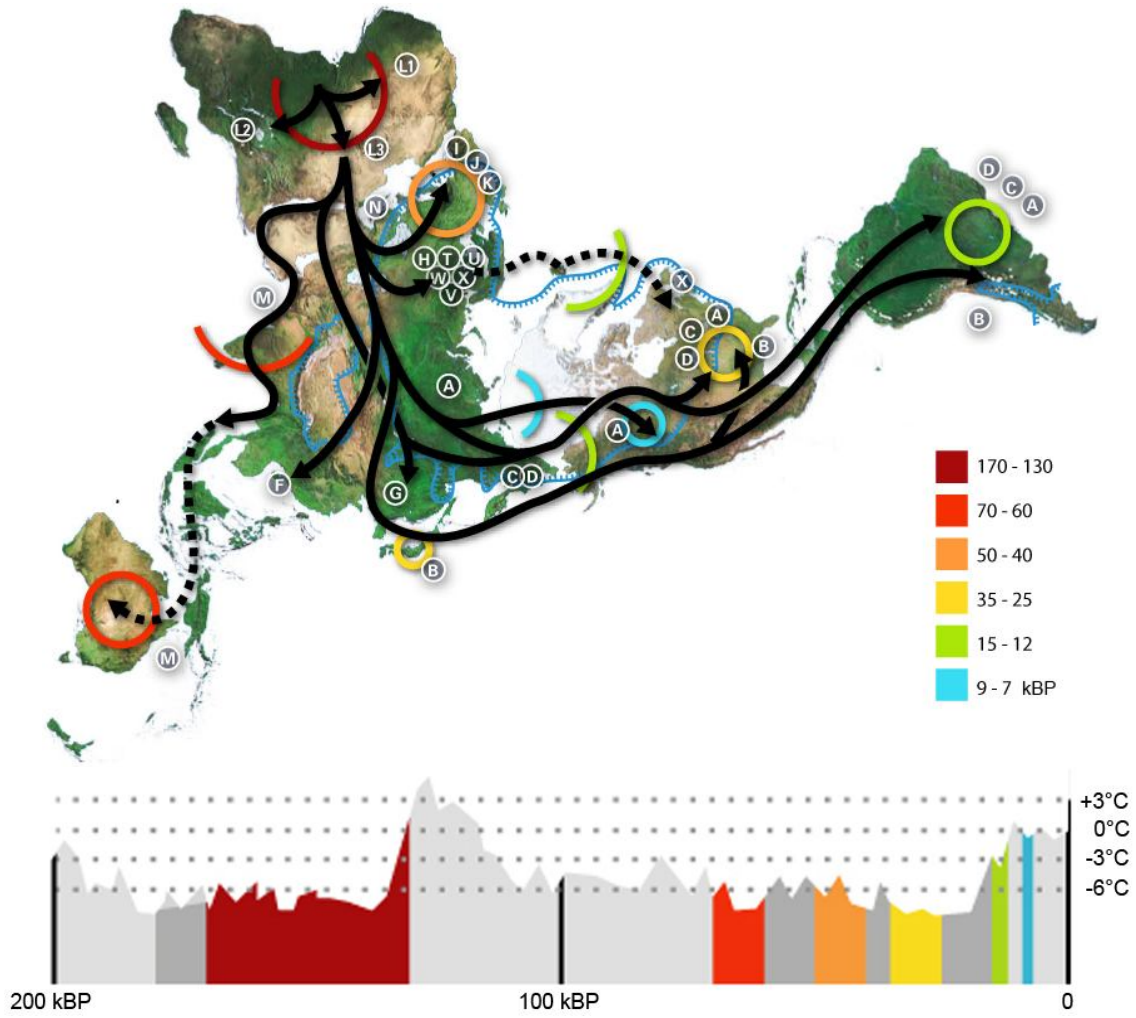


Figura 4: a) mapa das prováveis rotas de expansão do *Homo sapiens* entre 170 kBP e 7 kBP sugerido a partir da análise dos haplótipos de DNA mitocondrial (mtDNA)[16] das populações tradicionais dos respectivos espaços; b) gráfico da variação da temperatura média global nos últimos 200 mil anos. Legenda: linhas pretas contínuas = rotas terrestres; linhas pretas tracejadas = rotas marítimas; linhas dentadas azuis = limites das áreas cobertas por gelo no Último Máximo Glacial; letras e números dentro de círculos = haplótipo predominante. Fonte: modificado de http://pt.wikipedia.org/wiki/homo_sapiens.

[16] O DNA mitocondrial (mtDNA) é transmitido matrilinearmente (ou seja, unicamente pela mãe aos seus descendentes) e apresenta um conjunto de variedades – ou haplótipos – produzidos por sucessivas mutações ocorridas ao longo da existência da espécie humana. A melhor representação desse conjunto é uma árvore conformada por uma série de ramificações e cuja origem se encontra no que muitos geneticistas chamam Eva mitocondrial. Portanto, o conhecimento produzido sobre os haplótipos de mtDNA constitui-se em uma das mais poderosas ferramentas para se definir populações genéticas e reconstituir as suas trajetórias e origens geográficas. Como se pode observar na Figura 4a, o haplótipo do qual descendem todos os demais é originário da África e designado empregando-se a letra L (L1, L2, L3); já os haplótipos predominantes entre os ameríndios são designados A, B, C e D e originários da Ásia.

Os movimentos de expansão do *Homo sapiens* no Pleistoceno[17] o levariam a colonizar muitas porções continentais e insulares da África, Ásia, Europa e Oceania e, finalmente, a alcançar a América. O momento no qual esse evento se deu é uma questão altamente controversa e polariza a maioria dos seus estudiosos em torno de dois modelos teóricos. O primeiro e mais conservador é denominado *Late-Entry Model* em grande parte da literatura e sustenta que a presença humana na América tem uma profundidade cronológica que não ultrapassa doze milênios. O principal tributário teórico desse modelo é a chamada *Clovis-First Theory*, formulada a partir de uma série de vestígios arqueológicos evidenciados primeiramente em 1936 no estado do Novo México (EUA) e atribuídos a uma cultura de origem asiática que se estima ter ingressado no continente por volta de 12.000 BP. Designada cultura ou tradição cultural Clovis[18], se demonstrou que as suas populações lograram ocupar vastas extensões da América do Norte, parte da América Central e, talvez, alguns espaços no extremo noroeste da América do Sul. Mais ainda, muitos estudiosos consideram-na como a que primeiro ingressou no continente ou, pelo menos, como a mais antiga das culturas paleoamericanas cujas datações não são objeto de grandes questionamentos.

O segundo modelo é denominado *Early-Entry Model* e sustenta que a presença humana na América iniciou-se muitos milênios antes do que preconiza o primeiro. Tido como absurdo pela quase totalidade da comunidade científica até umas poucas décadas atrás, esse modelo vem ganhando cada vez mais consistência e defensores em virtude de um número crescente de pesquisas que tem oferecido evidências ou fortes indícios de que essa ocupação iniciou-se entre 25.000 BP e 40.000 BP por obra de culturas anteriores à Clovis (Tabela 1)[19] (Jacobs, 2001 e 2002).

Todavia, os modelos *Late-Entry* e o *Early-Entry* comungam o entendimento de que o processo de ingresso e avanço inicial do *Homo sapiens* na América foi determinado, em grande medida, pelas mudanças climáticas ocorridas no Pleistoceno Superior. Dentre elas, deve-se destacar a sucessão de longos períodos de declínio da temperatura ambiental média do planeta que instalou um regime climático caracterizado,

---

[17] O Pleistoceno e o Holoceno são as duas épocas geológicas que constituem o período Quaternário da Era Cenozóica. A sua cronologia apresenta algumas variações em função dos diferentes modelos interpretativos do tempo geológico. Para efeito deste trabalho, consideramos que o Pleistoceno estende-se de 1.800.000 BP até 10.000 BP e subdivide-se em Pleistoceno Inferior (1.800.000-780.000 BP), Médio (780.000-125.000 BP) e Superior (125.000-10.000 BP). Já o Holoceno estende-se de 10.000 BP até os dias de hoje e subdivide-se em Holoceno Inferior (10.000-8.000 BP), Médio (8.000-5.000 BP) e Superior (desde 5.000 BP).

[18] Como reza a práxis arqueológica, a denominação de uma cultura ou tradição cultural recém-identificada por meio dos seus vestígios materiais geralmente se faz tomando emprestado o nome do local onde eles foram evidenciados pela primeira vez. Foi assim com a Clovis, bem como com muitas outras referidas ao longo deste estudo. No caso de material arqueológico produzido por culturas sobre os quais há dados etnográficos, adota-se a sua autodenominação ou a denominação mais praticada por aqueles as documentaram.

[19] Apesar da preponderância desses modelos, existem alguns pesquisadores que sustentam que o ingresso do gênero *Homo* na América se deu muito antes de 40.000 BP. Beltrão & Perez (2007), por exemplo, sugerem que esse evento pode ter ocorrido por volta de 300.000 BP através não do *Homo sapiens*, mas do *Homo erectus*. Contudo, datações para além de 40.000 BP são tratadas com grande desconfiança pela quase totalidade da comunidade científica, pois as alegadas evidências arqueológicas nas quais se baseiam são de duvidosa procedência antrópica.

correspondentemente, por uma série de intensos episódios glaciais conhecida popularmente como a “Era do Gelo” (Figura 4b). Em conseqüência do aumento da acumulação de água em estado sólido em altas latitudes e altitudes e da diminuição da sua densidade e volume em grandes reservatórios mundiais, o nível relativo do mar (NRM) experimentou concomitantes regressões que o levaram para patamares dezenas de metros abaixo do atual. Essas glaciações e respectivas regressões marinhas emergiram o que hoje é o fundo do estreito de Bering e possibilitaram que a Sibéria e o Alasca estivessem conectados por terra durante períodos que podem ter alcançado milhares de anos (Figura 6). Segundo as teorias mais aceitas, esse espaço – denominado Beríngia por muitos estudiosos – permaneceu livre de grandes geleiras pleistocênicas e funcionou como uma ampla *ponte* através da qual passaram as primeiras populações humanas que alcançaram a América. Esse movimento parece ter sido provocado ou potencializado pela necessidade experimentada por grupos caçadores-coletores do nordeste da Ásia de buscar espaços com uma maior disponibilidade de espécies que, como o mamute, constituíam uma das suas principais fontes de proteínas e matérias-primas. Essa necessidade tem sido explicada pelo possível crescimento demográfico dessas populações humanas, mas também pode ter relação com a diminuição dos estoques de megafauna asiática por ações antrópicas – como o abate excessivo – e/ou por fenômenos naturais associados às mudanças climáticas no Pleistoceno Superior[20] (Bonnichsen & Turnmire, 1999; Fagan, 1987; Hoffecker *et al.*, 1993; Jacobs, 2001 e 2002; Neves, 1995; Prous, 1992; Schmitz, 2004; Wright, 1991).

Tendo alcançado a América, o *Homo sapiens* continuaria o seu avanço até que praticamente todo o espaço continental se constituísse em territórios humanos. Seja qual for a profundidade cronológica desse movimento, há concordância acerca de que ele exigiu milhares de anos e que as populações que o empreenderam encontraram ambientes radicalmente diferentes daqueles com que topariam os europeus e seus descendentes a partir do século XV. O continente apresentava uma temperatura ambiental média entre cinco e sete graus centígrados abaixo da atual, estava sujeito a um sistema de correntes atmosféricas e marinhas com um padrão bastante diferente do experimentado hoje e era marcado pela predominância de climas mais secos. Geleiras

[20] Mesmo predominando o entendimento de que o ingresso do *Homo sapiens* na América se deu através da Beríngia, estudiosos como a arqueóloga Niède Guidon (1992) sustentam que ele “não faz justiça à capacidade intelectual humana, reduzindo o Homem americano a um descendente de um animal não mais capaz que os camelos, mastodontes e bisões que migravam para a América” (p.38). Portanto, postula-se que populações da Europa, Oceania e/ou Ásia conheciam a navegação costeira – ou mesmo transoceânica – e podem ter alcançado a América por esse meio, concomitante ou anteriormente ao movimento migratório via Beríngia. Essa hipótese se baseia em evidências indiretas como, por exemplo, o fato de terras insulares na Oceania e Ásia terem sido colonizadas há pelo menos 40 mil anos e vestígios de ancilostomídeos de origem européia – incapazes de resistir a migrações em regiões frias – terem sido descobertos em coprólitos e corpos mumificados de pré-colombianos (Guidon, 1992; Prous, 1992). Todavia, essa hipótese ainda demanda subsídios mais consistentes e tem sido tratada com desconfiança pela maior parte da comunidade cientifica.

cobriam muitas das suas altas latitudes e altitudes, quase toda a linha de costa estava quilômetros adentro do atual leito da plataforma continental e grande parte dos seus rios apresentava um regime intermitente. A maioria das florestas tropicais havia recuado os seus domínios e estava restrita a bolsões, matas ciliares e refúgios. Savanas tropicais e subtropicais cobriam a maior parte do solo e pelas suas extensões ainda vagavam mastodontes, megatérios, gliptodontes, camelídeos, tigres-dente-de-sabre e diversas outras espécies da megafauna que se extinguiriam posteriormente (Ab'Sáber, 2003; Behling, 2002; Guidon, 1992; Jacobs, 2001; Neves, 1995; Prous, 1992 e 2006).

Contudo, as rotas e frentes adotadas pelas populações humanas que primeiro ocuparam a América também são objeto de bastante polêmica e permanecem como tema inconcluso. Uma miríade de formulações já foi produzida visando à sua elucidação e, no que tange à ocupação das terras norte e centro-americanas a partir da Beríngia, podem ser organizadas conforme a sua maior ou menor proximidade de duas hipóteses. A primeira é denominada *Ice-Free Corridor Hypothesis*, data da década de 1930 e pode ser considerada como mais afeta ao *Late-Entry Model* e à *Clovis-First Theory*. Essa hipótese parte do entendimento que durante a Glaciação Wisconsin (25.000 BP a 10.000 BP) uma vasta porção da América do Norte foi tomada por duas gigantescas formações glaciais que condicionaram de forma determinante o primeiro momento da sua colonização. A mais extensa foi chamada Geleira Laurentide pelas pesquisas geológicas que inferiram a sua existência e estendeu-se do Ártico até o norte dos Estados Unidos, e do litoral Atlântico até o os contrafortes orientais das Montanhas Mackenzie e Rochosas. Já a sua contraparte, a Geleira Cordilleran, estendeu-se dessas montanhas até o litoral Pacífico e do Alasca aos estados de Washington e Montana (EUA) (Figura 6). Conforme sugere essa hipótese, o primeiro movimento de colonização a partir da Beríngia teve o seu avanço através na zona costeira barrado, ainda no Alasca, pela Geleira Cordilleran. Isso teria obrigado-o a se desenvolver na direção leste, até alcançar o extremo noroeste do Canadá e o início de um corredor terrestre, com mais de 2.500 km de extensão, que havia se formado entre as Geleiras Cordilleran e Laurentide por volta de 12.000 BP. Como se preconiza, esse *Ice-Free Corridor* ocorreu ao longo dos contrafortes orientais das Montanhas Mackenzie e Rochosas, foi lentamente ocupado a partir do território de Yukon (Canadá) e permitiu que eventualmente se alcançasse o limite sul daquelas geleiras em um ponto situado, grosso modo, na porção oriental do estado de Montana (EUA) (Figura 5, Figura 6). A partir daí, essa rota de colonização desdobrou-se em inúmeras frentes que não encontraram grandes obstáculos ao seu desenvolvimento e lograram alcançar os oceanos Atlântico e Pacífico e a América Central alguns milhares de anos depois do *Homo sapiens* ter pisado pela primeira vez na América.

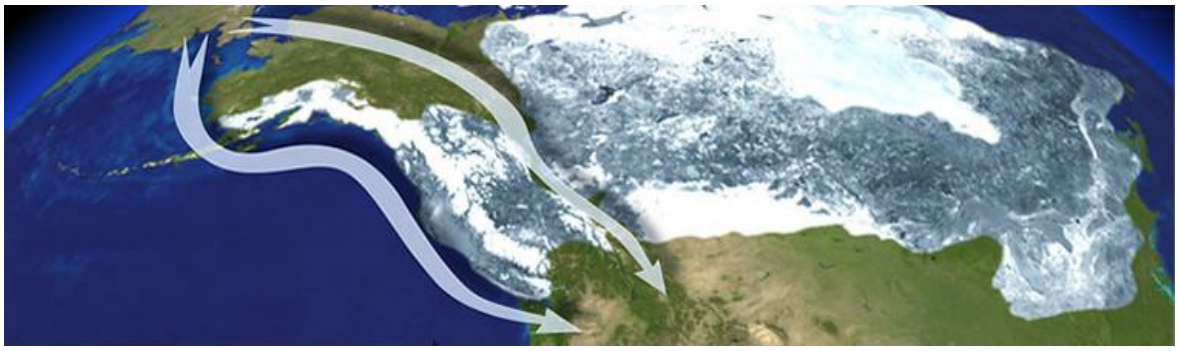


Figura 5: as rotas propostas pelas *Coastal Route Hypothesis* e *Ice-Free Corridor Hypothesis* e as Geleiras Cordilleran e Laurentide.
Fonte: modificado de MAE/SFU (2005).

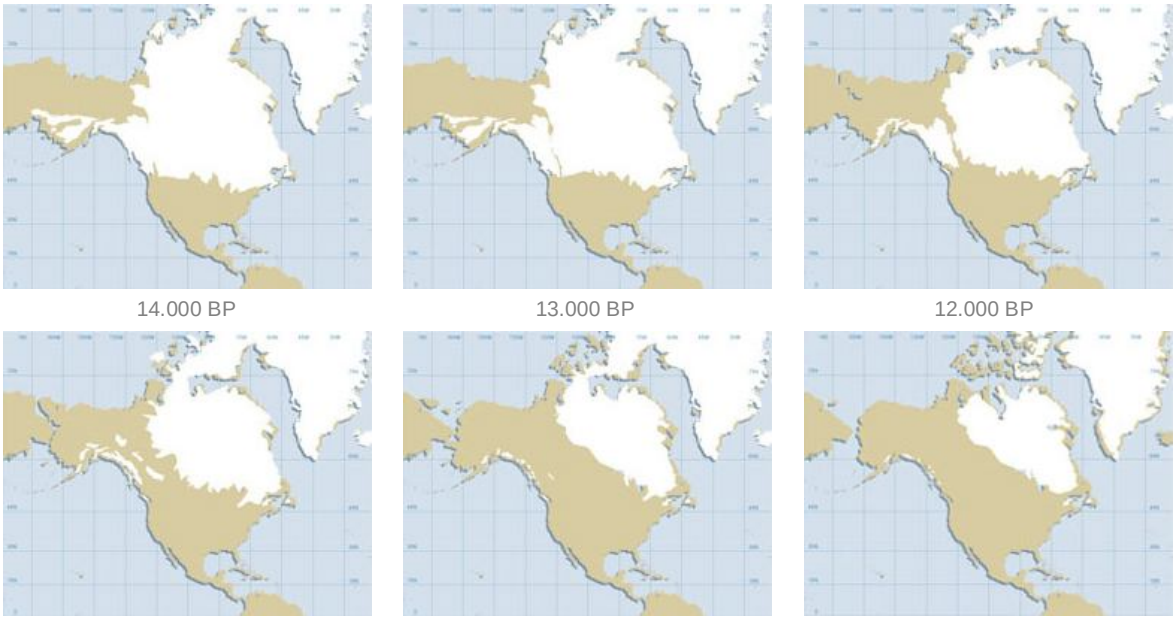


Figura 6: mapas do noroeste da Sibéria, da América do Norte e das Geleiras Cordilleran e Laurentide entre 14.000 BP e 9.000 BP.
Fonte: modificado de MAE/SFU (2005).

Pesa contra a *Ice-Free Corridor Hypothesis* o fato de ainda não haverem sido encontradas evidências arqueológicas da cultura Clovis anteriores a 11.000 BP na área desse corredor, o que tem levado muitos arqueólogos a supor que a sua ocupação deu-se de sul para norte e por obra de grupos que haviam alcançado antes o noroeste dos Estados Unidos. Nesse sentido, sugere-se que a primeira rota de colonização do continente ocorreu ao longo da zona costeira do Pacífico, seja considerando-se o *Late-Entry Model* ou o *Early-Entry Model*. Essa hipótese, denominada *Coastal Route Hypothesis*, foi formulada na década de 1960 e sustenta que esse movimento, caso tenha sido contemporâneo à Geleira Cordilleran, foi viabilizado por uma série de bolsões ou refúgios que permaneceram livres de gelo graças às suas características microclimáticas. Como se demonstrou, tais espaços abrigaram condições e recursos

naturais próprios à presença humana, podem ter sido alcançados especialmente por meio da navegação costeira e estão hoje total ou parcialmente inundados pela posterior ascensão do NRM (Figura 5). Como também se sugere, a adoção dessa rota teria resultado uma ocupação relativamente rápida das terras habitáveis ao longo do Pacífico, faria com que o processo de interiorização só ocorresse efetivamente depois de se atingir o golfo da Califórnia e permitiria que as Américas Central e do Sul fossem alcançadas bem antes do que preconiza a *Ice-Free Corridor Hypothesis*.

A presença humana na América do Sul, por sua vez, parece ter se iniciado a partir do istmo do Panamá por pequenos grupos que teriam alcançado a Colômbia, provavelmente na vanguarda de atividades de caça e coleta (Prous, 1992). As estimativas mais conservadoras estimam que isso se deu por volta de 10 ou 11 mil anos atrás (Meltzer, 1989), mas assim como ocorre em relação à datação do ingresso na América do Norte, essa tem sido cada vez mais contestada. Tal questionamento ocorre também no bojo do debate entre defensores dos modelos e hipóteses de colonização da América do Norte e Central sumarizados acima, mas tem como principal fundamento as datações realizadas no último par de décadas em materiais supostamente arqueológicos evidenciados em sítios na Venezuela, Peru, Brasil e Chile[21] (Tabela 1) (Guidon, 1992; Martin, 1997; Neves, 1995; Prous, 1992).

Tabela 1: exemplos de sítios arqueológicos na América com datações anteriores a 8.000 BP.

SÍTIO, ESTADO/PROVÍNCIA, PAÍS	DATAÇÃO (BP)	FONTE
Burnham, Oklahoma, EUA	**40.900**±1.600	Wychoff *et al.* (1990) *apud* Jacobs (2002)
El Cedral, San Luis Potosí, México	**37.694**±1.963	Lorenzo & Mirambell (1999) *apud* Jacobs (2002)
Monte Verde I, Valdivia, Chile	**33.370**±530	Roosevelt *et al.* (1996) *apud* Jacobs (2002)
Meadowcroft, Pennsylvania, EUA	**31.400**±1.200	Adovasio *et al.* (1990) *apud* Jacobs (2002)
Morro Furado, Bahia, Brasil	**26.900**±570	Martin (1997)
Tlapacoya, Puebla, México	**21.700**±500	Lorenzo & Mirambell (1999) *apud* Jacobs (2002)
Toca do Sítio do Meio, Piauí, Brasil	**20.280**±450	Martin (1997)
Dos Rodrigues I, Piauí, Brasil	**18.600**±450	Martin (1997)
Lovewell Mammoth, Kansas, EUA	**18.250**±90	Holen (1996) *apud* Jacobs (2002)
Fort Rock Cave, Oregon, EUA	**13.200**±720	Byran & Tuohy (1999) *apud* Jacobs (2002)
Piedra Museo, Santa Cruz, Argentina	**12.890**±90	Miotti & Cattaneo (1997) *apud* LaBelle (2002)

[21] Alguns dos mais antigos indícios da presença do *Homo sapiens* no Brasil foram obtidos através de escavações realizadas por Niède Guidon nos estratos mais profundos do sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no município de São Raimundo Nonato (PI). Eles consistem em fragmentos de carvão vegetal que essa arqueóloga postula terem pertencido a fogueiras de origem antrópica e cuja datação radiocarbônica apontou idades de até 48.000 anos (Guidon, 1993; Martin, 1997). No entanto, a alegada procedência desse material tem sido refutada por diversos pesquisadores que os interpretam como resultantes de eventos não-antrópicos. Desde então, Guidon, na defesa da sua tese, protagoniza uma das maiores polêmicas da história da arqueologia brasileira.

Owl Cave, Idaho, EUA	**12.850**±150	Miller (1982) *apud* Jacobs (2002)
Arroio dos Fósseis, Rio Gde. do Sul, Brasil	**12.770**±220	Borrero (1996) *apud* Jacobs (2002)
Passo da Cruz II, Rio Gde. do Sul, Brasil	**12.690**±100	Milder (1994 e 1995) *apud* Dias (2004)
Lubbock Lake, Texas, EUA	**12.650**±250	Green (1962) *apud* Jacobs (2002)
Bonfire Shelter, Texas, EUA	**12.460**±490	Bennett (1986) *apud* Jacobs (2002)
La Moderna, Buenos Aires, Argentina	**12.330**±370	Borrero (1996) *apud* Jacobs (2002)
Abrigo do Sol, Mato Grosso, Brasil	**12.300**±95	Borrero (1996) *apud* Jacobs (2002)
Cueva del Medio, Ultima Esperanza, Chile	**12.290**±180	Nami (1987) *apud* LaBelle (2002)
Smith Creek Cave, Nevada, EUA	**12.150**±120	Byran & Tuohy (1999) *apud* Jacobs (2002)
Lapa do Boquete, Minas Gerais, Brasil	**12.070**±170	Dias (2004)
Swan Point, Alaska, EUA	**12.060**±70	Holmes *et al.* (1996) *apud* Jacobs (2002)
Quereo, Choapa, Chile	**12.000**±195	Borrero (1996) *apud* Jacobs (2002)
Johnson Site, Tennessee, EUA	**11.950**±110	Byran & Tuohy (1999) *apud* Jacobs (2002)
Santana do Riacho, Minas Gerais, Brasil	**11.960**±250	Dias (2004)
Tres Arroyos, Tierra del Fuego, Chile	**11.880**±250	Nami (1996) *apud* LaBelle (2002)
Walker Road, Alaska, EUA	**11.820**±200	Powers & Hoffecker (1989) *apud* Jacobs (2002)
Broken Mammoth, Alaska, EUA	**11.770**±220	Holmes (1996) *apud* Jacobs (2002)
Moose Creek, Alaska, EUA	**11.730**±250	Powers & Hoffecker (1989) *apud* Jacobs (2002)
Lapa Vermelha IV, Minas Gerais, Brasil	**11.680**±500	Laming-Emperaire (1979) *apud* Dias (2004)
Blackwater Draw, New México, EUA	**11.630**±350	Hayes *et al.* (1984) *apud* Jacobs (2002)
Mead, Alaska, EUA	**11.600**±80	Holmes (1996) *apud* Jacobs (2002)
Arroyo Seco II, Buenos Aires, Argentina	**11.590**±90	Borrero *et al.* (1998) *apud* LaBelle (2002)
Garruchos, Rio Grande do Sul, Brasil	**11.555**±230	Dias (2004)
Lehner Ranch, Arizona, EUA	**11.470**±110	Haynes (1991) *apud* Jacobs (2002)
Tule Lake, California, EUA	**11.450**±340	Beaton (1991) *apud* Jacobs (2002)
Owl Ridge, Alaska, EUA	**11.340**±150	Phippen (1988) *apud* Jacobs (2002)
Gruta da Pedra Pintada, Pará, Brasil	**11.145**±135	Roosevelt *et al.* (1996) *apud* Dias (2004)
Dry Creek, Alaska, EUA	**11.120**±85	Thorson & Hamilton (1977) *apud* Jacobs (2002)
Furna do Estrago, Pernambuco, Brasil	**11.060**±90	Martin (1997)
Lapa do Dragão, Minas Gerais, Brasil	**11.000**±300	Dias (2004)
Chã do Caboclo, Pernambuco, Brasil	**11.000**±250	Martin (1997)
Fell's Cave, Magallanes, Chile	**11.000**±170	Orquera (1987) *apud* LaBelle (2002)
Laranjito, Rio Grande do Sul, Brasil	**10.985**±100	Dias (2004)
Hell Gap, Wyoming, EUA	**10.955**±135	Frison (1999) *apud* Jacobs (2002)
Agua de la Cueva, Mendoza, Argentina	**10.950**±90	Araujo *et al.* (2006)
Owl Cave, Idaho, EUA	**10.920**±150	Miller (1982) *apud* Jacobs (2002)
Cerro La China I, Argentina	**10.804**±75	Araujo *et al.* (2006)
Cerro El Sombrero I, B. Aires, Argentina	**10.725**±90	Araujo *et al.* (2006)
Pintoscayoc, Jujuy, Argentina	**10.720**±150	Araujo *et al.* (2006)
Abrigo do Sol, Mato Grosso, Brasil	**10.600**±130	Miller (1987) *apud* Dias (2004)
Baixão do Perna I, Piauí, Brasil	**10.530**±110	Martin (1997)
Healy Lake, Alaska, EUA	**10.500**±280	Erlandson *et al.* (1991) *apud* Jacobs (2002)
Abrigo los Pinos, Buenos Aires, Argentina	**10.465**±65	Araujo *et al.* (2006)
Lapa dos Bichos, Minas Gerais, Brasil	**10.450**±70	Dias (2004)
Toca de Cima do Pilão, Piauí, Brasil	**10.390**±80	Martin (1997)

Gruta do Gentio II, Minas Gerais, Brasil	**10.190**±120	Araujo *et al.* (2006)
Saudade, Rio Grande do Sul, Brasil	**10.180**±110	Dias (2004)
Santa Elina, Mato Grosso, Brasil	**10.120**±60	Vilhena-Vialou (1995) *apud* Dias (2004)
Miracema do Tocantins, Tocantins, Brasil	**9.990**±60	Dias (2004)
Toca da Boa Vista II, Piauí, Brasil	**9.850**±120	Martin (1997)
Capivara V, Tocantins, Brasil	**9.850**±70	Dias (2004)
Maximiliano, São Paulo, Brasil	**9.810**±150	Dias & Jacobus (2001) *apud* Dias (2004)
Cerca Grande VI, Minas Gerais, Brasil	**9.720**±128	Hurt & Blasis (1969) *apud* Dias (2004)
Toca do Bojo, Piauí, Brasil	**9.700**±200	Martin (1997)
Toca da Barra do Antonião, Piauí, Brasil	**9.670**±140	Martin (1997)
Abrigo Mirador, Rio Gde. do Norte, Brasil	**9.410**±110	Martin (1997)
Alexandre, Rio Gde. do Norte, Brasil	**9.400**±90	Martin (1997)
Abrigo Pilão, Bahia, Brasil	**9.390**±90	Martin (1997)
Justino, Sergipe, Brasil	**8.950**±70	Martin (1997)
Pedra do Caboclo, Pernambuco, Brasil	**8.400**±200	Martin (1997)

As hipóteses formuladas sobre as prováveis rotas ou frentes de expansão adotadas pelas populações que primeiro ocuparam a América do Sul também são objeto de bastante polêmica e podem ser organizadas conforme três grupos. O primeiro sugere que após o ingresso na Colômbia, os pioneiros e seus descendentes teriam rumado para sul em um lento processo de avanço e consolidação territorial através da longa planície entre o oceano Pacífico e a cordilheira dos Andes. Tendo alcançado a Patagônia setentrional, eles teriam se dirigido para a região platina, o litoral atlântico e as demais porções da América do Sul. O segundo grupo de hipóteses engloba as que sugerem que durante o movimento perpetrado ao longo da planície entre o Pacífico e os Andes, alguns grupos teriam logrado conhecer e atravessar alguns dos vales e *yungas* que cruzam essa cordilheira, atingido áreas centrais da América do Sul e feito dessas vias as principais rotas de ingresso e ocupação das terras até o oceano Atlântico. O terceiro grupo de hipóteses – considerado por muitos como o mais plausível – sustenta que a ocupação do continente não tenha se dado partindo da Colômbia para sul, mas sim para nordeste, através de uma rota ao longo do litoral caribenho. A partir do ponto em que a cordilheira de Mérida perde altura, no norte da Venezuela, ter-se-ia iniciado a ocupação da bacia amazônica – ainda parcialmente coberta por savanas –, alcançado a costa atlântica nordeste brasileira e avançado paulatinamente até colonizar todo o espaço até a Terra do Fogo (Beltrão *apud* Galdino, 2002; Prous, 1992).

Apesar da aparente rivalidade entre esses três grupos de hipóteses, todos se apóiam em evidências arqueológicas, são possíveis do ponto de vista das condições vigentes durante muito do Pleistoceno Superior e não deveriam ser tomados como reciprocamente excludentes. Ao contrário, é bastante factível, como também admite o

arqueólogo André Prous da FAFICH/UFMG (1992:142), que essas três rotas ou frentes de ocupação – e mesmo outras que desconhecemos – tenham se iniciado e desenvolvido com alguma simultaneidade e eventualmente estabelecido diversos pontos de contato. Como trataremos de forma mais detida adiante, é possível que esses primeiros esforços de avanço e consolidação territorial no continente estejam na base da constituição de amplas e complexas redes de transporte de pessoas, mercadorias e idéias conformadas por inumeráveis caminhos terrestres e cursos d'água cuja imemorial existência foi apontada por fontes documentais a partir do século XVI e começa a ser atestada pela arqueologia. Apesar da necessidade de se ampliar os conhecimentos sobre o tema, é fascinante supor que essas redes podem ter ocorrido por toda a América, se conectado umas às outras e permitido que as populações paleoamericanas, e depois ameríndias, estivessem potencialmente relacionadas milhares de anos antes da chegada de Colombo[22]. A propósito, caso essas redes tenham se originado dos esforços de avanço e consolidação territorial nas Américas, é também factível que algumas sejam anteriores aos grandes biomas que se instalaram a partir do início do Holoceno[17] e possam ter contribuído, mesmo que minimamente, para a redistribuição biótica ocorrida a partir de então.

Para além das teorias e controvérsias acerca das rotas e frentes adotadas pelas populações humanas que primeiro colonizaram a América, existe um número significativo de pesquisas visando à compreensão das características genéticas, fenotípicas e culturais daqueles que as empreenderam e, por extensão, dos seus modos de produção e reprodução e dos seus legados. Contudo, nota-se que o conhecimento produzido ainda não alcançou um patamar que possa ser considerado como suficientemente esclarecedor. Temos apenas uma pálida noção sobre as origens das primeiras populações que ingressaram no continente; permanece inconcluso se essa entrada deu-se por ondas intermitentes ou um fluxo contínuo durante os períodos em que a passagem de Bering permaneceu aberta (e mesmo depois); pouco se sabe sobre a intensidade e velocidade dos movimentos empreendidos por essas populações; desconhecemos se elas mantiveram alguma forma de contato com os seus vizinhos asiáticos; e, sobretudo, ainda se carece de muitos dados sobre os processos de diferenciação cultural por que passaram os paleoamericanos e sobre as relações entre os diversos grupos sociais formados (Jacobs, 2001; Neves, 1995; Prous, 1992). Esse quadro é determinado em parte pelo fato dessas questões serem tratadas em bases científicas há relativamente pouco tempo (desde o século XIX) e, principalmente, pela sua superação depender da

[22] Conforme adota a maior parte dos estudos arqueológicos, empregamos o termo paleoamericano(a) para se referir às populações humanas que primeiro ocuparam a América. Já o termo ameríndio(a) é empregado para se referir às que habitaram o continente a partir dos respectivos processos de consolidação territorial empreendidos pelos paleoamericanos.

descoberta de uma quantidade de vestígios arqueológicos muito superior à que se conhece hoje. Vestígios esses que geralmente se encontram sob milhares de toneladas de sedimentos de origem natural ou antrópica, acima dos quais podem vicejar densos ecossistemas e grandes metrópoles; ou pior, vestígios esses que podem estar sob dezenas de metros de sedimentos e águas oceânicas, tal e qual a maior parte dos territórios humanos existentes no que foi a zona costeira durante o Pleistoceno Superior (Martin, 1997; Neves, 1995; Prous, 1992).

Não obstante as dificuldades para se encontrar e montar o sem número de peças faltantes nesse gigantesco quebra-cabeça, as pesquisas realizadas especialmente nas últimas duas décadas têm gerado importantes subsídios para a compreensão das características e legados culturais e genéticos das populações que primeiro ocuparam o continente e demonstrado que esse tema, mesmo inconcluso, é mais complexo do que se supunha anteriormente. Como bem se sabe, os paleoamericanos contavam com uma base tecnológica bastante rudimentar e tiveram a sua existência marcada por uma extrema dependência das condições ambientais e da sua capacidade de manejo dos recursos naturais. Segundo Prous (1992:119), um fato aparentemente singelo, mas com grandes repercussões na produção e reprodução dessas populações, exemplificaria bem essa situação: o desenvolvimento na América do Norte, por volta de 11.200 BP, de lanças com pontas líticas denominadas Folsom, arremessadas por propulsores e capazes de alcançar um alvo a cerca de 70 metros. Esse advento tecnológico – absolutamente revolucionário para a época – substituiria paulatinamente as rudimentares lanças do tipo Clovis, transformaria a caça em uma atividade menos arriscada e mais produtiva, possibilitaria um aumento significativo das taxas de crescimento populacional e contribuiria decisivamente para a extinção de espécies da megafauna norte-americana tais como o mamute e bisão gigante.

No entanto, a grande variedade tecnológica evidenciada em diversos sítios arqueológicos da América do Sul datados de mais de 10.000 anos tem demonstrado que os seus paleo-habitantes experimentaram um processo de diferenciação cultural bem mais intenso que os seus vizinhos norte-americanos e, por conseguinte, constitui uma das bases empíricas das teorias que defendem que a presença humana nesse espaço é bem superior a 10 ou 11 mil anos. Como explica o antropólogo e arqueólogo James Q. Jacobs (2001):

> *South America* (…) *does not exhibit a continent-wide pattern of distribution of a tool type, such as the Clovis manifestation of North America (Dillehay, 1999:207). Gruhn reports a "now-solid body of evidence" supporting occupation of, and local adaptations to, all major environmental zones of South America during Clovis times in North America (Gruhn, 1997:29). Sites with evidence of cultural materials from before 11 kya include Taima-Taima, Venezuela and several rockshelters in Brazil and Tierra del Fuego (Dillehay,*

1999:210-211). Caverna da Pedra Pintada, Monte Alegre, Brazil, contains rock exotic to the cave, rock painting, finely chipped bifacial and unifacial lithic tools, establishing human occupation (Roosevelt et. al*., 1996:361). The about 50 AMS and conventional radiocarbon dates spanning from 10.000 to 11.145 years BP clearly establish Pleistocene occupation and adaptation in the Amazon Basin and supports the view of a more complex Paleoamerican radiation than the Clovis-First model (Roosevelt* et al*., 1996:361). Amazonian Paleoamerican cultures, in contrast to the contemporaneous Clovis culture, evidenced generalized foraging subsistence practices, art styles, and different formal tools.*

Broad spectrum economies documented by 11.000 years BP in South America are not seen in North America until about 10.000 years BP (Dillehay, 1999:214-215). The regionally distinct unifacial tool traditions of South America, and the parallel development of unifacial and bifacial traditions, contrast with the North American uniformity and fluted traditions and supports rejection of the intrusive-Clovis culture model to explain fluting in some areas of South America (Dillehay, 1999:208). Some archaeologists think the fluted point was developed in South America and diffused to the north (Dillehay, 1999:208). The varied adaptations early in South America are not easily explained within a hypothetical framework that has Paleoamericans arriving in Alaska only a few centuries earlier. While not conclusive, these chronological comparisons, based on accepted archaeological evidence, are thought provoking.

Outro relevante avanço no conhecimento produzido sobre os paleoamericanos diz respeito à sua constituição fenotípica. Contrariando o entendimento vigente até o final do século XX, as primeiras populações do continente não eram constituídas por indivíduos com as feições mongolóides que caracterizavam os ameríndios contatados nos primórdios da colonização européia e levaram o português Pero de Magalhães Gandavo a produzir, ainda na década de 1570, um acertado e original apontamento sobre as suas origens asiáticas ao afirmar que: “Estes índios são de cor baça e cabelo corredio; tem o rosto amassado e algumas feições dele à maneira de Chins [ou chineses][23]” (Gandavo, 1576: f.33).

Essa tese foi defendida pelos bioantropólogos Walter Alves Neves e Héctor Pucciarelli na década de 1990, a partir de análises realizadas em um crânio humano encontrado em 1975 no sítio arqueológico Lapa Vermelha IV, no município de Pedro Leopoldo (MG), pela Missão Franco-Brasileira coordenada por Annette Laming-Emperaire[24]. Como se demonstrou, esse crânio havia pertencido a uma jovem que vivera há 11.000-11.500 anos e que possuía, para a surpresa geral, feições distintamente negróides (Figura 7). Batizada com o nome de Luzia por Neves – em uma referência à Lucy, a mais famosa ancestral humana –, ela disparou uma série de análises análogas em fósseis humanos encontrados no estado do Piauí e em países como os Estados Unidos, México, Colômbia e Chile. Os seus resultados não só atestaram a ancestral

[23] Os textos em português transcritos neste estudo foram objetos de atualização ortográfica. Entretanto, de maneira a evitar distorções acidentais do seu sentido, optamos por manter as suas características gramaticais originais (ou conforme consta na fonte consultada), bem como a grafia de topônimos e etnômios.

[24] A Missão Franco-Brasileira foi instituída em 1973 por um convênio entre o Centre Nationale de la Recherche Scientifique da França, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Minas Gerais. Ela concentrou os seus esforços nos estudo dos vestígios arqueológicos e pinturas rupestres deixados por grupos caçadores-coletores que habitaram a região de Lagoa Santa (MG).

presença de populações negróides ou negróides-australóides em muito da América, como também demonstraram que ela se estendeu até pelo menos 8.000 BP. No entanto, como aponta o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz (2004):

> Ao supormos que os primeiros povoadores tinham feições negróides, não estamos afirmando que eles tenham vindo da África, do sul da Ásia ou da Oceania, onde as populações negróides predominavam, e que só os povoadores posteriores tenham vindo do leste da Ásia, hoje predominantemente mongolóide. Todos teriam vindo do continente asiático, pela região do estreito de Bering, já biologicamente diferenciados em negróides e mongolóides antes da migração, ou os primeiros humanos teriam chegado à América quando as feições negróides e mongolóides ainda não estavam plenamente definidas, completando-se aqui o processo de caracterização (p.77-78).

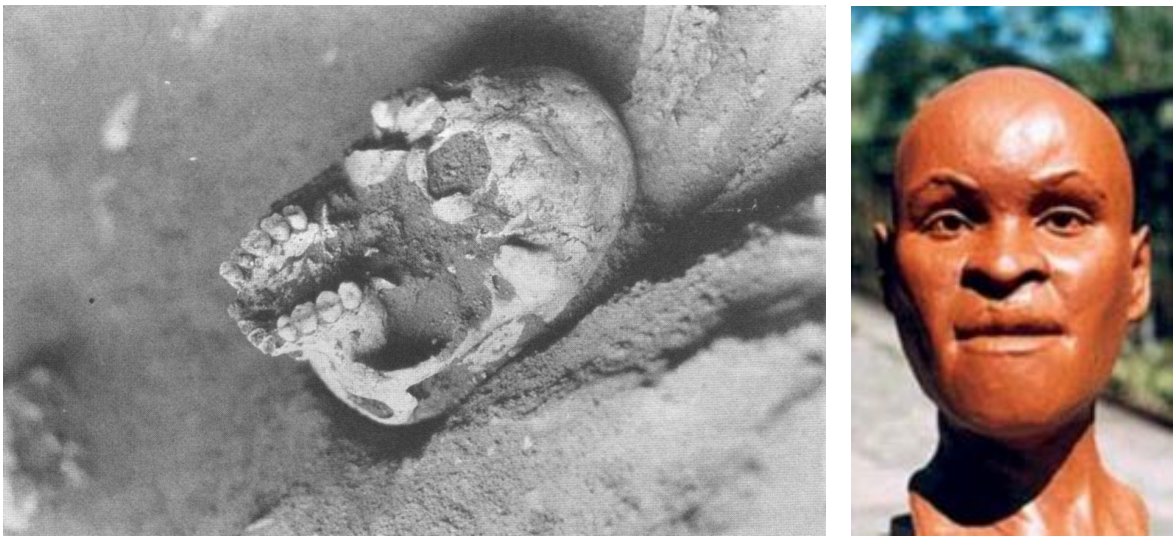


Figura 7: o crânio de Luzia: a) sendo evidenciado pela Missão Franco-Brasileira em 1975; b) após a reconstituição facial por Richard Neave da University of Manchester, Inglaterra, em 1999.
Fonte: a) fotografia em Prous (2006:26); b) fotografia em http://cienciahoje.uol.com.br/3942.

Ainda que permaneçam sem grandes alterações os entendimentos sobre as prováveis rotas e frentes adotadas pelas populações humanas que primeiro ingressaram nas Américas, essas descobertas abalaram pressupostos que alicerçavam muitas das teorias sobre a sua ocupação, aqueceram ainda mais os debates em torno do tema e demonstraram como ainda estamos longe de uma conclusão. Dentre as revisões em curso, merece destaque a ampliação e o fortalecimento de teorias que têm defendido – a partir de análises tanto arqueológicas quanto genéticas, bioantropológicas e lingüísticas – que nosso continente não foi povoado por apenas uma única onda migratória oriunda da Ásia, mas por meio de várias. A primeira seria a constituída pelos negróides dos quais descendia Luzia e teria ocorrido em tempo indeterminado. A segunda onda teria se iniciado por volta de 12.000 BP por grupos com feições mongolóides que eventualmente alcançariam a maior parte da América. Nesse avanço, eles teriam assimilado ou

eliminado todas as populações negróides que os antecederam, com exceção, talvez, de algumas cujos descendentes habitam hoje a Baixa Califórnia, a Patagônia, a Terra do Fogo e, como tem buscado demonstrar o geneticista Sérgio Danilo Junho Pena do ICB/UFMG, as porções mineiras dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

A terceira e quarta ondas migratórias teriam ocorrido entre 10.000 e 5.000 BP e, havendo encontrado a passagem através da Beríngia parcial ou totalmente retomada pelo mar, foram obrigadas a recorrer à navegação costeira para alcançar a América do Norte. Essa situação – e o fato desse espaço já ser território de inúmeros grupos étnicos – teriam contribuído para que essas ondas lograssem uma distribuição espacial mais modesta que as anteriores. A terceira teria sido empreendida pelos antepassados das etnias filiadas ao tronco lingüístico Na-Dene, como as Apache e Navajo que ocupariam o sudoeste americano. A quarta e mais recente teria sido levada a cabo pelos ancestrais de etnias filiadas à família lingüística Esquimó-Aleuta, como as Inuit, Yuit e Aleúte que ocupariam porções árticas do continente (Figura 8) (Gibbons, 1996; Greenberg *et al.*, 1986; Jacobs, 2002; Leite, 2005; Lopes, 2007; Schanfield, 1992; Wallace & Torroni, 1992).

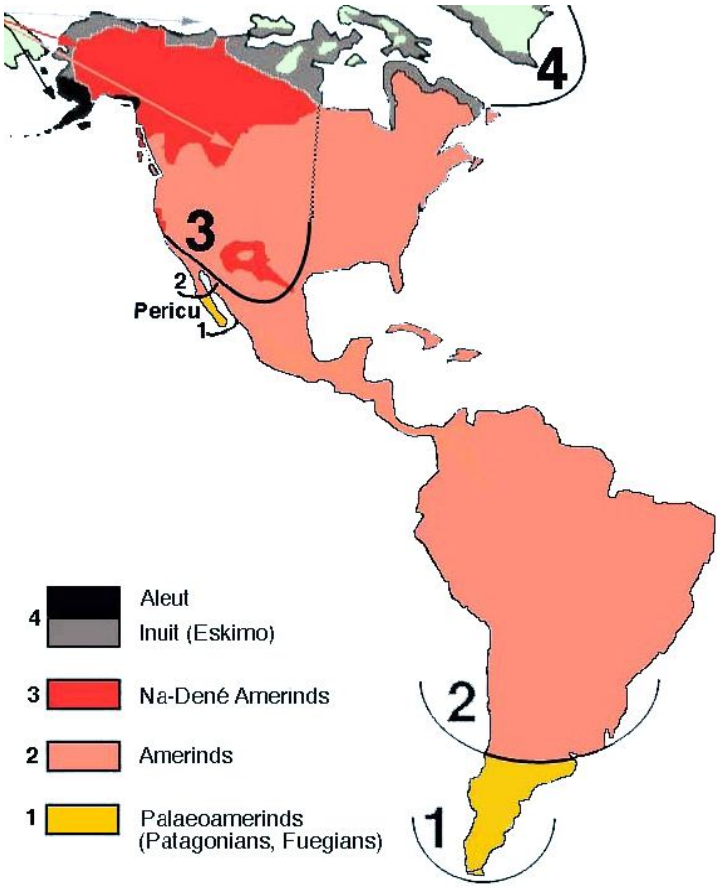


Figura 8: mapa da distribuição predominante dos descendentes das supostas quatro primeiras ondas migratórias que colonizaram a América.
Fonte: modificado de http://www.andaman.org.

Independentemente do número de ondas migratórias que primeiro colonizaram o continente, as datações arqueológicas já realizadas indicam que por volta de 10.000 BP praticamente toda a América do Sul consistia em territórios humanos e conhecia alguma forma de antropização. Contudo, analogamente ao que parece ter ocorrido antes na América do Norte, a sua população ainda era pouco numerosa e a sua densidade espacial bastante baixa (Neves, 1995; Prous, 1992; Schmitz, 2004). Como explica Prous (1992),

> os sítios datados de mais de 10 mil anos atrás são raríssimos em toda a América do Sul, mostrando como a população era ainda limitada, sendo o seu crescimento orientado mais para a ocupação dos espaços livres do que para a implantação mais densa nas regiões já conquistadas. Apenas por volta de nove mil anos atrás a multiplicação dos sítios conhecidos mostra que o continente nesse momento estava densamente povoado (p.120).

Nesses momentos, correspondentes ao Holoceno Inferior, o planeta experimentava uma intensificação do aquecimento global iniciado após o Último Máximo Glacial e das alterações ambientais que dele decorreram. Mesmo que a época holocênica ainda tenha sido marcada por algumas consideráveis oscilações climáticas de escopo mundial e regional, pode-se afirmar que ao longo da mesma foram delineadas muitas das condições ambientais que conhecemos hoje. As longevas geleiras pleistocênicas passaram pelos momentos finais do seu derretimento e retração, as correntes atmosféricas e marinhas desenvolveram padrões mais assemelhados aos atuais e a ascensão do NRM, iniciada após o último máximo regressivo pleistocênico, aproximou-se dos patamares onde permaneceria pelos milênios seguintes, submergindo a milenar passagem de Bering e devolvendo a América à sua primitiva condição insular.

Aparentemente sem aparentes *inputs* populacionais e culturais significativos até o final do século XV, esse continente constituiu-se em um sistema fechado e experimentou processos de diferenciação cada vez mais exclusivos. Diversas formações florestais tropicais que estavam restritas a bolsões, matas ciliares e refúgios foram objetos de um lento processo de adensamento e expansão, eventualmente coalescendo e constituindo biomas como a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica. Concomitantemente, as savanas tropicais e subtropicais, que preponderavam antes, perderam muitos dos seus domínios para o avanço desses biomas e, em alguns casos, para formações vegetais mais secas como a caatinga que cobre hoje as porções semi-áridas do sertão nordestino brasileiro (Behling, 2002). E, sobretudo, ocorreu um significativo aumento e diversificação dos recursos naturais que, por sua vez, acarretaram alterações estruturais nos modos de produção do espaço e reprodução social de muitas populações ameríndias (Neves, 1995; Prous, 1992).

O exemplo por excelência dessas alterações consistiu na gradativa diminuição do nomadismo de grupos caçadores-coletores, que passaram a permanecer por mais tempo em ambientes onde abundavam recursos naturais e a formar as bases de culturas sedentárias com organizações sociais e espaciais cada vez mais complexas (Ab'Sáber, 1989; Neves, 1995; Prous, 1992; Schmitz, 2004). Segundo se postula, esse processo foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura, já que possibilitou a constituição dos saberes etnobotânicos necessários à domesticação ou semi-domesticação de incontáveis espécies da flora americana (Neves, 1995). Muitas delas constituir-se-iam em elementos basilares da vida ameríndia e seriam incorporadas, a partir do século XV, por inúmeras sociedades com matrizes culturais não-ameríndias. Essa longa relação inclui o milho, a batata, a batata-doce, a mandioca, o cacau, o amendoim, a castanha-do-pará, o caju, o tomate, o abacaxi, a goiaba, o mamão, o maracujá, diversas variedades de bananas e feijões e mais dezenas e dezenas de espécies que hoje alimentam bilhões de pessoas por todo o planeta (Figura 9, Figura 10). Dessa lista também faz parte a borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis*), que constituiu uma das bases do crescimento industrial nos séculos XIX e XX. E não nos esqueçamos de plantas estimulantes como o tabaco (*Nicotina tabacum*), a erva-mate (*Ilex paraguarienses*) e o guaraná (*Paullinia cupana*) que há séculos caíram no gosto mundial, bem como as plantas medicinais e farmacopéias que, como estima Andrew Gray (1992), estão na base de três quartos das drogas medicinais prescritas hoje (Ribeiro, 1995).



Figura 9: desenhos do frei Cristóvão de Lisboa (c.1625) representando o abacaxi (*Ananas sativus*) e o caju (*Anacardium occidentale*) ou, conforme denominados pelos Tupinambá, o *ibá-kati* e *aka-îu*.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Figura 10: desenhos do frei Cristóvão de Lisboa (c.1625) representando a mandioca (*Manihot utilissima*) e o amendoim (*Arachis hypogaea*) ou, conforme denominados pelos Tupinambá, *mandi-óga* e *mandu-wi*.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Durante um período que correspondeu a pelo menos cinco vezes o tempo que soma a história cristã, a América sustentaria – praticamente isolada do resto do mundo – o surgimento, apogeu e desaparecimento de incontáveis culturas que se associaram, rivalizaram ou sequer se conheceram. Mais de 50 milhões de homens e mulheres podem tê-la tido como o seu *cosmos* no final do século XV, sendo quase nove milhões apenas nas terras baixas da América do Sul[25] (Denavan, 1976 *apud* Cunha, 1992). Diversas tradições, sub-tradições e fases líticas e ceramistas foram constituídas produzindo gigantesca variedade de artefatos. Vários troncos e famílias lingüísticas se desenvolveram e estima-se que mais de 1.200 idiomas fossem falados apenas no atual território brasileiro quando aqui aportou o português (Rodrigues, 1993 e 2005). Assentamentos humanos foram estabelecidos em praticamente todas as regiões habitáveis do continente na forma de abrigos em grutas e sob rochas, aldeias a céu aberto de variados portes e geometrias, conjuntos de habitações escavadas no solo e ligadas por galerias subterrâneas, sambaquis litorâneos e fluviais e verdadeiras metrópoles de impressionante complexidade e sofisticação. Tudo isso em meio a agenciamentos da natureza que teriam sido tão amplos e intensos, que o antropólogo

[25] O número total de indígenas habitando a América no final do século XV é calculada por meio de variados métodos e constitui assunto altamente polêmico. Conforme uma síntese apresentada por Manuela Carneiro da Cunha (1992), essas estimativas – em termos da população de todo o continente e das terras baixas da América do Sul – variam de 8,4 milhões e um milhão de habitantes (Kroeber, 1939 *apud* Cunha, 1992) até 112,55 milhões e 11,25 milhões (Dobyns, 1966 *apud* Cunha, 1992).

William Balée (1989) postula que aproximadamente 10% das atuais florestas de terra firme da Amazônia são antropogênicas, ou seja, com origens relacionadas à ação humana. E mais, o historiador e arqueólogo Eduardo Góes Neves (1995), admitindo que "parte do que conhecemos como natureza selvagem na Amazônia pode provavelmente ser produto de milhares de anos de manejo de recursos naturais por parte de populações indígenas da região", sugere que:

> A paisagem amazônica – e por que não a de outras regiões do país? – seria assim patrimônio histórico além de patrimônio ecológico (...). Pode-se então afirmar que os europeus depararam com uma natureza que tinha também uma história cultural. A essa natureza humanizada e temporalizada chamamos "paisagem": espaços constituídos como "registros e testemunhas das vidas e trabalhos de gerações passadas que ali viveram, e assim o fazendo, ali deixaram algo de si mesmos" (Ingold, 1993:152). É através do estudo dessas paisagens que, mesmo transformadas no presente compõem uma parte importante de nossas vidas (p.194-189).

Uma grande quantidade de vestígios arqueológicos de culturas paleoamericanas e ameríndias já foi evidenciada, mas não há dúvidas que ela perfaz apenas um ínfimo percentual de todo o material gerado, que muito ainda há de ser descoberto e que estamos dando os primeiros passos rumo ao conhecimento dos modos produção e reprodução dessas culturas. Nesse sentido, uma lacuna particularmente ampla da arqueologia no Brasil – e um dos seus maiores desafios – é a compreensão da presença humana na zona costeira anteriormente ao Holoceno Superior. Essa carência também caracteriza o estudo de muitos outros espaços litorâneos do planeta e se deve fundamentalmente às regressões e transgressões do nível relativo do mar (NRM) no Pleistoceno Superior e no Holoceno Inferior e Médio.

Esses episódios tiveram amplitudes e conseqüências variadas nos oceanos e zonas costeiras do planeta. Entretanto, pode-se afirmar que a última regressão pleistocênica, por volta de 16.000 BP, levou o NRM no Brasil para mais de uma centena de metros abaixo do atual, emergiu extensas áreas da sua plataforma continental, as franqueou para espécies terrestres e contribuiu para a formação de paisagens litorâneas radicalmente diferentes das atuais (Figura 28, Figura 29). Muitas dessas paisagens eram caracterizadas por um relevo predominantemente plano – graças à geomorfologia da plataforma continental – e entrecortadas por vales sulcados por cursos d'água com desembocaduras muitos quilômetros além de onde estão atualmente. Já a maior inércia térmica e umidade relativa do ar proporcionada pelas águas do Atlântico devem ter contribuído para a ocorrência nas regiões costeiras de temperaturas mais altas e estações menos marcadas que no interior do continente, bem como para a abundância de rios perenes e de espécies florísticas e faunísticas.

Essas condições teriam alçado então a maior parte do litoral brasileiro – e especialmente as suas porções mais próximas do equador – à condição de privilegiada via migratória e de “um dos ambientes mais favoráveis à implantação de populações não-agrícolas” (Prous, 1992:122). Contudo, esse espaço seria mais uma vez radicalmente transformado pela paulatina ascensão do NRM após o último máximo regressivo pleistocênico e pela subseqüente transgressão ocorrida no Holoceno Médio (Figura 28, Figura 29). Essa ascensão, mesmo que relativamente lenta, obrigou as populações costeiras a uma concomitante relocação dos seus territórios e assentamentos para espaços em cotas altimétricas cada vez mais elevadas e, em um determinado período, para níveis superiores aos que podemos habitar hoje. Mais ainda, tal ascensão do NRM submergiu ou destruiu todos os vestígios de espécies terrestres que outrora ocuparam as áreas inundadas e constituiu-se no fato por excelência que explica, segundo Prous (1992), “a ausência de indícios [arqueológicos] pleistocênicos nas orlas marítimas” (p.121-122). As regressões e transgressões no Pleistoceno Superior e no Holoceno Inferior e Médio não foram, portanto, apenas delineadores fundamentais da paisagem do litoral brasileiro, mas repercutiram diretamente nas populações humanas que porventura o habitavam.

A certeza sobre a presença dessas populações nesse espaço e, caso confirmada, a produção de conhecimentos sobre elas, dependem, é claro, da descoberta de evidências arqueológicas que talvez jazam na plataforma continental. Não obstante, é possível e necessário ensaiar explicações que animem as discussões sobre o tema, pautem novas pesquisas e possam ser – quiçá em um futuro próximo – comprovadas, ampliadas ou refutadas. Esse esforço é particularmente pertinente para o conhecimento dos primórdios da colonização do Extremo Sul da Bahia, pois em nenhum outro espaço entre as fozes dos rios Amazonas e da Prata a plataforma continental avança mar adentro tanto quanto o faz nessa região. Ou seja, quando a sua batimetria é cotejada com dados sobre as oscilações do NRM, observa-se que em momentos relativamente recentes a linha de costa recuou mais de 200 km para leste, emergiu os bancos de Abrolhos e Royal Charlotte e os liberou para a ocupação por espécies terrestres (Figura 44).

Se as oscilações do NRM podem ter condicionado as formas de ingresso, produção e reprodução de populações humanas que porventura ocuparam a zona costeira da região anteriormente ao Holoceno Superior, o mesmo se pode afirmar acerca de outras dimensões naturais desse espaço. Dimensões essas cuja variedade e variação foram determinantes da presença das culturas que sabidamente o habitaram depois. Portanto, antes de nos aprofundarmos no estudo das colonizações do Extremo Sul da Bahia, faz-se necessária uma breve síntese sobre a formação e caracterização dessas

dimensões naturais. Isso pode ser alcançado por meio de diferentes modelos e abordagens, mas, diante dos nossos objetivos e em conformidade com a maior parte da literatura, optamos por organizá-la segundo as principais unidades geomorfológicas da região e os respectivos ecossistemas predominantes.

as dimensões naturais do extremo sul da bahia

As características geomorfológicas das regiões litorâneas brasileiras resultam de uma complexa cadeia de processos iniciada quando da gênese do planeta e que incluiu a formação geológica no interior da crosta terrestre, a origem da América da Sul e do Atlântico, a deriva continental, as mudanças climáticas globais e variações do nível relativo do mar, as interações entre a litosfera, hidrosfera e atmosfera e até mesmo eventos biogênicos. Portanto, essa dimensão do espaço, não obstante a lentidão do relógio que a rege, é estruturalmente dinâmica. Correspondentemente, os afloramentos do embasamento pré-cambrianos do Extremo Sul da Bahia, os seus tabuleiros terciários da Formação Barreiras, as suas planícies costeiras quaternárias e a sua plataforma continental não são províncias ou unidades geomorfológicas autônomas e imutáveis; ao contrário, são partes constitutivas e indissociáveis de um sistema que resultou da cadeia de processos acima e cujo destino é a permanente transformação. Ao longo da existência de vida no planeta, esse sistema geomorfológico tem participado como um elemento basilar de uma ampla variedade de biomas e ecossistemas, tanto os condicionando quanto sendo, em variados graus, modelados por eles.

Contudo, desde a instalação das condições ambientais que experimentamos hoje, esse sistema tem funcionado como suporte de parte de um dos mais importantes biomas brasileiros: a Mata Atlântica. Considerado Patrimônio Nacional desde a promulgação da Constituição de 1988, esse bioma é tido como um dos mais extraordinários do planeta visto que abriga uma significativa parcela da sua diversidade faunística e florística, sustenta um elevado grau de endemismo e atua como um dos principais repositórios de biodiversidade ou *hotspot* globais[26] (Timmers *et al.*, 2002).



[26] Segundo a Conservation International *et al.* (2000): “Em conjunto, os mamíferos, aves, répteis e anfíbios que ocorrem na Mata Atlântica, somam 1.810 espécies, sendo 389 endêmicas. Isso significa que a Mata Atlântica abriga, aproximadamente 7% das espécies conhecidas no mundo nesses grupos de vertebrados” (p.9). Já Timmers *et al.* (2002) destacam que: “A riqueza pontual [da Mata Atlântica] é tão significativa que os dois maiores recordes mundiais de diversidade botânica para plantas lenhosas foram registrados nesse bioma (458 espécies em um único hectare do sul da Bahia e 443 espécies em amostra de mesmo tamanho na região serrana do Espírito Santo)” (p.1).

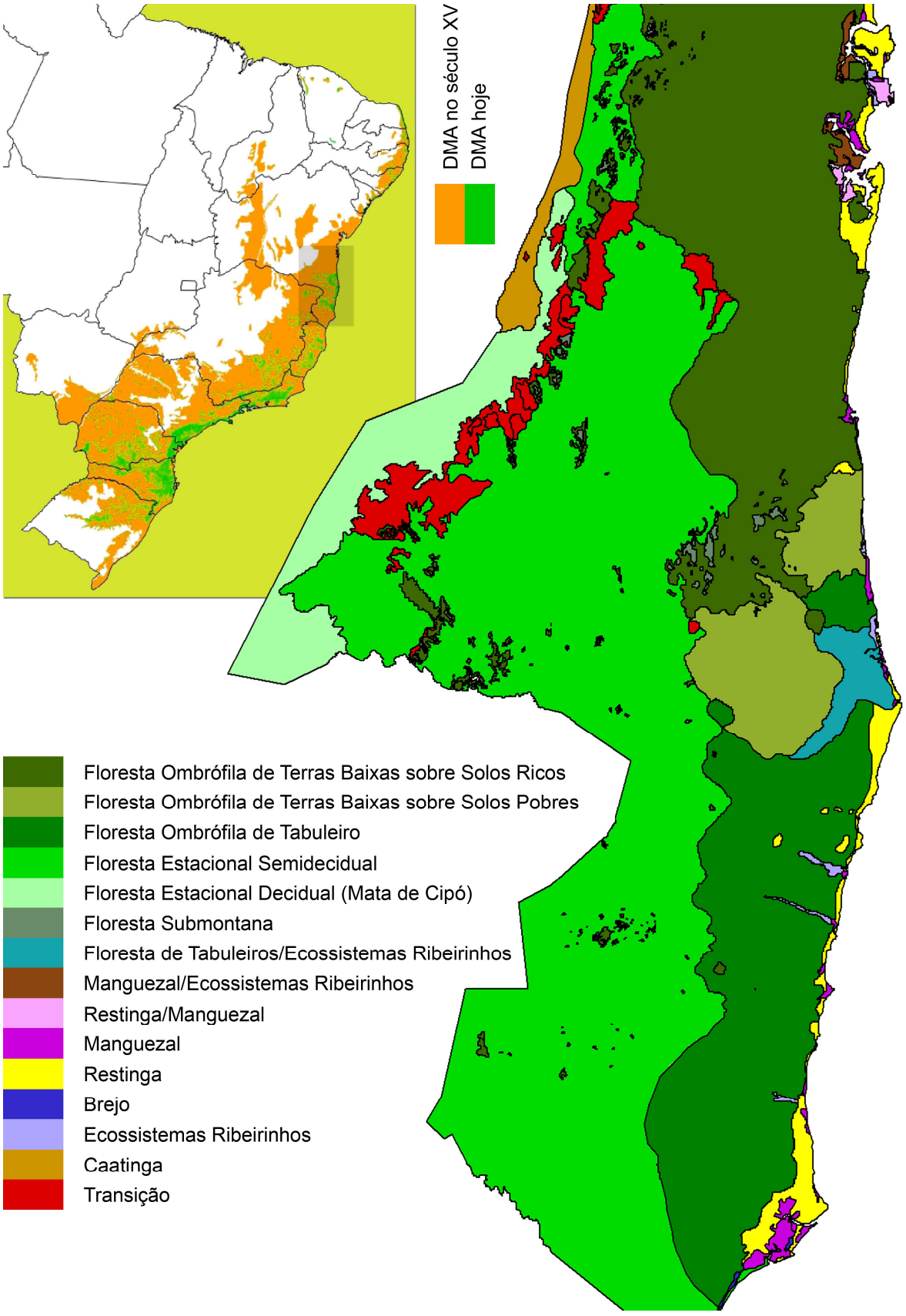


Figura 11: a) distribuição do Domínio da Mata Atlântica (DMA) no Brasil no século XV e dos seus remanescentes hoje; b) principais ecossistemas do DMA no Extremo Sul, Litoral Sul e Sudoeste da Bahia. Observação: área do DMA no Brasil no século XV = 1.306.421 km^2; área dos remanescentes do DMA hoje = 102.455 km^2 ou 7,84% da área no século XV. Fonte: a) modificado de Conservation International *et al.* (2000:8); b) modificado de Timmers (2005:15).

Quando os primeiros colonizadores europeus desembarcaram na América, o Domínio da Mata Atlântica ocupava todo o litoral do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, alcançava muitas regiões interioranas do Brasil, Paraguai e Argentina e perfazia mais de 1,3 milhões de quilômetros quadrados ou cerca de 15% do atual território nacional (Figura 11a) (Capobianco, 2001). Uma das suas porções mais vicejantes e biodiversas era então – como de certa maneira ainda é – a que cobria o Extremo Sul da Bahia e formava um vasto e complexo mosaico de elementos bióticos e abióticos profundamente inter-relacionados e cuja organização ocorre na forma de ecossistemas terrestres, fluviais e marinhos tais como Florestas Ombrófilas, Florestas Estacionais, Matas Saxícolas, Manguezais, Brejos, Várzeas, Restingas e formações recifais (Figura 11b) (Timmers *et al.*, 2002).

OS AFLORAMENTOS DO EMBASAMENTO PRÉ-CAMBRIANO E AS MATAS SAXÍCOLAS, FLORESTAS ESTACIONAIS E FLORESTAS OMBRÓFILAS

As origens do Extremo Sul da Bahia remontam ao fim do período Jurássico quando os supercontinentes de Gondwana e Laurásia experimentaram intensos processos tectono-magmáticos que produziriam a fragmentação do seu embasamento ou substrato geológico pré-cambriano e a subseqüente formação do arcabouço dos continentes e oceanos que conhecemos hoje[27]. A localização e geometria das rupturas desses blocos foram condicionadas pelos seus lineamentos estruturais – como fraturas e falhas – que, conseqüentemente, contribuíram para a determinação do desenho da linha de costa dos continentes gerados, a disposição das suas redes de drenagem etc. A América do Sul, a África, a Austrália, a Índia e a Antártida originaram-se do bloco Gondwânico e, assim sendo, o litoral brasileiro teve como contraparte nesse processo de fragmentação o litoral atlântico sul africano. Por essa razão, ambos os espaços possuem linhas de costa que virtualmente se encaixam e experimentam uma brusca mudança na sua orientação geral, respectivamente, na costa potiguar e na costa camaronesa (Figura

[27] A tese de que todos os continentes constituíram uma só massa primitiva – denominada Pangéia – é atribuída ao geólogo Alfred Wegener. Segundo a sua teoria, essa massa teria começado a se fragmentar por volta de 200 milhões de anos atrás, no período Triássico, e gerado dois supercontinentes. O bloco setentrional foi chamado por ele supercontinente de Laurásia; já o bloco meridional foi chamado supercontinente de Gondwana pelo geólogo Eduard Suess.

12a). Essa inflexão está relacionada à alteração da direção predominante das suas estruturas geológicas (*trends*), conforme preponderam antes e depois daqueles trechos de costa. No caso brasileiro, a *trend* estrutural NE-SW que predomina entre Chuí (RS) e Cabo Calcanhar (RN) é denominada Brasiliana, ao passo que a NW-SE que predomina entre Cabo Calcanhar (RN) e Oiapoque (AP) recebe o nome de Caraíba. Esses setores, no entanto, também sustentam estruturas com orientações diversas das preponderantes, uma vez que foram geradas ou alteradas por atividades tectônicas terciárias, fenômenos sedimentares, episódios vulcânicos ou mesmo agentes biogênicos (Sampaio, 2002; Tessler & Goya, 2005).

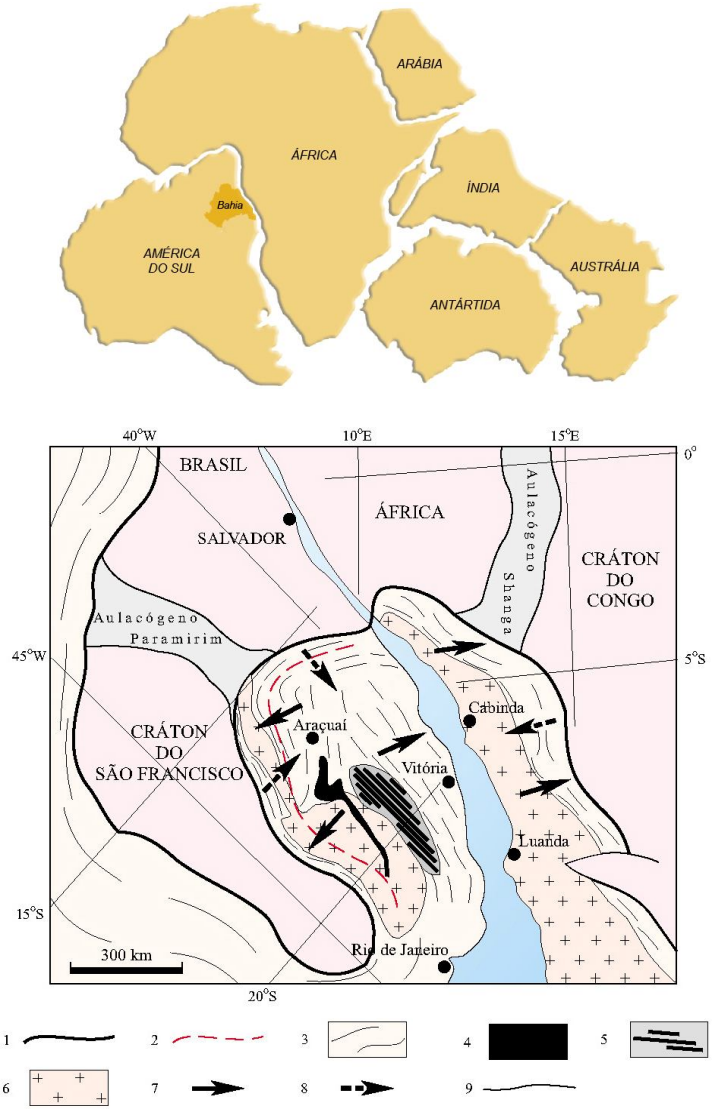


Figura 12: a) reconstituição paleogeográfica do supercontinente Gondwana após a sua fragmentação; b) reconstituição do Orógeno Araçuaí-Oeste Congolês após a sua fragmentação.
Legenda: 1) limite cratônico; 2) limite entre os domínios tectônicos externo e interno da Faixa Araçuaí; 3) *trend* estrutural Brasiliano/Pan-Africano; 4) zona de restos de seqüências de fundo oceânico/ofiolitos neoproterozóicos; 5) arco magmático calcialcalino pré a sincolisional do Neoproterozóico III; 6) embasamento incluindo unidades do Estateriano e Mesoproterozóico; 7) vergência tectônica; 8) polaridade metamórfica (setas no sentido da temperatura crescente); 9) falha e limites dos aulacógenos. Fonte: a) modificado de Teixeira (2001:17); b) modificado de Sampaio (2002:s/p).

Portanto, as características do substrato geológico do Extremo Sul da Bahia, inserido na Faixa de Dobramentos Araçuaí, assim como a orientação geral do seu litoral e das suas redes de drenagem, estão relacionados com o processo de fragmentação do bloco Gondwânico e, mais precisamente, com o descolamento dessa região da sua contraparte africana: em termos geográficos, a região litorânea ao sul do Gabão e, em termos geológicos, a Faixa Oeste Congolesa (Orógeno Araçuaí-Oeste Congolês) (Figura 12b). Correspondentemente, as principais rochas que compõem esse substrato são gnaisses migmatíticos, gnaisses kinzigíticos, quartzitos, xistos, filitos, metacarbonatos, conglomerados e granitóides de idade pré-cambriana (Dominguez *et al.*, 2000c; Sampaio, 2002).

Esse substrato funcionou como uma base sobre a qual se assentaram as demais unidades geomorfológicas do Extremo Sul da Bahia e também como uma fonte de grande parte dos sedimentos geológicos que as constituíram. No entanto, alguns dos seus altos topográficos mantiveram-se descobertos e aflorando em áreas mais ocidentais da região na forma de sucessões de serras escarpadas e *inselbergs* postados majestosamente em meio ao aplainado relevo dos tabuleiros terciários da Formação Barreiras (Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Sampaio, 2002; Tessler & Goya, 2005; Timmers *et al.*, 2002). A mais notável dessas formações é um *inselberg* com 586 metros de altitude, situado a aproximadamente 32 km da linha de costa e que entraria para a história como a primeira porção do continente americano avistada pelos portugueses. Batizado então “o Monte Pascoal” (Caminha, 2002 [1500]:17), ele seria considerado como marco do Descobrimento e alçado à condição de Monumento Nacional pelo Decreto nº. 72.107 de 18 de abril de 1973 (Figura 13, Figura 44).



Figura 13: vistas aéreas do Monte Pascoal.
Fonte: a) fotografia de Jean-François Timmers, em 2002; b) fotografia de Jota Freitas, s/d.

Outros exemplos desses afloramentos do embasamento pré-cambriano – também detentores de grande beleza paisagística e relevância natural e cultural – são a serra dos Aimorés e o contíguo complexo de serras de Itamaraju, Guaratinga e Jucuruçu. A primeira, situada na divisa de Minas Gerais com a Bahia e o Espírito Santo, constituir-se-ia em um símbolo da resistência indígena na região – e em um pesadelo para os colonizadores europeus –, uma vez que abrigou, como o próprio topônimo indica, o grupo indígena que mais longa e ferozmente se opôs à sua presença na região.

Já o complexo de serras de Itamaraju, Guaratinga e Jucuruçu, situado nos municípios homônimos, e com altitudes variando entre aproximadamente 200 e 900 metros, seria considerado um santuário ecológico, pois conserva Matas Saxícolas formadas por uma rara flora relictual, ou vegetação relíquia, adaptada às duras condições edáficas e microclimáticas dos altos dessa unidade geomorfológica. Essa flora inclui espécies das famílias das bromeliáceas, veloziáceas, cactáceas, orquidáceas e ciperáceas tanto endêmicas – como a *Hohembergia correia-araujoi*, restrita a serra de Itamaraju – quanto típicas de Campos Rupestres do Cerrado e, muito provavelmente, remanescentes de épocas em que esse domínio preponderava no Extremo Sul da Bahia (Figura 11b; Figura 14, Figura 15, Figura 60) (Porembski *et al.*, 1998 *apud* Timmers *et al.*, 2002; Timmers, 2006). Por outro lado, os sopés e vales dessas serras possuem solos com um grau de fertilidade bastante superior ao padrão regional. Eles consistem em latossolos e solos argilosos vermelhos e amarelo-avermelhados que permitiram o desenvolvimento de Florestas Estacionais Semideciduais em transição com Florestas Ombrófilas durante o Holoceno e de uma profícua cacauicultura a partir do último quartel do século XIX. Estudos realizados em algumas áreas dessas Florestas Estacionais demonstraram que elas possuem vegetação arbórea com dossel descontínuo a 20 metros de altura, grande número de espécies caducifólias e palmeiras e estratos arbustivo e herbáceo relativamente densos (Figura 11b; Figura 16) (Jardim, 2002; Timmers *et al.*, 2002; Timmers, 2006).

Levantamentos de fauna realizados nessas serras identificaram grandes mamíferos como a anta (*Tapirus terrestris*), bem como espécies como o macaco guigó (*Callicebus personatus*), o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), o gato-mirim ou mamoninha (*Leopardus sp*) e a lontra (*Lontra longicaudis*) (Moura, 2002). Também já foram registradas 29 espécies de aves, sendo 28 endêmicas da Mata Atlântica, e dentre as quais podemos destacar o papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), a zabelê (*Crypturellus noctivagus*) e a choquinha-de-peito-pintado (*Dysithamnus stictotorax*) (Cordeiro, 2002). Nesses espaços também foi evidenciada uma elevada variedade de anuros – 35 espécies registradas – o que indica serem espaços de grande importância também para a herpetofauna (Pimenta & Silvano, 2002).



Figura 14: a serra de Itamaraju: a) parte da face norte vista da BR-101; b) vista aérea do monte Pescoço.
Fonte: a) fotografia do autor, em 1995; b) fotografia de Jean-François Timmers, em 2002.



Figura 15: a) Mata Saxícola em topo da serra de Itamaraju; b) bromeliácea no topo do Monte Pascoal.
Fonte: a) fotografia de Jean-François Timmers, em 2004; b) fotografia do autor, em 1995 (Tofani, 1997:147).



Figura 16: Florestas Estacionais Semideciduais em transição com Ombrófilas, na serra de Itamaraju.
Fonte: fotografias de Jean-François Timmers, em 2002 e 2004 (Timmers, 2006:38 e 40).

No final do período Terciário, o embasamento pré-cambriano do Extremo Sul da Bahia experimentou um paulatino recobrimento por parte do que se constituiria na sua mais extensa unidade geomorfológica: os tabuleiros costeiros ou, como formalmente denominados, os tabuleiros terciários da Formação Barreiras (Dominguez *et al.*, 2000c) (Figura 17, Figura 18, Figura 19, Figura 21, Figura 22, Figura 52). Essa deposição foi decorrência de uma associação entre eventos climáticos (uma longa fase quente e úmida seguida por outra seca ou semi-árida) e tectônicos (pulsos de soerguimentos continentais) que favoreceu a constituição, erosão e transporte de um espesso manto de intemperismo ou regolito nesse assentamento (Saadi, 2000; Suguio, 2003). O material erodido, composto predominantemente por sedimentos areno-argilosos inconsolidados, se depositaria lentamente na forma de leques aluviais coalescentes até constituir os tabuleiros conforme os conhecemos hoje. Esse processo alcançou também parte da atual plataforma continental –, uma vez que o nível relativo do mar estava bem abaixo do atual – e redundou em uma formação com permeabilidade moderada, boa capacidade de suporte e com espessura de dezenas de metros (Figura 29a) (Andrade *et al.*, 2002; Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Sampaio, 2002; Suguio, 2003; Tessler & Goya, 2005).



Figura 17: vista aérea de tabuleiros e falésias da Formação Barreiras na praia do rio da Barra, na orla sul município de Porto Seguro.
Fonte: fotografia de José de Paula Machado, s/d (Reis, 1986:102).



Figura 18: vista aérea de tabuleiros e falésias da Formação Barreiras na orla sul município de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em Terravista (2007b), s/d.



Figura 19: vista a partir do oceano de tabuleiro e falésias da Formação Barreiras na praia do Taípe, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografia de José de Paula Machado, s/d (Reis, 1986:112).

Esses tabuleiros, como o próprio nome indica, são caracterizados por um relevo essencialmente plano com suaves declividades em direção ao litoral e principais cursos d'água. A sua condição planiforme é interrompida apenas pelas referidas serras e *inselbergs*, pela rede de drenagem e, particularmente, por largos vales com paredes íngremes e talvegues chatos, preenchidos por aluviões, onde correm os maiores rios da região ao se aproximarem do oceano Atlântico (Figura 3, Figura 30, Figura 31). A saber, de norte para sul: o Jequitinhonha, o de Santo Antônio, o João de Tiba, o Buranhém, o do Frade, o Caraíva, o Jucuruçu, o Itanhém (ou Alcobaça), o Peruípe e o Mucuri. As orientações de muitos desses vales podem ter sido determinadas, como interpreta Allaoua Saadi (2000), por falhas geológicas associadas a atividades neotectônicas ocorridas na região provavelmente a partir do Plioceno (Figura 20).

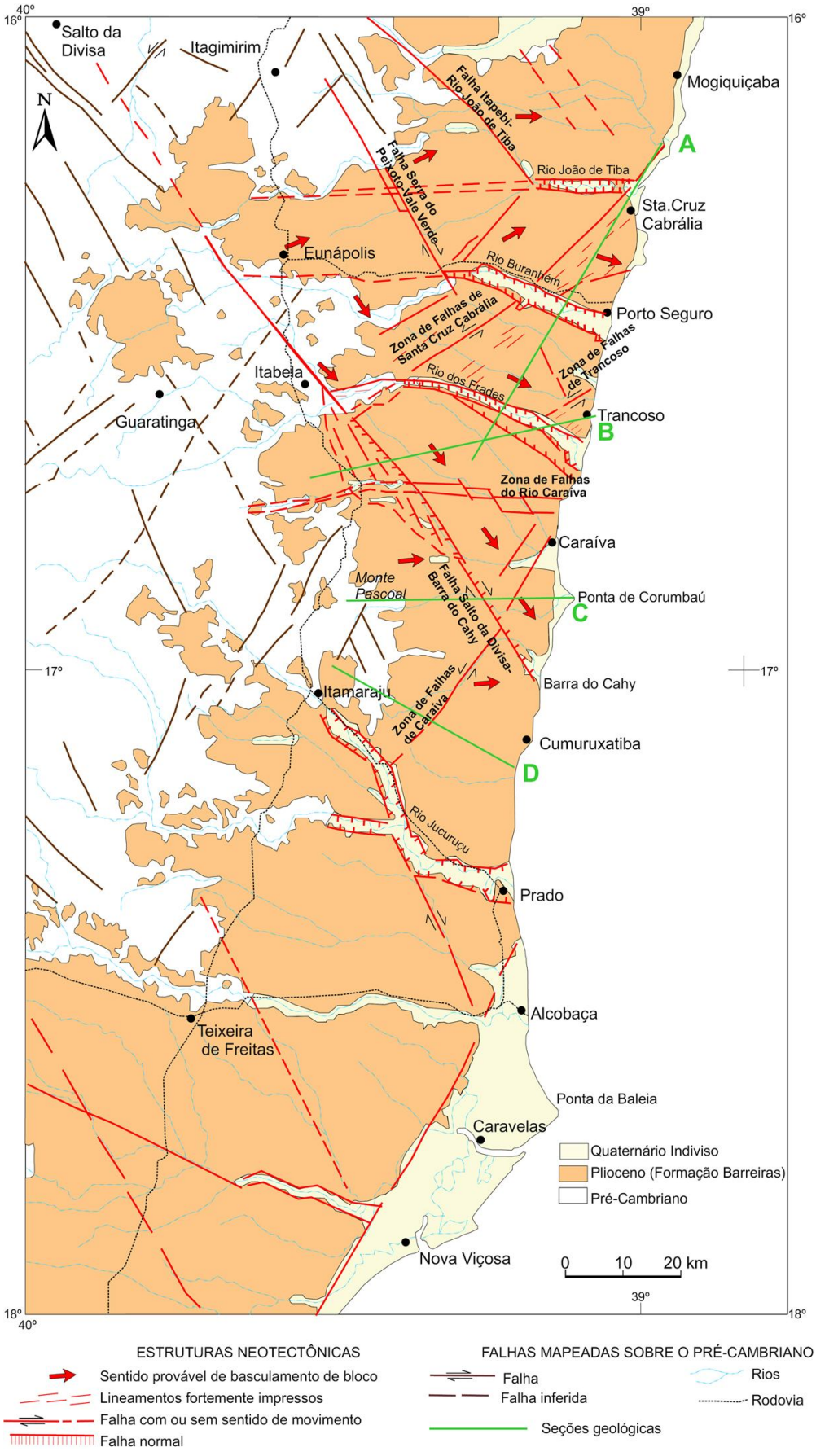


Figura 20: esboço neotectônico de parte do Extremo Sul da Bahia.
Fonte: Saadi (2000:63).

As imponentes linhas de falésias que tanto distinguem a paisagem do Extremo Sul da Bahia – e que foram descritas em praticamente todos os relatos sobre essa região desde a célebre *Carta de Pero Vaz de Caminha* – também estão relacionadas aos tabuleiros da Formação Barreiras e resultaram do seu contato com as águas do Atlântico posteriormente à sua deposição no Terciário. Essas estruturas podem alcançar alturas na casa dos 50 metros e foram esculpidas principalmente pelas transgressões oceânicas que atingiram os tabuleiros durante o Quaternário (Figura 29b, Figura 29d, Figura 29f). Uma vez que grande parte delas tem estado submetida a intensos processos de erosão marinha e flúvio-estuarina desde o Holoceno Médio, elas alcançaram o século XXI como estruturas geológicas *vivas*, exibindo nítidas séries estratigráficas e emprestando à paisagem os tons avermelhados, amarelos e brancos que tanto encantam os seus fruidores (Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Sampaio, 2002; Tessler & Goya, 2005).



Figura 21: falésia da Formação Barreiras na praia do Taípe.
Fonte: fotografia em Terravista (2007b), s/d.

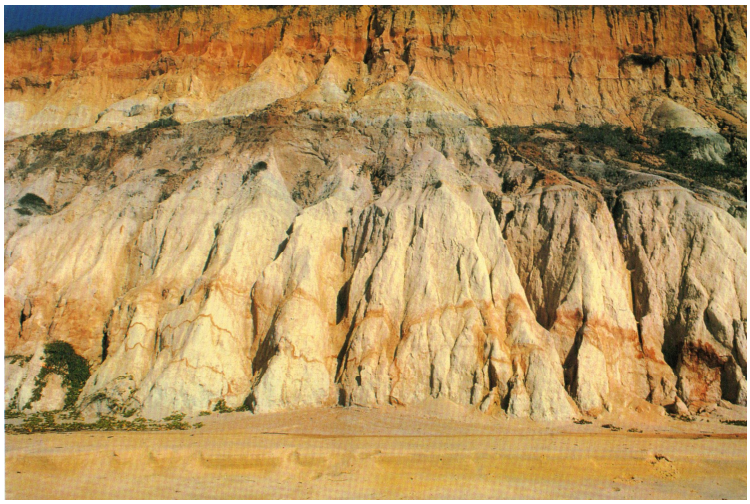


Figura 22: detalhe da estratigrafia de falésia da Formação Barreiras na praia do Taípe.
Fonte: fotografia de José de Paula Machado, s/d (Reis, 1986:116).

As fitofisionomias predominantes nos tabuleiros da Formação Barreiras do Extremo Sul da Bahia até meados do século passado eram a Floresta Ombrófila e a Floresta Estacional Semidecidual. A sua distribuição e a dos seus remanescentes foi determinada, *lato sensu*, pela distância em relação à linha de costa e à maior umidade existente na mesma. Correspondentemente, encontramos Florestas Ombrófilas mais próximas à zona costeira e, na medida em que se avança rumo ao interior e o clima fica mais seco, surgem Florestas Estacionais Semideciduais e, mais adiante, já no estado de Minas Gerais, Florestas Estacionais Deciduais (Figura 11b). Assim sendo, percebe-se que a Floresta Ombrófila da região geralmente ocorre em áreas dos tabuleiros terciários da Formação Barreiras com solos pobres e ácidos e índices pluviométricos entre 1.100 e 2.000 mm anuais, sem estação seca. A Floresta Estacional Semidecidual, por sua vez, é mais freqüente em áreas de relevo cristalino com solos derivados de rochas gnáissicas e com precipitações em torno de 1.000 mm anuais, com período seco. Já a Floresta Estacional Decidual ocorre em área de transição com a caatinga, com precipitações em torno de 800 mm anuais e estação seca bem definida (Timmers *et al.*, 2002).

No entanto, deve-se ressaltar que as Florestas Ombrófilas nas regiões Extremo Sul e Litoral Sul da Bahia apresentam diversas variações de composição florística em função das condições microclimáticas, edáficas e topográficas das áreas onde ocorrem. Segundo Jean-François Timmers, Carlos Alberto Mesquita e Luiz Paulo Pinto (2002), elas podem ser consideradas, portanto, como um “mosaico de micro-habitats” (p.15) conformado por subcategorias como a Floresta Ombrófila de Terras Baixas sobre Solos Ricos e a Floresta Ombrófila de Terras Baixas sobre Solos Pobres (com maior ocorrência em áreas costeiras do Litoral Sul), a Floresta Ombrófila de Tabuleiro (com maior ocorrência em áreas costeiras do Extremo Sul) e as Mussunungas (Figura 11b) (Timmers, 2006; Timmers *et al.*, 2002).

As Florestas Ombrófilas de Tabuleiro formam densas massas vegetais constituídas por estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo, com dossel alcançando 25 a 30 metros de altura (Figura 23) (Timmers, 2006). Essas formações, juntamente com as demais existentes nos tabuleiros terciários da Formação Barreiras, são essenciais não apenas para a manutenção da sua extraordinária biodiversidade, mas também para a preservação dos seus recursos edáficos e hídricos e dos ecossistemas nas planícies costeiras e na plataforma continental. Os levantamentos florísticos realizados já registraram mais de 200 espécies de árvores de grande porte tais como a bicuíba (*Virola bicuhyba*), a braúna (*Melanoxylon brauna*), a juerana (*Parkia pendula*), a maçaranduba (*M. brasiliensis*), o paraju (*Manilkara longifolia*), o arapati (*Arapatiella psilophylla*) além, é claro, do notório pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) (Jardim, 2002).



Em meio às Florestas Ombrófilas de Tabuleiro também foi identificada uma grande diversidade faunística, que inclui muitas espécies endêmicas e na qual se destaca o macaco-barbado, guariba ou bugio (*Allouata guariba guariba*), o guigó (*Calicebus personatus*), a onça pintada (*Pantera onca*), a suçuarana (*Puma concolor*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), a mamoninha ou gato-mirim (*Leopardus sp*), o gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), a maracaia ou gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), a anta (*Tapirus terrestris*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), a lontra (*Lontra longicaudis*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman yacare*), o urubu rei *(Sarcoramphus papa*), o gavião real (*Harpia harpyja*), o gavião-pega-macaco *(Spizaetus tyrannus*), o papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), a suia (*Touit surda*), o mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*), a anambé-de-asa-branca (*Xipholena atropurpurea*), o beija-flor-canela ou balança-rabo-canela (*Glaucis dohrnii*) e a choquinha-do-rabo-cintado (*Myrmotherula urosticta*) (Timmers, 2006; Timmers *et al.*, 2002).



Figura 23: Floresta Ombrófila de Tabuleiro: a) vista aérea com o Monte Pascoal ao centro e a serra de Itamaraju ao fundo; b) vista a partir da trilha de acesso ao topo do Monte Pascoal.
Fonte: a) fotografia de Jean-François Timmers, em 2002; b) fotografia do autor, em 1995 (Tofani, 1997:147).

Já as Mussunungas, restritas a uma pequena área dos tabuleiros da Formação Barreiras, merecem destaque, pois são uma fitofisionomia tipicamente regional, raramente reconhecidas e mapeadas como tal e freqüentemente tomadas como Restingas ou áreas antropizadas. Elas dominam diversas áreas dos tabuleiros situadas entre cinco e dez quilômetros da linha de costa, como por exemplo, as proximidades das fozes dos rios Jequitinhonha, de Santo Antônio, Taípe e Caraíva. As Mussunungas são constituídas de espécies florísticas como a mangabeira (*Hancornia speciosa*), adaptadas

a solos arenosos pobres e ácidos de tipo podzol hidromórfico, periodicamente encharcados. Tais condições edáficas impedem o crescimento e a competição de Florestas Ombrófilas de tabuleiro e produzem fitofisionomias que podem variar de matas mais baixas e secas até campos. Um aspecto particularmente relevante das Mussunungas está relacionado ao fato de provavelmente serem, assim como as Matas Saxícolas dos topos das serras e *inselbergs*, uma flora relictual remanescente de épocas em que o domínio Cerrado preponderava na região (Jean-François Timmers, julho de 2007, com. pess.). Esses ambientes são, portanto, ricos em espécies que também ocorrem em Campos Rupestres – como a *Cuphea flava*, *Cytopodium paranaense*, *Epistephyum lucidum*, *Gaylussacia brasilienis*, *Lagenocarpus rigidus*, *Marcetia sp.*, *Panicum trinii* e *Xyris sp.* –, bem como ricos em espécies endêmicas como as bromélias *Aecmea pabstii, A. blanchetiana* e *Hohenbergia blanchetii* (Figura 24) (Timmers, 2006).



Figura 24: vista aérea de Mussununga arbustiva nas imediações da Ponta Grande, na divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.
Fonte: fotografia de P. C. Ramos, em 2002 (Timmers, 2006:90).

Tabuleiros terciários da Formação Barreiras ocorrem na maior parte da zona costeira do estado do Rio de Janeiro ao do Pará. Entretanto, no Extremo Sul da Bahia essa unidade geomorfológica e seus respectivos ecossistemas holocênicos formaram um espaço que seria considerado, a partir do século XX, como de excepcional relevância tanto natural quanto cultural. Primeiro, porque esse ambiente ofereceu condições e recursos naturais essenciais à produção e reprodução de todas as culturas que sabidamente ocuparam a região e constituiu-se em um *locus* privilegiado para a edificação dos seus assentamentos. Muitos deles seriam alçados à condição de patrimônio cultural nacional a partir de 1968 e funcionariam como um dos principais

suportes para o desenvolvimento turístico que a zona costeira do Extremo Sul da Bahia experimentou a partir da década de 1970 (Tofani, 1997). Segundo, porque sobre esses tabuleiros vicejam, desde o Holoceno Inferior, porções do Domínio da Mata Atlântica consideradas como uma das maiores biodiversidades do planeta e cuja maioria dos remanescentes seria protegida na forma de Unidades de Conservação como, por exemplo: o Parque Nacional do Monte Pascoal, criado no município de Porto Seguro em 29 de novembro de 1961 (Figura 25); o Parque Nacional do Descobrimento, criado no município de Prado em 20 de abril de 1999 (Figura 26); e o Parque Nacional do Pau-Brasil, criado no município de Porto Seguro em 20 de abril de 1999 (Figura 27). Também no ano de 1999, esses remanescentes seriam agraciados com o título de Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)[28].

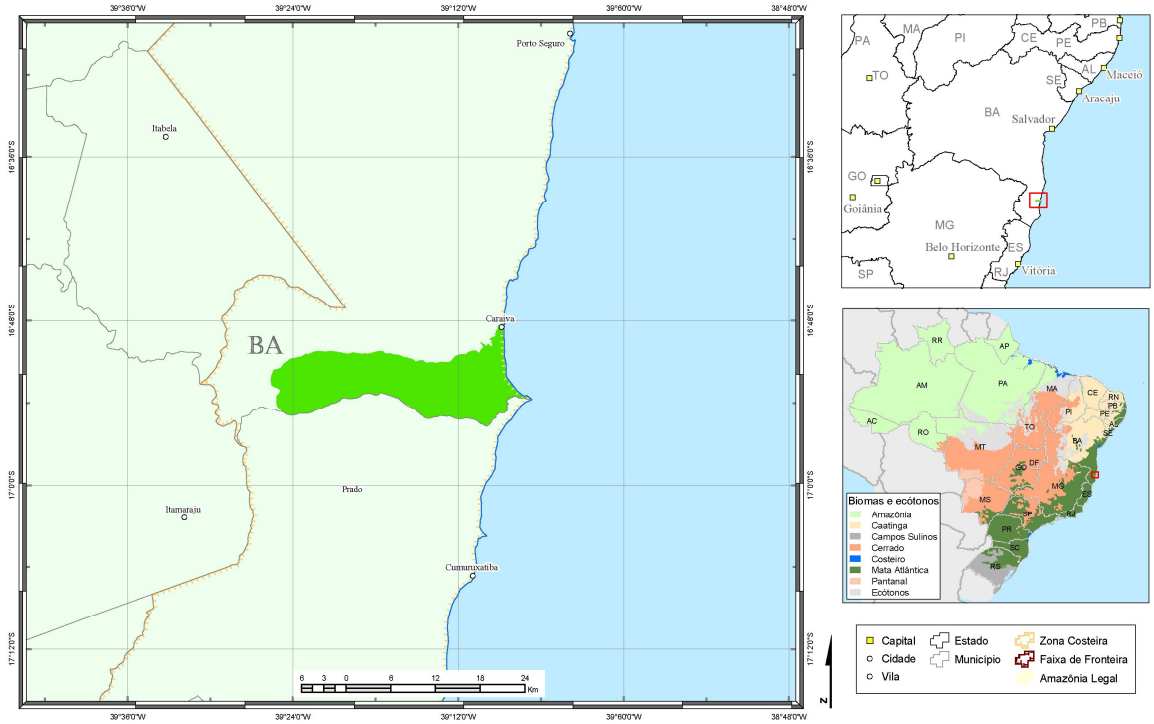


Figura 25: mapa do Parque Nacional do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro.
Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, s/d.

[28] Os remanescentes da Mata Atlântica acautelados na forma de Unidades de Conservação no Extremo Sul da Bahia constituem parte do que a UNESCO (2008) denomina *Discovery Coast Atlantic Forest Reserves*. Como explica essa organização: "*The Discovery Coast Atlantic Forest Reserves, in the states of Bahia and Espírito Santo, consist of eight separate protected areas containing 112,000 ha of Atlantic forest and associated shrub (*restingas*). The rainforests of Brazil's Atlantic coast are the world's richest in terms of biodiversity. The site contains a distinct range of species with a high level of endemism and reveals a pattern of evolution that is not only of great scientific interest but is also of importance for conservation.* (...) *The Brazilian Discovery Coast includes a number of areas containing the best and largest remaining examples of Atlantic forest in the northeast region of Brazil and contains high numbers of rare and endemic species.* (...) *The site displays the biological richness and evolutionary history of the few remaining areas of Atlantic forest of northeast Brazil. The site reveals a pattern of evolution of great interest to science and importance for conservation. The fact that only these few scattered remnants of a once vast forest remain, make them an irreplaceable part of the world's forest heritage* (s/p)".

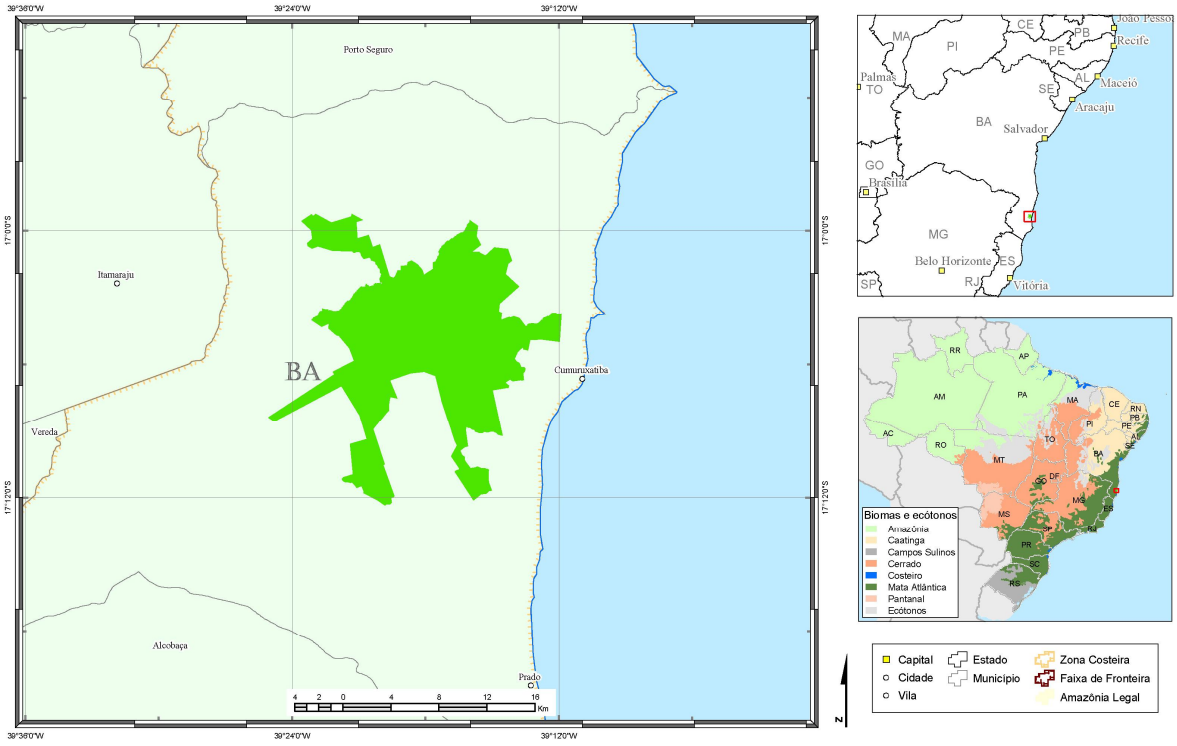


Figura 26: mapa do Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado.
Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, s/d.

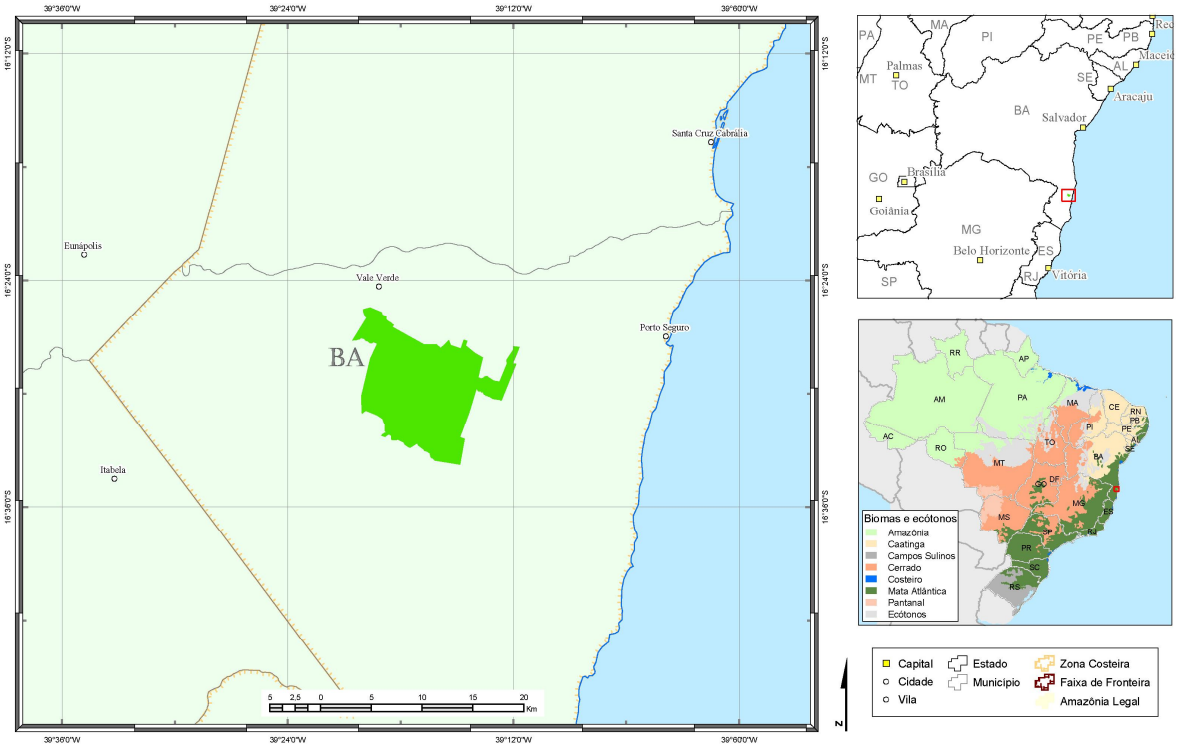


Figura 27: mapa do Parque Nacional do Pau-Brasil, no município de Porto Seguro.
Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, s/d.

A terceira grande unidade geomorfológica do Extremo Sul da Bahia compreende as áreas da zona costeira com altitudes até cerca de 10 metros que ocorrem junto à linha de costa, nos fundos dos largos vales onde se desenvolve o curso final dos principais rios da região e às margens das suas desembocaduras no Atlântico. Essa unidade inclui formações como praias, bancos de arenito, terraços marinhos e terras úmidas constituídos essencialmente por sedimentos de origem fluvial e marinha cuja acumulação está relacionada principalmente aos episódios transgressivos e regressivos experimentados pelo nível relativo do mar (NRM) durante o Quaternário[29] (Andrade *et al.*, 2002 e 2003; Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Dominguez *et al.*, 2000c; Tessler & Goya, 2005).

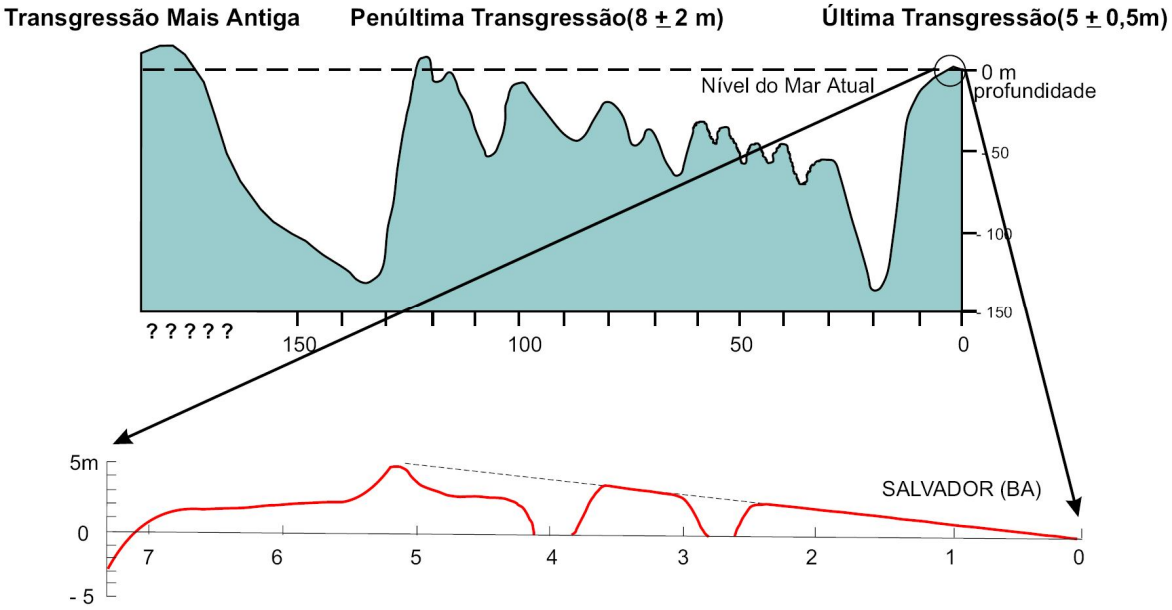
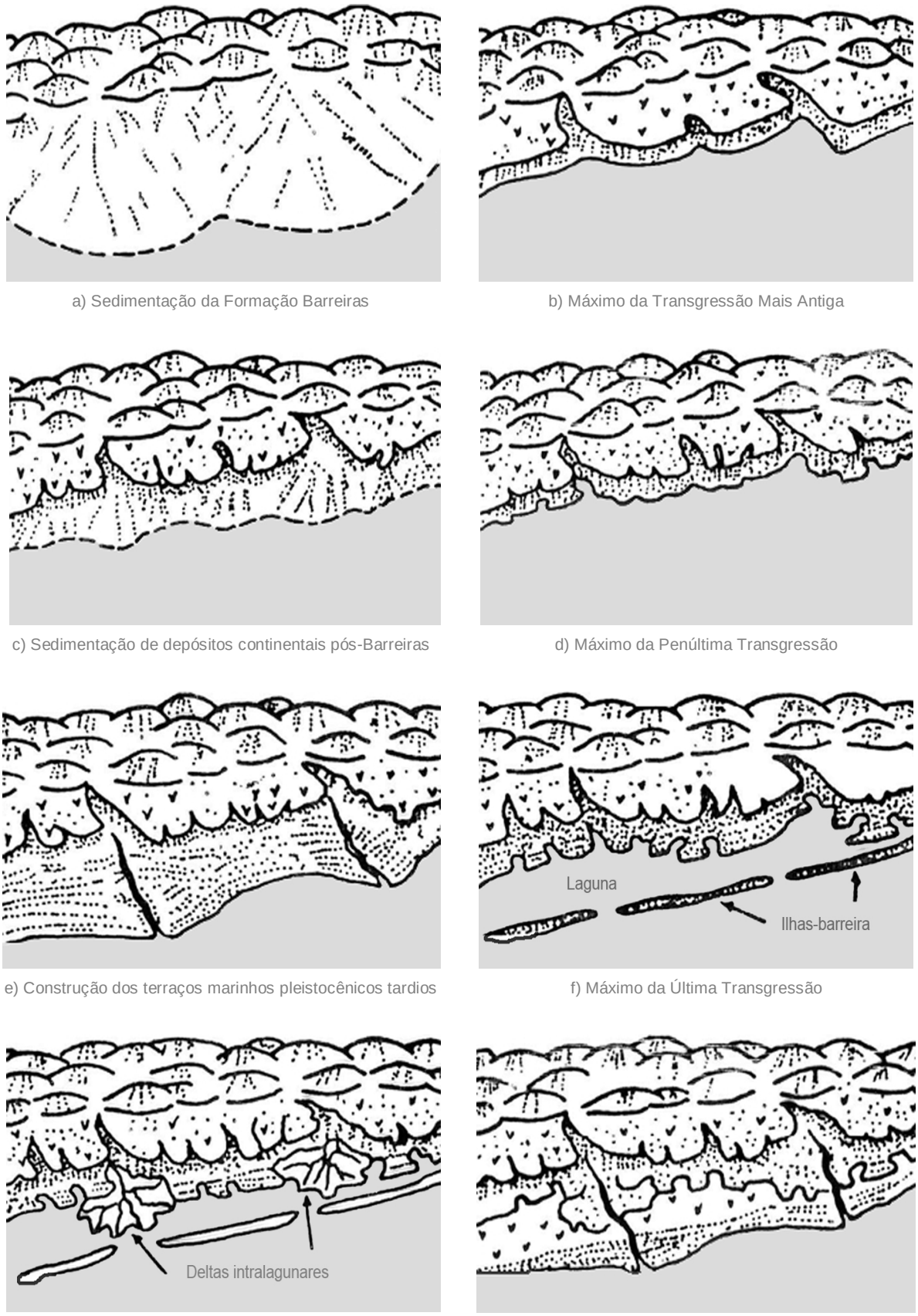


Figura 28: curva esquemática de variação do nível relativo do mar (NRM) nos últimos 150.000 anos para a costa leste-nordeste do Brasil e, em detalhe, curva de variação do NRM para a região de Salvador (BA) entre 7.300 BP e o presente.
Observação: o eixo horizontal dos gráficos refere-se ao tempo transcorrido em milhares de anos BP. Fonte: modificado de Dominguez *et al.* (2000b:136).

[29] As variações do nível relativo do mar experimentadas pelos oceanos no Quaternário estão associados, como enumeram Tessler & Goya (2005), a três processos: "aqueles associados aos ciclos de glaciação e deglaciação (glacio eustasia), aos eventos de tectônica global (tectono eustasia), e aqueles relacionados às variações da configuração da forma do geóide (geoido eustasia)" (p.18).



a) Sedimentação da Formação Barreiras

b) Máximo da Transgressão Mais Antiga

c) Sedimentação de depósitos continentais pós-Barreiras

d) Máximo da Penúltima Transgressão

e) Construção dos terraços marinhos pleistocênicos tardios

f) Máximo da Última Transgressão

g) Construção de deltas intralagunares ou intraestuarinos

h) Construção de terraços marinhos do Holoceno Superior

Figura 29: modelo geral de evolução geológica das planícies costeiras do litoral entre Macaé (RJ) e Recife (PE) durante o Quaternário.
Fonte: modificado de Suguio (2003:28).

O episódio transgressivo mais remoto que se conhece – a chamada Transgressão Mais Antiga – ainda não foi datado com precisão, mas postula-se que tenha ocorrido no início do Pleistoceno e, portanto, posteriormente à deposição dos tabuleiros da Formação Barreiras no final do Terciário (Figura 28). Essa época foi caracterizada por um intenso aquecimento global que ocasionou a elevação do NRM e fez com que o Atlântico avançasse significativamente sobre esses tabuleiros. Tal episódio transgressivo teria sido responsável pela produção das primeiras linhas de falésias que ocorreram ao longo da zona costeira, bem como pelo modelamento inicial dos largos vales fluviais que caracterizariam o curso final dos maiores rios da região (Figura 29b, Figura 30). Essa afirmação baseia-se em evidências geológicas preservadas, como apontam Dominguez *et al.* (2000a), "sob a forma de uma linha de falésias fósseis que separam os sedimentos da Formação Barreiras de depósitos quaternários" (p.236) (Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Suguio, 2003).

Após esse máximo transgressivo, ocorreu a reinstalação de um regime climático mais frio e seco que provocou uma concomitante regressão do NRM. Esse episódio, juntamente com a ocorrência de condições climáticas similares às reinantes quando da deposição dos tabuleiros costeiros, criou condições propícias para a formação nos sopés das falésias e encostas de novos leques aluviais coalescentes gerados pela acumulação de sedimentos de origem continental e denominados depósitos continentais pós-Barreiras (Figura 29c) (Dominguez *et al.*, 2000b; Suguio, 2003).

O retorno a um regime climático mais quente e úmido, por volta de 135.000 BP, acarretaria a Penúltima Transgressão experimentada pela costa leste-nordeste do Brasil. Ela alcançou o seu máximo por volta de 125.000 BP, quando a temperatura média do planeta atingiu o valor mais alto já registrado e o NRM nesse espaço chegou a 8±2 metros acima do atual (Figura 28). Essa transgressão provocou uma erosão tão intensa dos depósitos continentais pós-Barreiras formados durante a regressão anterior, que apenas uns poucos remanescentes lograriam alcançar o nosso tempo, sendo preservados nos setores da zona costeira onde as planícies quaternárias alcançam as suas maiores larguras: ao longo do curso final do rio Jequitinhonha na planície de Belmonte e das desembocaduras do rio Peruípe na planície de Caravelas (Andrade *et al.*, 2002 e 2003; Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b).

Outro importante papel desempenhado pela Penúltima Transgressão na formação da geomorfologia do Extremo Sul da Bahia foi o segundo grande modelamento das suas linhas de falésias e dos largos vales do curso final dos grandes rios da região. Esses vales comungam uma característica notável relacionada às suas larguras: o seu repentino estrangulamento a partir de um ponto que pode estar situado a menos de 15 km da linha de falésias que marca o fim dos tabuleiros da Formação Barreiras, como no

caso do rio João de Tiba, ou a mais de 36 km da mesma, como no caso do rio Jucuruçu. Contudo, quando se coteja as atuais dimensões desses vales com os conhecimentos disponíveis sobre a Penúltima Transgressão surgem fortes indícios de uma interessante relação: os trechos nos quais eles apresentam uma maior largura só ocorrem onde as cotas altimétricas dos seus fundos parecem ter sido iguais ou inferiores ao máximo transgressivo de aproximadamente 125.000 BP. Quando essas cotas ultrapassam a suposta cota máxima desse episódio transgressivo, a largura dos vales cai abruptamente da ordem dos quilômetros para a dos metros. O rio Buranhém, por exemplo, tem os últimos 25 km do seu curso no fundo de um vale com larguras entre 3 e 4 km, bordejado por falésias e encostas cujos topos atingem altitudes de cerca de 50 metros na sua foz e mais de 100 metros no seu limite interior. Essa condição, no entanto, só ocorre enquanto as cotas altimétricas desse fundo de vale não ultrapassam 10±2 metros; a partir daí, o vale sofre um abrupto afunilamento e segue a montante com larguras que nunca ultrapassam poucas centenas de metros[30] (Figura 30).

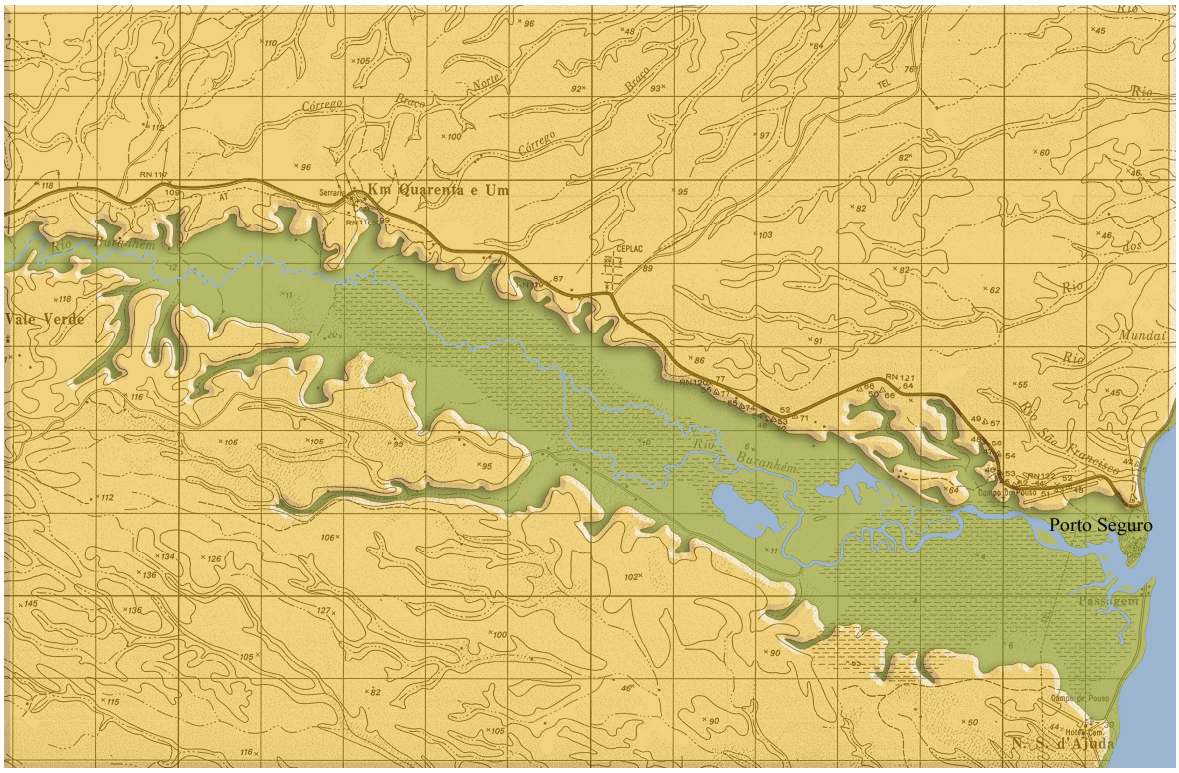


Figura 30: mapa do curso final e da foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro (c.1975). Legenda: cada unidade da grelha corresponde a 2 x 2 km. Fonte: modificado da *Folha SE.24-V-B-III – Porto Seguro – do Catálogo das Cartas Topográficas do Nordeste do Brasil*, da SUDENE.

[30] A diferença entre o máximo atingido pelo nível relativo do mar na Penúltima Transgressão (8±2 metros acima do atual NRM) e a cota altimétrica a partir de onde o fundo do vale do Buranhém afunila (10±2 metros acima do atual NRM) está muito provavelmente relacionada a processos sedimentares ocorridos nos fundos desses vales posteriormente à essa transgressão. Diferenças dessa ordem também são observadas em vales de outros rios na região.



Figura 31: a) vista aérea do curso final e da foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a praia de Mundaí (norte) e a praia de Pitinga (sul). Fonte: a) fotografia do autor, em 2007; b) mapa em Dominguez *et al.* (2000a:235).

Concomitantemente ao progressivo declínio da temperatura média global que se seguiu à Penúltima Transgressão, o NRM na costa leste-nordeste experimentaria mais de 100.000 anos de regressões seguidas por ascensões com menor intensidade (Figura 28). Esse longo período glacial levou a linha de costa até por volta de impressionantes 140 metros abaixo do atual NRM, quando o resfriamento atingiu a sua menor temperatura média no chamado Último Máximo Glacial, em cerca de 16.000 BP[31]. Tais regressões fizeram com que a plataforma continental no Extremo Sul da Bahia fosse paulatinamente exposta, sulcada pelos seus rios e submetida a novas deposições sedimentares de origem continental. Elas também foram responsáveis pela formação dos terraços marinhos pleistocênicos tardios encontrados em trechos da costa como a planície de Belmonte, a ponta de Santo Antônio, a foz do rio João de Tiba, a margem direita da foz do rio do Frade, a planície ao sul da foz do rio Caraíva, a ponta de Corumbau e a planície de Caravelas (Andrade *et al.*, 2002 e 2003; Dominguez *et al.*, 2000b). Segundo Dominguez *et al.* (2000a), "estes terraços são em verdade depósitos de areias litorâneas regressivas resultantes da progradação da linha de costa. Morfologicamente eles são caracterizados pelo topo plano com altitudes que alcançam cerca de uma dezena de metros acima do nível do mar atual" (p.236) (Figura 29e, Figura 32).

[31] Andrade *et al.* (2003:358), ao se referirem genericamente às variações do NRM na costa leste brasileira, indicam que o último máximo regressivo pleistocênico teria ocorrido em 18.000 BP, quando atingiu de 100 a 120 metros abaixo do nível atual. Suguio (2003:15) cita estudos realizados na costa gaúcha que apontam que esse máximo regressivo alcançou 120 a 130 metros abaixo do nível atual por volta de 17.500 BP. Tessler & Goya (2005:13) relatam, em uma publicação sobre processos condicionantes do litoral brasileiro, que ele teria atingido posições próximas à atual isóbata de 110 metros em cerca de 17.000 BP, mas não precisam a região em que esse fenômeno se deu. Já Dominguez *et al.* (2000b:138) indicam, em um trabalho sobre a evolução quaternária da zona costeira da Costa do Descobrimento, que o último máximo regressivo pleistocênico atingiu cerca de 140 metros abaixo do nível atual por volta de 16.000 BP. Uma vez que esse trabalho versa sobre um setor do Extremo Sul da Bahia, adotamos os dados que oferece sobre esse evento.



Figura 32: a) vista aérea de terraço marinho pleistocênico junto ao curso final do rio Caraíva e da vila de Caraíva, orla sul do município de Porto Seguro; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a ponta do Camarão (norte) e o limite meridional da ponta de Corumbau (sul).
Fonte: a) fotografia de João Farkas, s/d (FQD, 1994:219); b) mapa em Dominguez *et al.* (2000a:235).

Após o Último Máximo Glacial, o planeta experimentaria um novo fenômeno de aquecimento global que provocaria uma ascensão relativamente rápida do NRM e eventualmente a chamada Última Transgressão (Figura 28). Sobre esse episódio há dados bastante fartos e precisos, já que as formações geomorfológicas holocênicas, ao contrário das originárias de épocas anteriores, sustentam grande quantidade de material passível de datação por carbono 14 (^{14}C) e termoluminescência (TL) (Tessler & Goya, 2005). Segundo Andrade *et al.* (2003:358) e Dominguez *et al.* (2000b:135), a curva que melhor representa as oscilações do NRM ocorridas na zona costeira leste-nordeste brasileira durante o Holoceno foi produzida a partir de 68 datações radiocarbônicas realizadas em material coletado ao norte da cidade de Salvador (BA) (Figura 28).

Como se depreende dessa curva, a ascensão iniciada no Último Máximo Glacial alcançou o atual NRM por volta de 7.100 BP, sem, contudo, interromper o seu avanço. Essa transgressão atingiria uma cota em torno de 1,5 metros em aproximadamente 6.700 BP e ascenderia apenas cerca de meio metro nos doze séculos seguintes. Em aproximadamente 5.500 BP, o mar voltaria a experimentar outra forte ascensão até atingir, por volta de 5.100 BP, 5,0±0,5 metros acima do nível relativo atual (Figura 28). Naturalmente, esses avanços fizeram com que as águas oceânicas cobrissem toda a plataforma continental, erodissem parcialmente os terraços marinhos depositados no Pleistoceno, re-trabalhassem os vales e falésias da zona costeira e formassem diversos estuários, lagunas e ilhas-barreira (Figura 29f). Alguns desses estuários e lagunas, por sua vez, sofreriam uma lenta deposição de sedimentos continentais transportados pelos rios que neles desembocavam e, eventualmente, se constituiriam em deltas

intralagunares ou intraestuarinos (Figura 29g). Atribui-se também a essa época a deposição das areias quartzosas que formariam os bancos de arenito, também chamados arenitos de praia, que afloram em regiões de intermarés próximas às cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e ao sul da vila de Caraíva. Eles constituem estruturas tão retilíneas que, não raro, são interpretados como quebra-mares construídos por mãos humanas (Figura 33, Figura 34) (Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Suguio, 2003).



Figura 33: vista aérea de banco de arenito na foz do rio João de Tiba, junto à cidade de Santa Cruz Cabrália: a) na preamar; b) na baixa-mar.
Fonte: a) fotografia de Adriano F. Pellicciari, s/d (TQY, 1994); b) edição de fotografia de Haroldo Palo Jr., s/d.



Figura 34: vista aérea de banco de arenito na foz do rio Buranhém, junto à cidade de Porto Seguro: a) na preamar; b) na baixa-mar.
Fonte: a) edição de fotografia de Jota Freitas, s/d; b) edição de fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994).

A partir desse máximo transgressivo, o NRM retrocederia até alcançar a situação em que se encontra hoje, não sem antes experimentar duas oscilações de alta freqüência: uma entre aproximadamente 4.300 BP e 3.700 BP e a outra por volta de 3.100 BP e 2.400 BP (Figura 28). Esse recuo final do NRM, não obstante as suas oscilações, seria responsável pela formação dos últimos grandes elementos constitutivos da atual geomorfologia do Extremo Sul da Bahia e, em especial, pela constituição dos seus terraços marinhos holocênicos. Esses terraços, tal como os seus congêneres pleistocênicos, são depósitos de areias litorâneas regressivas resultantes da progradação da linha de costa. Eles possuem uma morfologia bastante plana, com topos que não ultrapassam seis metros acima do NRM, e se encontram geralmente dispostos como acresções aos terraços pleistocênicos. Os maiores exemplares na região são encontrados em Ponta Grande na divisa nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Figura 35) e, principalmente, na planície costeira do município de Caravelas e na planície costeira do município de Belmonte (Figura 36, Figura 39). Nesse último espaço, ou mais especificamente, na foz do Jequitinhonha, Kenitiro Suguio (2003) destaca que "foi possível reconhecer até três gerações de terraços holocênicos, correspondentes a três estágios de emersão posteriores a 5.100 anos AP [ou BP]" (p.29). Contudo, esses terraços marinhos se reduzem, na maior parte da zona costeira do Extremo Sul da Bahia, a estreitas faixas separadas dos tabuleiros da Formação Barreiras por falésias ou sequer existem (Figura 17, Figura 18, Figura 19, Figura 21, Figura 22, Figura 52).



Figura 35: a) vista aérea de terraço marinho holocênico em Ponta Grande, junto à divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália; b) mapa geomorfológico simplificado da zona costeira entre a ponta de Santo Antônio (norte) e a praia de Taperapuã (sul).
Observação: podem-se observar claramente as paleodunas resultantes da progradação da linha de costa.
Fonte: a) fotografia do autor, em 1998 (Timmers, 2006:85); b) mapa em Dominguez *et al.* (2000a:235).



Figura 36: vista por satélite de terraços marinhos holocênicos: a) no município de Belmonte (foz do rio Jequitinhonha); b) no município de Caravelas (foz do rio Peruípe).
Observação: pode-se observar claramente as paleodunas resultantes da progradação da linha de costa.
Fonte: Landsat em 04 de julho de 1996.

O recuo do NRM após o último máximo transgressivo também provocou acresções de cristas praiais às porções externas das ilhas-barreiras formadas durante a Última Transgressão e converteu muitas lagunas em lagoas. Algumas delas, e parte dos estuários que existiam no Extremo Sul da Bahia, sofreriam um paulatino processo de assoreamento por sedimentos continentais transportados fluvial e pluvialmente e constituíram-se nas terras úmidas onde ocorrem algumas das mais importantes tipologias fitogeográficas da zona costeira: os Manguezais, Brejos e Várzeas[32] (Andrade *et al.*, 2002 e 2003; Dominguez *et al.*, 2000a e 2000b; Suguio, 2003).

Os Manguezais ocorrem predominantemente em áreas de transição flúvio-marinha sujeitas a marés, mas protegidas do impacto direto das ondas oceânicas, tais como parte das fozes dos principais rios da região e trechos dos seus vales que foram escavados pelas transgressões marinhas no Quaternário (Figura 37, Figura 38). Eles são constituídos por espécies arbóreas, arbustivas e/ou herbáceas, bem como micro e

[32] Como explicam Dominguez *et al.* (2000a): "O termo 'terra úmida' é utilizado para descrever áreas que não são nem completamente terrestres, nem completamente aquáticas. Engloba, portanto, aquelas áreas que são inundadas ou saturadas por água superficial ou subterrânea, numa freqüência e duração suficientes para dar suporte a uma vegetação tipicamente adaptada à vida em condições saturadas. São áreas transicionais entre os sistemas terrestres e aquáticos, onde o nível freático está à superfície do terreno, ou onde o terreno é coberto por água rasa" (p.240).

macroalgas, adaptadas a solos argilo-siltosos saturados com água, com baixos teores de oxigênio, porém ricos em matéria orgânica. A fitofisionomia desse ecossistema pode variar em função de haver na sua constituição o predomínio de gramíneas (*Spartina*) e amarilidáceas (*Crinium*) ou de espécies arbóreas dos gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia*. Os Manguezais onde ocorrem a maior presença de espécies do gênero *Rhizophora* e *Laguncularia* são chamados, respectivamente, mangue vermelho e mangue branco e encontrados em terras úmidas mais próximas da linha de costa. Já os Manguezais onde predominam espécies do gênero *Avicennia* recebem a denominação de mangue siriúba e são encontrados em terras úmidas mais afastadas da influência das marés. Nos casos em que um Manguezal logra colonizar sítios arenosos, ele recebe, via de regra, a designação de mangue seco (Dominguez, 2000; Dominguez *et al.*, 2000a; Timmers *et al.*, 2002; Timmers, 2006).

Como destaca Dominguez (2000), os Manguezais são considerados um dos ambientes mais produtivos do mundo visto que “a capacidade anual de produção de biomassa por hectare, nos solos de manguezais é de até 20 toneladas, sendo consideradas como as regiões mais significativas de exportação do carbono detrítico para os ecossistemas adjacentes” (p.19). A concentração de nutrientes nos Manguezais, juntamente com as suas demais dimensões físicas, também os faz ambientes privilegiados para alimentação e reprodução de uma vasta diversidade de organismos que lá habitam em uma base permanente ou sazonal. Assim sendo, eles também funcionam como exportadores de proteínas para outros ecossistemas uma vez que, por exemplo, muitas espécies da fauna marinha os utilizam como *maternidade* e *berçário* de suas crias que só depois de suficientemente amadurecidas migrarão para o oceano.



Figura 37: Manguezal na foz do rio João de Tiba, junto à cidade de Santa Cruz Cabrália.
Fonte: fotografias de Rui Faquini, em 1998.



Figura 38: Manguezal na foz do rio Trancoso, junto à vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 1995.

Já os Brejos e Várzeas encontrados em terras úmidas nas planícies costeiras quaternárias do Extremo Sul da Bahia podem ser alimentados pelo afloramento do lençol freático ou mesmo pelo deságüe de cursos d'água que não alcançam diretamente o mar, mas espairam-se em áreas das planícies costeiras. Um exemplo é o rio Jardim, cujo leito se desfaz em um complexo de Brejos e lagoas interconectadas que constituem um sistema hidrológico contínuo em toda a planície costeira de Ponta Grande, na divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Figura 35). Os Brejos e Várzeas, quando inundados, têm aparências rigorosamente idênticas e é praticamente impossível distingui-los a vôo-de-pássaro. No entanto, a sua diferença reside no fato de que as Várzeas são tomadas pela água intermitentemente (em geral sazonalmente), ao passo que os Brejos são formações permanentemente inundadas (Figura 39, Figura 40). Em geral, essas formações são constituídas de uma baixa diversidade florística, sendo dominadas por Ciperáceas (Timmers *et al.*, 2002).

As Restingas, por sua vez, freqüentemente ocorrem sobre uma modalidade de planície costeira de mesma denominação cuja formação se dá pela paulatina acumulação de sedimentos flúvio-marinhos na desembocadura de alguns rios. Esse processo resulta em um cordão ou faixa arenosa *viva*, que desloca progressivamente a sua foz para sul ou para norte e faz com que o seu curso final corra paralelamente à linha de costa, não raro, por grandes distâncias. Um dos principais exemplos dessa formação no Extremo Sul da Bahia ocorre na foz do rio do Frade, onde uma estreita faixa arenosa com aproximadamente 200 metros de largura e 5 km de comprimento obriga esse curso d'água a correr no sentido sul até encontrar a sua saída para o mar (Figura 41). No Extremo Sul da Bahia, as Restingas são conformadas por espécies tanto arbustivas

quanto arbóreas e, especialmente, por cajueiros (*Anacardium occidentale*). Em meio a elas viceja uma grande variedade de bromeliáceas e orquidáceas, muitas delas endêmicas, tais como as espécies *Aechmea blanchetiana, A. bromeliifolia, Vriesia sp., Tilandsia sp.* e os gêneros *Vanilla, Cyrtopodium, Catasetum* e *Epidendrum* (Timmers *et al.*, 2002).



Figura 39: vistas aéreas de Várzea com Restinga com paleodunas em planície costeira na orla sul do município de Belmonte.
Fonte: fotografias de P. C. Ramos, em 2002 (Timmers, 2006:96 e 90).



Figura 40: vistas aéreas de Várzea, Brejo e Restinga em planície costeira na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografias de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994).



Figura 41: vistas aéreas de Restinga na foz do rio do Frade, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografias em Timmers (2006:45).

Para além da relevância natural dessas planícies costeiras quaternárias, deve-se destacar que elas constituíram um conjunto de ambientes que há milhares de anos tem contribuído determinantemente para a presença humana na região. Seja como via de transporte, seja como suporte para a produção de incontáveis assentamentos, seja como fonte de recursos naturais essenciais à reprodução das suas populações, ou seja como uma paisagem que funcionaria como um dos principais atratores de milhões de turistas que afluiriam para as suas praias a partir do final do terceiro quartel do século XX (Figura 42, Figura 43).



Figura 42: orla norte do município de Porto Seguro: a) vista aérea da praia de Itacimirim; b) vista aérea da praia de Mutá.
Fonte: a) edição de fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994); b) edição de fotografia de autor desconhecido, s/d.



Figura 43: praia dos Coqueiros na vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro: a) vista aérea; b) o antigo píer em madeira, hoje arruinado.
Fonte: a) fotografia em http://www.portosegurotur.com.br, s/d; b) fotografia do autor, em 1991.

A PLATAFORMA CONTINENTAL E AS FORMAÇÕES RECIFAIS

A plataforma continental brasileira compreende a região do fundo oceânico que se estende entre a linha de costa e a borda superior do talude continental. A sua profundidade máxima dificilmente ultrapassa a isóbata de 200 metros, sua largura média é da ordem dos 50 km, sua declividade predominante é praticamente nula e sua orientação geralmente obedece à respectiva *trend* estrutural. A partir da borda superior do talude continental, o fundo oceânico inicia um abrupto mergulho até alcançar profundidades por volta de 4.000 metros. Apenas em poucas regiões da zona costeira brasileira essa plataforma se configura enquanto uma unidade geomorfológica que foge a essa regra. Uma delas é o Extremo Sul da Bahia.

Como se pode observar em cartas batimétricas, a orientação da linha de costa e da borda superior do talude continental entre o extremo oriental do país e a foz do Jequitinhonha obedece à *trend* estrutural Brasiliana e constitui uma plataforma que raramente ultrapassa 30 km de largura. A partir dessa desembocadura até a altura da foz do rio Doce, na região Litoral Norte do Espírito Santo, a plataforma passa a apresentar formas, profundidades, composições e um ecossistema sem correspondentes em outras regiões brasileiras.

O seu primeiro elemento extraordinário é o banco Royal Charlotte (Figura 44). Esse acidente geográfico, com profundidades entre 30 a 50 metros, inicia-se quando a borda da plataforma continental experimenta uma brusca mudança de orientação de quase 90° na altura da foz do Jequitinhonha. Ela então avança para leste até atingir um ponto a cerca de 100 km da costa, onde sofre outra abrupta mudança de orientação para sul, corre cerca de 50 km e sofre mais uma mudança de orientação, agora para oeste. A partir daí, essa borda desenvolve uma longa e suave curva para sudoeste, tem o seu ponto de maior proximidade da linha de costa na altura do Monte Pascoal e da ponta de Corumbau, volta-se para sudeste e começa a formar os limites setentrionais de uma das mais extraordinárias formações da plataforma continental brasileira: o banco de Abrolhos (Figura 44).

Esse banco possui profundidades que dificilmente ultrapassam 30 metros nas suas porções interiores e 70 metros nas exteriores e, na altura da cidade de Caravelas, ele se estende até alcançar impressionantes 246 km de distância da linha de costa (Andrade *et al.*, 2003). Nesse setor encontra-se o pequeno banco Inverte e, a norte, nor-nordeste e leste do mesmo, os altos batimétricos de uma cadeia de montanhas submarinas que constitui, respectivamente, os bancos Minerva, Rodger e Hotspur. Do seu ponto mais oriental, o talude do banco de Abrolhos se dirige aproximadamente 180 km para su-sudoeste até alcançar o banco Besnard. Esse corresponde ao alto batimétrico de uma elevação que cresceu coalescida ao limite sudeste do talude de Abrolhos e que constitui a primeira unidade de uma série linear de *guyots* e montes submarinos. Conforme Fernando Flávio Marques de Almeida (2006),

> se em sua deriva a placa [tectônica] passar sobre um *hotspot* ou uma pluma mantélica, podem atuar como conduto de magma formador de vulcões, que emersos se apresentam como ilhas. Quando inativos acabam sendo arrasados pela erosão marinha e subaérea, transformando-se em bancos submarinos de topo truncado pela erosão, os chamados *guyots* (...) ou ainda podem suportar *atolls* mais ou menos profundamente submersos (p.4).

Essa série se estende até o arquipélago de Martin Vaz, forma os bancos Vitória, Eclaireur, Montague, Jaseur, Davis, Dogaressa e Columbia e constitui uma das mais raras formações geológicas do Atlântico Sul: a cadeia Vitória-Trindade (Figura 45). Do limite sudeste do banco de Abrolhos, a borda da plataforma continental se dirige para oés-sudoeste até aproximadamente 50 km da desembocadura do rio Doce, onde se direciona para sudoeste e volta a correr quase paralelamente à linha de costa (Figura 44).

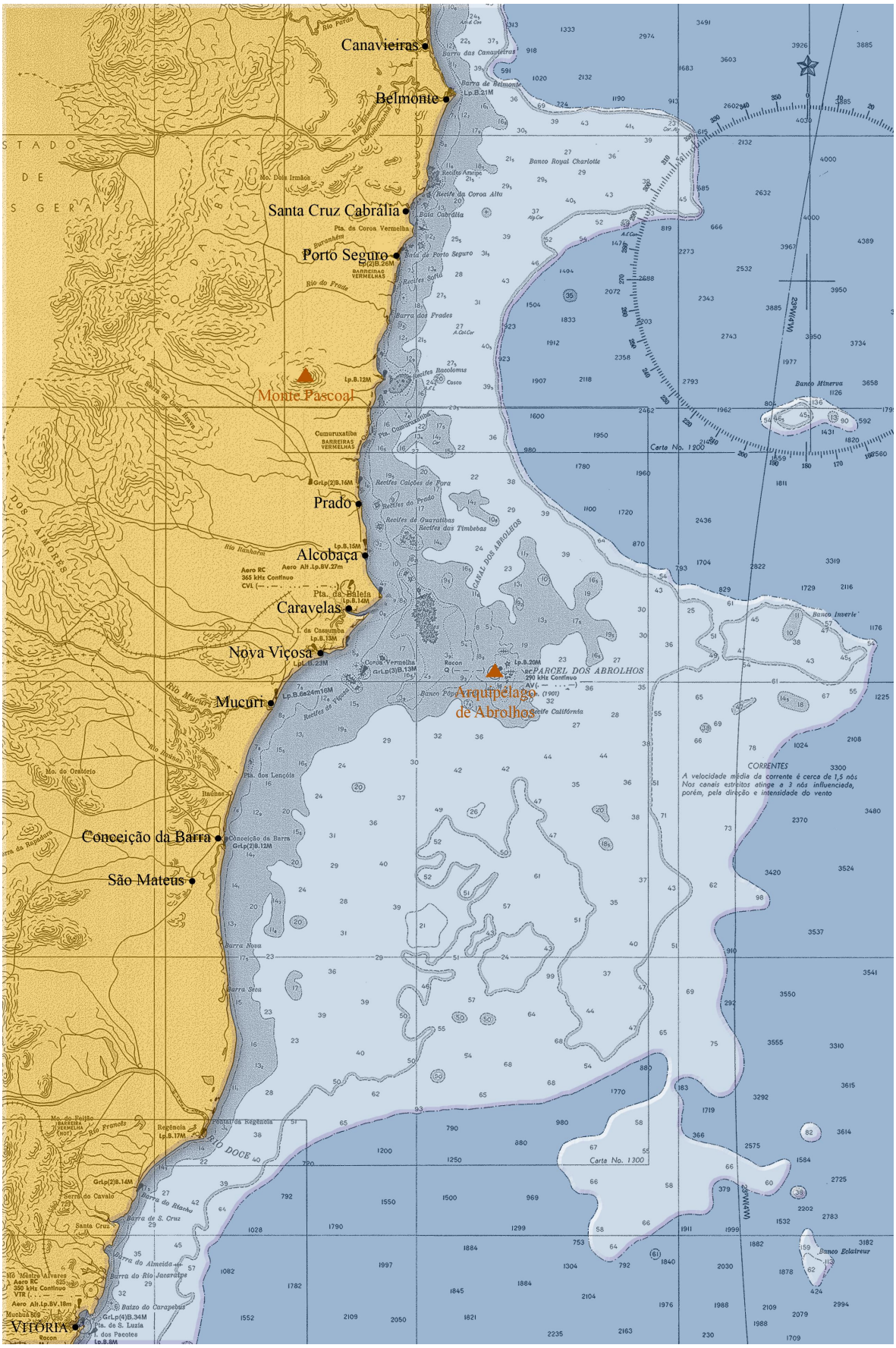


Figura 44: mapa da zona costeira e plataforma continental entre Canavieiras (BA) e Vitória (ES). Legenda: cada unidade da grelha corresponde a aproximadamente 110 x 110 km. Fonte: modificado da *Carta Náutica nº. 70 (Brasil – Costa Leste – de Belmonte ao Rio de Janeiro)* da Marinha do Brasil.

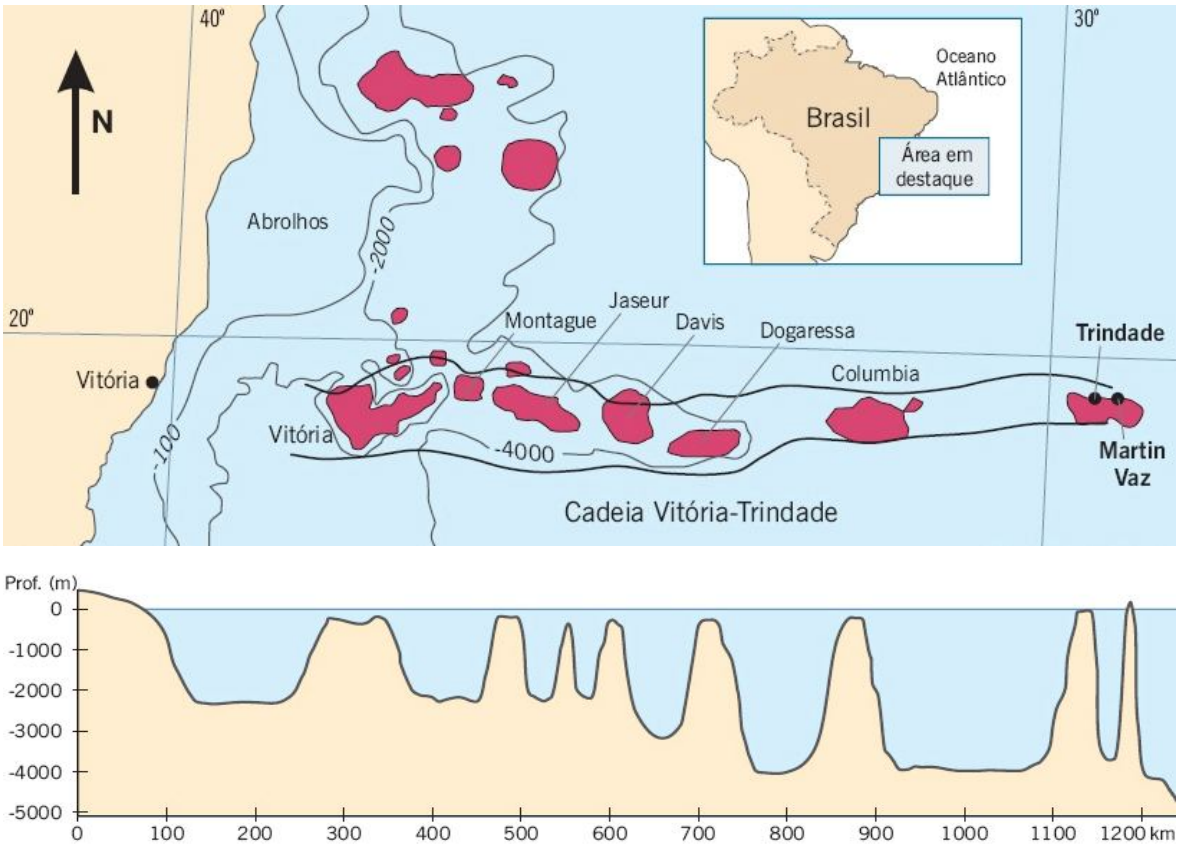


Figura 45: mapa e perfil da cadeia Vitória-Trindade.
Fonte: Almeida (2006:11).

Na porção setentrional do banco de Abrolhos, a cerca de 60 km da ponta da Baleia, no município de Caravelas, destaca-se uma outra formação sem correspondentes na plataforma continental brasileira: um conjunto de ilhas situado fora do domínio visual de áreas continentais (Figura 46, Figura 47, Figura 48). Esse arquipélago é formado por cinco pequenas ilhas separadas por canais com profundidades variando de dois a quatorze metros. A ilha de Santa Bárbara, a maior delas, se estende por menos de 1.500 metros ao longo do seu eixo oés-noroeste-és-sudeste, não ultrapassa 300 metros de largura e possui altitude máxima de 32 metros. A ilha Redonda, 400 metros a oés-sudoeste da primeira, não tem 400 metros de diâmetro e a sua altitude alcança 36 metros. A ilha Siriba, 400 metros ao sul da Redonda, tem pouco mais de 300 metros de comprimento no eixo oés-noroeste-és-sudeste, 100 metros de largura e 16 metros de altitude. A ilha Sueste, a mais meridional do arquipélago, está a aproximadamente 1.300 metros a sudeste de Siriba, tem menos de 500 metros de comprimento no eixo oés-noroeste-és-sudeste, 200 metros de largura e 16 metros de altitude. Por volta de 300 metros a nordeste da ilha de Santa Bárbara, encontra-se a pequena ilha Guarita com cerca de 100 metros de comprimento no eixo sudeste-nordeste, 60 metros de largura e 13 metros de altitude. Essas ilhas se encontram caprichosamente dispostas ao longo de um círculo com aproximadamente 2 km de diâmetro que até hoje alimenta a crença que

elas seriam remanescentes de uma cratera vulcânica ativa em tempos imemoriais. No entanto, como explica a naturalista Zelinda Margarida de Andrade Nery Leão (1991):

> Estas ilhas se formaram como resultado de uma atividade vulcânica que (...) ocorreu entre 42 e 52 milhões de anos atrás e empurrou, para cima, o assoalho da plataforma continental existente. As rochas que compõem este assoalho aparecem nos paredões das ilhas e constituem a Formação Abrolhos, descrita pelo professor [Charles Frederick] Hartt, em 1870, como pertencente ao Cretáceo Superior, com uma idade geológica de 70 a 100 milhões de anos. As feições petrográficas dessas rochas sedimentares (folhelhos, arenitos e calcários), que constituem a Formação Abrolhos, e que estão localizadas sob as rochas vulcânicas (diabásio), também vistas nos paredões das ilhas, são evidências para se afirmar que o arquipélago de Abrolhos não é o resto da cratera de um vulcão. Essas ilhas são resquícios de um alto topográfico, no assoalho da plataforma continental, resultante da atividade vulcânica que ocorreu no oceano Atlântico Sul, e que com o passar do tempo foi parcialmente erodido, deixando como seu testemunho as cinco ilhas (p.26-27).

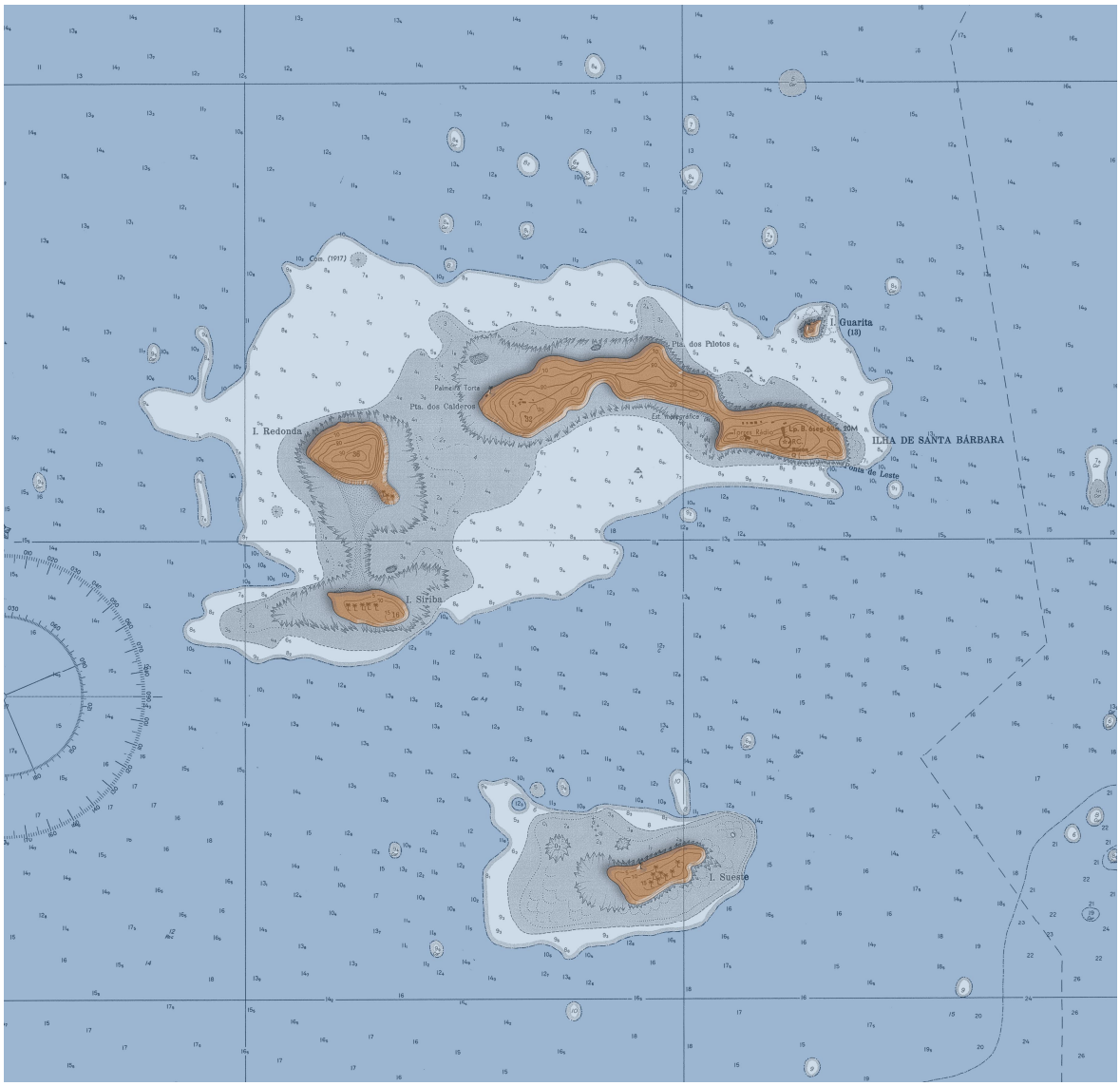


Figura 46: mapa do arquipélago de Abrolhos e formações recifais no seu entorno.
Legenda: a unidade da grelha corresponde a 1,75 x 1,75 km. Fonte: modificado da *Carta Náutica nº. 1311 (Brasil – Costa Leste – Fundeadouros de Abrolhos)* da Marinha do Brasil.



Figura 47: o arquipélago de Abrolhos: a) vista aérea das ilhas, no sentido horário, Sueste, Siriba, Redonda, Santa Bárbara e Guarita; b) a ilha de Santa Bárbara e o seu radiofarol.
Fonte: a) fotografia em http://www.ibama.gov.br, s/d; b) fotografia de Carlos Secchin, s/d (Secchin, 1991:s/p).



Figura 48: o arquipélago de Abrolhos: a) o canal entre as ilhas Redonda e Santa Bárbara; b) o canal entre as ilhas Redonda e Siriba.
Fonte: a) fotografia de Carlos Secchin, s/d (Secchin, 1991:s/p); a) fotografia de Carlos Secchin, s/d.

Conforme se tem demonstrado, essas atividades tectono-magmáticas também atuaram como os principais agentes formadores do próprio banco de Abrolhos e das demais estruturas geológicas submarinas descritas, uma vez que produziram acresções à plataforma continental e soerguimentos do seu substrato geológico por meio de intrusões basálticas e alcalinas cujas idades foram datadas do Paleoceno ao Mesoeoceno (Almeida, 2006; Mohriak, 2006; Saadi, 2000; Sobreira & França, 2006). Não obstante o fato desses eventos ainda não terem sido totalmente compreendidos, sondagens profundas realizadas pela Petrobras em 1958 e 1961 permitiram, como explica o geólogo Webster Ueipass Mohriak (2006), a identificação de:

uma seqüência de rochas ígneas (basaltos, diabásios, brechas etc.) e sedimentares (arenitos grosseiros e conglomerados em canais, arenitos com estratificação concordante e localmente discordante com as rochas vulcânicas, siltitos, folhelhos etc.) que foram soerguidas após a deposição original entre o Neocretáceo e o Paleogeno (p.133) (Figura 49).

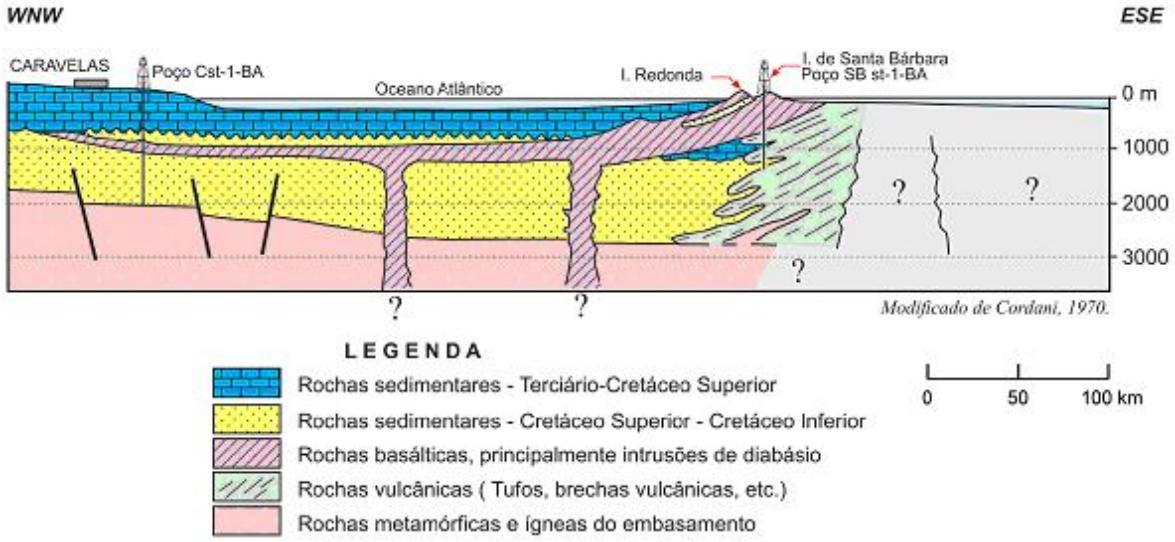


Figura 49: seção geológica esquemática do trecho entre a cidade de Caravelas e o arquipélago de Abrolhos. Fonte: Mohriak (2006:136).

Contudo, a excepcionalidade do banco de Abrolhos não é conferida apenas pelas suas características geomorfológicas, mas principalmente pelas extraordinárias inter-relações entre suas dimensões litológicas, hidrológicas, atmosféricas, biológicas e mesmo culturais. Abrolhos é comprovadamente um dos mais ricos ecossistemas marinhos do Atlântico Sul e, particularmente, o maior e mais exuberante complexo recifal brasileiro, responsável "por processos únicos de produção de matéria orgânica e reciclagem de nutrientes, os quais beneficiam não somente os seus habitantes permanentes mas, também, muitos outros organismos" (Leão, 2000a:23). Esse complexo abriga 17 das 18 espécies de coral identificadas em águas brasileiras, sendo muitas "endêmicas, arcaicas, isoladas de uma fauna de idade Terciária"[33] (Leão, 2000b:345). Pelo menos 95 espécies de peixes e três de quelônios já foram lá catalogadas junto com uma longa lista de espécies de crustáceos, moluscos, anêmonas, zoantídeos, esponjas, poliquetas e equinodermos. As suas ilhas são pontos de reprodução de diversas aves marinhas migratórias e locais, tais como o atobá mascarado (*Sula dactylatra*), o atobá marrom (*Sula leucogaster*), o tesourão (*Fregata magnificens*), o trinta réis das rocas (*Sterna fuscata*), o benedito ou viuvinha (*Anous stolidus*) e a grazina ou rabo de palha

[33] O complexo recifal de Abrolhos abriga seis espécies endêmicas: *Mussismilia braziliensis*, *Mussismilia hispida*, *Mussismilia hartti*, *Siderastrea stellata*, *Favia gravida* e *Favia leptophylla* (Leão, 1999).

(*Phaeton aethereus*). Entre os meses de julho e novembro, o banco de Abrolhos recebe os seus mais ilustres freqüentadores, as baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*), que migram de áreas sub-antárticas para fazer das suas águas quentes desse banco a sua principal área de reprodução no Atlântico Sul ocidental (Figura 50) (Leão, 1991 e 2000b).



Figura 50: baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) nas proximidades do arquipélago de Abrolhos.
Fonte: edição de fotografias em http://www.abrolhos.net, s/d.



Figura 51: chapeirões da espécie coralina *Mussismilia braziliensis* em Abrolhos.
Fonte: edição de fotografias de Carlos Secchin, s/d (Secchin, 1991:s/p).

A espécie coralina mais comum em Abrolhos – e com maior confinamento geográfico – é a *Mussismilia braziliensis*. As suas colônias são chamadas chapeirões, têm uma forma análoga à de um cogumelo e podem alcançar cerca de 25 metros de altura e 50 metros de diâmetro (Figura 51). Quando os chapeirões estão muito próximos, os seus topos eventualmente coalescem e formam grandes estruturas recifais com

intricadas redes de canais e cavernas. A maior incidência dessas formações ocorre na metade setentrional do banco de Abrolhos, em dois arcos que ocupam uma área de aproximadamente 6.000 km^2. O arco externo consiste em recifes em franja e chapeirões isolados localizados no parcel de Abrolhos, a leste do arquipélago. Já o arco costeiro, abriga principalmente chapeirões cujos topos coaleceram formando grandes estruturas recifais como o parcel das Paredes, Timbebas e os recifes de Sebastião Gomes, Coroa Vermelha e Viçosa (Figura 44) (Leão, 2000a e 2000b).

Diversos canais ocorrem entre esses recifes e os incontáveis bancos arenosos e chapeirões isolados nas suas imediações. O maior deles é o canal de Abrolhos que corre no sentido norte-sul, tem profundidades entre 20 e 30 metros e separa o arco costeiro do arco externo e do arquipélago de Abrolhos (Figura 44, Figura 47). Esses canais foram formados principalmente pelas variações do NRM no Pleistoceno Superior e Holoceno que fizeram com que grandes áreas da plataforma continental ficassem total ou parcialmente emersas, sendo sulcada por rios e redes de drenagem e recebendo deposições de sedimentos de origem continental (Leão, 2000b). Já as subseqüentes ascensões devem ter avançado primeiro através desses canais, possivelmente erodindo-os ainda mais, antes de submergi-los completamente e então submetê-los a deposições de sedimentos de origem marinha.

Essas oscilações do NRM também devem ter atuado como agentes fundamentais do processo de seleção natural e distribuição espacial das espécies coralíneas na região, uma vez que as estruturas recifais podem ter ficado total ou parcialmente expostas à atmosfera, submersas em profundidades superiores às suportadas e/ou sujeitas a águas com altos níveis de turbidez e de tipos de sedimentos. Por um lado, os avanços e recuos do Atlântico parecem ter ocorrido em um ritmo tão lento que é factível que diversas espécies coralíneas tenham conseguido desenvolver as suas colônias sempre na direção das condições mais adequadas e perpetuar-se em Abrolhos. Por outro lado, é improvável que espécies vulneráveis a alta turbidez e variação da composição da água e solo marinhos – como muitas que habitam o mar do Caribe – tenham sobrevivido à variação e concentração de sedimentos que caracteriza Abrolhos (Leão, 2000b).

O primeiro grupo de sedimentos é formado pelos de natureza siliciclástica que predominam nas águas e fundos marinhos mais próximos da linha de costa e fazem com que os recifes costeiros de Abrolhos estejam “circundados por sedimentos lamosos com 40 a 70% de areias quartzosas e minerais de argilas” (Leão, 2000b:1). Uma das suas origens são os processos erosivos que ocorrem nos solos dos tabuleiros da Formação Barreiras, gerando sedimentos areno-argilosos que são transportados através da rede de drenagem e, posteriormente, pelas correntes de deriva litorânea. Outra fonte consiste nos grandes rios que deságuam na zona costeira transportando sedimentos oriundos em



áreas situadas inclusive em Minas Gerais. No entanto, os estudos sobre a formação dos tabuleiros costeiros permitem afirmar que parte desses sedimentos siliciclásticos não foi depositada na plataforma continental por esses processos, mas já se encontrava lá antes da Transgressão Mais Antiga. Como apontam Dominguez *et al.* (2000a), a "Formação Barreiras se acumulou em uma extensa planície aluvial que se estendia plataforma continental adentro tendo em vista a ocorrência de remanescentes desta formação que são ainda hoje encontrados submersos na plataforma interna" (p.237).



Figura 52: vistas aéreas de formações recifais junto a falésias *vivas* dos tabuleiros da Formação Barreiras entre a ponta do Toque-Toque e a ponta do Camarão, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografias em http://www.portosegurotur.com.br, s/d.

O segundo grande grupo de sedimentos encontrados na plataforma continental é de natureza carbonática e geralmente predomina próximo a grandes formações recifais. Eles têm origem biogênica e são produzidos por organismos como corais pétreos, hidrocorais e algas coralinas. Esses construtores de recifes, como são conhecidos, incrustam-se em um substrato estável, produzem descendência e eventualmente perecem. A partir de então, os seus esqueletos calcários podem servir de base para a fixação de gerações mais novas ou desprender-se na forma de sedimentos carbonáticos (Leão, 2000a e 2000b). Portanto, os recifes de corais gerados eventualmente constituem-se em rígidas estruturas que funcionam como quebra-mares que absorvem a energia de ondas, marés e correntes marinhas e podem tanto atuar como barreiras contra a erosão das zonas costeiras quanto contribuir para a ocorrência de fenômenos hidrográficos que acarretam acresções às mesmas. O proeminente avanço da ponta da Baleia mar adentro e o grande número de bancos arenosos nas suas imediações são exemplos de como o complexo recifal de Abrolhos tem atuado nesse sentido (Figura 36b, Figura 44) (Andrade *et al.*, 2002 e 2003; Leão, 2000b).

Enfim, as extraordinárias características geológicas e geomorfológicas e as inter-relações litológicas, hidrológicas, atmosféricas e biológicas verificadas em Abrolhos possibilitariam que esse espaço fosse considerado um dos mais relevantes do Extremo Sul da Bahia tanto em termos naturais quanto culturais. Primeiro, porque os seus chapeirões, avançando centenas de quilômetros mar adentro e à flor da água, causariam incontáveis naufrágios desde os primeiros anos do século XVI, ganhariam destaque em grande parte da cartografia do período Colonial e inspirariam o nome que recebeu dos mareantes portugueses: *abram os olhos*, *abr'olhos...* (Figura 53, Figura 54, Figura 55, Figura 56, Figura 104).

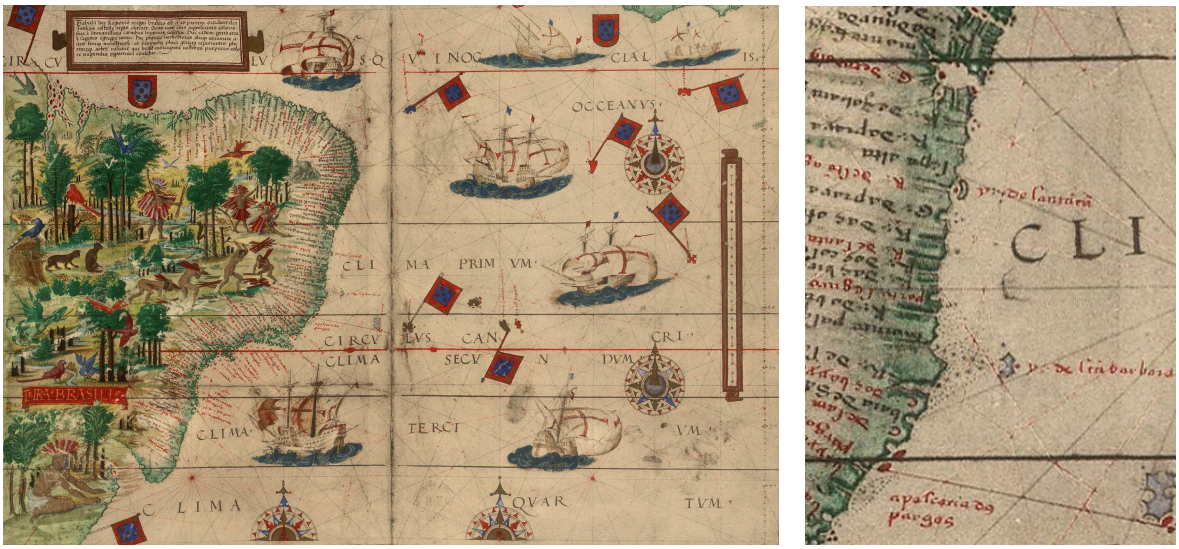


Figura 53: mapa *Tabula hec regionis magni Brasilis* ou *Terra Brasilis* do *Atlas Miller* (c.1519) atribuído ao português Lopo Homem e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara.
Fonte: Bibliothèque Nationale de Paris, França.

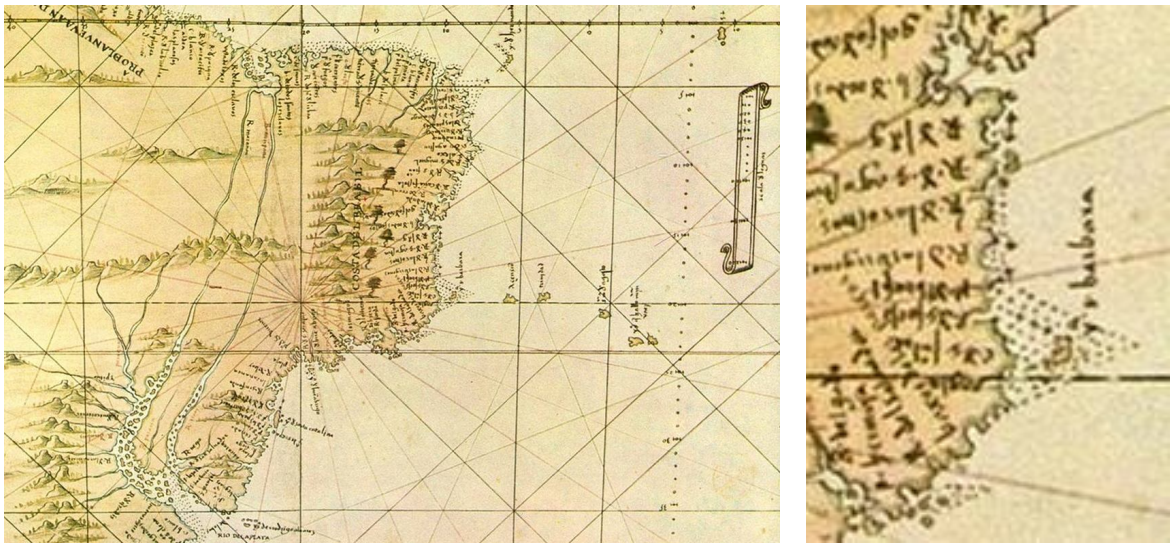


Figura 54: mapa da *Costa del Brasil* no *Islario de todas las islas del mundo* (c.1540) do espanhol Alonso de Santa Cruz e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara.
Fonte: Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Figura 55: mapa *Brasil* (1565) de Giacomo Gastaldi e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

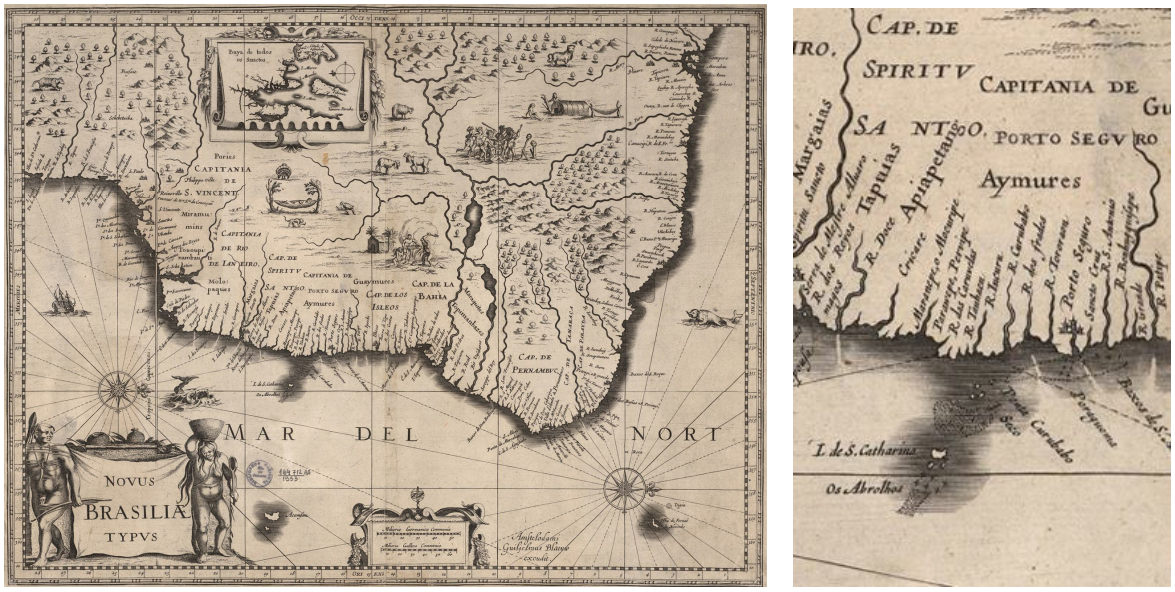


Figura 56: mapa *Novus Brasiliae Tipus* (c.1631) de Willem Janszoon Blaeu e, em detalhe, o complexo recifal de Abrolhos e a ilha de Santa Bárbara.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Segundo, porque Abrolhos desempenharia um papel fundamental enquanto fonte de recursos naturais essenciais às culturas que se instalaram no Extremo Sul da Bahia e foi um dos principais fatores que garantiram a permanência portuguesa na região após o quase colapso dos seus projetos coloniais no início do século XVII. Terceiro, porque as extraordinárias características naturais de Abrolhos legitimariam o acautelamento de 91.300 hectares das suas mais relevantes porções na forma do primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil, criado pelo Decreto Federal nº. 88.218 de 6 de abril de 1983 (Figura 57).

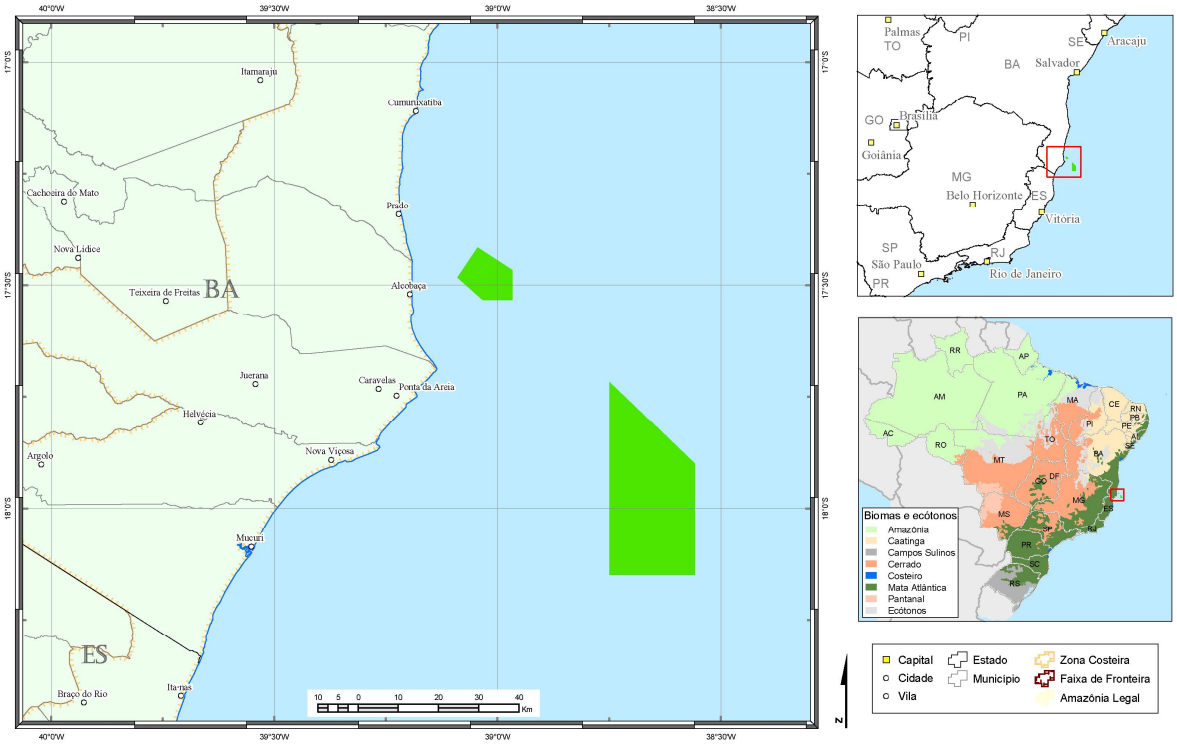
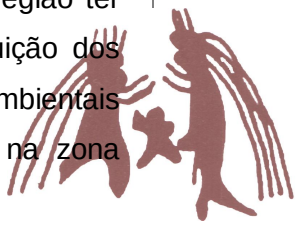


Figura 57: mapa do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.
Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, s/d.

o ingresso humano no extremo sul da bahia

A despeito da relevância histórica e cultural do Extremo Sul da Bahia, foi só a partir da última década – e, particularmente, da atenção dada pelo Estado aos preparativos para as comemorações dos 500 anos da presença portuguesa no Brasil – que pesquisas arqueológicas começaram a ser realizadas com alguma regularidade na região. Esses estudos já legaram relevantes dados para a interpretação dos processos de produção do espaço e reprodução social que lá tiveram lugar, mas ainda serão necessários muitos esforços até que sejam evidenciados todos os tesouros arqueológicos que se supõe ainda existirem no seu solo.

As mais antigas evidências de que dispomos sobre a presença humana na região têm menos de 3.000 anos e foram obtidas em um sítio arqueológico identificado junto ao baixo curso do rio Buranhém, no município de Porto Seguro (Morales, 2006). No entanto, entendemos que datações dessa ordem devam ser tomadas menos como uma prova da profundidade cronológica da ocupação do Extremo Sul e mais como uma ilustração das lacunas e desafios que caracterizam a arqueologia das zonas costeiras brasileiras mais impactadas pelas regressões e transgressões marinhas ocorridas desde o Último Máximo Glacial. Em outras palavras, inferimos que é pequena a probabilidade dessa região ter sido ocupada tão tardiamente, especialmente quando se considera a distribuição dos sítios arqueológicos no país com 10.000 anos ou mais, as condições ambientais regionais reinantes nesse período e os recursos naturais existentes então na zona costeira do Extremo Sul da Bahia.



Como as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil têm demonstrado, todas as macro-regiões do país abrigam sítios que oferecem evidências – aceitas pela maior parte da comunidade científica – de que foram objetos de ocupação humana a partir de pelo menos 10.000 BP e estavam bastante povoadas cerca de um milênio depois (Tabela 1) (Araujo *et al.*, 2006; Guidon, 1992; Neves, 1995; Prous, 1992; Schmitz, 2004). Também parece consensual que as condições ambientais em que se deu esse processo de ocupação eram, como tratamos anteriormente, bem diferentes das que seriam descritas a partir do ano de 1500 da era cristã. Por um lado, isso teria facilitado o avanço de grupos pioneiros, uma vez que, primeiro, não se depararam com formações florestais tão extensas e densas e rios perenes tão largos e longos como os formados depois; e, segundo, tiveram à sua disposição parte da atual plataforma continental ainda emersa na forma de uma vasta planície ao longo do Atlântico. Por outro lado, a predominância de climas mais secos e de biomas de savana teria provocado uma significativa dispersão de grande parte da fauna e flora e permitido a sua concentração apenas em alguns bolsões florestais, matas ciliares, complexos estuarino-lagunares etc. (Ab'Sáber, 2003; Guidon, 1992; Neves, 1995; Prous, 1992). A associação entre esses e outros conhecimentos produzidos pelos estudos arqueológicos e paleoambientais realizados no Brasil constituem o principal pilar das teorias que buscam demonstrar que as primeiras culturas que o habitaram se reproduziam por meio de uma grande mobilidade espacial e uma economia baseada essencialmente na caça e coleta. Essa estratégia teria lhes proporcionado um triplo benefício: primeiro, acessar recursos naturais com uma distribuição predominantemente dispersa; segundo, acumular técnicas, tecnologias e mentalidades que lhes conferiam condições de empreender grandes deslocamentos espaciais a partir de eventos naturais ou antrópicos que comprometessem a sua sobrevivência em determinada região; terceiro, eventualmente encontrar nichos ecológicos onde esses recursos se concentrassem e com eles se relacionar constante ou intermitentemente (Guidon, 1992; Neves, 1995; Prous, 1992).

Mesmo que ainda existam diversas lacunas no conhecimento sobre as condições micro e meso-climáticas brasileiras após o Último Máximo Glacial, já há um número suficiente de evidências apontando para uma estreita correlação entre a variação dessas condições e a distribuição espacial das suas primeiras populações humanas. Esse entendimento tem sido formulado principalmente por estudos paleoambientais de viés palinológico realizados em áreas que a arqueologia estima ter sido objeto de ocupação, contínua ou descontínua, desde pelo menos 10.000 BP. Como se tem demonstrado, os episódios de despovoamento total ou parcial dessas áreas correspondem aos ínterins em que o clima da respectiva região ficou, por exemplo, excessivamente seco (Araujo *et al.*, 2006). Com os estoques de recursos naturais sendo reduzidos a patamares inferiores ao

necessário à manutenção e reprodução das populações humanas que os habitavam, elas teriam sido impelidas a buscar novos territórios de caça e coleta em regiões com melhores condições ambientais, por meio de deslocamentos que podem ter consumido de poucos meses até gerações. Como destacam Araujo *et al.* (2006):

> *The Holocene in South America was marked by dry periods that affected the lives of humans in an intelligible way. Ancient populations had to move across vast spaces in order to avoid the consequences of climatic changes. This pattern has already been observed in the Northern Hemisphere and in the Andean zone, as well in other parts of the World, where aridity and water availability are obvious constraints to human occupation.* (…) *We believe that more archaeological data would make the picture clearer, but the existing information is already sufficient to show that climate had a strong influence on the observed patterns* (p.28).

Como também apontam esses estudos paleoambientais, as condições climáticas vigentes no Brasil no Holoceno foram caracterizadas tanto pela alternância entre episódios de maior aridez e umidade em uma mesma região quanto pela ocorrência de marcadas diferenças entre regiões. Mesmo que desconheçamos pesquisas sobre essas condições no Extremo Sul da Bahia, estudos publicados acerca de Lago do Pires e Lagoa Nova (MG), no norte da região Vale do Rio Doce e a cerca de 280 km do litoral de Caravelas, oferecem dados que revelam esse fenômeno de alternância climática e podem corresponder, *lato sensu*, às condições experimentadas pela região baiana (Araujo *et al.*, 2006; Behling, 2002). Mais ainda, eles demonstram que a porção oriental de Minas Gerais experimentou, a um só tempo, períodos em que as suas condições climáticas eram similares às identificadas no centro do estado e predominantemente diferentes das observadas no norte da Bahia (Figura 58, Figura 59).

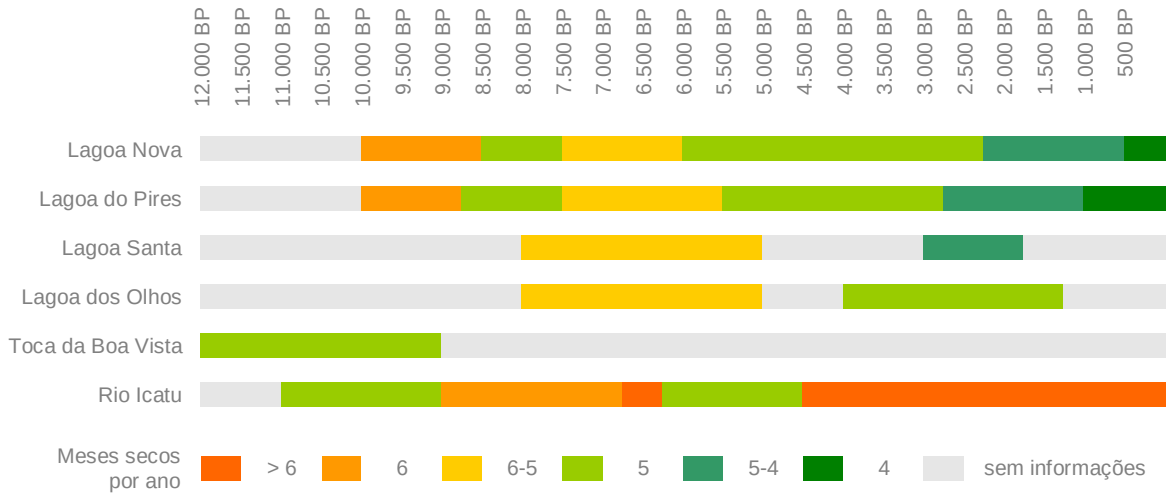


Figura 58: gráfico esquemático de condições climáticas na Lagoa Nova e Lagoa do Pires, Lagoa Santa e Lagoa dos Olhos (MG) e Toca da Boa Vista e Rio Icatu (BA) nos últimos 12.000 mil anos.
Fonte: a partir de dados de Araujo *et al.* (2006) e Behling (1995, 2002 e 2003).



Figura 59: mapa dos sítios arqueológicos e estudos paleoambientais mencionados por Araujo *et al.* (2006). Legenda: círculos = sítios arqueológicos: 1) Lagoa Santa; 2) Santana do Riacho; 3) Lapa do Boquete e Lapa dos Bichos; 4) Lapa do Dragão; 5) Lapa Pequena; 6) Gruta do Gentio II; 7) Lapa do Varal; 8) GO-JA-01; 9) MT-GU-01; 10) Santa Elina; 11) Morro Furado, Coribe; 12) Abrigo do Pilão; 13) Furna do Estrago; 14) Pedra Furada; 15) Gruta do Gavião; 16) Atacama; 17) Inca Cueva 4; 18) Cueva Tixi, Cerro El Sombrero, Cerro La China; 19) Agua de La Cueva; 20) Lajeado. Triângulos = áreas de estudos paleoambientais: A) Lagoa dos Olhos, Lagoa Santa; B) Lagoa Silvana e Dom Helvécio; C) Lago do Pires, Lagoa Nova e Água Preta de Baixo; D) Salitre; E) Serra Negra; F) Cromínia; G) Águas Emendadas, Lagoa Bonita e Lagoa Feia; H) Dunas de Icatu; I) Toca da Boa Vista; J) Carajás; K) Humaitá; L) Dunas do Rio Negro; M) Lago Pata; N) Pântano de Mônica; O) Fazenda do Pinto; P) Serra Rio do Rastro; Q) Morro da Igreja; R) Serra Boa Vista; S) Volta Velha; T) Serra Campos Gerais; U) Rio Paraná; V) Rio Claro; W) Botucatu; X) Anhembi; Y) Jaguariúna; Z) Lago Caçó; AA) São Francisco de Assis. Fonte: Araujo *et al.* (2006:5).

Portanto, existe um conjunto de evidências que indica a ocorrência de três condições para uma possível presença humana no Extremo Sul da Bahia desde, pelo menos, o final do Holoceno Inferior. Em primeiro lugar, diversas regiões situadas a menos de 1.000 km já estavam ocupadas desde 8.000 BP ou mais por populações aptas a expressivos deslocamentos. Em segundo lugar, as mudanças climáticas registradas em algumas dessas regiões no Holoceno Inferior – como as de Lagoa Santa (MG), Lagoa dos Olhos (MG), Toca da Boa Vista (BA) e Rio Icatu (BA) – teriam obrigado as suas populações a empreenderem amplos movimentos migratórios de forma a garantirem a sua reprodução. Em terceiro lugar, a maior parte do espaço que separa essas regiões do Extremo Sul da Bahia não contava com unidades geomorfológicas e ecossistemas que colocassem significativos impedimentos a esses deslocamentos. Ao contrário, como explicamos adiante, movimentos migratórios originários da maior parte do interior da Bahia e Minas Gerais e de regiões litorâneas meridionais e setentrionais teriam sido facilitados – ou mesmo incentivados – pela gradual melhora das condições ambientais encontradas à medida que se aproximava da zona costeira do Extremo Sul da Bahia.

No Holoceno Inferior, as formações precursoras das florestas da Mata Atlântica – mesmo tendo origens em Gondwana há 70 milhões de anos (Leitão Filho, 1987) – em pouco deveriam assemelhar-se à densa massa vegetal com que topariam os primeiros exploradores europeus. Não obstante desconhecermos estudos que tenham detalhado a evolução dessas formações na Bahia, é factível que estivessem restritas a áreas mais úmidas e férteis, como vales de serras e margens de rios, em meio ao bioma Cerrado que ainda predominava nesse espaço (Figura 60). Portanto, é também factível que essas formações tenham constituído parte de uma rede de corredores florestais de variados portes que teria se estendido até a bacia do rio São Francisco, por parte dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e, provavelmente, para bem mais além.

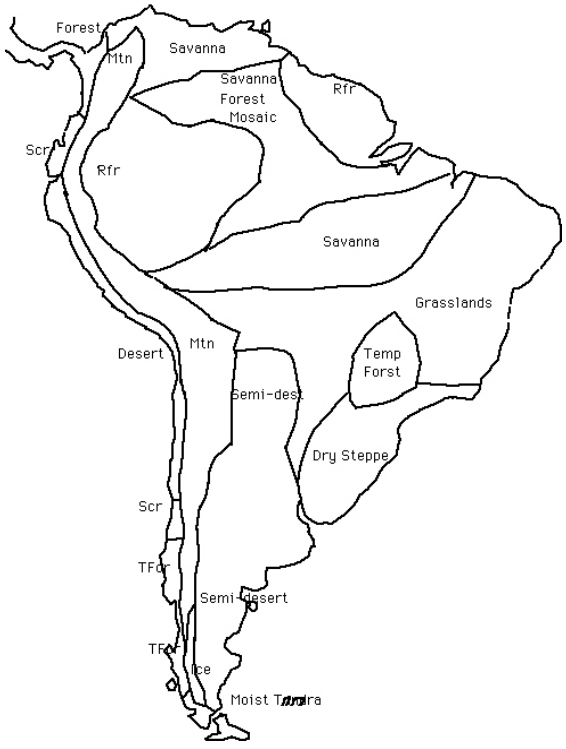


Figura 60: mapa dos grandes biomas da América do Sul em 10.000 BP.
Fonte: http://www.esd.ornl.gov/projects/qen/adams4.html.

Essa rede de corredores florestais pode ter sido apropriada proficuamente por grupos de caçadores-coletores do interior da Bahia e Minas Gerais – seja fugindo do declínio das condições ambientais nos seus territórios tradicionais, seja impelidos pelo seu próprio crescimento demográfico –, visto que podiam deslocar-se sem grandes impedimentos pelos campos nas suas proximidades e tê-la como um manancial de

muitos recursos naturais necessários à sua economia. Esses grupos também não devem ter tardado a perceber que à medida que se caminhava a jusante de bacias hidrográficas como as dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Pardo, de Contas, Paraguaçu, Itapicuru e Vaza-Barris, em geral o clima ficava mais úmido e aumentava a quantidade e diversidade dos recursos naturais. Por conseguinte, deve ter sido apenas questão de tempo, mesmo que algumas gerações, até que a busca por territórios com uma maior abundância de recursos os levasse a alcançar o litoral atlântico.

No entanto, a possibilidade de grupos de caçadores-coletores originários do interior da Bahia e Minas Gerais terem alcançado o litoral não significa necessariamente, primeiro, que isso tenha se dado exatamente no Extremo Sul da Bahia; segundo, que tenha redundado na sua imediata fixação, posto que a cultura desses grupos se organizava em torno do nomadismo; e, terceiro, que algum grupo originário da bacia do São Francisco ou de além não tenha sido o primeiro a atingir o Extremo Sul da Bahia, até mesmo no Pleistoceno Superior, por meio de alguma rota interiorana e/ou litorânea.

Independentemente da origem dos grupos que primeiro pisaram na zona costeira da região, e tendo esse evento ocorrido até o fim do Holoceno Inferior (8.000 BP), ela foi encontrada ainda sob os efeitos de um NRM abaixo do atual. Portanto, a sua paisagem era conformada, predominantemente, por uma larga planície litorânea, hoje quase totalmente submersa na forma do todo ou de parte da plataforma continental. Sobre essa planície estava em curso, muito provavelmente, uma rápida ampliação de ecossistemas terrestres, fluviais e marinhos que constituiriam o bioma Mata Atlântica. Esse ambiente, cujas extensas transformações no final do Pleistoceno Superior e no Holoceno Inferior são merecedoras de destaque, também teria proporcionado ótimas condições para o ingresso e fixação de grupos caçadores-coletores e, especialmente, pescadores-coletores-caçadores.

UMA VISÃO GERAL DA ZONA COSTEIRA DO EXTREMO SUL DA BAHIA NO PLEISTOCENO SUPERIOR E HOLOCENO INFERIOR

Quando cotejamos a curva de variação do NRM na costa leste-nordeste nos últimos 150.000 anos (Figura 28) com a batimetria da plataforma continental no Extremo Sul da Bahia (Figura 44), podemos inferir que praticamente todo o seu leito – que hoje

dificilmente ultrapassa 70 metros de profundidade – esteve emerso entre aproximadamente 28.000 BP e 14.000 BP. No último máximo regressivo pleistocênico, por volta de 16.000 BP, o NRM na região alcançou cerca de 140 metros abaixo do atual (Dominguez *et al.*, 2000b) emergindo parte do talude continental e expondo as suas encostas à intensa ação de ondas e marés que não conheciam o amortecimento promovido por leitos marinhos mais rasos (Figura 61). Os bancos de Abrolhos e Royal Charlotte conformavam então duas grandes penínsulas e parte de uma linha de costa sem correspondentes no litoral brasileiro. Já os bancos Minerva, Rodger, Hotspur, Besnard, Vitória, Eclaireur, Montague, Jaseur, Davis, Dogaressa e Columbia emergiram na forma de ilhas oceânicas constituindo um longo arquipélago que se estendeu até a ilha de Martin Vaz, a cerca de 1.200 km da atual linha de costa (Figura 45).

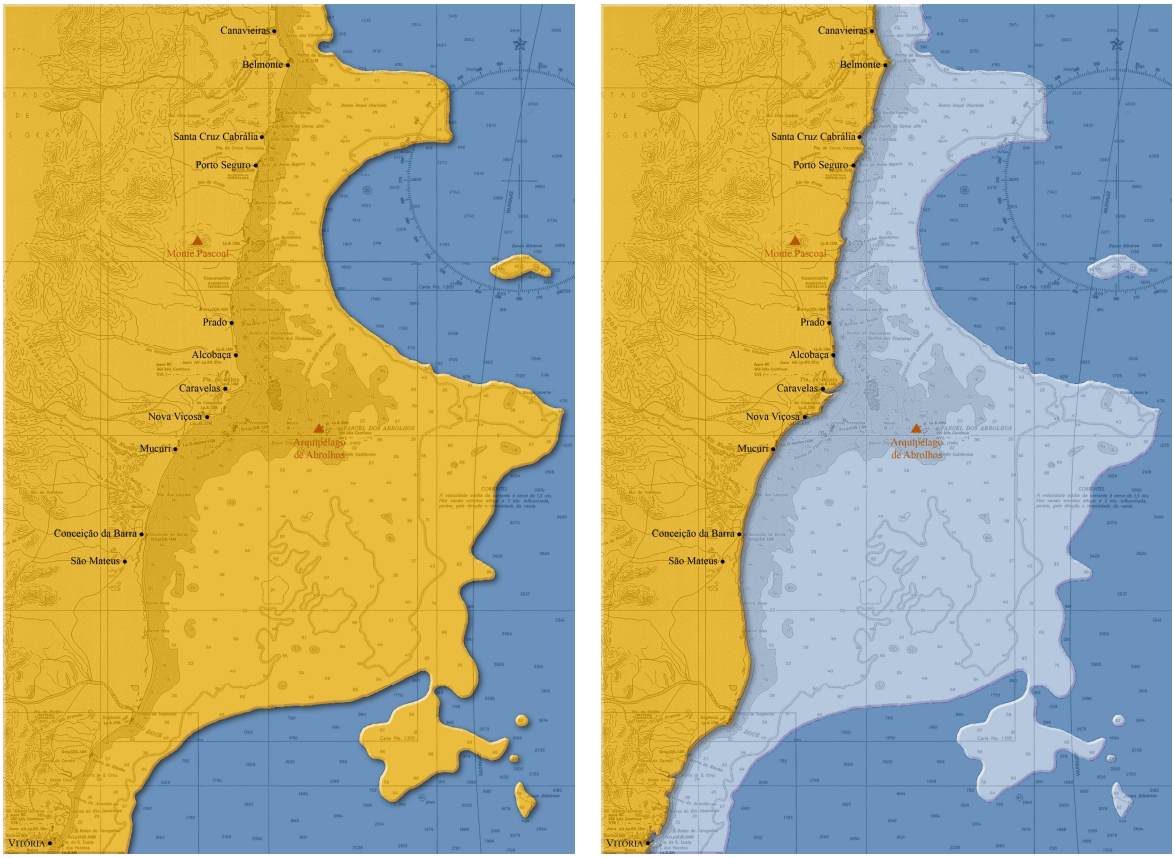


Figura 61 mapa da zona costeira e plataforma continental entre Canavieiras (BA) e Vitória (ES) e dos bancos Minerva, Besnard e Eclaireur: a) no último máximo regressivo, por volta de 16.000 BP; b) atualmente. Legenda: cada unidade da grelha corresponde a aproximadamente 110 x 110 km. Fonte: modificado da *Carta Náutica nº. 70 (Brasil – Costa Leste – de Belmonte ao Rio de Janeiro)* da Marinha do Brasil.

Essa paisagem – inimaginável por quem desconhece a batimetria e os episódios regressivos do Atlântico – estava então totalmente exposta às correntes atmosféricas que cruzavam o oceano e deve ter sustentado, se muito, formações de Cerrado e uns poucos recifes de coral que teriam sobrevivido de modo a constituir depois o complexo recifal de

Abrolhos[34]. Obviamente, os maiores rios da região sulcaram a atual plataforma continental e, ao alcançarem o seu talude e iniciarem o deságüe no oceano, devem ter produzido um espetáculo natural verdadeiramente impressionante. Ainda hoje é possível perceber – como temos feito por meio do mergulho autônomo – diversas evidências dos vales por onde tais rios correram. A maior parte deles tem bacias que se originam no leste de Minas Gerais e devem ter mantido os seus baixos cursos perenes, mesmo em momentos de clima mais seco.

O maior e mais setentrional desse conjunto de rios – o Jequitinhonha – tem hoje a sua foz ao norte da cidade de Belmonte, mas durante o último máximo regressivo pleistocênico é possível que tenha desaguado por volta de 15 km a és-nordeste, onde inicia a borda norte do banco Royal Charlotte (Figura 44, Figura 61). Como também se infere a partir da análise da topografia e batimetria desse setor da costa, é factível que ele tenha compartilhado a sua desembocadura com o rio Pardo, que hoje deságua na vizinha cidade de Canavieiras, na região Litoral Sul da Bahia. Já o rio de Santo Antônio, cuja foz se situa ao sul de um povoado homônimo, teria sido afluente do rio João de Tiba, que deságua ao norte da cidade de Santa Cruz Cabrália, e conformado uma única bacia que encontrava o mar onde hoje inicia a borda sul do banco Royal Charlotte, cerca de 60 km a és-sudeste dessa cidade. Pequenas bacias hidrográficas que alcançam a linha de costa entre Belmonte e Santa Cruz Cabrália (como as dos rios Preto e Guaiú) talvez não tenham sustentado cursos d'água perenes durante o período, mas devem ter participado da bacia do rio João de Tiba ou do Jequitinhonha. A mesma condição pode ter sido experimentada por bacias de menor porte entre Santa Cruz Cabrália e a Ponta Grande (como a dos rios Yayá, Mutari e Jardim) que também devem ter participado da bacia do João de Tiba.

O rio Buranhém, que hoje tem a sua foz junto à cidade de Porto Seguro, parece ter corrido em um dos mais evidentes vales submarinos na região e encontrado o mar em uma área a pouco mais de 50 km a sudeste (Figura 44, Figura 61). Para ele devem ter convergido bacias de diversos portes que hoje deságuam entre a sua atual foz e a Ponta Grande ao norte (como as dos rios dos Mangues, Mundaí e da Vila) e a ponta de Corumbau ao sul (como as dos rios Mucugê, Pitinga, Taípe, da Barra, Trancoso, do Frade, Caraíva e Corumbau). A atual conformação batimétrica nas imediações das desembocaduras desses três últimos rios também dá indícios de que eles podem ter

[34] A maneira como teriam sobrevivido as delicadas espécies coralíneas do Extremo Sul da Bahia durante o último máximo regressivo pleistocênico intriga a todos que consideram essa questão. Uma hipótese – que admitimos um tanto vaga – seria a sua fixação em trechos do talude continental menos expostos aos efeitos oceânicos ou nas imediações de fozes e estuários que por ventura fossem mais abrigados. No entanto, o biólogo Jean-François Timmers, consultor do Ministério do Meio Ambiente, nos relatou em novembro de 2007 que pesquisas oceanográficas ainda inconclusas têm encontrado evidências dessas espécies em grandes profundidades na cadeia submarina Vitória-Trindade. Se comprovada essa descoberta, que ampliaria muito do que se sabe sobre essas espécies, teremos uma explicação fundamentada para a sua resistência durante aquele episódio.

constituído uma bacia independente da do Buranhém e desaguado em algum ponto do talude continental a menos de 50 km a leste dos mesmos (Figura 62).

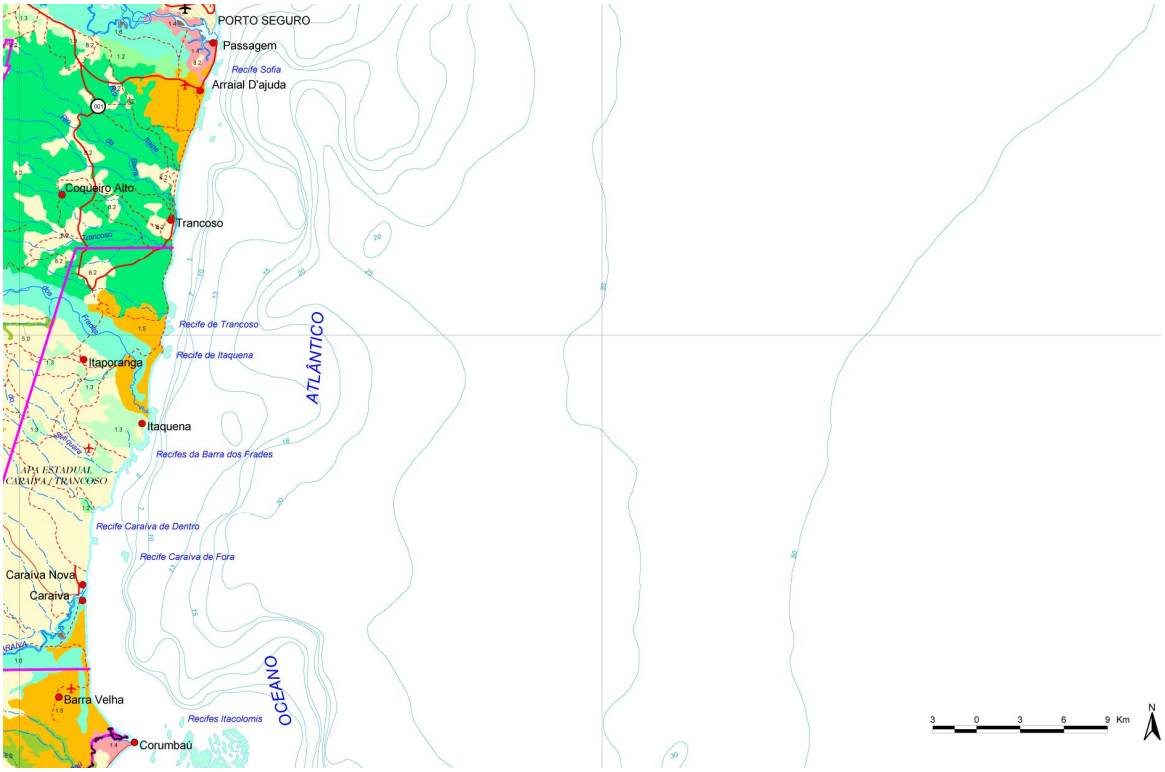


Figura 62: mapa com a batimetria de parte da plataforma continental entre a foz do rio Buranhém e a ponta de Corumbau.
Fonte: modificado de Dominguez (2000).

Na altura da ponta de Corumbau, a plataforma continental começa a formar os limites setentrionais do banco de Abrolhos e a ganhar crescente complexidade (Figura 44, Figura 61). A partir desse ponto, os processos erosivos e sedimentares experimentados por esse banco durante o Holoceno fazem com que os indícios batimétricos sobre vales fluviais pleistocênicos fiquem cada vez mais confusos, ou mesmo desapareçam, e nos impedem de produzirmos hipóteses minimamente consistentes sobre o tema por meio apenas de análises batimétricas. Por exemplo, o rio Jucuruçu, que deságua ao sul da cidade de Prado, tanto pode ter tido a sua foz em algum ponto por volta de 75 km a leste da atual quanto se dirigido para o que é hoje o banco de Abrolhos e lá participado de uma complexa rede hidrográfica presidida, provavelmente, pelos rios Peruípe e/ou Mucuri. Em ambas as hipóteses, o Jucuruçu pode ou não ter constituído uma única bacia com o seu vizinho mais meridional (o rio Itanhém, que deságua ao sul da cidade de Alcobaça) ou mesmo com rios menores que deságuam entre Prado e a ponta de Corumbau (como o Caí ou do Queimado, o do Peixe, o Japara e o Japara Grande).

No entanto, por volta de 12.000 BP, a zona costeira do Extremo Sul da Bahia já devia sustentar condições ambientais e paisagens bastante diferentes das existentes 4.000 anos antes, durante o último máximo regressivo pleistocênico. Nesse período, conforme indica a curva de variação do nível relativo do mar na costa leste-nordeste brasileira produzida por Dominguez *et al.* (2000b), o NRM na região estava cerca de 30 metros abaixo do atual (Figura 28). Assim sendo, estavam submersos a quase totalidade da península conformada pelo banco Royal Charlotte durante a última regressão, bem como as ilhas oceânicas constituídas pelos altos batimétricos da cadeia Vitória-Trindade e cerca da metade da área dos trechos da plataforma continental que correm paralelamente à atual linha de costa. Já a península conformada pelo banco de Abrolhos estava com mais de dois terços da sua área de 16.000 BP cobertas pelo oceano, encontrava o seu limite oriental a cerca de 100 km da atual ponta da Baleia e abarcava os altos topográficos que posteriormente formariam o arquipélago de Abrolhos.

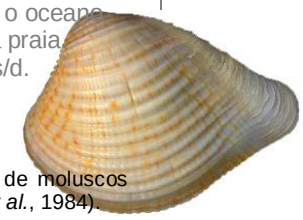
Conforme a curva produzida por Dominguez *et al.* (2000b), o NRM no Extremo Sul da Bahia estava, em 10.000 BP, por volta de 15 metros abaixo do nível atual (Figura 28). Portanto, as águas do Atlântico haviam submergido mais áreas da plataforma continental e transformando a antiga península de Abrolhos em uma complexa trama de terras continentais, ilhas e bancos de areia, entrecortados por cursos d'água, lagunas e canais marinhos e estendendo-se até as imediações do parcel homônimo (Figura 44). Considerando-se as condições climáticas globais e regionais naquele momento, ter-se-ia constituído um espaço com características altamente favoráveis ao franco desenvolvimento de formações recifais e Manguezais que já experimentavam um paulatino crescimento desde, muito provavelmente, alguns milênios antes. Mais ainda, esses ecossistemas, juntamente com outras formações precursoras da Mata Atlântica, teriam contribuído para alçar a região à condição de um dos espaços litorâneos brasileiros mais privilegiados para a ocupação por populações humanas e, particularmente, pelos chamados construtores de sambaquis ou sambaquieiros.

a cultura sambaquieira

Os cernambis, samauquis, casqueiros, concheiras, ostreiras, berbigueiras ou, como mais conhecidos, os sambaquis são produções espaciais que constituem a mais antiga, numerosa e bem estudada modalidade de sítio arqueológico da zona costeira brasileira. O termo sambaqui deriva da aglutinação dos vocábulos do Tupi Antigo *tampa* (“marisco”) e *ki* (“amontoado”) e é empregado como uma designação geral de estruturas resultantes da acumulação de conchas e outros restos alimentares descartados por antigas populações humanas com uma economia baseada na coleta de moluscos e vegetais, na pesca de peixes, crustáceos e mamíferos aquáticos e, em menor escala, na caça de espécies da fauna terrestre[35]. A sua construção podia seguir por séculos e redundar em colinas artificiais com bases circulares, elípticas ou amebóides e com maior altura nos centros ou nas bordas. As dimensões alcançadas variam de menos de um metro de altura e dez de diâmetro até impressionantes 400 metros de comprimento, 100 de largura e 30 de altura, como no caso do sambaqui da Garopaba do Sul, situado no município de Jaguaruna (SC) e erigido entre, pelo menos, 4.110±70 BP e 2.705±240 BP (Blasis *et al.*, 2007) (Figura 63).



Figura 63: o sambaqui da Garopaba do Sul, entre a laguna do Camacho ou Garopaba do Sul e o oceano Atlântico, no município de Jaguaruna (SC): a) vista aérea com a laguna ao fundo; b) vista da praia.
Fonte: a) fotografia em http://www.cysy.com.br, s/d; b) fotografia em Macario (2003:80), s/d.



[35] As conchas encontradas mais comumente em sambaquis na zona costeira brasileira são das espécies de moluscos *Anomalocardia brasiliana*, *Ostrea arborea*, *Lucina jamaicensis* e *Modiolus brasiliensis* (Gaspar, 2000; Martin *et al.*, 1984).



Figura 64: sambaquis no município de Jaguaruna (SC): a) Encantada; b) Figueirinha I.
Fonte: a) fotografia em Blasis *et al.* (2007:32), s/d; a) fotografia em http://www.jaguaruna.com, s/d.

O amplo reconhecimento dos sambaquis enquanto estruturas indubitavelmente antropogênicas é, no entanto, um fato relativamente recente que tem como marco a publicação em 1938 da obra *Concheiros naturais e sambaquis* de Othon Henry Leonardos. Esse estudo contribuiu de forma determinante para encerrar uma polêmica que se arrastava desde pelo menos o século XIX e separava os estudiosos do tema entre ditos "naturalistas" e "artificialistas". Como explica a arqueóloga Madu Gaspar (2000):

> Em seu início (1870-1930), a arqueologia brasileira caracterizou-se por uma grande efervescência. Os temas investigados eram os achados de Lagoa Santa, os sambaquis do sul do país e as culturas do baixo Amazonas. A questão que orientava o estudo dos sambaquis era estabelecer se os sítios eram decorrentes de fenômenos naturais ou artificiais. A primeira tendência, denominada comumente "naturalista", considerava que os sambaquis eram resultados do recuo do mar e da ação do vento exercida sobre as conchas lançadas à praia. A presença de inegáveis vestígios humanos, como esqueletos, era explicada como resultado de naufrágios. Já os "artificialistas" sustentavam que eram resultado da ação humana e propunham diversas explicações sobre o acúmulo de restos faunísticos (p.11-12).

Dentre essas explicações, a que prevaleceu por mais tempo sugeria, dada a grande quantidade de sepultamentos evidenciados nos sambaquis brasileiros (e talvez sob a influência das pesquisas em grandes monumentos funerários da Antigüidade), que eles haviam sido construídos com a finalidade exclusiva de enterrar e cultuar os mortos. No entanto, como a arqueologia tem demonstrado, a quase totalidade dos sambaquis estudados não foi erigida somente com esse propósito, mas como uma produção de amplo escopo físico e simbólico, fundamental à reprodução de populações denominadas sambaquieiras. Tendo substratos essencialmente calcários, eles são ambientes extremamente favoráveis à conservação arqueológica e têm possibilitado a descoberta de variadas evidências da sua utilização como lugares também de habitação, preparação de alimentos, fabricação de artefatos, celebração, defesa etc. Pelas mesmas razões, tem sido possível a realização de um grande número de datações radiocarbônicas e por

termoluminescência que apontam os anos de 8.000 BP e 500 BP como os limites cronológicos dentro dos quais os sambaquis foram produzidos no Brasil e os anos de 5.000 BP a 2.000 BP como o período no qual a maior parte deles foi erigida (Figura 80) (Blasis *et al.*, 2007; Gaspar, 2000; Macario, 2003; Martin, 1997; Martin *et al.*, 1984; Milheira, 2003; Prous, 1992; Roosevelt, 1992; Scheel-Ybert *et al.*, 2003).

Exemplares dessa modalidade de produção espacial foram identificados junto a alguns rios brasileiros – como o Amazonas e o Paraguai –, mas foi na zona costeira que ela alcançou o seu apogeu. A análise do material arqueológico dos sambaquis litorâneos e dos espaços onde foram inseridos permite inferir que o processo de escolha do sítio para a sua implantação era pautado por um conjunto de princípios comungado pela maioria dos grupos sambaquieiros. Mesmo que os resultados da aplicação desse padrão tenham variado em função das condições ambientais encontradas na zona costeira, é patente que ele visava à estratégica localização dos sambaquis em áreas de intersecção de ecossistemas que oferecessem uma grande variedade de recursos naturais necessários à produção e reprodução das suas populações. Privilegiavam-se espaços sob os auspícios de climas mais quentes e úmidos, com fontes perenes de água potável nas suas proximidades e menos expostos à ação direta de ondas oceânicas e/ou enchentes fluviais. Ainda que alguns sambaquis tenham sido erigidos em praias abertas, restingas e complexos dunares, nota-se a preferência por sítios às margens de estuários, enseadas, baías, lagunas e rios servidos por Manguezais, Brejos e/ou formações recifais onde abundassem espécies aquáticas próprias à economia sambaquieira. Nas suas imediações também deveriam ocorrer formações florestais onde fosse possível a caça e a coleta de espécies terrestres complementares à sua base alimentar e a obtenção de lenha para combustível e algumas das matérias-primas empregadas para a construção de habitações, utensílios etc. A proximidade de afloramentos do embasamento rochoso também parece ter constituído uma condição desejável no processo de escolha dos sítios, uma vez que forneciam o material necessário à indústria lítica e uma base para polir e afiar os seus artefatos.

As dimensões alcançadas pelos sambaquis e as datações do seu material arqueológico indicam que eles foram edificados e habitados durante períodos variando de 50 a 6.500 anos (Prous, 1992) e, não raro, “ocupados por 500 a mais de 3.000 anos, sem nenhum período confirmado de abandono” (Scheel-Ybert *et al.*, 2003:130). Também se observa a freqüente constituição de agrupamentos de unidades com idades variadas, ocupadas com alguma simultaneidade e organizadas nas proximidades de um sambaqui primordial que teria inaugurado a presença sambaquieira no respectivo espaço. Por exemplo, as zonas costeiras de Tramandaí e Torres (RS), de Laguna, ilha de Santa Catarina e Itajaí (SC), de Joinville e ilha de São Francisco (SC), das baías de Guaratuba

e Paranaguá (PR), de Cananéia e Iguape (SP), da Baixada Santista (SP), da baía de Guanabara (RJ), da região dos Lagos (RJ) e do litoral do Salgado (PA) sustentaram, cada uma, dezenas de sambaquis com diferentes portes e datas de implantação, durante períodos que ultrapassaram muitos séculos (Martin *et al.*, 1984; Gaspar, 2000; Prous, 1992 e 2006; Scheel-Ybert *et al.*, 2003; Silveira & Schaan, 2005).

Essas evidências contribuem para se sugerir que os sambaquieiros tinham ou desenvolveram modos de vida predominantemente sedentários e, muito provavelmente, uma relação com o espaço fortemente marcada pelos sentidos de territorialidade e identidade (Blasis *et al.*, 2007; Gaspar, 2000; Milheira, 2003; Prous, 1992; Scheel-Ybert *et al.*, 2003). No entanto, essa hipótese não se baseia apenas em dados cronológicos sobre os sambaquis – porquanto não constituem indicativos por si só da predominância do sedentarismo e não afastam a possibilidade do seu uso sazonal –, mas também por estudos que se debruçaram sobre os padrões alimentares e bioantropológicos das suas populações. Enquanto a análise dos vestígios alimentares encontrados nesses sítios tem revelado a alternância do consumo de espécies tipicamente sazonais – como peixes migratórios de inverno e coquinhos de verão (Prous, 1992) –, as avaliações osteológicas realizadas em esqueletos humanos lá sepultados têm demonstrado uma maior incidência de osteoartrose – um importante indicador de intensidade de atividade física – nos membros superiores dos seus antigos habitantes. Como explicam Scheel-Ybert *et al.* (2003), isso indica que essas populações:

> desempenhavam atividades mais intensas e/ou mais variadas com os membros superiores do que com os inferiores. A baixa prevalência de osteoartrose nos membros inferiores pode ser interpretada como um indicador de território de captação de recursos terrestres menor do que aquele normalmente observado entre caçadores-coletores continentais. A variedade, perenidade e previsibilidade de recursos das áreas litorâneas onde se localizam os sambaquis, associadas a um modo de vida fortemente vinculado aos recursos de origem aquática, podem explicar o padrão de osteoartrose verificado recorrentemente entre os sambaquieiros em geral (maior nos braços, menor nas pernas). Isso se daria na medida em que atividades como remar, nadar e arremessar redes fossem mais intensas ou freqüentes que atividades relacionadas a grandes deslocamentos terrestres (p.122).

A ampla diversidade e disponibilidade de recursos naturais em muitos setores da zona costeira brasileira, e a provável predominância de um modo de vida sedentário, podem ter contribuído sobremaneira para que esses grupos experimentassem um considerável crescimento populacional, desenvolvessem formas de organização espacial e social cada vez mais complexas e tornassem-se progressivamente mais especializados em um número crescente de ecossistemas (Gaspar, 2000; Milheira, 2003; Neves, 1995). Como indicam os registros arqueológicos, a economia dos sambaquieiros foi, em geral, objeto de uma gradual reorientação, baseando-se cada vez menos na coleta de espécies

da malacofauna e cada vez mais na pesca, inclusive em águas profundas (Gaspar, 2000; Scheel-Ybert *et al.*, 2003). Essa transformação pode estar relacionada a mudanças climáticas de escopo regional ou global, ao aumento populacional dos grupos sambaquieiros e/ou ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias pesqueiras e náuticas que teriam permitido uma produção de alimentos mais eficiente em termos de regularidade, diversidade de fontes, qualidade nutricional e capacidade de sustentar grandes contingentes. Contudo, não se deve descartar a possibilidade dessa reorientação econômica também estar relacionada à superexploração da malacofauna e à conseqüente diminuição da capacidade de reposição das espécies consumidas. Também há evidências de que alguns grupos sambaquieiros acumularam saberes etnobotânicos necessários à prática do manejo ambiental e, particularmente, à domesticação ou semi-domesticação de certas espécies da flora e ao estabelecimento de formas incipientes de agricultura (Gaspar, 2000; Neves, 1995; Prous, 1992 e 2006; Roosevelt, 1992; Scheel-Ybert *et al.*, 2003). Nesse sentido, um interessante indício do cultivo de uma euforbiácea que ainda constituiu a base alimentar de milhões de brasileiros – a mandioca – é oferecido por análises odontológicas realizadas em esqueletos evidenciados no sambaqui de Corondó, no Rio de Janeiro. Como explica Gaspar (2000:50), essas análises registraram uma alta freqüência de cáries e formas de desgaste dentário que são indicativas de uma dieta marcada pelo elevado consumo de vegetais e carboidratos e, muito provavelmente, dependente do plantio da mandioca.

Os modos de produção do espaço e reprodução social que se inferem comuns aos grupos sambaquieiros conformam um quadro que aponta “para uma grande estabilidade cultural no tempo e no espaço, sugerindo que todos os sambaquis pertenciam a um mesmo sistema sociocultural” (Scheel-Ybert *et al.*, 2003:111). Sem embargo à possibilidade de todos terem pelo menos uma matriz cultural comum, também se deve considerar as grandes distâncias espaciais e cronológicas que separaram muitos deles, as peculiaridades dos biomas e ecossistemas onde cada grupo viveu e os diferentes grupos não-sambaquieiros com as quais devem ter se relacionado. Por mais que transformações culturais tendam a acontecer de forma extremamente lenta em sociedades tradicionais, entendemos como impensável que milhares de anos de presença sambaquieira em diferentes rincões do Brasil não tenham redundado na formação de incontáveis unidades sociais com marcadas diferenças regionais e geracionais – inclusive lingüísticas – e em uma expressiva diversidade cultural. Esse argumento é corroborado, por exemplo, pelas evidências que os sambaquis setentrionais brasileiros foram erigidos por sociedades que dominavam alguns fundamentos da indústria cerâmica, ao passo que os meridionais são atribuídos a sociedades tipicamente pré-ceramistas (Amâncio & Dominguez, 2003; Gaspar, 2000; Martin, 1997; Milheira,



2003; Prous, 1992; Roosevelt, 1992; Silveira & Schaan, 2005). O processo de diferenciação cultural teria sido também experimentado por grupos sambaquieiros vivendo relativamente próximos (e provavelmente em contato), uma vez que a pluralidade de esculturas zoomórficas em pedra evidenciada em sambaquis na zona costeira do Rio Grande do Sul a São Paulo oferece fortes indícios da sua ocorrência (Figura 65). Como explica Rafael Guedes Milheira (2003),

> [esses zoólitos] podem ser considerados delimitadores de identidades culturais, pois as técnicas de produção, o imaginário coordenador da representatividade da peça artístico-religiosa e os motivos de produção das mesmas são indicadores de fatores culturais bem determinados a um(uns) tipo(s) de cultura(s) e etnicidade(s). Essa mesma lógica de pensar a identidade através da cultura material está presente nos estudos elaborados sobre os sambaquis do litoral norte [do Brasil], os quais têm a representação da unidade social e identidade baseada na produção da cerâmica (s/p).

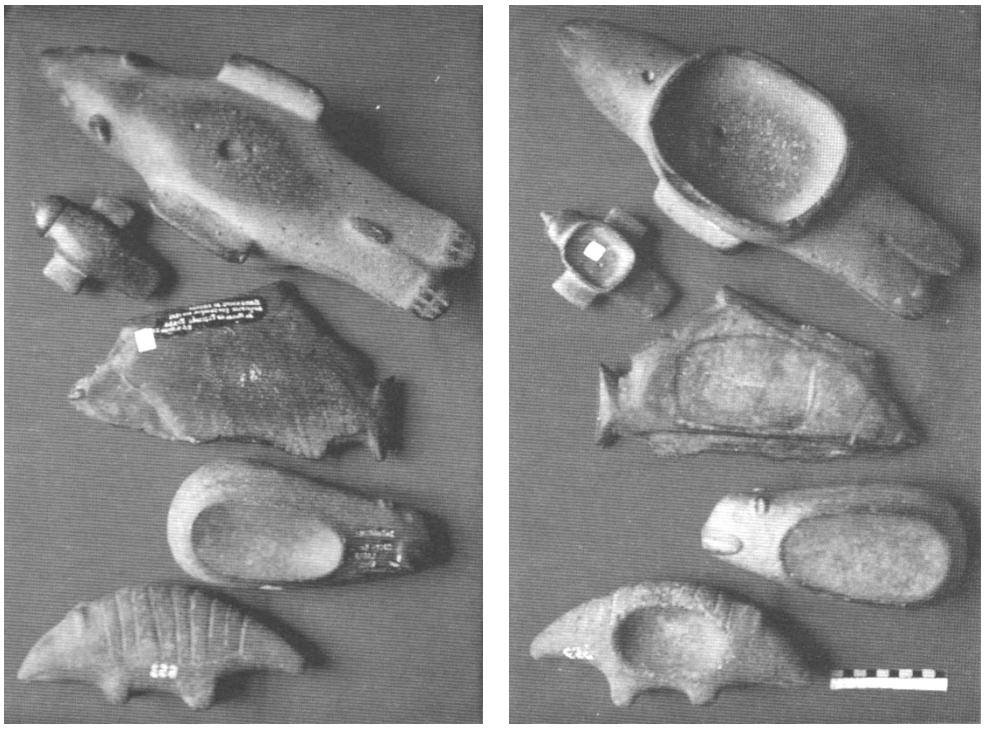


Figura 65: esculturas em pedra ou zoólitos da Coleção Padre Rohr do IPHAN.
Fonte: fotografias em Gaspar (2000:s/p).

Deve-se considerar ainda que os mais de mil sambaquis registrados no Brasil, mesmo ocorrendo na sua absoluta maioria na zona costeira, não se distribuem homogeneamente nesse espaço, apresentam notáveis diferenças regionais e constituem apenas parte de um vasto conjunto de estruturas congêneres encontradas também – em termos estritamente sul-americanos – nas Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina e Uruguai (Gaspar, 2000; IPHAN, 2007; Martin, 1997; Martin *et al.*, 1984; Prous, 1992; Scheel-Ybert *et al.*, 2003).

A zona costeira do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo abriga a maioria dos sambaquis brasileiros, os seus exemplares de maior porte e os seus agrupamentos mais numerosos e densos. Apesar de algumas diferenças observadas entre os sambaquis identificados nesse espaço (e também no Uruguai), as muitas semelhanças que comungam sugerem que as suas populações constituíam, *lato sensu*, um grande grupo cultural sambaquieiro distinto dos que teriam existido em outras porções da América do Sul. Conforme as datações disponíveis, a produção de sambaquis na região Sul do Brasil foi iniciada há mais de 6.000 anos – como o sambaqui do Ramal (datado de 6.540±105 BP) e o de Porto Maurício (6.030±130 BP) – e redundou em muitos sítios que permaneceram ativos por mais de um milênio (Blasis *et al.*, 2007; Gaspar, 2000; Silveira & Schaan, 2005). E mais, as grandes dimensões e concentração de muitos dos sambaquis da região – juntamente com a diversidade do material arqueológico e das práticas funerárias observadas, não raro, em um mesmo sítio – indicam que foram habitados por sociedades populosas, estratificadas e hierarquizadas, sustentando modos de produção e reprodução bastante complexos e relações socioeconômicas de ampla territorialidade (Blasis *et al.*, 2007; Gaspar, 2000; Prous, 1992; Milheira, 2003; Scheel-Ybert *et al.*, 2003). Segundo evidências citadas por Prous (1992:304-305), essas relações não teriam se restringido ao litoral, mas também alcançado regiões interioranas e grupos não-sambaquieiros, especialmente onde não existiam unidades geomorfológicas e/ou biomas de difícil transposição.

Verificou-se também que alguns grandes agrupamentos de sambaquis no estado de Santa Catarina eram compostos por unidades com funções específicas tais como, ali sim, o sepultamento. Por exemplo, em torno da laguna de Garopaba do Sul, no município de Jaguaruna, encontra-se um agrupamento composto por mais de 30 sambaquis e, dentre eles, um que tudo indica ter sido produzido como uma estrutura dedicada exclusivamente ao enterro e culto aos mortos. Denominado Jabuticabeira II – e apresentando aproximadamente 400 metros de comprimento, 250 de largura e 10 de altura – estima-se que aproximadamente 43.000 pessoas foram lá sepultadas durante os mais de 1.000 anos em que foi lugar sagrado de populações sambaquieiras (Figura 66) (Gaspar, 2000; Blasis *et al.*, 2007; Simões, 2007). Segundo Blasis *et al.* (2007:38-39), as pesquisas realizadas demonstram que ele esteve ativo entre 2.890±55 BP e 1.805±65 BP e permitem estimar uma cifra de 0,137 sepultamentos por metro cúbico (que pode ser tomada como indicador de uma grande densidade demográfica no entorno de Garopaba do Sul). Quando áreas vizinhas são consideradas – como a que polariza a laguna de Santa Marta – “as cifras expandem-se de maneira quase assustadora, levando-se em conta a quantidade de sambaquis e as dimensões gigantescas de vários deles – mesmo admitindo que nem todos tenham finalidades exclusivamente funerárias” (p.49).



Figura 66: o sambaqui Jabuticabeira II, no município de Jaguaruna (SC): a) vista aérea da área de abrangência aproximada; b) detalhe da estratigrafia; c) d) sepultamentos evidenciados. Observação: os orifícios que circundam os sepultamentos nesse sambaqui foram produzidos por estacas de madeira que se supõe relacionadas a estruturas com finalidade ritual funerária (Simões, 2007). Fonte: fotografias em Simões (2007:29-138).

Os sambaquis identificados nos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, por sua vez, perfazem um número total e alcançam um porte médio com valores inferiores aos dos seus congêneres nas regiões Sul e Sudeste. Mesmo assim, eles constituem uma parcela significativa dessa produção espacial no Brasil, incluem alguns exemplares de grandes dimensões e conformam diversos agrupamentos habitados por séculos (Bandeira, 2008; Martin, 1997; Roosevelt, 1991, 1992 e 1995; Roosevelt *et al.*, 1991; Silveira & Schaan, 2005). Mais ainda, o material arqueológico evidenciado – e especialmente os artefatos cerâmicos – indicam que as populações que os erigiram conformavam um grande grupo cultural sambaquieiro bastante específico. Em primeiro lugar, porque o domínio da indústria cerâmica revela não apenas parte de um sistema tecnológico, mas modos de produção e reprodução – e uma cultura – geralmente diferentes dos sustentados por populações não-ceramistas. Em segundo lugar, porque as peculiaridades da cerâmica evidenciada nesses sambaquis possibilitaram conhecer uma

nova tradição cultural – denominada Mina[36] – que também diferencia os seus (re)produtores de outros ceramistas, sejam sambaquieiros ou não. A distribuição dessa tradição não se restringiu à zona costeira do Piauí ao Amapá, alcançou os baixos cursos dos rios Amazonas, Xingu e Tapajós e pode estar relacionada à ocorrência de relações socioeconômicas tão ou mais amplas que as sustentadas por grupos sambaquieiros do Sul e Sudeste. Além disso, os traços comungados pelas tradições ceramistas identificadas em sambaquis nas porções setentrionais da América do Sul e meridionais da América Central permitem sugerir, não obstante as suas diferenças, que os seus construtores tinham uma matriz cultural comum que logrou se reproduzir no Brasil, Guianas, Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador e, talvez, mais além (Bandeira, 2008; Gaspar, 2000; IPHAN, 2007; Prous, 1992; Roosevelt, 1991, 1992 e 1995; Roosevelt *et al.*, 1991; Silveira & Schaan, 2005).

Outra relevante característica da cerâmica evidenciada em sambaquis nesse espaço é a sua antigüidade. O dado mais notável foi obtido no de Taperinha, identificado junto a um afluente do baixo Tapajós, no município de Santarém (PA), pelo geólogo e paleontólogo Charles Frederick Hartt em 1870 e pesquisado pela arqueóloga Anna Curtenius Roosevelt na década de 1980. Esse sambaqui apresentava então seis metros de altura – mesmo já bastante deteriorado pela exploração caieira – e era composto predominantemente por conchas de moluscos de água doce[37], em meio as quais a equipe de Roosevelt evidenciou outros restos alimentares, restos de carvão, artefatos líticos e fragmentos de cerâmica (Figura 67). Datados por métodos variados (^{14}C, AMS e TL), eles revelaram que esse sambaqui foi um dos primeiros exemplares dessa modalidade de produção espacial erigidos no Brasil e, principalmente, era o sítio arqueológico contendo os artefatos cerâmicos mais antigos que se conhece na América: 7.600 BP (Hartt, 1874; Roosevelt, 1991; Roosevelt *et al.*, 1991, Silveira & Schaan, 2005). Tais resultados ampliaram significativamente a profundidade cronológica da presença dessa indústria no continente, demonstraram que os sambaquis no litoral do Pará abrigaram populações ceramistas bem antes de sítios equatorianos e colombianos que detinham esses recordes[38] e têm obrigado a se repensar muitas das teorias sobre centros de criação e dispersão da cerâmica na América.

---

[36] Como explica Prous (1992:471), essa denominação está relacionada ao fato dos sambaquis paraenses serem chamados minas de sernambi (ou conchas). De um modo geral, essas estruturas foram erigidas "no fundo das enseadas, nas margens dos rios e das ilhas na proximidade dos mangues. Suas dimensões atuais vão de 25 x 30 m até 70 x 130 m e a espessura é pouca devido à intensa exploração dos fabricantes de cal. De um relatório antigo de [Domingos Soares] Ferreira Penna, podemos deduzir que o maior até então conhecido, a Mina do Capitão Clarindo, tinha oito metros de altura. [Mário F.] Simões escavou dois destes jazigos, obtendo uma datação de 3200 BC" (p.471).

[37] As conchas encontradas mais comumente no sambaqui de Taperinha são das espécies *Castalia ambigua*, *Paxyodon ponderosus* e *Triplodon corrugatus* (Roosevelt *et al*.,1991).

[38] As datações mais antigas de material cerâmico na América publicadas antes das descobertas de Roosevelt em Taperinha foram obtidas nos sambaquis da fase San Jacinto na Colômbia (5.940±80 BP) e no sambaqui de Valdivia no Equador (5.620±256 BP) (Bandeira, 2008; Prous, 1992).



Figura 67: a) o sambaqui de Taperinha, no município de Santarém (PA); b) a fazenda açucareira de Taperinha, construída nas imediações desse sambaqui no século XIX.
Observação: ao fundo e à esquerda da segunda imagem, vê-se o rio Ituki, afluente do rio Tapajós. Fonte: fotografias de Anna Curtenius Roosevelt, em 1989.

Em relação à zona costeira que se estende da Bahia ao Ceará, os registros arqueológicos apontam para a ocorrência de sambaquis apenas no último e no estado de Alagoas. A despeito da presença de cerâmica nos mesmos, e da distância relativamente pequena que separa alguns sambaquis baianos de áreas do Sudeste com grandes exemplares, eles são bastante diferentes da maioria dos seus congêneres setentrionais e meridionais. Em linhas gerais, esses sambaquis apresentam um porte bem inferior, têm uma estratigrafia mais heterogênea e perfazem um número total relativamente pequeno. As hipóteses visando explicar tais características, e a suposta inexistência dessa modalidade de estrutura em Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, podem ser organizadas, como detalhamos a seguir, segundo três grupos que consideramos não-excludentes.

TRÊS HIPÓTESES SOBRE OS SAMBAQUIS NA ZONA COSTEIRA DA BAHIA AO CEARÁ

A primeira hipótese parte da premissa que as características geomorfológicas desse espaço não favoreceram a formação, durante a Última Transgressão, de complexos estuarino-lagunares tão numerosos e amplos quanto nos demais setores da zona costeira brasileira (Figura 28, Figura 29f). Uma vez que essas formações são fundamentais para o desenvolvimento de grandes concentrações de malacofauna, postula-se que o porte e a distribuição dos sambaquis foram determinados pela sua

ocorrência e dimensão (Amâncio & Dominguez, 2003; Silveira & Schaan, 2005). Esse argumento tem sido adotado para se tentar explicar, ao menos em parte, a suposta inexistência dessas estruturas em Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e o fato das identificadas na Bahia e em Alagoas terem sido encontradas em áreas com uma maior concentração malacológica, dificilmente alcançam cinco metros de altura e freqüentemente apresentarem uma conformação que alguns autores denominam "sambaqui raso", "sambaqui misto", "sambaqui sujo" ou "acampamento" (Martin, 1997; Prous, 1992). Conforme Prous (1992) conceitua essa modalidade de estrutura sambaquieira, ela é caracterizada por:

> uma matriz sedimentar composta, na maior parte de elementos minerais, e dentro da qual as conchas de moluscos, embora presentes, constituem uma parte mínima do sítio. Geralmente, estas conchas concentram-se em bolsões ou lentes de superfície limitada, enquanto o sedimento arenoso contém uma grande quantidade de restos de peixes. A relativa escassez das conchas faz com que sejam pouco espessos em relação aos sambaquis [*stricto sensu*] (raramente mais de um metro de espessura) (p.272).

Mesmo que Prous (1992) opte por considerar como sambaquis apenas os que denomina "*stricto sensu*" – e exclua os acampamentos dessa modalidade de produção espacial –, entendemos como Madu Gaspar (2000) que os últimos:

> compartilham uma série de características dos sambaquis e, portanto, podem ser acomodados nas diferenças que existem no próprio sistema de assentamento e nas variações que ocorreram durante o processo de colonização [sambaquieira], que abrangeu mais de 5 mil anos e uma extensa faixa litorânea (p.40).

As estruturas sambaquieiras da Bahia, independentemente da melhor maneira de classificá-las, têm revelado importantes aspectos da cultura dos seus construtores e demonstrado que eles conheciam a indústria cerâmica e produziram peças conformando um conjunto tipológico bastante peculiar. As primeiras pesquisas arqueológicas que ofereceram evidências nesse sentido datam do início da década de 1960, foram realizadas pelo notório arqueólogo Valentin Calderón da UFBA e se debruçaram sobre remanescentes dessas estruturas na ilha de Itaparica e, especialmente, sobre o sambaqui da Pedra Oca. Identificado fortuitamente em 1936 por prospecções geológicas realizadas na orla do bairro de Periperi, em Salvador – e escavado por Calderón em 1961 e 1962 –, Pedra Oca apresentava uma morfologia e estratigrafia que o caracterizavam tanto como uma estrutura do tipo acampamento quanto uma porção periférica de um grande sambaqui severamente deteriorado pela erosão marinha e por ações antrópicas. Calderón inferiu que ele fora implantado em um terraço marinho junto a uma linha de costa determinada por um NRM abaixo do atual e estimou que a sua base tinha cerca de 50 metros de diâmetro antes de grande parte ser tomada pela ascensão das águas da

baía de Todos os Santos. Entretanto, a porção remanescente, mesmo não ultrapassando 8 x 5 metros de área e estando ocupada por uma plantação de coqueiros, ainda foi capaz de fornecer relevantes informações (Figura 68).

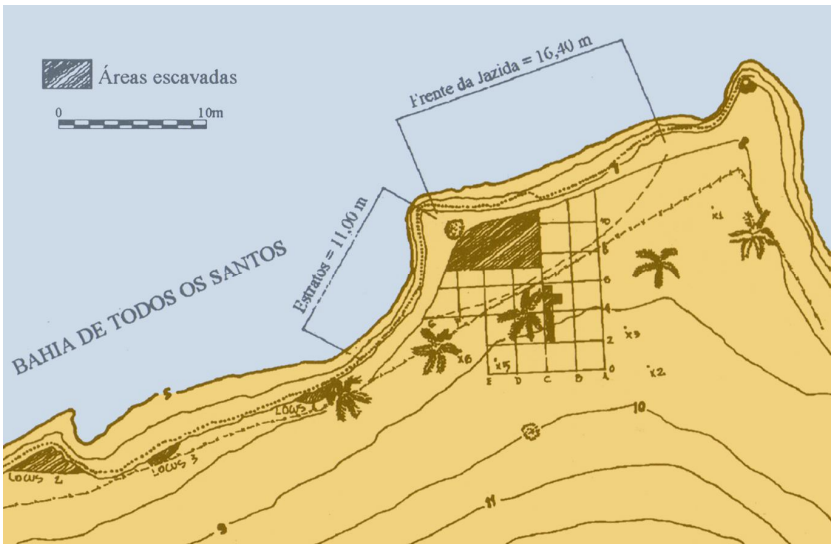


Figura 68: planta do sítio arqueológico onde foi evidenciado o sambaqui da Pedra Oca, na orla do bairro de Periperi em Salvador (BA).
Fonte: modificado de Martin (1997:144).

De um modo geral, a pesquisa realizada nos cinco estratos escavados demonstrou que o sambaqui da Pedra Oca era composto predominantemente por lentes de conchas mescladas a restos de peixes, alternadas com camadas de terra, areia, cinzas e fogueiras e marcadas por orifícios de estacas provavelmente dos abrigos dos seus construtores[39]. No estrato mais superficial, bastante revolvido por atividades agrícolas relativamente recentes, foram encontrados cachimbos de barro moldado, fragmentos de cerâmica européia e objetos de ferro que demonstram a reocupação desse sítio a partir de pelo menos o século XVII. Nos estratos mais profundos, observou-se que a ocupação por populações sambaquieiras – não obstante alguns períodos de abandono – tinha se dado de forma bastante intensa. Neles foram evidenciados um sepultamento de um adulto; artefatos líticos como amoladores, alisadores e furadores de arenito e batedores, quebra-cocos, trituradores e moedores de seixos; artefatos ósseos na forma de contas de vértebras de peixes e projéteis de pontas simples e duplas, sendo um deles de maior tamanho e confeccionado em osso de baleia; artefatos malacológicos como adornos de conchas perfuradas e bivalves cujas bordas foram utilizadas para alguma finalidade; e, especialmente, diversos fragmentos de artefatos cerâmicos. Esses últimos incluíam, no estrato II, peças de cor quase negra manufaturadas por roletamento

[39] As conchas encontradas mais comumente no sambaqui da Pedra Oca são das espécies *Anomalocardia brasiliana*, *Ostrea arborea*, *Lucina pectinata* e *Strombus pugilis* (Brochado *et al.*, 1969; Calderón, 1964).

(ou acordelamento), tendo areia como antiplástico, sendo ligeiramente alisadas e recebendo um cozimento desigual e, no estrato III, peças de cor marrom, de fabricação mais rudimentar e paredes mais grossas. Todas apresentavam um desenho simples, conformando tigelas profundas ou recipientes ovóides com bordas diretas com lábio apontado, e apenas um fragmento apresentava decoração. A análise do material arqueológico atribuído aos supostos primeiros habitantes desse sambaqui demonstrou que a sua base econômica consistia predominantemente na coleta de moluscos e vegetais, havendo pouca participação da pesca e nenhuma da caça de animais terrestres. Já o decréscimo de restos de moluscos nos sedimentos atribuídos a ocupações posteriores e o aumento de artefatos relacionados ao preparo de alimentos vegetais e à caça, apontam para uma gradativa alteração da base econômica, uma menor dependência malacológica e possivelmente uma maior exploração e manejo de recursos naturais terrestres.

O material arqueológico evidenciado em Pedra Oca também permitiu a obtenção de quatro datações radiocarbônicas: 2.830±130 BP (Calderón, 1964), 2.915±130 BP, 2.709±110 BP e 2.245±110 BP (Martin, 1997). Ao serem cotejadas com a curva de variação do NRM em Salvador, podemos inferir que as porções supostamente destruídas pela ascensão marinha, e pelo menos parte das remanescentes, foram erigidas em um período correspondente ou próximo ao da última oscilação de grande amplitude do Atlântico (Figura 78). Mais ainda, a análise desse material – e particularmente da distintiva cerâmica que o compunha – indicou que os construtores de Pedra Oca eram (re)produtores de uma tradição cultural que até então se desconhecia e à qual Calderón denominou Periperi (Brochado *et al.*, 1969; Calderón, 1964; Martin, 1997).

Entre 1965 e 1970, Calderón – então responsável pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no estado da Bahia – prospectou remanescentes de outros sambaquis no Recôncavo (como o de Cajaíba, na ilha homônima, e o da ponta do Sobrado, na ilha de Itaparica), na região Litoral Sul (como o do Tapuia, no arquipélago de Cairu) e na região Extremo Sul[40]. As prospecções

[40] Como explicam Brochado *et al.* (1969), o PRONAPA emergiu "de um seminário de um mês organizado pela Universidade Federal do Paraná e financiado pela Fulbright Commision e CAPES, reunindo arqueólogos de diversas partes do Brasil. Durante esse encontro, foram discutidos processos padronizados para análise e descrição de cerâmica, proposto um glossário de termos arqueológicos e revistas as condições na arqueologia brasileira quanto a problemas de pesquisa, bem como de facilidades institucionais e financiamento" (p.3). O PRONAPA representou "um esforço coordenado entre Pesquisadores e Professores de 11 Universidades e Museus Brasileiros sob o co-patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e da Smithsonian Institution, com a colaboração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O trabalho de campo teve início em fins de 1965, com planejamento para 5 anos" (p.3), sendo que a sua coordenação geral ficou a cargo dos arqueólogos Clifford Evans e Betty J. Meggers do Smithsonian. Apesar de algumas críticas dirigidas a esse programa (Milheira, 2003), Adriana Schmidt Dias (1995) reconhece que ele "representou um salto quantitativo e qualitativo para a arqueologia brasileira. Sua implementação possibilitou que em apenas cinco anos fossem levantados e prospectados mais de 1.500 novos sítios arqueológicos, enquadrados em um modelo cronológico e espacial de que carecia a pré-história brasileira. A partir das pesquisas do PRONAPA, em um curto período de tempo, pode-se perceber a amplitude, antigüidade e complexidade da ocupação humana no Brasil anterior à presença européia. O PRONAPA também foi responsável por fomentar a multiplicação de centros de pesquisa arqueológica no País que passaram a formar um número cada vez maior de pesquisadores qualificados" (p.35).

realizadas variaram da coleta de material em superfície até a escavação em profundidade e demonstraram que todos eram constituídos por material arqueológico similar e haviam sido habitados por populações (re)produtoras da tradição Periperi (Calderón, 1964, 1971 e 1974; Martin, 1997). Apesar de apresentarem pequenas alturas, deve-se destacar que o sambaqui da ponta do Sobrado, em Itaparica, pode ter sido uma estrutura de grandes proporções em tempos pretéritos. Essa hipótese se baseia no fato de que ele, mesmo apresentando apenas 1,5 metros da sua altura original e estando bastante deteriorado quando do seu registro por Calderón, ainda possuía uma base com impressionantes 250 metros de eixo longitudinal por 75 metros de eixo transversal (IPHAN, 2007).

Posteriormente, pesquisas arqueológicas e descobertas fortuitas revelariam que a produção de sambaquis na Bahia não se restringiu às porções centrais e meridionais da zona costeira, mas ocorreu também na região Litoral Norte. O primeiro exemplar foi identificado no município de Conde ou, mais especificamente, no sítio de Ilha das Ostras localizado em terras úmidas junto ao rio Crumaí e a cerca de 6 km da linha de costa. Esse sambaqui começou a ser estudado em 1997 por arqueólogos ligados à UFBA, teve as suas dimensões estipuladas em até quatro metros de altura e 100 metros de largura de base e proporcionou a descoberta de rico material arqueológico. A datação do mesmo evidenciou a presença de indústria cerâmica a partir de 4.200 BP, demonstrou que foi erigido e habitado entre 5.200 BP e 3.500 BP e, portanto, o firmou como a mais antiga estrutura sambaquieira que se conhece no Nordeste do Brasil (Silva, 2000). Esses dados indicam também que ele foi erigido – assim como provavelmente outros quatro sambaquis identificados nas suas proximidades em 2004 – sob os auspícios da Última Transgressão e dos grandes complexos estuarino-lagunares que ela teria formado nesse espaço conhecido popularmente como o “pantanal do Litoral Norte da Bahia”.

Até a década de 1990, as evidências arqueológicas disponíveis sobre sambaquis litorâneos no Brasil indicavam que a sua ocorrência estava limitada à zona costeira do Amapá ao Piauí e da Bahia ao Rio Grande do Sul. No entanto, descobertas recentes em Alagoas ampliaram os limites dessa distribuição, reforçaram as hipóteses que sugerem que ela pode ser ainda maior e têm obrigado a se revisar muito do que foi escrito sobre essa modalidade de produção espacial no Nordeste. Essas descobertas consistem em depósitos conchíferos identificados nas imediações da ilha de Santa Rita, no complexo lagunar Mundaú-Manguaba, entre as cidades de Maceió e Marechal Deodoro. Embora as informações de que dispomos indiquem que eles ainda não foram estudados à exaustão, uma pesquisa realizada em 2002, sob a coordenação do historiador Douglas Apratto Tenório e com a participação de arqueólogos da UFPE e da USP, demonstrou que pelo menos um desses sítios – denominado Caboclo II – trata-se de um sambaqui com grande antigüidade. As suas dimensões foram estimadas como sendo da ordem de três metros

de altura e algumas dezenas de metros de largura de base e as primeiras escavações, mesmo superficiais, evidenciaram fragmentos de artefatos cerâmicos, instrumentos líticos como lascas de sílex e algumas contas de material ósseo. Portanto, a sua morfologia e estratigrafia permitem sugerir que ele é, ao menos em parte, uma estrutura sambaquieira da modalidade acampamento (Calheiros, 2002; FAPEAL, 2002; Martin, 1997). Não obstante a relevância dessas descobertas, não as consideramos como propriamente surpreendentes diante de dois aspectos. Primeiro, que estudiosos como Abelardo Duarte e Alfredo Brandão já apontavam, na década de 1930, a presença de sambaquis nas proximidades, respectivamente, da cidade de Porto das Pedras no litoral norte do estado e da cidade de Coruripe no litoral sul (Lima, 2006; Martin, 1997). Segundo, porque mesmo uma análise ambiental superficial da zona costeira alagoana – e especialmente da sua porção meridional – é capaz de demonstrar que ela tem sustentado condições altamente favoráveis à presença de populações sambaquieiras desde pelo menos a Última Transgressão. Condições essas que são, de certa forma, indicadas no próprio topônimo com que foi batizado esse estado do Nordeste brasileiro.

As características peculiares dos sambaquis identificados em Alagoas e na Bahia permitem inferir que eles podem ser obras de populações cujos modos de produção e reprodução adaptaram-se às virtudes e carências das suas zonas costeiras e, assim sendo, constituíram uma economia mais diversificada que a observada em sambaquis meridionais e setentrionais. Pelos mesmos motivos, também é possível sugerir que essas populações formavam um grande grupo cultural sambaquieiro distinto dos meridional e setentrional, bem como não se deve afastar a hipótese que elas descendiam de grupos não-sambaquieiros ceramistas aos quais teriam se mesclado os primeiros sambaquieiros não-ceramistas que ingressaram na Bahia.

Com relação aos estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, há apenas, primeiro, prospecções realizadas em Sergipe que têm sugerido a inexistência de sambaquis na sua zona costeira (Amâncio & Dominguez, 2003); e, segundo, apontamentos e registros sobre depósitos conchíferos identificados em alguns dos demais, mas cuja origem antrópica ou mesmo a existência não foi confirmada. Por exemplo, segundo a arqueóloga Gabriela Martin (1997), prospecções realizadas pelo geólogo Eduardo Bagnoli no Rio Grande do Norte, na década de 1990,

> assinalaram acumulações conchíferas que podem ter sido acampamentos pré-históricos sazonais. É o caso da Ponta dos Três Irmãos, em São Bento do Norte onde, num sítio a 30 m de distância e 6 m sobre o nível do mar, onde se registrou a presença de conchas de *Anomalocardia* misturadas a lascas de sílex numa espessura de 50 cm. O sítio Pedra dos Três Irmãos ocupa uma extensão de sete por trinta metros, onde se obteve uma datação radiocarbônica em torno dos 4.500 BP de uma concha de *Tellina Anodara*. Próximo ao sítio, sobre uma duna consolidada a 40 m sobre o nível do mar, espalha-se abundante material lítico na forma de lascas e núcleos de sílex e conchas de moluscos comestíveis,

> que apresentam rupturas nos pontos de fixação dos músculos, dando a impressão de que foram abertos propositadamente quando o animal estava vivo. Foi coletada também uma conta de colar de concha de forma retangular com duas perfurações. Com datação pelo C-14 de uma concha de *Lucina Pectimates* obteve-se 6.710 anos BP. Outros sítios de características semelhantes foram assinalados por E. Bagnoli (1989) no litoral norte do Estado potiguar e estudos mais acurados poderão contribuir a um mais amplo conhecimento das ocupações pré-históricas no litoral nordestino (p.139-140).

Enfim, as hipóteses que tomam a geomorfologia da zona costeira do Nordeste como causa da suposta condição dos sambaquis na faixa litorânea da Bahia ao Ceará pecam – sem embargo às suas importantes contribuições – por deixar em aberto uma questão fundamental. A saber: de onde e por onde vieram os grupos sambaquieiros que primeiro ingressaram na Bahia e em Alagoas? Se eles eram originários do litoral setentrional da América do Sul, como a sua cultura sobreviveu ao lento processo de avanço e consolidação territorial através da zona costeira do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco? Se eles eram originários do litoral meridional da América do Sul (e conheceram a indústria cerâmica por meio de contatos com ceramistas não-sambaquieiros que já ocupavam a Bahia), como os seus antepassados alcançaram tal espaço de origem? Partindo da região amazônica através da bacia do Paraná-Paraguai como se supõe terem feito os Tupiguarani milhares de anos depois? Esse ambiente, por mais que riquíssimo do ponto de vista hídrico, terá sido suficiente para a manutenção dos peculiares modos de produção e reprodução da cultura sambaquieira em uma travessia que teria exigido muitos séculos? Antigas estruturas sambaquieiras fluviais identificadas em Rondônia e no Pantanal Mato-grossense – como a de Ladário, no município de Corumbá (MS), com impressionantes 8.300 anos de idade – seriam evidências dessa travessia e permanência cultural? (Figura 69) (Schmitz, 2005).



Figura 69: o sambaqui de Ladário, junto ao rio Paraguai e à vila de Ladário, no município de Corumbá (MS): a) vista parcial; b) sua estratigrafia, com abundante material malacológico.
Observação: foi construída uma escola sobre parte dessa estrutura. Fonte: fotografias em Schmitz (2005:s/p).

A segunda hipótese sobre os sambaquis na zona costeira da Bahia ao Ceará parte da constatação que a presença da cultura européia no Brasil foi responsável pela destruição de incontáveis exemplares no país e, principalmente, na zona costeira do Nordeste, dadas a antigüidade, a intensidade e as condições da sua colonização (Amâncio & Dominguez, 2003; Gaspar, 2000; Martin, 1997; Prous, 1992). Mesmo que os europeus não tenham topado com populações sambaquieiras – supostamente extintas antes do ano de 1500 –, é sabido que introduziram modos de produção do espaço e reprodução social altamente dependentes do uso de óxido de cálcio ou, como popularmente conhecido, da cal. Essa substância, até hoje largamente utilizada, pode ser obtida através de variadas fontes e técnicas que determinam o seu grau de pureza, granulometria e limites de aplicação[41]. No entanto, diante das condições vigentes nos primeiros séculos da colonização européia, uma forma particularmente simples da sua produção para amplo uso foi a calcinação do carbonato de cálcio concentrado em sedimentos conchíferos extraídos de sambaquis encontrados acima da preamar[42].



Figura 70: ruína de forno de calcinação do período Colonial em um sambaqui na ilha do Casqueirinho ou Santa Helena, no município de Cubatão (SP).
Fonte: edição de fotografias de Carlos Pimentel Mendes, em 1997.

[41] A fabricação de óxido de cálcio (CaO) – também chamado cal ordinária, virgem ou viva – se dá fundamentalmente pela extração, seleção, moagem e calcinação do carbonato de cálcio ($CaCO_3$) concentrado em fontes como rochas calcárias, arenitos de praia, recifes de coral e depósitos conchíferos de origem natural ou antropogênica. A calcinação consiste em submeter o material moído à decomposição térmica em fornos, fogueiras, etc. onde se consiga manter a temperatura por volta de 1.000°C e assim gerar o CaO e CO_2 (gás carbônico). Já a cal hidratada ($Ca(OH)_2$) – também chamada cal extinta ou morta – é produzida adicionando-se água ao óxido de cálcio. Na sua forma ordinária ou hidratada, há séculos a cal tem sido largamente empregada na construção civil, agricultura, pecuária, indústria siderúrgica, indústria cerâmica, indústria farmacêutica etc.

[42] Não obstante essa afirmação, deve-se considerar que o nível de complexidade de exploração de um sambaqui também era determinado pelo grau de consolidação dos seus depósitos conchíferos. Ele varia em função da composição e tempo de deposição dos extratos, atividades desenvolvidas sobre eles, intrusão de outras substâncias etc. Mesmo que a maior parte dos sambaquis estudados seja composta por sedimentos inconsolidados que se desagregam sem grandes dificuldades quando atingidos por ferramentas de escavação manual, não são incomuns sambaquis contendo partes que se consolidaram na forma de monólitos extremamente resistentes. Uma provável causa desse fenômeno é a intrusão nos depósitos conchíferos de grandes quantidades de óleos de origem animal provocadas principalmente pelo preparo da caça.

Muitas das pretéritas aplicações da cal em regiões litorâneas são observáveis em edificações e sítios arqueológicos do período Colonial que lograram alcançar a atualidade e constituir o nosso patrimônio cultural. Como se depreende dessas estruturas, um dos sistemas construtivos mais recorrentes – adotado principalmente em arquiteturas visando à perenidade – consistia em misturar a cal obtida de fontes marinhas a materiais granulares inertes (como britas) e óleos de origem animal (como de grandes cetáceos), produzindo assim uma massa plástica que podia ser moldada na forma de blocos que, depois de curados, conformavam as resistentes *pedras-de-mar*, *pedras-de-arrecife* ou *pedras-de-ostra* (Figura 71, Figura 74, Figura 75, Figura 156). Esse material gozava de tamanho prestígio que o padre jesuíta Fernão Cardim (1980 [1585]) destacaria que o monumental *colégio* da Companhia de Jesus em Salvador tinha sido construído "todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa com a de pedra de Portugal (sic)" (p.144).



Figura 71: ruína de edificação em *pedras-de-mar* ao lado da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália.
Observação: as *pedras-de-mar* estão na forma de pequenas lajes sobrepostas com 3 a 5 cm de espessura; nota-se também a presença de pedras incrustadas nas alvenarias possivelmente em reformas ou manutenções da edificação. Fonte: fotografias do autor, em 1999.

A exploração de fontes de carbonato de cálcio de origem marinha para a produção da cal no litoral brasileiro e, particularmente, no nordestino também é atestada por diversos documentos produzidos desde o século XVI. Mesmo que os mais antigos não as descrevam claramente (e permitam apenas conjecturas sobre a sua natureza), eles contém informações que permitem a interpretação que algumas dessas fontes eram sambaquis. Um dos melhores registros produzidos sobre os modos de produção do espaço e reprodução social dos portugueses no primeiro século da colonização é o célebre *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa (2001

[c.1587]). Esse autor, nascido por volta de 1540 no Ribatejo, Portugal, foi senhor de engenho e fazendas em Jaguaripe e Jequiriça no Recôncavo Baiano e, principalmente, dono de uma perspicácia, capacidade narrativa e conhecimento sobre o litoral brasileiro raros entre os seus contemporâneos. Nessa obra, Sousa oferece diversas evidências do emprego da cal em atividades econômicas desenvolvidas na colônia brasileira, mas é no seu segundo tomo – intitulado *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem* – que se encontram os principais indícios da exploração de sambaquis. Nesse sentido, se lê no seu capítulo *Em que se declara a pedra que tem a Bahia para se poder fortificar* que:

> Quando se edificou a cidade de Salvador, se aproveitaram os edificadores e povoadores dela de uma pedra cinzenta boa de lavrar, que iam buscar por mar ao porto de Itapitanga, que está sete léguas da cidade na mesma Bahia [de Todos os Santos], da qual fizeram as colunas da Sé, portais e cunhais e outras obras de muito relevo, e muitas campas e outras obras proveitosas; mas depois se descobriu uma pedreira melhor, que se arranca dos arrecifes que se cobrem com a preamar da maré de águas vivas ao longo do mar, a qual pedra é alva e dura, que o tempo nunca gasta, mas trabalhosa de lavrar que gasta as ferramentas muito; de que se fazem obras mui primas e formosas e campas de sepulturas mui grandes; e parece a quem isso se tem atentado que essa pedra se faz de areia congelada; porque ao longo dos mesmos arrecifes, bem chegados a eles, é tudo rochedo de pedra preta, e estoutra é muito branca, depois de lavrada; mas não é macia, a qual quando lavram faz sempre uma grã areenta, e acham-se muitas vezes no âmago destas pedras cascas de ostras e de outro marisco, e uns seixinhos de areia, pelo que se tem que esta pedra se formou de areia e que se congelou com a frialdade da água do mar (p.262).

Por um lado, a “pedreira melhor” que foi objeto dessa curiosa descrição de Sousa consistia muito provavelmente em um banco de arenito de praia ou outra formação sedimentar de origem natural composta por um grande percentual de fragmentos de estruturas calcárias de moluscos, equinodermos, cnidários etc. Como demonstram Lessa *et al.* (2000:579-580), tais formações – em geral com origens na Última Transgressão – ocorrem com relativa abundância em áreas mais rasas do leito submarino da baía de Todos os Santos, entre os máximos da baixa-mar e preamar e não raro acima do nível da última. Por outro lado, a “pedra cinzenta boa de lavrar” a que Sousa se refere no início da citação, não obstante a possibilidade de também ser uma formação natural, dá margem à interpretação que se tratava de um sambaqui com depósitos conchíferos com maior grau de consolidação em vista da sua alegada cor, densidade e utilização. Essa hipótese talvez pudesse ser aferida analisando-se o material de que foram feitas as colunas, portais, cunhais e campas da Sé Primacial do Brasil; no entanto, esse edifício monumental foi posto abaixo em 1933 – pouco antes de completar 400 anos – em um dos mais lamentáveis eventos da história do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar disso, em dois outros capítulos do referido segundo tomo da obra de Sousa (2001 [c.1587]), há informações que podem ser tomadas como indícios mais

consistentes do uso de sambaquis como fontes de carbonato de cálcio no Recôncavo Baiano no século XVI. Intitulados *Em que se declara o cômodo que tem a Bahia para se poder fazer muita cal* e *Que trata da qualidade das ostras que há na Bahia*, neles se lê, respectivamente, que:

> A maior parte da cal que se faz na Bahia é das cascas das ostras, de que há tanta quantidade que se faz dela muita cal, a que é alvíssima, e lisa também, como a de Alcântara; e fazem-se dela guarnições de estuque mui alvas e primas; e a cal que se faz das ostras é mais fácil de fazer que a de pedras; porque gasta pouca lenha e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida, e é tão forte que se quer caldeada, e ao caldear ferve em pulos como a cal de pedra de Lisboa. Quanto mais que, quando não houvera este remédio tão fácil, na ilha de Itaparica se faz muita, que se vende a cruzado o moio; a qual é muito estranha, porque se faz de umas pedras que se criam no mar neste sítio desta ilha e em outras partes, as quais são muito crespas e artificiosas para outras curiosidades, e não nascem em pedreiras, mas acham-se soltas em muita quantidade (p.262-263).
>
> E há tantas ostras na Bahia e em outras partes, que se carregam barcos delas, muito grandes, para fazerem cal das cascas, de que se faz muita e muito boa para obras, a qual é muito alva; e há engenho que se gastou nas obras dele mais de três mil moios de cal destas ostras (p.223).

O moio é uma antiga unidade de medida de volume e capacidade de secos que equivalia, quando Sousa escreveu o seu *Tratado*, a 60 alqueires ou aproximadamente 800 litros[43] (Lopes, 2003). Logo, os "mais de três mil moios de cal" que esse cronista declarou terem sido consumidos no referido engenho superariam 2.400 m^3 dessa substância, teriam sido destinados, deduzimos, não apenas à construção das suas instalações, mas, sobretudo, às atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais relacionadas à produção das suas *obras* por excelência: o valiosíssimo açúcar exportado às toneladas para a Europa. No entanto, essa grande quantidade de cal utilizada por um único engenho, mesmo que configurando um recorde no Recôncavo quinhentista, teria correspondido a apenas uma modesta parcela de toda a produção caieira destinada à cidade de Salvador e aos engenhos, fazendas, povoados e vilas que vicejavam na região. Como Sousa (2001 [c.1587]) os sumarizou nos capítulos intitulados *Em que se declara o sítio da cidade do Salvador* e *Em que se contém quantas igrejas, engenhos e embarcações tem a Bahia*:

---

[43] Como explica Luís Seabra Lopes (2003), o termo metrológico moio é originário do *modius* romano e designou variadas medidas de volume e capacidade de sólidos e líquidos e de superfície durante os muitos séculos em que foi adotado em Portugal. No âmbito da reforma dos forais e das ordenações empreendida por D. Manuel I durante o seu reinado (1495-1521), iniciou-se a padronização do sistema de pesos e medidas conforme se adotava na cidade de Lisboa (*Ordenações Manuelinas*, 1521, Livro I, Título XV, §24). No entanto, foi apenas no reinado de D. Sebastião I (1557-1578) que se logrou a padronização de algumas unidades básicas de medida de volume e capacidade, como o alqueire. Conforme pode ser aferido em padrões sebastianistas produzidos em 1575 e conservados em museus e câmaras municipais portuguesas, o alqueire correspondia então a volumes que oscilavam entre 12,80 litros (em Guimarães) e 13,38 litros (em Lamego) e perfaziam um valor combinado de 13,148 litros. Já o moio – que equivalia tanto a 60 alqueires quanto a 64 alqueires no tempo de D. Manuel I – teria sido padronizado durante ou imediatamente após o reinado de D. Sebastião I, quando "acabaria por prevalecer o moio de 60 alqueires" (Lopes, 2003:155). Portanto, o moio a que se referiu Sousa (2001 [c.1587]) no seu *Tratado* correspondia muito provavelmente a 60 alqueires ou cerca de 800 litros.

> A cidade de Salvador está situada na Bahia de Todos os Santos uma légua da barra para dentro, num alto, com o rosto ao poente, sobre o mar da mesma baía (...). Terá esta cidade oitocentos vizinhos [ou domicílios] pouco mais ou menos, e por fora dela, em todos os recôncavos da Bahia, haverá mais de dois mil vizinhos (p.104).
>
> [Os engenhos] são moentes e correntes trinta e seis, convém a saber: vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois, e quatro que se andam fazendo. Tem mais oito casas de cozer meles, de muita fabrica e mui proveitosas. Saem da Bahia cada ano destes engenhos passante de cento e vinte mil arrobas de açúcar [aproximadamente 1.760 toneladas[44]], e muitas conservas. Tem a Bahia com seus recôncavos sessenta e duas igrejas, em que entra a Sé e três mosteiros de religiosos, das quais são dezesseis freguesias curadas (...) e todas essas igrejas estão mui concertadas, limpas e providas de ornamentos (...). Todas as vezes que cumprir ao serviço de Sua Majestade se ajuntarão na Bahia mil e quatrocentas embarcações (...). E são tantas as embarcações na Bahia, porque se servem todas as fazendas por mar, e não há pessoa que não tenha seu barco, canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos (p.125-126).

Esses dados permitem inferir que a economia de base açucareira dependeu visceralmente e animou intensamente a busca e exploração de todas as possíveis fontes de carbonato de cálcio desde a sua introdução na colônia no século XVI. Sendo o moio da cal vendido a um cruzado – que correspondia então a 400 réis ou 3,5 gramas de ouro (Bueno, 2006) –, ter-se-ia constituído uma também lucrativa indústria caieira que deve ter lavrado à exaustão jazidas de rochas calcárias, arenitos de praia, recifes de coral, lençóis conchíferos e, principalmente, todos os sambaquis que tenham sido descobertos. Essa demanda explicaria a vulnerabilidade dessas estruturas em regiões como o Recôncavo Baiano e o fato de haver apenas remanescentes das mesmas em espaços como a ilha de Itaparica, onde Calderón identificou vários sambaquis bastante deteriorados e Sousa alegou se produzir uma cal, repetimos, "muito estranha, porque se faz de umas pedras que se criam no mar neste sítio desta ilha e em outras partes, as quais são muito crespas e artificiosas para outras curiosidades, e não nascem em pedreiras, mas acham-se soltas em muita quantidade" (p.263). Essas fontes de carbonato de cálcio, pela sua descrição, podem ser entendidas como recifes de coral, mas não se deve descartar a hipótese de serem estruturas sambaquieiras parcialmente submersas, erodidas e fragmentadas.

Contudo, é no capítulo *Em que se declara a grandeza do rio Paraguaçu e os seus engenhos na terra del-rei* que Sousa oferece o testemunho mais contundente acerca da exploração de depósitos conchíferos por parte da economia do Recôncavo e o indício mais eloqüente da destruição de sambaquis pela sua indústria caieira. Em meio a uma rica descrição da foz, curso, dimensões e ilhas desse rio e dos engenhos, igrejas, habitações e açudes construídos de "pedra e cal" às suas margens, ele declara que lá havia uma "ilha que chamam da Ostra; de onde se tem retirado tanta quantidade que se

[44] A padronização do sistema de pesos e medidas levada a cabo por D. Manuel I – e especificamente a sua ordenação de 31 de maio de 1502 – fixou a arroba em 32 arráteis de 16 onças, ¼ de quintal ou 14,688 quilogramas, conforme atestam exemplares de padrões manuelinos conservados em museus portugueses (Lopes, 2003).

fizeram de ostras mais de dez mil moios de cal e vai-se cada dia tirando tanta que faz espanto, sem se acabar" (p.119). Tendo oferecido o seu *Tratado* à D. Cristóvão de Moura, ministro do rei D. Filipe I de Portugal e Espanha, em 1º de março de 1587, Sousa o redigiu em um momento que a produção açucareira no Recôncavo tinha no máximo 37 anos e ainda não tinha alcançado o apogeu que experimentaria no século seguinte. Mesmo assim, ela já havia sido capaz de promover as atividades caieiras descritas e de fazer com que apenas uma ilha "da ostra" – que se tratava provavelmente de um grande sambaqui – fornecesse matéria-prima para a produção de mais de 8.000 m^3 de cal vendidos por um valor que teria superado 35 kg de ouro. Pela narrativa, essa formação estava situada próxima a terras úmidas na margem leste da baía de Iguape, onde deságua o Paraguaçu, mas hoje é impossível localizá-la onde aponta o autor. Ou seja, se essa ilha ou estrutura sambaquieira de fato existiu onde alegado, ela não foi um manancial inesgotável como celebrou Sousa, mas eventualmente se acabou sob o peso dos modos de produção e reprodução portugueses.

O caso do Recôncavo Baiano – registrado também pela pena de outros autores quinhentistas – ilustra eloqüentemente a dependência de fontes de carbonato de cálcio e os impactos causados pela sua extração e queima em espaços de colonização européia e, principalmente, de produção açucareira. Essa condição e a ênfase dada à ocupação do litoral Nordeste pela Coroa portuguesa – e, em menor escala, pelas Coroas holandesa e francesa – torna altamente factível a hipótese que muitos das estruturas sambaquieiras lá erigidas tenham sido objeto de uma devastadora exploração pela produção caieira. Sendo ou não essa atividade tão antiga quanto a presença européia nesse espaço, há incontáveis testemunhos e documentos a partir do século XIX que atestam que muitos sambaquis nordestinos foram reduzidos a cal.

Por exemplo, na década de 1930, o já mencionado Alfredo Brandão escreveu em *A escripta pré-histórica do Brasil: com um appendice sobre a pré-história de Alagoas* que a meia légua da cidade de Coruripe, no sul do estado, havia "um enorme sambaqui começado agora a explorar para o fabrico de cal". Em meio aos seus depósitos conchíferos, foram retirados uma grande quantidade de urnas funerárias cerâmicas ainda com ossos, artefatos líticos e "armas de guerra" (Brandão *apud* Martin, 1997:138). Ainda em Alagoas, ou mais especificamente na cidade de Maceió, também encontramos um curioso indício da imemorial exploração dessas estruturas na sua própria toponímia. Em pleno bairro do Poço, lindeiro aos afamados bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, há uma rua denominada oficialmente Castro Alves, mas cujos topônimos anteriores – ainda adotados por muitos moradores – eram Rua das Caieiras e Rua dos Sambaquis.

Contudo, entendemos que as características dos sambaquis identificados na Bahia e Alagoas e a suposta inexistência dessa modalidade de produção espacial em

Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará não são explicáveis apenas por esses elementos, mas exigem que se considere também a hipótese que elas não alcançaram grandes proporções nesse setor. Tal correlação entre o seu porte e a antigüidade e intensidade da sua exploração faz-se necessária quando reconhecemos que outros espaços que também foram objetos de intensa colonização e produção açucareira desde o século XVI – como o litoral de São Vicente (SP) – ainda mantiveram grandes sambaquis, mesmo depois de lavrados ininterrupta e francamente até a sanção da Lei nº. 3.924 de 26 de julho de 1961[45].

Enfim, diante das evidências que sambaquis brasileiros há muito têm sido reduzidos à matéria-prima para a indústria caieira e diante dos fortes indícios dessa exploração ter uma profundidade cronológica que alcança o século XVI, entendemos que não se pode considerar um arroubo retórico afirmar, primeiro, que a reprodução social dos europeus e seus descendentes no Brasil teve como tributários os esforços de incontáveis homens e mulheres que viveram sob a égide da cultura sambaquieira; e, segundo, que um número incalculável de edificações produzidas no país sob a égide da cultura européia trás em seu bojo não apenas *pedra e cal*, mas fragmentos de estruturas sambaquieiras milenares que podem ter tido a mesma relevância para os seus construtores que têm para nós os principais monumentos arquitetônicos e sítios urbanos brasileiros.

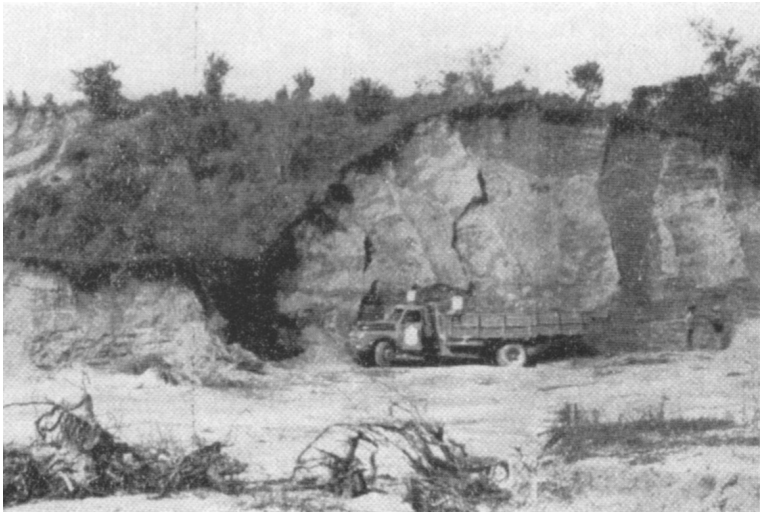


Figura 72: flagrante de mineração no sambaqui Pernambuco II, no estado de Santa Catarina.
Fonte: fotografia em Gaspar (2000:s/p), s/d.

[45] Essa lei dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos brasileiros, foi sancionada após pelo menos três décadas de pressões por parte da intelectualidade brasileira comprometida com a preservação do nosso patrimônio cultural e colocou todos os sambaquis existentes no território nacional sob a guarda e proteção do Poder Público. No entanto, ela não os acautelou por completo, mas apenas proibiu "em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis (...) *antes* de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas [grifo nosso]".

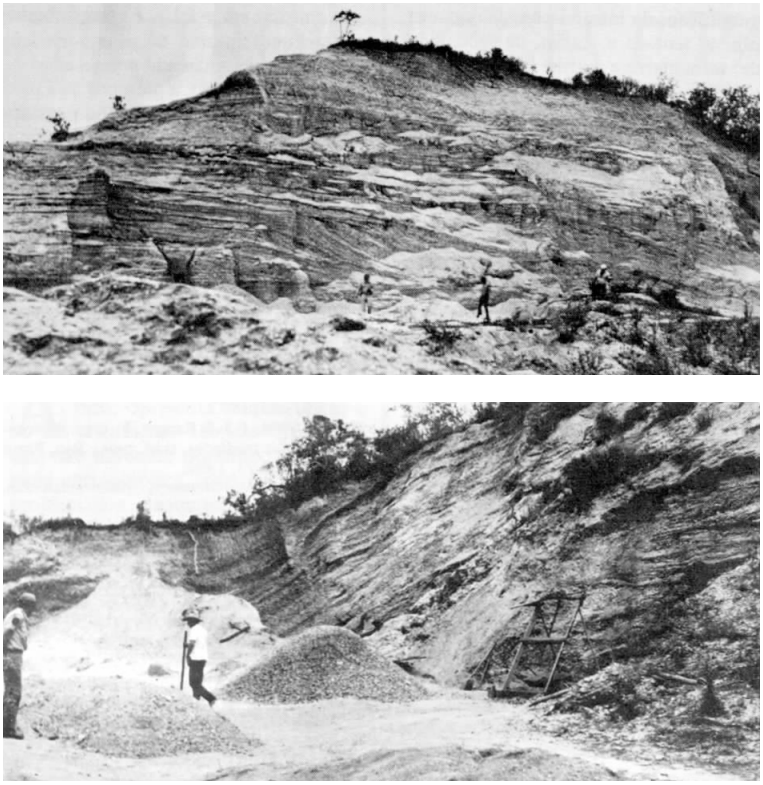


Figura 73: flagrantes de mineração no sambaqui Jabuticabeira II, no município de Jaguaruna (SC).
Fonte: fotografias em Meneses (1984:35), s/d.

A terceira e última hipótese sobre os sambaquis na zona costeira da Bahia ao Ceará enfatiza não prováveis agentes formadores ou destruidores dos mesmos, mas as próprias condições de produção do conhecimento sobre o tema. Em essência, sugere-se que o conjunto de pesquisas realizadas simplesmente ainda não deu conta da quantidade de exemplares que aguarda ser descoberta nesse e em muitos outros espaços litorâneos do país. Nesse sentido, Gaspar (2000) aponta que “muita pesquisa ainda tem que ser feita para que se possa falar, com mais segurança, do processo de colonização do litoral brasileiro” (p.40), apesar de já existirem “mais de mil títulos sobre o tema” (p.11). Essa perspectiva é compartilhada por autores como Amâncio & Dominguez (2003); Martin (1997), Martin *et al.* (1984) e Prous (1992 e 2006) que sustentam que esse hiato é conseqüência de fatores de escopo tanto regional quanto nacional e internacional.

Os mais comumente apontados pelos arqueólogos incluem desde questões históricas – como a demora do país em lançar-se na pesquisa arqueológica, iniciada principalmente por obra e graça dos esforços de D. Pedro II – até elementos de ordem essencialmente econômica. Dentre eles, destacam-se os parcos investimentos que a República tem dedicado às pesquisas arqueológicas em geral e às voltadas ao estudo dos paleoamericanos e ameríndios em particular, a pouca participação da iniciativa privada no financiamento das mesmas e a raridade com que instituições estrangeiras

patrocinam iniciativas como o PRONAPA e a Missão Franco-Brasileira. Também se atribui a esses fatores o pequeno número de profissionais da área atuando no país, mesmo que quatro décadas atrás nomes como Brochado, Calderón, Chmyz, Dias Jr., Evans, Maranga, Meggers, Miller, Nasser, Perota, Piazza, Rauth e Simões (1969) já alertassem para os prejuízos à ciência decorrentes do fato de que "o Brasil, com cerca de 8.500.000 km^2, possui menos arqueólogos que um só estado norte-americano" (p.3). No entanto, esses argumentos, por mais que verdadeiros, não são capazes de explicar as marcadas diferenças que se observa na distribuição regional de pesquisas sobre sambaquis no Brasil.

Como se pôde verificar por meio de um levantamento de fontes bibliográficas e documentais, a maior parte dessas pesquisas versa sobre estruturas situadas na zona costeira das grandes regiões Sul e Sudeste, escavadas a partir do século XIX e que foram objeto, não raro, de estudos de diferentes disciplinas. A concentração de pesquisas nesse espaço tem sido justificada pela integridade e relevância dos seus sambaquis e pelo maior interesse que suscitam. Entretanto, ela pode estar sendo causada também, ou exclusivamente, por pelo menos outros cinco fatores. Primeiro, o fato da maior parte das grandes universidades brasileiras estar localizada nessas regiões e ter na maior proximidade dos respectivos sambaquis um elemento de otimização das pesquisas realizadas pelos seus centros de arqueologia. Segundo, a maior prioridade dada pelas agências nacionais de fomento a projetos de pesquisa que visem o aprofundamento do conhecimento em sítios arqueológicos já identificados e, correspondentemente, a menor ênfase dada à prospecção de novos sítios em áreas onde se ignora a sua ocorrência. Terceiro, o aumento exponencial da capacidade de captação de recursos para pesquisas e da concentração de verbas de fomento que essas universidades e respectivos centros de arqueologia experimentam diante da produção de resultados positivos advindos da verticalização do conhecimento sobre sambaquis. Quarto, a maior atenção que o próprio IPHAN, há décadas, tem dado a tais estruturas no Sul e Sudeste, seja pesquisando-os diretamente, seja exigindo que empresas caieiras contratem serviços de arqueologia no evento da sua exploração, conforme estipula a Lei nº. 3.924 de 26 de julho de 1961. Quinto, a crescente ênfase dada a esses sambaquis pela mídia e pelo turismo porquanto têm se apropriado deles como tema ou atração e contribuído direta ou indiretamente para a produção de condições sociais, políticas e econômicas para o seu estudo, interpretação e preservação.

As pesquisas realizadas sobre sambaquis identificados nos estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí, mesmo que perfaçam um conjunto menos numeroso que o observado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, têm possibilitado a produção de um extenso e relevante conjunto de conhecimentos. Observa-se também que grande parte



dessas pesquisas, ao contrário das congêneres meridionais, parece ter sido desenvolvida sob os auspícios do interesse que a região amazônica há muito desperta na comunidade científica internacional e, particularmente, entre arqueólogos que estudam os processos de povoamento da América. Assim sendo, os seus sambaquis há muito têm sido objeto de registros e estudos, como atestam trabalhos publicados por autores do quilate de Charles Frederick Hartt (1874 e 1885), Domingos Soares Ferreira Penna (1876) e Herbert Huntingdon Smith (1879). Também se deve enfatizar a atuação de centros de excelência em arqueologia, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que desde o século XIX tem promovido e apoiado importantes pesquisas arqueológicas nessa região e desempenhado um papel fundamental na geração de conhecimentos sobre as suas estruturas sambaquieiras.

Já as informações disponíveis sobre sambaquis na zona costeira da Bahia ao Ceará conformam um conjunto de dados bastante fragmentado, pouco divulgado nacional e internacionalmente e que parece não incluir mais do que duas dezenas de pesquisas com maior consistência. A maior parte delas, destaque-se, está relacionada direta ou indiretamente aos esforços de pesquisadores ligados à UFBA e o seu Museu de Arqueologia e Etnologia e à UFPE e o seu Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Esse quadro talvez possa ser explicado pela possibilidade desses sambaquis nunca terem alcançado um porte tão pronunciado como os seus congêneres meridionais e setentrionais, haverem sofrido pesados danos por populações com matriz cultural européia e, portanto, serem sítios arqueológicos de difícil identificação e objetos de estudo considerados, não raro, pouco atraentes.

No entanto, a produção científica sobre o tema também pode estar sendo limitada por uma atitude inexplicavelmente apressada de alguns autores, em geral sediados fora do Nordeste, que afirmam ou insinuam que a questão dos sambaquis na região é assunto encerrado – simplesmente por até hoje não terem sido descobertos exemplares dessas estruturas em muitos setores da sua zona costeira e a despeito de nela existirem, como destaca Martin (1997), “grandes extensões de praias e restingas nunca exploradas arqueologicamente” (p.137). A quantidade de pesquisas sobre sambaquis no vasto litoral nordestino pode, portanto, estar sendo também determinada pela reprodução de um mito que cada vez mais ganha foros de verdade, afasta pesquisadores e recursos para outras regiões do país, inibe a produção de conhecimentos que o extinguiria e constitui um círculo vicioso ou processo de retroalimentação cada vez mais difícil de romper.

Em suma, o conjunto de informações disponíveis sobre essas imemoriais produções espaciais talvez seja nada mais que uma pálida representação da real quantidade de sambaquis que ainda existe na zona costeira da Bahia ao Ceará, encoberta por formações florestais, mangues, complexos dunares, águas fluviais e

oceânicas, assentamentos humanos etc. Alguns exemplos que corroboram essa possibilidade têm sido oferecidos pelos mencionados sambaquis descobertos recentemente na zona costeira de Alagoas e do Litoral Norte da Bahia, bem como por novas descobertas nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Extremo Sul da Bahia.

OS SÍTIOS SAMBAQUIEIROS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Os primeiros registros sobre sambaquis na região datam de meados da década de 1960 e foram produzidos, como já mencionado, pelo arqueólogo Valentin Calderón. Identificados por prospecções realizadas no rio João de Tiba, no município de Santa Cruz Cabrália, eles formavam uma série de 16 pequenas estruturas situadas em suas margens (Figura 77). Os estudos realizados restringiram-se à coleta de material em superfície, mas demonstraram que pelo menos partes desses sambaquis haviam sido produzidas por populações (re)produtoras da tradição Periperi identificada por Calderón no Recôncavo Baiano. Em linhas gerais, eles foram encontrados em terras úmidas ou suas imediações, estavam cobertos por variadas formações vegetais, apresentavam alturas menores que três metros em relação à cota atual dos respectivos sítios e tinham bases com dimensões aparentemente inferiores a 100 metros (Calderón, 1971 e 1974).

Em 1994, alguns desses sambaquis foram reconhecidos por pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA (MAE/UFBA) e, no ano de 2000, um relatório do seu Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas (NAPAS/UFBA) confirmou que treze encontravam-se conforme registrados (NAPAS/UFBA, 2000c). Em julho de 2007, nos foi relatado pela diretora do Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Porto Seguro, a arquiteta Cássia Maria Silva Boaventura, que nenhum dos sambaquis tinha sido objeto de estudos mais aprofundados até então. Entretanto, um conjunto de escavações arqueológicas estava sendo preparado como parte de um projeto de pesquisa do professor Walter Fagundes Morales da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)[46].

[46] Essa pesquisa foi intitulada *Os sambaquis do Sul da Bahia: um estudo sobre o uso e organização espacial inter e intra sítio no baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba, municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, BA* e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB) da UESC. Ela visa "elaborar um modelo interpretativo sobre o modo como as populações construtoras de sambaquis organizaram e utilizaram esses espaços" a partir da "realização de um programa de prospecções sistemáticas e escavações no baixo curso das bacias dos rios Buranhém e João de Tiba" (Morales, 2006:1; Walter Fagundes Morales, Sistema de Currículos Lattes do

Novos registros sobre sambaquis no Extremo Sul da Bahia tardariam mais de três décadas e ocorreriam graças a um amplo projeto de mapeamento arqueológico proposto pelo MAE/UFBA, a trabalhos de acompanhamento e salvamento arqueológico desenvolvidos na região e mesmo a eventos fortuitos. O referido projeto – denominado *Mapeamento de Sítios Arqueológicos da Costa do Descobrimento e do Recôncavo Baiano* – foi executado pelo NAPAS/UFBA nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália entre novembro de 1997 e junho de 2000 e possibilitou três novos registros de estruturas sambaquieiras. As duas primeiras foram identificadas em 1998 na margem direita do curso final do rio Buranhém, dentro da Terra Indígena (TI) Pataxó de Aldeia Velha, contígua à vila de Arraial d'Ajuda[47] (Figura 77). Elas estão assentadas sobre terraços marinhos holocênicos próximos à base do tabuleiro terciário da Formação Barreiras e cercadas por Manguezais, Brejos e Restingas. Essas estruturas encontram-se deterioradas aparentemente por ações antrópicas posteriores à sua construção, mas ainda formam montes que atingem alturas de até três metros e têm bases com dimensões máximas estimadas em cerca de 100 metros (NAPAS/UFBA, 2000c).

Conforme nos tem sido relatado por membros da comunidade tradicional de Porto Seguro nascidos nas primeiras décadas do século XX, várias áreas às margens do baixo curso do Buranhém – e especialmente a que corresponde às terras baixas da TI Aldeia Velha, à ilha do Pacuio e às suas imediações – foram exploradas longamente como jazidas de areia e "de cal" destinadas principalmente à construção civil local. Indagados sobre a profundidade cronológica dessas atividades, muitos afirmaram que além de tê-las observado ou delas participado, conservavam memórias de testemunhos dos seus pais e avós acerca da sua ocorrência desde, pelo menos, o século XIX. A exploração desses sambaquis como fontes de carbonato de cálcio – e de outros depósitos conchíferos que também se relata existirem ou terem existido a montante do rio Buranhém – pode ser, no entanto, quase tão antiga quanto a presença portuguesa na região. Essa hipótese se baseia, em primeiro lugar, em fontes documentais quinhentistas e evidências arqueológicas que indicam que a produção açucareira instalou-se nas imediações de Porto Seguro anteriormente a seu início no Recôncavo Baiano; e, em segundo lugar, no fato de que muitas das edificações mais antigas dessa cidade foram produzidas com material calcário de origem marinha, conforme constatamos quando da coordenação do *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia* (Tofani *et al.*, 2000). Como evidenciado no levantamento das características arquitetônicas dos imóveis estudados, e observado em

---

CNPq, atualização de 7 de janeiro de 2008). Os resultados dessa pesquisa ainda não estavam publicados quando da conclusão desta tese.

[47] Esses sambaquis foram registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA/IPHAN) com as designações de Buranhém 1 (BA-PSA-002) e Buranhém 2 (BA-PSA-003) (NAPAS/UFBA, 2000c).

diversos bens monumentais situados nos respectivos sítios, muitos tiveram as suas alvenarias construídas no todo ou em parte com *pedras-de-mar*. Esse material é comum em cunhais, pilares e paredes estruturais de arquiteturas de maior porte e relevância social, como igrejas e casas de câmara e cadeia, mas também ocorre em edificações mais modestas na forma principalmente de paredes que separam e sustentam unidades em renque (Figura 71, Figura 74, Figura 75, Figura 156). A constatação da origem marinha das fontes de carbonato de cálcio utilizadas na produção dessas *pedras-de-mar* é, em geral, bastante simples e dispensa procedimentos destrutivos e laboratoriais. Para tanto, basta uma observação atenta para se verificar em meio a elas uma grande quantidade de fragmentos de material malacológico que não foi completamente calcinado durante a fabricação da cal empregada na sua confecção.

A absoluta maioria desses imóveis – senão a totalidade – foi objeto de muitas manutenções e intervenções arquitetônicas que alteraram a sua constituição original em variados graus. Alguns foram objetos inclusive de completa demolição, seguida da sua reconstrução segundo técnicas, materiais e princípios formais ora idênticos aos anteriores, ora radicalmente diferentes (Figura 74). Essa situação dificulta a precisa datação desses edifícios e dos materiais de construção que os constituem, mas podemos afirmar, *lato sensu*, que *pedras-de-mar* foram utilizadas pelo menos do século XVII ao XIX. No entanto, deve-se destacar que elas não ocorrem com a mesma freqüência em todos os sítios urbanos tombados inventariados. No sítio da vila de Vale Verde, localizado a aproximadamente 18 km da costa, não identificamos a sua utilização em quaisquer dos imóveis estudados. Nas vilas de Caraíva, Trancoso e Arraial d'Ajuda elas se fazem presentes nas suas igrejas e em algumas antigas unidades habitacionais, especialmente em Arraial d'Ajuda. Nos sítios urbanos tombados nas cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, observamos que *pedras-de-mar* ocorrem em todas as suas longevas igrejas, nas suas casas de câmara e cadeia e em um número relativamente grande de outros edifícios.

A maior incidência de construções em *pedras-de-mar* nessas duas cidades pode ser explicada pela relevância política e religiosa que historicamente detiveram no contexto regional e pelas melhores condições econômicas que concentraram. Contudo, essa incidência também pode estar relacionada ao fato desses sítios estarem localizados nas fozes dos dois maiores rios desses municípios, onde sabidamente se formaram grandes estuários durante a Última Transgressão e ao longo dos quais se concentram todas as estruturas sambaquieiras registradas na região. Ou seja, essa associação entre proximidade de áreas de concentração de sambaquis e maior relevância regional e vigor econômico pode ter constituído o fator por excelência do maior uso de *pedras-de-mar* nas cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.



Figura 74: paredes estruturais em *pedras-de-mar* na Igreja de São Benedito, na Cidade Alta de Porto Seguro, conforme evidenciadas na sua restauração em 1999.
Observação: diversos materiais e técnicas foram utilizados na construção e em manutenções desse edifício. As *Pedras-de-mar* são visíveis na última faixa vertical da primeira imagem e são, ao que tudo indica, o material mais antigo. Uma estreita faixa vertical na primeira metade desta imagem também parece ser constituída em *pedras-de-mar*, mas foi produzida posteriormente. Fonte: fotografias do autor, em 1999.



Figura 75: renques de edificações com paredes em *pedras-de-mar*, situadas à Rua Marechal Deodoro, junto ao rio Buranhém, na Cidade Baixa de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 1999.

No ano de 2000, o NAPAS/UFBA registrou a terceira estrutura sambaquieira identificada no Extremo Sul da Bahia no âmbito do projeto *Mapeamento de Sítios Arqueológicos da Costa do Descobrimento e do Recôncavo Baiano*. Essa descoberta deu-se fortuitamente quando os construtores de uma estrada de acesso à fazenda Vermelho, na zona rural do município de Santa Cruz Cabrália, executaram um corte de terreno que revelou alguns depósitos conchíferos que constituem tal estrutura (Figura 76). Esse sítio arqueológico se encontra coberto por Florestas Ombrófilas e situado no vale do rio João de Tiba em uma área entre uma encosta da Formação Barreiras e terras úmidas de água doce, cerca de 400 metros ao norte desse curso d'água, 2 km abaixo da

sua confluência com o rio das Pedrinhas e 15 km da linha de costa[48] (Figura 77). A sua altura foi estimada em aproximadamente um metro e o seu comprimento em cerca de 20 metros. Segundo se pode verificar no corte de terreno que o evidenciou, ele é constituído estratigraficamente por camadas intercaladas de sedimentos conchíferos e terrígenos que o aproximam da modalidade acampamento (NAPAS/UFBA, 2000b).



Figura 76: parte do sambaqui da fazenda Vermelho, na zona rural do município de Santa Cruz Cabrália. Observação: o corte de terreno que o evidenciou encontra-se lindeiro à estrada e pode-se observar no mesmo bastante material malacológico desagregado (pontos brancos). Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000b:30), s/d.

Em 2004, outro sambaqui foi descoberto às margens do rio Buranhém em virtude de um serviço de acompanhamento e salvamento arqueológico[49] prestado por Walter Fagundes Morales, Luiz Augusto Viva do Nascimento e Erika Marion Robrahn-Gonzalez à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), quando da execução da linha de distribuição Centro de Convenções-Terravista (Figura 77). Localizado na altura da fazenda Buranhém, esse sambaqui foi estudado com maior profundidade, teve o seu material arqueológico datado e forneceu a evidência mais antiga de que dispomos sobre a presença humana no Extremo Sul da Bahia: 2.850 BP (Morales, 2006). Demonstrou-se assim que a sua construção foi ao menos parcialmente contemporânea à do já referido sambaqui da Pedra Oca em Salvador e, principalmente, obra de grupos sambaquieiros ceramistas que também eram (re)produtores da tradição Periperi (Figura 78). O NAPAS/UFBA (2000c) também sustenta essa interpretação, pois “as características

[48] Sítio arqueológico denominado Vermelho (BA-SCS-006) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000b e 2000c).

[49] Todo empreendimento público ou privado que seja considerado potencialmente danoso ao patrimônio arqueológico nacional – como obras de saneamento básico, linhas de transmissão, estradas ou mesmo edificações – é obrigado pelo IPHAN a contratar especialistas em arqueologia. Essa modalidade de serviço é também conhecida como arqueologia de contrato e envolve o acompanhamento da respectiva obra *pari passu* à sua execução e/ou na sua vanguarda. O arqueólogo tem por funções a identificação, documentação e avaliação de sítios arqueológicos que sejam eventualmente evidenciados e, quando for o caso, a proposição de alternativas ao projeto executivo original ou a coleta, limpeza, remontagem, restauração, catalogação e armazenamento dos bens culturais encontrados.

culturais destes construtores de sambaquis [em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália] são semelhantes com aquelas reconhecidas nos sambaquis do Recôncavo Baiano" (p.62).

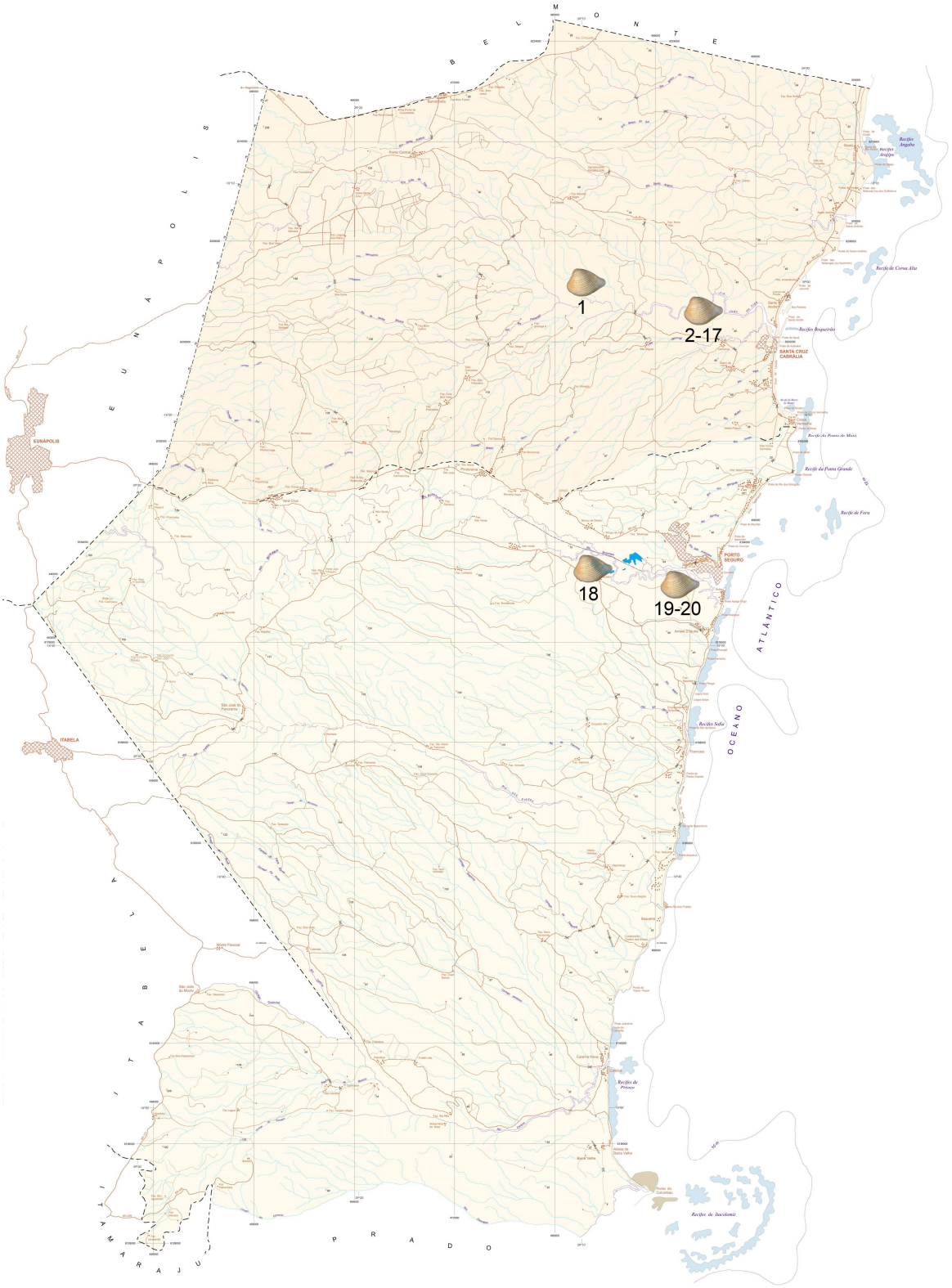


Figura 77: mapa dos sítios arqueológicos sambaquieiros nos municípios de Porto Seguro e S. Cruz Cabrália. Legenda: 1) Vermelho; 2-17) sambaquis identificados por Calderón; 18) sambaqui identificado por Morales, Nascimento e Robrahn-Gonzalez; 19-20) Buranhém 1 e 2. Fonte: modificação de mapa da CPRM (1999:s/p) a partir de dados de Calderón (1971 e 1974), Morales (2006) e NAPAS/UFBA (2000b e 2000c).

Os citados artigos de Calderón, as informações cadastradas no CNSA/IPHAN e os referidos relatórios técnicos do NAPAS/UFBA e de arqueólogos contratados para serviços de acompanhamento e salvamento constituem todo o conjunto de dados disponíveis até o momento sobre sambaquis no Extremo Sul da Bahia. Mesmo que um tanto fragmentários, superficiais, carentes de datações e concernentes apenas a estruturas nesses dois municípios, eles permitem tecer algumas considerações sobre a produção do espaço e reprodução social sambaquieira na região. Especialmente quando cotejamos os dados que essas fontes oferecem com os conhecimentos disponíveis sobre as variações do NRM ao longo do Holoceno.

Nesse sentido, temos que reconhecer que a concentração de sambaquis ao longo dos rios Buranhém e João de Tiba não implica que todos devam ser considerados como exemplares propriamente fluviais. Mesmo que alguns tenham sido erigidos quilômetros a montante das atuais desembocaduras desses rios, deve-se levar em consideração que durante a Última Transgressão o NRM atingiu até 5,0±0,5 metros acima do seu nível atual e mudou radicalmente a geografia da região (Figura 78). Como detalhamos antes, o avanço das águas do Atlântico alcançou muitas das falésias que corriam ao longo da linha de costa, inundou grandes áreas dos largos vales fluviais moldados principalmente pela Penúltima Transgressão, formou grandes estuários e constituiu diversos ambientes marinhos onde hoje são encontradas apenas paisagens fluviais.

Conforme se depreende por meio de uma análise topográfica, durante esse último máximo transgressivo, apenas a estrutura sambaquieira na fazenda Vermelho talvez não estivesse às margens de um estuário, localizado provavelmente a uns 4 ou 5 km a leste. No entanto, esse sítio – ainda hoje contíguo a terras úmidas – deve ter estado em meio a ricos ecossistemas de transição flúvio-marinha onde a malacofauna provavelmente ocorria em grande quantidade e diversidade. Também é possível que essa estrutura seja obra de grupos bem posteriores à Última Transgressão que, por um lado, ainda sustentavam alguns traços sambaquieiros e, por outro, já experimentavam intercâmbios e transformações culturais que tornavam os seus modos de produção e reprodução cada vez menos dependentes de ecossistemas marinhos. Nesse caso é possível, como sugere o NAPAS/UFBA (2000c), que essas populações “coletavam moluscos em área de praia e os transportavam até o local de residência, no interior, via canoas pelo rio” (p.57).

Quanto aos dois sambaquis registrados na TI Aldeia Velha, eles estão situados sobre terraços marinhos holocênicos com cotas altimétricas um pouco abaixo da atingida pelo último máximo transgressivo por volta de 5.100 BP (Figura 78). Portanto, pode-se inferir, diante da ausência de datações do seu material arqueológico, que são posteriores a esse episódio ou, se muito, reocupações de estruturas sambaquieiras que teriam sobrevivido à sua inundação na Última Transgressão.

Finalmente, a datação de 2.850 BP obtida para o sambaqui registrado por Morales, Nascimento e Robrahn-Gonzalez indica que ele estava ativo na última oscilação de grande amplitude do Atlântico, que levou o NRM para patamares alguns metros abaixo do atual durante cerca de dois séculos (Figura 78). Por mais que o baixo Buranhém fosse altamente piscoso e repleto de malacofauna – como de fato era até o final da década de 1970[50] –, tal rebaixamento do NRM deve ter obrigado os habitantes desse sambaqui a uma série de esforços adicionais e/ou adaptações. Esforços adicionais no sentido de obterem as espécies aquáticas de consumo tradicional em espaços cada vez mais distantes e adaptações no sentido de adequarem os seus modos de produção e reprodução aos recursos naturais com maior disponibilidade. Por outro lado, também é possível que esse sambaqui tenha resultado de esforços e/ou adaptações de algum grupo sambaquieiro que habitava margens do Buranhém mais a montante e que foi forçado a ali fundá-lo de forma a garantir a sua proximidade dos recursos naturais essenciais à sua economia.

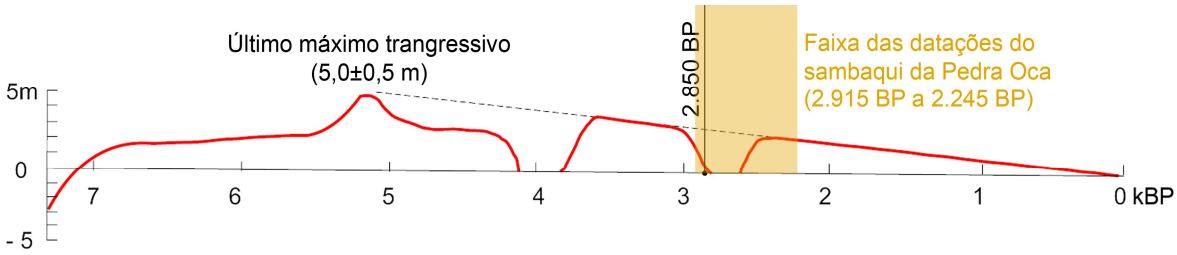


Figura 78: curva de variação do NRM para a região de Salvador (BA) entre 7.300 BP e o presente, datação do sambaqui identificado por Morales, Nascimento e Robrahn-Gonzalez no rio Buranhém (2.850 BP) e faixa das datações realizadas no sambaqui da Pedra Oca em Salvador.
Fonte: modificado de Dominguez *et al.* (2000b:136).

As contribuições da Última Transgressão para a formação no Extremo Sul da Bahia de um ambiente compatível com os modos de produção e reprodução sambaquieiros não se restringiram, é claro, ao baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba, mas ocorreram ao longo de toda a linha de costa da região. Em rios como o Jequitinhonha, do Frade, Jucuruçu e Itanhém, também com largos vales de fundo chato, os efeitos da Última Transgressão devem ter sido particularmente pronunciados, adentrando muitos quilômetros acima das suas atuais desembocaduras e possivelmente superando os que inferimos terem sido experimentados pelos rios Buranhém e João de Tiba. No que tange à linha de costa da região, um modelo evolutivo da planície costeira de Caravelas, elaborado por Andrade *et al.* (2002 e 2003) a partir de um grande número

[50] A piscosidade do baixo Buranhém foi profundamente prejudicada a partir do final da década de 1970, quando um longo trecho do mesmo foi dragado no bojo do chamado Projeto Vale Verde. Ele visava assentar mais de duas centenas de famílias de agricultores nas margens a montante da vila de Vale Verde e exigiu aumentar a vazão do baixo Buranhém, evitando assim as enchentes que sazonalmente o alagavam.

de sondagens por *vibracorer*, demonstrou diversas repercussões desse episódio transgressivo. Dentre elas, destaca-se a constituição de complexos de estuários, lagunas e ilhas-barreira que se estenderam ao longo de, pelo menos, os quase 100 km de litoral que separam as fozes dos rios Mucuri e Itanhém (Figura 79).

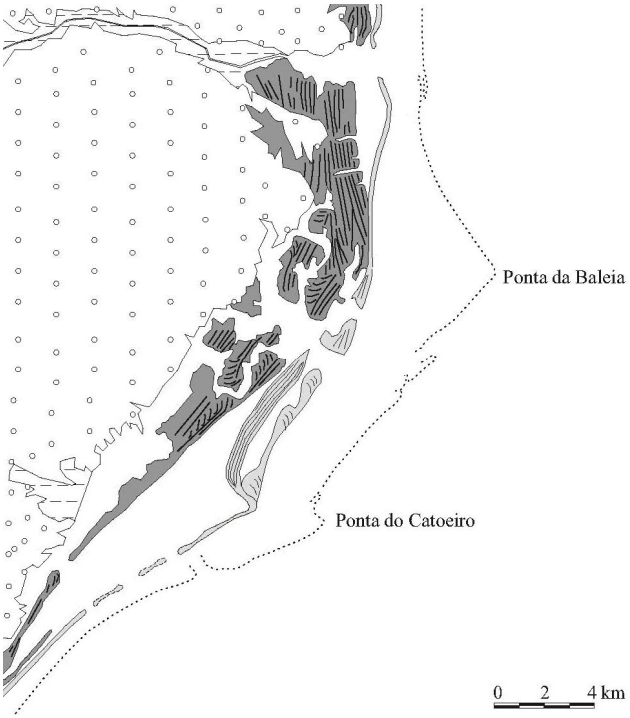


Figura 79: reconstituição paleogeográfica da planície costeira de Caravelas durante a Última Transgressão. Legenda: linha pontilhada = atual linha de costa; hachura com círculos = tabuleiros terciários da Formação Barreiras; hachura cinza escuro = terraços marinhos pleistocênicos; hachura cinza claro = terraços marinhos holocênicos; hachura tracejada = pântanos de água doce. Fonte: modificado de Andrade *et al.* (2003:374).

Portanto, contrariando o que alguns autores postulam para a maior parte da zona costeira do Nordeste, as características geomorfológicas da zona costeira do Extremo Sul da Bahia permitiram que complexos estuárino-lagunares bastante amplos fossem formados em muitas das suas porções na Última Transgressão. Complexos esses que se relacionaram com Florestas Ombrófilas, Manguezais e recifes cada vez mais vicejantes e contribuíram para o estabelecimento de condições ambientais altamente propícias a populações sambaquieiras mais de dois milênios antes da evidência mais antiga da sua presença na região. Diante das evidências e indícios de que essas condições ocorreram em grande parte da zona costeira do Extremo Sul da Bahia – ou pelo menos nos muitos ambientes similares aos do baixo Buranhém e baixo João de Tiba – não vemos como sustentar que sambaquis tenham sido erigidos exclusivamente ao longo desses rios.

Ao contrário, entendemos que o fato de haver registros de sambaquis apenas nesses espaços é explicável simplesmente pela grande relevância histórica, cultural e turística detida pelos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Ou seja, tal

concentração de registros parece resultar da associação entre, primeiro, a atenção que tem sido dedicada a esses municípios por conta do lugar que ocupam na história e imaginário nacional; segundo, o fascínio que o seu relevante patrimônio cultural e natural desperta entre os estudiosos; e, terceiro, a forte atuação que o IPHAN tem tido nesses municípios por meio do seu Escritório Técnico na cidade de Porto Seguro e através da exigência da contratação de serviços de acompanhamento e salvamento arqueológico colocada, nos termos da lei, principalmente a grandes empreendimentos relacionados direta ou indiretamente ao turismo.

Esse quadro permite inferir que é altamente factível que muitos setores da zona costeira do Extremo Sul ainda abriguem sambaquis e essa região tenha constituído, junto com o Litoral Norte capixaba, um espaço de contato entre grupos sambaquieiros ceramistas setentrionais e não-ceramistas meridionais. Essa dupla condição institui essas regiões como espaços privilegiados de pesquisas arqueológicas visando às grandes questões da cultura sambaquieira e aponta para a futura descoberta de sambaquis especialmente nos baixos cursos dos seus maiores rios e, especialmente, na zona costeira ao longo do banco de Abrolhos. A propósito, temos informações orais de profissionais da área ambiental que atuam no Extremo Sul da Bahia sobre a existência de grandes depósitos conchíferos, cuja origem não se sabe se antrópica ou natural, localizados durante inspeções realizadas, por exemplo, na ilha de Cassurubá, na zona costeira entre as cidades de Caravelas e Nova Viçosa (Jean-François Timmers, janeiro de 2006, com. pess.). O espaço onde essa ilha está inserida é considerado um dos maiores sistemas estuarinos da Bahia, está no entorno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e abriga, ainda hoje, um dos mais extraordinários Manguezais do litoral brasileiro.

Conforme se observa em um número crescente de pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior, os conhecimentos sobre a evolução geomorfológica das zonas costeiras no Pleistoceno e Holoceno são subsídios fundamentais de hipóteses e metodologias de prospecção de sítios arqueológicos litorâneos e, especialmente, de sambaquis. Elas partem do pressuposto que tais estruturas localizavam-se, via de regra, nas margens de locais de coleta de moluscos e pesca e tinham as suas bases logo acima do nível alcançado pela preamar quando do início da sua construção. Como também entendem Martin *et al.* (1984):

> Aceitando-se o postulado (...), torna-se fácil estabelecer uma relação geográfica entre os sambaquis e os ambientes antigos de áreas mais calmas (baias, estuários e lagunas). Os sambaquis situados mais no interior do continente certamente representariam fase de máxima extensão lagunar, obviamente coincidente com a fase de máximo nível marinho (p.145).

Esse procedimento envolve então, em primeiro lugar, a verificação da variação do NRM na respectiva região durante o período que se supõe que ela tenha abrigado o grupo cultural em questão; em segundo lugar, o mapeamento das áreas imersas e/ou emersas por episódios transgressivos e/ou regressivos ao longo desse período; em terceiro lugar, o lançamento e mapeamento de hipóteses sobre os prováveis ecossistemas formados na região durante esses episódios; em quarto lugar, o mapeamento de espaços com maior probabilidade de terem sido objetos de ocupação de populações sambaquieiras em função da maior proximidade de condições e recursos naturais necessários à economia das mesmas; em quinto lugar, a checagem *in situ*, que pode envolver desde o simples caminhamento e busca visual por elevações atípicas na paisagem onde por ventura se concentrem espécies calcícolas como a aroeira (*Schinus molle*), até o emprego de sofisticado aparato tecnológico não-destrutivo como georadares, magnetômetros etc. Em ambos os casos, geralmente é necessário proceder à sondagem ou escavação dos supostos sítios arqueológicos identificados para se confirmar a sua origem antrópica.

Contudo, a possibilidade de ainda serem descobertos sambaquis em terras do Extremo Sul da Bahia não esgota a questão da ancestralidade da presença da cultura sambaquieira na região. Depósitos conchíferos de origem antrópica não são uma exclusividade das Américas do Sul e Central e podem ser encontrados sob denominações como *shellmounds*, *shell-midden, amas de coquille*, *concheros*, *kiokkenmoeddynger, køkkenmødding* etc. – e com datações superiores a 10.000 BP – na América do Norte, Ásia, Oceania, África e Europa (Calippo, 2004; Martin, 1997; Martin *et al.*, 1984; Milheira, 2003). A capacidade tecnológica e econômica norte-americana tem permitido inclusive a identificação e investigação de vestígios de estruturas que foram submersas há milhares de anos pelas águas do oceano Atlântico ou Pacífico. Em um desses casos, um *shell-mound* foi encontrado a 12 km da costa do estado da Louisiana (EUA), encoberto por sedimentos de origem estuarina a uma profundidade de 18 metros e teve o seu material arqueológico datado de aproximadamente 8.000 BP (Calippo, 2004). Percebe-se portanto que esse peculiar modo de produção do espaço e reprodução social – cuja origem ou origens se ignora – foi extremamente bem sucedido, uma vez que expandiu-se por grande parte do planeta e conseguiu manter os seus principais fundamentos por milhares de anos, mesmo diante de incontáveis processos de diferenciação cultural experimentados pelas populações sambaquieiras. Elas podem até mesmo ter alcançado a Bahia, a sua região Extremo Sul e, especialmente, o atual banco de Abrolhos a partir dos últimos séculos do Pleistoceno ou dos primeiros do Holoceno, encontrado condições ambientais altamente favoráveis, experimentado milênios de prosperidade e construído inúmeros sambaquis. Talvez não estivessem sozinhas, mas

compartilhando ou disputando o território com populações originárias de regiões mais interiorizadas do continente e com matrizes culturais distintas.

De qualquer maneira, todas as evidências da presença humana junto às linhas de costa entre 125.000 BP e 7.100 BP foram submersas pelas águas do Atlântico e, talvez, muitas ainda lá repousem[51]. Já as estruturas edificadas antes de 5.100 BP em cotas altimétricas entre o atual NRM e 5,0±0,5 metros podem ter sido destruídas ou bastante impactadas pela Última Transgressão e, posteriormente, pelo oscilante recuo do NRM para o patamar em que se encontra hoje. Um interessante indício dos efeitos desses episódios sobre essas estruturas é oferecido pela freqüência de datações radiocarbônicas obtidas, até o ano de 2003, em amostras de material evidenciado arqueologicamente em sambaquis brasileiros (Figura 80). Ou mais especificamente, pelo fato, primeiro, das datações anteriores a 5.250 BP perfazerem pífios 3,97% do montante total; e, segundo, pela curva de freqüência ser análoga, grosso modo, à curva de variação média do NRM no período (Figura 78).

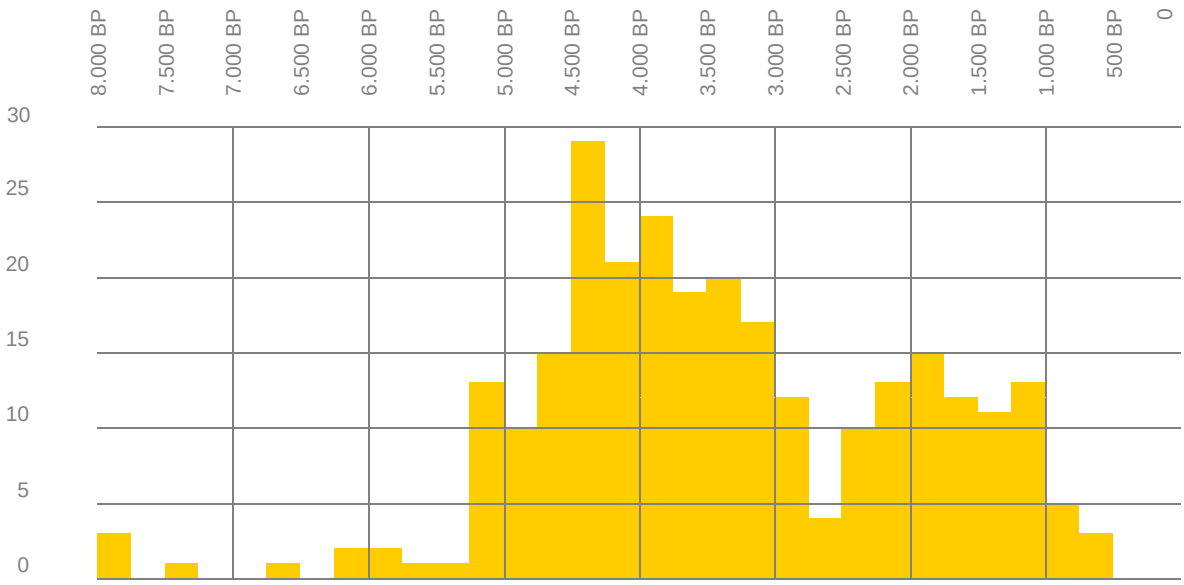


Figura 80: freqüência de datações radiocarbônicas obtidas em amostras de sambaquis no Brasil.
Fonte: a partir de dados de Macario (2003:81).

Apesar da longevidade e ampla distribuição espacial alcançadas pela cultura sambaquieira, percebe-se que a partir do século XI da era cristã, enquanto a Europa vivia as vicissitudes da sua Idade Média, declinava rapidamente a produção de sambaquis no Brasil. As razões desse fenômeno não foram totalmente esclarecidas, mas existem evidências arqueológicas que apontam para a ocorrência de um processo de

[51] Mais de uma década de prática de mergulho autônomo em diversos setores do banco de Abrolhos nos possibilitaram topar com muitos depósitos conchíferos submarinos que demonstram, no mínimo, a riqueza malacológica da região.

transformação acarretado pela intensificação dos contatos dos sambaquieiros com grupos interioranos com outras matrizes culturais. Como sugere Prous (1992:304-305), na primeira fase desse processo – que na Bahia estaria relacionada ao ingresso no litoral de grupos filiados à cultura Aratu – os intercâmbios parecem ter sido relativamente equânimes e acarretado uma transformação dos modos de produção e reprodução de ambos os protagonistas. No entanto, em uma segunda fase – associada à ocupação do litoral brasileiro por belicosos grupos de filiação cultural Tupiguarani – percebe-se a concomitante extinção das últimas culturas que mantinham alguns traços sambaquieiros, muito provavelmente por meio da sua colonização ou extermínio. Essa última fase pode ter ocorrido de forma tão rápida e violenta, que sequer as denominações de objetos estranhos à cosmologia Tupiguarani – como os *tampa-ki* litorâneos – tenham sido apropriadas pelos conquistadores.

a cultura aratu

Na segunda metade da década de 1960, vinte e quatro sítios arqueológicos contendo vestígios de uma tradição cultural que não se enquadrava em nenhuma das identificadas até então foram registrados por Valentin Calderón, dentro dos esforços do PRONAPA, nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Três deles foram submetidos a prospecções mais aprofundadas que evidenciaram milhares de fragmentos de variados artefatos – e especialmente peculiares urnas funerárias piriformes (Figura 81) – que possibilitariam a Calderón escrever mais um importante capítulo da arqueologia brasileira[52]. As análises e datações realizadas apontaram os anos de 870±90 d.C. e 1360±40 d.C. como o período em que esses artefatos foram produzidos e confirmaram tratar-se de obras de um conjunto de grupos étnicos com uma posição cultural e cronológica bem destacada dentro do panorama nacional (Calderón, 1969). Como reza a práxis arqueológica, Calderón denominou essa relevante tradição cultural tomando emprestado o nome do local onde os seus primeiros testemunhos haviam sido evidenciados: o Centro Industrial de Aratu, no município de Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador[53] (Calderón, 1969; Martin, 1997; Prous, 1992).

[52] Os três primeiros sítios arqueológicos Aratu submetidos a prospecções mais aprofundadas por Calderón foram localizados em três diferentes regiões da zona costeira da Bahia e denominados Guipe, Beliscão e Piratacase. O mais conhecido deles, o sítio Guipe, foi identificado em uma área junto a um riacho homônimo no Centro Industrial de Aratu, Região Metropolitana de Salvador, e a 6 km da baía de Todos os Santos. O sítio Beliscão foi identificado no município de Esplanada, na região Litoral Norte do estado. Ele se encontra em uma área nas imediações da vila de Palame, a 1 km do rio Inhambupe e a 6 km da linha de costa. O sítio Piratacase foi identificado no município de Ilhéus, região Litoral Sul, nas proximidades da vila de Banco da Vitória e junto ao rio Cachoeira (Calderón, 1969).

[53] Alguns artefatos Aratu – principalmente urnas funerárias – foram evidenciados antes da década de 1960 por escavações arqueológicas e eventos fortuitos e fazem parte de acervos de museus e colecionadores desde pelo menos o século XIX. No entanto, as primeiras descrições e datações sistemáticas dessa tradição, o reconhecimento inicial da sua distribuição espacial e cronologia são inegavelmente de autoria de Calderón e, em variados graus, dos seus colegas do PRONAPA. Dentre eles, deve-se destacar Ondemar Ferreira Dias Jr. que evidenciou vários sítios dessa tradição em Minas Gerais logo após as descobertas de Calderón na Bahia. No entanto, algumas peculiaridades dos artefatos encontrados por Dias Jr. o levaram a supor inicialmente que eram obra de uma tradição distinta, a qual denominou Sapucaí. A discussão sobre a sua classificação se estendeu por anos, mas hoje predomina o entendimento de que tais achados na Bahia e em Minas Gerais constituem fases diferentes de uma mesma tradição a qual se convencionou denominar Aratu, dada a maior antigüidade do uso desse nome, ou Aratu-Sapucaí como fazem autores como Afonso & Moraes (2006) e Prous (2006).





Figura 81: urnas funerárias Aratu evidenciadas por Valentin Calderón em sítios arqueológicos na Bahia.
Fonte: edição de fotografia em Calderón (1969:169), s/d.

Os artefatos produzidos sob a égide da tradição cultural Aratu se distinguem, *lato sensu*, pelo emprego de técnicas e pela geração de peças com características, a um só tempo, bastante simples e peculiares. A produção cerâmica é constituída principalmente por vasos manufaturados por roletamento (ou acordelamento) de pastas de argila empregando areia, grafita ou cacos cerâmicos moídos como antiplástico e tendo a sua superfície geralmente bem alisada e tratada com engobo de grafita. Essas peças são predominantemente piriformes, globulares e hemisféricas e, em menor proporção, semi-esféricas de pequena profundidade. Um elemento também típico é a presença de bordas diretas ou ligeiramente extrovertidas ou introvertidas com lábios arredondados, apontados ou biselados e raramente reforçados. A decoração é um elemento pouco freqüente – ocorrendo na forma de bordas corrugadas ou onduladas, bicões e pequenas incisões – e ignoramos peças que tenham recebido pintura (Figura 82). As distintivas urnas funerárias dessa tradição têm cerca de 75 cm de altura, 65 de largura máxima no bojo e 45 na boca e geralmente possuem um opérculo na forma de uma tigela profunda invertida (Figura 81). Dentro delas é freqüente a presença de pequenos vasos cerâmicos e artefatos manufaturados a partir de outros materiais, sendo todos muito provavelmente relacionados aos rituais funerários. Já o conjunto de artefatos líticos associado a essa tradição inclui rodelas de fuso de calcário (que também podem ser cerâmicas e ósseas) (Figura 83a), bem como peças bicônicas, batedores, quebra-cocos, trituradores e moedores fabricados a partir de diversas rochas. Também são obras dessa indústria lâminas de machado alongadas ou amidalóides em granito picotado ou polido (Figura 83b) e, especialmente, as características lâminas de machados manufaturadas em nefrita, conhecidas como “pedras-verdes”, tendo 10 a 15 cm e freqüentemente encontradas no interior ou na proximidade de urnas funerárias (Brochado *et al.*, 1969; Calderón, 1969; Chmyz, 1976a; Martin, 1997 e 1998; Prous, 1992).

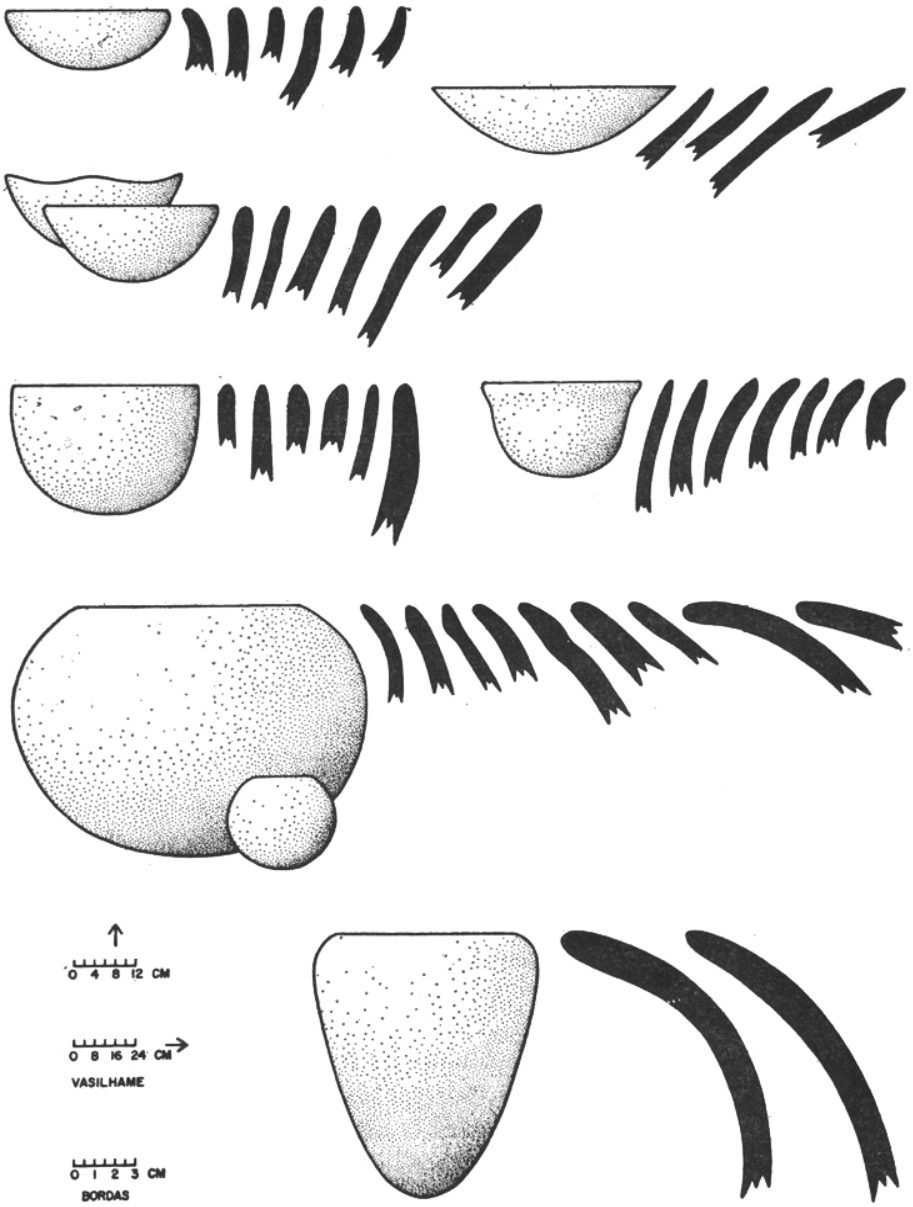


Figura 82: formas e perfis de borda predominantes em vasos cerâmicos Aratu.
Fonte: modificado de Brochado *et al.* (1969:19).



Figura 83: artefatos Aratu evidenciados no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) lâmina de machado em pedra polida; b) rodela de fuso.
Fonte: fotografias em Terravista (2007a e 2007b), s/d.

A relevância das indústrias cerâmica e lítica Aratu, no entanto, não se restringe às suas especificidades ou à sua antigüidade. Ela reside fundamentalmente no fato de ser expressão de uma cultura (re)produzida por um conjunto de etnias agricultoras-ceramistas que, não obstante algumas diferenças regionais e cronológicas, constituíram sociedades complexas, erigiram grandes e densos assentamentos, adaptaram-se a uma ampla diversidade de ecossistemas e lograram ocupar um vasto espaço: o todo ou parte dos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e, talvez, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí (Afonso & Moraes, 2006; Martin, 1997 e 1998; Prous, 1992 e 2006). Como indicam os registros arqueológicos, a cultura Aratu é provavelmente originária do Planalto Central e alcançou tamanha distribuição em conformidade com a dinâmica que caracterizou a expansão das grandes culturas ceramistas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil nos primeiros 12 séculos da era cristã. Ou seja, partindo das suas áreas de origem no interior dessas regiões ou de países vizinhos e avançando – como também fizeram as culturas Vieira, Itararé-Taquara e Una – centenas ou milhares de quilômetros para leste (Prous, 1992). Os motivos que teriam animado um movimento de tamanha envergadura, e envolvendo várias culturas supostamente distintas, ainda não foram suficientemente esclarecidos. No entanto, parece não haver dúvidas que as etnias que o sustentaram – seja por meio de grandes deslocamentos espaciais ou pela sucessiva colonização dos seus vizinhos – eventualmente alcançaram o litoral atlântico, contataram etnias com matriz cultural sambaquieira e lá se instalaram (Martin, 1997; Prous, 1992).

AS ALDEIAS ARATU

Muitos sítios arqueológicos Aratu descobertos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do Brasil têm demonstrado que os modos de produção do espaço e reprodução social das etnias filiadas a essa matriz cultural redundaram em grandes e densas aldeias. Esses assentamentos foram implantados em uma ampla variedade de ambientes, mas percebe-se a preferência por encostas de pequenas elevações e por terras baixas nas margens de pequenos cursos d'água perenes participando de ecossistemas com abundância de recursos naturais. Entretanto, observa-se também que em espaços sujeitos à sanha conquistadora de outros grupos culturais (como o Tupiguarani) tais aldeias se situam em platôs elevados e altos de morro, bem como se



infere que a escolha dos seus sítios passou a ser também determinada por condições topográficas que facilitassem a defesa (Afonso & Moraes, 2006; Martin, 1997 e 1998; Prous, 1992 e 2006).

Outro aspecto notável de sítios ocupados por grandes aldeias Aratu é a espessura das suas camadas arqueológicas. Atingindo até um metro, elas são ínfimas se comparadas às de muitos sambaquis, mas extraordinárias quando consideramos três aspectos: primeiro, que não foram geradas pelo acúmulo sistemático de material de maior volume e solidez (como conchas), mas principalmente por dejetos e descartes facilmente decomponíveis; segundo, que mesmo em grandes aldeias Tupiguarani elas raramente ultrapassam, como veremos, 30 cm de espessura; e, terceiro, que essas camadas são indicativas de que os respectivos assentamentos foram habitados durante muitas centenas de anos por contingentes populacionais sedentários que podem ter alcançado, segundo estima Prous (2006:86), até 2.000 habitantes (Calderón, 1969; Martin, 1998; Prous, 1992 e 2006).

Alguns dos sítios arqueológicos Aratu que foram pesquisados por Calderón na Bahia – como Guipe, no Centro Industrial de Aratu, e Beliscão, no município de Esplanada na região Litoral Norte – pertencem a essa categoria e a ilustram eloqüentemente. As datações radiocarbônicas realizadas no seu material arqueológico demonstraram que o período de atividade de Guipe se estendeu entre pelo menos 870±90 d.C. (Calderón, 1969) e 1112±90 d.C. (Martin, 1997) e que Beliscão, tendo estado ativo entre 608±50 d.C. (Martin, 1997) e 1360±40 d.C. (Calderón, 1969), foi espaço Aratu por mais de 750 anos. Como Calderón (1969) os descreveu:

> A área onde se localiza o sítio arqueológico [do Guipe] é de forma abaulada, com aproximadamente 300 m de comprimento por 200 m de largura. A estratigrafia revela um solo escuro, carregado de húmus, com uma camada de mais de 60 cm de terra-preta misturada em vários pontos com carvão vegetal e cascas de ostra bastante decompostas. (...) Em Aratu foram encontrados 54 enterratórios em grandes urnas, em torno do sítio-habitação e dentro deste (p.163-164).
>
> [O sítio Beliscão] mede aproximadamente 200 x 100 m e encontra-se quase no cume de uma proeminência vizinha ao rio Bu, em cuja margem acham-se rochas com vestígios de ter servido para polir artefatos líticos. Contém uma estratigrafia com 90 cm de profundidade, que permitiu a coleta de abundante material cerâmico e amostras de carvão vegetal. Os enterratórios apresentam-se sempre em grupos de duas, três ou mais urnas, em lugares elevados, associados ou não a sítios-habitações. A cerâmica funerária encontrada nos cemitérios ou enterratórios dentro do sítio-habitação consiste em um único tipo de urna piriforme (Figura 81) (p.164).

A análise do material arqueológico evidenciado em Guipe, Beliscão e outros sítios Aratu prospectados posteriormente possibilitaram conhecer um pouco dessa cultura e dos modos de produção e reprodução que encerrava. Por exemplo, a presença de muitos



fragmentos de vasos cerâmicos que teriam sido utilizados para o armazenamento de grãos e os variados artefatos líticos empregados no preparo de alimentos vegetais são fortes indicadores do conhecimento de algumas formas de manejo ambiental e da agricultura de milho, feijão e amendoim. Já a ausência de vestígios de assadores para o processamento da mandioca – basilar na economia de muitas etnias indígenas do Brasil – indica que essa euforbiácea não teve um papel tão importante ou foi preparada por meios que se ignora. Se considerarmos a longa duração dessas aldeias, é também factível que as suas populações tenham praticado o pousio ou rodízio de plantações, caso contrário, teriam comprometido seriamente a sua produção agrícola (Martin, 1997 e 1998). De qualquer maneira, a participação da coleta de espécies da flora terrestre na economia deve ter sido bastante intensa como atestam os muitos machados que se supõe utilizados para o seu corte (Prous, 1992).

As rodelas de fuso líticas, cerâmicas e ósseas encontradas nas camadas arqueológicas de muitas aldeias Aratu indicam, por sua vez, que as suas populações dominavam técnicas e tecnologias de tecelagem de tecidos rústicos (Figura 83b). Quando esses achados ocorrem em sítios na zona costeira e em meio a restos alimentares de origem marinha, deduz-se que elas também fiavam redes e tinham a pesca e coleta de moluscos como atividades com relevância econômica. Mais ainda, todo esse material sugere que os Aratu litorâneos muito provavelmente protagonizaram intercâmbios culturais, ou mesmo miscigenação, com grupos sambaquieiros dos quais teriam adquirido os saberes necessários à lida com o mar. Essa hipótese é sustentada principalmente pela pouca afinidade com grandes ecossistemas aquáticos que caracteriza originalmente a cultura Aratu e é demonstrada pela própria localização das suas aldeias. Como se observa, a maior parte das interioranas foi estabelecida em espaços relativamente distantes de grandes rios (Prous, 1992) e mesmo algumas das litorâneas – como as de Guipe e Beliscão – não enfatizaram a implantação em sítios imediatamente junto à linha de costa, mas a alguns quilômetros da mesma.

Algumas das mais antigas evidências do fumo do tabaco no Brasil são os cachimbos cerâmicos tubulares que têm sido encontrados em sítios arqueológicos Aratu, os quais, segundo Prous (1992:347), foram produzidos até o século XVIII por grupos indígenas que habitaram o estado do Espírito Santo. Contudo, os artefatos cerâmicos tidos como os mais distintivos dessa cultura são as suas urnas funerárias piriformes. Encontradas com freqüência nos sítios escavados – e não raro em grande quantidade –, elas geralmente formam grupos de enterramentos em áreas internas ou contíguas ao espaço outrora ocupado pelas aldeias. Essas peças constituem elucidativos conjuntos de vestígios materiais, uma vez que vários exemplares têm sido encontrados em bom estado de conservação e ainda guardando os artefatos com os quais os mortos eram



sepultados. Dentre eles, os mais recorrentes são pequenos vasos cerâmicos, rodelas de fuso, adornos e as mencionadas lâminas de machados de pedra-verde que eram utilizados, ao que tudo indica, apenas nos seus elaborados ritos funerários. A variação dos tipos de artefatos por enterramento tem levado alguns arqueólogos a suporem ser evidências do papel social que o falecido desempenhava em vida e, por extensão, ajudado a compreender um pouco mais o cotidiano desses grupos étnicos (Afonso & Moraes, 2006; Martin, 1997 e 1998; Prous, 1992).

Contudo, os traços distintivos da cultura Aratu não se restringem às suas indústrias cerâmica e lítica, mas incluem também o próprio desenho das grandes aldeias produzidas sob os seus auspícios. Como se tem evidenciado em muitos sítios arqueológicos, é recorrente a presença de vestígios de uma praça central de planta circular ou elíptica, que tinha em média 100 metros de diâmetro ou eixo maior e era circundada por habitações com 10 a 20 metros de comprimento. Em alguns casos, essa praça podia chegar a cerca de 500 metros de diâmetro ou eixo maior e ser circundada por até três linhas concêntricas de habitações (Figura 84) (Afonso & Moraes, 2006; Calderón, 1969; Martin, 1998; Prous, 1992 e 2006).

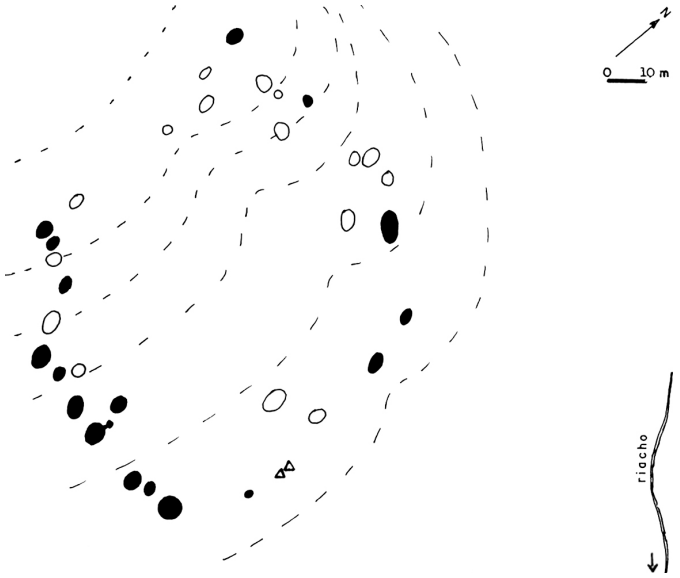


Figura 84: planta do sítio arqueológico Aratu Aldeia São Geraldo, no município de Ibiá (MG). Legenda: manchas escuras = fundos de habitações de base oval, com concentração de vestígios e espessa camada sedimentar de cor escura; manchas claras = concentração de vestígios sem camada sedimentar de cor escura; triângulos = oficina lítica com polidores de arenito. Fonte: modificado de Prous (1992:353).

Quando se verifica a distribuição espacial e a vigência temporal alcançadas por essa tipologia, fica evidente que ela foi praticamente tão ampla quanto a própria cultura Aratu e mostrou-se extraordinariamente pouco afeita a alterações mesmo em espaços com marcadas diferenças ambientais e com a presença de outras culturas. Esse quadro sugere a existência de um padrão arquitetônico que pautava a produção das aldeias

Aratu – e a reprodução das suas populações – e que visava não apenas ao atendimento das suas necessidades físicas, mas também à constituição de uma firme representação cosmológica de alcance universal.

Esse padrão também foi observado em grandes aldeias produzidas por etnias filiadas às famílias lingüísticas Jê e Karib que foram documentadas durante a colonização européia do Brasil e ainda é reproduzido pelos Bororo (ou *Boe*[54]), Canela (ou *Apanyekrá* e Ramkokamekrá), Kayapó (ou *Mebêngokrê*), Krahô (ou *Mehim*, *Mãkrare* ou Quenpokrare), Kuikuru e Xavante (ou Akwe) (Figura 85 a Figura 92) (Ataídes, 1991; Franchetto, 2004; Melatti, 1999; Prous, 1992; Schmitz, 2005; Serpa, 2001; Vidal, 1995). As similaridades espaciais comungadas por essas aldeias não podem ser tomadas como uma prova cabal que elas são expressões imutáveis de uma cosmologia milenar; entretanto, também não se deve afastar a possibilidade que uma das matrizes culturais dessas etnias seja Aratu e que a sua arquitetura ainda preserve fundamentos ancestrais, assim como os desenhos de muitas das nossas cidades conservam traços de origem greco-romana e mesmo com matrizes mais antigas e distantes. A propósito, diversas pesquisas etnográficas recentes têm oferecido valiosos subsídios acerca das dimensões existenciais dessas aldeias e permitido supor que elas configuram um conjunto de produções espaciais que, não obstante algumas diferenças, são frutos de grupos que comungam algumas matrizes culturais e, dentre elas, possivelmente a Aratu.

Em relação, por exemplo, às aldeias produzidas pelos Kayapó, da família lingüística Jê, Prous (1992) enfatiza que elas reproduzem “fielmente o padrão das aldeias [Aratu]” e eram, no tempo em que foram contatadas por bandeirantes, “densamente povoadas, tendo uma dupla linha de casas (...) [e] enormes roças de milho, inhame e batata-doce” (p.349-350); “com as drásticas reduções populacionais provocadas pelas doenças européias, reduziram-se a um anel único, mantendo-se até hoje as características da praça central, essencial na vida da aldeia” (p.349) (Figura 85, Figura 86, Figura 87). Nesse sentido, a antropóloga Lux Boelitz Vidal (1995) destaca que:

> Os Kayapó se consideram parte integrante de um mundo circular e vêem o processo do universo e da vida como cíclico, os ciclos do tempo ecológico e estrutural que determinam e a acompanham a vida e as atividades humanas. No centro do pátio da aldeia se reúne o conselho dos homens e desenvolvem os rituais e a vida pública em geral. O símbolo do centro do mundo é o maracá, instrumento musical, redondo e em forma de cabeça, ao som do qual os índios cantam e dançam, seguindo um traçado circular e que acompanha a trajetória solar (...). Dançando, os índios dizem que remontam o tempo até as origens míticas, recriando assim a energia necessária à continuidade e estabilidade do meio ambiente, dos recursos necessários à sobrevivência, à reprodução contínua da vida e das diferentes instituições sociais que garantem o equilíbrio indispensável à vida em comunidade. O espaço doméstico e feminino é constituído por um círculo de unidades residenciais, as casas, de onde pode-se observar a aldeia, mas não ser visto, um espaço

[54] Autodenominação adotada pela respectiva etnia indígena (ISA, 2007).

privado, onde ninguém entra sem ser convidado, e onde se discutem e resolvem os assuntos privados da comunidade. As mulheres são também as guardiãs dos nomes e de todos os ornamentos que lhes pertencem por herança.

Na comunidade Kayapó, homens e mulheres desempenham suas atividades, independentes enquanto grupos, e espacialmente separados. A casa dos homens é o lugar onde estes se reúnem para discutir e preparar as suas tarefas cotidianas; é também o local onde fabricam os seus artefatos e a parafernália ritual. As mulheres por sua vez, agrupadas em uma sociedade de mulheres, ocupam durante as suas conversas e suas atividades de pintura corporal coletiva, um espaço específico, o alpendre da casa da esposa do chefe, onde se dedicam exclusivamente, a cada oito dias, a esta atividade.

Apesar das mudanças ocorridas nestas últimas décadas entre os Kayapó do Brasil Central, devido às invasões de suas terras por parte de madeireiras, garimpeiros entre outros, e das reações muito diversificadas dos diferentes grupos frente às inovações, pouco mudou na sua visão de mundo, essencialmente articulada à estrutura da aldeia e dos múltiplos significados que dela emanam (p.386-387).



Figura 85: a) vista aérea de aldeia Kayapó na bacia do rio Xingu (PA); b) líder Kayapó.
Fonte: a) edição de fotografia de Rui Faquini, em 2007; b) fotografia de Rui Faquini, em 2007.



Figura 86: a) vista aérea da aldeia Kayapó de Aúcre, na bacia do rio Xingu (PA); b) dança ritual Kayapó.
Fonte: a) edição de fotografia de Nair Benedicto, em 1986; b) fotografia de Jean Pierre Dutilleux, em 2007.



Figura 87: a) vista aérea da aldeia Kayapó de Pikararankre, na bacia do Xingu (PA); b) criança Kayapó.
Fonte: a) edição de fotografia de Margi Moss, em 2007; b) fotografia de A. Saragosa, s/d.

Quanto aos Bororo, também da família lingüística Jê (Figura 88), o antropólogo Paulo Serpa (2001) explica que:

> a unidade política é a aldeia (*Boe Ewa*), formada por um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo no centro a casa dos homens (*Baito*). Ao lado oeste do *Baito* encontra-se a praça cerimonial, denominada Bororo, local das mais importantes cerimônias dessa sociedade. Mesmo nas aldeias em que as casas estão dispostas de modo linear por influência dos missionários ou agentes do governo, a circularidade da aldeia é considerada a representação ideal do espaço social e do universo cosmológico.
>
> Na complexa organização social dos Bororo a classificação dos indivíduos é feita a partir de seu clã, da linhagem e do grupo residencial. (...). Na distribuição espacial das casas ao redor do círculo da aldeia, cada clã ocupa um lugar específico. A aldeia é dividida em duas metades exogâmicas – *Exerae* e *Tugarége* –, cada uma subdividida em quatro clãs principais, os quais são constituídos por diversas linhagens (...). Cada casa da aldeia costuma abrigar duas ou três famílias nucleares. Os grupos residenciais são uxorilocais, regra pela qual um homem que se casa deve mudar-se para a morada da esposa, mas continua sendo membro da antiga linhagem. Por essa razão, em uma mesma casa habitam pessoas de categorias sociais, clãs e linhagens distintos (...).
>
> A despeito de dividirem o mesmo teto, as famílias nucleares que compõem um grupo doméstico estabelecem divisões internas. O espaço de cada família se concentra nas extremidades da casa, nunca no centro. Nesse local guardam todos os seus pertences, comem, dormem e recebem suas visitas cotidianas.
>
> O centro da casa não é exclusivo de nenhuma família e constitui o local em que são recebidas as visitas consideradas mais importantes e onde ocorrem os rituais. É o espaço que representa aquela unidade social (clã ou linhagem) da qual certos membros das famílias nucleares fazem parte. É também no centro da casa que se coloca o fogo utilizado para cozinhar, espantar mosquitos ou simplesmente como fonte de calor durante a noite.
>
> Durante o dia, as portas e janelas das casas estão sempre abertas, permitindo o controle do que se passa na aldeia. Nos rituais em que as mulheres não podem participar, as portas e janelas são fechadas. O mesmo ocorre durante o luto, pois os enlutados se mantêm à margem da vida social e não podem olhar para o centro da aldeia (s/p).



Figura 88: a) vista aérea de aldeia Bororo; b) dança funerária Bororo.
Fonte: a) edição de fotografia de Sylvia Caiuby Novaes, em 1971; b) fotografia de Sylvia Caiuby Novaes, em 1986.

Em relação às aldeias produzidas pelos Krahô, da família lingüística Jê (Figura 89), o antropólogo Julio Cezar Melatti (1999) esclarece que:

> seguem o ideal timbira da disposição das casas ao longo de uma larga via circular, cada qual ligada por um caminho radial ao pátio central. Cada casa normalmente abriga as mulheres que ali nasceram e os homens que, deixando as moradas de suas mães, vêm com aquelas se casar. Obviamente, o número de moradores da casa não pode aumentar indefinidamente. Geralmente, após a morte do sogro, um dos genros fica com a casa, enquanto os demais, acompanhados de suas esposas e filhos, constroem outras ao lado da mais antiga (...).
>
> Outros grupos são mais visíveis nas atividades rituais, no pátio, fora das casas. É o caso dos vários pares de metades em que podem se dividir os Krahô. A um deles podemos chamar de metades sazonais, pois uma está associada à estação seca (e também ao dia, ao leste, ao pátio central) e a outra à chuvosa (e também à noite, ao oeste, à periferia). As reuniões masculinas diárias realizadas no pátio central são coordenadas por dois "prefeitos", ambos pertencentes à metade sazonal correspondente à estação em curso. Diz-se que só essa metade toma decisões durante a estação. Cada uma dessas metades dispõe de um conjunto de nomes pessoais; homens e mulheres pertencerão a uma ou à outra de acordo com os nomes pessoais que receberem.
>
> Logo ao deixar a meninice, os rapazinhos da aldeia nascidos mais ou menos na mesma época são reunidos numa classe de idade, sob um nome coletivo, e que é incluída na metade oriental ou ocidental de um outro par. Malgrado essa instituição estar um tanto desorganizada, nota-se que as classes são introduzidas alternadamente em metades opostas e colocadas ao norte do pátio, sendo empurradas para o sul à medida que outras novas são criadas. Essas metades, que podemos chamar de etárias, participam de vários ritos, e outrora também de um rito de iniciação não mais realizado, o *Pembjê* ou *Ikrere*. Os "prefeitos" que coordenam as reuniões numa mesma estação devem ser um da metade etária oriental e outro da ocidental.
>
> As metades de um terceiro par reúnem, cada qual, quatro grupos masculinos, que se dispõem no pátio da seguinte forma, de norte para sul: na metade oriental, Corujas, Tatupebas, Urubus e Periquitos-estrela; na ocidental, Raposas, Gaviões, Periquitos e

Cupe(n) (não-Timbira ou civilizado). A inclusão em um desses grupos depende do nome pessoal. Eles atuam em um rito de iniciação chamado *Ketwayê*.

Há outros pares de metades que não têm membros permanentes. Atuam nas diferentes variedades do rito de *Pembcahàk* e de outros do ciclo da iniciação. A escolha dos membros se faz antes de cada realização do rito a que o par esteja associado. São seis pares. Em cada qual uma metade tem nome de animal alado ou peixe, e a outra de mamífero ou ave terrestre.

As mulheres só se incluem como membros, com o mesmo critério que os homens, nas metades sazonais. Nos outros pares, as solteiras ficam na metade do pai e as casadas, na do marido. Embora os homens sejam os participantes por excelência dos grandes ritos, as metades e o grupo de rapazes em iniciação quase sempre têm uma ou duas moças associadas (s/p).



Figura 89: a) aldeia Krahô na Terra Indígena Kraolândia (TO); b) casal Krahô.
Fonte: fotografias de Vincent Carelli, em 1983.

Quanto às aldeias dos Kuikuru, da família lingüística Karib (Figura 90), a antropóloga Bruna Franchetto (2004) sintetiza que:

são como todas as aldeias alto-xinguanas. A organização das aldeias, a planta circular com praça central, e os padrões de aldeamento regional são outros elementos da cultura xinguana que mostram continuidade da época mais antiga até o presente. As aldeias circulares com praça central são estruturadas de acordo com princípios e uma orientação precisos que permitem um entendimento da organização política e social da sociedade xinguana. As praças xinguanas e as estradas radiais (como os grandes caminhos das aldeias pré-históricas) que se departem da praça são orientadas nas direções cardinais (Norte/Sul, Leste/Oeste), assim como em relação a traços importantes da paisagem local, incluindo outras comunidades e locais como portos e pontes. Essa orientação não somente revela a integração de várias aldeias através do território, mas também demonstra um entendimento sofisticado do desenho arquitetônico, da astronomia e da geometria.

As casas Kuikuro, como todas no Alto Xingu, são grandes malocas de base ovalada; sua estrutura e sua construção revelam um conhecimento arquitetônico extremamente complexo (s/p).



Figura 90: a) vista aérea da aldeia Kuikuru de Ipatse, no Parque Indígena do Xingu; b) habitação Kuikuru.
Fonte: a) fotografia de Pedro Biondi, s/d; b) fotografia do acervo do Museu do Índio, s/d.



Figura 91: a) vista aérea da aldeia Canela-Ramkokamekrá de Escalvado (MA); b) adornos auriculares.
Fonte: a) edição de fotografia de Ray Roberts Brown, em 1970; b) fotografia de Curt Nimuendajú, em 1931.

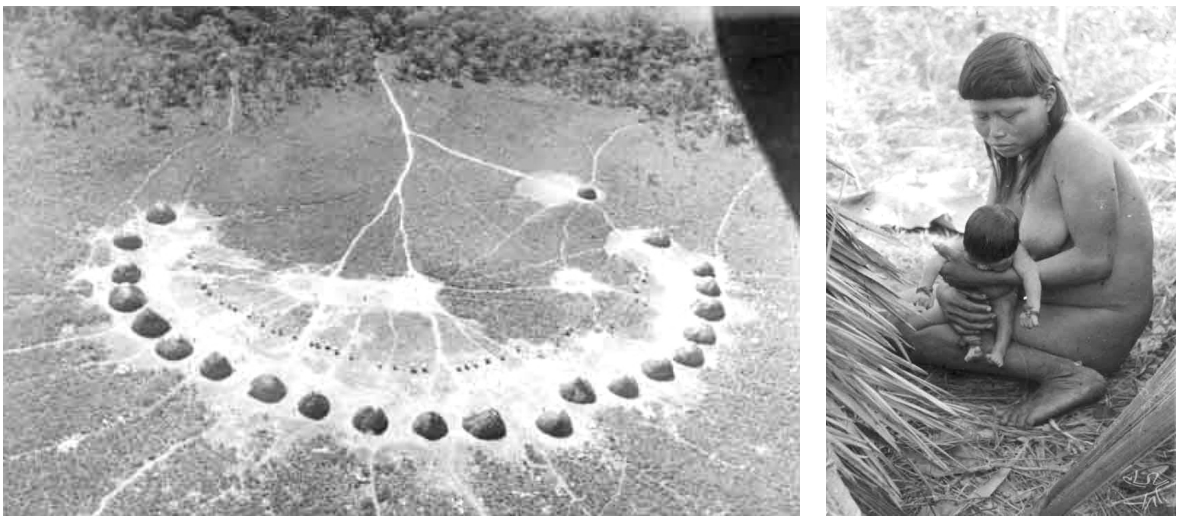


Figura 92: a) vista aérea de aldeia Xavante no Mato Grosso; b) mulher e criança Xavante.
Fonte: a) edição de fotografia de Eredit Werger, s/d; b) fotografia de David Maybury-Lewis, em 1959.

A primeira descoberta de evidências da presença Aratu na região é atribuída ao arqueólogo Valentin Calderón, data do final da década de 1960 e consiste em um conjunto de urnas funerárias piriformes encontrado no município de Itanhém, contíguo ao estado de Minas Gerais (Figura 3). Essas urnas apresentavam, no entanto, uma notável peculiaridade que as diferenciavam das suas congêneres descobertas em outras regiões do Brasil e que possibilitou a identificação de uma nova fase ceramista Aratu, denominada Itanhém. Como explica Calderón (1974), “os sepultamentos desta fase, como correspondendo a todos os da tradição Aratu, são feitos em grandes urnas piriformes, idênticas no tamanho e forma às da fase Aratu, diferenciando-se destas, apenas, pela decoração corrugada ondulada que têm em torno da boca” (p.149) (Figura 93, Figura 94). Desde então, muitos artefatos da fase Itanhém têm sido evidenciados em sítios no Extremo Sul da Bahia e demonstrado que essa região foi território não apenas da cultura sambaquieira descrita anteriormente, e da Tupiguarani a ser tratada posteriormente, mas de pelo menos uma outra cultura ameríndia que também logrou ocupar grande parte do Brasil.



Figura 93: urnas funerárias Aratu da fase Itanhém sendo evidenciadas no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: a) b) fotografias em IPHAN (s/d:11), s/d; c) d) fotografias em Terravista (2007a e 2007b), s/d.



Figura 94: urnas funerárias cerâmicas Aratu da fase Itanhém evidenciadas na bacia do médio rio do Frade, no município de Porto Seguro, e expostas no Museu de Porto Seguro.
Fonte: edição de fotografia de Jota Freitas, s/d.

O momento em que grupos com matriz cultural Aratu iniciaram a ocupação do Extremo Sul da Bahia e a via ou vias de ingresso que teriam adotado ainda não foram determinados conclusivamente. Entretanto, as datações realizadas em sítios arqueológicos Aratu nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia permitem sugerir que esse ingresso ocorreu no século IX ou X, por meio de avanços a montante de rios com cabeceiras em Minas Gerais (como o Jequitinhonha e o Mucuri). Também é factível que isso tenha se dado por meio de avanços ao longo da costa por grupos que atingiram o litoral através de rios com desaguadouros ao norte da região (como o Pardo) ou ao sul (como o Doce). Todos esses cursos d'água possibilitavam que se cruzasse a já densa Mata Atlântica da mesma forma como fizeram, por exemplo, contrabandistas e fugitivos da região diamantífera de Minas Gerais no século XVIII e expedições exploratórias que dali alcançaram o litoral no século XIX.

Interessantes evidências da ocorrência de movimentos nessa direção, provavelmente em tempos pré-cabralinos, são oferecidos por primitivos artefatos líticos, como pequenas lâminas de quartzo hialino, descobertos em praias e restingas do município de Porto Seguro. Segundo o NAPAS/UFBA (2000c), mesmo que não tenha sido possível associar tais achados a tradições culturais conhecidas, sabe-se que jazidas desse cristal de rocha inexistem nas porções litorâneas do município. Assim sendo, a melhor hipótese – se não a única – que pode explicar a sua presença ali é transporte "de algum lugar no interior do estado da Bahia, próximo a Minas Gerais" (p.60).

Independentemente da antigüidade e da via de ingresso da cultura Aratu na zona costeira do Extremo Sul da Bahia, tudo indica que foi encontrada sendo habitada por populações sambaquieiras. Os primeiros contatos podem ter envolvido grandes contingentes Aratu, mas é mais provável que tenham sido protagonizados por pequenos grupos na vanguarda da exploração do litoral e/ou do baixo curso dos maiores rios da região. Se esses contatos redundaram em amplas e violentas disputas pelo controle dos recursos naturais e respectivas bases territoriais, não se sabe. No entanto, evidências arqueológicas apresentadas por Prous (1992:304-305) sobre contatos entre culturas ceramistas interioranas e sambaquieiras litorâneas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil permitem sugerir que foram predominantemente pacíficos e ocasionaram um processo de colonização recíproca no qual cada parte assimila características da outra. Assim sendo, esses intercâmbios teriam redundado na formação de culturas de contato com características das suas matrizes interiorana e litorânea e, por extensão, sustentando modos de produção do espaço e reprodução social bem mais diversificados que os anteriores à tal contato. Dentre as repercussões desse hibridismo cultural, deve-se destacar a constituição de uma economia baseada na alternância sazonal entre a pesca e coleta de moluscos no litoral e a caça e coleta de vegetais no interior, bem como a habitação tanto de estruturas sambaquieiras quanto de aldeias construídas diretamente no solo.

A ampliação a partir da década de 1990 do número de pesquisas arqueológicas e grandes obras de construção civil no Extremo Sul da Bahia tem proporcionado a descoberta sistemática ou fortuita de uma crescente quantidade de artefatos Aratu e dado fortes indícios de que muito mais ainda jaz no seu território. Essa expectativa é também reforçada por inúmeros testemunhos de moradores da região – principalmente trabalhadores rurais mais idosos – que relatam ser freqüente a descoberta de material arqueológico quando da aragem de roças, abertura de valas, derrubada de matas e outras ações que exigem revolver o solo. Esses relatos versam majoritariamente sobre urnas funerárias cuja descrição em geral corresponde às da tradição Aratu, visto que são facilmente reconhecíveis e há muito participam da história e imaginário das comunidades tradicionais da região. O relato mais impressionante sobre descobertas fortuitas de material arqueológico de origem supostamente indígena nos foi oferecido por moradores da cidade de Belmonte que acompanharam os efeitos de uma cheia excepcionalmente forte do Jequitinhonha ocorrida há cerca de três décadas[55]. Segundo os seus testemunhos, a força das águas escavou uma parte da planície costeira ao longo do

[55] Mesmo não tendo sido precisada a data dessa enchente, estimamos que ocorreu em janeiro ou fevereiro de 1979, em conseqüência das fortes chuvas que provocaram inolvidáveis estragos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e em áreas ao longo de rios com nascentes em Minas Gerais e desaguadouros no Nordeste.



curso final desse rio, evidenciou um amplo cemitério indígena desconhecido até então e tragou irremediavelmente dezenas de urnas funerárias piriformes.

Mesmo quando se atém estritamente aos sítios arqueológicos Aratu registrados no Extremo Sul da Bahia, é perceptível a sua ocorrência tanto em municípios interioranos como Itanhém e Itapebi (também às margens do rio Jequitinhonha) quanto e principalmente em municípios litorâneos como Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Figura 3). Essa distribuição espacial permite inferir que as populações Aratu sustentaram uma ampla base territorial na região ou, como sugere o NAPAS/UFBA (2000c), "nela exerciam uma influência marcante sobre outras etnias. Dominação, comércio por troca, ou difusão da tecnologia cerâmica, via casamentos inter-étnicos, são cabíveis como hipóteses para explicar essa difusão territorial" (p.58). No entanto, a concentração de sítios arqueológicos Aratu em áreas litorâneas dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália não deve ser tomada como uma evidência de que esse espaço foi privilegiado pelos grupos com essa filiação cultural que habitaram o Extremo Sul da Bahia. Ainda que futuramente se demonstre que isso ocorreu, hoje só podemos afirmar que essa concentração deve-se – como também ocorre em relação aos sítios sambaquieiros e, como veremos, aos Tupiguarani – à maior relevância histórica, cultural e turística desses municípios e, conseqüentemente, ao maior número de pesquisas arqueológicas e serviços de acompanhamento e salvamento que essa relevância tem motivado.

Não obstante a necessidade de se ampliar em muito os conhecimentos sobre culturas pré-cabralinas em todo o Extremo Sul da Bahia, os dados disponíveis oferecem interessantes evidências e indícios sobre aldeias Aratu lá erigidas e nos permitem tecer algumas considerações. Dentre os milhares de fragmentos de artefatos descobertos por prospecções arqueológicas e eventos fortuitos, interessam-nos particularmente quatro conjuntos de achados na zona costeira porquanto incluem urnas e objetos funerários, permitem a sua associação a aldeias Aratu e podem ser cotejados com dados de escopo natural e cultural de que dispomos.

O primeiro conjunto foi encontrado acidentalmente na vila de Trancoso em 1998, quando da escavação de uma vala para a plantação de um coqueiro no mirante adjacente aos fundos da Igreja de São João Batista, principal marco arquitetônico desse sítio urbano tombado[56] (Figura 95, Figura 98, Figura 175, Figura 176, Figura 189, Figura 221). Conforme descrito em um relatório técnico do projeto *Mapeamento de Sítios Arqueológicos da Costa do Descobrimento e do Recôncavo Baiano* (NAPAS/UFBA, 2000c:57), esse conjunto consiste em "uma urna funerária, que é justamente o traço mais

[56] Sítio arqueológico denominado Praça Jesuítica de Trancoso (BA-PST-001) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).



distintivo dessa tradição junto a dois recipientes menores, que estavam dentro dela (...). A urna e os objetos são decorados nas bordas com bandas corrugadas espatuladas, único elemento que as diferencia de outras áreas do estado" e que as coloca em conformidade com as urnas encontradas por Calderón no município de Itanhém. Esse material foi resgatado por técnicos do NAPAS/UFBA, a pedido do IPHAN, e enviado posteriormente para datação pelo método de termoluminescência. O resultado obtido apontou que o seu enterramento ocorreu entre os anos de 1285 e 1415 da era cristã (ou 650±65 anos antes de 2000) e, portanto, demonstrou que pelo menos um grupo de filiação cultural Aratu ainda ocupava o litoral do Extremo Sul da Bahia por volta do final do século XIII (NAPAS/UFBA, 2000c).



Figura 95: a vila de Trancoso: a) vista aérea da Igreja de São João Batista e do mirante onde foi encontrada uma urna funerária Aratu; b) vista aérea da Igreja de São João Batista e da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila (c.1990).
Fonte: a) fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994); b) fotografia de Carlos Alberto da Hora, s/d.

O segundo conjunto de achados Aratu foi evidenciado em 1999 na vila de Arraial d'Ajuda, ou mais precisamente, na Praça São Pedro, lindeira ao seu antigo aeroporto e a cerca de 1.500 metros do seu núcleo histórico[57] (Figura 96, Figura 98, Figura 168). Essa descoberta se deu graças a serviços de acompanhamento e salvamento arqueológico prestados pelo NAPAS/UFBA à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), quando da realização de obras de instalação da rede de esgoto nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Conforme consta em um relatório técnico desse núcleo de arqueologia, o material evidenciado nesse sítio consiste em "fragmentos cerâmicos de um objeto cuja forma remete às urnas da tradição cultural Aratu, complementadas por uma borda com decoração plástica corrugada" (NAPAS/UFBA, 2000b:35).

[57] Sítio arqueológico denominado São Pedro (BA-PSA-007) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000b e 2000c).



Figura 96: a vila de Arraial d'Ajuda: a) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda, à frente e à esquerda, e, ao fundo e à direita, na área gramada, o antigo aeroporto (c.1985); b) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda e da Praça Brigadeiro Eduardo Gomes, núcleo histórico da vila (c.1990).
Fonte: a) edição de fotografia de Romero Gonzales Garcia, s/d; b) fotografia de Haroldo Palo Jr., s/d.

O terceiro conjunto foi coletado por membros da comunidade Pataxó que habitam a Terra Indígena (TI) Barra Velha e entregue a técnicos do NAPAS/UFBA que a visitaram no ano de 2000[58] (Figura 98). Conforme também consta do supracitado relatório, esse conjunto é constituído por sete peças cerâmicas que foram encontradas "no perímetro da aldeia e na praia próxima" e consistem em "um vasilhame com a mesma forma da urna em dimensões reduzidas e outros fragmentos do mesmo tipo dos recipientes menores da urna de Trancoso" (NAPAS/UFBA, 2000c:58).

O quarto conjunto foi evidenciado por um serviço de acompanhamento e salvamento arqueológico realizado para a execução do complexo turístico-hoteleiro Terravista Condomínio, Resort & Golf, situado sobre um tabuleiro da Formação Barreiras próximo à foz do rio Taípe e ao Club Med Trancoso (Figura 97, Figura 98, Figura 135). Esse serviço foi exigido pelo IPHAN, nos termos da legislação sobre patrimônio arqueológico, e desenvolvido entre 2002 e 2004 pelos arqueólogos Walter Fagundes Morales e Luiz Augusto Viva do Nascimento. Graças a isso foi possível a descoberta da maior quantidade de artefatos Aratu já evidenciada em um sítio arqueológico na zona costeira do Extremo Sul da Bahia. Em meio a eles, destacam-se algumas urnas funerárias piriformes da fase Itanhém, vasos cerâmicos de menores proporções e artefatos líticos como lâminas de machados e rodelas de fusos encontrados no espaço de 70 hectares destinado ao requintado campo de golfe construído posteriormente sobre esse relevante sítio arqueológico (Figura 83, Figura 93) (Batista & Morales, 2007; Dócio & Barbosa, 2007; Terravista, 2007a e 2007b; Walter Fagundes Morales, Sistema de Currículos Lattes do CNPq, 7 de janeiro de 2008).

[58] Sítio arqueológico denominado Barra Velha (BA-PSM-001) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).



Figura 97: vistas aéreas do campo de golfe do Terravista Condomínio, Resort & Golf.
Fonte: fotografias em Terravista (2007b), s/d.

Um aspecto desses quatro conjuntos de material Aratu que nos chama a atenção – para além, é claro, da sua grande relevância cultural – são as características naturais comungadas pelos sítios onde foram evidenciados. Em primeiro lugar, todos estão localizados onde ocorre ou ocorria a confluência de algumas das principais categorias de ecossistemas terrestres, fluviais e marinhos da região. Esses sítios estavam circundados por Florestas Ombrófilas de Tabuleiro, Várzeas, Brejos, Manguezais e formações recifais conformando um ambiente com grande diversidade e quantidade de recursos naturais próprios para o consumo humano. Em segundo lugar, os sítios arqueológicos Aratu em Arraial d'Ajuda, Terravista, Trancoso e Barra Velha estão localizados sobre tabuleiros da Formação Barreiras com cotas altimétricas por volta de, respectivamente, 45, 40, 35 e 20 metros. Desses tabuleiros é possível avistar muitos dos seus limites, os vales fluviais que os ladeiam, grande parte dos tabuleiros vizinhos e muitas dezenas de quilômetros da linha de costa. Em terceiro lugar, esses sítios estão sempre a menos de 200 metros de algum curso d'água perene onde a coleta de água potável é fácil e abundante. Em quarto lugar, eles se encontram juntos ou próximos às fozes de grandes rios com cabeceiras muitos quilômetros a oeste e que permitem um acesso relativamente fácil a terras no interior da região e, em alguns casos, na porção nordeste de Minas Gerais.

As condições ambientais amplamente favoráveis à presença humana sustentadas pelos espaços onde se inseriram esses sítios, quando consideradas à luz das evidências que sepultamentos Aratu sempre ocorriam interna ou contiguamente ao espaço das suas habitações, permitem sugerir que aldeias de grupos com essa filiação cultural – talvez de grande porte – tenham sido erigidas onde são encontrados hoje as vilas de Arraial d'Ajuda e Trancoso, o Terravista Condomínio, Resort & Golf e a aldeia de Barra Velha. Essa hipótese é corroborada pelo NAPAS/UFBA (2000c) visto que interpreta "a presença

de recipientes cerâmicos nesses ambientes" como resultado da "utilização eventual ou constante de espaços variados, próximos ao local do assentamento principal" (p.58). Se isso de fato ocorreu, a pequena distância que separa esses sítios de relevantes conjuntos de Manguezais, Brejos, Várzeas, rios e formações recifais pode ser indicativa de que as populações dessas aldeias tinham a pesca, caça e coleta de espécies aquáticas como importantes bases econômicas. Essa particularidade cultural pode ter sido herdada de populações sambaquieiras que habitaram anteriormente a região e que teriam sido colonizadas pelos Aratu, ou se mesclado a eles, constituindo assim uma cultura com elementos das duas matrizes.

Já a localização desses assentamentos nas imediações de rios com cabeceiras nas porções ocidental do Extremo Sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais pode ter relações com o uso desses cursos d'água e suas margens como vias de comunicação entre grupos Aratu litorâneos e interioranos. As referidas urnas funerárias da fase Itanhém evidenciadas em ambos os setores do Extremo Sul constituem as principais evidências que sustentam essa hipótese, assim como outro importante conjunto arqueológico descoberto no município de Porto Seguro, na década de 1990. Ele inclui duas urnas piriformes – uma empregada para o sepultamento de um adulto e a outra para o de uma criança – encontradas na Fazenda Noronha junto a tributários setentrionais do médio rio do Frade e a poucos quilômetros do município de Itabela (Figura 98). Essas urnas, expostas no Museu de Porto Seguro na antiga Casa de Câmara e Cadeia na Cidade Alta dessa cidade, também possuem decoração corrugada ondulada em torno das suas bocas e, portanto, são pertencentes à fase Itanhém (Figura 94). Também devem ser somados a esse conjunto de evidências os diversos fragmentos de outros artefatos Aratu descobertos na Cidade Alta de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália, pois corroboram a hipótese que as populações filiadas a essa matriz cultural no Extremo Sul da Bahia alcançaram uma significativa distribuição espacial e mantiveram amplas redes econômicas (Figura 98) (NAPAS/UFBA, 2002a).

A construção de aldeias a céu aberto em tabuleiros da Formação Barreiras, por sua vez, indica um modo de produção do espaço e reprodução social mais afeto a culturas agricultoras-ceramistas interioranas. Essa opção por terras elevadas pode ter motivações de ordem cosmológica, mas também deve ter relações com o fato desses tabuleiros disporem de mais terras agricultáveis, recursos florestais e condições de defesa que as planícies costeiras nas vizinhanças. Nesse sentido, a preferência por tais sítios deve ter sido particularmente pronunciada quando do avanço Tupiguarani sobre o litoral da região, pois teria obrigado as populações Aratu a enfatizarem sítios que oferecessem uma maior segurança contra os seus ataques e de grupos expulsos por eles dos seus domínios tradicionais. A urna funerária Aratu encontrada na vila de Trancoso, e



cujo enterramento foi datado entre 1285 e 1415, pode estar relacionada à existência de uma aldeia erigida no âmbito desses conflitos.

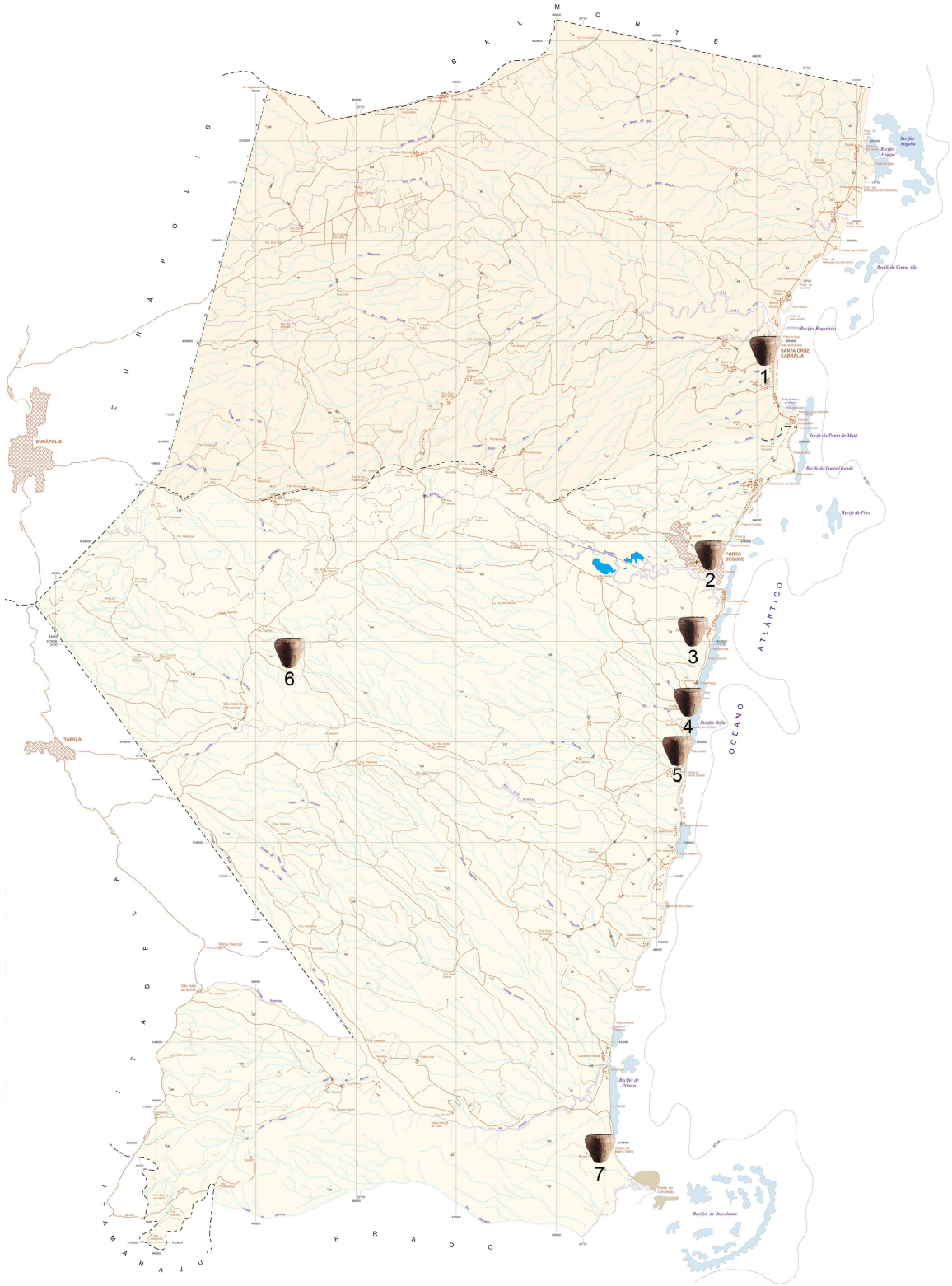


Figura 98: mapa dos sítios arqueológicos Aratu nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Legenda: 1) sítio Cidade Alta de S. C. Cabrália; 2) sítio Cidade Alta de Porto Seguro; 3) sítio S. Pedro; 4) sítio Praça Jesuítica de Trancoso; 5) sítio Terravista; 6) sítio Noronha; 7) sítio Barra Velha. Fonte: modificação de mapa da CPRM (1999:s/p) a partir de dados do NAPAS/UFBA (2000b e 2000c) e Terravista (2007a e 2007b).

Novas evidências arqueológicas que porventura confirmem, ampliem ou refutem as hipóteses apresentadas aqui demandam que mais prospecções e datações sejam realizadas no Extremo Sul da Bahia e nas regiões adjacentes. Todavia, esperamos que as pesquisas futuras tenham condições de focar não apenas as imediações dos sítios onde já se evidenciou material Aratu, mas principalmente áreas que apresentem condições naturais e culturais mais favoráveis à conservação arqueológica que as cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e as vilas de Arraial d'Ajuda e Trancoso. Nesses assentamentos, ocupados de forma praticamente ininterrupta há séculos, são incalculáveis os danos que podem ter sido causados aos testemunhos materiais deixados pelos seus pretéritos habitantes Aratu. No entanto, a quantidade de espaços na região que não foi objeto de tamanha ocupação – e apresentava condições ambientais altamente propícias a populações com essa matriz cultural – leva-nos a crer que muitos sítios arqueológicos produzidos por elas aguardam serem descobertos. Especialmente ao longo da costa e de rios como o Jequitinhonha, João de Tiba, Buranhém, do Frade, Jucuruçu, Itanhém, Peruípe e Mucuri.

Nesse sentido, nos anima um raro apontamento sobre uma aldeia indígena apresentando um distintivo padrão arquitetônico Aratu que foi descoberta ainda ativa – em pleno ano de 1804 – em uma margem do rio Jequitinhonha próxima à divisa do Extremo Sul da Bahia com Minas Gerais. Esse achado foi obra de uma expedição exploratória comandada pelo capitão-mor João da Silva Santos, que subiu esse rio a partir da sua foz junto à vila de Belmonte e alcançou a sua confluência com o Araçuaí em Minas Gerais. Mesmo que essa aldeia estivesse sem os seus moradores (possivelmente refugiados na mata quando da aproximação dos homens de Silva Santos), infere-se que foi erigida por alguma das etnias de filiação lingüística Macro-Jê que habitavam esse espaço e cuja filiação cultural era, como explicaremos adiante, muito provavelmente Aratu. Como registrou na sua *Descripção diária do Rio Grande de Belmonte desde o Porto grande desta villa até o fim delle ou divisão de Villa Rica, em conformidade da ordem comettida ao Capitão-mór da Capitania de Porto Seguro João da Silva Santos, cuja expedição e embarque foi no dia 1º de outubro de 1804* (ABN, 1918 [doc.27114]):

> *Dia 18 de outubro e de viagem*: (...) [meus homens] me relataram (...) o encontro de inumeráveis rancharias do Gentio, e de um grande Rancho, alto mais de 20 palmos, com uma bem limpa e desembaraçada Praça, que à vista de 15 que o rodeavam, parecia ser o Palácio de algum Grande. Dentro lhe acharam panelas de cozinhar, lenha e muitas asas de pássaros e unhas de animais quadrúpedes e 2 caveiras de onça, tudo pendurado por cordéis (p.257).

Essa descrição, mesmo breve, oferece elementos indicando que a aldeia consistia em uma ampla praça de planta circular definida por quinze edificações dispostas

concentricamente e em cujo centro encontrava-se um edifício de evidente relevância contendo objetos tipicamente afetos à indumentária e ritualística indígenas. Quando se coteja essas informações com a etnografia de povos como os Kayapó e Bororo, deduz-se que tal edifício não deveria ser o “Palácio de algum Grande”, mas muito provavelmente a *casa dos homens* ou *conselho dos homens* explicado antes (Figura 85, Figura 86, Figura 87, Figura 88).

Independentemente de novas descobertas sobre a presença Aratu na zona costeira do Extremo Sul da Bahia, as evidências disponíveis são suficientes para inferir que ela foi bastante ampla, intensa e se estendeu por um período que pode ter superado os 508 anos que acumula hoje a presença européia. Ela só seria interrompida por volta do século XIV ou XV, ao que tudo indica, pela conquista de todo esse espaço pelos Tupiguarani. Entretanto, é factível que os grupos Aratu litorâneos não tenham sido exterminados, mas apenas recuado os seus domínios para espaços mais interiorizados da região. De lá, os seus descendentes teriam mantido uma constante e violenta rivalidade aos Tupiguarani e eventualmente se apresentado aos colonizadores portugueses e luso-brasileiros na forma dos temíveis grupos de filiação lingüística Macro-Jê que constituíram um elemento determinante dos rumos das suas empresas coloniais na região.

ALGUMAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A CULTURA ARATU, O TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ E AS FAMÍLIAS LINGÜÍSTICAS BOTOCUDO, KAMAKÃ E MAXAKALÍ NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Se o distintivo padrão arquitetônico das aldeias produzidas por etnias como as Bororo, Canela, Kayapó, Krahô, Kuikuru e Xavante sugere que uma das suas matrizes culturais pode ser Aratu, os conhecimentos sobre as línguas indígenas do Brasil tanto corroboram essa hipótese quanto indicam que outras etnias documentadas a partir do século XVI também podem ter tal matriz. A reconstrução da história das culturas pré-cabralinas por meio de estudos lingüísticos é tarefa extremamente complexa, demanda um volume de dados superior ao disponível e pode redundar em correlações bastante equivocadas posto que, entre outras questões, idiomas genealogicamente próximos nem sempre têm falantes culturalmente próximos. Como pondera o lingüista Greg Urban

(1992), esse quadro, quando associado à incipiência das pesquisas sobre o tema no Brasil, nos permite hoje falar mais em termos de “graus relativos de *incerteza* do que de certeza” (p.87). Contudo, não há dúvidas sobre o papel da lingüística enquanto uma fonte imprescindível de conhecimentos para a compreensão das trajetórias e legados das culturas indígenas que habitaram o atual território nacional e, particularmente, o Extremo Sul da Bahia. Como explica Urban (1992):

> Podemos potencialmente aprender muito sobre o período a partir de 4000-5000 a.C. até hoje, vendo cada vez com mais clareza e certeza à medida que nos aproximamos do presente. Podemos formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas em diversos momentos do passado (...). E podemos testar modelos de seqüenciamento cultural histórico que situam a linguagem e a comunicação em relação às forças materiais, econômicas e políticas. (...) Ao afirmar que podemos aprender potencialmente muito sobre a história da cultura brasileira por meio das línguas queremos dizer que isso é possível, em primeiro lugar, *se* possuirmos gramáticas, fonologias e vocabulários organizados e detalhados para todas as línguas e, em segundo lugar, *se* tivermos aplicado a elas, com rigor, o método de reconstrução desenvolvido na lingüística comparativa (p.87).

Todavia, se reconhece que a profundidade cronológica da presença humana na América do Sul – mesmo que tomada de forma conservadora – possibilitou ao idioma ou idiomas que primeiro ingressaram nesse espaço tempo suficiente para uma ampla diversificação e multiplicação. Como estima o renomado lingüista Aryon Dall’Igna Rodrigues (1993 e 2005), esse processo teria redundado na formação de mais de 1.200 línguas apenas no atual território brasileiro no final do século XV, além de incontáveis outras que se extinguiram anteriormente e constituem – como as faladas pelos sambaquieiros – um insondável mistério. Desse impressionante montante, apenas cerca de 180 línguas e respectivos dialetos ainda são faladas por menos de 350 mil brasileiros, somente uma ínfima porção das extintas foi minimamente documentada e, lamentavelmente, é possível que troncos e famílias lingüísticas inteiras tenham desaparecido sob o peso da Conquista sem serem objeto de qualquer registro. Contudo, a análise das línguas remanescentes e da documentação acerca das extintas indica que grande parte pertence a dois grandes troncos lingüísticos: o Macro-Jê e o Macro-Tupi (Figura 99, Figura 119). As demais constituem famílias cujo tronco a que se vinculam é desconhecido – como a Arawak e a Karib – ou são consideradas línguas isoladas cujas relações se ignora (Figura 108, Figura 109) (Franchetto, 2000; Melatti, 2002; Rodrigues, 1986, 1993 e 2005; Teixeira, 1995; Urban, 1992).

Toda língua é um potente sistema de signos que participa da fundação do *real* – nominando-o e explicando-o – e instala nos seus falantes uma indissociável vinculação entre o signo lingüístico e o que ele representa. Assim sendo, as línguas trazem no seu âmago as cosmologias que as instituem, bastam às demandas existenciais dos seus

(re)produtores e não aceitam – apesar da insistência de alguns – classificações como mais ou menos desenvolvidas, cultas, civilizadas etc. Enquanto fenômenos culturais, elas tendem à permanente mutação, seja por intercâmbios dos seus falantes com os falantes de outros idiomas, seja por transformações que ocorrem internamente à qualquer grupo social. As línguas existentes ou extintas, nativas do Brasil ou não, constituem parte de um *continuum* com uma organização análoga à de uma árvore genealógica e comungam – como todos os seres humanos e culturas – origens comuns. O que se denomina como tronco lingüístico é, portanto, apenas um recorte teórico produzido nesse *continuum* geralmente quando se reconhece pelo menos três gerações de línguas genealogicamente relacionadas. Ou em outras palavras, essa tipologia é empregada, *lato sensu*, quando se identifica duas ramificações lingüísticas sucessivas produzidas por separações e diferenciações entre falantes e descendentes de falantes da proto-língua que originou o respectivo tronco[59].

As línguas, famílias e troncos, enquanto produtos sociais gerados a partir de cisões e distanciamentos motivados por litígios, eventos fortuitos, estratégias de reprodução etc., têm rebatimento espacial e levam à constituição de territórios lingüísticos. Correspondentemente, cada tronco, família e língua indígena brasileira tem uma distribuição espacial característica que resultou da localização e profundidade cronológica da sua origem, das relações entre os seus falantes e, a partir do século XV, do seu contato com grupos com matriz cultural européia. Os estudos sobre o tema sugerem que o tronco Macro-Jê – que nos interessa em particular – é originário de um idioma denominado proto-Macro-Jê que teria sido falado em regiões centrais ou centro-orientais brasileiras e de lá se irradiado há cinco ou seis mil anos gerando as suas diversas famílias e línguas (Urban, 1992). Quando cotejamos esse entendimento da lingüística com os conhecimentos oferecidos pela arqueologia, é possível inferir, primeiro, que a cultura Aratu teve as suas origens em um espaço – o Planalto Central brasileiro – que foi território lingüístico desse tronco ou talvez mesmo o seu pólo de irradiação; segundo, que a maioria das regiões alcançadas por essa cultura – ou mesmo a sua totalidade – também eram territórios lingüísticos Macro-Jê; e, terceiro, que as etnias de filiação Aratu muito provavelmente falavam línguas do tronco Macro-Jê[60].

---

[59] Por exemplo, as línguas portuguesa, espanhola, galega, catalã, francesa, italiana, romena e romanche são ramificações do latim falado há cerca de 2.000 anos na Europa Ocidental e constituem a família denominada latina, neolatina ou românica. O latim antigo – assim como as igualmente extintas línguas germânica, eslávica, celta etc. que geraram as famílias homônimas – são ramificações de um distante idioma inferido pela lingüística e denominado proto-indo-europeu em grande parte da literatura. Essa proto-língua (1ª geração), as línguas latina, germânica, eslávica, celta etc. (2ª geração ou 1ª ramificação) e os conjuntos de línguas ou famílias que delas derivaram (3ª geração ou 2ª ramificação) constituem o tronco indo-europeu (Störig, 1990; Teixeira, 1995).

[60] Associações entre tradições e fases culturais e troncos e famílias lingüísticas também são postuladas por autores como Ondemar Ferreira Dias Jr. e Eliana Carvalho que, como sintetiza Prous (1992), "atribuíram a fase Una [da tradição Una] aos ancestrais dos Puris ([Macro-]Jês), e a Mucuri [também da tradição Una] aos seus parentes Goitacás, que resistiram durante muito tempo aos Tupis históricos na planície litorânea, no limite entre os atuais estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo" (p.344).



O tronco Macro-Jê é constituído atualmente por cerca de 40 línguas (e respectivos dialetos) distribuídas em nove famílias: a Bororo, a Guató, a Jê, a Karajá, a Ofayé, a Rikibaktsá, a Yatê (ou Fulniô) e, em particular, a Botocudo e a Maxakalí cujos territórios lingüísticos já incluíram, entre outros espaços, grande parte do Extremo Sul da Bahia (Figura 99) (ISA, 2007; Melatti, 2002; Paraíso, 1992; Teixeira, 1995; Rodrigues, 1986, 1999 e 2005; Urban, 1992).

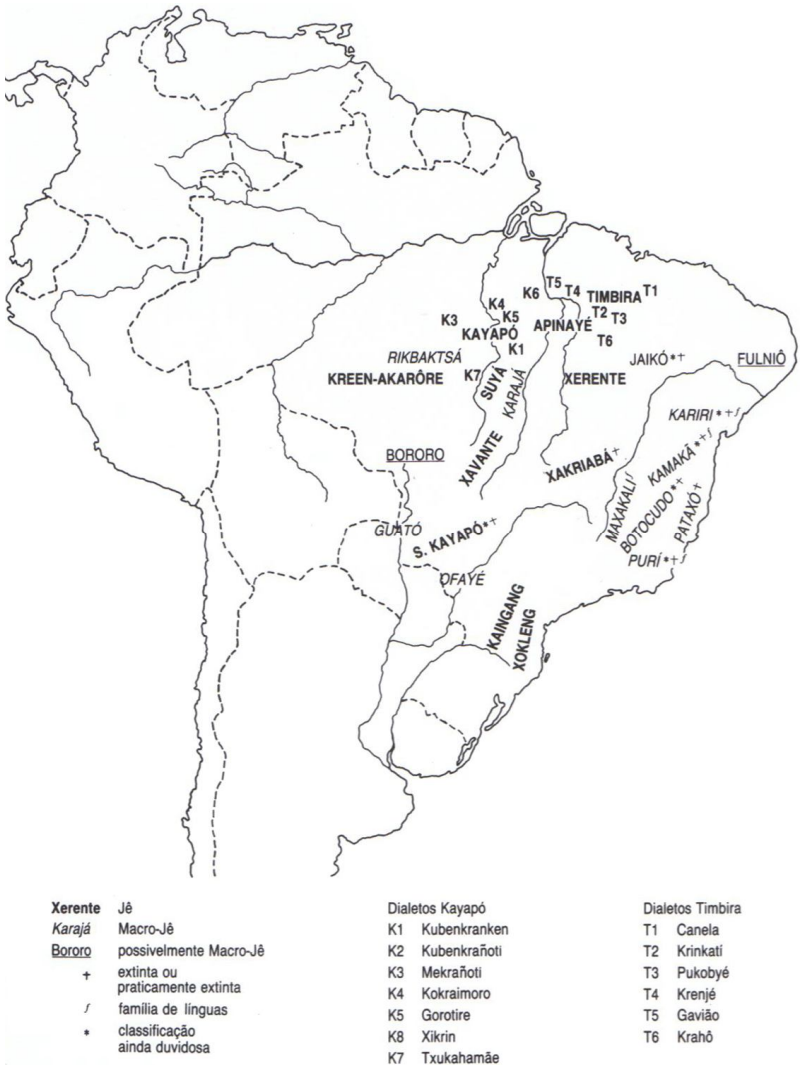


Figura 99: mapa da distribuição espacial das línguas e dialetos Macro-Jê conhecidos.
Fonte: Urban (1992:88).

A família Botocudo é constituída hoje por apenas uma língua que postula-se restante dos idiomas ou dialetos falados pelas etnias de que descendem os atuais Krenák e Gerén (Figura 100). Apesar dos esforços envidados nos últimos anos – inclusive pela Faculdade de Letras da UFMG – no sentido de garantir a reprodução dessa língua, há poucas dúvidas quanto à iminência da sua extinção. Denominada *Borun* pelos Krenák, ela é falada de forma íntegra por menos de uma dezena dos cerca de 200

indivíduos dessa etnia que habitam a região Vale do Rio Doce em Minas Gerais ou, mais especificamente, a Terra Indígena (TI) Krenák no município de Resplendor e a TI Fazenda Guarani na interseção dos municípios de Carmésia, Dores de Guanhães e Senhora do Porto (Rodrigues, 2005). Já os Gerén, cujo único grupo remanescente vive em meio a descendentes dos Tupinambá na TI Olivença no município de Ilhéus, Litoral Sul da Bahia, são todos monolíngües em português desde pelo menos a década de 1960 (Paraíso, 1998; Meader, 1978; Melatti, 2002; Rodrigues, 2005).

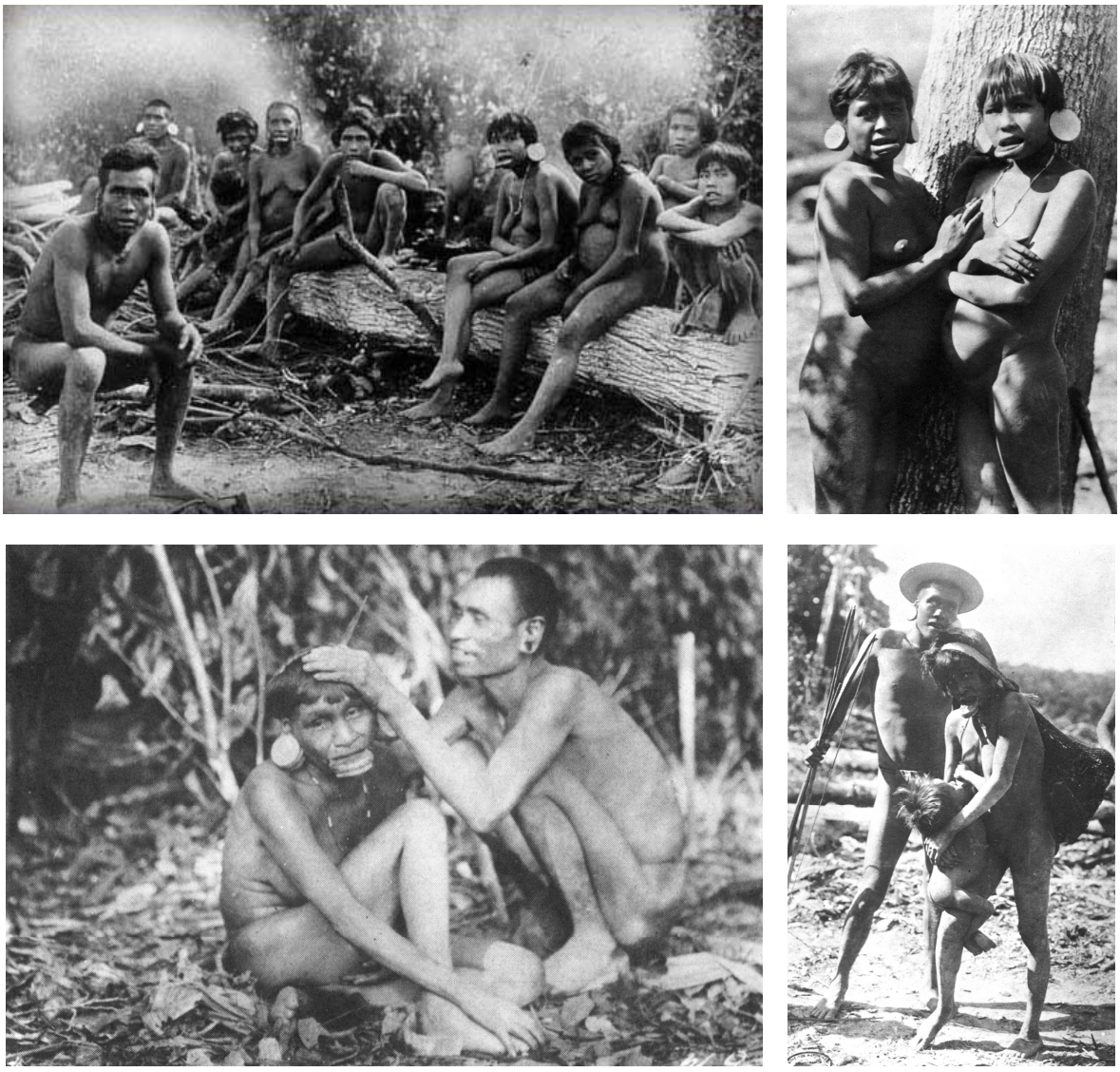


Figura 100: indígenas Botocudo Krenák por volta do início do século XX.
Fonte: a) b) fotografias do Acervo Plinio Ayrosa da USP, s/d (Paraíso, 1998:s/p); c) d) fotografias em Paraíso (1992:423-426).

A família Maxakalí, por sua vez, inclui uma língua homônima que se encontra seriamente ameaçada de extinção, posto que tem apenas umas poucas centenas de falantes entre os cerca de 1.200 indígenas que habitam a TI Maxakalí nos municípios de

Bertópolis e Santa Helena de Minas, na região Vale do Mucuri em Minas Gerais (Figura 101). As línguas Pataxó e Pataxó Hãhãhãe também pertencem a essa família, foram faladas de forma íntegra até meados do século passado, mas estão reduzidas a uns poucos vocábulos e curtas expressões ainda reproduzidos em TIs Pataxó Hãhãhãe nos municípios de Camacan, Pau-Brasil, Itajú da Colônia e Camamu, no Litoral Sul da Bahia, e em TIs Pataxó nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Itabela e Itamaraju, no Extremo Sul da Bahia, e na citada TI Fazenda Guarani, na região Vale do Rio Doce, em Minas Gerais (Figura 102) (DOU de 29 de fevereiro de 2008 [Seção 1]; ISA, 2007; Meader, 1978; Melatti, 2002; Rodrigues, 2005).

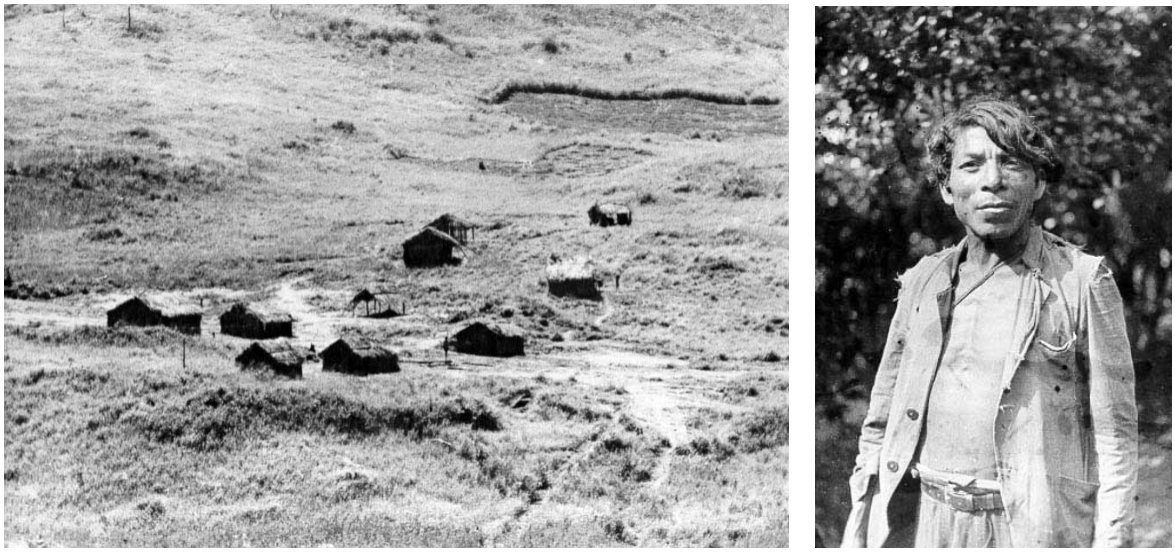


Figura 101: a) assentamento Maxakalí na região Vale do Mucuri, em Minas Gerais; b) homem Maxakalí.
Fonte: a) fotografia de Geralda Soares, em 1985; b) edição de fotografia de Curt Nimuendajú, em 1939.

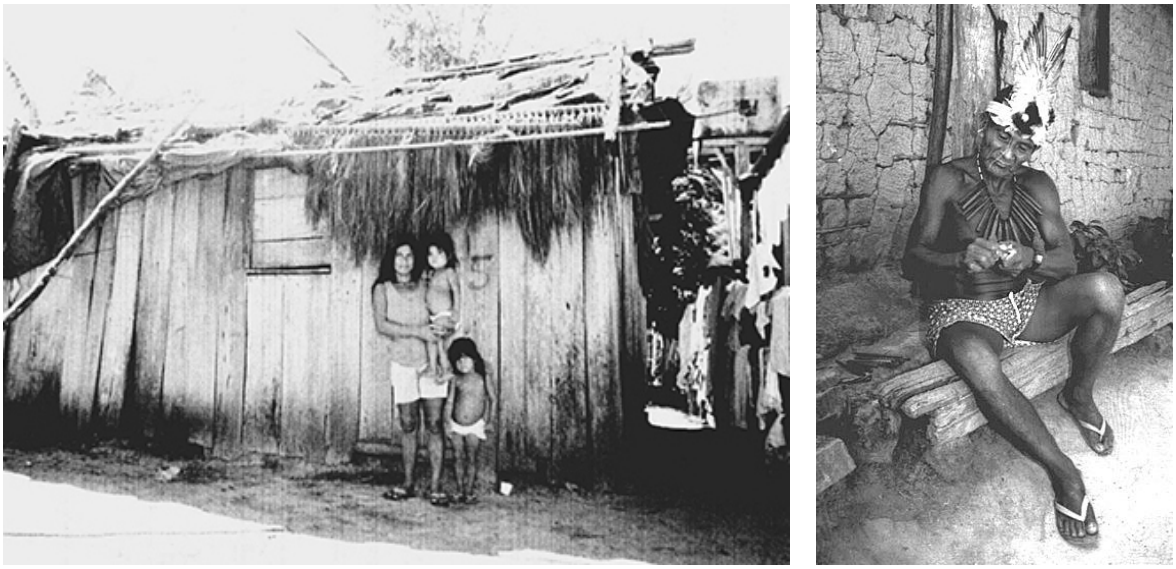


Figura 102: a) mulher e crianças Pataxó na TI de Coroa Vermelha, na orla sul do município de Santa Cruz Cabrália; b) homem Pataxó na TI de Barra Velha, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: edição de fotografias de José Geraldo Pimentel, em 1999 e 2000.

A situação dessas etnias, no entanto, contrasta dramaticamente com a dos seus antepassados até por volta do início do século XIX. Primeiro, porque os falantes de línguas e dialetos Botocudo e Maxakalí constituíam – como atestam inúmeras fontes documentais – uma porção significativa de um populoso conjunto de grupos semi-nômades de filiação lingüística Macro-Jê que habitava as porções interioranas da então densa Mata Atlântica que cobria grande parte das bacias dos rios de Contas, Colônia, Pardo, Jequitinhonha, Buranhém, Jucuruçu, Itanhém, Mucuri, São Mateus, Doce e de rios menores que correm entre eles. Segundo, porque os registros lingüísticos constantes em algumas fontes produzidas no século XIX e nas primeiras décadas do XX (e.g., Saint-Hilaire, 2000 [1833], Wied-Neuwied, 1989 [1820-1821]) e Nimuendajú, 1986 [c.1939]) revelam que esse espaço abrigava uma impressionante diversidade de idiomas Macro-Jê. Como se depreende dessas fontes, ele teria sido território tanto de outras línguas da família Maxakalí – como a Cumanaxó, Kapoxó, Makoni, Malali, Monoxó e Panháme faladas por grupos homônimos – quanto de pelo menos mais uma família Macro-Jê. Denominada Kamakã, ela teria incluído as línguas Kamakã, Kotoxó, Meniã e Mongoyó, extintas sob o peso da colonização européia e luso-brasileira, assim como as línguas Maxakalí acima[61].

Mesmo que o conjunto de informações sobre a distribuição dessas famílias seja um tanto fragmentário, tudo indica que elas conformavam uma das maiores diversidades étnicas e lingüísticas do Brasil e tinham como marca a grande mobilidade e imbricação dos seus territórios (Figura 103). A presença de grupos Botocudo foi assinalada em diversos espaços nas bacias do baixo rio de Contas, do médio rio Pardo e Jequitinhonha, do alto Buranhém e Jucuruçu, do alto e médio Itanhém, Mucuri e São Mateus, e do médio rio Doce. Os Maxakalí, por sua vez, foram documentados em terras interioranas nas bacias do médio rio de Contas, do baixo rio Pardo e Jequitinhonha e dos rios Buranhém, Jucuruçu, Itanhém e Mucuri. Além disso, os seus territórios também incluíram – tal e qual a família Botocudo – parte das bacias do médio Jequitinhonha, do alto Buranhém, Jucuruçu e Itanhém, e do alto e médio Mucuri. Já a família Kamakã foi registrada em espaços entre o baixo Jequitinhonha e os rios Gavião e Gongogi (afluentes meridionais do rio de Contas) e tinha, portanto, parte dos seus territórios contíguo ou justaposto a territórios Botocudo e Maxakalí (Loukotka,1968; Nimuendajú, 1986; Otoni, 2002; Saint-Hilaire, 1974 e 2000; Spix & Martius, 1981; Tschudi, 2006; Wied-Neuwied, 1989).

[61] Outras três famílias lingüísticas Macro-Jê são conhecidas em espaços contíguos a essa rede de bacias hidrográficas: a família Puri, cujo território incluiu grande parte da bacia do Paraíba do Sul; a família Karirí que ocupou porções interioranas de bacias hidrográficas na região Nordeste e Litoral Norte da Bahia e no estado de Sergipe; e a família Jê, com ocorrências na porção ocidental da bacia do São Francisco em Minas Gerais e em outros espaços do Brasil (Figura 99, Figura 103, Figura 126) (Loukotka,1968; Nimuendajú, 1986; Otoni, 2002; Saint-Hilaire, 1974; Spix & Martius, 1981; Tschudi, 2006; Wied-Neuwied, 1989).

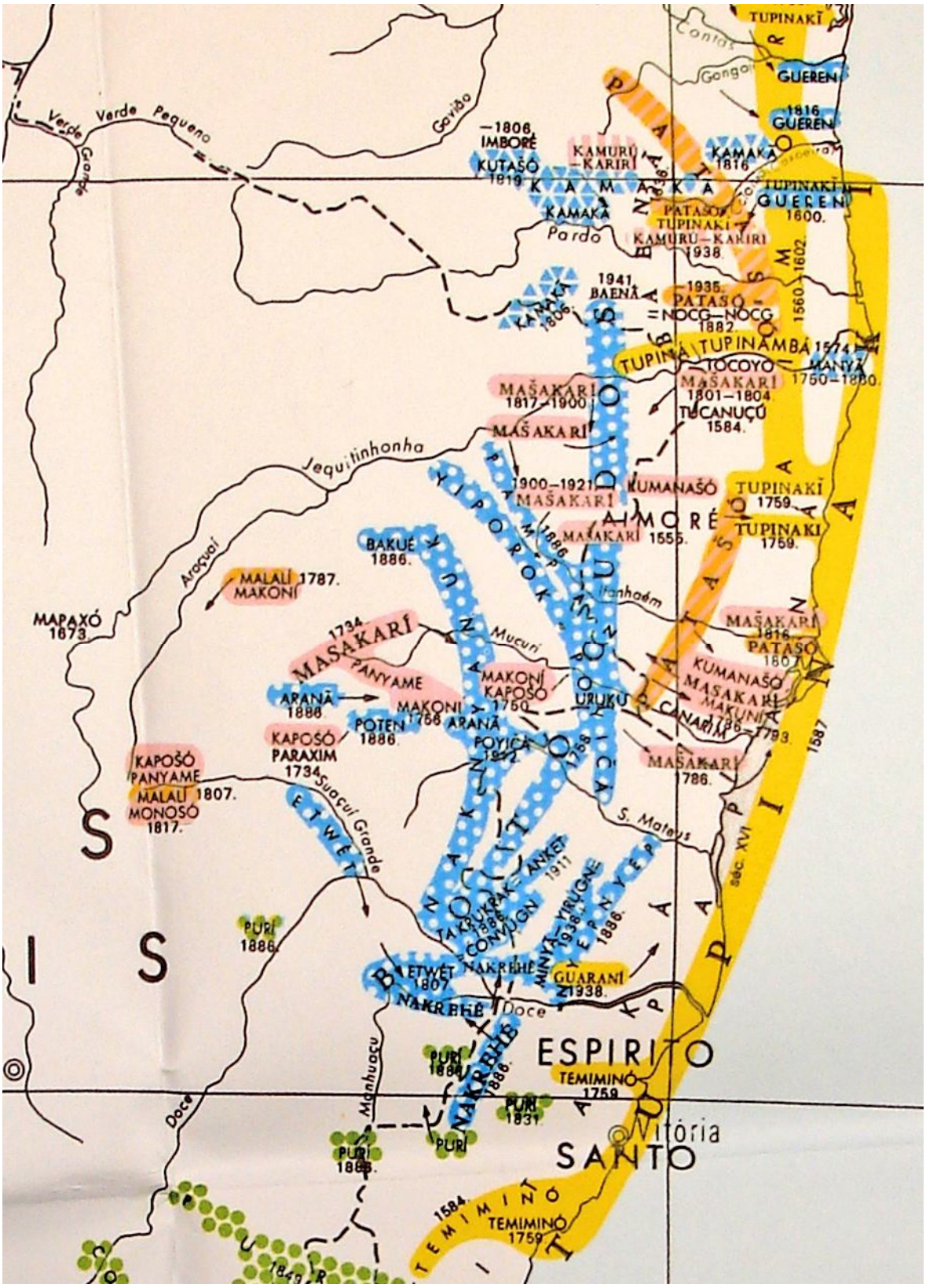


Figura 103: detalhe do *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendajú representando áreas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo onde foi documentada a presença de etnias filiadas às famílias lingüísticas Botocudo, Kamakã e Maxakalí.
Legenda: hachura azul com círculos brancos = família Botocudo; hachura com círculos azuis = família Kamakã; hachura salmão = família Maxakalí; hachura laranja e salmão = línguas Pataxó e Malali (o autor considerava-as como línguas isoladas); hachura em círculos verdes = família Puri; hachura amarela = família Tupi-Guarani; data junto à denominação = "Data da Documentação da Tribo"; setas = "Rumo da Migração da Tribo". Fonte: IBGE (adaptação do mapa produzido por Nimuendajú em 1944).

As fontes documentais dos séculos XVI e XVII que trazem referências sobre os grupos indígenas que habitavam áreas interioranas dessas bacias os trataram por meio, principalmente, dos designativos *tapuia* e *aimoré*[62]. Segundo as interpretações etimológicas mais aceitas, o primeiro tem a sua origem entre os Tupiguarani, significava inimigo, escravo ou bárbaro e era empregado por eles para se referir de forma genérica e aparentemente depreciativa a todo e qualquer grupo indígena não-Tupiguarani. Contudo, o seu sentido etnológico amplo não foi percebido por vários autores quinhentistas e seiscentistas que se apropriaram do mesmo como um etnômio ou adjetivo gentílico específico. Esse equívoco – que se reproduz entre desavisados até hoje – parece ter raízes nos primórdios da presença dos europeus no Brasil e, mais especificamente, no fato dos seus primeiros contatos e alianças com os indígenas terem sido estabelecidos com etnias Tupiguarani que ocupavam o litoral atlântico e a bacia do Paraná-Paraguai. Muitos importantes conhecimentos acerca da América do Sul foram proporcionados por essas relações, mas no seu bojo também se herdou um profundo ódio aos *tapuia* além, é claro, da posição de odiados por eles.

Uma carta do padre jesuíta João de Azpilcueta Navarro, datada da vila de Porto Seguro em 24 de junho de 1555 e dedicada a relatar uma expedição exploratória da qual participara, ilustra bem essa situação. Nascido em data incerta no reino de Navarra, Espanha, ele chegou ao Brasil em 1549 na condição de membro da primeira missão jesuítica que aqui desembarcou e seria conhecido, nas palavras de Afrânio Peixoto, como o "primeiro mestre dos brasileiros na língua nativa, padre bandeirante, inexcedível na obra de conversão do gentio" (*in*: Navarro *et al.*, 1988:54). Em 1553, Navarro, juntamente com 12 portugueses e um número não declarado de indígenas Tupinikín, partiu de Porto Seguro e empreendeu uma longa *entrada* "pela terra dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não têm conto, e tantos rios que em partes, no espaço de quatro ou cinco léguas, passamos cinqüenta vezes contadas por água"[63] (p.172). Em uma passagem da referida carta, ele registrou o contato com alguns indígenas,

> que chamam Tapuzas, que é uma geração de Índios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nus, com cabelos compridos como mulheres: a sua fala é mui bárbara e eles mui carniceiros e trazem flechas ervadas e dão cabo de um homem num momento. Para passar por entre eles, juntamos muitos dos [indígenas] que estão em paz conosco, e passamos com espias adiante, com grande perigo. Um Índio que vinha conosco e era para muito, passou adiante um tiro de besta dos Brancos, e de súbito veio uma manada dos Tapuzas, que, despedaçando-o, o levaram em quartos: e com este

[62] Os designativos *tapuia* e *aimoré* apresentam muitas variações nas fontes documentais, sendo que o primeiro também foi grafado *tapuya*, *tapuza*, *tapuio* etc., ao passo que o segundo também foi grafado *aymoré*, *aymurê*, *amoré*, *amboré*, *guaimoré*, *guamure*, *guaymurê*, *gaymurê*, *gaimare*, *waymoore* etc.

[63] Supõe-se que essa entrada foi comandada pelo castelhano Francisco Bruza (ou Brueza de) Espinosa ou, segundo o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, por Jorge Dias (Navarro *et al.*, 1988:176-177).

> receio, nem os Brancos, nem os Índios ousaram, de então por diante, apartar-se do caminho, pelo qual sofreram muita necessidade até de água (Navarro *et al.*, 1988:174).

O horror e distância guardados aos grupos indígenas que foram objetos desse rótulo tão generalista mascararam muitas das suas especificidades e prejudicaram seriamente a etnografia e produção de conhecimentos sobre eles. Mesmo assim, alguns cronistas quinhentistas foram capazes, pelo menos, de reconhecer que os *tapuia* formavam uma ampla e complexa diversidade lingüística e cultural cujo registro estava longe de ser completado. Um deles foi Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]) no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, citado anteriormente. Segundo esse autor ponderou, "os tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem, [que] para se poder dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vida e costumes; mas, pois ao presente não é possível" (p.259).

Já a etimologia do designativo *aimoré* é controversa, apesar de ter origens indubitavelmente indígenas e, possivelmente, entre os Tupiguarani. Uma interpretação do lingüista Batista Caetano de Almeida Nogueira sugere que ele também teria um sentido bastante genérico e depreciativo, visto que no idioma Tupi Antigo "acha-se *aib-poré*, habitador de brenhas e ainda *ai-boré*, fazedor de mal, malfeitor, podendo ambos receber o demonstrativo *co*, prefixo donde *koaiporé* ou *hoaimoré* ou *guaimoré*" (*in* Cardim, 1980:122). Seja como for, a sua adoção pelos portugueses deu-se de forma etnologicamente mais específica que a do congênere *tapuia*. Os seus mais antigos registros datam de meados do século XVI e se referem a indígenas culturalmente divergentes das etnias de matriz Tupiguarani, com uma notável adaptação às Florestas Ombrófilas e Semi-Deciduais da Mata Atlântica e cujos rápidos e mortíferos ataques assolavam áreas litorâneas das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro[64]. Já no final do século XVI, as fontes documentais apontariam que o território *aimoré* incluía os espaços interioranos limitados ao sul pela baía de Vitória do Espírito Santo, ao norte pelo Recôncavo Baiano e a oeste pela porção oriental da bacia do São Francisco compreendida entre as respectivas latitudes[65] (Figura 104).

---

[64] Um dos mais antigos registros sobre os *aimoré* é de autoria do padre jesuíta Manoel da Nóbrega e consta na sua *Informação das Terras do Brasil*. Escrita provavelmente em 1549, nela se lê que: "Há outra casta de Gentios que chamam Gaimares; é gente que mora pelos matos e nenhuma comunicação tem com os Cristãos (...). Estes Gentios são como gigantes, trazem um arco mui forte na mão e em a outra um pau mui grosso, com que pelejam com os contrários e facilmente os despedaçam e fogem pelos matos e são mui temidos entre todos os outros" (Nóbrega, 1988:97).

[65] A especificidade *aimoré* em relação aos demais *tapuia* também foi reconhecida por Sousa (2001 [c.1587]) que escreveu, baseando-se provavelmente em relatos oferecidos pela história oral indígena, que: "Descendem estes aimorés de outros gentios a que chamam tapuias, dos quais nos tempos de atrás se ausentaram certos casais e foram-se para umas serras mui ásperas, fugindo de um desbarate, em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente; e os que destes descenderam vieram a perder a linguagem e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio de todo este Estado do Brasil" (p.62).



Figura 104: mapa *Brasilia* (1605) de Petrus Montanus e, em detalhe, parte das capitanias do Espírito Santo, de Porto Seguro, de Ilhéus e da Bahia com a designação de alguns grupos indígenas que as habitavam. Observação: esse mapa denomina *Aymures* e *Guaymures* aos habitantes do interior, respectivamente, da *Capitania de Porto Segvro* e da *Cap. de Los Isleos*. No entanto, tal diferenciação deve ser resultado de uma interpretação equivocada de Montanus, pois as fontes quinhentistas e seiscentistas tinham esses designativos e suas variações como sinônimos. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Todavia, nota-se que praticamente todos os europeus que escreveram sobre os *aimoré* comungavam um indisfarçável horror a eles, como se pode aferir, por exemplo, em duas importantes obras quinhentistas sobre a América Portuguesa. A primeira é *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil* de Pero de Magalhães Gandavo. Esse autor nasceu em data incerta, mas sabe-se que descendia de flamengos moradores de Braga, Portugal, freqüentava os circuitos intelectuais lusitanos e foi amigo de Camões, que lhe reconheceu "*claro estylo, ingenho curioso*" (*apud* Afrânio Peixoto *in* Gandavo, 1980:9). Essa obra foi escrita em algum momento entre 1573 e 1575, publicada pela primeira vez em Lisboa em 1576 e considerada uma importante peça de propaganda visando à atração de colonos portugueses para o Brasil, pois buscou, como interpretou o historiador João Capistrano de Abreu, "mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existente, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la"[66] (*in* Gandavo, 1980:15). Mesmo assim, Gandavo (1576) não poupou comentários aterrorizados sobre os *aimoré* e escreveu na sua *Historia da prouincia sacta Cruz* que:

> Outros Índios de outra nação diferente [das Tupiguarani], se acham nestas partes, ainda mais ferozes e de menos razão que estes. Chamam-se Aimorés, os quais andam por esta costa como salteadores, e habitam da Capitania dos Ilhéus até a de Porto Seguro, aonde vieram ter do sertão no ano de [15]55, pouco mais ou menos. A causa de residirem nesta parte mais que nas outras, é por serem aqui as terras mais acomodadas a seu propósito, assim pelos grandes matos que tem onde sempre andam emboscados, como pela muita caça que há nelas, que é seu principal mantimento de que se sustentam. Estes Aimorés são mais alvos e de maior estatura que os outros Índios da terra, com a língua dos quais não tem a destes nenhuma semelhança nem parentesco. Vivem todos entre os matos como brutos animais, sem terem povoações nem casas em que se recolham. São mui forçosos em extremo, e trazem uns arcos mui compridos e grossos conformes as suas forças, e as flechas da mesma maneira. Estes alarves têm feito muito dano nestas Capitanias depois que desceram a esta costa, e mortos alguns Portugueses e escravos, porque são mui bárbaros, e toda a gente da terra lhes é odiosa. Não pelejam em campo, nem têm ânimo para isso: põem-se entre o mato junto de algum caminho, e tanto que alguém passa, atiram-lhe ao coração, ou a parte onde o matem, e não despedem flecha que não na empreguem. As mulheres trazem uns paus grossos à maneira de maças com que os ajudam a matar algumas pessoas quando se oferece ocasião. Até agora não se pode achar nenhum remédio para destruir esta pérfida gente: porque tanto que vem tempo oportuno fazem seus saltos, e logo se recolhem ao mato mui de pressa, onde são tão ligeiros e manhosos, que quando cuidamos que vão fugindo ante quem os persegue, então ficam atrás escondidos atirando aos que passam descuidados: e desta maneira matam muita gente. Pela qual razão todos quantos Portugueses e Índios há na terra, os temem muito: e assim onde os há, nenhum morador vai a sua fazenda por terra, que não leve consigo quinze vinte escravos de arcos e flechas para sua defensão. O mais do tempo andam derramados por diversas partes, e quando se querem ajuntar assoviam como pássaros, ou como bugios, de maneira que uns aos outros se entendem e conhecem, sem serem da outra gente conhecidos. Não dão vida uma só hora a ninguém, porque são mui repentinos e acelerados no tomar de suas vinganças: e tanto, que muitas vezes estando a pessoa viva, lhe cortam a carne, e lha estão assando e comendo à vista de seus olhos. São finalmente estes selvagens tão ásperos e cruéis, que não se pode com palavras encarecer sua dureza. Alguns deles houveram já os Portugueses às mãos: mas

[66] Infere-se que a obra *Historia da prouincia sacta Cruz* foi escrita entre 1573 e 1575 porque ela já faz referência à divisão da colônia em dois governos (ocorrida em 1573) e traz uma carta de aprovação da Inquisição que foi datada de 10 de novembro de 1575.

> como sejam tão bravos e de condição tão esquiva nunca os poderão amansar, nem submeter a nenhuma servidão como os outros Índios da terra que não recusam como estes a sujeição do cativeiro (f.43-44).

O horror causado aos europeus pelos *aimoré* também pode ser exemplificado pela obra *Do principio e origem dos Indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias*, escrita pelo padre jesuíta Fernão Cardim (1980 [c.1600])[67]. Nascido na localidade portuguesa de Viana de Alvito por volta de 1548, ele foi enviado ao Brasil pela Companhia de Jesus em 1583 e aqui permaneceu a maior parte do tempo transcorrido até o seu falecimento na aldeia de Abrantes, Bahia, em 1625. A sua dedicação à catequese em diversos rincões da colônia lhe possibilitou produzir alguns dos mais detalhados relatos sobre as *terras* e *gentes* do Brasil quinhentista e escrever na referida obra, no capítulo intitulado *Da diversidade de nações e línguas*, que:

> Há outras nações contrárias e inimigas destas [Tupiguarani], de diferentes línguas, que em nome geral se chamam *Tapuya*, e também entre si são contrárias; primeiramente no sertão vizinho aos *Tupinaquins* habitam os *Guaimurês*, e tomam algumas oitenta léguas de costa, e para o sertão quanto querem, são senhores dos matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação e costume da andarem pelos matos bravos tem couro muito rijos, e para este efeito açoitam os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andar pelos matos bravos; não tem roças, vivem de rapina e pela ponta da flecha, comem a mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto, usam uns arcos muito grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças. Quando vêm à peleja estão escondidos debaixo de folhas, e dali fazem a sua e são mui temidos, e não ousam sair, nem passam água, nem usam embarcações, nem são dados a pescar; toda a sua vivenda é do mato; são cruéis como leões, quando tomam alguns contrários cortam-lhe a carne com uma cana de que fazem as flechas, e os esfolam, que lhes não deixam mais que os ossos e tripas: se tomam alguma criança e os perseguem, para que a não tomem viva lhe dão com a cabeça em um pau, desentranham as mulheres prenhes para lhes comerem os filhos assados. Estes dão muito trabalho em Porto Seguro, Ilhéus e Camamu, e estas terras se vão despovoando por sua causa; não se lhes pode entender a língua (p.103).

Não obstante o predomínio dos designativos *tapuia* e *aimoré* nas fontes quinhentistas e seiscentistas que versaram sobre os grupos indígenas do interior do Extremo Sul da Bahia e regiões adjacentes, observa-se que um número crescente de novas denominações passa a conviver com as primeiras a partir do final do século XVI. Mesmo que o seu uso seja relativamente raro e descontínuo, elas conformam uma longa lista que inclui designativos como *abatirá*, *angararî*, *aturary*, *gren*, *mainuma*, *paiaiá*, *papanas*, *quigtaio*, *socó*, *tucanuçu* etc. Tal fenômeno pode ser conseqüência da paulatina

[67] A obra *Do principio e origem dos Indios do Brasil* – bem como *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se acham assim na terra como no mar* de autoria também atribuída à Cardim – foram publicadas pela primeira vez em Londres, Inglaterra, em 1625 como parte da coleção *Purchas his Pilgrimes* e sob o título *A Treatise of Brasil written by a Portugal which had long lived there*. Essa versão foi produzida a partir de manuscritos tomados à Cardim e outros jesuítas quando viajavam em 1601 de Lisboa para o Brasil em uma urca flamenga que caiu prisioneira do corsário inglês Francis Cook. Esses documentos eventualmente chegaram às mãos do colecionador Samuel Purchas que os atribuiu erroneamente ao irmão jesuíta Manuel Tristão que assinava algumas receitas medicinais no final dos mesmos. O mal-entendido só foi dirimido em 1881, a partir de estudos de Capistrano de Abreu (Rodolfo Garcia *in* Cardim, 1980).

ampliação dos contatos entre os colonizadores europeus e os indígenas habitando esse espaço, bem como um indício da pouca precisão etnológica do termo *aimoré*. Por exemplo, os autodenominados *gren* – ou Gerén, como ficaram mais conhecidos – formavam um grupo semi-nômade de filiação lingüística Botocudo cujo território no início do século XVII incluía porções da capitania de Ilhéus. Segundo o principal biógrafo da Companhia de Jesus no Brasil, padre Serafim Leite (1945 [V]:216), eles eram considerados então um "garfo" ou subconjunto *aimoré* e exigiram grandes esforços por parte dos jesuítas no sentido da sua "pacificação". Visto que esse feito foi alcançado na década de 1600 pelo irmão Domingues Rodrigues – que teria aprendido a "língua aimorética" – é possível que os Gerén tenham sido um dos primeiros grupos *aimoré* a estabelecer relações relativamente amistosas com os colonizadores europeus.

O uso dos designativos *tapuia* e *aimoré* escasseou significativamente a partir do final do século XVIII, quando os portugueses, e depois os luso-brasileiros, começaram a esquadrinhar e ocupar porções mais interiorizadas das bacias dos rios de Contas, Colônia, Pardo, Jequitinhonha, Buranhém, Mucuri e Doce. Também se observa que as fontes documentais produzidas então passaram a registrar a existência nesse espaço de uma grande variedade de etnias indígenas – que sabemos hoje serem de filiação lingüística Macro-Jê – e a tratá-las por meio de designativos como: *botocudo* ou *batocudo*; *camacã* ou *cuam-acan*; *capucho*, *capoxó* ou *capoxi*; *cumanacho* ou *cumanaxó*; *cutaxó* ou *cotochó*; *machacali*, *machaculi* ou *machacarí*; *maconi*, *macuni*, *mucuni* ou *macuani*; *malali* ou *memali*'; *meniã*, *menien*, *maniã* ou *menhãa*; *mongoió*, *nongoyo*, *nogoió* ou *negoió*; *monoxó* ou *manaxó*; *panháme* ou *panhami*; *patachó* ou *pataxose*; etc. (Figura 105 a Figura 107).



Figura 105: gravuras de Jean-Baptiste Debret intituladas *Índio Camacã-Mongoio* e *Índia Camacã* (c.1820). Fonte: Debret (1978:47- 48).

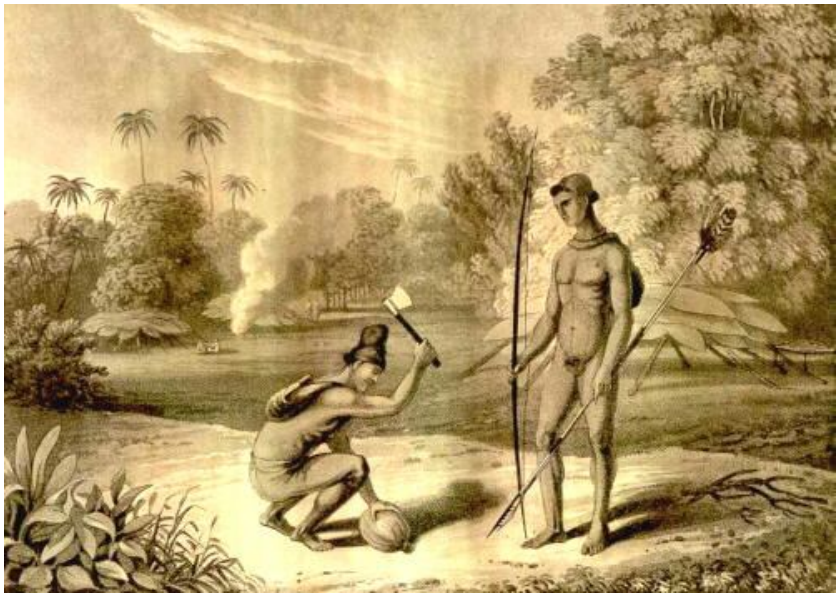


Figura 106: gravura intitulada *Patachos of the Rio do Prado* (c.1820).
Fonte: Wied-Neuwied (1820:247).

Dentre esses grupos indígenas, o que foi mais ampla e detalhadamente documentado foi, sem dúvida, o Botocudo. As principais fontes primárias versando sobre eles foram produzidas por encarregados de missões exploratórias das bacias dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce, como o engenheiro Victor Renault (2002 [1837]) em 1836; por diretores de empresas colonizadoras que foram lá instaladas, como Teófilo Benedito Otoni (2002 [1859]) entre 1847 e 1861; e por naturalistas e etnólogos europeus que registraram os *sertões* da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais no século XIX. Dentre eles, destacam-se nomes como Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]), Auguste de Saint-Hilaire (1974 e 2000 [1833]), Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius (1981 [1831]) e Johann Jakob von Tschudi (2006 [1866])[68].

[68] Wied-Neuwied, nasceu príncipe de um território homônimo na Renânia, Alemanha, em 1782. Chegou ao Brasil em 1815 sob o pseudônimo de Max von Braunsberg e realizou uma série de levantamentos e estudos no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. A obra que produziu a partir dessa experiência foi intitulada *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817* (ou *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817* nas edições lusófonas) e publicada pela primeira vez em Frankfurt em dois tomos (o primeiro em 1820 e o segundo em 1821). Wied-Neuwied faleceu no seu principado em 1867 (Wied-Neuwied, 1989). Saint-Hilaire nasceu em 1779 em Orleans, França. Com formação em botânica, ele chegou ao Brasil no ano de 1816 e aqui permaneceu até 1822 sob o patronato do Museu de História Natural de Paris. Nesse período, realizou levantamentos e estudos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Bahia. A sua produção bibliográfica inclui vários títulos e perfaz a maior coleção de obras produzidas sobre o Brasil por um europeu no século XIX. Saint-Hilaire faleceu em Orleans em 1853 (Saint-Hilaire, 1974 e 2000). Spix nasceu em Höchstadt, Alemanha, em 1781 e Martius em Erlangen, também na Alemanha, em 1794. Com formação, respectivamente, em zoologia e botânica, eles chegaram ao Brasil em 1817 como membros da expedição científica austríaca que acompanhou a grã-duquesa Leopoldina da Áustria, enviada ao país para casar-se com D. Pedro I. Até o ano de 1820 realizaram diversas pesquisas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Dentre as obras que produziram, destaca-se *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820* (ou *Viagem pelo Brasil* nas edições lusófonas) publicada originalmente em München em três tomos (o primeiro em 1823, o segundo em 1828 e o terceiro em 1831). Spix faleceu nessa cidade em 1826, bem como Martius em 1868 (Spix & Martius, 1981). Tschudi nasceu em 1818 em Glarus, Suíça, e estudou ciências naturais e medicina. A sua primeira visita ao Brasil se deu entre 1857 e 1859, no bojo de uma longa viagem de estudos pela América do Sul. Em 1860, ele foi designado embaixador suíço no Brasil, onde permaneceu até 1868. Essas experiências lhe renderam subsídios para escrever seis importantes obras, dentre as quais se destaca *Reisen durch Südamerika* (1866). Tschudi faleceu em 1889.

Como se depreende dos seus registros, o designativo Botocudo é obra de lusófonos, inspirada pelos grandes botoques discóides feitos da leve madeira da *emburé* ou barriguda (*Bombax ventriculosa*) com os quais esses indígenas tradicionalmente adornavam o lábio inferior e os lóbulos das orelhas (Figura 100, Figura 107, Figura 110a). Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]) observou que essa prática era exclusiva dessa etnia e, conforme deixou registrado na sua obra *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, "é inteiramente estranha aos outros tapuias que habitam a costa oriental" (p.287). E mais, que tal prática teria inspirado não apenas a denominação que lhes davam os portugueses e luso-brasileiros, mas também o designativo *epcoseck* (ou grande-orelha) empregado pelos seus vizinhos e inimigos Maxakalí. Entretanto, Wied-Neuwied também observou que os Botocudo tinham uma "grande aversão" a essas formas de tratamento e chamavam a si próprios *engeräck-mung* (p.284).

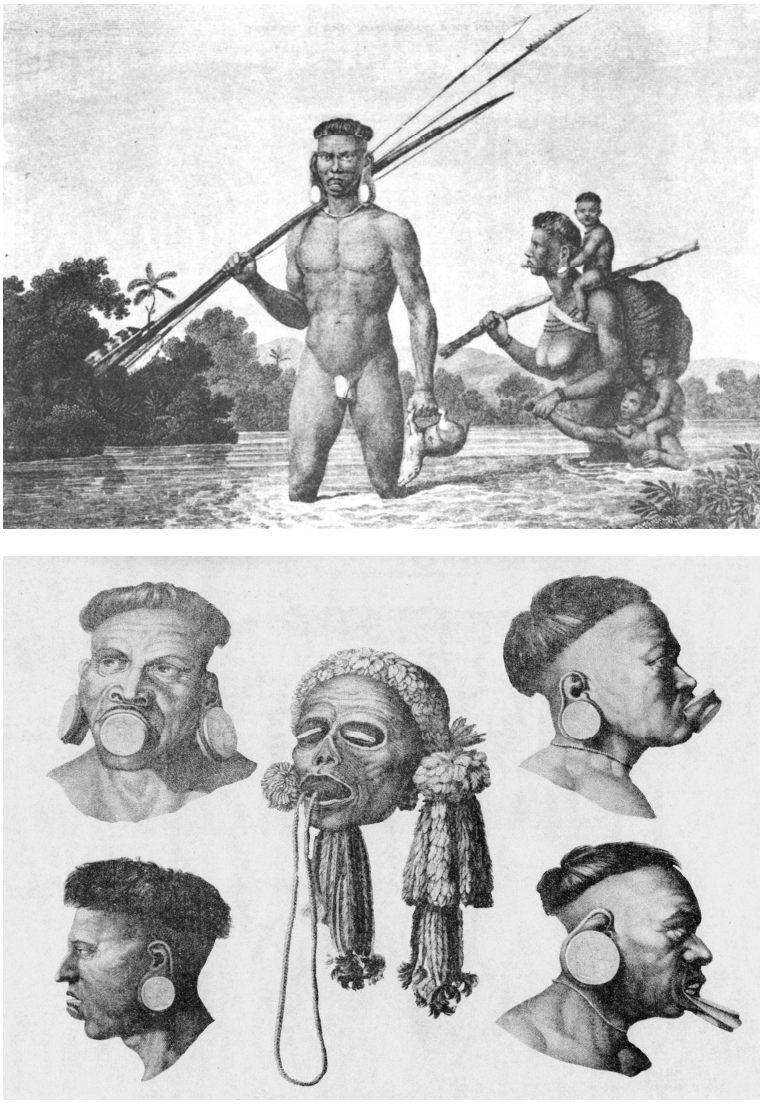


Figura 107: gravuras intituladas: a) *Família de botocudos em viagem* (c.1820); b) *Quatro retratos originais de botocudos e, ao centro, cabeça de múmia* (c.1820).
Fonte: Wied-Neuwied (1989:280-521).

Como se demonstrou posteriormente, os Botocudo constituíam, na verdade, um complexo mosaico sócio-político que não conformava um conjunto necessariamente consonante e também incluía autodenominações tais como *Etwet*, *Jiporok*, *Krak-mum*, *Nak-nenuk*, *Nak-rehé*, *Nep-nep*, *Pejaurum*, *Pojixá*, *Takruk-krak*, *Uti-Krag* etc. Saint-Hilaire (2000 [1833]) foi um dos estudiosos que contribuíram para esse esclarecimento e registrou na sua obra Viagem *pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* que todos os grupos que faziam uso de tais adornos labiais e auriculares falavam um mesmo idioma, tinham costumes similares, "mas não constituem um corpo nacional unido por um governo comum" (p.251). Ao contrário, o conjunto Botocudo era conformado por inúmeras unidades sociais (ou "tribos") "que tem cada qual um chefe independente, e compreendem cerca de cinqüenta a cem guerreiros, sem contar as mulheres e crianças" (p.251). Mesmo que várias alianças entre essas unidades tenham sido registradas, parece ter predominado a ocorrência de cisões e rivalidades tanto entre unidades sociais quanto internamente a cada uma delas. Saint-Hilaire teria ficado tão impressionado com o espírito belicoso dos Botocudo e as intermináveis pelejas entre as "suas várias hordas" que concluiu peremptoriamente que esses indígenas "amam a guerra" (p.257).

Esse julgamento, no entanto, pode ter sido por demais severo – ou mesmo inadequado –, visto que cisões entre unidades sociais de etnias nômades e semi-nômades são muitas vezes parte de uma ancestral estratégia de reprodução que possibilita a constituição de grupos com um menor porte e maior mobilidade, garante uma maior dispersão no território e contribuiu para se evitar o esgotamento dos seus recursos naturais renováveis. Além disso, tais cisões e rivalidades entre e internamente às unidades sociais Botocudo muito provavelmente estavam sendo severamente acirradas pela paulatina diminuição dos seus territórios pelo avanço de populações não-indígenas.

Contudo, os seus ódios mais intensos não parecem ter sido dirigidos aos próprios patrícios, mas principalmente aos vizinhos filiados às famílias lingüísticas Maxakalí e Kamakã além, é claro, aos portugueses e luso-brasileiros. Como escreveu Wied-Neuwied (1989):

> Os Botocudos, numerosos, cônscios de sua força, irrequietos e ávidos de liberdade, raramente vivem em paz com os vizinhos durante muito tempo. Desde a época das primeiras descobertas houve no Brasil, assim como em todas as partes do mundo, povos selvagens em guerra permanente uns com os outros. Nesse caso, estão os Botocudos, que guerreavam ininterruptamente as tribos vizinhas, levando sobre elas a vantagem de serem mais fortes e muito temidos, por terem a fama de antropófagos. Eles repeliram para as altas montanhas de Minas Gerais e Minas Novas outras hordas de selvagens, que quase destruíram, entre as quais as dos Malalis, cujos remanescentes vivem sob a proteção do Quartel de Peçanha, no alto Rio Doce. Já os Maconis, muito mais numerosos, opuseram-lhes maior resistência; segundo o testemunho de pessoas dignas de fé, levam agora vida sedentária e são em grande parte batizados. Esse povo era tido como um dos mais belicosos, sendo feitos no rio Doce grandes elogios à sua bravura. Consideram-no

> alguns uma tribo dos botocudos, o que todavia é errôneo, visto como a língua que falam é inteiramente diferente da destes últimos.
>
> Do lado da costa marítima os Botocudos vivem em guerra com diversas tribos, entre as quais destacam-se particularmente os Patachós e os Machacarís; mais para o interior, com os Panhamis e ainda com outras, mais ou menos a caminho do desaparecimento, como os Capuchos. Todos esses últimos, por serem mais fracos, reuniram-se contra dos botocudos. As próprias hordas de tapuias travam entre si rudes combates, quando por acaso se encontram. Empregam nessas circunstâncias toda a sua astúcia e todo o seu tino de caçadores; é natural, porém, que se deixem mais depressa enganar pelos seus compatriotas do que pelos Brancos. Ordinariamente trava-se terrível batalha (p.310).

O vínculo genealógico entre os *aimoré* documentados nos séculos XVI e XVII e os Botocudo dos séculos XVIII, XIX e XX é postulado em muitas fontes e há, inclusive, quem afirme que eles são simplesmente gerações diferentes de um mesmo grupo indígena. Contudo, entendemos que essas interpretações são no máximo parcialmente corretas e mascaram uma série de questões acerca da ampla e complexa diversidade cultural e lingüística indígena outrora existente entre o Recôncavo Baiano, a baía de Vitória e a bacia do São Francisco. A carência e imprecisão dos dados etnográficos sobre os *aimoré* nos séculos XVI e XVII impedem saber, por exemplo, se incluíam os antepassados dos Botocudo dos séculos XVIII, XIX e XX ou se ambos os grupos apenas compartilharam ancestrais pré-cabralinos e conformavam, portanto, ramos paralelos de uma mesma árvore genealógica.

Questionamentos sobre o alegado vínculo genealógico direto entre os *aimoré* e os Botocudo são bastante raros, mas não constituem um fenômeno recente. Conforme pudemos levantar nas fontes primárias que consultamos, a primeira formulação nesse sentido foi produzida em meados do século XIX por ninguém menos que Teófilo Benedito Otoni, então na direção da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. Ela se encontra em uma longa carta que esse autor datou de 31 de março de 1858 no povoado de Philadelphia, núcleo da atual cidade de Teófilo Otoni (MG), e endereçou a Joaquim Manuel de Macedo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nessa carta – publicada originalmente na *Revista do IHGB* em 1859 sob o título *Notícia sobre os selvagens do Mucury* –, Otoni demonstra uma sensibilidade às questões indígenas rara entre os seus contemporâneos e reclama que a já consolidada crença nesse vínculo genealógico não contava com evidências sólidas. Ele busca então demonstrar que os Botocudo ingressaram no Vale do Mucuri e regiões adjacentes posteriormente aos demais grupos de filiação Macro-Jê que as habitavam, dizimaram grande parte deles e foram erroneamente "proclamados descendentes dos aimorés, quando ao contrário foram os exterminadores e o flagelo dos seus supostos ascendentes" (p.88). Baseando-se nos conhecimentos que colecionava sobre a violenta rivalidade entre os Botocudo e os grupos filiados à família Maxakalí (Malali, Macuni etc.),

ele conclui que os últimos eram os verdadeiros descendentes dos *aimoré*. Mesmo que a tese de Otoni tenha pecado pela fragilidade das suas supostas evidências materiais, por um raciocínio *sui generis* e por conter alguns equívocos grosseiros, ela pode ser considerada, no mínimo, como um esforço que conclama a produção de modelos que melhor expliquem a diversidade cultural e lingüística indígena observada nesse espaço[69].

Nesse sentido, temos que reconhecer inicialmente que não existe qualquer registro lingüístico que comprove cabalmente que os *aimoré* contatados nos séculos XVI e XVII eram falantes de línguas Macro-Jê. Entretanto, a sua filiação a esse tronco é altamente provável em vista das evidências disponíveis sobre as línguas indígenas faladas no Brasil e, particularmente, nas bacias dos rios de Contas, Colônia, Pardo, Jequitinhonha, Buranhém, Jucuruçu, Itanhém, Mucuri, São Mateus e Doce. O primeiro conjunto de evidências consiste na documentação produzida por padres e irmãos jesuítas que se tornaram proficientes em línguas faladas pelos Tupiguarani e *aimoré*. Por mais que a absoluta maioria dos seus registros sobre vocabulários e gramáticas ditas aimoréticas tenha se perdido, todos os documentos remanescentes que oferecem alguma observação sobre essas línguas deixam claro que elas eram radicalmente diferentes das Tupi-Guarani.

Tal argumento não elimina, por si só, a possibilidade dos *aimoré* falarem idiomas, por exemplo, das famílias Arawak ou Karib. Todavia, a sua probabilidade torna-se praticamente nula diante do fato de que os registros lingüísticos a partir do século XVIII indicam, primeiro, que a totalidade dos grupos indígenas que habitaram as referidas bacias eram falantes de línguas Macro-Jê ou Macro-Tupi; e, segundo, que os territórios de todas as famílias que não pertencem a esses troncos estavam a centenas ou, na maioria dos casos, a milhares de quilômetros de distância (Figura 99, Figura 108, Figura 109, Figura 119). Como se não bastasse, a probabilidade dos *aimoré* serem de filiação Macro-Jê ganha ainda mais força quando se considera, como aponta Urban (1992:91), que a grande diversidade e concentração de idiomas Macro-Jê registrada entre o Rio de Janeiro e a Bahia pode ser um indicador que esse espaço foi a área de origem e dispersão desse tronco.

---

[69] As provas materiais nas quais Otoni (2002:87-93) baseava a sua tese consistiam principalmente em sítios e artefatos supostamente arqueológicos descobertos no vale do Mucuri. Segundo o seu relato, eles incluiam peças cerâmicas que supôs serem restos de telhas, um antigo machado metálico fabricado por europeus e aldeias que teriam sido erigidas por antigas etnias, abandonadas em um momento incerto e reocupadas intermitentemente por grupos semi-nômades Botocudo. As características dessas produções não correspondiam aos da rudimentar indústria dos Botocudo e, conforme deduziu Otoni, deveriam ser creditados aos *aimoré*, às suas pilhagens a assentamentos portugueses no litoral e ao aprendizado de novas formas de produção cerâmica por meio do aprisionamento de inimigos ou como prisioneiros momentâneos desses. Dentre os equívocos de Otoni, destacamos os presentes na menção que faz à "botocudos da raça dos tupis, os quais, prosseguindo na invasão e conquista das terras dos tapuios, os esmagaram nos seus últimos esconderijos, e os obrigaram a ir procurar a proteção dos cristãos sob os nomes de macunis, malalis e machacalis" (p.92-93). Como sabemos, os Botocudo eram filiados a um tronco lingüístico distinto do que pertenciam os Tupiguarani – não sendo cabível "botocudos da raça dos tupis" – e não eram propriamente contrários aos "tapuios", mas parte desse grande grupo.

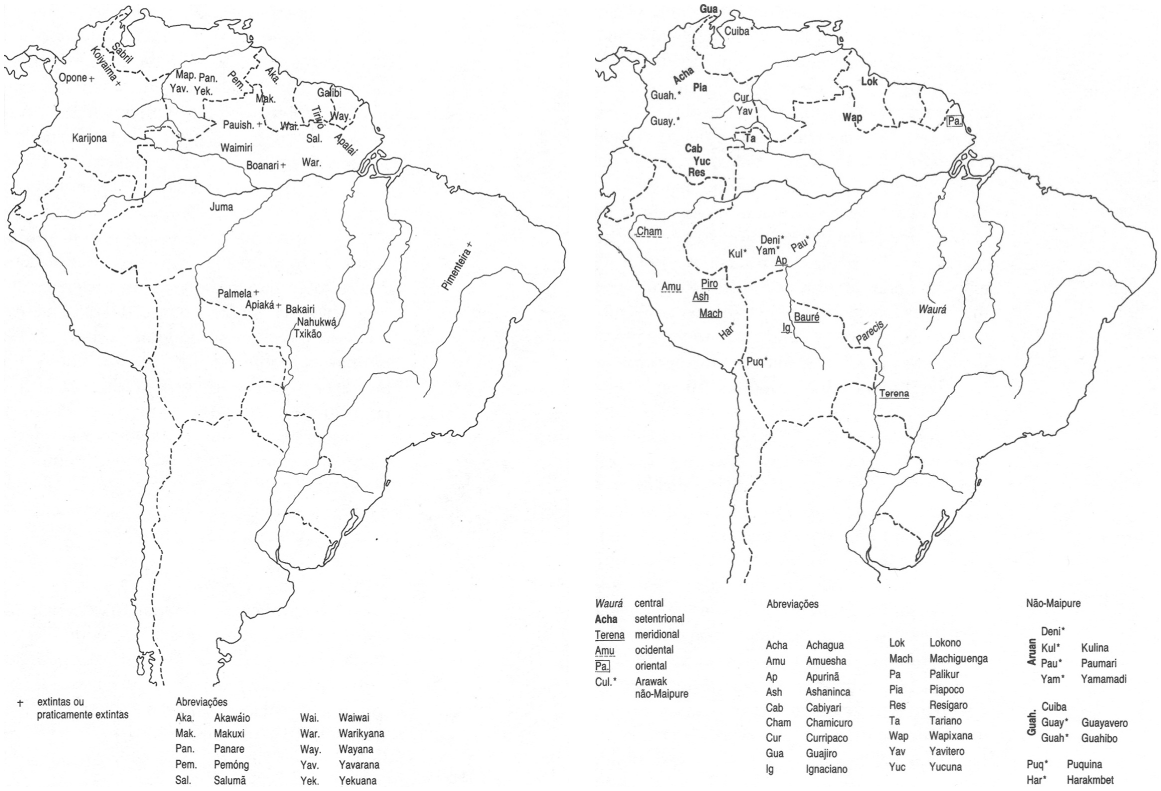


Figura 108: a) mapa da distribuição espacial das línguas Karib conhecidas; b) mapa da distribuição espacial das línguas Arawak conhecidas.
Fonte: Urban (1992:93-95).

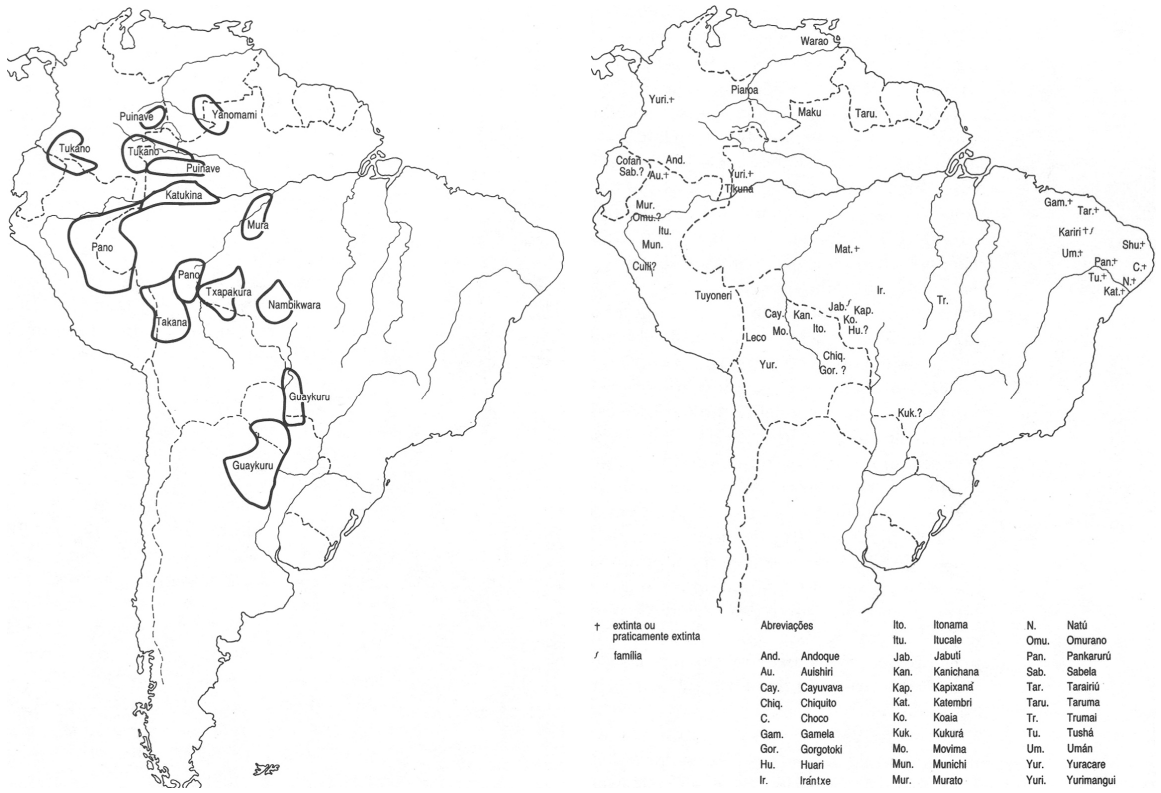


Figura 109: a) mapa da distribuição espacial das línguas das famílias menores conhecidas; b) mapa da distribuição espacial das línguas isoladas e famílias reduzidas conhecidas.
Fonte: Urban (1992:97-99).

Se o tronco lingüístico a que estavam filiados os *aimoré* pode ser deduzido com bastante segurança, o mesmo não acontece em relação a muitas outras características desse grupo. Essa limitação – imposta pela mesma carência de dados que nos obriga a tal exercício dedutivo – impede saber, sobretudo, as etnias que o conformavam, as famílias lingüísticas a que estavam filiados e os seus vínculos genealógicos com outros grupos de filiação Macro-Jê que foram mais bem documentados.

Por um lado, se o grupo *aimoré* era constituído por etnias filiadas a diversas famílias Macro-Jê, fica evidente que as fontes documentais anteriores ao século XVIII – talvez mais interessadas em bestializá-las do que em conhecê-las – foram incapazes de perceber as diferenças que as distinguiam. Nesse caso, também fica claro que o designativo *aimoré* era por demais inespecífico e, assim como o designativo *tapuia*, de pouca utilidade etnológica. Por outro lado, se os *aimoré* eram filiados a um número de famílias lingüísticas Macro-Jê inferior ao registrado a partir do século XVIII, pode-se inferir que enquanto os portugueses viviam os altos e baixos dos dois primeiros séculos da colonização do litoral, uma série de rearranjos territoriais indígenas estava em curso no interior da Bahia e do Espírito Santo por conta do ingresso de outras famílias Macro-Jê.

A elucidação dessas questões, caso seja possível, depende da descoberta de novas evidências documentais, arqueológicas e lingüísticas que por ventura ainda existam. Enquanto isso não acontece, restam-nos apenas alguns dados fragmentários e indícios pouco explorados, a partir dos quais podemos ensaiar conjecturas visando contribuir para a produção de mais conhecimentos sobre o tema. Por exemplo, os *aimoré* e os Botocudo entraram, cada qual no seu tempo, para a história e imaginário português e luso-brasileiro como seres dotados de uma capacidade física e militar sobre-humana, responsável por uma incalculável perda de vidas e prejuízos materiais àqueles que tentaram colonizá-los, exterminá-los ou, simplesmente, cruzar o seu caminho. Essa dimensão algo mitológica onde foram situados, e o fato dos Botocudo terem ocupado espaços tidos anteriormente como territórios *aimoré*, talvez expliquem o vínculo genealógico direto que lhes é atribuído. Entretanto, coloca-se em xeque essa suposta relação – ou pelo menos a afirmação que constituíam diferentes gerações de um mesmo grupo indígena – quando se observa um aspecto aparentemente prosaico da etnografia produzida pelos cronistas quinhentistas e a maioria dos seiscentistas: a inexistência de registros do uso pelos *aimoré* dos distintivos adornos labiais e auriculares Botocudo.

Essa condição é particularmente curiosa quando se considera, primeiro, que tais fontes sempre enfatizavam características indígenas tidas como singulares ou bizarras pela ótica européia; e, segundo, que nenhuma das fontes que versaram sobre os *tapuia* deixou de dar especial destaque aos *aimoré*. Adornos que implicam a mutilação facial têm sido observados entre indígenas brasileiros desde a *Carta de Pero Vaz de Caminha*



e perfazem um sem número de tipologias e significados. Contudo, o *corpus* etnográfico disponível indica que o uso de grandes botoques era relativamente raro mesmo nesse contexto e, portanto, pode ser considerado como um importante delimitador cultural[70]. Aliás, entendemos como improvável que esses adornos labiais e auriculares – denominados respectivamente *gnimá-tó* e *nu-mä* pelos Botocudo – tenham caído nas suas graças somente após o século XVI. Ao contrário, é muito mais factível tratar-se de uma tradição imemorial porquanto relacionada a importantes aspectos e fases da vida social e individual (Saint-Hilaire, 2000; Tschudi, 2006; Wied-Neuwied, 1989). Apesar das dimensões cosmológicas por detrás dessa ornamentação não terem sido devidamente registradas, é presumível que o seu uso possibilitasse a inscrição do sujeito em um campo simbólico altamente compensador e reconfortante dada a quantidade de estorvos físicos que causava. Para além de graves problemas ortodônticos, limitações à alimentação, aumento da vulnerabilidade a acidentes etc., essa tradição parece ter tido repercussões inclusive na fala e idioma dos Botocudo. Tal condição foi observada também por Saint-Hilaire (2000 [1833]) e apontada, assim como o uso de botoques, como elementos que os diferenciavam de outros grupos de filiação Macro-Jê nas vizinhanças e, por extensão, indicavam uma origem cultural diversa. Como ele escreveu:

> A pronúncia dos Botocudos é ainda mais bárbara que as das outras nações indígenas. Não podendo fazer uso do lábio inferior, servem-se ainda mais da garganta e do nariz; tem muitas palavras aspiradas que parecem sair com esforço do fundo da garganta, e que, no meio de um anasalamento gutural extremamente monótono, produzem estrondos de voz que surpreendem quando a eles não se está acostumado.
>
> Algumas das línguas indígenas (...) mantém entre elas relações que indicam origem comum; a dos Botocudos, porém, difere inteiramente desses idiomas; o que, com o uso dos batoques de pau que esses selvagens colocam nas orelhas e no lábio, tende a provar que tem procedência diversa (p.252).

O mais antigo registro de que dispomos sobre indígenas supostamente Botocudo data da década de 1600 e refere-se aos mencionados Gerén “pacificados” pelo irmão jesuíta Domingues Rodrigues na capitania de Ilhéus. Não conheçamos descrições dos indígenas que protagonizaram esse episódio, mas um relatório produzido pelo padre jesuíta Agostinho Mendes por volta de 1720, e sintetizado por Serafim Leite (1945 [V]), informa que eles “traziam furado o lábio inferior com um botoque de madeira e o corpo riscado de várias cores, em sinal de força e das guerras em que tinham andado” (p.225). Um século depois, Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]) conheceu os seus descendentes já cristianizados e habitando sedentariamente aldeamentos jesuíticos nas imediações da

[70] O uso de grandes botoques também era praticado, e em menor medida ainda é, por etnias indígenas como a Canela e Kayapó. Contudo, os registros etnográficos que conhecemos indicam a sua aplicação apenas no lábio inferior ou nos lóbulos das orelhas.

vila de Ilhéus. Mesmo que esses Gerén já houvessem sofrido uma profunda aculturação, Wied-Neuwied percebeu que tinham a mesma origem de grupos Botocudo culturalmente mais íntegros, pois "a perfeita semelhança da língua desses dois povos prova-o indiscutivelmente. Pessoas que há trinta anos os viram dizem que, então, usavam batoques nas orelhas e no lábio inferior, e os cabelos cortados em coroa" (p.344).

Ainda que os Gerén tenham sido considerados um "garfo" ou subconjunto *aimoré*, a história do seu contato com os europeus sugere que os Botocudos podem ter alcançado a zona costeira da Bahia e do Espírito Santo somente a partir do início do século XVII e, portanto, que não eram constituintes do grupo *aimoré* quinhentista. Caso essa hipótese seja verdadeira, ela corrobora parte da tese de Otoni (2002 [1859]) e coloca as etnias de filiação lingüística Maxakalí e Kamakã na posição dos mais prováveis constituintes desse grupo. Outro indício do ingresso relativamente recente dos Botocudo nesse espaço é dado pelo lingüista Cestmír Loukotka (1968), uma vez que sustenta que os grupos sob essa denominação falavam apenas uma língua com diversos dialetos. Essa situação ainda não foi completamente demonstrada, mas caso tenha ocorrido de fato, é altamente provável que tenha ocorrido simplesmente porque os grupos Botocudo não tiveram tempo para experimentar um processo de fracionamento, distanciamento e diferenciação cultural que redundasse na geração de várias línguas. E some-se a isso uma observação realizada por Tschudi (2006 [II] [1866]) na década de 1860:

> Linguisticamente, todos dos botocudos pertencem a uma mesma nação, mas as diversas tribos falam dialetos diferentes. É notável o fato de que entre esses povos primitivos se formem dialetos entre algumas famílias que se separam do ramo principal e mantêm uma vida mais ou menos isolada. Constituem, assim, um vocabulário diferenciado e original (p.266).

Essa hipótese é reforçada pelo fato de que os Maxakalí e Kamakã – tidas como socialmente mais coesos que os Botocudo – já eram falantes de diversas línguas no século XIX. E finalmente, a probabilidade dos Botocudo não serem constituintes do grupo *aimoré* é reforçada por um instigante comentário de Gandavo (1980) no seu *Tratado da terra do Brasil*, escrito por volta de 1560[71]. Conforme alega em uma passagem dedicada

[71] Uma vez que essa obra só foi publicada a partir de 1826 e não oferece o ano da sua redação, diversos estudiosos têm buscado situá-la cronologicamente. Capistrano de Abreu (*in* Gandavo, 1980:13) postulou que ela teria sido escrita entre 1558 e 1572 visto que Gandavo teria entrado no Brasil durante o governo de Mem de Sá (1558-1572) e não se refere à divisão do Brasil em dois governos (1573) no seu *Tratado da terra do Brasil* como fez na sua *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil*. Não obstante essa afirmação, entendemos que a leitura comparada de alguns trechos das duas obras oferece condições para que estabeleçamos uma aproximação mais precisa de quando foi escrito esse *Tratado*. Para tanto, basta cotejar trechos dessas obras onde Gandavo se refere aos *aimoré*: no *Tratado* se lê que "pelas terras desta capitania [de Ilhéus] até junto do Espírito Santo, se acha uma certa nação de gentio que veio do sertão *há cinco ou seis anos* [grifo nosso]" (Gandavo, 1980:34). Já na sua *Historia*, o autor relata que esses indígenas "andam por esta costa como salteadores, e habitam da Capitania dos Ilhéus até a de Porto Seguro, aonde vieram ter do sertão *no ano de [15]55 pouco mais ou menos* [grifo nosso]" (Gandavo, 1576:f.43). Se essas informações estão corretas e tomarmos o "pouco mais ou menos" como um ano para mais e para menos – como o próprio Gandavo faz no trecho comparado –, deduz-se que o seu *Tratado* foi escrito entre 1559 e 1562.

a descrever os *aimoré* e seus ataques a assentamentos coloniais portugueses nas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, esses indígenas teriam se aproximado do litoral porque “outros índios contrários destes, vieram sobre eles a suas terras, e os destruirão todos e os que fugirão são estes que andam pela Costa” (p.34)[72]. Seriam os “outros índios” os Botocudo? Seriam os “que andam pelas costas pela Costa” os Maxakalí e Kamakã?



Figura 110: gravuras de Johann Moritz Rugendas intituladas: a) *Botocudos* (1835); b) *Machacaris e Camacan* (1835).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A origem geográfica dos Botocudo é incerta, mas sabe-se que o seu ambiente por excelência foram as florestas da Mata Atlântica e que os seus territórios incluíam, no século XIX, grande parte das bacias dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Buranhém, Jucuruçu, Itanhém, Mucuri, São Mateus e Doce (Figura 103). Essa situação torna factível que o seu ingresso no Extremo Sul e Litoral Sul da Bahia tenha se dado a partir das cabeceiras dessas bacias em Minas Gerais e no sertão da Bahia ou mesmo de porções da Mata Atlântica na bacia do São Francisco. A última foi ocupada pelos Tupiguarani em tempos pré-cabralinos e, como bem se sabe, seria ocupada pelos portugueses e luso-brasileiros a partir do século XVI.

Uma intrigante questão acerca da origem dos Botocudo foi colocada recentemente pelo geneticista Sérgio Danilo Junho Pena do ICB/UFMG a partir da

[72] A passagem de onde foi retirada esta citação encontra-se transcrita na íntegra na página 197 deste estudo.

análise do DNA mitocondrial (mtDNA)[16] de 74 habitantes de Queixadinha, no município de Caraí, região Vale do Jequitinhonha. Vivendo em relativo isolamento espacial e tidos como descendentes dos Botocudo, se constatou entre eles a predominância do haplótipo C do mtDNA – raro em populações indígenas de Minas Gerais, majoritariamente com haplótipos A e B – e duas matrilinhagens que nunca haviam sido descritas nas atuais populações ameríndias. Como explica Marcelo Leite em matéria publicada na revista científica *Pesquisa FAPESP* de janeiro de 2005:

> O resgate dos botocudos ao qual Pena se dedica é derivado de um de seus trabalhos mais conhecidos, a constatação de que a população atual do Brasil, ao menos no que se refere às linhagens maternas, é uma das mais miscigenadas do mundo: 39% de contribuição européia, 33% índia e 28% africana. (...) Um dos grupos de amostras usados nesse trabalho provinha de Queixadinha (...). Se existissem vestígios de DNA botocudo na população atual, é certo que estariam no mtDNA – e não nos cromossomos Y, que passam de geração a geração apenas entre homens (e são por isso úteis para reconstituir patrilinhagens). Afinal, o padrão consagrado de genocídio e limpeza étnica implica exterminar os homens e absorver as mulheres. Nas linhagens masculinas brasileiras, a contribuição é quase exclusivamente do colonizador europeu (98% do total): a pesquisa no cromossomo Y de brasileiros de hoje vai revelar sobretudo marcadores herdados dos senhores portugueses, enquanto no mtDNA é possível encontrar a herança genéticas, das mulheres índias e negras que os colonizadores tomavam para seu desfrute. (...) A alta freqüência [do haplótipo C] sugere que essas matrilinhagens sejam características dos botocudos que habitavam a região. O interesse na história dos botocudos tem um componente adicional. Relatos históricos e restos preservados no Museu Nacional (RJ) indicam que essa etnia possuía a morfologia craniana mais similar à dos esqueletos conhecidos como homens de Lagoa Santa, grupo do sítio em Minas Gerais que inclui os restos de Luzia, os mais antigos de um ser humano nas Américas [Figura 7, Figura 111].

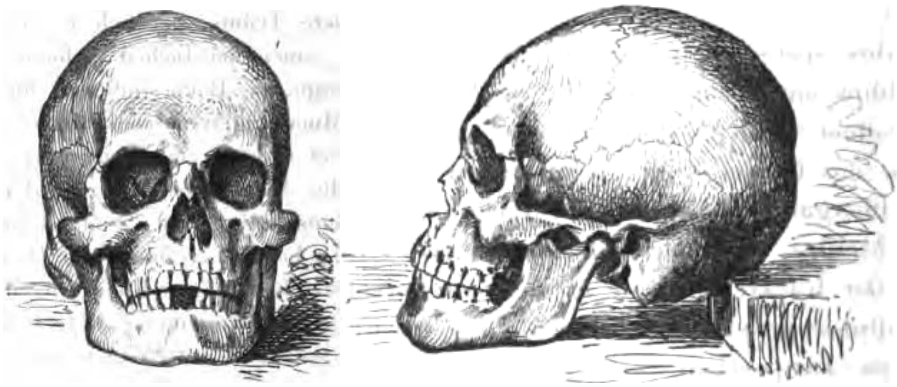


Figura 111: o crânio do cacique Botocudo Porokum, morto nas imediações do povoado de Santa Clara, núcleo da atual cidade de Nanuque (MG), e adquirido por Tschudi na década de 1860.
Fonte: Tschudi (1866:328).

De qualquer maneira, não há dúvida que o interior das porções meridionais da Bahia, setentrionais do Espírito Santo e orientais de Minas Gerais abrigaram uma ampla diversidade lingüística Macro-Jê contemporaneamente à colonização portuguesa e luso-brasileira. Diversidade essa que pode ter sido superior à documentada, mascarada por designativos generalistas e exterminada sob o peso da Conquista. A propósito, quando

se considera que mais de 1.200 línguas eram faladas no atual território nacional no final do século XV (Rodrigues, 1993 e 2005), não estamos diante apenas de um cifra que contribuiu, como destaca Hans Joachim Störig (1990), para fazer da América do Sul "um dos territórios lingüisticamente mais ricos do planeta" (p.214). Estamos frente a um estoque lingüístico muito mais numeroso e complexo que o conformado então pelo tronco indo-europeu no Velho Mundo, e cujo recorte revela dados impressionantes. Por exemplo, através de um cálculo absolutamente grosseiro e tendente à subestimação, pode-se inferir que quando o português desembarcou no Brasil pelo menos 35 línguas eram faladas apenas nas regiões Extremo Sul, Litoral Sul e Sudoeste da Bahia, Litoral Norte, Noroeste e Central do Espírito Santo e Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri e Jequitinhonha de Minas Gerais[73].

Não obstante os pecados etnográficos das fontes documentais produzidas entre os séculos XVI e XIX e o estado ainda incipiente das pesquisas arqueológicas no Extremo Sul da Bahia, elas constituem os principais mananciais de dados sobre as etnias de filiação cultural Aratu e lingüística Macro-Jê que habitaram a região e sobre as suas contribuições para a produção desse espaço. Nesse âmbito destaca-se, como aprofundaremos mais adiante, a resistência que colocaram à interiorização da colonização portuguesa e luso-brasileira por meio de incontáveis ataques aos seus assentamentos e da constituição de uma linha de defesa que contribui decisivamente para mantê-la restrita à zona costeira por mais de três séculos. Tal situação, no entanto, não foi acarretada apenas pela sanha expansionista e práticas escravistas dos portugueses, nem tampouco pelo espírito guerreiro atribuído aos *tapuia*. Ao que tudo indica, o seu fundamento primordial data de tempos pré-cabralinos e está relacionado ao grande movimento colonizador levado a cabo por etnias Tupiguarani. Movimento esse que ao atingir o litoral do Extremo Sul da Bahia, teria acarretado a eliminação ou a expulsão para espaços interioranos dos seus habitantes de filiação Aratu e Macro-Jê em algum momento no máximo 215 anos antes dos portugueses pisarem pela primeira vez em terras brasílicas. Quando a armada cabralina constituiu as primeiras bases das alianças portuguesas com a etnia Tupiguarani que habitava o litoral da região, ela inadvertidamente colocou todos os seus futuros colonizadores na condição de destinatários do ódio e flechas *tapuia*.

[73] Essa estimativa toma a área oficial do Brasil (8.514.876,599 km^2), a divide por 1.200 línguas, obtém o valor de uma língua para cada 7.095,730 km^2, o divide pela área total dessas regiões (247.487,089 km^2) e alcança 34,88 línguas. Um cálculo mais preciso deveria eliminar áreas do país que eram pouco afetas à ocupação humana no século XV, destacar as mais atraentes, ponderar que espaços como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e a bacia do Paraná-Paraguai concentravam a maior parte das populações indígenas e considerar que as regiões baianas, capixabas e mineiras em questão podem ter constituído a área de origem e dispersão do tronco Macro-Jê. Enfim, um belo desafio para a demografia.

a cultura tupiguarani

Em algum momento no primeiro milênio antes de Cristo, teve início na Amazônia Central brasileira a expansão de uma cultura que lograria ocupar vastas porções das terras baixas da América do Sul e, principalmente, da bacia do Paraná-Paraguai, da bacia do São Francisco e do litoral atlântico. Denominada genericamente Tupiguarani, ela seria reproduzida pelo que parece ter sido o maior conjunto étnico indígena documentado etnográfica e arqueologicamente no Brasil. As motivações que animaram o movimento que acarretou tamanha distribuição são incertas e, como veremos, podem ter incluído até mesmo questões de foro religioso. Todavia, não há dúvida que ele se deu sobre domínios de outras culturas, provocou o extermínio, colonização ou expulsão de muitas das etnias que as reproduziam e acarretou uma profunda reconfiguração do mapa de territorialidades indígenas constituído até então.

Quando os europeus iniciaram a sua presença na vastidão que conformaria o território brasileiro, eles encontraram esse movimento de expansão ainda em curso e a maior parte dos espaços que primeiro lhes interessaram sendo habitados por etnias Tupiguarani. Apesar dos muitos hiatos no conhecimento acerca das características e repercussões desse encontro entre cosmologias tão diversas, os registros disponíveis são suficientes para inferir que as relações entre elas e os colonizadores europeus tiveram desdobramentos bem mais profundos do que geralmente se crê. Como veremos, tais relações desempenharam um papel capital no destino das empresas e das próprias vidas dos seus protagonistas e, sobretudo, foram determinantes de incontáveis feições do Brasil contemporâneo e, particularmente, do Extremo Sul da Bahia.

As etnias Tupiguarani – mesmo que praticamente extintas no litoral atlântico por volta do final do século XVII e severamente reduzidas nas bacias do Paraná-Paraguai e do São Francisco no final do século XVIII – sustentaram a cultura pré-cabralina melhor documentada pelos colonizadores europeus. Por meio das suas crônicas, cartas, relatórios, iconografias e cartografias nos foi legado um conjunto de dados sobre essas etnias incomparavelmente superior ao versando sobre os *tapuia*, não obstante o seu caráter muitas vezes superficial, generalista, fragmentário, etnocêntrico e colonialista.

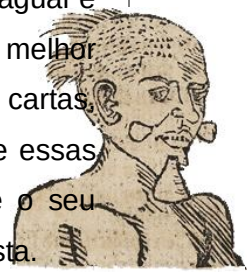




Figura 112: gravuras quinhentistas representando guerreiros Tupiguarani.
Fonte: a) Staden (1557:s/p); b) Léry (1570:231).

O interesse europeu em estabelecer formas de acesso, exploração e controle dos recursos naturais na América do Sul possibilitou que muitas etnias e territórios Tupiguarani fossem documentados ainda no século XVI. No entanto, a análise das principais fontes do período revela que as formas de organização sócio-política desses indígenas foram compreendidas de maneira superficial e fragmentária. Termos como *nação*, *casta*, *geração* e *bando* foram larga e indistintamente utilizados para se referir a unidades sociais de diversas escalas e matizes e mostraram-se incapazes de traduzir claramente os seus arranjos[74]. Não obstante essas limitações, as principais fontes quinhentistas oferecem informações que permitem pelo menos uma idéia geral da distribuição espacial das principais etnias Tupiguarani contatadas então pelos europeus.

Como se depreende das narrativas de autores como Manoel da Nóbrega (1988 [1549-1560]), João de Azpilcueta Navarro (1988 [1550-1555]), José de Anchieta (1988 [1554-1594]), Hans Staden (1930 [1557]), André Thevet (1978 [1557]), Ulrich Schmidel (1903 [1558]), Jean de Léry (1980 [1570]), Pero de Magalhães Gandavo (1980 [1576]), Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]), Fernão Cardim (1980 [c.1600]), entre outros, o conjunto de etnias Tupiguarani contatadas até o final do século XVI encontrava-se organizado, *lato sensu*, segundo dois grandes subconjuntos.

[74] O termo *nação*, por exemplo, mesmo sendo o mais utilizado nessas fontes, é originário de um *constructo* fundamentalmente europeu que pode ter pouca ou nenhuma correspondência com os arranjos geopolíticos das etnias pré-cabralinas e cujo emprego deve-se dar com reservas, sob pena de se provocar mais mal-entendidos que elucidações.

O mais meridional deles – e, aparentemente, o mais populoso, denso e diversificado – era constituído por etnias cujos modos de produção e reprodução adaptaram-se a variados ambientes tanto em áreas da bacia do Paraná-Paraguai nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul e em países vizinhos quanto ao longo do litoral entre o estuário do rio da Prata e a região de Cananéia-Iguape, no estado de São Paulo. Esse subconjunto foi denominado Carijó ou Carió nas fontes documentais produzidas até meados do século XVI, mas a partir de então, passa a ser cada vez mais freqüente o uso do designativo Guarani para se referir ora à totalidade desse subconjunto, ora exclusivamente a etnias Tupiguarani situadas na bacia do Paraná-Paraguai. Nesse último caso, mantinha-se o uso do designativo Carijó ou Carió para se referir à etnia ou etnias que habitavam terras litorâneas entre o rio da Prata e Cananéia-Iguape[75].



Figura 113: gravura intitulada *Die Carios in Paraguai* (1539).
Fonte: Lehmann-Nitsche (1912:20).

O segundo grande subconjunto Tupiguarani contatado pelos europeus no século XVI era denominado Tupinambá e nos interessa em particular devido à sua presença no Extremo Sul da Bahia. Contrariamente ao senso comum – e a diversas fontes primárias e

[75] A razão para essa mudança de designativos não é explicitada nas fontes que conhecemos, mas é factível que esteja relacionada à maior interiorização da colonização portuguesa e espanhola durante o século XVI e, correspondentemente, a um maior conhecimento da autodenominação desses grupos Tupiguarani. Segundo aponta Sílvia Schmuziger Carvalho (1992): "Na orla marítima, os Cario, sujeitadas as suas parcelas Jaguarón e Tobati em 1536, após uma grande batalha em Ytá, passam a ser chamados, desde então, de Guarani" (p.462). Entretanto, os designativos Carijó e Carió continuaram a ser empregados em fontes posteriores. Por exemplo, Anchieta (1988) escreveu no final de 1584 que: "Todo este gentio desta costa [da capitania de São Vicente até a lagoa dos Patos], que também se derrama mais de 200 léguas pelo sertão, e os mesmos Carijó que pelo sertão chegam até as serras do Peru, têm uma mesma língua" (p.310). Já Cardim (1980), ao se referir no final do século XVI à "nação [que] se chama *Carijó*", relatou que as suas populações "habitam além de São Vicente como oitenta léguas (...); destes há infinidade e correm pela costa do mar e sertão até o Paraguai, que habitam os castelhanos" (p. 103). De qualquer maneira, toda vez que empregamos o etnômio Guarani neste estudo estamos nos referindo, salvo apontamento em contrário, a todo o grande subconjunto Tupiguarani cujos territórios ocorriam na bacia do Paraná-Paraguai e ao longo do litoral entre o rio da Prata e Cananéia.

secundárias – esse designativo não era exclusivo de qualquer etnia Tupiguarani vivendo ao norte dos territórios Guarani, mas aplicável a todas elas. Segundo esclarece o sociólogo, escritor e tradutor Sérgio Milliet, ao explicar o emprego do termo "tupinambás tupiniquins"[76] por Léry (1980 [1570]) em *Viagem à terra do Brasil*:

> o designativo *Tupinambá* é o mais geral, sendo *Tupiniquim* o de uma de suas parcialidades. É como se disséssemos hoje paulistas campineiros, pernambucanos recifenses ou fluminenses cariocas. Demais, é preciso ter presente que cada grupo tupiguarani poderia ser indicado por dois, três ou mais nomes, isto é: um próprio que os mesmos indivíduos do grupo se atribuíam ou conservavam por tradição, e outros, em geral pejorativos ou laudativos, dados pelos vizinhos quando inimigos ou amigos. Daí o erro de supor-se existência de grande número de tribos tupis, em função apenas de simples alcunha (p.183, nota 414).

Como se depreende das fontes quinhentistas, a etnia Tupinambá mais meridional era denominada Tupinikín e habitava uma estreita extensão do litoral entre a região de Cananéia-Iguape e Ilhabela, no estado de São Paulo, e vastas áreas no contíguo Planalto Paulista. A zona costeira entre Ilhabela e as imediações do cabo de São Tomé, no estado do Rio de Janeiro, assim como parte do vale do Paraíba do Sul, eram domínios de uma etnia Tupinambá chamada Tamoio. No final do século XVI, há um registro – oferecido por Cardim (1980 [c.1600]:103) – de uma unidade social de nome Ararape que ocupava áreas "no sertão" e seria remanescente de grupos Tamoio desalojados do litoral pelos portugueses. A maior parte da zona costeira do Espírito Santo, entre o limite meridional desse estado e o rio São Mateus, parece ter sido habitada pela etnia denominada Temiminó. Entretanto, há informações indicando que após a sua participação, ao lado dos portugueses, na expulsão dos franceses e seus aliados Tamoio da baía de Guanabara em 1567, eles passaram a também ocupar esse espaço.

Já a zona costeira do Espírito Santo ao norte do rio São Mateus – e a zona costeira das regiões Extremo Sul e Litoral Sul da Bahia (até a baía de Camamu) – foram bastante documentadas como sendo territórios, assim como o Planalto Paulista, dos Tupinikín. Contudo, há fontes quinhentistas como Léry (1980 [1570]), que apontaram a existência nesse espaço de grupos de filiação Tupiguarani denominados "*markayá*" e "*tuaiá*". Todavia, nada indica que esses grupos devam ser considerados como etnias, mas apenas e tão somente como unidades sociais que formavam a etnia Tupinikín e podiam ser designadas, como ensina Milliet (*in* Léry, 1980), Tupinambá Tupinikín Markayá e Tupinambá Tupinikín Tuaiá, respectivamente.

Ao norte da baía de Camamu iniciava-se a presença de uma etnia Tupinambá cujo território incluía o Recôncavo Baiano e demais terras litorâneas até a foz do rio Real,

[76] "*Touou-pinambaoults Toupinenquin*" no original (Léry, 1570:218).



no limite setentrional do estado. Apesar de muito documentada, não são conclusivos os dados sobre denominações mais específicas dessa etnia, pois as fontes quinhentistas a trataram, via de regra, por meio do designativo genérico Tupinambá[77]. A zona costeira de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, assim como o curso final do São Francisco, parecem ter sido domínios dos chamados Kaeté. Subindo esse rio até a altura do sertão pernambucano, ingressava-se nos domínios de uma etnia Tupinambá (ou conjunto de etnias) denominada, na maior parte das fontes, Tupinaé. O seu território teria incluído diversas margens e ilhas do São Francisco, pode ter se estendido até as suas cabeceiras em Minas Gerais e, por conseguinte, se avizinhado dos territórios Tupinikín no Planalto Paulista e dos Guarani na bacia do Paraná-Paraguai[78]. Finalmente, a zona costeira da Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará teria sido domínio dos chamados Potiguara e de um possível grupo Tupinambá registrado por Cardim (1980 [c.1600]:102) sob a denominação de Viatã, mas extinto nas últimas décadas do século XVI[79].

As fontes documentais quinhentistas e os registros arqueológicos de que dispomos não oferecem evidências ou indícios de que grupos Tupinambá tenham avançado para além do litoral cearense antes da segunda metade do século XVI, seja dando continuidade ao seu movimento de expansão, seja fugindo da colonização européia em terras ao sul[80]. Contudo, a presença Tupinambá seria registrada a partir de então no Maranhão, no Pará e na ilha de Tupinambarana no Amazonas (Abbeville, 1975 [1614]). Outros grupos de filiação Tupiguarani vivendo em regiões mais interiorizadas da Amazônia (inclusive na Bolívia e no Peru) também seriam identificados posteriormente pelos europeus e luso-brasileiros. Todavia, como se demonstrou no século XX, a maior parte deles – ao contrário dos Tupinambá da Amazônia Oriental – habitava esses espaços desde séculos antes do ingresso europeu na América (Métraux, 1927; Prous, 1992; Rodrigues, 1999; Urban, 1992).

---

[77] Diversos mapas quinhentistas e seisecentistas representando a capitania da Bahia e seus principais grupos indígenas – como o mapa *Brasilia* de Petrus Montanus (Figura 104) – grafam o designativo "*Tupinambazes Maraquites*" nas imediações do Recôncavo Baiano e possibilitam interpretar que essa era a designação da etnia Tupinambá que habitava esse espaço. Entretanto, o *Regimento* que Tomé de Sousa recebeu do rei D. João III em dezembro de 1548, nomeando-o primeiro governador-geral do Brasil e definindo as suas tarefas, traz menções a outros grupos indígenas dessa capitania que talvez fossem Tupinambá. No trecho onde o rei trata das providências que Sousa deveria tomar em relação a eles lê-se que: "Com os gentios das terras peraacuy e de totuapara e com quaisquer outras nações de gentios que houver na dita capitania da Bahia assentareis paz e trabalhareis por que se conserve e se sustente para que nas terras que habitam possam seguramente estar cristãos e aproveitá-las". Contudo, não encontramos esses designativos em outras fontes e não há garantias que se referissem de fato a grupos Tupinambá.

[78] Na obra *Do principio e origem dos Indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias*, Cardim (1980 [c.1600]:102) cita três grupos indígenas – "*Apigapigtanga*", "*Muriapigtanga*" e "*Guaracaio*" (ou "*Itati*") – que deduz-se, pela estrutura do texto, serem de filiação Tupiguarani e avizinhados dos Tupinaé. No entanto, a sua localização não é precisada.

[79] Também é possível que os Viatã constituíssem uma unidade social da etnia Potiguara e podiam, portanto, ser designados Tupinambá Potiguara Viatã.

[80] No seu longo e detalhado *Relato Geral da Costa Brasílica*, Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]) menciona um "rio Jagoarive (...) o qual está em dois graus e 3/4, e junto da barra deste rio se mete outro nele, que se chama rio Grande *que é extremo entre os tapuias e potiguares* [grifo nosso]" (p.38). Pela latitude informada, esse não seria o rio Jaguaribe cuja foz encontra-se junto à do rio Piranji, no município cearense de Aracati, em aproximadamente 4º15'S. No entanto, acreditamos que Sousa se enganou em relação a esse dado, pois não encontramos qualquer menção na cartografia histórica a algum outro rio da região que tenha recebido esse nome ou suas variações.

A maior parte dos etnômios Tupiguarani – ao contrário dos designativos sambaquieiro e Aratu – parece resultar da autodenominação dos respectivos grupos e foram registrados, com pequenas variações, por portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, alemães etc. O termo Tupi, por exemplo, deriva da expressão *tub'ypy* resultada da aglutinação dos vocábulos do Tupi Antigo *tuba* ("o pai", "o irmão do pai") e *ypy* ("primeiro"). Assim sendo, ele significa literalmente "o primeiro pai" e, semanticamente, "o pai de todos nós", "o supremo pai", "o grande líder".

No entanto, as fontes documentais não oferecem qualquer evidência de que sob etnômios como Tupinikín, Tamoio, Temiminó, Tupinaé e Potiguara encontravam-se etnias (nos termos de hoje) ou *nações* (nos termos de outrora) conformando conjuntos sócio-politicamente consonantes. Ao contrário, essas fontes indicam que as etnias Tupiguarani tanto sustentavam uma imemorial rivalidade entre elas – que podia incluir combates entre milhares de homens e a antropofagia ritualística dos prisioneiros – quanto eram constituídos por aldeias ou redes de aldeias que também se antagonizavam ferozmente (Figura 114). Como explica Carlos Fausto (1992):

> Várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consangüinidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, particularmente de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. Esse conjunto informe de grupos locais circunvizinhos, porém, não estava sujeito a uma autoridade comum, nem possuía fronteiras rígidas: era fruto de um processo histórico em andamento, onde se definiam e redefiniam constantemente as alianças (...). A inimizade recíproca distinguia grupos de aldeias aliadas, que operavam segundo uma estrutura de tipo "rede": as aldeias, unidas uma a uma, formavam um "conjunto multicomunitário", capaz de se expandir e se contrair conforme os jogos da aliança e da guerra. Os limites dessas "unidades" não são palpáveis, nem definitivos: um dia poder-se-ia estar de um lado, no dia seguinte do outro (p.384).



Figura 114: gravuras quinhentistas representando batalhas terrestres e navais entre grupos Tupiguarani.
Fonte: Staden (1557:s/p).

O mais antigo testemunho de europeus sobre confrontos militares e rituais antropofágicos protagonizados por grupos Tupiguarani foi registrado em um ato notarial escrito em latim pelo tabelião público Valentim Fernandes em Lisboa no dia 20 de maio de 1503, e do qual existe uma cópia no *Códice Peutinger* da Würtembergische Landesbibliothek na cidade de Stuttgart, Alemanha. Esse documento visava certificar a autenticidade da origem de uma pele de jacaré e de uma imagem de indígenas da *Terra da Santa Cruz* e se baseou, como declarou o próprio Fernandes, na "narração de dois homens (...) que durante 20 meses lá moraram" (tradução de Fontoura da Costa *apud* Souza, 1956:142). Mesmo que os seus nomes sejam desconhecidos, deduz-se, a partir de dados constantes nessa e em outras fontes do período, que eram os condenados ao degredo deixados pela armada cabralina entre os Tupinikín de Porto Seguro ou, mais provavelmente, um desses degredados e um dos dois grumetes que Pero Vaz de Caminha relatou terem dela desertado quando se encontrava lá ancorada[81]. Ao que tudo indica, eles foram resgatados no final de 1501 pela primeira armada enviada pela Coroa portuguesa ao Brasil com o objetivo precípuo de reconhecer a sua costa, e cujo comando se supõe ter ficado a cargo de Gonçalo Coelho. O depoimento que esses primeiros habitantes europeus de terras brasileiras prestaram à Fernandes permitiu-lhe produzir um "livro" (p.142) – lamentavelmente desaparecido – que foi assim coligido no seu *Ato Notarial*:

> Os habitantes desse mundo não têm fé, nem religião, nem idolatria, nem conhecimento algum do seu Criador, nem estão sujeitos a leis ou a qualquer domínio, mas apenas ao conselho dos velhos; nada têm como próprio, mas tudo lhes é comum, salvo as mulheres, andam todos completamente nus e nem homens nem mulheres cobrem as partes vergonhosas, afora em alguns dias festivos em que uns pintam os corpos de várias cores, outros cobrem-se, depois de ter untado o corpo, com pequenas penas de aves de cores variadas, e os restantes atam ao corpo grandes penas à maneira de aves. Os homens são de cor parda, de cabelos negros longos e corredios, não crespos como o dos Etíopes, posto que habitem no mesmo paralelo, de estatura pequena, de corpo robusto, rosto amplo, olhos pequenos, tendo buracos no queixo e além disso diversos na face, onde colocam pedras e ossos a título de ornato; todos os homens são imberbes e as mulheres arrancam-lhes os pelos, mas alguns trazem uma barba pintada.
>
> Os homens copulam com as mulheres, mas não em público nem entre estes dois graus de parentesco: o filho com a mãe ou o pai com a filha e o irmão com a irmã. (...) [Eles] comem assadas ou cozidas carnes das aves e de todos os animais, bem como a carne humana dos seus inimigos (p.140-141).

Outra fonte documental onde se encontra alguns dos mais antigos testemunhos europeus sobre confrontos militares e rituais antropofágicos protagonizados por grupos

[81] Uma dessas fontes documentais é uma carta que o rei D. Manuel I de Portugal enviou em 1505 ao seu sogro, o rei D. Fernando da Espanha. Nela se lê que: "Destes dois homens [degredados por Cabral], em uma outra armada que diretamente enviamos [ao Brasil], voltou *um* [grifo nosso] que sabia a língua dos indígenas e nos informou de tudo" (*apud* Souza, 1956:143).



Tupiguarani é um manuscrito em italiano existente na *Coleção Strozzi* da Biblioteca Nacional Central de Florença, Itália, que se supõe cópia de uma carta escrita em Lisboa em setembro ou outubro de 1502[82]. O seu autor teria participado da referida expedição supostamente comandada por Gonçalo Coelho e entraria para a história como um dos mais aclamados e controversos personagens dos primórdios da presença européia em nosso continente: o florentino Américo Vespúcio. Endereçada ao seu amigo e antigo patrão Lorenzo di Pierfrancesco da poderosa família Medici de Florença, essa carta oferece, nas palavras do seu autor, e segundo a sua tradução por Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo (2001), uma "descrição da terra, dos habitantes, dos animais, das plantas e de outras coisas úteis e comuns à vida humana" no litoral brasileiro (p.276). Em meio a um entusiasmado relato sobre as dimensões naturais desse espaço – cuja biodiversidade e exuberância levaram Vespúcio a confessar que "pensava (...) estar perto do Paraíso Terrestre" e que "tantas espécies não caberiam na arca de Noé" (p.277) –, são detalhados diversos aspectos da cultura Tupiguarani e, particularmente, da sua belicosidade e antropofagia:

> Achamos toda a terra habitada por gente nua, tanto os homens como as mulheres, sem cobrir as suas vergonhas. De corpo, são bem feitos e proporcionados; de cor branca e cabelos longos; pouca ou nenhuma barba. Trabalhei muito para entender a vida e os costumes deles, porque comi e dormi 27 dias no meio deles. E o que deles soube é o seguinte:
>
> Não têm nem lei nem fé alguma. Vivem segundo a natureza. Não conhecem a imortalidade da alma. Não possuem entre si bens próprios, porque tudo é comum[83]. Não têm fronteiras de reinos ou província; não têm rei, nem obedecem a ninguém: cada um é senhor de si. Não administram justiça, que não é necessária para eles, porque neles não reina a cobiça. Habitam em comum, em casas feitas à maneira de cabanas muito grandes. Para gente que não possui ferro nem outro metal, pode-se dizer que suas cabanas são, na realidade, casas milagrosas, porque vi casas com 200 passos de comprimento e 30 de largura, fabricadas artisticamente; numa dessas casas estavam 500 ou 600 almas.
>
> Dormem em redes tecidas de algodão, penduradas no ar, sem qualquer coberta. Comem sentados no chão. Suas comidas são muitas raízes de ervas e frutas muito boas, infinitos peixes, grande abundância de mariscos, ouriços, caranguejos, ostras, lagostas, camarões e muitos outros produtos do mar. A carne que comem, máxime a comum, é carne humana, do modo que se dirá. Quando podem obter outra carne, de animais ou de aves, elas a comem, mas capturam pouco [animais], porque não têm cães e a terra é muito densa de bosques, que estão cheios de feras cruéis; por isso, não costumam meter-se nos bosques, salvo com muita gente.
>
> Os homens comuns costumam furar os lábios e as faces; depois, naqueles furos metem ossos ou pedras – e não se pense que são pequenas; a maioria desses homens tem três furos, alguns sete, outros nove, nos quais introduzem pedras de alabastro verde e branco, que tem meio palmo de comprimento e grossura de uma ameixa catalã, que parecem

[82] Outra cópia desse documento pode ser encontrada no *Códice Vaglienti* da Biblioteca Riccardiana de Florença (Amado & Figueiredo, 2001).

[83] N.T.: "A existência de grande número de bens coletivos entre os índios chamou a atenção de praticamente todos os primeiros europeus que visitaram o Brasil (...). Muitos viajantes e cronistas, como o fez Vespúcio, afirmaram que os índios não conheciam propriedade privada, o que era um exagero, já que alguns utensílios índios (arcos e flechas, por exemplo) eram de propriedade individual" (p.278).



coisa fora do natural. Dizem fazer isso para parecer mais ferozes. Enfim, é coisa bestial. Os seus casamentos não são com uma só mulher, mas com as que querem, e sem muita cerimônia. Conhecemos um homem que tem dez mulheres. São ciumentos delas; se acontecer que uma mulher lhe seja infiel, castiga-a, espancando-a e manda-a embora, afastando-a. São gente muito fecunda. Não têm herdeiros, porque não possuem bens próprios. Quando os filhos, isto é, as mulheres, estão em idade de procriar, o primeiro que as corrompe deve ser, exceto o pai, o parente mais próximo que tenham. Depois, assim corrompidas, as casam. Nos partos, as suas mulheres não fazem nenhuma cerimônia, como as nossas [fazem]; comem de tudo; logo após o parto, no mesmo dia vão ao campo para lavar-se.

São pessoas que vivem muitos anos, porque, segundo suas lembranças, havíamos conhecido muitos homens que têm até quatro gerações de netos. Não sabem contar os dias, nem os meses, nem os anos, salvo que contam o tempo por meses lunares. E quando querem mostrar alguma coisa e o seu tempo, mostram com pedras, pondo uma pedra para cada lua. Encontrei um homem dos mais velhos que me fez sinais com pedras ter vivido 1700 [meses] lunares, o que me parece ser 132 anos, contando 13 [meses] lunares por ano.

São gente belicosa e muito cruéis entre si. Todas as suas armas e golpes são, como disse Petrarca, “entregues ao vento,” que são arcos, setas, dardos e pedras; não costumam usar defesas nos seus corpos, porque andam nus como nasceram. Não têm ordem nenhuma em suas guerras, salvo fazer aquilo que lhes aconselham os seus velhos anciãos. Quando combatem, matam-se muito cruelmente; e a parte que resta vencedora do campo enterra todos os seus mortos do seu lado; e [os corpos] dos inimigos, despedaçam e comem. E os que capturam, prendem-nos e os têm como escravos nas suas casas: se for mulher, dormem com ela; se for homem, casam-no com suas filhas.

Em certas épocas, quando lhes vem uma fúria diabólica, convidam os parentes e o povo e os põem diante, isto é, a mãe com todos os filhos que dela têm e, com certas cerimônias, os matam a flechadas e os comem. Fazem o mesmo aos ditos escravos e aos filhos que nascem dele. Isto é verdadeiro, porque nas suas casas encontramos carne humana posta ao fumo, e muita; e compramos deles dez criaturas, homens e mulheres, que estavam destinadas ao sacrifício ou, melhor dizendo, ao malefício. Nos os repreendemos muito; não sei se emendaram.

O que mais me maravilhou nessas suas guerras e crueldade é que não pude saber deles porque fazem guerra uns aos outros, pois que não têm bens próprios nem domínio de impérios ou reinos, nem não sabem que coisa seja cobiça, isto é, riquezas, ou cupidez de reinar, o que me parece ser a causa das guerras ou de todo ato desordenado. Quando lhes pedimos que dissessem a causa, não sabiam dar outra razão, salvo que dizem que há muito tempo começou entre eles essa maldição, e querem vingar a morte de seus pais antepassados. Em conclusão, é coisa bestial. Certo é que um homem deles me confessou ter comido a carne de mais de 200 corpos; e tenho isso por certo, e basta[84] (p.277-281).

[84] Muitos dos conhecimentos de Vespúcio acerca dos Tupiguarani, deve-se destacar, não podem ter sido obtidos apenas comendo e dormindo entre eles menos de um mês, mas por meio de intérpretes ou de europeus que os conhecessem em profundidade. Quando se considera que a armada supostamente comandada por Gonçalo Coelho em 1501 e 1502 foi a quarta a aportar no Brasil – sendo antecedida pelas do espanhol Vicente Yañez Pinzón (janeiro de 1500) e dos portugueses Pedro Álvares Cabral (abril de 1500) e de João da Nova (abril de 1501) –, deveria existir um número ínfimo de indivíduos conhecedores da língua e costumes de qualquer grupo Tupiguarani e de algum idioma europeu. Ao que tudo indica, dois deles foram recolhidos em Porto Seguro por Gonçalo Coelho no final de 1501 e teriam atuado como intérpretes e fontes para Vespúcio. Entretanto, ele omitiu a existência e o papel fundamental desempenhado por esse degredado ou, se muito, os deixou implícitos em uma passagem da sua *Carta a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici* na qual emprega a primeira pessoa do plural para se referir a algumas das perguntas formuladas aos Tupiguarani contatados: “Quando [*nós*] lhes pedíamos que dissessem...” (p.281). A propósito, uma vez que se desconhece qualquer prova inconteste da participação de Vespúcio na armada de 1501-1502 – e abundem evidências e indícios de plágios, fraudes, embustes e omissões cometidos por ele (Dias, 1923a) –, há estudiosos que questionam se Vespúcio estava realmente a bordo de uma das três caravelas dessa armada.



Figura 115: xilogravura aquarelada atribuída à Johann Froschauer (c.1505) e considerada a primeira representação iconográfica da antropofagia praticada por etnias Tupiguarani.
Observação: gravura constante no folhetim *Mundus Novus*, baseado na *Carta a Lorenzo di Pierfrancesco dei Medici* de Américo Vespúcio e publicado originalmente em Augsburgo, Alemanha, em 1503 ou 1504. Fonte: The New York Public Library, Nova York, EUA.

Contudo, testemunhos sobre confrontos militares e rituais antropofágicos envolvendo – indubitavelmente – diferentes etnias Tupiguarani parecem ter tardado um pouco mais até serem registrados. Um dos mais antigos e detalhados que se conhece é oferecido na obra *Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo América...*, escrita por Hans Staden[85]. Nascido na Alemanha por volta de 1525, ele realizou duas viagens ao Brasil. Na primeira, partiu de Lisboa em 1547 como soldado mercenário de uma nau lusitana, combateu os franceses e Potiguara na capitania de Pernambuco e retornou à Portugal em 1548. Na segunda, iniciada no ano seguinte, partiu da Andaluzia em uma embarcação espanhola que explorou a ilha de Santa Catarina e naufragou no litoral paulista. Staden foi acolhido por colonos portugueses e contratado como arcabuzeiro de um baluarte na vanguarda da vigilância dos movimentos indígenas nas imediações do então povoado de Bertioga. No exercício dessa função, caiu prisioneiro dos Tupinambá, viveu nove meses entre eles e escapou de ser devorado ao ser resgatado em 1554, ironicamente, por uma nau francesa. Por conta desses episódios, ele conheceu bastante bem as etnias Tupiguarani que habitavam o litoral paulista e pode observar que os seus conflitos experimentavam um sensível aumento quando certos recursos naturais sazonais eram disponibilizados. Como escreveu Staden (1930 [1557]) no capítulo da sua obra intitulado *Como e por que motivo tínhamos de observar os inimigos mais numa época do ano do que em outra*:

[85] Essa obra foi publicada originalmente em alemão em Marpurg no ano de 1557 sob o título *Warhaftig Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden / Nacketen / Grimmigen Menschfresser Leuthen / in der Newenwelt America gelegen / vor und nach Christi geburt im Land zu Hessen unbekant / biss vff dise ij. / nechjt vergangene jar / Da sie Hans Staden von Homberg auss Hessen durch sein eygne erfarung erkant / vnd yetzo durch den truck an tag gibr* (Museu Paulista/USP). Esse título varia significativamente nas versões lusófonas, sendo adotado aqui a sua tradução conforme a edição de 1930 da *Academia Brazileira* (Staden, 1930:13).

Era necessário estar mais alerta em duas épocas do ano que no resto, quando os inimigos tratavam especialmente de invadir com forças o país. E estas duas épocas eram: primeiro, no mês de novembro, quando frutas de nome *abbati* [ou milho] amadureciam, e das quais preparavam uma bebida chamada *kaawy* [ou cauim]. Além desta, há também uma raiz denominada *mandioka* que misturam com o *abbati*, quando maduro, para fazer a sua bebida. Quando voltam de uma guerra, querem ter os *abbati* para fabricarem essa bebida, que é para quando comem os inimigos, se tiverem capturado algum, e durante o ano inteiro esperam com impaciência o tempo dos *abbati*.

Também em agosto devíamos esperá-los, porque neste tempo vão à caça de uma espécie de peixe, que então saem do mar para água doce, onde desovam. Estes peixes chamam eles em sua língua *bratti* [ou tainha] e os espanhóis lhes dão o nome de *lysses*. Neste tempo costumam sair para o combate, com o fim de ter também mais abundância de comida. Os tais peixes, ele apanham com pequenas redes ou matam-nos com flechas, e levam-nos fritos consigo, em grande quantidade; também fazem deles uma farinha, a que chamam *pira-kui* [ou farinha de peixe] (p.58).



Figura 116: gravuras quinhentistas representando grupos Tupiguarani realizando: a) a preparação do cauim; b) a pesca; c) o cultivo da mandioca; d) uma dança ritual com maracás.
Fonte: Staden (1557:s/p).

Outros relatos sobre rivalidades entre *nações* ou etnias Tupiguarani quinhentistas e, especialmente, entre unidades sociais de uma mesma *nação* ou etnia são oferecidos no já citado *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]). Nessa obra, o autor demonstra que o amplo cabedal de conhecimentos que acumulara acerca dos seus vizinhos Tupinambá não se limitava a fatos presentes, mas incluía também episódios passados que permaneciam gravados na memória desses indígenas e ainda eram reproduzidos por meio da sua história oral[86]. Conforme se lê no capítulo intitulado *Em que se declara a proporção e feição dos tupinambás e como se dividiram logo*:

> Os tupinambás são homens de meã estatura, de cor muito baça, bem feitos e bem dispostos, muito alegres do rosto, e bem assobrados (...); são homens de grandes forças e de muito trabalho; são muito belicosos, e em sua maneira esforçados, e para muito, ainda que atraiçoados; são muito amigos de novidades, e demasiadamente luxuriosos, e grandes caçadores e pescadores, e amigos de lavouras
>
> Como se este gentio viu senhor da terra da Bahia [de Todos os Santos], dividiu-se em bandos por certas diferenças que tiveram uns com os outros e assentaram as suas aldeias apartadas, com o que se inimizaram; os que se aposentaram entre o rio de S. Francisco e o rio Real, se declararam por inimigos dos que se aposentaram do rio Real até a Bahia [de Todos os Santos], e faziam-se cada dia cruel guerra, e comiam-se uns aos outros; e os que cativavam, e a que davam vida, ficavam escravos dos vencedores.
>
> E os moradores da Bahia da banda da cidade se declararam por inimigos dos outros tupinambás moradores da outra banda da Bahia, no limite do rio de Paraguaçu e do de Seregipe, e faziam-se cruel guerra uns aos outros por mar; onde se davam batalhas navais em canoas, com as quais faziam ciladas uns aos outros, por entre as ilhas, onde havia grande mortandade de parte a parte, e se comiam, e faziam escravos uns aos outros (p.229-230).

A rivalidade entre esses grupos Tupinambá também foi documentada na obra *Do principio e origem dos Indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias*, escrita pelo padre jesuíta Fernão Cardim (1980 [c.1600]). No capítulo intitulado *Da diversidade de nações e línguas*, ele relatou que: “Outros [gentios] há a que chamam *Tupinabas*: estes habitam do rio Real até junto [da capitania] dos Ilhéus, estes entre si eram também contrários, os da [capitania da] Bahia com os do Camamu e Tinharé” (p.102).

---

[86] Uma importante fonte de Sousa – e um agente do seu destino – parece ter sido o seu irmão João Coelho de Sousa. Conhecido como explorador dos sertões da Bahia e d’além, ele teria enviado a Gabriel, pouco antes de falecer quando do retorno de uma expedição de três anos ao rio São Francisco, um roteiro que supostamente permitiria se alcançar a sua nascente e grandes tesouros em pedras e metais preciosos. De posse do mesmo, Sousa se dirigiu para Madrid, sede da União Ibérica (1580-1640), redigiu o seu *Tratado* e o ofereceu à D. Cristóvão de Moura, ministro do rei D. Filipe I de Portugal e Espanha, em 1º de março de 1587. O objetivo de tamanho esforço era demonstrar os seus conhecimentos sobre a colônia brasileira e, por esse meio, persuadir a Coroa a, primeiro, lhe conferir o título de *capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de São Francisco* e, segundo, patrocinar uma expedição baseada no roteiro de João Coelho. Os seus pleitos foram atendidos, mas essa expedição, que partiu em 1591 com mais de 360 portugueses e 200 indígenas Tupinambá, ceifou a sua vida nas cabeceiras do Paraguaçu (perto de onde falecera antes o seu irmão) e não avançou além desse ponto. O seu *Tratado* serviu de fonte para vários estudiosos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas, mas seria publicado na íntegra somente a partir do século XIX (Salvador, 1889; Sousa, 2001; Vainfas, 2000).



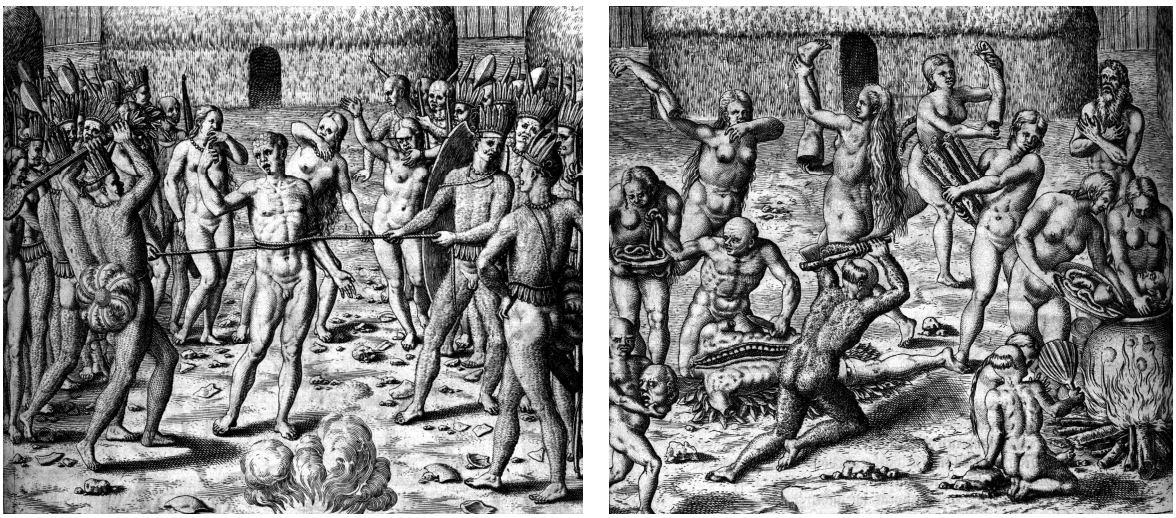


Figura 117: gravuras quinhentistas representando a prática da antropofagia pelos Tupinambá.
Fonte: Bry (1592:85-86).

Por outro lado, tanto Cardim quanto Sousa registraram, baseando-se na história oral indígena e nas suas observações, que algumas *nações* Tupiguarani – como a Tupinikín e a Tupinaé – tinham ancestrais comuns bastante próximos e se relacionavam de forma predominantemente pacífica. Conforme esses autores escreveram:

> Este gentio [tupiniquim], e os tupinaés, descendem todos de um tronco, e não se têm por contrários verdadeiros, ainda que muitas vezes tivessem diferenças e guerras, os quais tupinaés lhes ficavam nas cabeceiras, pela banda do sertão, com quem a maior parte dos tupiniquins agora estão misturados. Este gentio é da mesma cor baça e estatura que o outro gentio de que falamos, o qual tem a linguagem, vida e costumes e gentilidades dos tupinambás [do Recôncavo e Litoral Norte da Bahia], ainda que são seus contrários (Sousa, 2001 [c.1587]:69).

> Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que chamavam *Tupinaquim*. Estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente (...). Há outra nação parentes destes, que corre do sertão de São Vicente até Pernambuco, a que chamam *Tupiguae*: estes eram sem número (Cardim, 1980 [c.1600]:102).

Não obstante a relevância dessas e de outras fontes documentais produzidas no período Colonial, delas pouco ou nada mais se pode extrair em termos de dados que permitam conhecer com maior profundidade as relações sócio-políticas entre e internamente às etnias Tupiguarani. Por exemplo, não é possível saber se os Tupinikín de São Paulo e da Bahia mantinham algum intercâmbio e, antes disso, o porquê dos seus territórios estarem separados pelos de outras etnias e por distâncias que podiam exceder mil quilômetros. Essas fontes também não oferecem evidências cabais de que todas as etnias Tupiguarani vivendo fora da região Amazônica tenham sido identificadas pelos europeus e, portanto, não se deve afastar a hipótese que algumas se extinguiram sem ser objeto de qualquer registro. Por outro lado, certos conjuntos de informações

existentes nessas fontes, quando tratados à luz da arqueologia e lingüística, revelam-se como um profícuo manancial de dados necessários à construção de hipóteses acerca dos Tupiguarani e, particularmente, das suas origens e rotas de expansão.

AS ORIGENS E ROTAS DE EXPANSÃO DA CULTURA TUPIGUARANI

As primeiras fontes documentais que versaram sobre o Brasil foram unânimes em apontar a homogeneidade lingüística encontrada ao longo da maior parte da zona costeira. Essa condição era tão evidente que os primeiros exploradores e missionários que aqui desembarcaram chegaram a acreditar, antes de topar com etnias *tapuia*, que os indígenas falavam apenas um único idioma. Os mais antigos apontamentos nesse sentido foram produzidos a partir das observações da primeira expedição exploratória enviada por Portugal à costa brasileira (1501-1502) e podem ser encontrados em uma passagem do referido *Ato Notarial de Valentim Fernandes* de 20 de maio de 1503. Nele se lê que essa armada, "tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas, encontrou nos povos uma só língua" (*apud* Souza, 1956:142).

Denominada *lingoa brasilica, lingoa do brasil*, *lingoa da terra*, *lingoa do mar* e *lingoa geral*, ela foi bastante documentada e amplamente praticada pelos colonizadores europeus. Tal apropriação foi tão intensa que redundou na produção de idiomas de contato – como a extinta Língua Geral Paulista (ou Tupi Austral) – que foram o principal idioma praticado em diversos assentamentos coloniais e a língua-materna de muitas gerações de brasileiros de ascendência lusitana. Caberia aos religiosos da Companhia de Jesus – que tiveram a proficiência das línguas indígenas como um dos pilares dos seus trabalhos de conversão religiosa – a autoria das primeiras transcrições, traduções e estudos da *lingoa brasilica*. Dentre as obras produzidas sob os seus auspícios, deve-se destacar a pioneira *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* do notório padre José de Anchieta (Figura 118). Nascido nas ilhas Canárias no ano de 1534 e falecido na aldeia de Reritiba (ES) em 1597, Anchieta chegou ao Brasil em 1553 como membro da terceira missão da Companhia de Jesus e dedicou o resto da sua vida à catequese indígena e à produção de obras que a auxiliasse. A sua *Arte de grammatica* é fruto desse esforço, foi impressa pela primeira vez em 1595, mas estava disponível na forma de cópias manuscritas desde pelo menos 1556. Essa obra tornou-se matéria

obrigatória na formação de jesuítas a serem enviados para a *India Brasilica* e graças a ela e às suas congêneres foi possível conhecer uma parte significativa desse universo lingüístico que se extinguiu sob o peso da Conquista (Leite, 1945).



ARTE DE GRAMMATICA DA LINGOA mais vſada na coſta do Brafil.

pelo padre Ioſeph de Anchieta da Cõpanhia de IESV.

IHS

Com licença do Ordinario & do Prepoſito geral da Companhia de IESV.

Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595.

ARTE

DE GRAMMATICA DA LINGVA MAIS VSADA NA COSTA DO BRASIL

Feita pelo P. Ioſeph de Anchieta Theologo & Prouincial que foy da Companhia de IESV, nas partes do Braſil.

Das letras. Cap. I.

ESTA lingoa do Brafil não ha f. l. s. z. rr. dobrado: nem muta com liquida, ytera, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis ſerue, ç. com zeura, vt *Aſõ, ſatã*

¶ Algũas partes da oração ſe acabão em til, o qual não he, m, nem, n. ainda q̃ na pronũciação diturão pouco, vt, *Tĩ, Aimupã, rua*.

¶ Não ha hũa conſoante continuada com outra na meſma dição: excepto, mb. nd. ng. vt *Aimombõr, Aimondõ, Aimeẽng*.

¶ Acrecentandoſe algũa particula depois da vltima

A con-

Figura 118: frontispício e página n°.1 da *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil.* Fonte: Anchieta (1595).

Contudo, permanece controverso se as etnias Tupiguarani que habitaram o litoral atlântico e as bacias do Paraná-Paraguai e do São Francisco eram falantes de uma mesma língua com alguns dialetos ou de diferentes línguas com um grau de proximidade equivalente ao português, espanhol e galego. A sua grande similaridade foi apontada por diversos autores que mantiveram um estreito contato com esses indígenas e couberam à Sousa (2001 [c.1587]) e Cardim (1980 [c.1600]) algumas das mais ricas observações sobre essa questão. Como eles escreveram, respectivamente:

> ainda que são contrários os tupiniquim dos tupinambás, não há entre eles na língua e costumes mais diferença da que tem os moradores de Lisboa dos da Beira. (...) [Já os] Tupinaés são uma gente do Brasil semelhante no parecer, vida e costumes dos tupinambás e na linguagem não têm mais diferença uns dos outros, do que têm os moradores de Lisboa dos de entre Douro e Minho; mas a dos tupinambás é a mais polida; e pelo nome tão semelhante destas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos desta nação (Sousa, 2001 [c.1587]:69-254).

> Em toda esta província [do Brasil] há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepem e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições; porém os portugueses, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo (Cardim, 1980 [c.1600]:101).

Essas línguas e/ou dialetos, mesmo que referidas por meio de denominações como *lingoa brasílica* durante séculos, também foram objetos de denominações mais específicas tais como: *Abanheenga* ou *Abanheém*; Tupi, Tupi Antigo ou Tupinambá; Guarani ou Guarani Antigo; e Potiguara. Independente de ser mais adequado classificá-las dessa ou daquela forma, não há qualquer dúvida que pertenceram à família lingüística Tupi-Guarani (com hífen) do tronco Macro-Tupi, assim como as famílias Arikém, Aweti, Juruna, Mawé (ou Sateré), Mondé, Puroborá, Munduruku, Ramarama e Tupari (Figura 119) (Rodrigues, 1986, 1993 e 2005; Teixeira, 1995; Urban, 1992).



Figura 119: mapa da distribuição espacial das línguas e dialetos Macro-Tupi conhecidos.
Fonte: Urban (1992:89).

Os dados disponíveis sobre as etnias e línguas filiadas ao tronco Macro-Tupi têm permitido a formulação de algumas hipóteses sobre a história e a geografia da sua distribuição e, nesse sentido, predomina o entendimento de que a região central da

Amazônia brasileira foi a sua área de origem[87] (Brochado, 1984; Fausto, 1992; Martin, 1997 e 1998; Prous, 1992; Rodrigues, 1999; Corrêa & Samia, 2008; Urban, 1992). Como sintetiza Greg Urban (1992):

> A área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria acontecido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas de cabeceira do que das várzeas dos grandes rios. Se assim for, os falantes de Macro-Tupi teriam tido originalmente um padrão de adaptação ecológica semelhante aos de Macro-Jê numa data análoga. Teriam estado nas terras mais altas, os Jê a leste e ao sul, os Tupi mais a oeste e ao norte. Isso situaria os Jê nas cabeceiras das bacias do São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraguai, e os Tupi nas redondezas dos tributários orientais do Madeira, nas cabeceiras do Tapajós e do Xingu. (...) [No entanto], a grande dispersão das línguas Tupi não está associada à [essa] antiga dispersão Macro-Tupi, e sim à explosão que ocorreu com a expansão da família Tupi-Guarani. Esta teria ocorrido há uns 2 ou 3 mil anos (...) e parte da dispersão é provavelmente muito recente. (...) A dispersão final teria ocorrido após o ano 1000, já que há dados indicando que várias línguas seriam, então, uma única língua, reunida sob o nome de "Tupi-Guarani" (p.92).

O tempo relativamente curto exigido para que a família lingüística Tupi-Guarani alcançasse a sua ampla distribuição espacial leva a crer que o seu movimento de expansão foi caracterizado, como também aponta Urban (1992:92), por um padrão de rápidas "explosões e radiações" proporcionado por uma marca distintiva das etnias Tupiguarani: a grande mobilidade espacial. Em outras palavras, "os grupos Tupi, a cada diferenciação sucessiva, parecem se tornar mais migratórios, menos presos a espaços físicos. As línguas e (se pudermos passar da língua para a cultura) as culturas se tornam cada vez mais móveis" (p.93). Esse quadro é atestado, *lato sensu*, pelas pesquisas arqueológicas que têm se debruçado sobre os seus vestígios materiais e, particularmente, sobre a sua característica indústria cerâmica (Chmyz, 1976b; Prous, 1992 e 2006). Como detalha Gabriela Martin (1997):

> A grande extensão territorial que o Tupi alcançou é realmente impressionante e sua expansão coincide, em parte, com a difusão da cerâmica conhecida como da tradição Tupiguarani, facilmente identificável, especialmente na sub-tradição policrômica pintada, que se encontra, praticamente, de norte a sul do Brasil.
>
> Em termos gerais, a cerâmica Tupiguarani caracteriza-se por estar confeccionada com técnica acordelada, ou seja, pela superposição de roletes ou cordões de barro, formando paredes grossas em relação ao tamanho do vasilhame. Cozimento a fogo redutor ou incompleto que produz uma banda escura ou acinzentada entre os lados interno e externo, mais claros, é facilmente observável nos casos de peças fragmentadas. Os aditivos ou

[87] As primeiras teorias sobre a área de origem da cultura Tupiguarani foram formuladas no século XIX e foram assim sintetizadas por Ângelo Alves Corrêa e Danielle Gomes Samia (2008): "Martius é o primeiro, ainda em 1838, a propor um centro de origem dos Tupi, que estaria entre o Paraguai e o sul da Bolívia, sua propagação seria um movimento recente, antecedendo em poucos anos a descoberta do Brasil. Na esteira dos trabalhos de Martius, Orbigny sugere com base em estudos lingüísticos e de antropometria um centro entre o Paraguai e o Brasil já no ano de 1839. Em 1886 vemos pela primeira vez as origens Tupi sendo inserida em contexto amazônico por Karl von den Steinen ao propor as cabeceiras do rio Xingu como terra natal. Apesar da teoria que se seguiu ter sido proposta por um dos componentes de uma expedição de Steinen, Paul Ehrenreich discorda do anterior e com base em princípios da lingüística propõe com centro dispersor a região com a maior concentração de grupos Tupi, ou seja, onde hoje fica o Paraguai" (p.407).



antiplásticos consistem em caco moído, areia fina ou grossa e grânulos de argila. Podem estar também ausentes, por desnecessário, quando as impurezas naturais incorporadas à argila dão à mesma suficiente plasticidade. Não se observa na cerâmica Tupiguarani o uso de espongiários (cauixi) nem de cariapé como antiplástico, aditivos amplamente usados nas cerâmicas da Amazônia. As formas comuns oscilam muito de tamanho, registrando-se desde pequenos vasos de 10 cm de diâmetro a grandes alguidares de 70-80 cm, com alguns ultrapassando um metro de diâmetro. Há formas fechadas, porém predominam as abertas de paredes baixas, retas ou carenadas, com fundos planos ou suavemente curvos; as bocas são circulares, elípticas, retangulares ou quadrangulares.

Atendendo às características técnicas da decoração, fixaram-se três sub-tradições, designadas como pintada, corrugada e escovada. Trata-se, portanto, de caracterizadores relativos ao tratamento da superfície dos vasos sem maiores determinantes de formas nem dos tamanhos e usos (p.195).

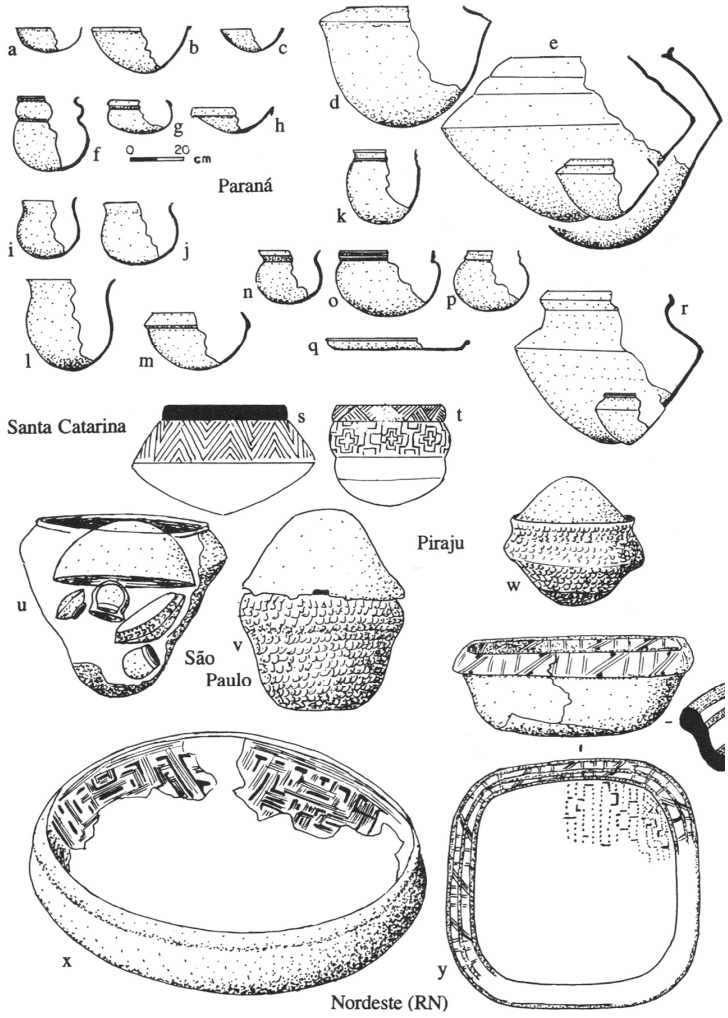


Figura 120: exemplos de peças cerâmicas Tupiguarani.
Legenda: itens a-r: formas paranaenses; itens g, h, r: urnas; itens s-t: cerâmica pintada da ilha de Santa Catarina; itens u-w: urnas funerárias paulistas; itens x-y: formas nordestinas. Fonte: Prous (1992:392).

Em relação aos vasos cerâmicos Tupiguarani de maior proporção e, particularmente, as *igaçaba*, *yapetó* ou *cambuchi* utilizados para a preparação do *cauim* e, em alguns casos, para sepultar os mortos, Prous (2006) explica que são “cada vez menos freqüentes à medida que se vai mais para [o] nordeste [do Brasil]” (p.101). E mais:

> Ao contrário das grandes vasilhas piriformes aratu/sapucaí, a *igaçaba* e *yapetó* tupiguarani apresentam um ombro marcado muito característico, e suas vasilhas em geral têm um reforço de borda, por vezes decorado, também típico dessa cultura. Os potes apresentam assim grande semelhança com frutas da sapucaia (árvore relacionada com o mundo dos mortos na mitologia dos Tupi do século XVI). As oleiras gostavam de criar formas complexas para mostrar sua maestria. De fato, a fabricação da grande *igaçaba* requer muita habilidade: escora durante a montagem dos roletes, secagem, escolha de argilas de textura especial, inclusão de antiplásticos estáveis, como caco moído, dosagem diferenciada destes em função das diversas espessuras de parede para evitar a quebra durante a queima. De qualquer forma, as oleiras meridionais parecem ter sido mais orgulhosas das formas complexas e da qualidade das decorações plásticas que faziam na pasta fresca das vasilhas de grande e médio porte; as mulheres do Norte (...) investiam mais na realização de sofisticadas decorações pintadas, aplicadas nas tinas de forma oval ou quadrangular, e se preocupavam menos com a perfeição dos volumes das vasilhas (p.101-102).



Figura 121: vaso cerâmico para preparação de *cauim* produzido por etnias Tupiguarani meridionais.
Fonte: Prous (2006:100).

Modelos teóricos visando demonstrar as rotas da ampla e rápida distribuição Tupiguarani disparada há 2 ou 3 mil anos atrás têm sido formulados desde pelo menos o século XIX (Corrêa & Samia, 2008). O mais difundido tem Alfred Métraux (1927) como proponente, congrega grande número de estudiosos e postula que essa distribuição se deu a partir da bacia do Paraná-Paraguai. Nesse espaço, os últimos ancestrais comuns aos grandes subconjuntos Guarani e Tupinambá documentados a partir do século XV teriam experimentado um fracionamento da sua coesão social e o início de um crescente distanciamento e diferenciação das partes geradas. A que lá permaneceu teria acarretado a formação das etnias Guarani contatadas pelos europeus nessa bacia e em terras litorâneas entre o rio da Prata e Cananéia. A segunda parte gerada por esse fracionamento teria dado início a um movimento que logrou uma impressionante distribuição espacial e produziu as etnias Tupinambá. Através do avanço e consolidação territorial à montante do rio Tietê, esse movimento teria atingido as suas cabeceiras na serra do Mar e, posteriormente, o litoral atlântico na altura da Baixada Santista. Seguindo então para norte, ele alcançaria a foz do Amazonas por volta do final do século XVI, deixando no seu rastro as etnias Tupinikín, Tamoio, Kaeté, Potiguara etc. (Figura 122a).

Um modelo bastante diferente do proposto por Métraux foi formulado por José Proenza Brochado (1984) na sua tese de doutorado, orientada pelo arqueólogo Donald

Lathrap. Conforme defende, o processo de fracionamento, distanciamento e diferenciação que acarretou a formação dos subconjuntos Guarani e Tupinambá não teria se iniciado na bacia do Paraná-Paraguai, mas na própria Amazônia Central brasileira. Esse processo teria se desdobrado em dois grandes movimentos que partiram desse espaço por volta de 500 a.C. e desenvolveram-se segundo rotas completamente diferentes. Um teria rumado para sul através da bacia do Madeira-Guaporé, alcançado a bacia do Paraná-Paraguai em algum momento entre os séculos I e VI e gerado as etnias Guarani. O outro geraria as Tupinambá e teria seguido a jusante do rio Amazonas até atingir a sua foz no Atlântico. Dali, esse movimento teria se dirigido para sul em um processo de avanço e consolidação territorial ao longo da costa que, segundo Brochado, alcançou o estado de São Paulo entre os séculos XI e XIII. Tendo o seu avanço litorâneo barrado nesse espaço pelos Guarani Carijó, ele teria subido a serra do Mar até o Planalto Paulista, onde alcançou o limite máximo da sua ocupação (Fausto, 1992) (Figura 122b).

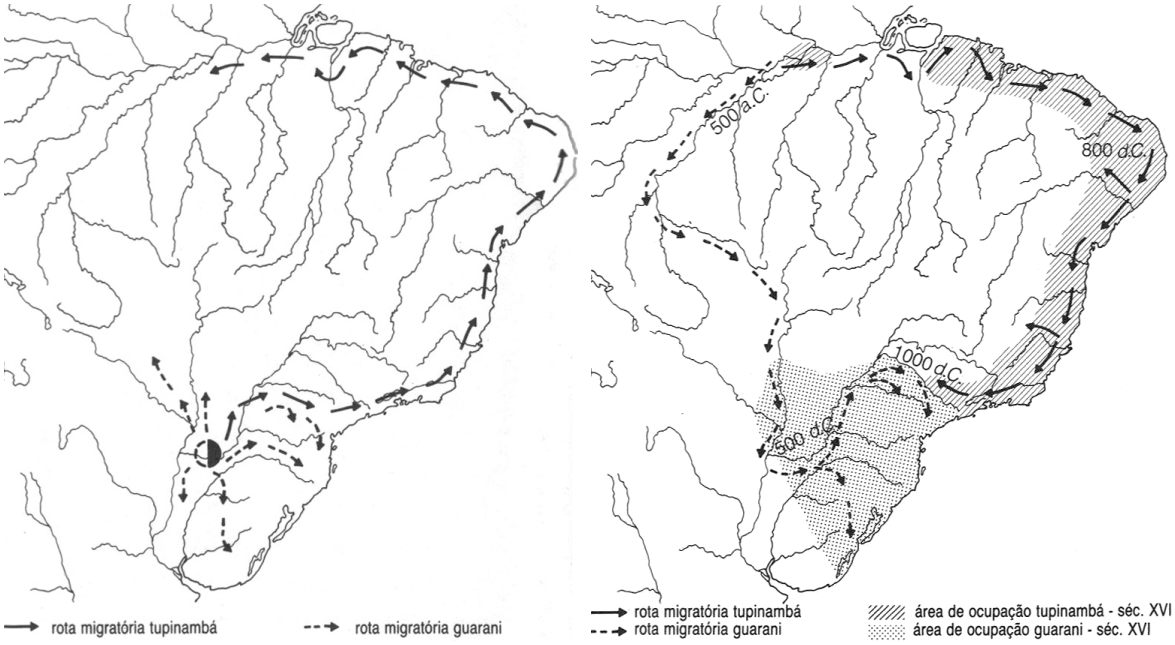


Figura 122: mapa da expansão (proto-)Guarani e (proto-)Tupinambá: a) segundo Alfred Métraux (1927); b) segundo José Proenza Brochado (1984).
Fonte: Fausto (1992:384).

Nenhum desses dois modelos foi totalmente comprovado ou refutado, havendo considerações contra e a favor de ambos. O modelo de Métraux (1927) parece-nos por demais linear no que tange à expansão Tupinambá e não considera que outras bacias comungando divisores de águas com a bacia do Paraná-Paraguai tenham funcionado como rotas de acesso a áreas do Sudeste e Nordeste brasileiro habitadas por etnias que constituem esse subconjunto Tupiguarani. O modelo de Brochado (1984), por sua vez, tem a seu favor admitir que a expansão dessa cultura ocorreu segundo um padrão de

distribuição mais complexo, pois teria se dado por meio de diferentes movimentos através das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul. No entanto, pesa contra ele o fato de que o tempo transcorrido entre o início desses movimentos na Amazônia e o seu reencontro no Sudeste – entre 1.500 e 1.700 anos – dificilmente permitira aos Guarani e Tupinambá manter características culturais e lingüísticas tão similares quanto às registradas. As datações mais antigas de que se dispõe sobre material arqueológico Tupiguarani no Brasil (Figura 123) e a falta de registros documentais que atestem a presença Tupinambá no baixo Amazonas e no Maranhão anteriormente ao final do século XVI também atuam como sérios complicadores desse modelo (Corrêa & Samia, 2008; Fausto, 1992; Prous, 1992).

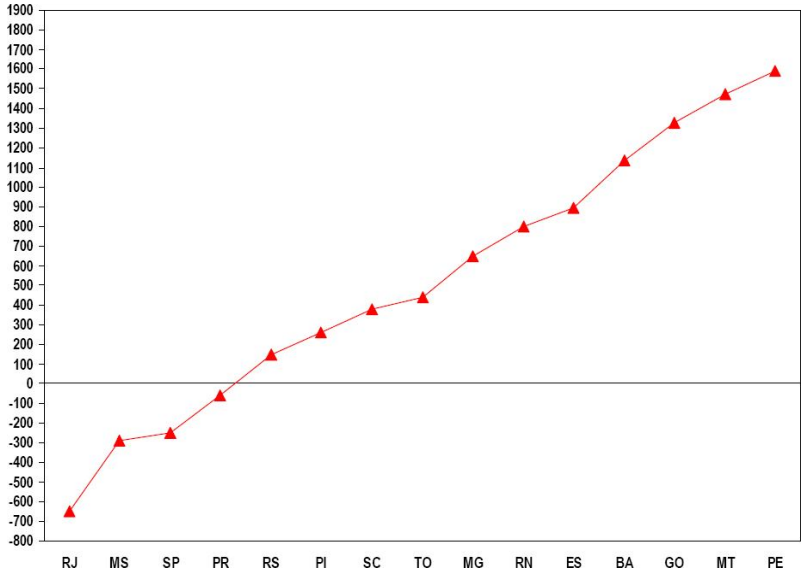


Figura 123: datações mais antigas de material arqueológico Tupiguarani por estados brasileiros. Observação: datações em anos do calendário cristão. Fonte: Corrêa & Samia (2008:413).

Um terceiro modelo da expansão Tupiguarani – de certa forma complementar ao de Métraux (1927), mas bem mais elaborado – foi formulado no final da década de 1990 por Aryon Dall'Igna Rodrigues (1999) a partir de extensiva pesquisa sobre as línguas Macro-Tupi e, particularmente, Tupi-Guarani. Esse autor classifica as línguas dessa família – sejam elas extintas ou não – segundo oito "subconjuntos": as pertencentes aos subconjuntos IV a VIII são ou eram faladas na região amazônica, ao passo que as pertencentes aos subconjuntos I, II e III encontram-se ou encontravam-se distribuídas predominantemente fora dela. O subconjunto I inclui o Guarani Antigo e as línguas Guarani modernas faladas na bacia do Paraná-Paraguai. O subconjunto II é constituído pelas línguas Guaráyo (ou Guarayú), Horá (ou Jorá), Pauserna, Sirionó, e provavelmente Yúki faladas na sub-bacia do rio Guaporé. O subconjunto III engloba o Tupi Antigo e duas línguas geradas pelo contato entre os Tupinambá e os portugueses: a extinta Língua

Geral Paulista (ou Tupi Austral) e a Língua Geral Amazônica (ou *Nheengatú*) falada ainda hoje em alguns rincões da região Norte. A partir dessa classificação e, principalmente, de uma série de elaboradas comparações lingüísticas, Rodrigues (1999) sugere que:

> Os antepassados de três dos oito subconjuntos atuais, I, II e III, ter-se-iam deslocado para o sul, subindo talvez o rio Arinos e passando deste para a bacia do Paraguai, seja pelo Alto Paraguai, seja pelo Cuiabá. Nos primeiros deslocamentos nesse sentido, ainda antes de deixar a bacia amazônica, II e III teriam estado mais próximos um do outro do que ambos de I (...).
>
> Na migração para e pela bacia do Paraguai os falantes de II e III devem, portanto, ter precedido os falantes de I e, a certa altura, devem ter-se separado por sua vez. Os de II devem ter descido o rio Paraguai até talvez 20° sul e daí ter-se deslocado para noroeste e descido o rio San Miguel, afluente do Guaporé, reentrando assim na bacia fluvial amazônica; parte deles, entretanto, teria seguido pelo Paraguai um pouco mais para o sul, até a altura dos rios Apa e Aquidabã. Tanto estes, como os que foram pelo São Miguel ficaram conhecidos dos europeus, nos séculos XVI e XVII, pelo nome Itatins (...).
>
> Já os falantes de III devem ter descido no mesmo rumo, mas divididos em pelo menos dois segmentos, um dos quais se manteve durante algum tempo ainda em contacto com II. Uns e outros, entretanto, teriam mudado seu rumo para leste, seguindo, talvez, pelo Taquari e deste passando para o rio Paraná por um de seus afluentes, como o Sucuriú. Teriam então prosseguido para leste, agora provavelmente pelo Tietê. É possível que nesse avanço pelo Tietê acima os últimos tenham sido aqueles que tiveram mais contacto com II. Os primeiros, chegando às cabeceiras do Tietê, junto à Serra do Mar, teriam desviado para nordeste e entrado no Vale do Paraíba, pelo qual se teriam estendido até ultrapassar a Serra do Mar, na altura de Barra do Piraí, e passar para a costa atlântica logo adiante de Angra dos Reis. Parte deles deve ter passado a ocupar o litoral a partir daí, enquanto outra parte pode ter seguido pelo Vale do Paraíba até a desembocadura deste rio no litoral mais ao norte, de onde também teriam passado a avançar no rumo nordeste. Os que teriam passado para o litoral na altura de Barra do Piraí seriam os antepassados dos Tupinambá do Rio de Janeiro, aí encontrados pelos europeus no século XVI (talvez também de outros Tupinambá que se deslocaram mais para o norte, como os da Bahia). Os últimos a chegar no alto Tietê, os do grupo que havia mantido maior contacto com II, teriam a partir daí transposto a Serra do Mar e descido para o litoral paulista, onde os encontraram os portugueses no século XVI, que os ficaram conhecendo sob o nome Tupi, usado pelo Pe. Anchieta e outros que na época estiveram em São Vicente e em Piratininga; pelo alemão Hans Staden foram chamados de Tupinikín (...).
>
> Os antepassados dos falantes das línguas do subconjunto I, que mantiveram contacto mais longo com os grupos que ficaram na Amazônia, também teriam descido o rio Paraguai, mas teriam avançado mais para o sul, seja por esse mesmo rio, seja pelo Paraná. Em parte estes foram ocupando o território entre o Paraná e o Paraguai, em parte prosseguiram mais para o sul, além da confluência do Paraguai com o Paraná, indo alcançar o rio Uruguai e a desembocadura do rio da Prata, e em parte migraram para leste, entrando pelo Paranapanema, pelo Ivaí, pelo Piquiri e pelo Iguaçu. Por este último terão chegado à Serra do Mar, que devem ter transposto para chegar ao litoral do Paraná e Santa Catarina, onde no século XVI os conheceram os europeus com o nome *Carió* ou *Carijó*. Aqueles que estavam na boca do Prata no século XVI foram chamados pelos espanhóis de *Chandules* e os que ficaram ao longo do Paraná e entre este e o Paraguai tornaram-se conhecidos pelo nome *Guarani* (p.1600-1602).

Não obstante as excepcionais qualidades desse modelo, ele reproduz uma limitação do proposto por Métraux (1927) e não considera a hipótese que os proto-Tupinambá podem ter alcançado outras bacias com divisores de águas com a do Paraná-



Paraguai e tomada-as como importantes rotas de expansão. O exemplo por excelência é a vizinha bacia do São Francisco, facilmente acessível pelo alto rio Grande e o atual Parque Nacional da Serra da Canastra, na região Sul de Minas Gerais. Quando os proto-Tupinambá iniciaram os seus movimentos migratórios, grande parte dessa bacia já dispunha de condições ambientais bastante favoráveis à sua presença e toda ela podia funcionar como uma ampla rede de acesso a uma miríade de terras interioranas e litorâneas. A hipótese que ela foi adotada como uma importante rota de expansão Tupiguarani a partir da bacia do Paraná-Paraguai poderia ser sugerida baseando-se apenas nas suas características naturais; contudo, ela é também corroborada por pelo menos outros três conjuntos de dados.

O primeiro consiste em os próprios modos de produção do espaço e reprodução social dos Tupiguarani inferidos através dos seus vestígios arqueológicos e da etnografia sobre eles. Como se depreende dessas fontes, as etnias com essa filiação cultural foram altamente dependentes da proximidade de rios navegáveis e tiveram a sua distribuição espacial determinada em grande parte pela geografia dos principais recursos hídricos da América do Sul. A propósito, deve-se destacar a farta documentação existente sobre as habilidades dos Tupinambá e Guarani como pescadores e remadores fluviais e litorâneos, bem como sobre a sua capacidade de produzir flotilhas com uma grande quantidade de embarcações e de conduzi-las por distâncias que podiam alcançar mais de 50 léguas (Figura 114b, Figura 124). O frade franciscano francês André Thevet (1978 [1557]), por exemplo, observou entre novembro de 1555 e janeiro de 1556, durante a sua estada na *France Antarctique* que Nicolas Durand de Villegagnon estabelecera na baía de Guanabara, que:

> As embarcações que os índios [Tupinambá] usam são pequenas canoas, isto é, barcos feitos da casca de certas árvores, sem pregos nem cavilhas de 5 ou 6 braças de comprimento e 3 pés de largura. Note-se que não lhes interessa construir embarcações mais sólidas, pois não conseguiriam manobrá-las com a necessária habilidade quando se tratasse de fugir dos inimigos ou então de persegui-los. (...) Suas flotilhas de guerra são compostas de *cem ou cento e vinte canoas*, mais ou menos, levando, cada uma, *de quarenta a cinqüenta pessoas*, entre homens e mulheres (grifos nossos) (p.128).

Os proto-Guarani e os proto-Tupinambá, enquanto (re)produtores de uma cultura que se originou e desenvolveu em espaços com uma grande riqueza hídrica detinham, muito provavelmente, habilidades náuticas e pesqueiras análogas às dos seus descendentes (Prous, 1992 e 2006). Obviamente, esse meio de transporte lhes teria possibilitado não apenas alcançar com relativa rapidez e conforto grande parte dos espaços às margens do São Francisco e dos seus afluentes, mas também manter uma extensa rede econômica interna e externamente a essa bacia.





Figura 124: gravuras quinhentistas representando flotilhas Tupiguarani no litoral paulista.
Fonte: Staden (1557:s/p).

O segundo conjunto de dados é constituído pelas fontes documentais e registros arqueológicos que demonstram que muitas porções da bacia do São Francisco foram objetos de ocupação Tupiguarani e, especialmente, de um grande grupo estendendo-se, conforme atestou Cardim (1980 [c.1600]): “do sertão [da capitania] de São Vicente até [a capitania de] Pernambuco, a que chamam *Tupiguae* [ou Tupinaé]” (p.101). Mesmo que não se deva afastar a possibilidade dos seus ancestrais terem ingressado nessa bacia através da sua foz, nos parece que o acesso através das suas cabeceiras é mais provável e conta com diversos indícios e evidências arqueológicas (Martin, 1997; Prous, 1992; Sá, 2004).

Nesse sentido, Lílian Panachuck de Sá (2004), em monografia orientada por André Prous, explica que cerca de 50 sítios arqueológicos Tupiguarani já foram identificados em Minas Gerais e, desse montante, 36 estão localizados na bacia do São Francisco e do rio Grande: 19 nos municípios de Bambuí, Doresópolis, Iguatama, Pains, Pimenta e Piumhí, na região Oeste do estado; dois nos município de Alfenas e Andrelândia, na região Sul/Sudoeste; cinco nos municípios de Jaboticatubas, Matozinhos e Pedro Leopoldo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e 10 nos municípios norte-mineiros de Januária e Montalvânia e, especialmente, em veredas e planícies do vale do Peruaçu. Contudo, Sá (2004) pondera que a porção da bacia do São Francisco em Minas Gerais pode ter sido apenas “um local de passagem da tradição Tupiguarani (...), pois a pequena quantidade de material cerâmico [evidenciada] não parece constituir uma ocupação [de longa duração] (...), no entanto, a ausência de datações e de prospecções recentes dificulta uma avaliação” (p.46).

O terceiro conjunto de dados que corrobora a hipótese da bacia do São Francisco ter sido utilizada como uma importante rota de expansão da cultura Tupiguarani é constituído por fontes quinhentistas que registraram passagens da história oral dos Tupinambá da Bahia versando sobre as suas lutas pela posse do Recôncavo em tempos pré-cabralinos. Como escreveu Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]) no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* ou, mais especificamente, no capítulo *Que trata de quais foram os primeiros povoadores da Bahia*:

> Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios mais antigos, foram os tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo (...). Estes tapuias foram lançados fora da terra da Bahia e da sua vizinhança do mar dela por outro gentio seu contrário, *que desceu do sertão* [grifo nosso], à fama da fartura da terra e mar desta província, que se chamam tupinaés, e fizeram guerra um gentio ao outro tanto tempo quanto gastou para os tupinaés vencerem e desbaratarem os tapuias, e lhos fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de que eram senhores, a qual os tupinaés possuíram e senhoraram muitos anos, tendo guerra ordinariamente pela banda do sertão com os tapuias, primeiros possuidores das fraldas do mar; e chegando à notícia dos tupinambás a grossura e fertilidade desta terra, se juntaram e *vieram de além do rio de São Francisco* [grifo nosso], descendo sobre a terra da Bahia [de Todos os Santos] que vinham senhorando, fazendo guerra aos tupinaés que a possuíam, destruindo-lhes suas aldeias e roças, matando aos que lhe faziam rosto, sem perdoarem a ninguém, até que os lançaram fora das vizinhanças do mar; os quais se *foram para o sertão* [grifo nosso] e despejaram a terra aos tupinambás que a ficaram senhorando. E estes tupinaés se foram pôr em frontaria com os tapuias seus contrários, os quais faziam crua guerra com força, da qual os faziam recuar pela terra adentro, por se afastarem dos tupinambás que os apertavam da banda do mar, de que estavam senhores, e assim foram possuidores desta província da Bahia por muitos anos, fazendo guerra a seus contrários com muito esforço, até a vinda dos portugueses a ela; dos quais tupinambás e tupinaés se têm tomado esta informação, *em cuja memória andam estas histórias de geração em geração* [grifo nosso] (p.229).

Esse relato, mesmo que careça de uma maior precisão cronológica e geográfica, contribui para demonstrar o quão complexas eram as relações entre as etnias Tupiguarani e oferece dois possíveis indícios de que a bacia do São Francisco foi uma das rotas de expansão dessa cultura. Um deles é a informação que o ingresso Tupinaé no Recôncavo Baiano teria se dado através de um movimento migratório que “desceu do sertão”. Se essa expressão aludia a uma origem interiorana – como em diversas passagens dessa e de outras fontes do período –, pode-se postular que os Tupinaé teriam acessado o litoral muito provavelmente através da bacia do Paraguaçu, adjacente à do São Francisco. Essa rota seria utilizada posteriormente por expedições portuguesas que exploraram os *sertões* da Bahia e de Minas Gerais, receberia nomes como “caminho do São Francisco”, “caminho dos currais do São Francisco”, “caminho da cidade da Bahia para as minas do rio das Velhas” e “caminho da Bahia” (Santos, 2001:118) e se consolidaria como a principal via de ligação terrestre entre esses dois estados até meados do século XX (Figura 125).



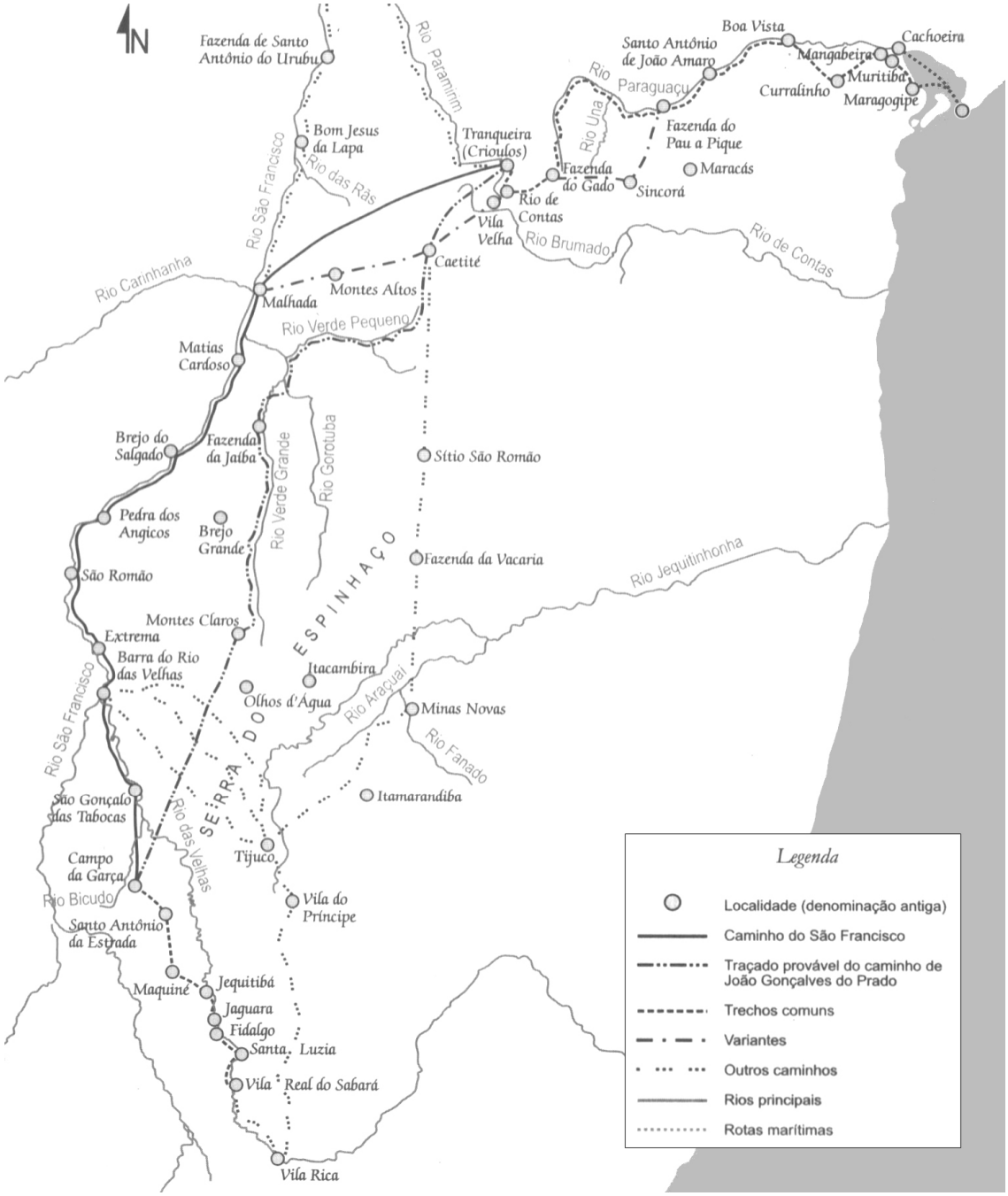


Figura 125: mapa do caminho do São Francisco.
Fonte: Santos (2001:116).

O outro indício no relato de Sousa de que o São Francisco teria sido uma importante rota de expansão Tupiguarani é a informação que os Tupinaé do Recôncavo Baiano foram expulsos “para o sertão” por grupos Tupinambá oriundos “de além” desse rio. É cabível, portanto, a interpretação que os últimos protagonizaram um movimento migratório seguindo a rota aberta pelos antepassados dos Tupinaé através das bacias do Paraná-Paraguai, São Francisco e Paraguaçu. Pode-se também entender que todos eles eram descendentes de uma única onda que partiu da bacia do Paraná-Paraguai, mas sofreu um fracionamento na bacia do São Francisco. De uma parte teriam descendido os

Tupinaé que alcançaram o Recôncavo através do Paraguaçu e da outra os Tupinambá que de lá os expulsaram. Nesse caso, os antepassados desses Tupinambá tanto podem ter permanecido no interior por mais tempo quanto continuado a jusante do São Francisco, atingido a sua foz, sofrido um novo fracionamento que gerou os Kaeté e de lá alcançado o Recôncavo.

Se os Tupinaé e/ou seus rivais Tupinambá de fato ocuparam esse espaço a partir do *sertão*, fica evidente que a expansão da cultura Tupiguarani na Bahia foi um processo bem mais complexo do que propõem os modelos de Métraux (1927) e Rodrigues (1999) e exige admitir a existência de uma via interiorana, seja ela sanfranciscana ou não. No âmbito dessa possibilidade, torna-se também mais complexa a tarefa de postular as possíveis rotas de entrada dessa cultura no Extremo Sul da Bahia e nas adjacentes regiões Litoral Sul da Bahia e Litoral Norte do Espírito Santo. Por um lado, os referidos modelos indicam que o ingresso dos antepassados dos Tupinikín contatados nesse espaço a partir do século XV ocorreu simplesmente no bojo de um avanço ao longo do zona costeira, iniciado no estado de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Por outro lado, quando se considera tal via interiorana, surgem pelo menos outras duas hipóteses.

A primeira é de um ingresso a partir do Recôncavo Baiano ou da bacia do Paraguaçu ocorrido no bojo de uma expansão para sul dos descendentes dos Tupinaé que teriam colonizado esses espaços. Essa hipótese é corroborada por relatos já citados de Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim sobre a ascendência comum das etnias Tupinaé e Tupinikín e o ódio que compartilhavam em relação aos demais Tupinambá. Enquanto Sousa (2001 [c.1587]) destacou que eles “descendem todos de um tronco, e não se têm por contrários verdadeiros” (p.69), Cardim (1980 [c.1600]) registrou que os Tupinikín “procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente (...). Há outra nação [de] parentes destes, que corre do sertão de São Vicente até Pernambuco, a que chamam *Tupiguae* [ou Tupinaé]” (p.102). Os “de Pernambuco” são, pela estrutura do texto, a etnia Kaeté que “por uma corda do rio de São Francisco vivia” (p.102) e, portanto, essa informação também pode ser tomada como um indício de uma origem sanfranciscana dos Tupinaé e Tupinikín.

Uma segunda hipótese para o ingresso dos antepassados dos Tupinikín na Bahia e no Espírito Santo seria através da bacia do rio Doce, adjacente às bacias do São Francisco e do Paraná-Paraguai (alto rio Grande). Sá (2004), no citado estudo sobre os sítios arqueológicos Tupiguarani em Minas Gerais, lista uma série de achados em municípios ao longo do médio rio Doce – como Governador Valadares, Resplendor, Ituêta e Aimorés – com características similares às observadas em peças evidenciadas no litoral. No sítio Florestal II, em Ituêta, algumas amostras foram objetos de datações por termoluminescência que situaram o seu enterramento entre 1.150±150 BP e 375±35 BP



e demonstraram uma significativa antigüidade e longevidade da presença Tupiguarani nesse espaço[88]. Deve-se destacar, no entanto, que a pequena quantidade de vestígios dessa tradição encontrada na bacia do rio Doce levou Sá (2004) a ponderar que ela teria servido, assim como a porção mineira do São Francisco, mais como uma rota migratória de grupos Tupiguarani do que propriamente como um território onde tenham se fixado[89]. Não obstante a possibilidade da presença Tupiguarani no rio Doce ter se dado a partir do litoral, desconhecemos evidências que afastem a hipótese de um ingresso por obra de grupos proto-Tupinikín que tenham partido das bacias do rio Grande e/ou do São Francisco, logrado cruzar esse território predominantemente Macro-Jê e alcançado a zona costeira. Além disso, nada parece impedir que essa rota tenha permanecido aberta no período entre as datações do sítio Florestal II e, portanto, permitido algum contato entre os Tupinikín do Planalto Paulista e os do litoral da Bahia e do Espírito Santo.

A propósito, um aspecto da geografia Tupinambá que nos chama a atenção é a quebra de continuidade dos seus territórios litorâneos no Norte Fluminense e Sul Espírito Santense (Figura 126). Esse espaço e grande parte das porções interioranas da bacia do Paraíba do Sul – inclusive na Zona da Mata mineira – foram ocupados por etnias *tapuia* denominadas Goitacá e Papanás nos séculos XVI e XVII e pelos seus supostos descendentes registrados, a partir do século XVIII, sob os designativos Puri, Coroado e Koropó. Esses grupos, hoje extintos, teriam sido falantes de idiomas da família lingüística Puri do tronco Macro-Jê e filiados à cultura Una, contemporânea, *lato sensu*, à Aratu. Prous (1992:344) inclusive aponta, a partir de pesquisas arqueológicas realizadas por Ondemar Ferreira Dias Jr. e Eliana Carvalho, que a fase Mucuri da cultura Una seria obra dos Goitacá, ao passo que a fase Una da cultura Una seria obra dos Puri. Arquiinimigos dos seus vizinhos Tupiguarani, eles foram descritos por europeus e luso-brasileiros como sendo algumas das mais temíveis etnias indígenas do Brasil e só seriam subjugados, ao que tudo indica, por epidemias introduzidas pelos colonizadores.

Os Goitacá, por exemplo, eram considerados por portugueses e franceses como corredores e nadadores sem rivais e resistiram às investidas tanto dos Temiminó e Tupinikín ao norte quanto dos Tamoio ao sul. Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]), em um capítulo da sua obra intitulado *Em que se diz quem são os goitacases, sua vida e costumes*, nos legou um testemunho das habilidades desses indígenas – ou uma amostra do tipo de fantasias que despertavam no imaginário colonial – ao escrever que:

---

[88] Dentre as seis datações apresentadas por Sá (2004), há uma que alcança a impressionante marca de 2.180±150 BP. No entanto, preferimos não considerá-la por parecer anômala. Caso contrário, trata-se da mais antiga datação obtida em um sítio Tupiguarani em Minas Gerais (Figura 123) e de uma evidência que praticamente liquida com o modelo de Brochado (1984) (Figura 122b).

[89] Sá (2004) também menciona um conjunto de peças cerâmicas supostamente Tupiguarani que foi encontrado no município de Salinas, no médio Jequitinhonha. No entanto, por tratar-se de um caso isolado sobre o qual temos poucas informações, preferimos não considerá-lo como um indício de que essa bacia (também lindeira à do são Francisco) pode ter sido adotada como rota de ingresso dos antepassados dos Tupinikín na Bahia e no Espírito Santo.



> Costumam estes bárbaros, por não terem outro remédio, andarem no mar nadando, esperando os tubarões com um pau muito agudo na mão, em remetendo o tubarão a eles, lhe davam com o pau, que lhes metiam pela garganta com tanta força que o afogavam, e matavam, e o traziam à terra, não para o comerem para o que não punham em tamanho perigo, senão para lhes tirar os dentes, para os engastarem nas pontas das flechas (p.75).

Tal quebra de continuidade dos territórios Tupinambá nos coloca uma questão que permanece sem resposta conclusiva: como se deu a expansão dos proto-Tupinambá ao longo do litoral brasileiro – e particularmente dos proto-Tupinikín – diante da resistência da etnia de filiação cultural Una e lingüística Macro-Jê que se supõe ser antepassada dos Goitacá quinhentistas? Teria esse avanço logrado expulsá-la para o interior e conquistar momentaneamente esse espaço que seria retomado depois pelos proto-Goitacá? Teria esse avanço se dado sem lograr tal ocupação, mas conseguindo cruzar o território dos proto-Goitacá sem perdas de vidas entre os proto-Tupinambá que comprometessem a sua continuidade? Ou será que as porções setentrionais fluminenses e meridionais capixabas teriam se constituído em um território intransponível ao avanço dos proto-Tupinambá e os obrigado encontrar rotas alternativas como as que postulamos através das bacias dos rios São Francisco e Paraguaçu e mesmo do rio Doce?

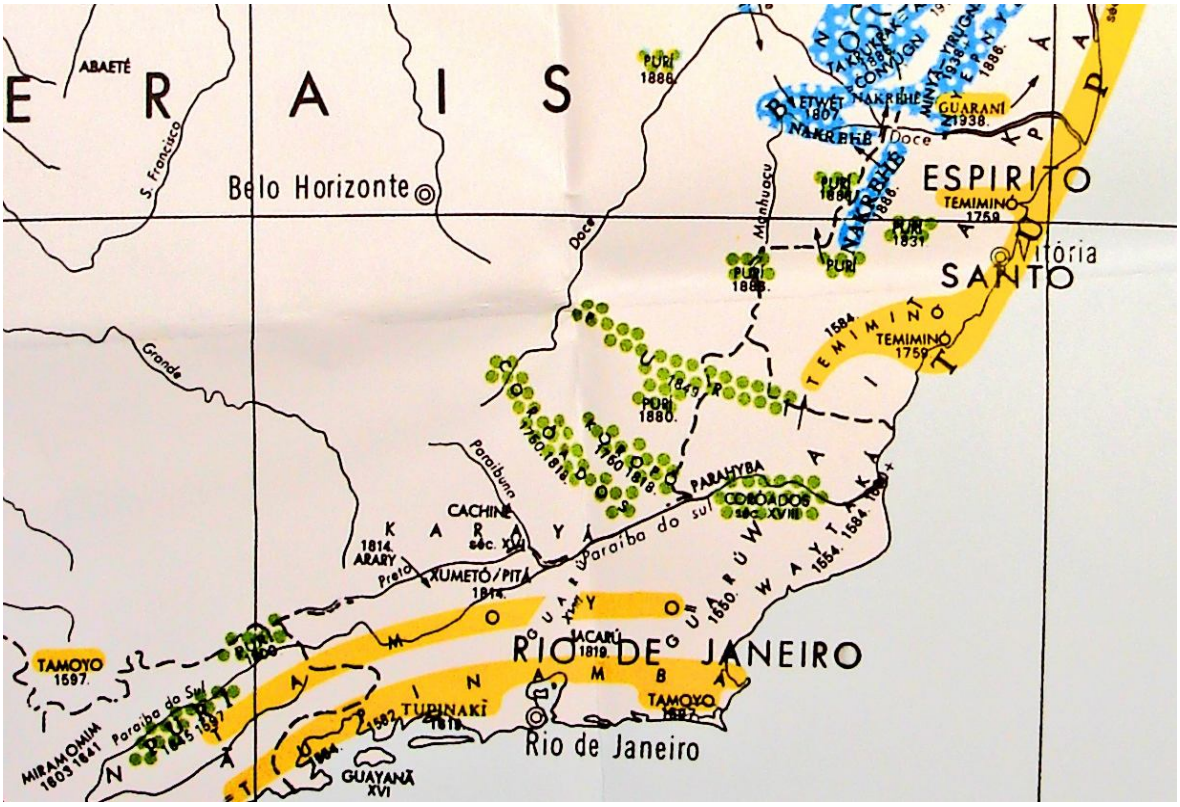


Figura 126: detalhe do *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendajú representando áreas dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais onde foi documentada a presença de etnias filiadas à família lingüística Puri.
Legenda: hachura em círculos verdes = família Puri; hachura amarela = família Tupi-Guarani; hachura azul com círculos brancos = família Botocudo; data junto à denominação = "Data da Documentação da Tribo".
Fonte: IBGE (adaptação do mapa produzido por Nimuendajú em 1944).

Como se percebe, a expansão Tupiguarani – seja litorânea ou interiorana – não ocorreu sobre *terra inculta*, mas sobre muitos espaços que há séculos eram territórios *tapuia*. Para além dos testemunhos arqueológicos das violentas conseqüências desse avanço – como a brusca sobreposição estratigráfica de vestígios Tupiguarani sobre espessas camadas de sedimentos produzidas por aldeias Aratu, Una, Itararé-Taquara etc. (Prous, 1992) –, há diversas fontes documentais que indicam que essa expansão provocou o extermínio, colonização ou expulsão de muitas etnias e culturas *tapuia*. Anchieta (1988 [1584]), por exemplo, deixou registrado na sua *Informação do Brasil e de suas Capitanias* que a expulsão dos *tapuia* de espaços litorâneos para interioranos no Brasil meridional era memória viva entre os Carijó. E mais, que ainda era corrente a reprodução entre eles de alguns topônimos sabidamente não-Tupi que teriam sido ensinados a eles provavelmente pelos *tapuia* que aprisionavam. Como se lê nessa obra:

> Todo este gentio desta costa [da capitania de São Vicente à Lagoa dos Patos], que também se derrama mais de 200 léguas pelo sertão, e os mesmos Carijós que pelo sertão chegam até às serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para conversão. Entre eles pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes Índios chamam Tapuias, que quer dizer, escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra. Destes Tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os Índios da costa e do sertão (p.310).

Relatos sobre a expulsão de etnias *tapuia* litorâneas pelos Tupiguarani também foram recolhidos por outros cronistas quinhentistas. Dada a natureza das fontes a que muitos declaram ter recorrido – a história oral indígena – pode-se deduzir que a maior parte dos fatos narrados era relativamente recente. Esse entendimento é referendado por datações realizadas em diversos sítios arqueológicos onde vestígios da cultura material Tupiguarani se sobrepõem aos da cultura suprimida ou se justapõem aos da colonizada. Sabemos também, tanto pela arqueologia quanto pelas fontes documentais, que diversas etnias de diferentes filiações lingüísticas e culturais continuavam resistindo à presença Guarani ou Tupinambá nos seus territórios tradicionais enquanto os europeus avançavam sobre a América do Sul. Muitas dessas etnias foram objetos de acaloradas descrições e referidas como detentoras de excepcionais qualidades físicas, praticantes de extraordinárias táticas de combate e causadoras de temor até mesmo entre os mais poderosos exércitos indígenas e não-indígenas de então.

Essas condições explicam, pelo menos em parte, a sua resistência aos belicosos Tupiguarani e o fato de muitas terem exigido séculos de esforços dos seus inimigos – e especialmente dos europeus e luso-brasileiros – no sentido de subjugá-las ou exterminá-



las. Dentre as etnias que foram mais documentadas nos primórdios da Conquista, podemos destacar, além da Goitacá, as Payaguá e Guaykuru do alto rio Paraguai e as Minuano e Charrua do rio da Prata, que se digladiavam com os Guarani desde tempos pré-cabralinos e causaram incontáveis perdas e verdadeiro horror aos espanhóis e portugueses, e a etnia Tremembé cujo território incluía, segundo fontes quinhentistas e seiscentistas, o litoral dos estados do Ceará, Maranhão e Pará. Contudo, o grupo *tapuia* que foi objeto das narrativas mais aterrorizadas, imputando-lhes uma condição entre a bestialidade e a sobrenaturalidade e repletas de menções a uma violência considerada absurda mesmo pelos permissivos padrões de então foi – arriscamos dizer: sem dúvida – o que o padre jesuíta Pero Rodrigues descreveu laconicamente, em 1599, como, "uma praga de gentio bravo, cuja língua se não pode entender, e a que chamam Aimorés" (*apud* Leite, 1945 [I]:212).

A BUSCA PELA *TERRA-SEM-MAL*

A distribuição, velocidade de expansão e belicosidade das etnias Tupiguarani – e principalmente das Tupinambá – podem ter explicações para além do seu crescimento populacional, da busca de recursos naturais necessários à sua reprodução e, correspondentemente, da produção de novos territórios. Como se depreende principalmente de fontes quinhentistas, elas podem ter sido motivadas por uma questão de foro estritamente religioso: a busca da mitológica *Terra-sem-Mal* propalada por xamãs Tupiguarani. Esses homens sagrados – denominados *carahyba* ou *karaí* – foram descritos por cronistas do período como sendo os membros mais respeitados nas sociedades Tupiguarani. A sua existência consistia em vagar de aldeia em aldeia, aparentemente resguardados de todo e qualquer eventual conflito entre elas, curando enfermos, fazendo profecias e anunciando aos crentes um paraíso a ser alcançado após a morte ou mesmo em vida. Como explica Fausto (1992):

> Os Tupi localizavam essa "terra-sem-mal" – lugar de abundância, de ausência de labuta, da imortalidade, mas sobretudo da guerra e do canibalismo – tanto num eixo horizontal e espacial, quanto em outro vertical e temporal. Ela era o destino individual pós-morte dos matadores, daqueles que deixavam memória pela façanha guerreira; mas era também um "paraíso terreal" inscrito no espaço, em algum lugar a oeste ou a leste, que podia ser coletivamente alcançado em vida. Era sobre este mundo que os grandes pajés – os *caraíba* – falavam em suas andanças, reatualizando uma escatologia guerreira e conferindo sentido ao movimento da sociedade sobre a terra. Algumas migrações tupi-

guarani bastante expressivas foram protagonizadas por esses pajés, que levaram populações inteiras a abandonar seu território e partir em busca de "terras novas"[90] (p.385-386).

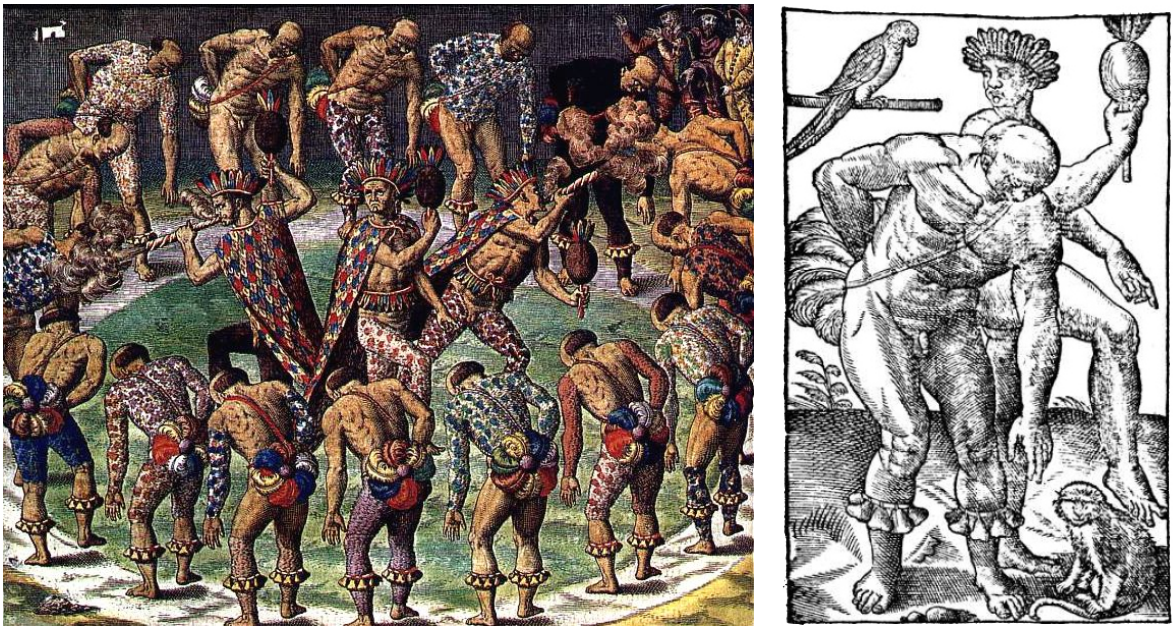


Figura 127: gravuras quinhentistas representando danças Tupinambá com a presença de alguns *carahyba* e/ou *pajé* (usando cocares e tocando trombetas e maracás).
Fonte: a) gravura aquarelada a partir de Bry (1592:228); b) Léry (1570:175).

Os missionários da Companhia de Jesus no Brasil, em geral proficientes na *lingoa brasilica*, parecem ter tido os seus trabalhos de conversão religiosa bastante facilitados por essa particularidade da mitologia Tupiguarani, pois teriam adaptado-a à visão cristã de Paraíso e sido confundidos, nas suas andanças e pregações, com a figura dos *carahyba*. A propósito, a maior parte dos registros sobre esses homens sagrados é de autoria de padres e irmãos jesuítas e, em particular, de Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Fernão Cardim. Na documentação que produziram há diversas menções aos *carahyba* – via de regra execrados por esses religiosos – e aos embates que travavam contra eles pela *salvação das almas* dos Tupiguarani.

Nóbrega nasceu em 1517 em Sanfins do Douro, Portugal, e chegou ao Brasil em 1549 na condição de principal da primeira missão jesuítica e juntamente com o governador-geral Tomé de Sousa e os construtores da cidade de Salvador. Ele aprendeu a *lingoa brasilica*, conheceu a colônia como poucos, produziu vasta obra e dedicou-se resolutamente à catequese dos indígenas até a sua morte no Rio de Janeiro em 1570,

[90] As denominações *pajé*, *pagé* ou *opajé* e *carahyba* ou *karaí* são adotadas indistintamente em muitas fontes primárias e secundárias. Contudo, Jean de Léry (1980) enfatizou a sua diferença ao apontar que o pajé seria um sujeito "de gênero diverso dos *caraíbas* (...) e que corresponde aos nossos barbeiros ou médicos" (p.245). Já os *carahyba* seriam "profetas (...) que andam de aldeia em aldeia como os tiradores de ladainhas e fazem crer não somente que se comunicam com os espíritos e assim dão força a quem lhes apraz, para vencer e suplantar os inimigos na guerra, mas ainda persuadem terem a virtude de fazer com que cresçam e engrossem as raízes e frutos da terra do Brasil" (p.209-210).

vitimado, ao que parece, pela tuberculose (Leite, 1945 [I]; Nóbrega, 1988). Na sua *Informação das Terras do Brasil*, escrita provavelmente em 1549, em um relatório de atividades de Anchieta intitulado *Quadrimestre de setembro até o fim de dezembro de 1556* e na primeira parte da *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica* que Cardim concluiu em 1585, se lê, respectivamente, que:

> De certos em certos anos vêm uns feiticeiros de mui longes terras, fingindo trazer santidade e ao tempo de sua vinda lhes mandam limpar os caminhos e vão recebê-los com danças e festas, segundo seu costume (...). Em chegando o feiticeiro com muita festa ao lugar, entra em uma casa escura e põe uma cabaça, que traz em figura humana, em parte mais conveniente para seus enganos e mudando sua própria voz em a de menino junto da cabaça, lhes diz que não curem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento por si crescerá, e que nunca lhes faltará que comer, e que por si virá à casa, e que as enxadas irão a cavar e as flechas irão ao mato por caça para seu senhor e que hão de matar muitos dos seus contrários, e cativarão muitos para seus comeres e promete-lhes larga vida, e que as velhas se hão de tornar moças, e as filhas que as dêem a quem quiserem e outras coisas semelhantes lhes diz e promete, de maneira que crêem haver dentro da cabaça alguma coisa santa e divina, que lhes diz aquelas coisas, as quais crêem. Acabando de falar o feiticeiro, começam a tremer, principalmente as mulheres, com grandes tremores em seu corpo, que parecem endemoninhadas (como de certo o são), deitando-se em terra, e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro que então lhes entra a santidade; e a quem isto não faz tem-lho a mal. Depois lhe oferecem muitas coisas e em as enfermidades dos Gentios usam também estes feiticeiros de muitos enganos e feitiçarias. Estes são os maiores contrários que cá temos (Nóbrega, 1988 [c.1549]:99).
>
> Pelo sertão anda agora um [feiticeiro] ao qual todos seguem e veneram como a um grande santo. Dão-lhe quando têm, porque se isto não fazem crêem que ele com seus espíritos os matará logo. Este, metendo fumo pela boca, aos outros lhes dá seu espírito, e faz seus semelhantes; aonde quer que vai o seguem todos, e andam de cá para lá, deixando suas próprias casas (Anchieta, 1988 [1557]:109).
>
> Entre estes seus principais ou pregadores, há alguns velhos antigos de grande nome e autoridade entre eles, que têm fama por todo o sertão, trezentas a quatrocentas léguas, e mais. (...) E sua mão tem a morte e vida, e os levará por onde quiser sem contradição (Cardim, 1980 [1585]:152).

Outros relatos do gênero são oferecidos por cronistas quinhentistas como, por exemplo, Jean de Léry. Nascido em La Margelle, no atual Departamento de Côte d'Or, França, em 1534, ele se mudou para Genebra ainda adolescente para estudar teologia com Calvino. Em 1556, Léry foi enviado ao Brasil como membro de um grupo incumbido de averiguar as condições para a fundação de uma colônia calvinista na *France Antarctique* que Villegagnon fundara na baía de Guanabara no ano anterior. Tendo alcançado o seu destino em 1557, eles experimentaram uma paulatina deterioração das suas relações com Villegagnon, que os obrigou a se retirarem da sua fortificação na ilha que leva o seu nome e a se refugiarem no sítio batizado *Briqueterie* (ou Olaria). Até conseguirem reembarcar para a Europa, em 1558, Léry pôde conhecer bastante bem os Tamoio que habitavam as imediações da baía e acumular dados que lhe permitiriam produzir uma das mais importantes obras já escritas sobre eles: *Histoire d'vn voyage fait*



en la terre dv Bresil, publicada originalmente em La Rochelle no ano de 1570 e denominada *Viagem à Terra do Brasil* nas edições lusófonas. Muitas das impressões de Léry sobre os Tamoio foram de uma sensibilidade sem equivalentes no seu tempo e perpassadas por observações tão elogiosas que se supõe que essa obra foi uma das principais matrizes, se não a principal, do *bom selvagem* idealizado posteriormente pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau. Contudo, como um religioso cristão do seu tempo, Léry (1980) não via com bons olhos certas práticas e crenças desses indígenas e fez o seguinte comentário no capítulo intitulado *Religião dos selvagens da América; erros em que são mantidos por certos trapaceiros chamados caraíbas; ignorância de Deus*:

> Em verdade penso que esses selvagens pouco diferem dos brutos e que no mundo não existem homens mais afastados de quaisquer idéias religiosas. Entretanto, ainda alguma luz atravessa as trevas de sua ignorância. Acreditam não só na imortalidade da alma, mas ainda que, depois da morte, as que viveram dentro das normas consideradas certas, que são as de matarem e comerem muitos inimigos, vão para além das altas montanhas dançar em lindos jardins com as almas de seus avós. (...) Os selvagens admitem certos falsos profetas chamados *caraíbas* que andam de aldeia em aldeia como os tiradores de ladainhas e fazem crer não somente que se comunicam com os espíritos e assim dão força a quem lhes apraz, para vencer e suplantar os inimigos na guerra, mas ainda persuadem terem a virtude de fazer com que cresçam e engrossem as raízes e frutos da terra do Brasil (p.207-210).

Já na citada *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil* de Gandavo (1576), são oferecidas, em meio a divagações sobre as supostas riquezas minerais dessa colônia, algumas importantes informações sobre a mobilidade Tupiguarani e suas motivações religiosas. Como escreveu esse autor no capítulo intitulado *Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão*:

> Esta Província Santa Cruz, além de ser tão fértil como digo, e abastada de todos os mantimentos necessários para a vida do homem, é certo ser também mui rica, e haver nela muito ouro e pedraria, de que se tem grandes esperanças. E a maneira como isto se veio a denunciar e ter por causa averiguada, foi por via dos índios da terra. Os quais como não tenham fazendas que os detenham em suas pátrias, e seu intento não seja outro senão buscar sempre terras novas, afim de lhes parecer que acharão nelas imortalidade e descanso perpétuo, aconteceu levantarem-se uns poucos de suas terras, e meterem-se pelo sertão dentro: onde depois de terem entrado algumas jornadas, foram dar com outros índios seus contrários, e ali tiveram com eles grande guerra. E por serem muitos e lhes darem nas costas, não se puderam tornar outra vez a suas terras: por onde lhes foi forçado entrar pela terra dentro muitas léguas. E pelo trabalho e má vida que neste caminho passaram, morreram muitos deles: e os que escaparam foram dar em uma terra, onde havia algumas povoações mui grandes e de muitos vizinhos, os quais possuíam tanta riqueza, que afirmaram haver ruas mui compridas entre eles: nas quais se não fazia outra coisa senão lavar peças de ouro e pedrarias[91] (p.144).

[91] As "povoações mui grandes" a que se refere Gandavo podem ser assentamentos incas situados na América Andina, visto que há indícios, como tratado adiante, de terem estado conectados a territórios indígenas brasileiros através de redes viárias existentes desde tempos pré-cabralinos.



Entretanto, conforme demonstrou Bartolomeu Melià nos seus estudos sobre os Guarani, a suposta motivação religiosa para a sua mobilidade deve ser tratada com certos cuidados, uma vez que a expressão Tupi-Guarani *yvy marã ey* tanto significaria "terra sem mal" em tempos mais recentes, quando "solo intacto, que não foi edificado", "solo virgem", nos primórdios da Conquista. Como detalha John Manuel Monteiro (1992),

> o uso do termo inspira cautela, uma vez que haveria uma considerável distância entre o "solo intacto" dos séculos XVI e XVII e a "terra sem mal" dos séculos XIX e XX, ambas *yvy marã ey*. Remetendo-se a significativas mudanças nos padrões de ocupação e deslocamento territoriais, esta distância seria tanto semântica quanto histórica. Enquadrando os deslocamentos dentro do conceito de "espacialidade" que, junto com a tradição, formaria um dos grandes eixos do "modo de ser" guarani, Melià sugere um importante elo entre a constante procura de terras novas para aldeias e roças e a migração de inspiração profética. Sugere que ambos os movimentos inscrevem-se na busca de um espaço geográfico e espiritual propício à recriação de um modo de vida autenticamente guarani, quer pela renovação do local de assentamento, quer pelo reencontro com uma terra mítica (...). Neste sentido, a experiência colonial [européia], ao cercear a liberdade de movimento, teria provocado uma profunda ruptura na dimensão espacial da história guarani. Favorecendo o desenvolvimento de estratégias migratórias e ameaçando a sobrevivência física e cultural dos Guarani, a penetração colonial teria conferido grande credibilidade à cataclismologia e ao discurso profético (p.482).

AS VIAS E REDES VIÁRIAS TUPIGUARANI

A grande distribuição espacial e mobilidade das etnias Tupiguarani podem ter redundado em um dos aspectos menos estudados e mais fascinantes do espaço que produziram: uma complexa trama de vias terrestres, fluviais e marítimas por todos os seus territórios na América do Sul. Desde pelo menos o século XIX, se acumula um grande número de pesquisas dedicadas às chamadas grandes civilizações pré-colombianas e produzidas no âmbito de variadas disciplinas. Esses estudos têm demonstrado que povos como os incas desenvolveram uma complexa cultura que produziu, entre muitas obras admiráveis, uma rede de transporte que incluía estradas, pontes, pedágios e correios e se estendia por todo o seu vastíssimo território na América Andina. Entretanto, ainda é incipiente o conhecimento de estruturas congêneres nas demais porções da América do Sul e, particularmente, no Brasil. E pior, é notável como muitos dos nossos contemporâneos ainda se surpreendem diante de evidências que as sociedades pré-cabralinos não viviam passivamente em meio à natureza, mas a agenciavam por meio de variados processos que em essência não são diferentes dos de qualquer cultura pretérita ou presente. Ou seja, a existência dessas sociedades, assim

como a nossa, incluía a apropriação ou transformação de porções do espaço natural enquanto acesso regular a recursos de localização específica, a grupos sociais com os quais mantinham relações econômicas, a sítios com relevância religiosa etc.

A via pré-cabralina mais bem documentada no Brasil é o chamado Peabiru, ou caminho do Peabiru, que participava de uma rede viária conectando o litoral meridional brasileiro a nada menos que a América Andina e, por extensão, o oceano Pacífico. Como se depreende de fontes primárias e secundárias que versaram sobre essa via, a sua porção mais oriental era constituída por três ramais que partiam, respectivamente, de São Vicente e de Cananéia, no litoral de São Paulo, e da foz do rio Itapocu, no norte de Santa Catarina. Ao que tudo indica, os dois primeiros se fundiam no interior paulista ou paranaense e logo após encontravam o ramal do Itapocu. A partir daí, esse caminho se dirigia para oeste, cruzando a bacia do rio Paraná, até alcançar o rio Paraguai na altura de onde seria fundado o núcleo da cidade de Assunción (Figura 128). Dali, subindo esse rio ou seus afluentes ocidentais, poder-se-ia atingir a Bolívia e o Peru, tomar a rede viária incaica e chegar ao Pacífico (Bertho, 2005; Bueno, 1998 e 1999; Chmyz, 1976a; Galdino, 2002; Holanda, 1959).



Figura 128: mapa do caminho do Peabiru.
Fonte: modificado de Bueno (1999:18).

Indícios de contatos entre grupos Tupiguarani e andinos são conhecidos desde os primórdios da presença européia na América do Sul e podem ser encontrados em fontes documentais portuguesas e espanholas que relataram a existência de objetos metálicos entre os Guarani, bem antes de esses indígenas serem iniciados na metalurgia pelos jesuítas. A arqueologia também tem contribuído para demonstrar a ocorrência desses contatos, pois, como explica Prous (1992):

> Indícios arqueológicos das relações constantes entre o litoral e o Paraguai (e até a Bolívia) já foram notificados por Bischoff (objetos de cobre encontrados no Rio Grande do Sul) e sobretudo por Krone, que encontrou em Cananéia um machado de cobre cuja análise feita em laboratórios austríacos demonstrou a origem andina da matéria-prima (p.374).

A primeira evidência da existência do Peabiru – e de contatos entre grupos Tupiguarani e andinos – data da década de 1520 e resultou de uma das mais ousadas expedições da história da América, empreendida por um vasto contingente de indígenas Carijó e dois cristãos. Chamados Aleixo Garcia e Francisco Pacheco, eles sobreviveram ao naufrágio de uma caravela espanhola ao sul da ilha de Santa Catarina em 1516 e foram acolhidos, junto com alguns companheiros, pelos Carijó que habitavam as imediações[92]. Tendo vivido entre eles por quase uma década, Garcia e Pacheco devem ter aprendido a sua língua, escutado relatos sobre as ricas jazidas de ouro e prata em longínquas terras a oeste, visto evidências da sua existência e desenvolvido uma grande motivação e segurança no sentido de encontrá-las. Em 1524 ou 1525, eles conseguiram convencer dois mil Carijó a acompanhá-los – talvez pela manipulação do mito da *Terra-sem-Mal* – em uma jornada de milhares de quilômetros que partiu da foz do Itapocu, no litoral catarinense, percorreu o Peabiru até o seu extremo ocidental e, dali, alcançou os contrafortes do império inca. Essa expedição então atacou e saqueou assentamentos provavelmente na Bolívia e rapidamente tomou o seu caminho de volta com uma grande quantidade de objetos em ouro e prata. Garcia e Pacheco, talvez sem saber, eram os primeiros não-indígenas a pisar o Peabiru, bem como a contatar a civilização incaica, anos antes daquele que seria celebrado na Europa como o seu conquistador: o espanhol Francisco Pizarro.

Contudo, o retorno dessa expedição não contou com a mesma sorte que marcou o seu avanço rumo aos Andes, pois ao tentar cruzar o rio Paraguai mais uma vez, foi surpreendida e chacinada por indígenas Payaguá, arquiinimigos dos Guarani. Um

[92] Supõe-se que a embarcação soçobrada era uma das duas caravelas da expedição castelhana de Juan Dias de Solis que explorara o rio da Prata em janeiro daquele ano. Um mês após esse acidente, sete dos onze náufragos foram presos por uma expedição guarda-costas portuguesa comandada por Cristóvão Jaques. Os quatro que se safaram escreveriam um importante capítulo da história sul-americana e, portanto, tiveram os seus nomes conhecidos: Aleixo Garcia, Francisco Pacheco, Melchior Ramires e Henrique Montes. As fontes documentais pouco informam sobre os dois primeiros, mas referem-se a Pacheco como sendo um “mulato”; entretanto, elas não trazem referência à sua origem e condição social (Bueno, 1998; Holanda, 1959).



pequeno grupo de sobreviventes – que não incluía Aleixo Garcia – logrou alcançar o litoral catarinense trazendo consigo algumas das peças pilhadas aos incas e muitas histórias fascinantes. Esse evento mudaria os rumos da geopolítica colonial ibérica, pois dois companheiros de naufrágio de Garcia e Pacheco – Melchior Ramires e Henrique Montes – que não participaram da expedição, mas memorizaram detalhadamente as narrativas dos sobreviventes, foram resgatados por uma armada espanhola em 1526. Os relatos desses dois homens e as peças incas que tinham consigo foram admirados inclusive pelo rei Carlos V da Espanha, ampliaram significativamente os conhecimentos geográficos sobre a América do Sul e, acima de tudo, inflamaram o imaginário europeu com imagens de tesouros infinitos e com as possibilidades da sua conquista (Bueno, 1998 e 1999; Galdino, 2002; Holanda, 1959).

Esse deve ter sido um dos motivos – se não o principal – porque Martim Afonso de Sousa, ao ser agraciado pelo rei D. João III de Portugal com a primazia da escolha de uma das recém-criadas capitanias brasileiras, optou pela de São Vicente. Ele próprio armou uma expedição que propunha seguir os passos de Garcia e Pacheco e retornar a Cananéia em apenas 10 meses, trazendo quatrocentos escravos carregados de ouro e prata. Ela partiu em 1º de setembro de 1531, encabeçada pelo capitão Pero Lobo, acompanhada por Francisco de Chaves, genro do lendário Bacharel de Cananéia, e guarnecida por 80 soldados portugueses fortemente armados. Contudo, assim como Garcia, todos eles acabaram massacrados em algum lugar do *sertão* (Freitas, 1924; Holanda, 1959).

Apesar disso, o Peabiru foi bastante usado por exploradores europeus, missionários jesuítas e bandeirantes paulistas que tanto buscavam alcançar porções mais interiorizadas da bacia do Paraná-Paraguai partindo do litoral de São Paulo, Paraná e Santa Catarina quanto tomavam a direção inversa. Sabe-se, por exemplo, que passaram por esse caminho, em 1542, o espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca – considerado o primeiro europeu a contemplar as cataratas do Iguaçu – e, uma década depois, o alemão Ulrich Schmidel.

Ele partiu da vila de Nostra Signora de Assunción, núcleo da atual capital paraguaia, com 20 indígenas Carijó no dia 26 de dezembro de 1552 e alcançou a vila de São Vicente, núcleo da cidade homônima no litoral paulista, em 13 de junho do ano seguinte. Na sua obra intitulada *Viaje al Río de la Plata (1534-1554)* nas versões espanholas, Schmidel (1903 [1558]) produziu um relato sobre essa intricada e perigosa travessia e teceu uma importante referência à mobilidade Carijó ao afirmar que: “*Esta gente es la más caminadora de cuantas naciones hay en el Río delle Plata; son grandes guerreros por tierra*” (p.173).





Figura 129: gravura quinhentista representando Ulrich Schmidel montado em uma lhama e acompanhado por dois indígenas Carijó, provavelmente na sua viagem através do caminho do Peabiru.
Fonte: Lehmann-Nitsche (1912:8).

Entre os séculos XVI e XVIII, os missionários jesuítas empenhados na catequese dos indígenas da bacia do Paraná-Paraguai, e os bandeirantes paulistas que viviam no seu encalço, não apenas utilizaram o Peabiru com freqüência, mas batizaram-no caminho de São Tomé. Em 1628, um desses religiosos, padre Antonio Ruiz de Montoya, nos legou uma das raras descrições desse caminho em uma carta na qual escreveu que:

> *Vimos, mis compañeros y yo un camino que no tenía ocho palmos de ancho, en cuyo espacio nace una yerba muy menuda, y a los dos lados crecen, casi media vara, las malezas y aunque agostada la yerba, se queman aquellos campos, siempre vuelve a nacer del mismo modo. Corre este camino por toda aquella tierra, y me han certificado algunos portugueses que vienen muy seguido desde el Brasil y que comunmente lê llaman el camino de San Tomé; y nosotros hemos tenido la misma relación de los indios de nuestra espiritual conquista. Otros argumentos hay de haber honrado el santo Apóstol aquellas provincias, de que se hará mención en su lugar* (Montoya *apud* Rebes, 2001:118).

Desde a década de 1970, cresce o número de pesquisas voltadas à identificação e documentação de remanescentes do Peabiru e a exploração turística dos mesmos. No que tange aos estudos arqueológicos realizados, já se demonstrou que alguns dos trechos conhecidos apresentavam uma largura de aproximadamente 1,4 metro e um rebaixamento médio de cerca de 40 cm em relação às margens, causado por séculos de pisoteamento (Chmyz & Sauner *apud* Prous, 1992). Também se evidenciou que alguns trechos do Peabiru, onde o solo e/ou a topografia impunham maiores dificuldades ao deslocamento, foram pavimentados com lajes de rocha de variados tamanhos (Figura 130). E mais, que ao longo do seu percurso existem diversas gravações rupestres e monólitos que correspondem, segundo estudiosos como o astrônomo Germano Bruno Afonso, do Departamento de Física da UFPR, a marcações astronômicas indicando pontos cardeais, solstícios, equinócios etc.



Figura 130: supostos remanescentes do caminho do Peabiru no município de Garuva, na região Norte Catarinense.
Fonte: fotografias de Marcos Piske, s/d.

Outra via indígena sobre a qual há registros é o caminho de Paranapiacaba, caminho de Piaçagüera ou trilha dos Tupiniquins que ligava a Baixada Santista ao Planalto Paulista através da serra do Mar. Essa via foi utilizada desde tempos imemoriais e explorada por europeus, na companhia dos seus aliados Tupiguarani, ainda nos primeiros anos do século XVI. O próprio Martim Afonso de Souza a teria percorrido em 1532 de modo a alcançar a aldeia Tupinikín de Piratininga, às margens do alto rio Tietê. No ano de 1585, Cardim (1980) também a utilizou para alcançar esse assentamento, então na condição de uma vila colonial portuguesa abrigando um importante *colégio* da Companhia de Jesus. Conforme escreveu na sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*[93]:

> Partimos uma segunda-feira [da vila de São Vicente], e caminhamos duas léguas por água e uma por terra, e fomos dormir em um *teig-upaba* ao pé de uma serra ao longo de um formoso rio de água doce que descia com grande ímpeto de uma serra tão alta, que ao dia seguinte caminhamos até ao meio dia, chegando ao cume bem cansados: o caminho é tão íngreme que às vezes íamos pegando com as mãos. Chegando ao *Paraná-piacaba*, sc. Lugar de onde se vê o mar, descobrindo o mar largo quando podíamos alcançar com a vista, e uma enseada de mangaes e braços de rios de comprimento de oito léguas e duas e três em largo, coisa muita para ver; (...) aquele dia fomos dormir junto a um rio de água doce, e todo o caminho é cheio de *tijucos*, e pior que nunca vi, e sempre subindo e descendo serras altíssimas, e passando rios caudais de água frigidíssima. Ao 3º dia navegamos todo o dia por um rio de água doce, deitados em uma canoa de casca de árvore, em a qual além do fato iam até 20 pessoas: íamos voando a remos, e da borda da canoa à água havia meio palmo (...). Era necessário guardar o rosto e olhos; porém a navegação é graciosa por o ser a embarcação e o rio mui alegre, cheio de muitas flores e frutas, de que íamos tocando, quando a grande corrente nos deixava; chegando a *peaçaba*, sc. Lugar onde se desembarcam, demos logo em uns campos cheios de mentrastos; aquela noite nos agasalhou um devoto (...). Ao dia seguinte vieram os

[93] Essa *Narrativa* foi dirigida ao padre Sebastião de Morais, provincial da Companhia de Jesus em Portugal, e descreve uma longa viagem a todas as capitanias da colônia brasileira realizada entre 1583 e 1590 por Cardim e pelo padre Cristóvão de Gouvêa, visitador da província do Brasil.

> principais da vila três léguas receber o padre [Christovão de Gouvêa]. Todo o caminho foram escaramuçando e correndo seus ginetes, que os têm bons, e os campos são formosíssimos, e assim acompanhados com alguns 20 de cavalo, e nós também a cavalo chegamos a uma cruz que está situada sobre a vila (p.172).

Outro indício de que os territórios Tupiguarani eram servidos por vias é oferecido por Nóbrega (1988) em um trecho da sua já citada *Informação das Terras do Brasil* de aproximadamente 1549, onde descreveu visitas dos *carahyba* às aldeias desses indígenas e destacou que "ao tempo de sua vinda lhes mandam limpar *os caminhos* [grifo nosso]" (p.99). O mesmo ocorre em uma passagem da saborosa *Descrição das coisas naturais da Capitania de São Vicente* de 1560, na qual Anchieta (1988) escreveu, em meio às suas descrições e digressões acerca do *curupira* e suas relações com o demônio, que:

> costumam os índios deixar *em certo caminho, que por ásperas brenhas vai ter ao interior das terras*, no cume da mais alta montanha, quando por cá passam, penas de aves, abanadores, flechas e outras coisas semelhantes, como uma espécie de oblação, rogando fervorosamente aos curupiras que não lhes façam mal (grifos nossos) (p.188).

As origens dessas vias indígenas ainda não foram determinadas conclusivamente e têm sido objeto, assim como a etimologia do termo Peabiru, de mais questões que consensos. Isso se deve, em primeiro lugar, à possibilidade dos Tupiguarani terem empregado-o como um designativo geral de qualquer via do gênero e não como um nome próprio ao referido caminho. Essa alegação baseia-se na interpretação que esse termo é resultante da aglutinação dos vocábulos Tupi *pe* ("caminho") e *abiru* ("gramado amassado") e, portanto, significa literalmente "caminho de gramado amassado". Ou seja, isso seria indicativo da existência de outros *peabiru* em áreas de campos de gramíneas ou mesmo em formações florestais onde quais trilhas foram abertas em meio à mata. Em segundo lugar, a polêmica em torno do significado de Peabiru é alimentada por autores como Galdino (2002) – ou mesmo pelo barão de Capanema, ainda no século XIX (*apud* Bertho, 2005; *apud* Galdino, 2002) – que discordam dessa interpretação etimológica e sustentam que *biru* era um vocábulo adotado pelos incas para se referirem ao seu próprio território. Os contatos que supõem terem ocorrido entre esse povo e os Tupiguarani teriam acarretado a apropriação desse topônimo pelos últimos, que o associaram ao vocábulo *pe*, gerando assim *pe-biru* ou "caminho para o território inca". Como explica Bertho (2005), ao sintetizar algumas hipóteses sobre a origem dessa via:

> Para alguns pesquisadores o Peabiru é atribuído aos Guarani (...), para outros, ele é obra da expansão incaica a leste do continente, que implicava na assimilação de outras etnias (...). [Bertho] entretanto considera que essa expansão foi frustrada e impedida pelos Guarani, mas que estes se utilizavam largamente do mesmo, ampliando seus ramais

> como via de transporte e comunicação. Recentemente Chmyz lançou outra hipótese sobre o Peabiru, atribuindo-o aos Itararé (Macrofamília Jê) antecessores dos Kaingang, que antecederam os Guarani em território paranaense (p.36, nota 34).

Essa hipótese de Igor Chmyz é coerente com a distribuição espacial alcançada pela cultura ceramista Itararé (ou Itararé-Taquara) cujos territórios incluíram parte do Sul do Brasil e do Nordeste da Argentina, conforme demonstram pesquisas arqueológicas realizadas por esse e outros autores (Brochado *et al.*, 1969; Prous, 1992 e 2006). Por extensão, entendemos que nada impede que as demais vias utilizadas pelos Tupiguarani tenham sido produzidas, em parte ou no todo, por grupos étnicos que os antecederam no respectivo espaço, sejam eles filiados a culturas agricultoras-ceramistas ou caçadoras-coletoras, sejam eles ameríndios ou paleoamericanos. Tal afirmação se aplica especialmente a culturas indígenas que alcançaram uma ampla distribuição e permanência – como a Aratu –, pois para lograrem tal resultado não bastavam grandes deslocamentos populacionais e/ou intensos processos de transmissão tecnológica: era também necessária a manutenção de intercâmbios entre as unidades sociais que constituíam o respectivo grupo cultural e, obviamente, o estabelecimento de vias de comunicação que evitassem o seu distanciamento e diferenciação.

Uma evidência dessa modalidade de produção espacial entre etnias de filiação cultural Aratu e lingüística Macro-Jê na Bahia e em Minas Gerais é oferecida pelo capitão-mor João da Silva Santos no já citado relatório sobre a expedição exploratória de 1804 que, sob o seu comando, esquadrinhou o rio Jequitinhonha da sua foz até a confluência com o rio Araçuaí. Em meio a uma minuciosa descrição desse espaço – cuja porção interiorana parece jamais ter sido território Tupiguarani –, ele relata a descoberta de um impressionante conjunto de vias que conectava incontáveis aldeias, incluía pontes e foi longamente utilizada pelos homens de Silva Santos que não subiam o Jequitinhonha em canoas. Como se lê na sua *Descripção diária do Rio Grande de Belmonte desde o Porto grande desta villa até o fim delle ou divisão de Villa Rica, em conformidade da ordem comettida ao Capitão-mór da Capitania de Porto Seguro João da Silva Santos, cuja expedição e embarque foi no dia 1º de outubro de 1804* (ABN, 1918 [doc.27114]):

> *Dia 7 de outubro e de viagem*: (...) se achou um grosso cipó atravessando de uma à outra parte do rio, e bem atado em pedras e estacas. Disseram a gente que me acompanha ser obra aquela do Gentio, por onde costuma passar de uma para outra parte com sua família (p.252).
>
> *Dia 8 de outubro e de viagem*: (...) encontraram um caminho bem trilhado do Gentio, e seguindo o toparam uma grande rancharia donde havia saído há 3 ou 4 dias, sem dúvida (p.253).
>
> *Dia 15 de outubro e de viagem*: (...) com a chegada da Gente que caminhou por terra, fui informado, que em todo o dia marcharam por uma boa estrada do Gentio, que segue à

> margem do rio, e com atalhos em todas as pontas, e que por toda ela encontraram inumeráveis rancharias do mesmo Gentio (p.256).
>
> *Dia 17 de outubro e de viagem*: (...) disseram ter achado os rastros dos companheiros na mesma estrada do Gentio, que continuava larga entranhando-se para dentro e que seguindo-os foram até um ribeiro, e que por encontrarem muitas rancharias de Gentio, voltaram por serem só em número de 6, e recearem algum encontro do dito Gentio (p.257).
>
> *Dia 18 de outubro e de viagem*: (...) me relataram (...) o encontro de inumeráveis rancharias do Gentio, e de um grande Rancho, alto mais de 20 palmos, com uma bem limpa e desembaraçada Praça, que à vista de 15 que o rodeavam, parecia ser o Palácio de algum Grande (...): a estrada, que desta Rancharia seguia para baixo, e para cima disseram ser feita a machado, limpa e larga até boa distância, e depois continuava feita à faca e à mão; porém por felicidade não encontraram Gentio (p.257).
>
> *Dia 3 de novembro e 34 de viagem*: (...) Os homens porém que iam caminhando, como sempre, pela estrada do mesmo Gentio, percebendo este [novo] arranchamento, deram-lhe o cerco, e repentinamente lhes saíram, batendo-lhes palmas: as Índias e filhos correram, e os Índios ficaram tímidos e trêmulos, mas logo repetindo-se-lhes muitos abraços, eles reconheceram amizade (p.265).

Não obstante o estado ainda incipiente das pesquisas sobre as vias indígenas no Brasil, deduz-se que não eram apenas caminhos isolados em meio a campos e matas. Ao contrário, tudo indica que constituíam intrincadas redes de transporte de pessoas, mercadorias e idéias, conectavam variados espaços, possibilitavam múltiplos percursos e relações e incluíam vias fluviais em meio e ao longo de cursos d'água de variados portes e vias marítimas através de complexos insulares litorâneos, baías etc. A feição, extensão e duração dessas vias e redes viárias – porquanto conseqüência de dimensões naturais, culturais e históricas extremamente variadas – devem ter constituído um quadro igualmente diverso. A existência de trechos largos e pavimentados – e claramente apreensíveis por europeus – provavelmente não era regra, e nem haveria de ser, dados os recursos tecnológicos dos seus produtores. A maior parte deveria apresentar, isso sim, uma conformação bastante sutil ou mesmo invisível à não-indígenas. Orientar-se nas mesmas deveria exigir, portanto, um *schemata* perceptivo desenvolvido segundo padrões culturais específicos, bem como um significativo acúmulo de conhecimentos pela experiência. De qualquer maneira, é factível que elas tenham ocorrido por toda a América do Sul – ou mesmo pela totalidade do continente – se conectando umas às outras e permitindo que os ameríndios estivessem potencialmente relacionados séculos ou milênios antes do ingresso europeu.

Entendemos também que a quantidade de conhecimentos disponíveis sobre essas vias e redes viárias não faz jus às contribuições indígenas para a produção e reprodução das populações com matriz cultural européia no Brasil e, conseqüentemente, às configurações espaciais e sociais que experimentamos hoje. O seu papel teria se iniciado ainda nos primórdios do século XVI, uma vez que as primeiras expedições



portuguesas e espanholas que se lançaram na exploração do interior se faziam acompanhar, via de regra, por guias, batedores e escolta indígenas e, sobretudo, Tupiguarani. Por mais que o ufanismo dos cronistas quinhentistas tenha teimado em lhes atribuir uma participação de pouca relevância nessas empresas – e a historiografia luso-brasileira tenha forjado a imagem do intrépido bandeirante abrindo *matas-virgens* a corte de facão –, acreditamos que essas representações são, no mínimo, imprecisas. Ou mais, que elas configuram um quadro inverossímil quando se considera que a maioria dessas expedições foi impelida por interpretações de mitos e histórias indígenas sugerindo tesouros em pedras e metais preciosos no *sertão*; era munida no máximo de bússolas, sextantes e mapas generalistas; ignorava totalmente os espaços por onde se embrenhava; e desconhecia a maior parte dos seus recursos naturais e populações humanas. Ter-se-ia estabelecido, isso sim, uma dependência tão profunda de guias indígenas que a sua perda podia acarretar o mesmo destino que teve a malograda expedição que ceifou a vida de Gabriel Soares de Sousa nas cabeceiras do rio Paraguaçu[86]. Como escreveu frei Vicente de Salvador (1889 [1627]), sem economizar no sarcasmo ou crítica moral:

> O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao Rio de S. Francisco, e depois por ele até a Lagoa Dourada[94], donde dizem que tem seu nascimento, e para isto levava por guia um Índio por nome Guaracy, que quer dizer Sol, o qual também se lhe pôs, e morreu no caminho, ficando de todo as minas obscuras, até que Deus verdadeiro Sol queira manifestá-las (p.149).

Grandes conhecedores do seu território e, não raro, do território dos seus aliados e inimigos, esses indígenas certamente guiavam as expedições européias através de um máximo de vias terrestres, fluviais e marítimas com que tinham alguma familiaridade. Assim, eles garantiam uma jornada mais rápida e confortável às expedições, as protegiam da entrada desavisada em territórios hostis e, principalmente, as introduziam nas suas redes sócio-espaciais. Tais redes tornar-se-iam cada vez mais conhecidas e utilizadas pelos europeus e determinariam, em muito, as suas formas de ingresso no interior da América do Sul e a localização dos seus assentamentos coloniais. Tal processo de apropriação também acarretaria uma série de reconfigurações das características espaciais e sociais das redes indígenas e, sobretudo, as alçariam à condição de uma das principais bases da colonização européia no Brasil.

Um exemplo eloqüente é a referida Trilha dos Tupiniquins que possibilitou aos portugueses acessarem o Planalto Paulista a partir da Baixada Santista, contatarem a

[94] O mito da *Lagoa Dourada* foi produzido no século XVI a partir de interpretações de europeus de narrativas indígenas que sugeriam a existência de uma lagoa localizada no interior do Brasil, talvez nas cabeceiras do rio São Francisco, onde infindáveis quantidades de pedras e metais preciosos aguardavam ser exploradas.



aldeia de Piratininga localizada estrategicamente no alto Tietê e dela se apropriarem como núcleo do que um dia seria uma das maiores metrópoles do planeta: a cidade de São Paulo. Outro exemplo dos desdobramentos desse processo de apropriação de vias e redes viárias indígenas pelos portugueses talvez seja a tão aclamada Estrada Real. Ou melhor dizendo, a rede de estradas reais que ligava as *minas geraes* à vila de São Paulo de Piratininga, à vila de Parati, à cidade do Rio de Janeiro e à cidade de Salvador. As suas origens podem estar relacionadas inclusive com as rotas de expansão dos proto-Tupinambá – como a via sanfranciscana que postulamos anteriormente –, ao passo que a sua existência certamente redundou em muito da geografia que experimentamos hoje nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Os remanescentes dessas vias e redes viárias indígenas – independente de manterem as características que lhes conferiram os seus (re)produtores pré-cabralinos ou posteriores, e independente de se configurarem como singelas trilhas em meio à mata ou largas rodovias pavimentadas – deveriam ser tratados como um inestimável patrimônio cultural, pois representam um eloqüente testemunho dos modos de produção do espaço e reprodução social e dos encontros e desencontros de incontáveis sociedades.

AS ALDEIAS TUPIGUARANI

A expansão da cultura Tupiguarani, mesmo que tenha produzido territórios em praticamente todas as latitudes brasileiras ao sul do equador, não dá mostras de ter ocorrido aleatoriamente. Ao contrário, como indicam os registros arqueológicos e fontes documentais, a produção do espaço das etnias com essa filiação ocorreu segundo uma preferência por ambientes com características bastante específicas. Como explica Prous (1992),

> verifica-se que este grupo, em perpétua expansão, nunca se interessou em progredir nas regiões secas atualmente (onde existem sítios, há um mínimo um metro de precipitação anual); também não se adaptaram às terras frias, de altitude ou de latitude: jamais ficaram onde há mais de cinco dias de geada noturna por ano; evitaram as regiões acidentadas, havendo raríssimos indícios de sua presença em altitudes superiores a 400 metros acima do nível do mar; em compensação, sempre são encontrados a curta distância dos rios navegáveis, em zonas de mata. Com efeito, o ambiente de 96% dos sítios é da mata pluvial litorânea, de mata pluvial tropical ou subtropical encontrada nos grandes vales meridionais ou nas zonas onduladas do Centro-Sul, ou ainda nas matas ciliares (que acompanham os rios) e no cerradão nas regiões algo mais secas.



> As porções superiores dos vales, as regiões acidentadas de campo ou mata de araucária no Sul, os territórios secos do cerrado ou caatinga no Centro e Nordeste atuaram como centro repulsivos.
>
> Portanto, a ocupação corresponde à rede hidrográfica principal, como se fosse uma teia de aranha entre os fios da qual subsistiram ilhotas abandonadas aos tradicionais habitantes da região que sobreviveram nos relevos, que os Tupiguarani canoeiros não cobiçavam e onde evitavam aventurar-se (p.373).

Um detalhamento desse padrão de expansão é oferecido por Monteiro (1992) ao explicar a distribuição do grande conjunto Guarani. Segundo esse autor inferiu, as etnias que o constituíam:

> não ocupavam uma vasta região de modo homogêneo ou exclusivo. A maior parte dos grupos locais encontrava-se nas florestas tropicais e subtropicais, ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná-Paraguai. Os extensos campos abertos e as florestas de araucária que cobrem uma considerável parte da região, por seu turno, eram habitados por grupos prioritariamente caçadores e coletores, destacando-se os ancestrais dos Kaingang e Xokleng e, mais para o sul, os Charrua e Minuano, entre outros (p.476).

As principais produções Tupiguarani que permitem tecer tais conclusões sobre o padrão de distribuição espacial das etnias com essa matriz cultural são as suas muitas aldeias que foram objetos de fontes documentais e/ou registro arqueológico. Como demonstram, os sítios escolhidos para a instalação desses assentamentos consistiam preferencialmente em platôs elevados ou encostas com ampla visão dos seus arredores, facilmente defensáveis, próximos à cursos d'água perenes, nas imediações de rios navegáveis e, é claro, inseridos em ecossistemas onde abundassem condições e recursos naturais que proporcionassem constituição de territórios de caça, coleta e agricultura necessários à sua reprodução (Chmyz, 1976b; Prous, 1992 e 2006).

Essas aldeias geralmente eram compostas por quatro a oito habitações comunais, chamadas *teii oga* ou *oca*, que podiam alcançar dezenas de metros de comprimento e serem habitadas por mais de 200 pessoas cada. Uma das melhores descrições desse espaço e do seu uso é oferecida por Fernão Cardim (1980 [c.1585]) em uma passagem da primeira parte da sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Nela se lê que as *oca* são:

> casas mui compridas, de duzentos, trezentos, ou quatrocentos palmos, e cinqüenta em largo, pouco mais ou menos fundadas sobre grandes esteios de madeiras, com as paredes de palha ou de taipa de mão, cobertas de *pindoba,* que é certo gênero de palma que veda bem água, e dura três ou quatro anos. Cada casa destas tem dois ou três buracos sem portas nem fecho: dentro nelas vivem logo cento ou duzentas pessoas, cada casal em seu rancho, sem repartimento nenhum, e moram duma parte e outra, ficando grande largura pelo meio, e todos ficam como em comunidade, e entrando na casa se vê quanto nela está, por que estão todos à vista uns dos outros, sem repartimento nem divisão. E como a gente é muita, costumam ter fogo de dia e noite, verão e inverno,



> porque o fogo é sua roupa, e eles são mui coitados sem fogo. Parece a casa um inferno ou labirinto, uns cantam, outros choram, outros comem, outros fazem farinha e vinhos, etc. e toda casa arde em fogos; porém é tanta a conformidade entre eles, que em todo o ano não há uma peleja, e com não terem nada fechado não há furtos; se fora outra qualquer nação, não poderiam viver da maneira que vivem sem muitos queixumes, desgostos, e ainda mortes, o que se não acha entre eles. Este costume das casas guardam agora depois de cristãos. Em cada *oca* destas há sempre um principal a que têm alguma maneira de obediência, (ainda que haja outros mais somenos). Este exorta a fazerem suas roças e mais serviços, etc., excita-os à guerra; e lhe têm em tudo respeito; faz-lhes estas exortações por modo de pregação, começa de madrugada deitado na rede por espaço de meia hora, em amanhecendo se levanta, e corre toda a aldeia continuando sua pregação, a qual faz em voz alta, mui pausada, repetindo muitas vezes as palavras (p.152).

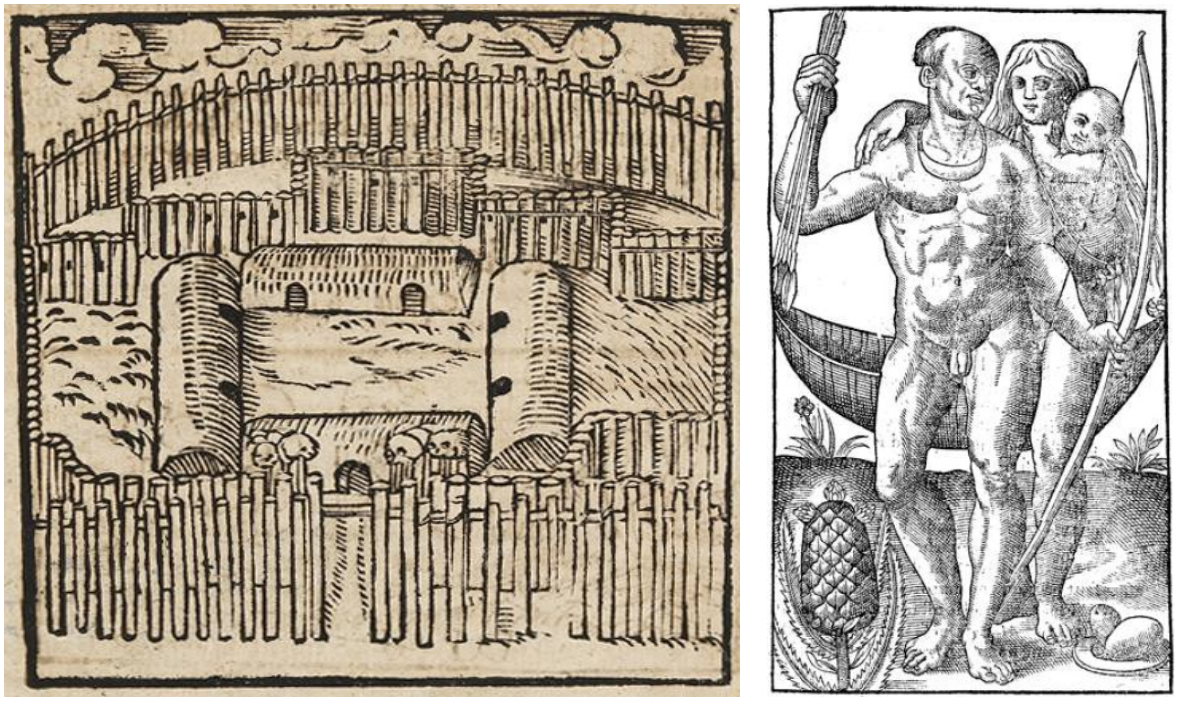


Figura 131: gravuras quinhentistas representando aldeia, ocas e família Tupiguarani.
Fonte: a) Staden (1557:s/p); b) Léry (1570:121).

Ao contrário das grandes aldeias Aratu, onde predomina um distintivo padrão circular ou elíptico, as aldeias Tupiguarani apresentam diversos arranjos planimétricos. Esses variavam de quadras e círculos com uma praça central até formas bastante irregulares, como se observa em levantamentos planialtimétricos realizados em sítios arqueológicos (Figura 132) e na iconografia colonial (Figura 113, Figura 116, Figura 114, Figura 131, Figura 133). Segundo essas fontes, tais aldeias ocupavam áreas entre 2.000 e 10.000 m^2 – podendo alcançar nos maiores casos em torno de 20.000 m^2 –, abrigavam populações variando entre 500 e 3.000 indivíduos, tinham grandes plantações de mandioca e milho à sua volta e eram cercadas, em muitos casos, por sofisticados sistemas de paliçadas e valetas que evidenciam um ambiente bastante belicoso (Prous, 1992 e 2006).

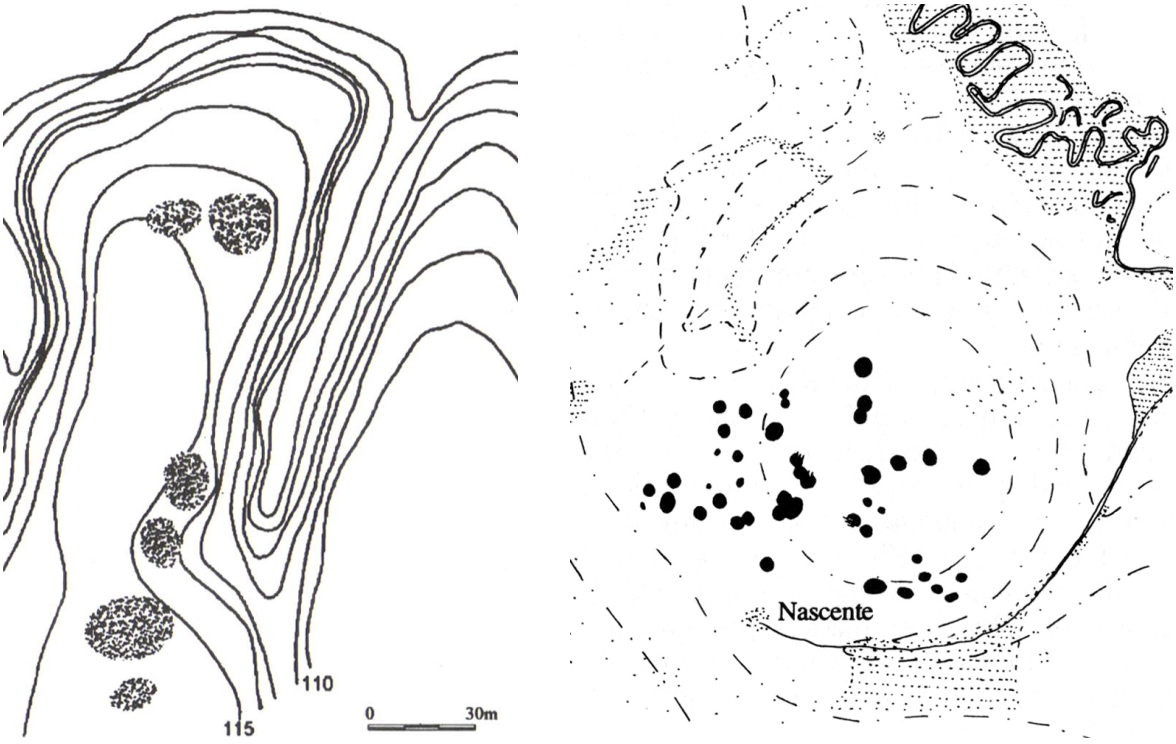


Figura 132: plantas de sítios arqueológicos Tupiguarani: a) Aldeia Sinal Verde, no município de São Lourenço da Mata (PE); b) sítio próximo ao rio Taquarituba (SP).
Legenda: manchas escuras = fundos de habitações. Fonte: a) Martin (1997:198); b) Prous (1992:377).

Tal belicosidade também é indicada pelo grande número de sítios arqueológicos onde se observa que a camada de sedimentos produzida por uma aldeia Tupiguarani sobrepõe-se abruptamente à camada produzida pelo assentamento da cultura que habitava antes o respectivo espaço. Esse quadro sugere uma ocupação rápida e violenta – e não um processo de colonização cultural –, pois inexiste uma significativa coexistência de vestígios arqueológicos de ambas culturas em um mesmo nível estratigráfico. Outro aspecto bastante relevante da estratigrafia dos sedimentos arqueológicos de aldeias Tupiguarani é a sua espessura. Ela dificilmente ultrapassa 30 cm e indica uma tendência à ocupação por períodos inferiores à de culturas como a Aratu, cujos sedimentos podem alcançar cerca de um metro de profundidade (Martin, 1998; Prous, 1992).

Os sepultamentos Tupiguarani, por sua vez, eram realizados dentro do espaço das aldeias, fazendo uso de urnas funerárias cerâmicas ou, como parece ter sido mais comum, depositando-se o morto em uma rede diretamente no solo (Figura 133). Há no entanto, registros arqueológicos e fontes documentais que indicam que enterramentos também ocorriam dentro do espaço das *oca* (Prous, 1992). André Thevet (1978 [1557]), por exemplo, observou que:

> os selvagens [Tupinambá] costumam enterrar os cadáveres, depois que a alma deixa o corpo, no mesmo lugar onde o falecido, quando em vida, passou os seus melhores momentos. Dizem eles não haver um lugar mais nobre para se deixarem os corpos do que a própria terra, da qual se origina e se nutre o homem. É ela que lhes fornece inúmeros bons frutos e outras riquezas tão úteis e necessárias à vida (p.139).

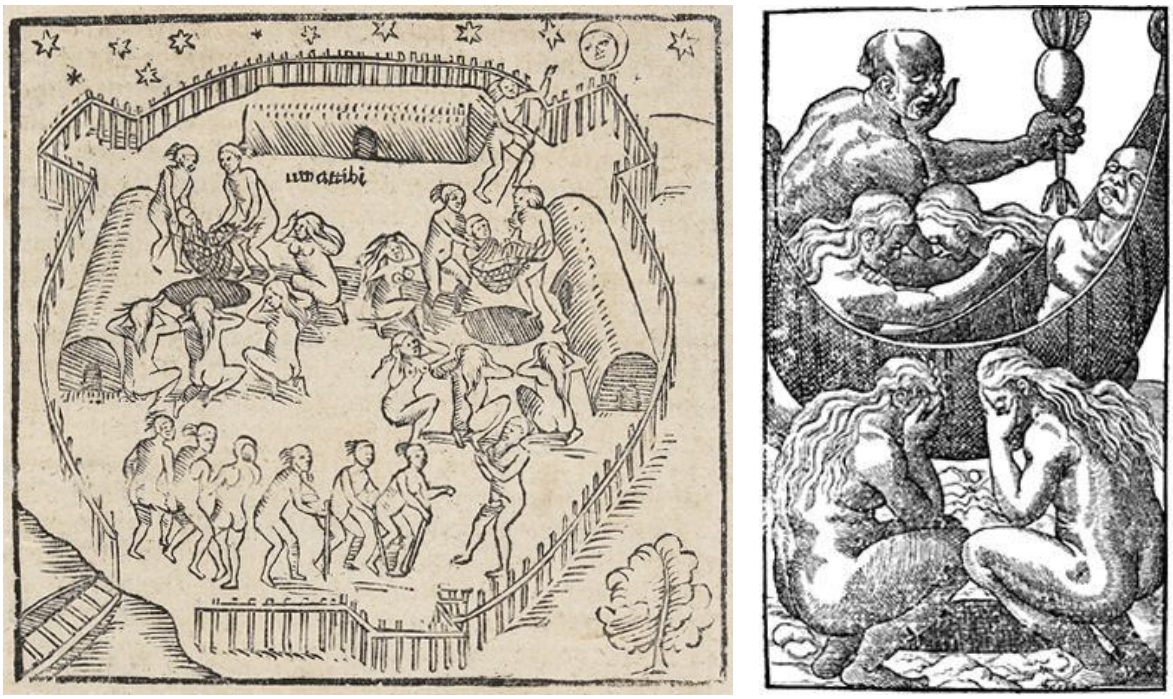


Figura 133: gravuras quinhentistas representando rituais funerários em aldeias Tupiguarani.
Fonte: a) Staden (1557:s/p); b) Léry (1570:335).

Como mencionado anteriormente, essas aldeias em geral constituíam uma rede de assentamentos espacialmente próximos, ligados por relações provavelmente de consangüinidade e aliança que potencializavam as suas condições de produção e reprodução, mas sem sujeição a uma liderança comum. Os registros de aldeias Tupiguarani isoladas são raros e geralmente versam sobre populações remanescentes de grandes grupos que teriam sido dizimados pela presença européia. Um detalhado registro de uma dessas redes é oferecido por Jean de Léry (1980 [1570]) que documentou uma expressiva concentração de aldeias Tamoio em torno da baía da Guanabara em 1557 e 1558. Como escreveu no seu *Colóquio de entrada ou chegada ao Brasil, entre a gente do país chamada tupinambá e tupiniquim em linguagem brasílica e francesa*[95]:

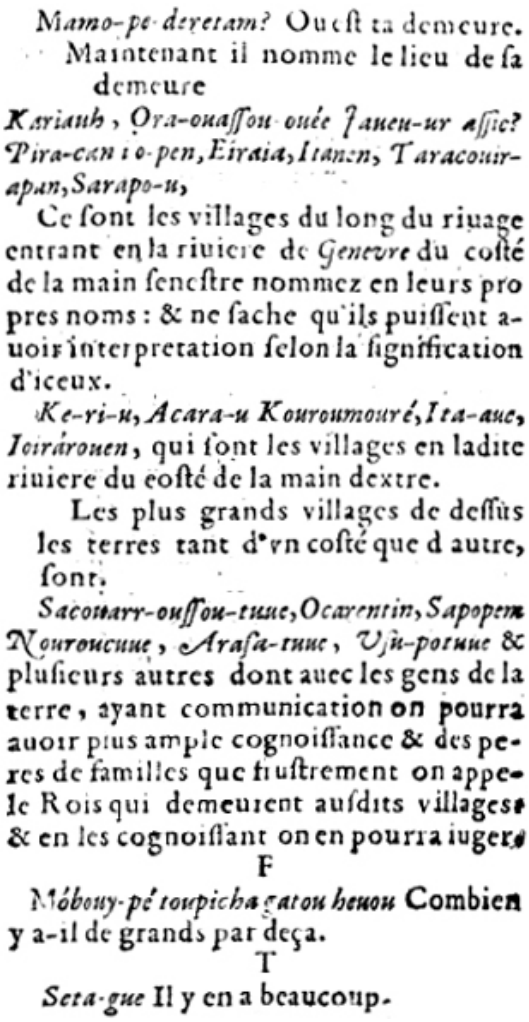
[95] Na coluna à esquerda se encontra a tradução desse *Colóquio* por Plínio Ayrosa (Léry, 1980); na coluna à direita é apresentada uma fotomontagem produzida a partir das páginas 349 e 350 da primeira edição da obra de Léry (1570). É interessante observar que algumas das denominações dessas aldeias foram apropriadas pelos europeus e luso-brasileiros na forma de adjetivos gentílicos – como *Kariók*, *Kariauk* ou carioca – e topônimos – como *Eirajá*, *Eiraia* ou Irajá e *Akaraý*, *Acara-u* ou Acaraí – que são adotados até hoje.

Francês:
– *Mamopé nde retã*?
– Onde [é] a tua moradia? (Aqui ele nomeia o lugar de sua residência).

Tupinambá:
– *Kariók, Uyrá-uasú-oé, Josý-yrasík ou Joeyrasík, Pirakã-iopã, Eirajá, Itanã, Tarakuirapã, Sarapoý* (Estas são as aldeias ao longo da praia, entrando no rio de Geneure (Janeiro), à esquerda, indicadas por seus próprios nomes; não sei de tradução ou sentido que possam ter).
– *Keriý, Akaraý, Kurumuré, Itaók, Joararuã*. (Estas são as aldeias sitas à margem direita do referido rio).
– *Takuarusutýba, Okarantín, Sapopéma, Nurukuy, Arasatýva, Ysypotýva*. (Estas são as maiores aldeias, dentro da terra, tanto de um como de outro lado do rio). Há várias outras das quais poder-se-á ter amplo conhecimento por intermédio dos naturais, bem como dos chefes, reis presumíveis, que nelas moram, e, conhecendo-os, julgá-los.

Francês:
– *Mobype tubichá gatú eú*?
– Quantos chefes há por aí?

Tupinambá:
– *Setá-gué*.
– Muitos (p.279).



Mamo-pe deretam? Ouelt ta demeure.
Maintenant il nomme le lieu de ſa demeure
Kariauh, Oya-ouaſſou-ouée Janeu-ur aſſie? Pira-can i o-pen, Eiraia, Itanen, Taracouir-apan, Sarapo-u,
Ce ſont les villages du long du riuage entrant en la riuiere de *Geneure* du coſté de la main ſencſtre nommez en leurs pro pres noms : & ne ſache qu'ils puiſſent a-uoir interpretation ſelon la ſignification d'iceux.
Ke-ri-u, Acara-u Kouroumouré, Ita-auc, Joirárouen, qui ſont les villages en ladite riuiere du coſté de la main dextre.
Les plus grands villages de deſſus les terres tant d'vn coſté que d autre, ſont.
Sacouarr-ouſſou-tuuc, Ocarentin, Sapopem Nouroucuue, Araſa-tuuc, Vjú-poruue & pluſieurs autres dont auec les gens de la terre, ayant communication on pourra auoir plus ample cognoiſſance & des peres de familles que fruſtrement on appele Rois qui demeurent auſdits villages: & en les cognoiſſant on en pourra iuger.
F
Móbouy-pé toupicha gatou heuou Combien y a-il de grands par deça.
T
Seta-gue Il y en a beaucoup.

OS SÍTIOS TUPIGUARANI NO EXTREMO SUL DA BAHIA

As pesquisas arqueológicas realizadas na Bahia têm demonstrado que a base territorial dos Tupiguarani incluiu – como apontam as fontes documentais coloniais – toda a zona costeira do estado e parte das bacias do São Francisco e do Paraguaçu (Chmyz, 1976b; Martin, 1998; Prous, 1992; NAPAS, 2000c). Percebe-se também que a sua cultura material – tal e qual o seu idioma – tanto comungava semelhanças com a de grupos Tupiguarani em outras partes do Brasil quanto era caracterizada por alguns traços bastante distintivos. Como detalham Prous (1992) e Martin (1998), respectivamente:

> A cerâmica que identificamos como da tradição Tupiguarani no litoral nordestino corresponde, principalmente, à subtradição pintada, também conhecida como policrômica,



> por apresentar desenhos nas cores branca, vermelha, preta e cinza. Os desenhos são complexos, "geométricos" ou abstratos, formando gregas e cenefas com fino acabamento, aplicado no interior, no exterior ou em ambos os lados do vasilhame. A cerâmica sem decoração é igual à pintada na feitura e nas formas, porém apenas não lhe foi aplicada decoração na superfície. Em certos sítios, uma cerâmica de elaboração mais grosseira acompanha os vasilhames pintados. Tratamento escovado de superfície também aparece, sendo o corrugado mais comum nas regiões interioranas. Quanto à cronologia, toda a tradição está compreendida entre 500 a 1.800 A. D. (Martin, 1998:24).
>
> [É] possível distinguir uma subtradição meridional (que chamamos aqui 'protoguarani') e uma outra, litorânea e setentrional, desde São Paulo até o Nordeste (que chamamos 'prototupi') (...). De uma maneira geral, esta dicotomia regional corresponde também a alguma diferença cronológica, já que as datações litorâneas são posteriores às do Sul interiorano. Era, portanto, lógico pensar que a subtradição 'pintada', de São Paulo até o Rio Grande do Norte, tinha se desenvolvido a partir de grupos migratórios oriundos da bacia do Paraná. (...) A subtradição Leste/Nordeste se estende, *grosso modo*, pela área ocupada pelos Tupis históricos. A decoração corrugada está praticamente ausente, e mesmo quando os vasos são decorados a maior parte da superfície é geralmente simples. A formula favorita é a policromia, mas existem com alguma freqüência o ungulado, as bordas entalhadas (sobretudo no Nordeste) e o acanelado. As formas carenadas existem, mas são raras, enquanto que as formas abertas predominam, às vezes com grandes dimensões, perímetro oval ou quadrangular e base quase plana. Verificamos que os motivos pintados nordestinos apresentam freqüentemente um padrão bem diferente dos meridionais ou até do litoral central: os traços são muito mais espessos, formam figuras angulares, as linhas são por vezes reforçadas por pequenos triângulos, e não se vê a mesma delicadeza do traçado e dos motivos que caracterizam as fases do Sul (Prous:411-412).

Em relação às aldeias Tupiguarani na Bahia evidenciadas arqueologicamente e/ou descritas documentalmente, nota-se que comungavam, *lato sensu*, as características observadas em assentamentos congêneres em outros estados brasileiros. Também se percebe que muitas foram erigidas sobre sedimentos produzidos por longas ocupações Aratu ou, como explica Martin (1998), nos sítios onde ocorreu o contato entre esses grupos culturais a cerâmica Tupiguarani "aparece sempre como intrusiva nas camadas mais tardias das aldeias Aratu, adquirida por comércio ou por ocupação violenta, quando se nota a substituição dos tipos de cerâmicas dos Aratu pelos Tupiguarani" (p.22) (Chmyz, 1976b; Martin, 1998; Prous, 1992; NAPAS, 2000c).

Correspondentemente, os sítios arqueológicos produzidos no Extremo Sul da Bahia pelos Tupinikín contatados a partir do século XV e pelos seus antepassados também apresentam tais características. Embora o ingresso da cultura Tupiguarani na região ainda não tenha sido datada conclusivamente, sabe-se que um grande número de aldeias foi erigido sob os seus auspícios ao longo da zona costeira e do curso final de vários rios com desaguadouros no Atlântico. Para além desse espaço, tudo era território de etnias filiadas à matriz cultural Aratu e ao tronco lingüístico Macro-Jê. No entanto, o processo de ocupação pelos Tupiguarani não parece ter se dado sem uma longa resistência cultural (e provavelmente armada) por parte dos seus pretéritos habitantes. Essa dedução resulta do cotejamento da datação mais recente que dispomos sobre a



presença Aratu na zona costeira da região – entre os anos de 1285 e 1415 em Trancoso – com datações que indicam a presença Tupiguarani no Espírito Santo e na Bahia desde pelo menos os anos de 900 e 1150, respectivamente[96] (Figura 123).

As pesquisas arqueológicas realizadas no Extremo Sul da Bahia têm se concentrado em áreas litorâneas dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (pelas razões que detalhamos em capítulos anteriores) e evidenciado uma grande quantidade de vestígios de artefatos e assentamentos Tupiguarani. Como se depreende de relatórios depositados nos arquivos do Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Porto Seguro, a maior parte desses artefatos consiste em vasos e vasilhames cerâmicos tais como os empregados na preparação da mandioca para o consumo humano. Como sintetiza o NAPAS/UFBA (2000c):

> Os vasilhames mais representativos desta tradição, encontrados nesta região, são os assadores (recipientes largos, baixos e de bocas amplas), destinados ao processamento da mandioca amarga, que constituía um dos principais componentes da dieta alimentar. Eles têm, geralmente, pinturas geométricas na superfície interna, em preto e/ou vermelho, sobre um fundo branco amarelado. Este tipo de decoração é de tal forma recorrente nos grupos Tupiguarani que forma parte do conjunto de traços distintivos da produção deles, indiferentemente das unidades étnicas que são consideradas neste macro-grupo e dos ambientes que eles ocuparam (p.58).

Artefatos líticos – mesmo que muito menos freqüentes – também compõem o material arqueológico evidenciado e incluem lâminas de machado polidas, abrasadores e adornos faciais de cor esverdeada conhecidos como *tembetá*. Os últimos foram produzidos a partir da nefrita, são considerados como um elemento distintivo da cultura Tupiguarani e foram retratados em praticamente toda a iconografia retratando as suas populações no período Colonial (Figura 134). Esses adornos também foram descritos em muitas fontes documentais, a começar das célebres *Carta de Pero Vaz de Caminha* e *Relação do Piloto Anônimo* redigidas a bordo da primeira armada portuguesa que topou com terras brasileiras. Na primeira, datada de 1º de maio de 1500 e endereçada ao rei D. Manuel I de Portugal, se lê que:

> [alguns homens da terra] traziam ambos os beiços de baixo furados e metidos por eles senhos ossos, de ossos brancos, de compridão duma mão travessa e da grossura dum fuso de algodão, e agudos na ponta como um furador; metem-nos pela parte de dentro do beiço e o que lhe fica entre o beiço e os dentes é feito como roque de xadrez; e em tal maneira o trazem ali encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a fala, nem comer nem beber (...). [Um velho tinha] o beiço tão furado, que lhe caberia pelo furado um grande dedo polegar; e trazia metido no furado uma pedra verde ruim que sarava por fora aquele buraco; e o Capitão [Pedro Álvares Cabral] lha fez tirar; e ele não sei que diabo falava e ia

[96] As datações mais antigas obtidas até o momento em material arqueológico Tupiguarani evidenciado no Extremo Sul da Bahia alcançam o século XIII. Mesmo que elas possam ser tomadas como um argumento que sugere a resistência Aratu nessa região, a sua margem de erro não possibilita uma conclusão definitiva sobre a questão e nos obriga a recorrer às datações mais antigas obtidas em outras áreas do estado e, principalmente, no adjacente território do Espírito Santo.

> com ela para a boca do Capitão, para lha meter; estivemos sobre isso um pouco rindo, e então enfadou-se o Capitão e deixou; e um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por mostra; e depois a houve o Capitão, creio para com as outras coisas a mandar a Vossa Alteza (Caminha, 2002 [1500]:21-43).

Já na *Relação do Piloto Anônimo*, redigida provavelmente por um dos mestres da armada cabralina e considerada como o mais importante relato sobre essa expedição à Índia, se lê que esses indígenas têm "o lábio da boca, isto é, o de baixo, furado, e nos buracos metem um osso grande como um prego; e outros trazem uma pedra azul e verde e comprida dependurada nos ditos buracos" (Anônimo, 1999 [1500]:77).



Figura 134: *tembetá*: a) gravura quinhentista representando o seu uso e algumas variedades; b) exemplar evidenciado no sítio arqueológico Engenho de Itacimirim, na orla norte do município de Porto Seguro. Fonte: a) Staden (1557:s/p); b) fotografia em http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/index.html, s/d.

Os sítios arqueológicos Tupiguarani evidenciados nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália localizam-se em planícies quaternárias ao longo da linha de costa e do curso final de rios de variados portes e, principalmente, sobre tabuleiros terciários da Formação Barreiras. Todos esses sítios estão inseridos onde ocorre ou ocorria a confluência de alguns dos mais importantes ecossistemas da região – Florestas Ombrófilas, Manguezais, Várzeas, Brejos e, em alguns casos, formações recifais – capazes de fornecer uma grande diversidade e quantidade de recursos naturais necessários à economia das populações desse grupo cultural. Nota-se também que o material arqueológico Tupiguarani encontra-se freqüentemente em meio ou sob camadas arqueológicas produzidas por grupos com outras matrizes culturais.

A sobreposição tem sido observada não apenas em relação a material Aratu, mas também a fragmentos de peças cerâmicas com um padrão extremamente simples e cuja autoria pode caber tanto a populações filiadas a essa matriz quanto a populações filiadas

a culturas não-classificadas[97]. Já a justaposição estratigráfica ocorre geralmente com material arqueológico produzido pelos colonizadores europeus e indica um intenso processo de contato e intercâmbio cultural. Esse material e o gerado por luso-brasileiros constituem, por sua vez, as camadas que se sobrepõem às Tupiguarani e denunciam a ocorrência de um processo de dominação cultural ou mesmo extinção étnica.

Os sítios arqueológicos Tupiguarani identificados nesses municípios estão dispostos na forma de conjuntos de unidades bastante próximas, bem como de unidades relativamente isoladas. Dentre os exemplos que poderíamos citar, destacamos nove que consideramos particularmente ilustrativos (Figura 144). O primeiro é o já mencionado sítio Terravista, descoberto pelo acompanhamento e salvamento arqueológico realizado para a execução do complexo turístico-hoteleiro Terravista Condomínio, Resort & Golf em um tabuleiro da Formação Barreiras próximo à foz do rio Taípe, na orla sul do município de Porto Seguro (Figura 97, Figura 135, Figura 144).



Figura 135: o sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) durante as prospecções que evidenciaram material Aratu e Tupiguarani; b) posteriormente, como um campo de golfe. Fonte: a) fotografia em http://www.uesc.br/nucleos/nepab; b) edição de fotografia em Terravista (2007b), s/d.

Esse sítio pode ser considerado como um dos melhores exemplos das repercussões do avanço Tupiguarani sobre o Extremo Sul da Bahia e, especialmente, sobre os grupos Aratu que habitavam então a sua zona costeira. A quantidade, variedade e estratigrafia do material arqueológico nele evidenciado – mais de 200 mil fragmentos e peças cerâmicas e não-cerâmicas – indicam que esse espaço abrigou uma aldeia Aratu de grandes proporções que foi colonizada ou conquistada pelos Tupiguarani. Justapostos e sobrepostos aos vestígios da cultura material dos primeiros, foi encontrado um grande

[97] A superação dessa questão ainda aguarda a datação do material coletado, a descoberta de mais sítios que contenham fragmentos similares e a realização de mais análises comparadas (NAPAS/UFBA, 2000c).

número de fragmentos de peças da distintiva indústria cerâmica dos últimos. Essas peças incluem principalmente vasos e vasilhames manufaturados por roletamento (ou acordelamento), havendo registros do uso da modelagem em peças menores e partes das maiores. A areia foi utilizada como antiplástico em todas elas e, em alguns casos, se observa também o emprego de conchas ou cerâmica moídas. Dentre as peças que apresentam decoração plástica predomina o tipo corrugado e nas que receberam pintura o engodo branco e desenhos geométricos em vermelho aplicados exclusivamente no seu interior (Figura 136) (Batista & Morales, 2007; Dócio & Barbosa, 2007; Terravista, 2000a).



Figura 136: artefatos cerâmicos Tupiguarani evidenciados no sítio arqueológico Terravista, na orla sul do município de Porto Seguro: a) vasilhame quadrangular com pintura geométrica vermelha; b) vaso utilizado provavelmente em um ritual funerário; c) carimbo; d) fragmento de vasilhame quadrangular com pintura geométrica vermelha.
Fonte: fotografias em Terravista (2007a e 2007b), s/d.

Outro espaço onde foram identificados sítios arqueológicos contendo muitos vestígios da cultura material Tupiguarani consiste em nada menos que a porção do tabuleiro da Formação Barreiras na qual os portugueses fundaram o núcleo da cidade de Porto Seguro: a sua chamada Cidade Alta (Figura 137, Figura 144, Figura 161, Figura 180). Essas descobertas se devem principalmente a pesquisas e serviços de acompanhamento e salvamento arqueológico realizados pelo NAPAS/UFBA no âmbito do projeto *Mapeamento de Sítios Arqueológicos da Costa do Descobrimento e do Recôncavo Baiano*, dos preparativos para a comemoração dos 500 anos da presença européia no Brasil e da execução de obras de infra-estrutura urbana e de arquitetura.



Figura 137: a) vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro, do Outeiro da Glória (área desmatada à esquerda) e da orla norte do município (c.2000); b) vista aérea do Outeiro da Glória (área desmatada em primeiro plano), de partes da Cidade Alta e Cidade Baixa de Porto Seguro e da foz do Buranhém (c.1985). Fonte: a) fotografia em http://www.bahiatursa.ba.gov.br, s/d; b) edição de fotografia em Porto Seguro: Guia Turístico. Prefeitura Municipal de Porto Seguro: Adm. Valdívio Gonçalves Costa, s/d.

Uma das principais áreas prospectadas na Cidade Alta foi um terreno particular com cerca de 6.630 m^2 situado entre a Praça Pero de Campo Tourinho, a Praça da Misericórdia, a Rua São Sebastião e a Rua São Brás[98]. A realização desse trabalho foi uma exigência colocada pelo IPHAN ao seu proprietário, nos termos da legislação sobre patrimônio arqueológico, quando da construção nesse terreno de três módulos habitacionais. As atividades de campo estenderam-se de setembro a novembro de 1999 e possibilitaram a descoberta de uma grande quantidade e variedade de material arqueológico. Superpostos por e justapostos a vestígios de artefatos e arquiteturas produzidas por portugueses e luso-brasileiros, foram evidenciados diversos fragmentos de vasos e vasilhames cerâmicos Tupiguarani tais como cuias, potes e assadores. As técnicas empregadas na manufatura dessas peças correspondem às registradas no sítio Terravista e, portanto, compreendem o roletamento e, em menor medida, a modelagem. Como se verificou, a primeira é empregada geralmente no bojo dos vasos e a última é empregada geralmente na sua base; entretanto, também se encontrou uma cuia com 13 cm de altura cuja fabricação deu-se integralmente por modelagem. Nas peças apresentando decoração plástica se observa os tipos digitado, inciso e ungulado e dentre aquelas que receberam pintura predomina o engodo branco e desenhos geométricos na cor vermelha (Figura 138, Figura 139). Também foi descoberta uma lâmina de machado em pedra polida com 9,5 cm de comprimento – considerada rara nesse espaço onde inexistem afloramentos do embasamento pré-cambriano – e cuja filiação cultural não foi determinada (Figura 140) (NAPAS/UFBA, 2000c e 2000d).

[98] Sítio arqueológico denominado Cidade Alta de Porto Seguro (BA-PSS-005) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).



Figura 138: fragmentos de cerâmica Tupiguarani com borda reforçada, engobo branco e pintura geométrica vermelha evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000d:41), s/d.



Figura 139: fragmento de peça cerâmica Tupiguarani com decoração plástica do tipo ungulado em linhas transversais evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000d:41), s/d.



Figura 140: lâmina de machado em pedra polida evidenciada arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000d:40), s/d.

Outras áreas na Cidade Alta de Porto Seguro e adjacências também foram objetos de prospecções que revelaram sítios arqueológicos contendo material Tupiguarani. Uma delas corresponde ao espaço ocupado pelas ruínas da *residência* erigida pelos jesuítas junto à Igreja de São Benedito[99] (Figura 144, Figura 161, Figura 171, Figura 179, Figura 180). Os trabalhos lá realizados estenderam-se de fevereiro a agosto de 2001 e possibilitaram a descoberta de fragmentos de peças cerâmicas apresentando tanto engodo branco e desenhos geométricos vermelhos quanto decoração plástica dos tipos corrugado e ungulado (NAPAS/UFBA, 2002a). Outra área prospectada corresponde ao sítio onde jazem as ruínas da Igreja de São Francisco, no Outeiro da Glória, considerada por muitos o primeiro templo cristão construído no Brasil. Ela se localiza próximo à borda de um tabuleiro da Formação Barreiras separado do da Cidade Alta de Porto Seguro pelo estreito vale do rio da Vila[100] (Figura 137, Figura 144, Figura 156). As prospecções arqueológicas lá realizadas estenderam-se de novembro de 1999 a março de 2000 e evidenciaram fragmentos de peças cerâmicas Tupiguarani manufaturadas por roletamento (IPHAN, 2007; NAPAS/UFBA, 2001 e 2002b).

O quinto sítio arqueológico Tupiguarani que citamos encontra-se junto à Estação de Tratamento de Água (ETA) do rio dos Mangues, localizada a cerca de 3 km da Ponta Grande e próxima ao limite dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália[101] (Figura 144). A sua identificação e prospecção ocorreram em 1999 no bojo dos serviços de acompanhamento e salvamento arqueológico prestados pelo NAPAS/UFBA a EMBASA, quando da execução de uma série de obras de abastecimento e saneamento nesses municípios. O material evidenciado consiste em fragmentos de artefatos cerâmicos e líticos encontrados relativamente dispersos e insinuando uma ocupação menos prolongada ou secundária. De qualquer maneira, descobriu-se um raro recipiente retangular carenado com borda reforçada e quase completo. Já as obras da ETA Santa Cruz Cabrália, localizada em uma margem do rio Yayá a cerca de 3 km da costa (Figura 144), possibilitaram evidenciar, também em 1999, um sítio com fragmentos de cerâmicas Tupiguarani com decoração plástica ungulada e pintura[102] (NAPAS/UFBA, 2000b).

Outro espaço na região que concentra vários sítios arqueológicos contendo material Tupiguarani é a cidade de Santa Cruz Cabrália. Na sua Cidade Alta, localizada em um tabuleiro da Formação Barreiras lindeiro ao Atlântico e ao rio João de Tiba, foi evidenciado o sétimo sítio que ilustra a presença dessa cultura na região[103] (Figura 141, Figura 144, Figura 164, Figura 215).

---

[99] Sítio arqueológico denominado Colégio Jesuítico (BA-PSS-007) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2002a).
[100] Sítio arqueológico denominado São Francisco (BA-PSS-003) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).
[101] Sítio arqueológico denominado Mangues 1 (BA-PSS-006) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).
[102] Sítio arqueológico denominado Sapolândia (BA-SCS-004) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000b e 2000c).
[103] Sítio arqueológico denominado Cidade Alta de S. Cruz Cabrália (BA-SCS-002) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).





Figura 141: vista aérea da Cidade Baixa e Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, do loteamento Mirante da Coroa Vermelha, da praia de Arakakaí, da baía Cabrália e de Coroa Vermelha e Ponta Grande (c.2000). Fonte: edição de fotografia em STC-BA (2001:98-99), s/d.

A identificação e prospecção desse sítio deram-se graças a um convênio de cooperação técnica firmado entre o IPHAN e o NAPAS/UFBA e visando ao desenvolvimento de uma ampla pesquisa arqueológica nesse espaço. Os trabalhos de campo foram realizados entre 1999 e 2000 e evidenciaram muitos vestígios tanto de artefatos e arquiteturas portuguesas e luso-brasileiras quanto da indústria Tupiguarani. Em conformidade com o observado em outros sítios na região, a maior parte do material atribuído a essa cultura indígena consiste em fragmentos de peças cerâmicas manufaturadas por roletamento. Dentre as que apresentam decoração plástica observa-se o tipo digitado, inciso, ungulado e corrugado e, nas que receberam pintura, predomina o engodo branco e desenhos geométricos vermelhos (Figura 142). Já as peças manufaturadas por modelamento, mesmo minoritárias, incluem interessantes cachimbos angulares lisos e com decoração ungulada (Figura 143) (NAPAS/UFBA, 2000a).

Os dois últimos sítios arqueológicos Tupiguarani que citamos foram identificados e prospectados nas imediações da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália no final da década de 1990. O primeiro estava situado próximo à borda de um tabuleiro da Formação Barreiras separado do da Cidade Alta pelo vale estreito formado pelo córrego que abastecia a antiga represa da cidade[104] (Figura 144). Como destaca o NAPAS/UFBA (2000c), esse sítio foi produzido por “uma aldeia Tupiguarani, aparentemente de grandes dimensões” (p.61) que ainda estava ativa entre os anos de 1560 e 1640, segundo uma datação por termoluminescência realizada em uma amostra lá coletada. A despeito da sua alta relevância arqueológica, ele foi praticamente destruído quando da lamentável

[104] Sítio arqueológico denominado Mirante da Coroa Vermelha (BA-SCS-001) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000c).

construção do loteamento Mirante da Coroa Vermelha (IPHAN, 2007; NAPAS/UFBA, 2000b). O segundo sítio Tupiguarani nos arredores da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália foi descoberto na praia de Arakakaí, junto à foz do rio Yayá na porção meridional da Cidade Baixa[105] (Figura 144). Dentre os fragmentos cerâmicos evidenciadas destaca-se, como aponta o NAPAS/UFBA (2000b) “um assador policromado que possui uma expressiva e bem preservada decoração geométrica em preto e vermelho” (p.34). Entretanto, a presença de tais peças nesse tipo de ambiente não indica necessariamente que abrigasse uma aldeia Tupiguarani; ao contrário, é mais factível que ele fosse utilizado apenas eventualmente por habitantes de um assentamento de grandes proporções situado onde se encontra hoje o loteamento Mirante da Coroa Vermelha ou a Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália (NAPAS/UFBA, 2000c).



Figura 142: fragmentos de cerâmica roletada Tupiguarani com engobo branco e pintura geométrica vermelha evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000a:66), s/d.



Figura 143: cachimbos angulares evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália.
Observação: os dois primeiros cachimbos foram modelados à mão por indígenas e o terceiro confeccionado a partir de um molde, provavelmente por europeus. Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000a:67), s/d.

[105] Sítio arqueológico denominado Arakakaí (BA-SCS-005) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000b e 2000c).

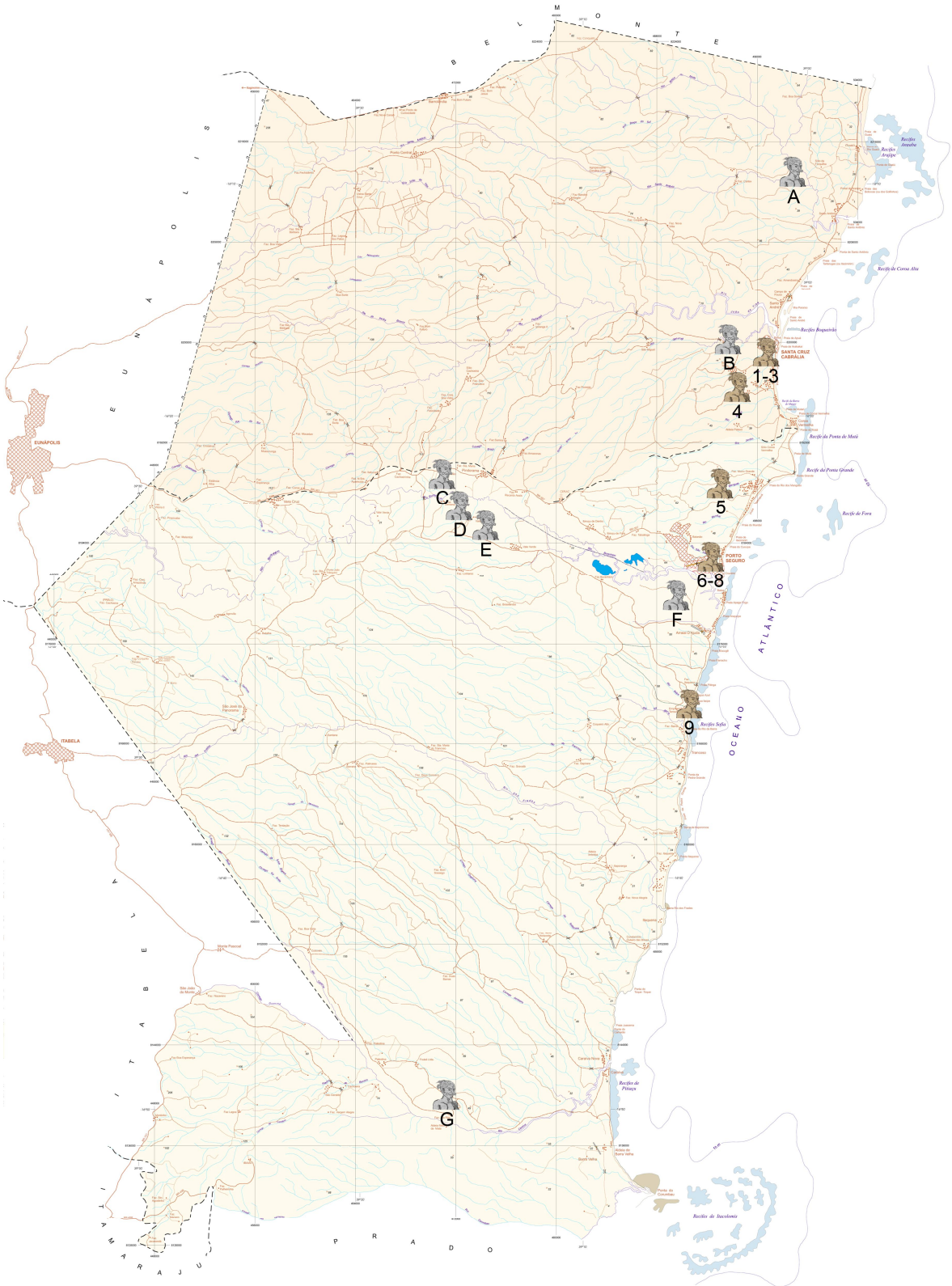


Figura 144: mapa dos sítios arqueológicos Tupiguarani (confirmados e prováveis) nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.
Legenda: ícones em marrom = sítios confirmados: 1-3) Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, Mirante da Coroa Vermelha e Arakakaí; 4) Sapolândia; 5) Mangues 1; 6-8) Cidade Alta de Porto Seguro, Colégio Jesuítico e São Francisco; 9) Terravista. Ícones em cinza = sítios prováveis: A) Mata Medonha; B) Fazenda Camurugi; C) Dois de Ouro; D) Fazenda Santana; E) Fazenda Paulinho; F) Santo Amaro; G) Jambreiro.
Fonte: modificação de mapa da CPRM (1999:s/p) a partir de dados do NAPAS/UFBA (2000b, 2000c e 2002a) e Terravista (2007a e 2007b).

Como aprofundamos no próximo capítulo, outro importante manancial de informações sobre os modos de produção e reprodução da cultura Tupiguarani no Extremo Sul da Bahia é o conjunto de fontes documentais de autoria de europeus que contataram a etnia Tupinikín ainda vivendo sob a égide da sua cultura milenar. Os dois primeiros relatos do gênero são tão antigos quanto a presença portuguesa no Brasil e se encontram nas citadas *Carta de Pero Vaz de Caminha* e *Relação do Piloto Anônimo*. Em um trecho da primeira, onde Caminha narra algumas providências tomadas por Cabral visando conhecer melhor o "viver e maneira" dos seus anfitriões, se lê que:

> À segunda-feira [dia 27 de abril] (...) o Capitão mandou àquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem lá andar entre eles, e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que eles folgavam; e aos degredados mandou que ficassem lá esta noite. Foram-se lá todos e andaram entre eles, e segundo eles diziam foram bem uma légua e meia a uma povoação de casas em que haveria 9 ou 10 casas, as quais diziam que eram tão compridas cada uma como esta nau capitânia; e eram de madeira e das ilhargas de tábuas e cobertas de palha de razoada altura e todas em uma só casa sem nenhum repartimento; tinham de dentro muitos esteios e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos em cada esteio altas em que dormiam; e debaixo, para se aquentarem faziam seus fogos; e tinha cada casa duas portas pequenas, uma em um cabo e outra no outro. E diziam que em cada casa se colhiam 30 ou 40 pessoas e que assim os achavam e que lhes davam de comer daquela vianda que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há que eles comem (Caminha, 2002:49-51).

Já o autor de *Relação do Piloto Anônimo*, mesmo que discorde de Caminha quanto à distância da mesma e do número de habitantes em cada *oca*, registrou basicamente o mesmo testemunho dos homens enviados a essa aldeia e acrescentou que estava situada no interior:

> Naquele mesmo dia que era a oitava da Páscoa, 26 de abril, determinou o Capitão-mor que se ouvisse missa, e mandou levantar um altar, e todos os da armada foram ouvir missa e sermão, onde se juntaram muitos daqueles homens bailando e cantando com as suas buzinas. (...) E ao outro dia determinou o Capitão-mor meter água e lenha, e todos os da dita armada foram à terra. E alguns dos nossos foram à terra donde estes homens são, que seria a três milhas da costa do mar e compraram papagaios e uma raiz chamada inhame, que é o seu pão que comem os árabes. (...) E as suas casas são de madeira coberta de folhas e de ramos de árvores com muitas colunas de madeira. No meio das ditas casas e das ditas colunas para a parede põem uma rede de algodão dependurada em que fica um homem e entre uma rede e outra fazem uma fogueira, de modo que numa só casa estão 40 ou 50 camas armadas à maneira de tear (Anônimo, 1999:76-77).

Todavia, as evidências disponíveis sobre a presença de populações com matriz cultural sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e européia no Extremo Sul da Bahia são suficientes para demonstrar que muitos dos seus espaços têm sido ocupados de forma praticamente ininterrupta ao longo de séculos ou mesmo milênios. Esse fenômeno não resultou de processos aleatórios ou eventos fortuitos, mas fundamentalmente do fato de abrigarem condições ambientais altamente favoráveis à presença de uma vasta gama de



modos de produção do espaço e reprodução social de culturas tanto indígenas quanto não-indígenas. Cada um desses espaços pode ser considerado, portanto, um *locus* altamente privilegiado em termos de recursos naturais e de extrema relevância histórica e cultural. Relevância essa com uma profundidade cronológica muito superior à da presença européia em terras brasílicas, e cujo reconhecimento praticamente inexiste junto a uma sociedade cuja absoluta maioria dos seus membros ainda tem o olhar fixado em além-mar e teima em acreditar que a sua história iniciou-se no ano de 1500.



a cultura portuguesa

Nos primeiros meses de 1500, duas etnias de filiação cultural Tupiguarani, habitantes de diferentes porções do litoral brasileiro, testemunharam o desembarque de insólitos mareantes cobertos de panos e pêlos, falando estranhos idiomas e ostentando um aparato tecnológico jamais visto naquelas paragens. O primeiro contato ocorreu no mês de janeiro em um ponto provavelmente na costa do Ceará e teve como protagonistas um grupo Potiguara e uma armada espanhola comandada por Vicente Yañez Pinzón. Registrado na coletânea *De Orbe Novo* do cronista Pietro Martire d'Anghiera (1912 [1511-1530]), e pouquíssimo referido na historiografia luso-brasileira, ele foi marcado pela violência e vidas que ceifou entre ambas as partes. O segundo contato ocorreu no final de abril e foi protagonizado pela celebrada armada comandada por Pedro Álvares Cabral e um grupo Tupinikín do Extremo Sul da Bahia. Objeto de diversos registros testemunhais – dos quais sobreviveram a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a *Relação do Piloto Anônimo* e a *Carta de Mestre João Faras* –, ele seria lembrado pelo seu caráter idílico e entraria para a história como o marco inaugural da presença portuguesa no Brasil. Contudo, esses dois encontros comungavam a condição de serem prenúncios de um futuro onde os indígenas brasileiros tanto experimentariam relevantes intercâmbios culturais quanto uma violência sem peias.

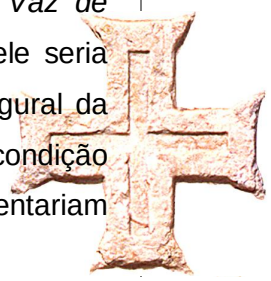




Figura 145: o infortúnio da armada de Vicente Yañez Pinzón e dos Potiguara representado em uma gravura de 1886 de autoria desconhecida.
Fonte: Bueno (1998:17).



Figura 146: o idílio dos portugueses entre os Tupinikín representado em óleo sobre tela de autoria de Victor Meirelles e intitulado *Primeira missa no Brasil* (1860).
Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Independentemente da polêmica em torno do Descobrimento ou Achamento do Brasil ter sido fruto de um acaso ou de um intento, não há dúvidas que era algo inevitável. Naquele final de século XV, enquanto a cultura Tupiguarani experimentava os momentos finais da sua ampla expansão, diversos povos europeus, asiáticos e africanos comungando imemoriais ancestrais com os *tupi* e *tapuia*, mas deles afastados por largos oceanos e milhares de anos de diferenciação, tornavam-se cada vez mais dependentes da mundialização das suas relações econômicas. Dois nascentes Estados nacionais ibéricos, contando com uma experiência e tecnologia náutica sem rivais no Ocidente e grandes investimentos por parte do crescente capital privado, haviam inclusive acordado a divisão do planeta em dois hemisférios onde teriam exclusividade sobre "todas as ilhas e terra firme que sejam achadas e descobertas" e cuja linha divisória estendia-se "de pólo a pólo, por linha direita em fim das ditas trezentas e setenta léguas contadas desde as ditas ilhas do Cabo Verde ao ponente" (*Capitulación de la partición del Mar Oceano* ou *Tratado de Tordesilhas*, 1494, f.1). Não obstante o amplo desconhecimento da geografia global e o protesto de nações vizinhas, esse tratado algo delirante era inapelável porquanto chancelado pelo maior poder europeu de então: uma instituição fundada há quase quinze séculos no Oriente Médio, que tomava para si a representação dos supostos interesses de um deus tido como único e onipotente e que, em seu nome, sustentava uma crescente empresa transnacional com profunda ascendência sobre praticamente todos os reinos e lares da Europa.

Portanto, naquele ano de 1500, quando alguns Tupinikín colheram no ar "um barrete vermelho, uma carapuça de linho (...) e um sombreiro preto" arremessados de um batel português junto à arrebentação de uma praia no Extremo Sul da Bahia (Caminha, 2002:19), ou quando diversos Potiguara caíram trucidados "como ovelhas por golpes de espada e lança" desferidos pelos marinheiros a bordo de um escaler espanhol na foz de um rio cearense[106] (Anghiera, 1912:161-162), eles não participavam apenas de uma fortuita confraternização ou tragédia local. Muito mais, eles experimentavam as primeiríssimas repercussões de um longo e complexo processo de colonização que reconfiguraria radicalmente a paisagem e os modos de produção e reprodução vigentes naquele largo espaço que um dia seria batizado com o curioso nome de Brasil.

A expansão das bases territoriais do mercantilismo e do cristianismo, por outro lado, também teria profundos impactos na Europa, pois possibilitou o ingresso na mesma de uma infinidade de produtos e costumes originários de rincões tão distantes e distintos quanto a Índia, China e Filipinas, o Senegal, Angola e Moçambique, o Canadá, Caribe e Peru e, é claro, o próprio Brasil. Sem os seus recursos florísticos e faunísticos, os seus

[106] Tradução do autor.

saberes ambientais, as suas culinárias e farmacopéias, os seus metais e pedras preciosas e a miríade de etnias que participou voluntária ou compulsoriamente da sua disponibilização, o Velho Mundo seria apenas um pálido arremedo do que ostenta hoje e o mapa geopolítico mundial teria um desenho impensável. Contudo, esses intercâmbios seriam marcados, em geral, por uma grande assimetria, visto que a maior parte dos bônus ficou concentrada – como de certa forma ainda está – nas mãos de colonizadores europeus e elites econômicas que deles descenderam, ao passo que os ônus...

O *PORTO SEGURO* DA *TERRA DA VERA CRUZ*

Em dois de maio de 1500, a maior armada que Portugal já lançara ao mar içou velas e partiu do seu recém-descoberto *porto seguro* da *Terra da Vera Cruz*. Onze das doze embarcações que haviam logrado alcançar a costa brasileira nove dias antes retomaram o seu curso para o Calicute, Índia, levando a bordo cerca de 1.400 tripulantes, soldados e funcionários reais e dois intrépidos Tupinikín. Esses indígenas e mais de quatro centenas daqueles homens jamais pisariam em terra novamente e desapareceriam junto com quatro naus cabralinas durante uma forte tempestade na altura do Cabo da Boa Esperança. Já o pequeno navio de mantimentos, capitaneado por Gaspar de Lemos, recebeu a incumbência de retornar para Portugal levando, nas palavras do autor da *Relação do Piloto Anônimo*, “as cartas ao Rei na qual se continha quanto tínhamos visto e descoberto” (1999:78). A bordo também seguiam araras e papagaios, talvez toras de pau-brasil, amostras de objetos indígenas e um Tupinikín que teria embarcado voluntariamente, assim como os seus dois malfadados patrícios tragados pelo mar dias depois. Conforme registraria posteriormente o padre jesuíta Simão de Vasconcelos, esse primeiro brasileiro em solo europeu foi “recebido com alegria do rei e do reino” e causou espécie nesse mundo ainda fortemente marcado por perspectivas cosmológicas medievais. Exposto ao deleite dos membros da Corte, “não se fartavam os grandes e os pequenos de ver e ouvir o gesto, a fala e os meneios daquele novo indivíduo da geração humana. Uns os tomavam por um semicapro; outros por um fauno ou por algum daqueles monstros antigos, entre os poetas celebrados” (*apud* Bueno, 1998:110-111).

No *porto seguro* cabralino, por sua vez, ficaram “uma cruz muito grande de madeira” cravada provavelmente junto à foz do Mutari (Anônimo, 1999:78), “muitas

cruzes de estanho com crucifixos" (Caminha, 2002:65), inúmeras "coisinhas de pouco valor" presenteadas ou trocadas por arcos, flechas, cocares e aves (p.51), "dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, em terra fugidos" (p.67) e, principalmente, "dois degredados e condenados à morte que tínhamos levado na dita armada para tal fim (...) os quais começaram a chorar. Os homens daquela terra confortavam-nos e mostravam ter piedade deles" (Anônimo, 1999:78).

Como se depreende de documentos dos séculos XV e XVI – como a própria *Carta de Pero Vaz de Caminha* – o degredo, mais que uma pena severíssima aplicável a vários crimes, era então um dos principais meios adotados pelo Estado português para a produção de conhecimentos sobre as terras descobertas em ultramar. Aos condenados, que ao que tudo indica eram sempre deixados junto a populações nativas, cumpria "andar lá com eles e saber de seu viver e maneira", "aprenderem bem a sua fala e os entenderem" e informar-se sobre as riquezas da terra (Caminha, 2002:27-59). Caso sobrevivessem, poderiam ser recolhidos posteriormente e comutar os seus saberes e as suas habilidades como intérpretes e guias pelo perdão Real. Com uma função capital na colonização, eles não eram, portanto, largados aleatoriamente nesses espaços, mas apenas onde os capitães de armada julgassem promissora a sua utilização. Assim sendo, quando Cabral decidiu deixar aqueles degredados no seu *porto seguro*, ele não atuava enquanto um mero carrasco, mas como a quem cabia a estratégica decisão de gastar ou não duas das sondas humanas que trazia consigo. Mesmo que não tenha tido evidências da existência de metais ou pedras preciosas junto àquele porto – ao contrário, ficou claro que os Tupinikín sequer conheciam a metalurgia –, a fartura de outros recursos econômicos e a atitude amistosa dos seus anfitriões certamente pesaram na sua decisão.

Muitas dimensões naturais e culturais da zona costeira do Extremo Sul da Bahia foram objetos, como já visto, da carta que alçaria Caminha, nomeado escrivão da feitoria de Calicute e morto poucos meses depois em um ataque que a liquidou, à condição de um nome inolvidável da história da expansão ultramarina portuguesa. Nesse sensível e detalhado registro geográfico e etnográfico, carregado de um humanismo raro entre os seus contemporâneos, abundam descrições, elogios e promessas acerca daquele espaço e, particularmente, dos seus habitantes:

> A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos; andam nus sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto (...) Os cabelos seus são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobre pente, de boa grandura, e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, para detrás, uma maneira de cabeleira de penas de ave amarela que seria do comprimento dum coto, mui basta e mui sarada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas, a qual andava pegada nos cabelos pena e pena com uma confeição branda como cera, e não o era; de maneira que andava a cabeleira mui redonda e mui basta e mui igual (Caminha, 2002:21).

Andavam ali muitos deles, ou quase a maior parte, que todos traziam aqueles bicos de osso nos beiços e alguns que andavam sem eles traziam os beiços furados, e nos buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha; e alguns deles traziam três daqueles bicos, a saber, um na metade e os dois nos cabos; e andavam ali outros quartejados de cores, a saber, deles a metade da sua própria cor e a metade de tintura negra maneira de azulada e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, e tão saradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha (p.29).

Outros traziam carapuças de penas amarelas e outros de vermelhas e outros de verdes; e uma daquelas moças era toda tinta de fundo acima daquela tintura, a qual certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha, que ela não tinha, tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela. Nenhum deles não era fanado, mas todos assim como nós (p.31).

Ali vergéis galantes pintados de preto e vermelho, e quartejados assim pelos corpos como pelas pernas, que certo pareciam assim bem; também andavam entre eles 4 ou 5 moças, assim nuas que não pareciam mal, entre as quais andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta e o resto todo da sua própria cor; outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas e também os colos dos pés, e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência descobertas, que não havia ali nenhuma vergonha. Também andava ali outra mulher moça, com um menino ou menina ao colo, atado com um pano não sei de quê aos peitos, que lhes não aparecia senão as perninhas (p.41).

Andam muito bem curados e muito limpos, e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser (p.45-47).

Traziam alguns deles uns ouriços verdes de árvores que na cor queriam parecer de castanheiros, se não quanto eram mais e mais pequenos, e aqueles eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que esmagando-os entre os dedos fazia tintura muito vermelha, da que eles andavam tintos, e quanto se mais molhavam, tanto mais vermelhos ficavam. Todos andam rapados até acima das orelhas; e assim as sobrancelhas e pestanas; trazem todos as testas de fonte a fonte tintas da tintura preta que parece uma fita preta ancha de dois dedos (p.49).

Andavam todos tão dispostos e tão bem feitos e galantes com suas tinturas que pareciam bem (p.57).

E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção de Vossa Alteza fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé, a qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certo esta gente é boa e de boa simplicidade, e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar; e logo lhes nosso Senhor deu bons corpos e bons rostos como a bons homens; e ele, que nos por aqui trouxe, creio que não foi sem causa (p.59).

Eles não lavram nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. Enquanto ali este dia andaram sempre ao som dum tamboril nosso, dançaram e bailaram com os nossos. Em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus (p.59-61).

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã e a entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm; e

bem creio que se Vossa Alteza aqui mandar quem mais entre eles devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé pelos dois degredados que aqui entre eles ficam (p.65-67).

Senhor, que a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria mais quanta em vergonha (p.67).

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos, até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem 20 ou 25 léguas por costa; traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras delas vermelhas e delas brancas e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia parma, muito chã e muito formosa; pelo sertão nos pareceu do mar muito grande, porque a estender olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra. Nela até agora não podemos saber que haja ouro nem prata nem coisa de metal nem de ferro, nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares assim frios e temperados como os de entre Douro e Minho porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem; porém, o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (p.67-69).



Figura 147: a) ilustração do *Livro das Armadas* representando as 13 embarcações da armada cabralina, o nome dos seus capitães e o destino de cada uma; b) a primeira página da *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Fonte: a) Academia das Ciências de Lisboa, Portugal; b) Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal.

Quanto ao que pensaram esses Tupinikín em relação aos seus inusitados visitantes, jamais saberemos com exatidão. Entretanto, é factível que a sua atitude tenha sido bastante influenciada pelo comportamento também pacífico dos portugueses,

decididos a não os molestarem. Nesse sentido, Caminha deixou registrado que pouco depois da ancoragem em Coroa Vermelha:

> vieram logo todos os capitães a esta nau, por mandado do Capitão-mor, com os quais se ele apartou, e eu na companhia; e perguntou assim a todos se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza, pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir, e saber dela mais do que agora nós podíamos saber, por irmos de nossa viagem. E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos, ou a maior parte, dito que seria muito bem e nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais: se seria bom tomar aqui por força um par desses homens para os mandar a Vossa Alteza, e deixar aqui por eles outros dois destes degradados. A isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque geral costume era dos que assim levavam por força, para alguma parte, dizerem que há ali tudo o que lhe perguntam. E que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degradados que aqui deixassem, do que eles dariam, se os levassem, por ser gente que ninguém entende, nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer; que muito melhor o estes outros não digam quando cá Vossa Alteza mandar; e que portanto não currassem aqui de, por força, tomar ninguém, nem fazer escândalo para os de todo mais amansar e apacificar; senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos. E assim por melhor parecer a todos ficou determinado (p.37-39).

A sorte desses Tupinikín e mareantes – e o destino do Extremo Sul da Bahia e mesmo do Brasil – também podem ter sido determinados pela possibilidade dos primeiros terem tomado os últimos por homens sagrados ainda mais extraordinários que os *carahyba* que visitavam as suas aldeias de tempos em tempos. Essa hipótese é corroborada por algumas fontes documentais quinhentistas que atestam que esse termo foi empregado por etnias de filiação Tupiguarani para designar os europeus que primeiro as contataram. Por exemplo, padre José de Anchieta (1988 [1584]), um dos maiores conhecedores dessa cultura, registrou na sua *Informação do Brasil e de suas Capitanias* que "*Caraíba* (...) quer dizer como coisa santa, ou sobrenatural; e por essa causa puseram este nome aos Portugueses, logo quando vieram, tendo-os por coisa grande, como de outro mundo, por virem de tão longe por cima das águas" (p.340).

No que tange aos dois degredados deixados em prantos entre os Tupinikín, arriscamos sugerir que as suas lágrimas podem ter sido tomadas, por um lado, como uma manifestação de desespero e covardia que, como pode ter ocorrido com Hans Staden (1930 [1557]), lhes teria evitado um fim no estômago dos indígenas, geralmente inclinados a devorar apenas os bravos. Por outro lado, também é factível que as suas lágrimas tenham aumentado ainda mais o seu prestígio, pois podem ter sido interpretadas apenas e tão somente como uma versão da chamada *saudação lacrimosa*, tão cara à etiqueta Tupinambá. Fartamente documentada inclusive na iconografia quinhentista (Figura 148a), ela ocorria quando da chegada e partida de visitantes ilustres ou queridos e exigia, nas palavras de Jean de Léry (1980 [1570]), que "se pranteiem as boas-vindas ao hóspede dizendo mil coisas em seu louvor (...). Para responder deve o

recém-chegado mostrar-se choroso também; se não quer fazê-lo de verdade deve pelo menos fingi-lo com profundos suspiros" (p.237). Já Staden (1930 [1557]), descrevendo a sua partida da capitania de São Vicente em uma embarcação francesa, escreveu que: "Uma das mulheres do principal [ou chefe Tupinambá] que tinha subido a bordo, foi por ele excitada a me gritar nos ouvidos como é costume deles, e eu gritei também, segundo o mesmo costume" (p.119).

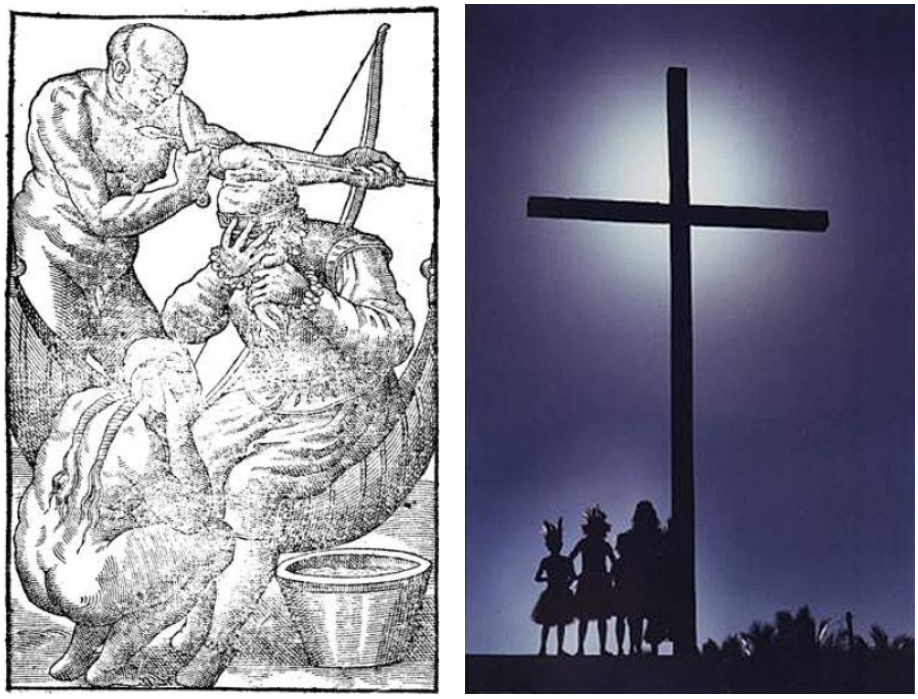


Figura 148: a) gravura representando a *saudação lacrimosa* Tupinambá; b) o antigo marco da primeira missa, cravado em Coroa Vermelha, na orla sul do município de Santa Cruz Cabrália.
Fonte: a) Léry (1570:231); b) fotografia de José Geraldo Pimentel, em 1999.

Conforme explicamos no capítulo anterior, tudo indica que pelo menos um dos dois degredados deixados no *porto seguro* cabralino aprendeu a *lingoa brasilica* e foi resgatado no final de 1501, junto com seu companheiro de pena ou um dos grumetes desertores, pela primeira armada enviada ao Brasil com o objetivo de reconhecer a sua costa. Formada por três caravelas supostamente comandadas por Gonçalo Coelho, e trazendo a bordo Américo Vespúcio, ela partiu de Portugal por volta do dia 10 de maio de 1501 e alcançou o litoral brasileiro em 17 de agosto, provavelmente em algum ponto do Rio Grande do Norte. Dali rumou para porções meridionais da costa e, segundo a tese hagiológica de Varnhagen (1854), batizou os seus mais importantes marcos geográficos tomando como base o calendário litúrgico: o cabo de Santo Agostinho em 28 de agosto; o rio São Francisco em 4 de outubro; a baía de Todos os Santos em 1º de novembro; o cabo de São Tomé em 21 de dezembro; o Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1502; a Angra dos Reis em 6 de janeiro; a ilha de São Sebastião em 20 de janeiro; a baía de São

Vicente em 22 de janeiro etc. Portanto, essa armada pode ter sido a primeira a se deparar com o banco de Abrolhos, a denominá-lo como tal e, caso Varnhagen esteja correto, a batizar a maior das suas ilhas com um dos dois nomes pelos quais ela seria conhecida: Santa Catarina (celebrada em 26 de novembro) e, principalmente, Santa Bárbara (celebrada em 4 de dezembro) (Figura 46, Figura 53, Figura 54, Figura 55, Figura 56, Figura 104). Antes disso, ela teria ancorado no *porto seguro* descoberto cerca de 20 meses antes por Cabral, recolhido o referido degredado e seu companheiro e só depois continuado o reconhecimento da costa brasileira. “Tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas”, conforme registrou Valentim Fernandes no seu *Ato Notarial* de 20 de maio de 1503, ela “chegou até à altura do pólo antártico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou à pátria” (*apud* Souza, 1956:142).

Esses dois homens desempenharam um papel-chave na produção de conhecimentos e colonização não apenas do Extremo Sul da Bahia, mas de grande parte do litoral brasileiro. Primeiro, porque eles conseguiram, de fato, acumular diversas informações sobre os seus anfitriões Tupinikín, conforme sumarizadas no *Ato Notarial de Valentim Fernandes*. Segundo, porque devem ter contribuído bastante para o estreitamento dos laços entre esses indígenas e os portugueses e, conseqüentemente, para o estabelecimento das alianças que garantiram a fixação e permanência dos últimos na região. Terceiro, porque pelo menos um deles teria atuado como intérprete daquela armada de reconhecimento junto a grupos Tupiguarani contatos ao longo do litoral ao sul de Porto Seguro. Pode-se afirmar também que esses dois homens contribuíram para que nosso continente recebesse o seu nome, uma vez que atuaram, muito provavelmente, como fontes de muitos dos conhecimentos ostentados por Vespúcio na sua já mencionada *Carta a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici*, de 1502. Ela seria adaptada posteriormente na forma de um folhetim intitulado *Mundus Novus* e publicado primeiramente em latim em Augsburgo, Alemanha, em 1503 ou 1504 (Figura 115). Ele e o congênere *Lettera a Soderini* – baseado em outra carta de Vespúcio e publicado em 1506[107] – redundariam em dois dos maiores sucessos editoriais do século XVI, seriam objeto de diversas traduções, teriam profundo impacto na cosmologia européia e funcionariam como veículos de difusão da falaciosa idéia de que Vespúcio fora o descobridor da América (Amado & Figueiredo, 2001).

De qualquer maneira, o reconhecimento realizado pela armada de 1501-1502 possibilitou à Coroa portuguesa saber que a terra com que tinha topado Cabral não era propriamente uma ilha, como se supôs inicialmente, mas um continente com um

[107] Essa carta, enviada para o também florentino Piero Soderini e datada de Lisboa em 4 de setembro de 1504, versa sobre as quatro viagens que Vespúcio alegava ter realizado ao Novo Mundo. A versão mais antiga que se conhece do folhetim *Lettera* é uma edição em italiano publicada em Florença, Itália, em 1506.

extensíssimo litoral habitado por indígenas afeitos tanto a louvar os europeus quanto a devorá-los. Da cartografia que se produziu a partir das informações levantadas, sobreviveria apenas um planisfério de autoria desconhecida, denominado *Carta da navigar per le isole novamente trovate in la parte de l'Índia* (Figura 149). Encontrado em 1868 servindo como uma prosaica cortina de uma salsicharia em Modena, Itália, ele teve as suas origens identificadas em Lisboa em setembro ou outubro de 1502, de onde foi contrabandeado por Alberto Cantino, espião a serviço do duque de Ferrara, Hercules d'Este (Amado & Figueiredo, 2001; Leite, 1923).

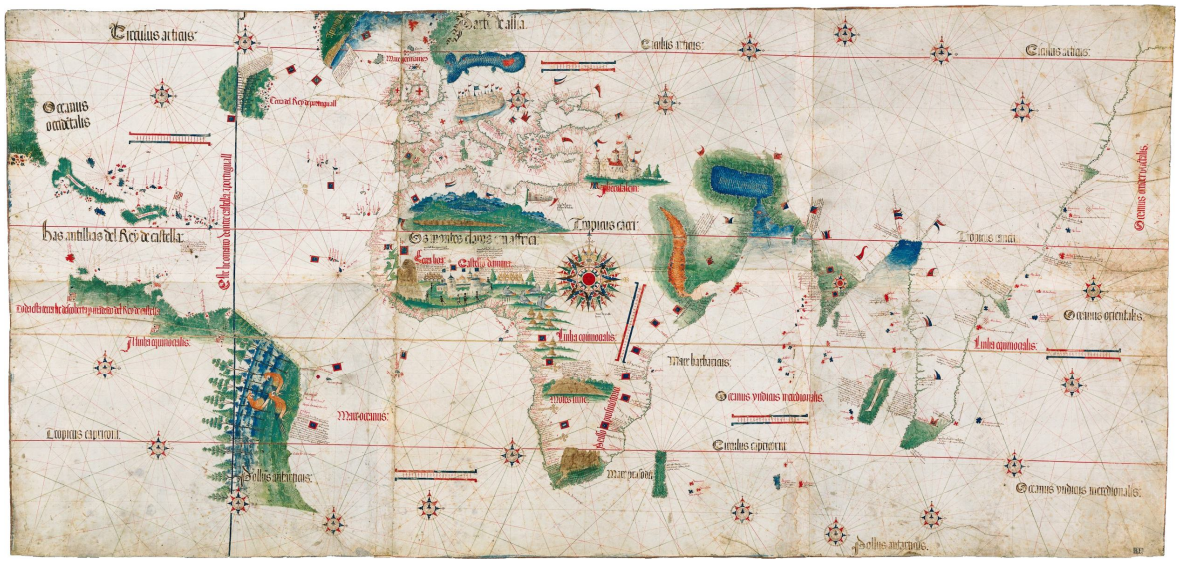


Figura 149: *Carta da navigar per le isole novamente trovate in la parte de l'Índia* ou *Planisfério de Cantino* (1502).
Fonte: Biblioteca Estense Universitaria, Modena, Itália.

Nesse belíssimo planisfério, com 1,05 x 2,25 metros, encontram-se delineadas todas as terras conhecidas até então pelos portugueses, a mais antiga representação cartográfica de que se dispõe sobre a costa brasileira e a seguinte inscrição sobre o achamento do seu *porto seguro* e sobre os seus habitantes (Figura 150):

> *porto seguro*
>
> *a vera cruz ✠ chamada p nome a quall*
> *achou pedraluares cabrall fidalgo da ca*
> *sa del Rey de portugall*
> *e elle a descobrío indo por capita*
> *moor de quatorze naos que o dito*
> *Rey mandaua a caliqut y enel caminho indo*
> *topou com esta terra acem a qual terra se cree*
> *ser terra firme em a qual a muyta gente de des*
> *cricam andam nu os omes e molheres como*
> *suas mais os parío sam mais brancos que baços*
> *e teem os cabelos muyto corredios foi descoberta*
> *esta dita terra em a era de quinhentos*



Figura 150: detalhe da *Carta da navigar per le isole novamente trovate in la parte de l'Índia* ou *Planisfério de Cantino* (1502) representando a costa brasileira e o seu *porto seguro*.
Fonte: Biblioteca Estense Universitaria, Modena, Itália.

Mesmo que a presença portuguesa em *terras brasílicas* tenha se inaugurado de forma algo idílica, prevaleceria entre os colonizadores europeus um entendimento acerca do indígena não como um inocente habitante de um paraíso terreal, mas fundamentalmente como uma besta-fera a ser conduzida ao grêmio da *fé*, da *lei* e do *rei*. Tal interpretação foi o principal fundamento moral que legitimou a Conquista – seja pela cruz ou pela espada – e encontra-se fartamente registrada na documentação quinhentista versando sobre os Tupiguarani. Esse material, por um lado, constitui um rico manancial de informações etnográficas cujo potencial ainda não foi completamente esgotado; por outro lado, ele é bastante contaminado pelo compromisso dos seus autores com a produção de conhecimentos visando à colonização, perpassado por várias generalizações e interpretações delirantes e marcado por um profundo etnocentrismo e um indisfarçável horror a muitos padrões culturais Tupiguarani. Dentre eles, destacam-se a morte e antropofagia ritualística de adultos e crianças feitos prisioneiros e de recém-nascidos gerados pela relação entre mulheres do grupo e cativos; a morte de recém-nascidos com malformações ou cujas mães faleciam no parto; a eutanásia e antropofagia de parentes sofrendo de doenças supostamente terminais; as crenças e ritos religiosos tradicionais; as maneiras de morar e a sua arquitetura; a nudez e ornamentação corpórea; a poligamia, os padrões sexuais em geral e a sodomia em particular; as formas e ritmos do trabalho; a indiferença em relação à acumulação de bens materiais; e a grande liberdade e carinho dados aos filhos. Em relação aos dois últimos – que consideramos particularmente ilustrativos do abismo cultural que separava os europeus e Tupiguarani –, vale citar uma passagem de *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil* na qual Pero de Magalhães Gandavo (1576) destaca que:

> Todos criam seus filhos viciosamente sem nenhuma maneira de castigo, e mamam até idade de sete oito anos, se as mães até então não acertam de parir outros que os tirem das vezes. Não há entre eles nenhumas boas artes a que se dêem, nem se ocupam noutro exercício, senão em grangear com seus pais o que hão de comer, debaixo de cujo amparo estão agasalhados até que cada um por si é capaz de buscar sua vida sem mais esperarem heranças deles, nem legitimas de que enriqueçam, somente lhes pagam com aquela criação em que a natureza foi universal a todos os outros animais que não participam de razão. Mas a vida que buscam, e grangearia de todos que vivem, é à custa de pouco trabalho, e muito mais descansada que a nossa: porque não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-las como os outros homens, e assim vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas, de que as outras nações não carecem; e tanto, que ouro nem prata nem pedras preciosas tem entre eles nenhuma valia, nem para seu uso tem necessidade de nenhuma coisa destas; e nem de outras semelhantes (f.36).

Contudo, dentre as mais delirantes interpretações acerca dos Tupiguarani, destaca-se a dedução de que a inexistência no seu idioma dos fonemas "f", "l" e "r" era um indicativo cabal da sua bestialidade. Baseada em uma racionalidade no mínimo estapafúrdia – ou bastante interessada em legitimar a colonização desses indígenas a

qualquer preço –, ela consta em muitas fontes portuguesas, espanholas e francesas do período. Por exemplo, Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]), no capítulo do seu tratado *Em que se declara o modo e a linguagem dos tupinambás*, escreveu que:

> Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar; mas faltam-lhes três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não tem F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia [de Jesus] têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronunciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronunciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai (p.231).

Mesmo jesuítas com grande quilate intelectual e ampla experiência missionária no Brasil não escaparam de sustentar uma série de fantasias acerca das dimensões culturais e naturais desse continente que não cessava de surpreender aos europeus. Nesse grupo se encontra inclusive Anchieta (1988 [1554-1594]), por meio de obras como a saborosa *Descrição das coisas naturais da Capitania de São Vicente*, de maio de 1560. Nela há uma passagem na qual esse religioso se dedica à descrição de criaturas como o *corupira*, a *igpupiára* e o *baetatá*, de que tinha menção por indígenas Tupiguarani e missionários da Companhia, e em cuja conclusão ele atesta solenemente que:

> Há também outros espectros do mesmo modo pavorosos, que não só assaltam os índios, como lhes causam danos; o que não admira, quando por estes e outros meios semelhantes, que longo fora enumerar, quer o demônio tornar-se formidável a estes brasis, que não conhecem a Deus, e exercer contra eles tão cruel tirania. (...) Rogamos entretanto aos que achem prazer em ler e ouvir estas coisas, queiram tomar o trabalho de orar por nós e pela conversão deste país (p.139).

Gandavo (1576), por sua vez, deixou claro como ciência e mito ainda imiscuíam-se na formulação de explicações sobre as *terras e gentes brasílicas* ao descrever, na sua *Historia da prouincia sacta Cruz*, uma luta entre um capitão português e um "fero e espantoso monstro marinho" (f.30) encontrado em uma praia da capitania de São Vicente em 1564. Ela resultou na morte e exposição pública da criatura que, dada a sua descrição e representação iconográfica (Figura 151), provavelmente consistia em uma grande foca-leopardo (*Hydrurga leptonyx*) extraviada do seu território habitual em porções meridionais do continente. Segundo Gandavo (1576):

> Era quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas mui grandes como bigodes. Os Índios da terra lhe chamam em sua língua Hipupiára, que quer dizer demônio d'água. Alguns como este se viram já nestas partes: mas acham-se raramente. E assim também deve de haver outros muitos monstros de

> diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menos estranheza e admiração: e tudo se pode crer, por difícil que pareça: porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possa negar, e ter por impossível as coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia[108] (f.31-32).



Figura 151: a) gravura representando a luta entre uma *hipupiára* e um capitão português em uma praia da capitania de São Vicente; b) c) focas-leopardo (*Hydrurga leptonyx*).
Fonte: a) Gandavo (1576:f.32); b) c) fotografias de Christo Baars, s/d.

Já na obra *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na Terra como no Mar*, Cardim (1980 [c.1600]) produziu uma breve descrição dessas criaturas que "se chamam na língua Igpupiára" (p.50) e deixou claro como elementos da mitologia grega que ainda povoavam o imaginário dos europeus foram mesclados, consciente ou inconscientemente, aos mitos Tupiguarani. Em meio a relatos sobre as suas supostas aparições e ataques da *Igpupiára*, Cardim afirma que "as fêmeas parecem mulheres, têm cabelos compridos, e são formosas" (p.50). Ou seja, tal e qual uma *seirén*, *sirena* ou sereia. E mais:

> em Porto Seguro se vêem alguns, e já têm morto alguns índios. O modo que têm de em matar é: abraçam-se com a pessoa tão fortemente beijando-a, e apertando-a consigo que a deixam feita toda em pedaços, ficando inteira, e como a sentem morta dão alguns gemidos como de sentimento, e largando-a fogem; e se levam alguns comem-lhes somente os olhos, narizes e pontas dos dedos dos pés e mão, e as genitálias, e assim os acham pelas praias com estas coisas menos (p.50).

[108] Segundo o tupinólogo Batista Caetano (*in*: Anchieta 1988:153), o termo *y-pypiára* – e as suas variações *hipupiára*, *ipupiára igpupiára*, *hipupiára*, *upupiara*, *ypupiapra*, *ipupiara*, *upypeara* e *yara* – derivam da fusão dos vocábulos do Tupi Antigo *y* ("água") e *pypiára* ("de dentro, do íntimo") e significa "o que é de dentro d'água", "o que vive no fundo d'água", "o aquático". Esse termo também era empregado para se referir a alguns grandes peixes e cetáceos.

Nas primeiras décadas da expansão ultramarina portuguesa, uma antiga prática medieval européia foi re-apropriada pela Coroa para a exploração dos seus domínios na África, Ásia e América. Com origens nas *legações das guildas*, ela consistia em uma representação comercial e diplomática de reis e príncipes em centros econômicos estrangeiros cuja denominação entre os lusos era *feitoria*[109]. Essa experiência logrou sucesso em importantes portos europeus – como Bruges e Antuérpia – e seria atualizada para variados contextos encontrados em outros continentes. Por volta de 1448, os portugueses fundaram na costa de Arguim, na Mauritânia, a sua primeira feitoria em solo africano e, menos de quatro décadas depois, em 1482, eles estabeleceriam a notória feitoria e fortaleza de São Jorge da Mina na costa de Gana. Ela garantiu o comércio português no golfo da Guiné, franqueou o acesso ao ouro sudanês e escreveu alguns dos capítulos mais sombrios da história da escravidão. Em 1488, os navegantes lusos finalmente alcançaram o oceano Índico e, nas décadas seguintes, seriam fundadas algumas das suas mais florescentes feitorias na costa da África Oriental, da Índia, da China etc. (Vainfas, 2000).

Esse sistema, mesmo convivendo com alguns graves reveses – como o que ceifou a vida de Caminha em Calicute –, constituiu a primeira base da expansão portuguesa em ultramar e teve um significativo impacto na mundialização do mercantilismo e do cristianismo. No entanto, o estabelecimento e a exploração de feitorias em todos os espaços onde Portugal tinha relações econômicas foram empresas que exigiram capitais e envolveram riscos superiores aos que a Coroa podia arcar sem comprometer a sua sustentabilidade econômica e política. Diante disso, ela buscou concentrar-se em áreas que julgava estratégicas e outorgar direitos de exploração das demais a capitalistas escolhidos pelo rei. Em contrapartida, eles se comprometiam a arcar com a produção, transporte e, em alguns casos, a comercialização do respectivo recurso, a recolher aos cofres reais um percentual dos lucros auferidos e, eventualmente, a outras exigências que cada situação poderia exigir. A Igreja Católica, por sua vez, participava nesse sistema através do envio de religiosos cuja missão incluía o pastoreio dos europeus e, principalmente, a catequese das populações nativas. No entanto, essa iniciativa não visava apenas questões de foro espiritual, mas também fortalecer os mecanismos de controle e coerção dos atores envolvidos nessas empresas. Em um

[109] Essa denominação deriva do fato de que as feitorias portuguesas na Europa eram deixadas a cargo de um feitor (do latim *factore*, "o que faz, obra, executa, efetua, cumpri, fabrica, cria, educa, nomeia, elege, exerce, dá, obtém etc.", Firmino, s/d:225). Esse feitor acumulava funções de embaixador e representante comercial.

tempo ainda marcado por uma profunda imbricação dos poderes reais e eclesiásticos e por uma quase indistinção entre o que hoje se entende como as competências legislativas, executivas e judiciárias do Estado, a presença da Igreja em ultramar significava, de certa forma, a presença da própria Coroa. No que tange à catequese, pode-se afirmar que constituía um dos pilares da colonização, pois não se tratava apenas de um esforço para *salvar as almas* de *pagãos* e *infiéis*, mas de um resoluto programa de aculturação visando à geração de súditos leais, de braços para a economia colonial e de armas para a defesa dos seus territórios. Por essas e outras razões, pode-se afirmar que a expansão do mercantilismo conduzida pela Coroa portuguesa e a expansão do cristianismo conduzida pela Igreja Católica foram projetos profundamente inter-relacionados, essencialmente conservadores e visando à perpetuação do *status quo*.



Figura 152: gravura representando o porto de Lisboa no século XVI.
Fonte: gravura aquarelada a partir de Bry (1592).

A ênfase dada pelo Estado português às suas relações com o Oriente no século XVI, a perda de grande parte da documentação do período principalmente por terremotos e incêndios que arrasaram Lisboa e a escassez de registros arqueológicos associados aos primórdios da presença européia no Brasil fazem das três primeiras décadas quinhentistas o capítulo menos conhecido da história da sua colonização pelos lusos. Contudo, alguns dos testemunhos que alcançaram o nosso tempo permitem elaborar, mesmo que fragmentariamente, algumas considerações sobre esse momento no Extremo Sul da Bahia.

Sabe-se, por exemplo, que em 1502 a Coroa já havia constatado a fartura de pau-brasil nas porções litorâneas da Mata Atlântica e concedido o monopólio da sua exploração para Fernão de Loronha, um suposto *cristão-novo* que teria feito fortuna com

o comércio de especiarias do Oriente (Baião, 1923). Em maio de 1503, uma esquadra de seis embarcações, armada por Loronha e comandada por Gonçalo Coelho, partiu de Portugal com o aparente objetivo de fundar pelo menos uma feitoria na costa brasileira e abarrotar os seus porões de pau-brasil. Essa expedição – que levava a bordo Américo Vespúcio em uma nova viagem ao Mundo Novo – descobriu o arquipélago que leva o nome do seu armador, perdeu uma caravela nos seus baixios e dali se dividiu em dois grupos. Do comandado por Coelho sabe-se que eventualmente retornou para Portugal, ao que parece carregado de pau-brasil (Dias, 1923b; Varnhagen, 1854). Conforme a *Carta a Piero Soderini*, escrita por Vespúcio em Lisboa em 4 de setembro de 1504, o segundo grupo, no qual ele seguia, navegou ao longo do litoral e eventualmente aportou à "18 graus fora da linha equinocial da parte austro, e 37 graus fora do meridiano de Lisboa (sic)". Esse grupo lá permaneceu durante cinco meses "fazendo a fortaleza e carregando nossos navios de pau-brasil" e, quando partiu, deixou "24 homens (...) com doze bombardas e muitas outras armas" (*apud* Amado & Figueiredo, 2001:346).

A localização dessa provável feitoria – informada de maneira contraditória por Vespúcio – ainda divide os estudiosos do tema, cuja maioria aponta Cabo Frio, RJ. Entretanto, é verossímil tratar-se do *porto seguro* cabralino, visto que: encontra-se relativamente próximo à latitude 18°S; foi o primeiro espaço brasileiro a ingressar na cosmografia portuguesa; era bem conhecido pelos seus mareantes e por Vespúcio; tinha sido palco de relações amistosas entre portugueses e indígenas; havia recebido degredados e desertores que talvez ainda o habitassem e poderiam servir como intérpretes e agenciadores da mão-de-obra indígena; e, é claro, era riquíssimo em pau-brasil e outros recursos naturais.

Sendo ou não verdadeira essa suposição, tudo indica que a zona costeira do Extremo Sul da Bahia – e, particularmente, dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália – consistiu, ainda nas três primeiras décadas do século XVI, em um espaço gozando de alguma importância na empresa ultramarina lusitana. Visitado pela armada cabralina, pela expedição exploratória de 1501-1502, provavelmente pela supracitada armada de Gonçalo Coelho de 1503-1504, por outras armadas interessadas em recolher pau-brasil, pelas expedições guarda-costas de Cristóvão Jacques nas décadas de 1520 e 1530 e por *naus da Índia*, parece que os portugueses se fizeram cada vez mais presentes nesse espaço. Portanto, acreditamos que em torno da cruz deixada por Cabral na planície costeira junto à foz do Mutari e do excelente atracadouro de Coroa Vermelha, eventualmente se estabeleceu o primeiro assentamento português na região, de uso permanente ou intermitente, que teria funcionado como núcleo da antiga vila de Santa Cruz, há muito desaparecida. Mesmo que autores como Manuel Aires de Casal (1976 [1817]) sustentem que esse assentamento inaugural foi estabelecido onde se encontra

hoje a Cidade Alta de Porto Seguro – provavelmente influenciados pela duradoura crença que a armada cabralina ancorara na foz do Buranhém –, essa hipótese é bastante improvável. Contra ela pesam as características batimétricas da barra desse rio, algumas fontes documentais e registros cartográficos que apontam a existência de uma *Santa Cruz Velha*, *Vila Velha*, *Povoação Velha* etc. nas imediações de Coroa Vermelha e Ponta Grande (Figura 153, Figura 183, Figura 184), além do próprio topônimo Santa Cruz.

Esse topônimo traz uma clara referência à origem mais provável de tal assentamento – a cruz cabralina – e foi adotado também como denominação do rio Mutari. Como se não bastasse, Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]) oferece um testemunho no seu *Tratado* que pode ser considerado como um forte indício – ou mesmo uma prova cabal – da existência e ineditismo da povoação ou feitoria de Santa Cruz. Como se lê no capítulo *Em que se declara a costa do Rio Grande até o de Santa Cruz*:

> Do rio Grande [ou Jequitinhonha] ao seu braço são duas léguas, pelo qual braço entram caravelões (...). Do braço do rio Grande ao rio Boiquisape [ou Mogiquiçaba] são três léguas, e do Boiquisape à ponta dos baixos de Santo Antônio são quatro léguas, e da ponta de Santo Antônio ao seu rio é meia légua; do rio de Santo Antônio ao de Sernambitibe [ou João de Tiba], estão uns baixos com canal entre eles e a costa, por onde entram barcos pequenos pela ponta de Santo Antônio (...). Do rio de Sernambitibe ao de Santa Cruz [ou Mutari] são duas léguas, onde esteve um engenho de açúcar. Neste porto de Santa Cruz entram naus da Índia de todo o porte, as quais entram com a proa a leste, e surgem em uma enseada como concha, onde estão muito seguros de todo o tempo. Este rio de Santa Cruz está em dezesseis graus e meio (...). Neste porto de Santa Cruz esteve Pedro Álvares Cabral, quando ia para a Índia, e descobriu esta terra, e aqui tomou posse dela, *onde esteve a vila de Santa Cruz* [grifo nosso] (p.64-65).



Figura 153: *Carta geografica del Bresil* (c.1740) e, em detalhe, a *S. Croce l'antica* (ou Santa Cruz, a antiga) localizada nas imediações de Coroa Vermelha e *Pontagorda* (ou Ponta Grande).
Observação: a vila de Porto Seguro está representada erroneamente, pois está localizada nas imediações de Coroa Vermelha e Ponta Grande (o que nos leva a crer que o autor dessa carta confundiu, como muitos outros, o *porto seguro* com a vila homônima). Já *S. Croce*, a nova, está na posição correta e *S. Amara* (ou Santo Amaro) no local da vila de Porto Seguro. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Seja como um diminuto entreposto habitado contínua ou descontinuamente por uns poucos europeus gerindo a extração, armazenamento e exportação do valioso pau-brasil, seja como uma feitoria *stricto sensu*, devem ter se fixado ao seu redor centenas ou milhares de Tupinikín. Atraídos pela expectativa de contato com esses supostos *Carahyba* e por permutar a sua força de trabalho por objetos que lhes possibilitavam um largo salto tecnológico, eles constituíram, assim como os demais grupos Tupiguarani do litoral brasileiro, a base da exploração do pau-brasil e a principal linha de defesa contra ataques de inimigos indígenas e não-indígenas[110]. A propósito, essa condição é demonstrada por pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Como elas indicam, os assentamentos portugueses estabelecidos na sua zona costeira nas primeiras décadas do século XVI foram lugares de uma estreita convivência entre europeus e grupos Tupinikín (NAPAS/UFBA, 2000c).

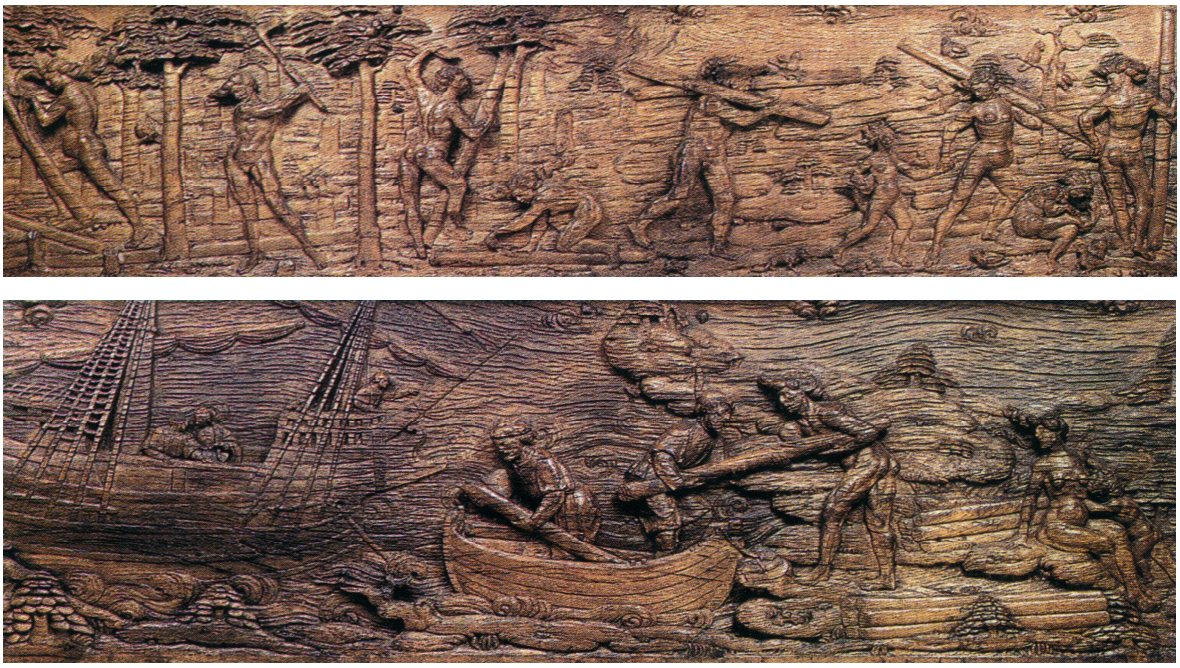


Figura 154: conjunto de baixos-relevos em madeira intitulado *L'Isle du Brésil: L'Embarquement du Bois Rouge/Coupe et Transport du Bois Rouge* (c.1530).
Fonte: Musées Departamentaux de la Seine, Ruão, França.

[110] Em um documento datado de 1527 e intitulado *Relación de lo recebido y pagado por Enrique Montes en la isla de Santa Catarina*, há riquíssimas informações sobre quais mercadorias e serviços eram negociados (ou *escambados*) entre indígenas e europeus, bem como sobre os seus valores. Em síntese, os indígenas ofereciam variados animais vivos ou abatidos, mandioca, milho, palmitos, mel em favos, cera, feixes de palha, carvão e serviços de extração e transporte de madeiras, caça e pesca, plantio e coleta, preparação de alimentos, recuperação de objetos perdidos etc. Os europeus, por sua vez, os permutavam por anzóis, facas, tesouras, machados, punções, cunhas, guizos, espelhos, cristalinos e pentes. Segundo o autor dessa *Relación*, 273 veados teriam lhe custado 273 cunhas e 273 anzóis médios; 2 antas custaram 2 cunhas grandes e 4 tesouras; 2 tatus custaram 2 cunhas; 80 patos custaram 20 cunhas e 6 anzóis; 200 perdizes grandes custaram 80 facas e 80 cristalinos; 26 cargas de ostras custaram 2 tesouras, 25 punções e 24 anzóis; 5 cabaças de banha custaram 5 cunhas e 5 anzóis; 52 cabaças de mel em favos custaram 40 cunhas, 12 tesouras e 52 anzóis; 5 cargas de milho custaram 5 cunhas e 5 anzóis; 20 cargas de carvão custaram 4 cunhas, 2 facas e 10 anzóis; uma canoa custou uma cunha e uma faca; 4 remos para a dita canoa custaram 4 punções etc. (http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br).

Outro relevante papel desempenhado pelo entreposto ou feitoria de Santa Cruz parece ter sido servir, como também cria Varnhagen (1854), de aguada para as naus da Índia quando realizam, nos termos de então, a *volta do mar*. Desde o final do século XV, os mareantes portugueses sabiam que a rota marítima mais rápida e segura para o oceano Índico exigia, como se lê nas *instruções* que Vasco da Gama passou para Cabral em fevereiro de 1500, que:

> depois que em boa hora daqui [de Portugal] partirem, farão seu caminho direito à ilha de Santiago [no arquipélago de Cabo Verde] e, se ao tempo que aí chegarem, tiverem água em abastança para quatro meses não devem pousar na dita ilha, nem fazer nenhuma demora, somente enquanto lhe o tempo servir. [Com vento] À popa fazerem seu caminho pelo sul. E se houverem de guinar seja sobre a banda do sudoeste. E tanto que neles der o vento escasso devem ir na volta do mar até meterem o cabo de Boa Esperança em leste franco (*apud* Garcia, 2000:10-12).

Mesmo aumentando significativamente o percurso, essa singradura em arco evitava as perigosas calmarias e tempestades do golfo da Guiné e maximizava o uso das correntes marítimas e atmosféricas do Atlântico Sul. Essa técnica de navegação – denominada *volta do mar* – redundou no uso de diversos portos naturais do Nordeste do Brasil como escalas para reabastecimento de água, alimentos e lenha e para reparos de armadas rumando para o Oriente. Em 29 de julho de 1501, D. Manuel I destacaria o benefício dessas aguadas ao afirmar para os reis da Espanha, Fernão de Aragão e Isabel de Castela, que “a qual [terra] pareceu que nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia” (*apud* Amado & Figueiredo, 2001:220). É de se supor, no entanto, que as armadas privilegiassem portos que, além de conhecidos, fossem habitados por indígenas sabidamente aliados e contassem com alguma presença portuguesa. Assim sendo, a escolha desses espaços possibilitaria vantagens tanto para os homens no mar quanto os em terra. De um lado, os mareantes tinham mais facilidade para adquirir os recursos necessários à continuidade das suas viagens e evitavam permanências por demais prolongadas e, principalmente, os sangrentos reveses que marcaram muitos contatos de navegantes europeus com habitantes de terras desconhecidas. Do outro lado, a aguada das armadas junto a esses assentamentos tornava possível o reabastecimento dos mesmos de toda a sorte de artigos não produzidos localmente.

Não obstante a aparente precariedade e transitoriedade que parece ter caracterizado tais assentamentos – fossem grandes feitorias ou pequenos entrepostos –, deve-se reconhecer que desempenharam dois importantes papéis na produção do espaço e reprodução social no Brasil. Em primeiro lugar, eles atuaram como pontos inaugurais da sua conexão com fenômenos econômicos em escala mundializada e,

particularmente, como exportadores de recursos naturais fundamentais ao desenvolvimento de nações em além-mar. Em segundo lugar, eles funcionaram como cabeças-de-praia do processo de colonização européia e, portanto, como alicerces de várias vilas e povoados que seriam fundados a partir da década de 1530 e se transformariam em algumas das mais importantes cidades litorâneas brasileiras.

Dentre os primeiros esforços portugueses visando à colonização do Extremo Sul da Bahia, deve-se também destacar o papel desempenhado pela Ordem de São Francisco, pioneira na catequese dos indígenas do Brasil. Há quem afirme inclusive que os seus primeiros missionários fixados na região foram trazidos pela armada de Gonçalo Coelho em 1503 ou 1504. No entanto, frei Venâncio Wílleke (1973), renomado historiador dessa ordem religiosa, contesta tal entendimento e sustenta que os primeiros missionários chegaram por volta de 1516 e foram seguidos por uma outra leva em 1548. Já os documentos de um processo inquisitorial a que foi submetido o primeiro donatário da capitania de Porto Seguro complementam esses dados e revelam que, em 1546, lá se encontrava pelo menos um capuchinho, frei Jorge Anriac, e um certo frei Diogo (Azevedo, 1924; Dias, 1924).

Décadas depois, em 1584, Anchieta (1988) registraria na sua *Informação do Brasil e de suas Capitanias* – com uma aparente pitada de ironia – que os primeiros franciscanos fixados em Porto Seguro não conheciam o idioma dos Tupinikín e alegavam que a "palavra de Deus é ela, tem virtude para obrar neles" (p.320). Entretanto, há diversos indícios e evidências de que eles conduziram "a conversão do gentio" resolutamente. O primeiro é o topônimo rio do Frade com que se batizou esse importante curso d'água do município de Porto Seguro ainda nos primeiros anos do século XVI. Conforme apontam diversos documentos quinhentistas, a grande mobilidade desses missionários durante os trabalhos de catequese teria custado a vida de um deles quando tentava cruzar tal rio. Em uma carta de 2 de agosto de 1551, o padre jesuíta João Azpilcueta Navarro escreveu que quase teve a mesma sorte onde "há pouco tempo que se afogou um frade de Santo Antônio que ia desta mesma capitania [de Porto Seguro] pregar no sertão" (Navarro *et al.*, 1988:95). Outro jesuíta, padre Ambrósio Pires, também reforçou a memória desse acidente em uma carta de 5 de maio de 1554 na qual se refere a um "mui temeroso e rápido rio em que se afogou aquele bendito frade capuchinho, que cá deixou muito boa fama" (*apud* Leite, 1945 [I]:209)[111].

Contudo, esses franciscanos não se dedicaram apenas à conversão religiosa no entorno do entreposto ou feitoria de Santa Cruz, mas também à construção, com a ajuda dos Tupinikín, do que pode ter sido o primeiro templo cristão no Brasil: a Igreja de São

[111] Segundo Wílleke (1973) esse franciscano pertencia ao grupo de missionários que chegou a Porto Seguro em 1548.

Francisco, situada no Outeiro da Glória, na borda do já referido tabuleiro da Formação Barreiras ao norte da Cidade Alta de Porto Seguro (Figura 137, Figura 156). Não obstante a ausência de fontes primárias que permitam comprovar o seu ineditismo, tal condição foi apontada pelo próprio Anchieta (1988 [1584]) e, mais recentemente, pelo IPHAN. Essa igreja com origens e existência envoltas em mistério estava, no entanto, destinada a participar dos mitos de origem relacionados à colonização portuguesa do Brasil e a se constituir em um intrigante elemento da história de Porto Seguro.

Assim como outras igrejas construídas na região no século XVI, a de São Francisco deve ter sido erigida originalmente como uma simples estrutura de madeira coberta de palmas ou piaçavas ou, se muito, como uma ermida com paredes de taipa. Segundo Jorge Maltieira (*apud* IPAC-BA, 1988 [V]), essa igreja esteve em uso até o ano de 1730, quando começou a arruinar-se. Três anos depois, ela teria sido abandonada e a imagem do seu orago, uma singela imagem de terracota produzida em Portugal por volta do início do século XVI, foi transferida para a Igreja Matriz de N. S. da Pena na adjacente Cidade Alta de Porto Seguro (Figura 155).



Figura 155: imagem em terracota de São Francisco de Assis (início do século XVI), orago da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória, na cidade de Porto Seguro.
Observação: essa imagem encontra-se no Museu de Arte Sacra de Porto Seguro, na Igreja da Misericórdia.
Fonte: fotografia em IPAC-BA (1988 [V]), s/d.

Em 1939, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, em missão do SPHAN a Porto Seguro, documentaria que ainda estavam de pé os seus muros, mandaria verificar os seus prumos e recomendaria a consolidação do terreno em volta, obturação das fendas maiores e cimentação dos seus topos (Figura 156b) (IPAC-BA, 1988 [V]; NAPAS/UFBA,

2001). Em 1982, uma equipe a cargo do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia inspeciona o sítio e constata que quarenta e três anos de intemperismo e ações antrópicas – inclusive por obra de delirantes à procura de tesouros – tinham reduzido as ruínas estudadas por Andrade às suas fundações. No entanto, elas ainda possibilitavam inferir que a primitiva ermida era constituída por apenas uma nave e capela-mor de menor largura, envoltas por grossas paredes de taipa de pilão, e configurando o que seria "a mais simplificada que se conhece no Brasil" (IPAC-BA, 1988 [V]). O seu frontispício, voltado para o poente e para o *sertão*, dava costas ao mar e aos navegantes vindos da Europa. Essa situação pode ser interpretada como a reprodução de um ancestral padrão arquitetônico cristão ainda vigente – e freqüentemente denominado *cardo-decumanos* –, que exigia que as igrejas fossem implantadas de forma a simbolizar a cruz de Cristo: o altar a leste, representando a sua cabeça, a fonte da luz divina, a transcendência que deve perseguir todo cristão e o mais sagrado dos territórios; e a sua entrada a oeste, representando o território profano de onde os crentes devem partir rumo a Deus. É também possível, uma vez que tal padrão arquitetônico caía em desuso na Europa quinhentista, que a implantação dessa igreja refletia a prioridade dada pelos franciscanos à atração e conversão religiosa dos naturais da terra. Posteriormente, ela teria recebido, à direita do seu frontispício, um campanário "caracterizadamente do século XVIII, não só por sua planta quadrada, como por sua fábrica em alvenaria mista" de pedra e tijolo (IPAC-BA, 1988 [V]).

Em 1984, a arqueóloga Edna June Morley do SPHAN vistoriou o Outeiro da Glória e constatou que uma recente terraplanagem, efetuada em aproximadamente 800 m^2 da sua área, havia retirado cerca de 50 cm do solo e arrasado a sua principal camada arqueológica[112]. Não obstante os estragos causados por essa ação criminosa, a relevância desse sítio ainda motivaria o NAPAS/UFBA a realizar uma ampla pesquisa arqueológica nos anos de 1999 e 2000 (Figura 156b). As prospecções empregaram inclusive um sofisticado sistema de georadar (ou *Ground-Penetrating Radar*) na busca de vestígios arqueológicos que porventura ainda mantivessem alguma integridade em camadas estratigráficas mais profundas. Contudo, elas confirmaram os nossos maiores temores ao encontrarem apenas alguns fragmentos de alvenarias e argamassas, uns poucos cravos de ferro e um número pouco expressivo de cacos de cerâmicas de uso doméstico, telhas e tijolos. Entretanto, dentre os últimos destacam-se alguns tijolos que foram estampados, por motivos desconhecidos, com insinuantes representações zoomórficas (NAPAS/UFBA, 2000b e 2002b).

[112] Esse triste capítulo da preservação do patrimônio cultural brasileiro teria tido como principal protagonista o então prefeito de Porto Seguro que ordenara essa movimentação de terra visando à construção da residência oficial do executivo municipal, denominada, pretensiosamente, Palácio Caramuru (NAPAS/UFBA, 2001:9).

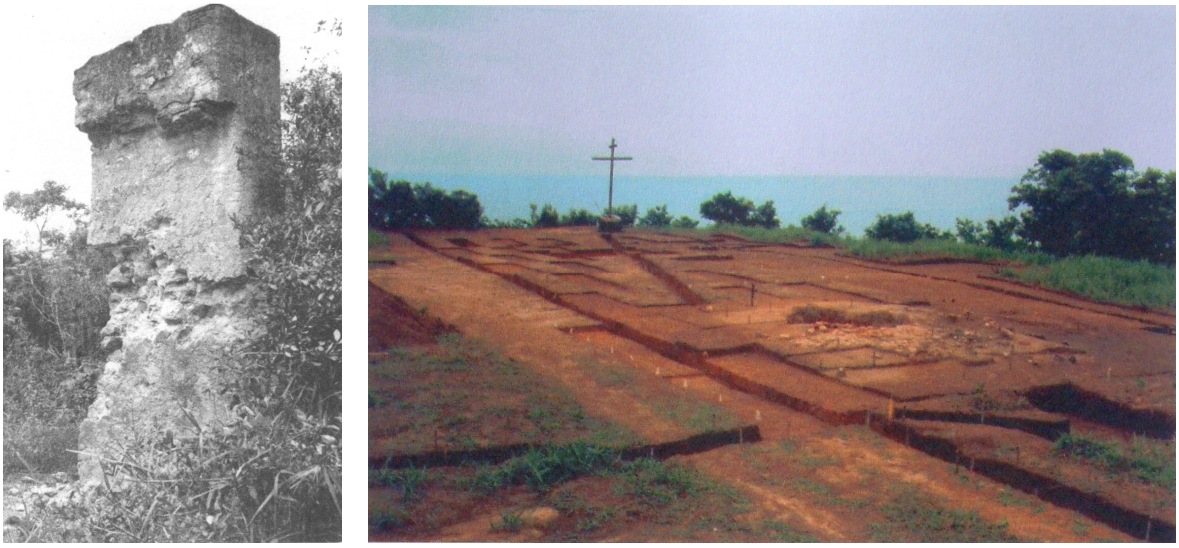


Figura 156: a) ruína de uma estrutura provavelmente em *pedras-de-mar*, remanescente da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória (c.1950); b) o sítio arqueológico do Outeiro da Glória quando da sua prospecção pelo NAPAS/UFBA (c.2000).
Fonte: a) fotografia em IBGE (1958 [XXI]:134), s/d; b) fotografia em NAPAS/UFBA (2000b:93), s/d.

Ainda em relação à Igreja de São Francisco, nos chama a atenção uma intrigante questão que não tem sido explorada pelos estudiosos da colonização portuguesa no Extremo Sul da Bahia: por que ela foi construída no Outeiro da Glória e não no assentamento de Santa Cruz ou no vizinho tabuleiro onde seria estabelecida a sede da capitania de Porto Seguro?

Mesmo que jamais se encontre alguma evidência documental ou arqueológica que permita uma resposta conclusiva, arriscamos sugerir que a escolha desse sítio pode ter relações diretas com a catequese indígena conduzida pelos franciscanos e com a própria produção espacial Tupinikín. Como detalhado anteriormente, as pesquisas arqueológicas realizadas no município de Porto Seguro indicam que o espaço ocupado hoje pela sua Cidade Alta muito provavelmente abrigou uma aldeia Tupinikín, talvez de grandes proporções, desde tempos pré-cabralinos (NAPAS/UFBA, 2000c e 2000d). Os missionários da Ordem de São Francisco, de modo a melhor conduzirem os seus trabalhos junto a essa aldeia, podem ter optado por se fixarem no vizinho Outeiro da Glória, talvez menos utilizado pelos indígenas. Tendo ganhado mais confiança dos mesmos, os missionários teriam logrado se estabelecer dentro do espaço da aldeia e só então fundado, em algum momento antes de 1535, uma segunda igreja cuja autoria também lhes é atribuída: a da Misericórdia (Figura 137, Figura 157, Figura 158, Figura 161).

Esse edifício, cuja configuração atual é fruto de uma reconstrução no último quartel do século XVIII, tem o seu frontispício voltado para nor-noroeste, dá as costas para a maior parte da Cidade Alta e aponta para o antigo acesso norte da vila e, por

extensão, o Outeiro da Glória. Desconhecemos a razão dessa orientação, mas caso a original tenha sido mantida nessa reconstrução, mesmo que aproximadamente, pode-se dizer que o referido padrão arquitetônico cristão não pautou a construção da primeira versão dessa igreja. Isso reforçaria a hipótese de uma orientação privilegiando a catequese indígena e a rede espacial franciscana e permite supor que havia um assentamento português e/ou Tupinikín junto à Igreja de São Francisco, no Outeiro da Glória. O único indício da sua existência que conhecemos é um relato de 1634 de um certo padre Teles, citado na obra *Princípio da Igreja no Brasil* de Odulfo van der Vat (1952). Esse religioso teria visitado o Outeiro da Glória em algum momento anterior e escrito que “ainda hoje se mostram as ruínas das pobres casas onde [os franciscanos] santamente habitavam” (*apud* NAPAS/UFBA, 2001:7).



Figura 157: a Igreja da Misericórdia, na Cidade Alta de Porto Seguro (c.1950).
Fonte: IBGE (1958 [XXI]:136), s/d.



Figura 158: frontispício da Igreja da Misericórdia, na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia do autor, em 1995.

Contudo, as relações aparentemente amistosas entre os franciscanos e Tupinikín experimentaram pelo menos um grave revés, ocorrido às margens do curso d'água que separa o Outeiro da Glória do sítio da Cidade Alta de Porto Seguro. Conhecido como o massacre do rio de São Francisco (ou do rio da Vila), ele teria custado a vida dos missionários que sustentavam a catequese e os alçado, nas palavras de Wílleke (1973), à condição de "os dois protomártires de Porto Seguro" (p.21). Segundo também afirma esse autor, infelizmente sem citar a fonte, tal evento se deu em 1518 e teria "arrefecido a animação entre os franciscanos portugueses, já então encarregados das missões da Índia" (p.20-21). Já Anchieta (1988 [1584]) afirma que os freis foram mortos em uma rebelião indígena contra a presença portuguesa e, "depois, não sabendo o que passava, veio ter aí uma nau, e os índios vestidos nos hábitos com os breviários nas mãos passeavam pela praia como os religiosos só iam fazer, para com isto fazer cilada aos do mar e matá-los, mas quis Deus que entenderam a falsidade e escaparam" (p.320-321). Entretanto, essa versão nos parece pouco verossímil, pois criaria grandes problemas para um reingresso português a esse espaço e dificilmente escaparia aos cronistas quinhentistas que relataram levantes e ataques de indígenas a colonizadores europeus na Bahia. A propósito, nada impede que esses missionários tenham sido vítimas desavisadas de um bem-sucedido ataque à suposta aldeia Tupinikín localizada na Cidade Alta, perpetrado por algum grupo Tupinambá inimigo dos portugueses (seja Tupinikín ou não) ou mesmo por algum grupo *tapuia* que logrou alcançar a costa.

A CAPITANIA DE PORTO SEGURO

D. João III, ao herdar a Coroa portuguesa do seu pai, D. Manoel I, em 1521, herdou também uma fazenda real bastante depauperada por infortúnios no comércio de especiarias, bem como um país fustigado pela seca, fome e peste. Em 1532, diante das vultosas dívidas externas e internas acumuladas, dos prejuízos causados por um terremoto que atingira Lisboa no ano anterior e da crescente ameaça de perda das possessões portuguesas na América especialmente para os franceses[113], D. João III e

[113] A captura pelos portugueses da nau francesa *La Peregrine* em agosto de 1532 ilustra bem os riscos que corria a Coroa lusitana e a intensidade da exploração de recursos naturais brasileiros por outras nações européias. Nos seus porões foram encontrados 15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios, 1,8 tonelada de algodão e diversas amostras minerais. Essa embarcação de 18 canhões e 120 tripulantes havia partido de Marselha em dezembro de 1531 e aportado diante da feitoria de Igaraçu no litoral do Pernambuco em março de 1531. Guarnecida por apenas seis homens,

seus assessores não devem ter tido muitas dúvidas quanto à aplicação no Brasil do que o historiador Paulo Merêa (1924) chamou de "a solução tradicional": o sistema de donatarias ou capitanias hereditárias.

Tomando como base o senhorio português vigente em fins da Idade Média, e adaptando-o para contextos ultramarinos, esse sistema já vinha sendo empregado com sucesso na colonização de ilhas atlânticas – como Açores, Madeira e Cabo Verde – e seria adotado também na África continental. Um dos seus fundamentos era, assim como no sistema de feitorias, buscar desonerar a Coroa de boa parte dos vultosos investimentos e riscos relacionados à empresa ultramarina através da concessão de direitos de exploração a homens de confiança do rei que tivessem condições para tanto e, ao que tudo indica, destaque em campanhas militares e mercantis. Não obstante comungarem essa semelhança, o sistema de capitanias hereditárias diferenciava-se do de feitorias, grosso modo, por pretender diversas frentes de colonização em um mesmo território, por implicar a necessidade do seu povoamento de fato por europeus, pela outorga ser hereditária e conferir amplos poderes ao donatário, por ter se constituído no principal instrumento administrativo, jurídico e político para a colonização brasileira até a fase Pombalina, na segunda metade do século XVIII, e, acima de tudo, pelas muitas marcas que deixaria nos arranjos espaciais e sociais que experimentamos hoje no Brasil (Abreu, 2002; Azevedo, 1924; Baião & Dias, 1924; Merêa, 1924).

Apesar de D. João III ter revelado para Martim Afonso de Sousa, em uma carta de 28 de setembro de 1532, que já estava em curso o estudo do parcelamento da colônia brasileira em capitanias, a distribuição das *cartas de doação* aos candidatos listados no seu *Livro da Lembrança* parece ter se iniciado apenas em 1534[114] (Merêa, 1924). Esse processo resultou em um conjunto de lotes estendendo-se do Atlântico à linha de Tordesilhas e tendo aproximadamente 50 léguas de largura, bem como um lote com cerca de 100 léguas *de costa*, situado na porção mais meridional da colônia, que seria concedido a Sousa, amigo e favorito do rei (Figura 159). A maior parte do espaço correspondente ao atual território da região Extremo Sul da Bahia encontrava-se inserida então no que correspondia à quase totalidade da porção litorânea de uma capitania com "cinqüenta léguas de costa, compreendidas entre a foz do rio Mucuri e a do Poxim" e cujos direitos de exploração foram doados a Pero do Campo Tourinho em 27 de maio de 1534[115] (Figura 159, Figura 160).

---

ela foi tomada, fortificada com canhões e deixada sob a responsabilidade de um comandante com 70 soldados (Baião e Dias, 1924; Bueno, 1999).

[114] A mais antiga *carta de doação* de uma capitania brasileira que se conhece corresponde à de Pernambuco e foi passada a Duarte Coelho em 10 de março de 1534 (Merêa, 1924).

[115] Citação retirada do *foral* da capitania, passado a Tourinho em 23 de setembro de 1534 (*apud* Dias, 1924:244). A *carta de doação* estipulava simplesmente que essa capitania tinha "extensão de 50 léguas de costa, as quais começam onde acabam as 50 léguas [da capitania de Ilhéus] de que tenho feito mercê a Jorge Figueiredo Correia" (*apud* SEI, 2001:24).



Figura 159: as capitanias brasileiras representadas no *Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil desde Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* (1590) de autoria atribuída a Luís Teixeira.
Observação: a capitania de Porto Seguro já aparece sob a denominação do seu segundo donatário, o 1º duque de Aveiro, D. João de Lencastre. Assim como se observa em vários outros mapas da América do Sul produzidos pelos portugueses nos séculos XVI e XVII, a linha de Tordesilhas (ou *Linha da Demarcacam*) e a representação da costa estão distorcidas de modo a favorecerem os pleitos territoriais lusitanos e, principalmente, incluir o rio da Prata. A linha correta estendia-se, aproximadamente, entre as atuais cidades de Belém (PA) e Florianópolis (SC). Fonte: Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.

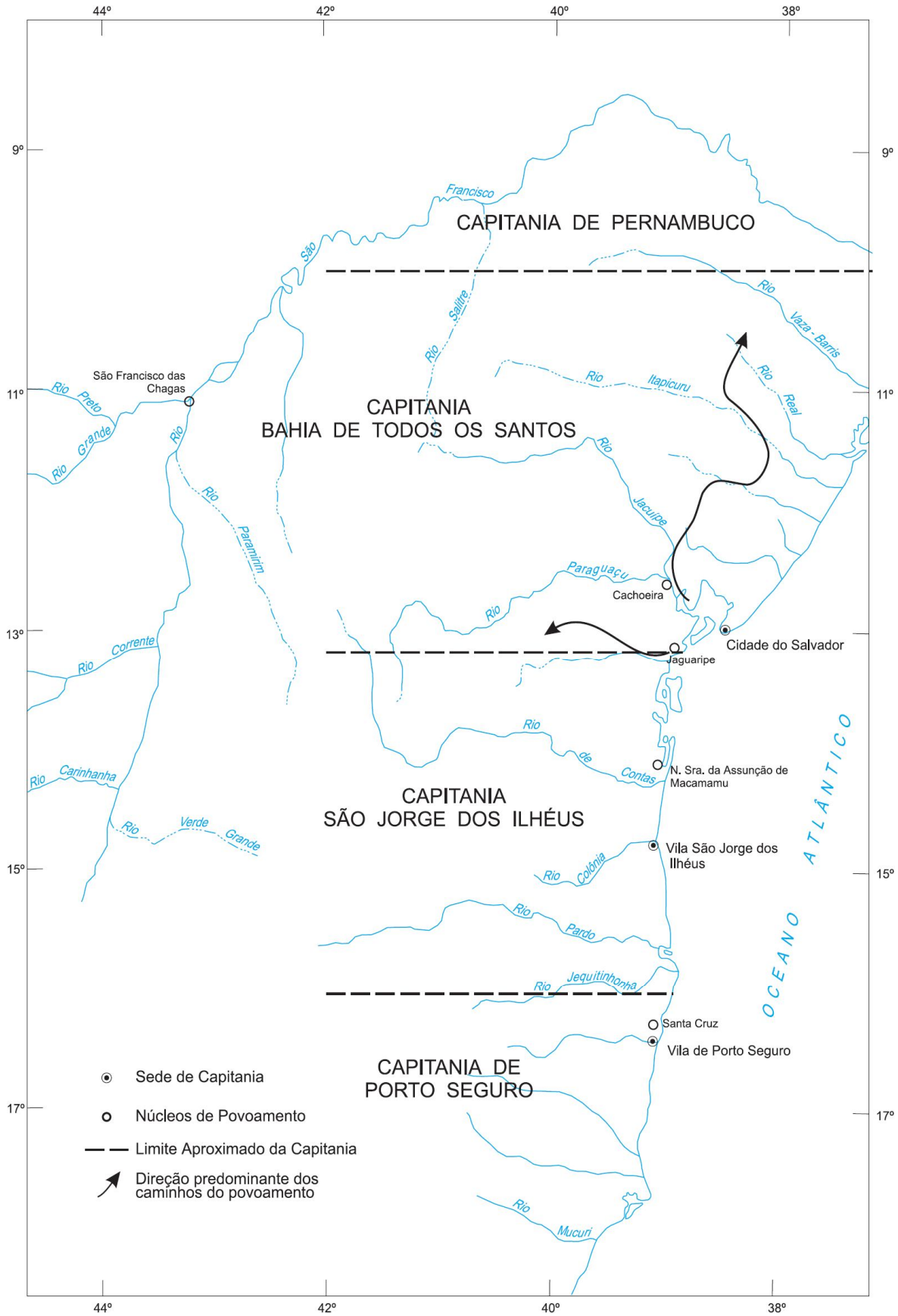


Figura 160: mapa das principais capitanias, vilas e caminhos do povoamento existentes, no final do século XVI, no espaço correspondente ao atual território oriental do estado da Bahia.
Fonte: SEI (2001:39).

Tourinho nasceu em Viana do Castelo – conhecida no século XVI como Viana de Caminha ou Viana da foz do Lima – e supõe-se que era membro da aristocracia local e um abastado comerciante cuja fortuna multiplicara-se em relações comerciais com o norte da Europa (Britto, 2000; Dias, 1924). Segundo o historiador Carlos Malheiro Dias (1924), Viana era então uma "das vilas de maior tráfico marítimo do seu tempo, cujos moradores se salientaram nas navegações e pescarias de bacalhau da Terra Nova, [e] é de supor, como diz Gabriel Soares [de Sousa], que Pero do Campo Tourinho fosse homem prático na arte de marear, e talvez armador de navios de pesca" (p.245).

Um dos poucos donatários a assumir integralmente a sua capitania, Tourinho liquidou uma parte ou a totalidade dos seus bens em Portugal e transferiu-se para o Brasil com a esposa, três filhos e centenas de colonos. A envergadura da sua empreitada foi registrada pelo embaixador espanhol Luis Sarmiento, que testemunhou a sua passagem pelas ilhas Canárias. Preocupado com as pretensões portuguesas em relação ao rio da Prata, ele escreveu para a sua rainha salientando que:

> *por la isla de Gomera, que es en Canaria, casi al fin del año pasado pasó una armada del Sereníssimo Rey de Portugal, nuestro hermano, en que iban dos carabelas y dos naos gruesas y en ellas seiscientos hombres y mucha parte dellos com sus mujeres y por capitán un Pedro del Campo, vecino de Viana, y algunos dicen que van poblar ao Brasil* (*apud* Toríbio, 1908:157).

Tendo alcançado o seu destino em algum momento em 1535 ou 1536, o primeiro *capitão-geral e governador* da capitania de Porto Seguro deu início a um resoluto processo de colonização que deixaria marcas que se fazem visíveis até os dias de hoje. No entanto, a empresa colonial conduzida por esse notável vianense só pode ser conhecida com mais detalhes graças à documentação do que parece ter sido o seu maior dissabor: ter protagonizado, na condição de réu, o primeiro processo movido pela Inquisição portuguesa na América. Disparado na vila de Porto Seguro em 24 de novembro de 1546 – e aparentemente armado pelos muitos desafetos que colecionou entre fidalgos, religiosos e autoridades locais durante a sua implacável gestão –, esse processo encontra-se depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa sob o título de *Imquyrycam que ho vigairo desta vyla de Porto Seguro tirou jumtamente com o padre Manuell Collaço e Pero Anes Vycemte Juiz ordinairo sobre as heresias e blasfemeas que Pero do Campo Tourinho Governador desta Capytanya dyzya e fazya contra a Deus nosso Snñor*[116].

[116] Parece haver consenso entre os estudiosos de Tourinho quanto ao comprometimento, empenho e tenacidade que esse donatário dedicou aos trabalhos necessários ao sucesso da sua capitania. Contudo, não parece ter sido tão grande o seu tino para lidar com a variedade de interesses e conflitos seculares e religiosos que marcaram os primeiros anos daquela empresa colonial em longínquas terras onde sobravam trabalhos e faltavam braços para tanto. Como sustenta Dias (1924) a situação de Tourinho pode ter se complicado porque "o fidalgo não se adestrara nas guerras de África e do Oriente.

Mais do que um riquíssimo registro sobre a mentalidade portuguesa de então, tal processo permite conhecer parte das obras de Tourinho, do cotidiano na capitania, das questões da produção açucareira, das relações com os indígenas e das intrigas relacionadas à busca pelo poder. Em algum momento logo após 7 de fevereiro de 1547, quando se concluiu os autos realizados em Porto Seguro, Tourinho foi despachado "a ferros" para ser julgado pelo Tribunal de Inquisição de Lisboa por crimes como trabalhar junto com os seus escravos aos domingos e dias santos e proferir supostas heresias, blasfêmias e abominações contra Deus e a Igreja[117]. De volta à Metrópole, onde foi libertado condicionalmente, ele prestaria um depoimento juramentado, em 8 de outubro de 1547, onde sintetiza as suas realizações em uma década à frente da capitania e revela que uma considerável rede de vilas e engenhos havia sido estabelecida na zona costeira. Como se lê em uma passagem da sua transcrição paleográfica:

> Perguntado em que coisas gastara seu tempo em quanto estivera na sua capitania disse que fizera oito Igrejas em que se dizia missa e que fizera oito vilas nas quais em cada uma mandara fazer uma igreja e que em Porto Seguro que é a principal mandara fazer duas e assim mandara fazer muitos engenhos na terra [e] outras coisas necessárias para ela a qual povoou de novo (*apud* Britto, 2000:174; *apud* Dias, 1924:282).

O *foral* da capitania, passado a Tourinho em 23 de setembro de 1534, estabelecia os seus direitos e deveres como donatário e, dentre eles, o de fundar *vilas* – com respectivos *termos*, *jurisdições*, *câmaras* e *insígnias* – e repartir todas as suas terras de sesmaria "a quaisquer pessoas de qualquer qualidade, e condição, que sejam contanto cristãos livremente sem foro" (*apud* Britto, 2000:51). Contudo, desconhecemos evidências ou indícios de que nesse momento da colonização portuguesa existissem aparatos legislativos determinando quais deveriam ser as características ideais dos sítios para a fundação de povoações que serviriam de sede de uma *vila* ou da própria

---

Vivendo afastado da Corte, nas terras férteis do Minho, encarou a sua missão mais como um vasto empreendimento rural do que como uma empresa político-militar" (Dias, 1924:245). E mais, como infere a historiadora Rossana Britto (2000): "A forma como Tourinho se expressava, a respeito dos homens poderosos de Igreja, era um ato de autêntica transgressão ao controle clerical que vigorava em todos os setores da sociedade européia e colonial" (p.118). "Podemos pensar o afastamento forçado do capitão de Porto Seguro como uma trama política que germinou no meio de um violento choque de poderes e autoridades – individuais e coletivas – que lutavam por posições hegemônicas no interior da capitania" (p.90). "Além disso, não havia ainda um padrão administrativo ou um nível de institucionalização maduro. O que caracteriza este período era uma larga margem de fluidez entre os poderes locais na arquitetura institucional. Os domínios secular e religioso estavam imbricados: o civil se intrometia no religioso e o religioso se projetava sobre o civil. Um donatário que pleiteava autonomia, tanto da esfera religiosa quanto da secular, causou alterações nas relações de poder vigentes" (p.127).

[117] O resultado do processo inquisitorial a que foi submetido Pero do Campo Tourinho é desconhecido, mas sabe-se que ele permaneceu voluntária ou compulsoriamente em Portugal e não perdeu os seus direitos sobre a capitania de Porto Seguro. Em 19 de novembro de 1554, Tourinho renunciou a esses direitos em favor do seu filho mais velho, Fernão do Campo Tourinho. Esse faleceu logo depois e, não tendo deixado filhos, os passou à sua irmã, D. Leonor. Por motivos incertos, ela vendeu os seus direitos à capitania ao 1º duque de Aveiro, D. João de Lencastre, segundo atesta um alvará de 16 de junho de 1559 que lhe deu licença para tanto. Essa transação foi concluída em 10 de agosto e confirmada em 6 de fevereiro do ano seguinte (ABN, 1881 [I] [doc.5731]:488). A cessionária recebeu "100$000 de juros à razão de 12$500 o milheiro, 600$000 em dinheiro do contado e dois moios de trigo em cada ano, enquanto vivesse" (*apud* Cardim, 1980 [nota XXXIII]:188).

capitania[118]. No entanto, a análise dos espaços onde os portugueses estabeleceram essas povoações – e especialmente das vilas-sede das capitanias – revela o predomínio de um conjunto de critérios constituído provavelmente a partir da acumulação de experiências sobre as dimensões naturais e culturais do litoral brasileiro e da re-apropriação de alguns modelos urbanos e arquitetônicos com origem medieval ou anterior. Esse conjunto incluía a proximidade de recursos naturais que auferissem grandes lucros nos mercados europeus, africanos e asiáticos (pau-brasil, aves, peles, algodão, zimbo etc.); a proximidade de terras férteis como o *massapê* para o cultivo de produtos com grande valor comercial nesses mercados (especialmente a cana-de-açúcar) e, em menor escala, para lavouras de subsistência e pastoreio de gado; a proximidade de ecossistemas com fartura de espécies para a caça, a pesca e a coleta; a proximidade de cursos d'água que fornecessem água para consumo humano, irrigação e força motriz para engenhos e moinhos; a presença de grupos indígenas aliados que atuassem como mão-de-obra de atividades extrativistas e agrícolas e contribuíssem para a defesa dos assentamentos; a existência de condições de transporte (portos naturais para grandes embarcações, rios navegáveis etc.) que garantissem a manutenção da relação colônia-Metrópole, a constituição de redes econômicas com outros assentamentos coloniais e o controle do território; a facilidade de vigilância e defesa contra ataques por terra ou água de nações rivais, indígenas hostis e animais selvagens, proporcionada geralmente por platôs elevados; e a salubridade pela boa ventilação e distância de focos de *miasmas* ou, nos termos atuais, de vetores de doenças como a malária.

Sob os auspícios dessa racionalidade, foram estabelecidos os núcleos de muitas das atuais cidades litorâneas brasileiras e de algumas das vilas de Pero do Campo Tourinho. A primeira teria sido a sede da capitania, estabelecida no tabuleiro da Formação Barreiras onde se encontra a Cidade Alta de Porto Seguro e batizada vila de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro. Concomitantemente, deve-se ter erigido uma primeira versão da igreja matriz que tem abrigado, desde então, a imagem do seu orago. Assim como a vizinha Igreja da Misericórdia, ela foi objeto de uma grande reforma na segunda metade do século XVIII, que modificou muitas das suas feições primitivas. Caso a sua orientação original tenha sido mantida, infere-se que, ao contrário das igrejas construídas anteriormente pelos franciscanos, se priorizou voltá-la para o oceano, tratá-la como um marco do poder europeu a ser de lá avistado e, assim sendo, fazer uma alusão às relações dos colonizadores com o além-mar (Figura 137, Figura 161, Figura 162, Figura 180).

[118] Doravante empregaremos o termo vila como uma designação geral das povoações sediando uma *vila* ou capitania, ressalvadas as situações onde houver destaque em contrário.



Figura 161: vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro (c.2000).
Observação: à esquerda e abaixo, a Igreja de São Benedito e as ruínas da Residência do Salvador e, à direita e acima, a Igreja Matriz de N. S. da Pena, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja da Misericórdia.
Fonte: fotografia da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia, s/d.



Figura 162: a Igreja Matriz de N. S. da Pena e a Casa de Câmara e Cadeia de Porto Seguro (c.2005).
Fonte: fotografia em http://www.portosegurotur.com.br, s/d.

Como se infere através da análise do sítio da vila de Porto Seguro, Tourinho, ao optar por ele, priorizou praticamente todo o conjunto de critérios acima, mesmo sabendo que não era servido pelo melhor atracadouro da região, como já dito, junto à primitiva Santa Cruz, na planície costeira de Coroa Vermelha. Tal assentamento, onde o donatário e seus colonos provavelmente desembarcaram, deve ter sido percebido como bastante vulnerável em termos de segurança e, apesar das suas vantagens, descartado como sede da capitania. Por um lado, essa decisão garantiu que a vila de Porto Seguro, estabelecida onde foi, resistisse inclusive aos ataques *aimoré* que fustigaram a zona costeira da capitania nas décadas seguintes; por outro lado, ela exigiu que a exportação das *commodities* lá produzidas fizesse uso de um curioso expediente. Como descreveu Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]): “[pela barra do rio Buranhém] entram navios de

sessenta tonéis; e se é navio grande, toma meia carga em Porto Seguro, e vai acabar de carregar em Santa Cruz" (p.65). Além disso, a associação entre as vantagens de se residir em um platô elevado e a necessidade de se estar junto a um bom porto, resultaria em uma morfologia urbana característica de diversos assentamentos litorâneos do Brasil e do mundo: a "cidade de dois andares" (IPAC-BA, 1988 [V]) ou, como se diz nos países lusófonos, a cidade constituída por porções denominadas Alta e Baixa (Figura 137, Figura 141, Figura 161, Figura 163, Figura 164, Figura 188, Figura 180, Figura 215).



Figura 163: a Cidade Baixa e a Cidade Alta de Salvador em *Warhafftige abbildung von einnehmung der stadt S. Salvador* (c.1624).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Também se atribui a Tourinho a fundação de uma vila que teve Santo Amaro como orago e foi erigida na planície costeira junto à margem direita do curso final do Buranhém, nas imediações dos já referidos sambaquis registrados em 1998. Estabelecida, portanto, em contradição com o que parece ter pesado na escolha do sítio para a vila de Porto Seguro, reza a história oral das comunidades tradicionais nas imediações que ela foi destruída por um ataque indígena no século XVII e os sobreviventes transferidos para a adjacente porção do tabuleiro da Formação Barreiras onde os jesuítas erigiram a Igreja de N. S. d'Ajuda, núcleo da atual vila de Arraial d'Ajuda. No entanto, desconhecemos evidências desse ataque e nada impede que a vila de Santo Amaro tenha sido simplesmente abandonada durante a sucessão de problemas por que passou a capitania de Porto Seguro na segunda metade do século XVI. A propósito, Sousa (2001 [c.1587]) destacou no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* que ela já se encontrava então quase despovoada "de todo" (p.67).

Uma vez que Tourinho não parece ter tido grandes restrições ao estabelecimento de vilas em terras baixas, é factível que o entreposto ou feitoria de Santa Cruz tenha sido elevado à vila e recebido colonos, novas habitações, igreja e melhores instalações

portuárias. Segundo diversas fontes quinhentistas, nessa ocasião também se erigiu um grande engenho açucareiro nas suas imediações. Dados bastante fragmentários sugerem que por volta de meados do século XVI, a vila de Santa Cruz foi arrasada por um ataque *aimoré* que obrigou a transferência dos sobreviventes para o tabuleiro da formação Barreiras onde se encontra hoje a Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália. Sousa (2001 [c.1587]), no entanto, alega que tal mudança teria se dado "pela terra [junto ao rio Sernambitibe ou João de Tiba] ser mais sadia e acomodada para os moradores viverem" (p.65). De qualquer maneira, é bastante provável que, antes desse evento, Tourinho tenha lá fundado uma vila que ampliava o limite setentrional da sua rede de estabelecimentos coloniais e aproveitava as benesses desse raro sítio gozando de todas as vantagens de um tabuleiro e da grande proximidade do rio João de Tiba e do porto natural na sua foz (Figura 33, Figura 141, Figura 164, Figura 165, Figura 215).



Figura 164: vista aérea de parte da Cidade Alta e da Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália (c.2000).
Fonte: fotografia de Claude J. A. Hancq, s/d.



Figura 165: parte da Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália vista da Cidade Alta.
Fonte: fotografia do autor, em 1998.

Entre a primitiva Santa Cruz e a vila de Porto Seguro, na planície costeira às margens do pequeno rio Itacimirim, ter-se-ia também erigido, durante a gestão de Tourinho, outro engenho açucareiro. Esse sítio foi objeto de prospecções arqueológicas pelo NAPAS/UFBA que evidenciaram diversos vestígios de edificações, grande quantidade de fragmentos de vasilhames cerâmicos conhecidos como fôrmas de pão-de-açúcar[119] e alguns artefatos cerâmicos e líticos Tupiguarani como o *tembetá* apresentado na Figura 134b[120]. Considerado como um sítio de alta relevância cultural pelo IPHAN (2007), ele foi objeto de datações por termoluminescência que constataram que algumas das peças atribuídas aos portugueses haviam sido enterradas em 510±30 BP. Segundo o professor Carlos Alberto Etchevarne, do Departamento de Antropologia da UFBA, esse resultado indica que o engenho de Itacimirim pode ter estado ativo antes da instalação da capitania de Porto Seguro. Caso isso seja comprovado, muito do que já foi produzido acerca da história da colonização portuguesa e da produção açucareira no Brasil terá de ser reescrito (IPHAN, 2007; NAPAS/UFBA, 1998, 2000c e 2000d).

Sobre as outras quatro vilas estabelecidas por Tourinho, pouco ou nada se sabe. Entretanto, as fontes documentais e registros arqueológicos disponíveis permitem sugerir que estavam situadas ao sul da vila de Santo Amaro. A mais próxima seria uma povoação denominada São Tiago do Alto segundo Sousa (2001 [c.1587]) e Igtororém segundo uma *Informação* produzida por um jesuíta anônimo entre 1573 e 1578 (*apud* Leite, 1945 [I]). Conforme o primeiro, "de Santo Amaro ao rio de Tororam é uma légua, onde está um engenho, que foi de Manuel Rodrigues Magalhães, e junto a este engenho uma povoação, que se diz de S. Thiago do Alto, em o qual rio entram caravelões" (p.65-66). Já o jesuíta anônimo relatou que "da vila de Santo Amaro para o sul três quartos de légua, está uma povoação a qual chamam Igtororém (...). Tem ali um engenho" (p.210). Ou seja, em vista das distâncias declaradas, de ambas as fontes relatarem um engenho e dos topônimos Tororam e Igtororém serem versões lusófonas de um mesmo vocábulo, S. Thiago do Alto e Igtororém eram muito provavelmente um mesmo assentamento, localizado no rio Taípe ou no rio da Barra e há muito desaparecido.

Tourinho também parece ter estabelecido uma vila na ponta Juacema, aproximadamente 3 km ao norte da atual vila de Caraíva, na foz do rio homônimo. Nesse caso, Sousa (2001 [c.1587]) afirma que "Do rio do Frade ao de Juuacema (sic) são duas léguas, onde esteve uma vila que se despovoou o ano de 1564, pela grande guerra que tinham os moradores dela com os aimorés. Neste lugar esteve um engenho, onde

[119] Esses vasilhames de forma cônica, fundamentais à produção do açúcar, eram torneados à maneira de um funil, o que lhes permitiam receber o melaço pela abertura superior, drenar o seu conteúdo líquido por um pequeno orifício inferior e cristalizar a sua porção sólida. Tendo finalizado o processo de purga, eles eram quebrados de modo a desenformar o açúcar cristalizado (NAPAS/UFBA, 2000c e 2000d).
[120] Sítio arqueológico denominado Engenho do Itacimirim (PSS-001) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 1998 e 2000c).

chamam a ponta do Cururumbaba [ou Corumbau]" (p.66). O sítio da ponta Juacema também foi objeto de prospecções arqueológicas pelo NAPAS/UFBA que evidenciaram "grande quantidade de material cerâmico de superfície[121]. Os vestígios arqueológicos correspondem principalmente a restos de objetos coloniais, além de outros pré-coloniais, estes mais danificados pela ação do tempo e provavelmente pelas atividades agrícolas contemporâneas" (NAPAS/UFBA, 2000b:26). Dentre os vestígios coloniais destacam-se fragmentos de faiança portuguesa, cerâmica vidrada e especialmente fôrmas de pão-de-açúcar (NAPAS/UFBA, 2000b).

Quanto às duas vilas faltantes, nada sabemos além do provável nome de uma delas, oferecido por Belchior de Azevedo, testemunha no processo inquisitorial contra Tourinho, que declarou residir em uma "povoação chamada Santa Nunez desta capitania" (*apud* Britto, 2000:220). Entretanto, é presumível que ela e a oitava vila estivessem situadas entre a povoação de São Tiago do Alto/Igtororém e a distante ponta de Corumbau, de forma a constituir uma sucessão de vilas e engenhos estrategicamente eqüidistantes. Um elemento que corrobora essa hipótese é dado por Sousa (2001 [c.1587]), quando informa que em um certo rio Urubuguape, "está o engenho de Gonçalo Pires. Do rio de Urubuguape ao rio do Frade é uma légua, onde entram barcos, e chama-se do Frade, por se nele afogar um nos tempos atrás" (p.66). Esse engenho, que pela distância informada estava situado provavelmente junto ao curso final do rio Trancoso ou do rio Itapororoca, dificilmente estaria isolado nesse trecho da costa e sem contar com uma vila nas suas imediações.

Contudo, uma questão acerca dos assentamentos produzidos sob a égide de Tourinho, e mesmo posteriormente, nos parece pouquíssimo explorada: a sua relação com a produção espacial Tupinikín. Mesmo que saibamos que o sucesso de uma empresa ultramarina dependia de manter-se próxima a grupos indígenas que fornecessem braços para o trabalho e armas para defesa, parece ter ocorrido uma relação ainda mais direta entre portugueses e Tupinikín. Conforme indicam os registros arqueológicos sobre a zona costeira dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, muitos desses assentamentos coloniais foram erigidos não apenas nas proximidades de aldeias Tupinikín, mas nos espaços ocupados por elas. No entanto, nada indica tratar-se de uma ocupação militar – mesmo porque um punhado de portugueses, por melhor armados que tivessem, dificilmente fariam frente a milhares de guerreiros Tupinikín –, mas de um paulatino e bem-sucedido processo de colonização cultural. Ele se baseou, supomos, principalmente na atratividade do aparato tecnológico português, foi iniciado pela armada cabralina, ampliado por obra de degredados,

[121] Sítio arqueológico denominado Juacema (BA-PSC-002) no CNSA/IPHAN (NAPAS/UFBA, 2000b e 2000c).

exploradores, feitores e franciscanos e ganhou força quando Tourinho desembarcou na capitania. À medida que o donatário conhecia e escolhia os sítios mais adequados para os seus estabelecimentos – acompanhado, muito provavelmente, por indígenas e *lingoas* exaltando os poderes desse *carahyba* de além-mar – não deve ter havido grandes dificuldades na sua fixação, onde quer que fosse. Ao contrário, muitos dos Tupinikín habitando espaços visados por ele devem ter recebido os colonos de forma bastante interessada e se disponibilizado ao auxílio, mudança ou mesmo co-habitação. A propósito disso, o NAPAS/UFBA (2000b) – baseando-se na análise de 9.752 fragmentos dos 40.000 que evidenciou na Cidade Alta de Porto Seguro – admite em um relatório técnico que "a coexistência de artefatos coloniais e pré-coloniais nos mesmos níveis [estratigráficos] (...) pode ser indicadora de contatos estreitos entre portugueses e indígenas" (p.58). E mais,

> trata-se de um sítio urbano de grande potencial arqueológico e de caráter multicomponencial, pois além de vestígios da ocupação portuguesa ocorrida a partir do início do século XVI, se verifica a presença de materiais relativos aos grupos indígenas pré-coloniais, que provavelmente já ocupavam esta área antes da chegada dos colonizadores (p.63).

Já as pesquisas arqueológicas realizadas na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália também evidenciaram artefatos indicando que esse espaço foi habitado pelos Tupiguarani antes e depois do ingresso português. Assim como ocorreu na vizinha Cidade Alta Porto Seguro, lá foram encontrados fragmentos de objetos produzidos por indígenas e por europeus ocupando os mesmos níveis estratigráficos e "demonstrando a coexistência de grupos sociais com bagagens culturais distintas" (NAPAS/UFBA, 2000a:50). Segundo o NAPAS/UFBA (2000a):

> Um elemento distintivo que prova o que poderíamos denominar de "sincretismo" tecnológico são as alças [de vasos cerâmicos]. Algumas são de cilindros semicirculares aderidos lateralmente às panelas e alguidares, ou colocados na parte superior do bojo de alguns potes d'água. Esse tipo de alças é de tradição portuguesa e foram incorporados à fabricação dos objetos de típica tradição indígena (p.55).

Outros objetos produzidos com técnicas de tradição indígena e provável influência portuguesa que foram evidenciados em Santa Cruz Cabrália são pratos cujas formas aludem aos de faiança portuguesa, mas cujas modelagem e tratamento de superfície são tipicamente indígenas (NAPAS/UFBA, 2000a). Contudo, o mais interessante conjunto de artefatos que demonstra os intercâmbios protagonizados por portugueses e Tupinikín consiste em variados tipos de cachimbo. O hábito do fumo do tabaco é uma prática originalmente ameríndia que foi apropriada por exploradores e missionários europeus

ainda no século XV e depois exportada para o Velho Mundo. Esse trânsito cultural não se restringiu ao hábito em si, mas incluiu também os diversos modos e aparatos – principalmente cachimbos – utilizados para o seu consumo. Diversas variações desses objetos foram encontradas em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e incluem tanto exemplares produzidos conforme padrões nitidamente Tupiguarani (Figura 143) quanto exemplares dotados de elementos mais afetos à estética européia (Figura 166) (NAPAS/UFBA, 2002a).



Figura 166: cachimbo cerâmico moldado europeu evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000a:67), s/d.

Outras importantes evidências das relações entre portugueses e indígenas nesse período são oferecidas em cartas onde os autores lamentam que vários colonos viviam *em pecado* com mulheres Tupinikín e, em alguns casos, tinham aderido à poligamia. Tourinho, por exemplo, ao defender-se das acusações no Tribunal de Inquisição alega que era vítima de uma conspiração armada pelos inimigos que tinha feito "por ele bradar com eles que não queriam trabalhar e lhe repreendia seus vícios e os castigava e prendia quando era necessário pelos males que faziam aos índios dormindo lhes com as suas mulheres e filhas e faziam outras coisas que não devia" (*apud* Britto, 2000:176; *apud* Dias, 1924:283). Já o ouvidor geral do Brasil, Pedro Borges, em uma carta à D. João III datada de 7 de fevereiro de 1550, denunciou que vários colonos das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus, cujas esposas haviam permanecido em Portugal, "estão amancebados com um par ao menos cada um de gentias" (*apud* Dias, 1924:267-269).

Contudo, se depreende dos depoimentos no referido processo inquisitorial que a escravidão fazia-se cada vez mais presente nos engenhos e canaviais de Porto Seguro. Mesmo que *negros da Guiné* tenham sido registrados em algumas capitanias do Brasil

desde o início da produção açucareira – e a bula papal *Veritas ipsa* de 1537 tenha reconhecido a humanidade e o direito à liberdade dos ameríndios[122] –, sabe-se que a economia colonial se baseou, durante décadas, principalmente em escravos indígenas. Segundo Stuart Schwartz (1988:46), esse fenômeno experimentou o seu apogeu na Bahia no período entre 1540 e 1570, sendo, a partir de então, arrefecido pela crescente importação de escravos da África. Sabe-se também que durante esse período algumas *entradas para o sertão* foram realizadas pelos portugueses – com o apoio dos seus aliados indígenas – visando à captura tanto de homens e mulheres *tapuia* quanto *tupi*. Não obstante a possibilidade disso também ter ocorrido nos primórdios da colonização da capitania de Porto Seguro, é mais verossímil que o principal meio para se adquirir escravos tenha sido então o chamado *resgate*. Essa prática vigorou longamente no Brasil e consistia em adquirir de grupos indígenas aliados os prisioneiros que faziam nas suas freqüentes incursões contra grupos rivais.

Por um lado, pode ser que a prática do *resgate* tenha sido bastante conveniente aos portugueses, uma vez que exigia menos esforços, recursos e riscos e contava com uma peculiar vantagem: um guerreiro Tupinambá que caísse prisioneiro dificilmente fugiria dos seus captores, pois tal atitude era tida como uma grande desonra. Por mais absurda que essa decisão possa parecer aos nossos olhos, ela se baseava em um rigoroso e coerente estatuto cosmológico que fundava o sujeito Tupinambá, pautava as suas relações e dava sentido à sua existência. Ao que tudo indica, o não cumprimento das suas determinações – pelo menos antes da aculturação promovida pelos europeus – redundava em um colapso existencial pior que a escravidão e a morte. Diversas dimensões do *ethos* Tupinambá não foram suficientemente documentadas e entendidas, mas abundam registros sobre as suas práticas belicosas e antropofágicas. Uma interessante síntese do sentido da guerra e do aprisionamento para eles foi elaborada por André Prous (1992) quando afirma que:

> A guerra entre os Tupinambás (...) se destinava a capturar inimigos que, depois de meses ou anos, seriam sacrificados para vingar e honrar familiares mortos. Tratava-se, portanto, de um ato de "civismo" e "espírito familiar"; os índios não se apavoravam diante da perspectiva, até honrosa, de serem presos e mesmo "comidos". Trazidos para a aldeia dos vencedores, eram totalmente integrados à nova tribo, a tal ponto que substituíam um dos homens mortos em seu lar, tendo, no entanto, de prestar alguns serviços ao seu "dono". Se fugissem, seriam rejeitados pelos antigos parentes. Eram, portanto, tratados como qualquer membro do grupo, afeiçoando-se mesmo a seus futuros matadores (p.424).

[122] Por meio dessa bula do papa Paulo III foi determinado aos cristãos considerar "os índios seres racionais, capazes de se salvarem e livres por natureza". Também foi determinado reconhecer "que aqueles mesmos índios, como verdadeiros homens, não somente são capazes da Fé de Cristo, mas que acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão segundo nos consta, e querendo prover nestas cousas de remédio conveniente, com autoridade apostólica, pelo teor das presentes, determinamos e declaramos que os ditos índios e todas as demais gentes que daqui em diante vierem à noticia dos cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e não devem ser reduzidos à servidão; declarando que os ditos índios e as demais gentes hão de ser atraídas e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da Palavra divina e com o exemplo de boa vida".

Por outro lado, pode ser que a obtenção de escravos via *resgate* tenha sido uma atividade bem mais complexa e não oferecesse aos portugueses quaisquer garantias, em maior prazo, quanto à passividade e permanência dos cativos. Essa hipótese baseia-se no fato de que os Tupinambá tinham em alta conta os guerreiros rivais que capturavam e os tratavam honrosamente inclusive nos ritos da sua execução e deglutição. Assim sendo, o *resgate* talvez fosse entendido por esses indígenas como uma transferência de tal privilégio aos europeus por meio da permuta de favores ou objetos, conforme parece ter sido relativamente freqüente entre grupos com essa filiação. Nesse sentido, é também factível que os cativos imaginassem que receberiam dos seus novos depositários um tratamento análogo e uma morte honrosa. Entretanto, é óbvio que isso não ocorria e, segundo complementa Prous (1992), isso teria acarretado a fuga de muitos deles "de volta para os antigos donos, que os protegiam" (p.425). A conseqüente difusão entre esses indígenas do verdadeiro destino dos prisioneiros repassados aos europeus talvez explique uma reação de um guerreiro Tupinambá que escandalizou o padre jesuíta João Azpilcueta Navarro. Conforme registrou em um relato sobre uma *missão* que realizara, por volta de 1551, a algumas aldeias situadas na capitania de Porto Seguro:

> Este mal de se comerem uns aos outros anda mui danado entre eles e é tanto que os dias passados [os missionários] falaram a um ou dois que tinham a engordar para isso se queria que o resgatassem. Ele respondeu que não o vendessem porque cumpria a sua honra passar por tal morte como valente capitão (Navarro *et al.*, 1988:97).

Portanto, essa situação teria exigido dos portugueses buscarem sempre novas fontes para *resgates*, importarem indígenas *resgatados* em outras capitanias e capturá-los em aldeias nas imediações dos seus assentamentos. Esse último expediente foi cada vez mais freqüente em espaços sustentando um grande número de colonos e um rápido crescimento da produção açucareira e acarretou sangrentas *guerras justas* contra os Tupinambá e a escravidão de milhares deles[123]. Por exemplo, na década de 1550 já há registros da ocorrência de pelo menos dois levantes Tupinikín causados pelo avanço da colonização portuguesa e da escravidão em áreas próximas à capitania de Porto Seguro. O primeiro ocorreu em 1558 e foi protagonizado por um grupo habitante das imediações da foz do rio São Mateus, no Litoral Norte do Espírito Santo. Em uma tentativa de subjugá-lo militarmente, o capitão Fernão de Sá (filho do governador-geral Mem de Sá) e alguns dos seus homens foram isolados do corpo principal da tropa e massacrados. Mem de Sá comandaria pessoalmente uma expedição punitiva e, conforme relatou um jesuíta anônimo, "mataram toda a gente de uma grande aldeia e os meninos e mulheres

[123] A *guerra justa* – declarada contra indígenas que atacassem portugueses e suas propriedades ou resistissem militarmente à ocupação dos seus territórios – foi uma prática relativamente comum, bem como um artifício utilizado para capturar escravos de forma dita *legítima*. Nessa situação, a escravidão indígena era chancelada pela Igreja.

trouxeram todos cativos, sem perigar nem um cristão. Foi coisa esta que não somente a este gentio mas a toda a costa fará espanto e medo, porque nunca outra tal se fez nesta terra" (Navarro *et al.*, 1988:231). Em 1559, ocorreu outro grande levante Tupinikín, dessa vez na capitania de Ilhéus, também contido militarmente. Padre Francisco Pires escreveu então que "chegou o Sr. Governador[-geral] de Ilhéus com muita vitória, glória a Nosso Senhor, porque matando na guerra muitos Negros [*da terra*] e queimando muitas aldeias e cobrando muitas coisas que os Índios tinham em seu poder, que eles mesmos traziam e vinham com muita instância pedir paz" (Navarro *et al.*, 1988:265).

O processo inquisitorial a que Tourinho foi submetido não deixa claro a origem e o meio de obtenção dos escravos declarados na sua incipiente capitania, mas deduz-se que eram indígenas, provavelmente Tupinambá (Tupinikín ou não), adquiridos via *resgate*. O donatário insinua que havia paz com os seus vizinhos nativos, pois "dizia ao povo quando lhe vinha falar em guerra que não houvessem medo que Nosso Senhor tinha cuidado deles e que fosse trabalhar e fazer o que havia de fazer" (*apud* Britto, 2000:176). Entretanto, vários depoimentos no processo mencionam fugas de escravos e declararam que pairava uma grande insegurança quanto a possíveis ataques indígenas. Por exemplo, o "cavaleiro fidalgo" Pedro Correa declarou ter alertado o donatário "sobre fortalecer e buscar mantimentos para a vila [de Porto Seguro] por estar desapercebida e haver fama de guerra com o gentio". Tourinho, por sua vez, teria respondido que "sabia de Deus que não havia de haver guerra daquele dia a trinta anos" (*apud* Britto, 2000:155; *apud* Dias, 1924:276). Outra declaração do gênero é encontrada em um depoimento de um certo Duarte Fernandez, no qual relatou que a capitania tinha estado "em alvoroço de guerra por algumas vezes" e que alguns colonos haviam alertado Tourinho que seria "bom andar a recado" (*apud* Britto, 2000:199).

A propósito, um interessante indício de que a capitania não estava propriamente em paz, e de fato pairava preocupação quanto a ataques, é proporcionado por testemunhos no processo que mencionam a existência de uma "porta da vila". Dessa afirmação deduz-se que a vila de Porto Seguro estava cercada por alguma estrutura defensiva, tal como uma paliçada ou muralha de adobe e talvez já acumulasse uma série de atritos com os Tupinikín por conta, principalmente, da radicalização das práticas escravistas dos seus habitantes. Nada mais se sabe sobre essa estrutura, pois não há menções sobre a sua existência em outras fontes primárias e se desconhece vestígios arqueológicos da mesma. Entretanto, padre Navarro sugere, em uma carta de 19 de setembro de 1553, que pelo menos uma outra vila da capitania de Porto Seguro era também murada. Ao descrever uma série de incêndios criminosos lá ocorridos, ele relata que "noutra vila principal (...) saltou o fogo subitamente e queimou quase toda a vila dos *muros adentro* [grifo nosso]" (Navarro *in* Leite, 1940:156-157).

De qualquer maneira, a capitania de Porto Seguro, até pelo menos o ano de 1550, ainda apresentava sérias dificuldades para constituir-se enquanto um espaço colonial economicamente viável e relevante. Como se depreende de duas cartas enviadas de lá para D. João III, a indústria açucareira não experimentara efetivo desenvolvimento até então e o pau-brasil ainda era principal produto de exportação. Na primeira carta, datada de 28 de julho de 1546, Tourinho solicita ao rei o envio de artilharia, pólvora e munição de guerra e justifica essa demanda dizendo que "ainda agora ao presente somos cá tão pobres que não podemos fazer nada sem ter favor e ajuda sua e tanto que os engenhos se acabarem [de construir], eu espero em Deus, V. A. ter aqui um novo Reino e muita renda em breve tempo" (*apud* Dias, 1924:266-267). Essa situação é confirmada por depoimentos no processo inquisitorial, pois há neles diversos relatos sobre as lamentações do donatário diante de enchentes, acidentes, falta de mão-de-obra etc. que impediam a produção açucareira de tornar-se rentável de fato.

Já na segunda carta, de 14 de julho de 1550, um certo Duarte de Lemos pondera as graves conseqüências que teria um mandato régio exigindo que "nenhuma pessoa cortasse nem carregasse [pau-]brasil e os que tinham licença (...) para o carregarem fossem carregar ao Potiguar e ao Rio de Janeiro". Nessa carta, Lemos explica que "os armadores desta capitania e moradores dela não tinham outro reparo para pagarem fretes de seus navios por ainda haver pouco açúcar se não o [pau-]brasil que carregavam os que tinham licença de V. A.". Finalmente, ele solicita e alerta ao rei "que aja por bem não havendo de carregar com as licenças que se carregue de [pau-]brasil para V. A. pagando lhe seu frete e venda assim se parecer bem a V. A. e seu serviço restaurar se há esta capitania. De outra maneira despovoar se há" (*apud* Dias, 1924:267).

A COMPANHIA DE JESUS

No final da década de 1540, a experiência do sistema de capitanias hereditárias no Brasil acumulava uma longa lista de reveses relacionados a problemas muito mais graves do que os que acarretaram o infortúnio de Tourinho. Não obstante o relativo sucesso alcançado pelas capitanias de São Vicente e Pernambuco, as demais enfrentavam toda a sorte de dificuldades relacionadas à produção açucareira, extração de recursos naturais, conflitos com indígenas, invasões estrangeiras, abastecimento, perda de colonos etc. Diversas capitanias sequer haviam sido ocupadas, seja por conta

de trágicas desventuras que ceifaram as expedições colonizadoras, seja por pura e simples negligência dos donatários. A situação da capitania da Bahia também não constituía exceção. A despeito das excelentes condições de que gozava em 1534, quando o seu primeiro e único donatário, Francisco Pereira Coutinho, recebeu a *carta de doação* e *foral*, essa capitania teve os primórdios da sua colonização marcados por diversas decisões equivocadas e crescentes conflitos com indígenas e entre colonos. Em 1545, um motim havia forçado Coutinho a abandonar os últimos bastiões da sua capitania – tomados pelos Tupinambá logo em seguida – e a viver por cerca de um ano sob a guarida de Tourinho em Porto Seguro. Uma carta do seu anfitrião, datada de 28 de julho de 1546, descreveu ao rei o evento que selaria o destino de Coutinho e seria tributário de importantes transformações na colonização do Brasil. Através dela, Tourinho relatou em tom nitidamente preocupado que certo Diogo Álvares "galego língua que lá [na capitania da Bahia] era morador" havia desembarcado na vila de Porto Seguro com desconcertantes notícias. Esse antigo aliado e vizinho de Coutinho – que Tourinho não reconheceu como sendo o lendário Caramuru – vinha alertar que havia partido da baía de Todos os Santos:

> uma nau da França haveria dois ou três dias os quais fizeram amizade com os brasis e levou toda a artilharia e fazenda que ali ficou e concertaram com os brasis de tornar dali a quatro meses com quatro ou cinco naus armadas e muita gente a povoar a terra por causa do [pau-]brasil e algodões que há e reedificarem as fazendas e engenhos (*apud* Dias, 1924:266-267).

Coutinho, diante de tão grave ameaça, das pressões do seu anfitrião e provavelmente temeroso de ser responsabilizado pela eventual tomada da capitania da Bahia por franceses, partiu na sua direção. Se estava acompanhado por homens de Tourinho e provido com a "artilharia, pólvora e munição de guerra" que ele requisitara na citada carta de 28 de julho de 1546, não sabemos. Sabe-se apenas que jamais chegou ao seu destino, pois naufragou na costa da ilha de Itaparica e acabou devorado pelos seus velhos inimigos Tupinambá.

Esse trágico evento, envolvendo um fidalgo português em ultramar, parece ter sido a gota d'água para a reestruturação, mesmo que parcial, da colonização do Brasil. Para tanto, D. João III instituiu um modelo de gestão mais centralizado, baseado em um corpo burocrático constituído por funcionários públicos e mais afeto aos princípios administrativos dos Estados modernos. Denominado *Governo Geral do Estado do Brasil*, ele teria como sede a própria capitania da Bahia, adquirida dos herdeiros de Coutinho no início de 1549 e batizada capitania da Bahia de Sua Majestade (SEI, 2001). Mesmo que funcionando concomitantemente ao sistema de capitanias hereditárias, o governo geral

enfraqueceria, ao menos em tese, o *logos* feudalista que o caracterizava e permitiria uma maior presença e controle da Coroa e da Igreja na colônia. Como escreveu, em 1627, frei Vicente do Salvador (1889):

> Depois que El-Rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho, e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas, e outras qualidades que tinha para ser povoada; e juntamente estar no meio das outras capitanias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem, e fossem governadas. Para o que mandou fazer uma grande armada, provida de todo o necessário para a empresa, e por Capitão-Mor Tomé de Souza, do seu conselho, com título de Governador de todo o Estado do Brasil, dando-lhe grande alçada de poderes, e regimento, em que quebrou os que tinha concedido a todos os outros Capitães proprietários, por no cível e crime lhes ter dado demasiada alçada (p.59).

O *governador-geral e capitão-mor* desembarcou nas ruínas da vila erigida por Coutinho, "logo à entrada da barra" da baía de Todos os Santos, em 29 de março de 1549, trazendo consigo "alguns criados Del-Rei que vinham providos em outros cargos (...) sacerdotes, e seculares, (...) mais alguns homens casados, e mil de peleja, em que entravam quatrocentos degradados" (Salvador, 1889 [1627]:59).

Em meio a esse numeroso grupo, que edificaria a cidade de Salvador, desembarcaram seis missionários de uma jovem ordem religiosa – a Companhia de Jesus – que contribuiria de forma capital para a constituição de muitas das feições do nosso país e, particularmente, do Extremo Sul da Bahia. Criada por Inácio de Loyola e instituída pela bula papal *Regimini militantis Ecclesiae* de 27 de setembro de 1540, ela enviava então à *India Brasilica* o primeiro grupo de padres e irmãos – encabeçado por Manoel da Nóbrega – dos muitos que aqui aportariam ou seriam formados. A sua missão precípua: "doutrinar, e converter o gentio" (Salvador, 1889 [1627]:59).

Poucos meses depois, em 6 de janeiro de 1550, Nóbrega redigiria um relato sobre as atividades de catequese já realizadas por ele e seus pares nas capitanias da Bahia, de Ilhéus e de Porto Seguro. Residindo na vila de Porto Seguro com o irmão Diogo Jácome desde novembro ou dezembro de 1549, ele constatou "toda a terra revirada por muitas inimizadas" decorrentes provavelmente do processo inquisitório a que foi submetido Tourinho e, assim sendo, buscava contemporizá-las (p.106). Nessa carta, Nóbrega (1988 [1550]) também declara que:

> Neste Porto Seguro e em Ilhéus encontrei uma certa gente que é casta de Topinichins, entre os quais existem muitos dos nossos e dos naturais, ainda que os Cristãos tenham muitos maus exemplos e escândalos, e me parece gente mais mansa que a da Bahia e se mostram sempre amigos; e entre esses há cerca de 20 ou 30 cristãos e alguns que foram batizados por certos padres [franciscanos] que mandou a boa memória d'El-rei Dom Manuel a este país, os quais Padres foram mortos por culpa dos mesmos Cristãos, segundo ouvi. Vivem eles à maneira de gentios, por carência de quem lhes aponte a verdade, e posto venham alguns à missa na matriz, seria necessário que alguns Irmãos

> houvessem por ajudar os Cristãos e mesmo converter os Gentios. Visitei algumas aldeias deles e acho-lhes bons de desejos de conhecer a verdade; e instavam para que ficasse no meio deles, e se bem que seja difícil fazer desarraigar aos mais velhos as suas más usanças, com os meninos, porém, se pode esperar muito fruto, porque não se opõem quase nada a nossa lei e assim me parece que esteja aberta a porta para muito ajudar as almas nesta terra (p.107).

Entretanto, Nóbrega também observou que apesar das muitas relações entre colonos portugueses e indígenas Tupinikín – envolvendo inclusive o concubinato e a miscigenação –, a maior parte dos primeiros chamava aos últimos de "cães e fazem-lhes todo o mal". E mais:

> toda intenção que trazem é de os enganar, de os roubar, e por isso permitem que vivam como Gentios sem a ciência da lei e têm praticado muitos desacatos e assassínios, de sorte que quanto mais males fazem (...) é de todo perdido nesta terra o zelo e a claridade para com as almas que tanto ama o Senhor.
>
> E daí vem o pouco crédito que gozam os Cristãos entre os Gentios, os quais não estimam mesmo nada, se não vituperam aos que de primeiro chamavam santos [*carahyba*?] e tinham em muita veneração e já tudo o que se lhes desacreditam ser manha ou engano e tomam à má parte. Esses e outros grandes males fizeram os Cristãos com o mau exemplo de vida e a pouca verdade nas palavras e novas crueldades e abominações nas obras. Os Gentios desejam muito o comércio dos Cristãos pela mercancia que fazem entre si do ferro e disto nascem da parte destes tanta coisa ilícita e exorbitantes que nunca as poderei escrever, e não pequena dor sinto n'alma, máxime considerando em quanta ignorância vivem aqueles pobres gentios e que pedem o pão de Deus e da Santa Fé, sem haver *qui frangat* eis (p.107-108).

Nessa mesma carta, Nóbrega também narra outros abusos e descasos de religiosos e seculares em relação aos nativos, critica fortemente as suas práticas escravistas e deixa claro, ao contrário dos depoimentos no processo inquisitorial de Tourinho, que todos os cativos eram "Gentios" e que pairava, de fato, um grande temor de ataques pelos seus pares. Concluindo essa carta, ele declara que:

> Dizem que aqui se encontrará grande quantidade de ouro que pelas poucas forças dos Cristãos não está descoberto, e igualmente pedras preciosas. Deus queira que o verdadeiro tesouro e as verdadeiras jóias, isto é, as almas suas que estão nas trevas, comecem a ver a luz como esperemos que será, mediante a sua misericórdia (p.112-113).

Essa perspectiva acerca da situação dos colonos e indígenas na capitania de Porto Seguro seria reforçada em diversas cartas e relatórios de outros jesuítas – como Leonardo Nunes em 1551, João de Azpilcueta Navarro em 1553 e Ambrósio Pires em 1555 –, mas não arrefeceria o ânimo da Companhia de Jesus (Leite, 1940 e 1945; Navarro *et al.*, 1988). Ao contrário, constituir-se-ia em uma das grandes motivações do maior e mais longo esforço de conversão religiosa que esse espaço já conheceu. Durante mais de dois séculos, os missionários jesuítas, não obstante o seu reduzido número e

alguns momentos de ausência, sustentaram um impressionante programa de catequese sempre organicamente imbricado à sua notável mobilidade e produção espacial. Essa característica da Companhia de Jesus, observada em todos os espaços coloniais onde se fez presente, tem sido objeto de muitos estudos, mas cabe aqui uma breve síntese de três das suas principais modalidades. A saber: as *missões*, *reduções* e *colégios* ou *residências*.

A modalidade *missão* não foi de uso exclusivo da Companhia de Jesus, mas alcançou o seu apogeu no Brasil por obra dos padres e irmãos jesuítas. Ela consistia em um programa de visitas regulares dos missionários a aldeias indígenas situadas em um dado território com vistas à realização de pregações, conversões, batismos, casamentos, extrema-unções etc. Uma vez que as *missões* foram iniciadas em regiões costeiras habitadas por etnias Tupinambá e Guarani, fez-se necessário, como já dito, a proficiência na *lingoa brasilica*. Padre Navarro, que chegou à colônia juntamente com padre Manoel da Nóbrega, parece ter sido o primeiro jesuíta a aprendê-la. Em carta de 1551, ele revela que o principal tributário dos seus conhecimentos foi "um homem de boas partes antigo na terra [da capitania de Porto Seguro], e tinha dom de escrever a língua dos Índios que foi para mim grande consolação" (Navarro *et al.*, 1988:97). Esse contato o permitiria ser o primeiro a verter para a *lingoa brasilica* "a criação do mundo e a encarnação e os demais artigos da Fé e mandamentos da Lei e ainda outras orações, especialmente o Padre Nosso" (p.80) e dar uma significativa contribuição para os primeiros trabalhos de catequese. A necessidade de dominar esse idioma e o acúmulo de saberes sobre ele por meio de obras como a referida *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* repercutiram inclusive na formação dos jesuítas a serem enviados para cá, pois o seu estudo tornou-se matéria obrigatória (Anchieta, 1988; Navarro *et al.*, 1988).

Contudo, as *missões* realizadas pela Companhia de Jesus não se apoiavam apenas na oratória dos seus padres e irmãos, mas também no seu amplo domínio de uma série de questões do mundo material. Esses missionários, versados em conteúdos de diversas ciências e artes – graças à rigorosa formação que recebiam e aos próprios antecedentes seculares de muitos –, foram os principais depositários nas colônias dos conhecimentos acumulados até então pelos europeus e atuaram também como médicos, farmacêuticos, biólogos, arquitetos, músicos, artistas etc. (Oliveira, 1988). Essa condição também deve ter lhes possibilitado tornarem-se grandes rivais dos *carahyba* Tupiguarani, pois tudo indica que foram tomados, nas muitas andanças e pregações, por uma versão ainda mais poderosa desses xamãs.

Outro aspecto curioso das *missões* realizadas pelos jesuítas foi o freqüente emprego, desde 1550, dos chamados órfãos do Reino ou órfãos da Corte. Como o nome indica, tratava-se de meninos órfãos portugueses, e posteriormente brasileiros, entregues

aos cuidados da Companhia[124]. Considerados como peças-chave na conversão, eles recebiam a devida educação e eram utilizados em contatos iniciais com aldeias, de forma a demonstrar uma abordagem não-belicosa. Essas crianças e adolescentes também eram instruídos a se mesclarem às crianças indígenas e atuavam assim como importantes vetores de colonização cultural dos mais jovens[125]. Nóbrega foi um dos jesuítas que mais cedo adotaram esse expediente nas suas *missões* e, conforme escreveu padre Pero Correa em 1554:

> foi o padre Nóbrega, levando um Irmão consigo e quatro meninos, e em sua peregrinação tinha esta maneira que, quando entravam em alguma aldeia dos Índios, um dos meninos levava uma cruz pequena levantada, iam cantando as ladainhas, e logo se juntavam os meninos do lugar com eles. Maravilhava-se muito a gente de coisa tão nova e recebia-os muito bem (Navarro *et al.*, 1988:163).

Já a modalidade *redução* – do latim *reducere*, "reconduzir, tornar atrás, retirar, reproduzir, renovar, acompanhar, trazer, levar, recolher, reconciliar" (Firmino, s/d:490) – correspondia, como indica a sua etimologia, a um assentamento onde os indígenas eram reconduzidos à *Fé*, à *Lei* e ao *Rei*. Em linhas gerais, as *reduções* eram estabelecidas através de dois processos. No primeiro, a ação jesuítica *per modum missionis* eventualmente cristianizava uma aldeia e produzia assim um espaço colonizado e potencialmente apto à reprodução da cultura européia dentro e fora dos seus domínios. Conforme as características sócio-espaciais dessa aldeia, ela podia transformar-se em um ponto de atração e abrigo de indígenas habitantes de áreas contíguas que eram convencidos pelos missionários a *descer do sertão* e viver nessas *reduções*. Esse processo, denominado *descimento*, pode ter sido potencializado em muito pela crença dos Tupinambá e Guarani na mitológica *Terra-sem-Mal* propalada pelos seus *carahyba* e re-apropriada por missionários jesuítas. O segundo processo através do qual se estabelecia uma *redução* consistia em escolher um sítio desabitado nas imediações de um máximo de aldeias e nele se construir uma ermida e habitações para os missionários e indígenas cristianizados que geralmente os acompanhavam. Do mesmo modo que o primeiro tipo de *redução*, elas passavam a abrigar um número crescente de indígenas *descidos* e *resgatados* pelos jesuítas de territórios não-cristianizados.

---

[124] Os sete primeiros órfãos enviados de Portugal chegaram ao Brasil em meados de 1550, trazidos pelos quatro padres que integraram a chamada 2ª expedição Missionária.

[125] Os órfãos que se destacavam na catequese e demonstravam vocação religiosa podiam chegar à condição de padres da Companhia de Jesus como se lê em uma carta de padre Antônio Blasquez datada de 13 de setembro de 1564. Nela o autor descreve uma importante cerimônia religiosa com a participação do Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão, na qual ocupavam posições de destaque os padres jesuítas Antonio de Pina e João Pereira. Ambos teriam chegado ao Brasil na condição de órfãos "haverá 9 ou 10 anos" e "desde meninos se criaram com estes índios, ensinando-os e doutrinando-os na fé cristã" e "saíram, pela bondade do Senhor, idôneos ministros da conversão das gentes" (Navarro *et al.*, 1988:447). A necessidade de se criar meios mais efetivos para o sustento desses órfãos e dos padres da Companhia levaria Tomé de Souza, atendendo à reivindicações de Nóbrega, a doar em 21 de outubro de 1550 a primeira terra de sesmaria concedida no Brasil à Companhia de Jesus. O seu nome: Água dos Meninos, hoje área urbana da cidade de Salvador.

Esses assentamentos proporcionavam múltiplas vantagens para os missionários jesuítas – e, por extensão para os colonizadores portugueses –, pois a concentração de indígenas em um mesmo espaço facilitava a sua conversão, permitia o seu controle social, facultava o desenvolvimento de atividades econômicas de maior envergadura e contribuía para a defesa dos domínios nas suas imediações. E mais, as *reduções* geralmente constituíam não pontos isolados no espaço, mas uma rede econômica e militar integrada à rede de vilas, povoados, engenhos e trapiches de cada capitania. Portanto, percebe-se que os jesuítas eram responsáveis não apenas pelo governo espiritual dos indígenas *reduzidos*, mas também pelo seu governo temporal e, particularmente, pela "repartição dos trabalhadores indígenas pelos serviços, tanto da aldeia, quanto para moradores e para a Coroa" (Perrone-Moisés, 1992:119). A propósito, o padre Antônio Blasquez, em uma carta de 1558, relatou que uma das primeiras providências tomadas por Mem de Sá ao desembarcar em Salvador, como terceiro governador-geral do Brasil, foi solicitar aos jesuítas que quatro aldeias Tupinambá localizadas a maior distância da capital fossem transferidas para os seus arrabaldes "para que com isto pudessem mais facilmente ser ensinados daqueles que estavam aqui mais perto da cidade, e, a todos os que pode, obriga que não comam carne humana, e os faz ajuntar em grandes povoações" (Navarro *et al.*, 1988:214).

A modalidade denominada *colégio* ou *residência*, por sua vez, seria a mais conhecida dos brasileiros graças à sua tradução espacial: monumentais conjuntos arquitetônicos erigidos em vilas e cidades coloniais e consistindo em uma igreja e um edifício anexo com espaços de ensino, oficinas, armazéns, dormitórios, cozinha, claustro etc. (Figura 167). O seu papel era servir como sede da Companhia de Jesus em um determinado território e, simbolicamente, como pólo de irradiação dos poderes e projetos divinos e seculares. Diferentemente das *missões* e *reduções*, essa modalidade espacial não era voltada apenas para a conversão e colonização dos indígenas, mas também para o pastoreio, ensino e controle social dos colonos. Quando os jesuítas desembarcaram pela primeira vez no Brasil, e à medida que foram fixando-se nas vilas-sede das capitanias, lhes foi facultada pelos administradores locais a escolha dos sítios que julgassem mais convenientes para a construção desses edifícios. Conscientes do papel capital que representavam – e dotados de uma impressionante sensibilidade arquitetônica – os jesuítas foram capazes de selecionar espaços com grandes qualidades em termos de inserção tanto urbana quanto paisagística. Não é por outra razão que essas obras foram localizadas de forma a verem e serem vistas de um máximo de pontos nas suas imediações e, ainda hoje, as remanescentes impressionam pela sua monumentalidade. No entanto, deve-se destacar que apesar das muitas similaridades dessas produções arquitetônicas, elas foram denominadas diferentemente conforme a

sua posição hierárquica na rede sócio-espacial jesuítica. Ao passo que os *colégios* funcionavam como centros cuja jurisdição ultrapassava os limites da capitania onde haviam sido edificados e contavam com dotação pela Coroa (os da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco), as *residências* tinham atuação mais restrita e sujeita a um *colégio* (como as de Porto Seguro e Ilhéus, ligadas ao Colégio da Bahia) (ABN, 1897; Leite, 1945 [I] [V]; Oliveira, 1988).

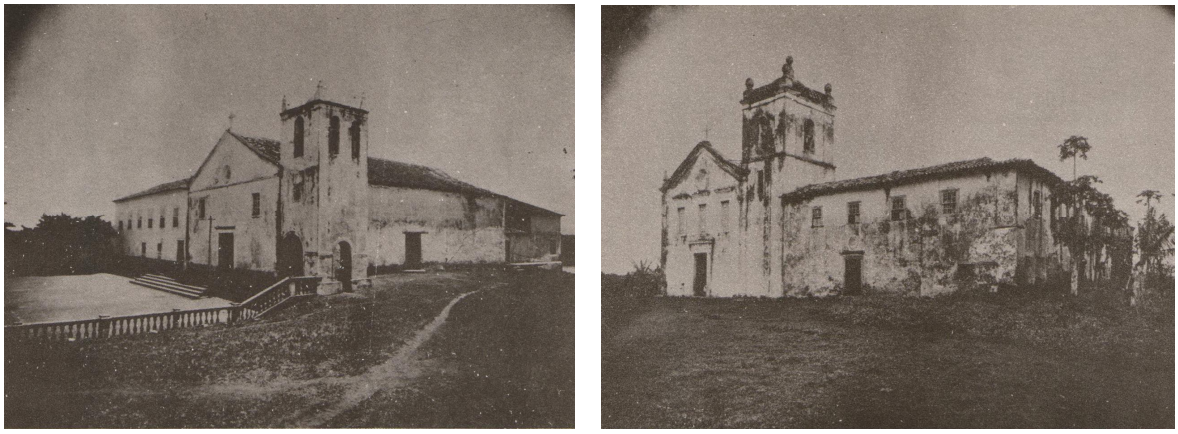


Figura 167: a) a Residência de N. S. da Assunção, na cidade de Anchieta (ES); b) a Residência dos Reis Magos, na cidade de Nova Almeida (ES).
Fonte: fotografias em Oliveira (1988:84), s/d.

Apesar de haver evidências documentais indicando que a ampla rede sócio-espacial estabelecida pela Companhia de Jesus na capitania de Porto Seguro foi inaugurada quando uma das edificações da capital lhe foi cedida como sede provisória, tudo indica que a primeira obra de arquitetura dos seus missionários foi a Igreja de N. S. d'Ajuda. Erigida muito provavelmente na porção do tabuleiro da Formação Barreiras onde se encontra hoje a vila de Arraial d'Ajuda – e no mesmo sítio ocupado pela igreja homônima desde pelo menos a segunda metade do século XVIII –, ela tem as sua fundação e resistência a toda a sorte de infortúnios cercada de referências a milagres atribuídos ao seu orago (Figura 96, Figura 168, Figura 169, Figura 170).

Dados os prováveis recursos dos missionários que erigiram a sua primeira versão e o pouco tempo que a obra parece ter consumido, ela deveria consistir em uma pequena e modesta ermida de paredes de taipa e cobertura de palmas. Depreende-se da documentação disponível que a sua autoria cabe ao padre Francisco Pires e ao irmão Vicente Rodrigues, em 1551. Essa data não é explicitada em nenhuma fonte do período, mas pode ser estipulada considerando três elementos: primeiro, que Pires chegou ao Brasil em 1550 na chamada 2ª Expedição Missionária (Leite, 1945 [I]:560-561); segundo, que uma carta do padre e mestre de obras Affonso Braz, residente em Porto Seguro entre novembro ou dezembro de 1550 e março de 1551, oferece um relato sobre os

trabalhos que lá realizou, mas não há qualquer menção à construção ou existência de uma ermida jesuítica naquele espaço (Navarro *et al.*, 1988:113-115); terceiro, que em uma carta do padre Antônio Pires, datada de Pernambuco em 2 de agosto de 1551, pela primeira vez se encontra uma referência a esse santuário, aos milagres do seu orago e as romarias que desde então atrai. Como se lê nessa carta:

> Francisco Pires está em Porto Seguro, e com ele esteve até agora Vicente Rodrigues e veio agora a comunicar com o padre Nóbrega em esta costa algumas coisas, em a qual adoeceu, e não pode mais tornar. Fez ermida ali, da qual a gente é mui visitada de romarias. Diz-se por toda a costa que uma fonte que se abriu depois da fundação da ermida, dá saúde aos enfermos[126] (Navarro *et al.*, 1988:107).

Desconhecemos documentos quinhentistas que explicitem as razões que teriam levado os jesuítas a fundarem a Igreja de N. S. d'Ajuda nesse sítio, mas é factível que foram motivados pelas suas características naturais – como a proeminência na paisagem –, pela sua proximidade da adjacente vila de Santo Amaro e da povoação de São Tiago do Alto/Igtororém e pela possibilidade de funcionar como um ponto de apoio à catequese de indígenas em aldeias ao sul do rio Buranhém. Padre Ambrósio Pires, que chegou a residir nesse edifício, demonstra em uma carta de 15 de junho de 1555 que a presença de missionários nesse espaço era realmente necessária devido aos muitos "pecados" cometidos pelos colonos e à necessidade de "pacificação" dos indígenas habitando os arredores.

> Como eu chegasse [em 1553, na 3ª Expedição Missionária], mandaram-me logo para este lugar que chamam Porto Seguro, bem que o não seja para os que ali vivem em seus pecados, e comigo veio o nosso irmão Antonio Blasques, que se encarregou de ensinar a doutrina cristã aos Índios da terra e aos escravos e meninos, fazendo com eles suas procissões e mais ensinando-os a ler e a escrever. Quanto a mim, tomei conta da pregação e confissão e, por graça de Deus, muitos amancebados casaram-se com suas amigas, muitas rixas se acabaram, muitas injúrias esquecidas (...). Aqui há uma casa da Companhia da invocação de Nossa Senhora da Ajuda, de muito boa ajuda e de grande devoção. Aí se reúnem aos sábados os habitantes de duas ou três vilas, entre os quais demora a dita igreja; pelo que está o seu tanto exposta aos perigos da guerra que repetidas vezes movem os índios que são inumeráveis contra os cristãos.
>
> Está a nossa casa a pouca distância deles, como os quais fazemos mais minguado fruto do que desejáramos, por ser em extremo difícil tirá-los das guerras e do costume de se comerem uns a outro, bem que dêem mostras de querer o batismo; mas nisto pomos todo o escrúpulo, porque não voltem, com o exemplo de outros, à suas antigas usanças. Nesta casa, pois, levei um ano inteiro com dizer missas e pregar as festas nos domingos em as

[126] Entretanto, Vicente Rodrigues, em carta de 1552, alega que essa fonte supostamente milagrosa teria surgido durante as obras da ermida, pois: "Estando dois padres em Porto Seguro fundando uma casa, e não tendo água que fosse boa para beber, desejavam ali perto uma fonte. Quis Deus que neste comenos caiu um monte e com o abrir da terra se abriu a mais formosa fonte que agora há naquela terra. E porque a casa que fundavam é da invocação de Nossa Senhora, se chama a mesma fonte entre os cristãos e gentios da mesma senhora" (Navarro *et al.*, 1988:145). Já Anchieta (1988 [1584]) afirma que: "légua da povoação dos portugueses, se fez a casa de Nossa Senhora d'Ajuda, onde milagrosamente ela deu uma fonte d'água que parece procede de debaixo do altar, onde se fizeram e fazem continuamente muitos milagres e é casa de grandíssima romaria e devoção, porque quase quantos enfermos lá vão e se lavam com aquela água saram, e os que não podem lá ir mandam por ela e bebendo-a faz o mesmo efeito" (p.325).

vilas, estando cada uma delas a cerca de duas milhas da casa, pois não havia outro sacerdote que fizesse esse mister (...). Tem essa igreja um belo altar da Saudação de Nossa Senhora, e uma bela fonte, muito amada de nosso padre Manoel da Nóbrega. Quando se edificava a casa, esta fonte se abriu (ao que parece) milagrosamente (...), bebendo da qual vários enfermos sararam e todos os sem mais se curam. Se isto houvesse acontecido em outro lugar, tornava-se objeto de grande devoção, qual outra Guadalupes.

O sítio onde jaz é muito bom e salubre e tem bela vista sobre o mar; há só a inconveniência de estar separado das terras pelas guerras, que já três vezes sucedeu, logo ao primeiro sono, virem os nossos devotos pedir que arranjássemos, como pudéssemos, as nossas coisas, e que fossemos para o povoado, por causa dos movimentos dos índios, bem que a misericórdia de Deus lhes tenha mão nestes desejos (Navarro *et al.*, 1988:166-168).



Figura 168: vista aérea do núcleo histórico da vila de Arraial d'Ajuda, da Igreja de N. S. d'Ajuda, da planície costeira adjacente e do oceano (c.1980).
Fonte: fotografia de autor desconhecido, s/d.



Figura 169: a Igreja de N. S. d'Ajuda e, à esquerda, a sua Casa Paroquial.
Fonte: fotografia do autor, em 1995.



Figura 170: a fonte de N. S. d'Ajuda e, no alto à direita, parte da fachada posterior da Igreja de N. S. d'Ajuda. Observação: essa fonte está situada em uma encosta da Formação Barreiras e lindeira ao acesso norte a Arraial d'Ajuda; o edifício que a abriga foi construído em 1929 ou 1930. Fonte: fotografia do autor, em 1999.

Em 1552, durante uma visita que Tomé de Souza fez à vila de Porto Seguro na companhia do padre Manuel da Nóbrega, foi definido, junto aos "homens principais da capitania", um sítio para a construção de uma *residência* definitiva para a Companhia de Jesus nessa capitania (Leite, 1945 [I]:197). Erigida provavelmente no espaço onde se encontra a Igreja de São Benedito e as ruínas do que foi essa *residência* no seu apogeu, ela foi batizada em invocação a São Pedro e experimentaria diversos momentos de uso e abandono até ser reconstruída, na década de 1620, sob a denominação que ostentou até o seu fim: a Residência do Salvador (Figura 161, Figura 171, Figura 179, Figura 180).

Em carta de 1555, padre Ambrósio Pires lamenta que a Residência de São Pedro já padecia de tamanha carência de recursos que os missionários tinham sido obrigados a "vender os bérnios, que [os órfãos] traziam, para lhes dar a comer" (*apud* Leite, 1945 [I]:198). Serafim Leite (1945) sustenta que a ausência de informações sobre ela na documentação jesuítica no período entre 1556 e 1563 indica que ficou sem padres e irmãos. Em 1563, a Câmara da vila de Porto Seguro solicitou a Salvador o envio de religiosos da Companhia de Jesus, teve o seu pedido atendido no mesmo ano, quando lá desembarcam os padres Francisco Viegas e Antônio Gonçalves para retomar o funcionamento da *residência*. Em uma carta em 15 de fevereiro de 1566, padre Gonçalves detalhou os muitos trabalhos que desenvolviam então sob a liderança de padre Braz Lourenço, designado superior da Residência de São Pedro, e revelou que ela contava então com:

> igreja muito bem consertada, conforme a pobreza da terra e [por] nós estarmos muito pobres de ornamentos, e tanto que com frontais de papel nos servimos e isto ainda por festa (...). O ofício da Semana Santa se fez nesta nossa casa com grande devoção (...), e

> esteve a igreja muito bem armada, principalmente o sepulcro, porque se lhe fez uma casa de cantaria toda, com dois arcos que lhe davam muito lustro; o Santíssimo Sacramento estava em uma charola, que para isso estava ricamente ornada, com todo o ouro que na terra se pode achar; tinha uns degraus muito altos e suntuosos, que lhe davam muito lustro, cobertos de sede de cores que para isso nos emprestaram (Navarro *et al.*, 1988:502-503).

Em dezembro de 1572, a Residência de São Pedro tinha o padre João de Melo como o seu superior, mas parece ter fechado novamente logo em seguida, pois "um menino de sete ou oito anos, resgatado da mão dos Índios, em vez de se ensinar em Porto Seguro, foi para a Baía" (Leite, 1945 [I]:198). Contudo, ela seria reaberta posteriormente, posto que Cardim (1980 [1585]) visitou a capitania de Porto Seguro em setembro de 1583 e relatou que:

> aqui temos casa em que residem de ordinário quatro: tem igreja bem acomodada, e ornada; o sítio é mui largo com uma formosa cerca de todas as árvores d'espinhos, coqueiros, e outras da terra, hortaliça, etc. Toda a casa é aprazível por estar edificada sobre o mar (p.149).

Dois anos depois, em uma *Informação da Província do Brasil* datada de Salvador em 31 de dezembro de 1585 e atribuída à Anchieta (1988), se declara que a Companhia de Jesus tinha na vila de Porto Seguro:

> casa em que vivem de ordinário seis dos nossos: três Padres e três Irmãos. Vivem de esmolas, ajudados da Bahia, como a casa dos Ilhéus. O sítio é amplo de bom prospecto ao mar, tem quatro câmaras térreas forradas e oficinas acomodadas. A igreja é pequena, bem acabada, ornada de bons ornamentos, tem sua cerca grande com muitas laranjas, coqueiros, limões e outros frutos (p.426).



Figura 171: a Igreja de São Benedito e, à sua esquerda, as ruínas da Residência do Salvador, na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia do autor, em 2007.

Não obstante a relevância da Residência de São Pedro e da Igreja de N. S. d'Ajuda na rede sócio-espacial constituída pela Companhia de Jesus na zona costeira da capitania de Porto Seguro no século XVI, o principal trabalho dos seus missionários foi a catequese dos Tupinikín por meio de *missões* e *reduções*. Por conseguinte, os documentos produzidos por esses padres e irmãos são repletos de menções a aldeias habitadas tanto por indígenas *cristãos* quanto por indígenas *pagãos*. Padre João de Azpilcueta Navarro, por exemplo, relatou em uma carta datada de 1551 que havia visitado várias dessas aldeias durante os "três ou quatro meses" que trabalhara em Porto Seguro e observado que algumas tinham formas "alongadas"[127] (Navarro *et al.*, 1988:95). Já o padre Ambrósio Pires, em uma carta de 5 de maio de 1554, foi mais específico e apontou a existência de "quatro ou cinco povoações ao redor de uma légua ou duas ou três" da Igreja de N. S. da Ajuda. Ele também relatou uma outra aldeia, "mais longe, que é onde Braz Teles tem uma fazenda de açúcar que está a sete léguas. A esta ainda não fui senão uma vez e estive nela alguns dias, porque tem aquele mui temeroso e rápido rio em que se afogou aquele bendito frade capuchinho, que cá deixou muito boa fama" (*apud* Leite, 1945 [I]:209). Essa aldeia, portanto, devia estar nas proximidades do engenho que Sousa (2001 [c.1587]) relataria, pouco mais de três décadas depois, ter existido "onde chamam a ponta do Cururumbaba [ou Corumbau]" (p.66).

No entanto, dentre todas as fontes que sabemos versar sobre a capitania de Porto Seguro na segunda metade do século XVI, a que oferece os dados mais detalhados sobre as suas aldeias e população indígenas, e as suas vilas, povoações, engenhos, trapiches e colonos portugueses, é uma *Informação* redigida por um jesuíta anônimo entre 1573 e 1578[128]. Conforme a sua transcrição por Serafim Leite (1945 [I]):

> Tem essa capitania, em si, duas vilas e duas povoações, afora os engenhos e trapiches de pilão.
>
> A principal destas vilas é a de Porto Seguro, a qual tem 78 vizinhos e terá 500 escravos. A vila de Santo Amaro dista desta para a parte do sul três quartos de légua; tem 36 vizinhos e terá 220 escravos. Entre estas duas vilas vai um rio grande, a que chamam Cerianhaia [ou Buranhém], ao longo do qual estão as mais fazendas desta terra, por ser navegável para embarcações. Estão, ao longo dele, três engenhos e três trapiches. Os engenhos, dois deles não fazem açúcar, um por estar todo desbaratado e o outro pouco menos; mas agora o tornam a consertar. O outro e os trapiches são os que fazem algum açúcar. Estão ao longo deste rio quatro aldeias de índios, pequenas, ainda que as três já estão fornecidas de gente que veio do sertão. A mais pequena é uma em que temos uma igreja de S. Mateus, que tem 96 almas. Tem pouca gente, por ser o principal dela no sertão, a buscar a gente que lá tem. Desta aldeia os 60 serão cristãos, os mais deles inocentes. É

[127] Ao mencionar a existência de "aldeias alongadas", Navarro provavelmente se referia às *oca* Tupinikín, descritas por meio desses termos em vários documentos desde a *Carta de Pero Vaz de Caminha*.

[128] Essa *Informação* não traz o nome do seu autor e a data da sua redação. No entanto, Serafim Leite (1945 [I]), o principal estudioso da história da Companhia de Jesus no Brasil, inferiu que é obra de um padre jesuíta. Os seus limites cronológicos foram determinados pelo fato da grafia desse documento remeter ao século XVI, por um evento da "era de 73" ser mencionado e por uma carta de 1578 do padre Luiz da Fonseca também citar uma aldeia com características muito similares às da aldeia de S. Mateus descrita nessa *Informação*.

> gentio este Tupiniquim de muito bom entendimento para caírem nas coisas de Deus. Começaram-se a converter na era de [15]73. Está esta nossa igreja perto da maior parte das fazendas dos portugueses, por onde se pode fazer muito fruto na sua escravaria, havendo quem nisso entenda[129].
>
> Da vila de Santo Amaro para o sul três quartos de légua, está uma povoação a qual chamam Igtororém [ou São Tiago do Alto, segundo Sousa (2001 [c.1587]:66)]. Tem 13 vizinhos, terá 100 escravos. Tem ali um engenho. Este não faz agora açúcar, por falta de gente. Além desta povoação, légua e meia para o sul, está um trapiche que faz honestamente açúcar, por ter gente para isso. Uma légua desta para o sertão está uma aldeia com honesta gente, a qual começa agora a converter. Deste trapiche, três léguas para o sul, estão duas aldeias: uma delas é pequena, a outra terá 1.000 almas ou mais. Destas aldeias, uma légua para o sul, esteve a outra vila com um engenho que chamavam Aun-acema [ou Juacema]. Este destruíram os tapuias [em 1564, segundo Sousa (2001 [c.1587]:66)] e nunca se mais tornou a fazer.
>
> Na vila de Porto Seguro, para o norte meia légua, está outro engenho a que chamam Itaicimirim [ou Itacimirim]. Este já não faz açúcar, por estar já todo desbaratado.
>
> Desta vila para o norte, três léguas, está a povoação de Cerenambitipe. Tem 28 vizinhos; terá 150 escravos. Por outro nome se chama povoação Santa Cruz, porque assim se chamava o outro lugar, onde ela já esteve, que era o engenho da Riaga, que depois foi do Duque de Aveiro. Este engenho queimaram também os tapuias segundo alguns dizem. Nunca mais o Duque o consertou. E assim ficou tudo desbaratado. É este rio de Cerenambitipe mui formoso e grande. Tem algumas águas para engenhos. Duas léguas desta povoação para o sertão estão duas aldeias.
>
> São estas aldeias por todas 9. Terão de quatro mil almas para cima. A mais longe delas esta seis léguas de Porto Seguro.
>
> Falta a esta capitania, para ser boa, ter senhor que se doa dela para a povoar, porque do mais tem muito pau de Brasil e está muito perto das povoações dos portugueses e, tirando o de Pernambuco, ele é o melhor. Tem muitas águas para engenhos. É verdade que as terras ao longo do mar são fracas, por ser antigamente mui povoada de gentio; mas três léguas para o sertão vão muitas terras boas (*apud* Leite, 1945 [I]:209-211).

Como se lê nessa *Informação*, apenas quatro das oito povoações declaradas por Pero do Campo Tourinho em 1547 continuavam a existir, duas tinham arruinado e as demais não são sequer mencionadas. Apenas dois engenhos e quatro trapiches continuavam ativos, alguns precariamente. Cento e cinqüenta e cinco *vizinhos* habitavam esses assentamentos, servidos por quase 1.000 escravos cuja totalidade ou maioria deveria ser constituída por indígenas, visto que a presença de africanos nesse espaço só seria registrada a partir da citada *Informação da Província do Brasil*, datada de 31 de dezembro de 1585 e atribuída à Anchieta (1988). Ao seu redor, existiam pelo menos nove aldeias que somavam uma população de pelo menos 4.000 Tupinikín e, portanto, perfaziam uma proporção de mais de 25 indígenas livres por *vizinho* português.

Uma das aldeias que o jesuíta anônimo declarou existirem ao longo do rio Buranhém, e estarem recebendo *descimentos*, era muito provavelmente a que seria

[129] Cardim (1980 [1585]), conforme relatou na sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, visitou essa aldeia de São Mateus em setembro de 1583. No entanto, ele afirma que a aldeia "dista cinco léguas da vila [de Porto Seguro para o sul], por caminho de uma alegre praia" (p.148).

denominada, pouco depois, aldeia do Espírito Santo. Situada em um tabuleiro da Formação Barreiras na margem esquerda desse rio, e a cerca de 30 km da vila de Porto Seguro, ela foi uma das importantes *reduções* jesuíticas na capitania e parece ter apoiado a vanguarda da catequese de indígenas habitando o *sertão*. Essa aldeia ou *redução*, também chamada Patatiba, seria elevada à categoria de vila na fase Pombalina e é hoje, sob a denominação de vila de Vale Verde, sede de um distrito do município de Porto Seguro e sítio urbano tombado pelo IPHAN (Figura 172, Figura 173).



Figura 172: o núcleo histórico da vila de Vale Verde, na margem direita do rio Buranhém, no município de Porto Seguro.
Fonte: fotografia de Márcio Vianna, em 1999.



Figura 173: casario do núcleo histórico da vila de Vale Verde.
Fonte: fotografia do autor, em 1999.

Percebe-se, no entanto, que inexistência nessa *Informação* de qualquer menção a aldeias nos espaços onde seriam registradas, poucos anos depois, as aldeias de Santo

André e São João Batista, importantes *reduções* da capitania de Porto Seguro. A aldeia de Santo André pode ter sido núcleo de um povoado homônimo, situado hoje na planície costeira junto à margem esquerda da foz do rio João de Tiba, bem como núcleo do povoado de Santo Antônio, situado na planície costeira na margem esquerda da foz do rio Santo Antônio, também na orla norte do município de Santa Cruz Cabrália. Padre Fernão Cardim (1980 [1585]) a visitou essa aldeia em setembro de 1583 e, conforme registrou na sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, ela estava a cargo dos seus colegas sediados na vila de Porto Seguro e distante da mesma "cinco léguas (...) junto de um rio caudal, e da vila Santa Cruz" (p.148). No entanto, essa informação é contraditória, pois conforme a distância declarada, a aldeia de Santo André estaria junto ao rio Santo Antônio, cerca de 30 km ao norte da vila de Porto Seguro e 10 km da vila de Santa Cruz, e não junto à última. Portanto, de duas, uma: ou Cardim simplesmente equivocou-se quanto a tal distância ou tinha uma noção bastante flexível do termo "junto" e a aldeia estava às margens do rio Santo Antônio, provavelmente onde se encontra hoje o povoado de Santo Antônio (também chamado Santo André em algumas fontes) (Figura 174).



Figura 174: vista aérea do povoado de Santo Antônio, na margem esquerda da foz do rio Santo Antônio, na orla norte do município de Santa Cruz Cabrália (c.2005).
Fonte: edição de fotografia de Marcelo Miranda, s/d.

Já a aldeia de São João Batista, situada em um tabuleiro da Formação Barreiras na margem direita da foz do rio Trancoso, parece ter sido fundada pelos jesuítas por volta de 1586 (IPAC-BA, 1988 [V]; Leite, 1945 [I]). Assim como a aldeia do Espírito Santo, ela seria elevada à categoria de vila na fase Pombalina e é hoje, sob a denominação de vila de Trancoso, sede de um distrito do município de Porto Seguro e relevante sítio urbano tombado pelo IPHAN (Figura 95, Figura 175, Figura 176, Figura 189, Figura 221).



Figura 175: a Igreja de São João Batista situada à Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso, na orla sul do município de Porto Seguro.
Fonte: fotografia do autor, em 1999.

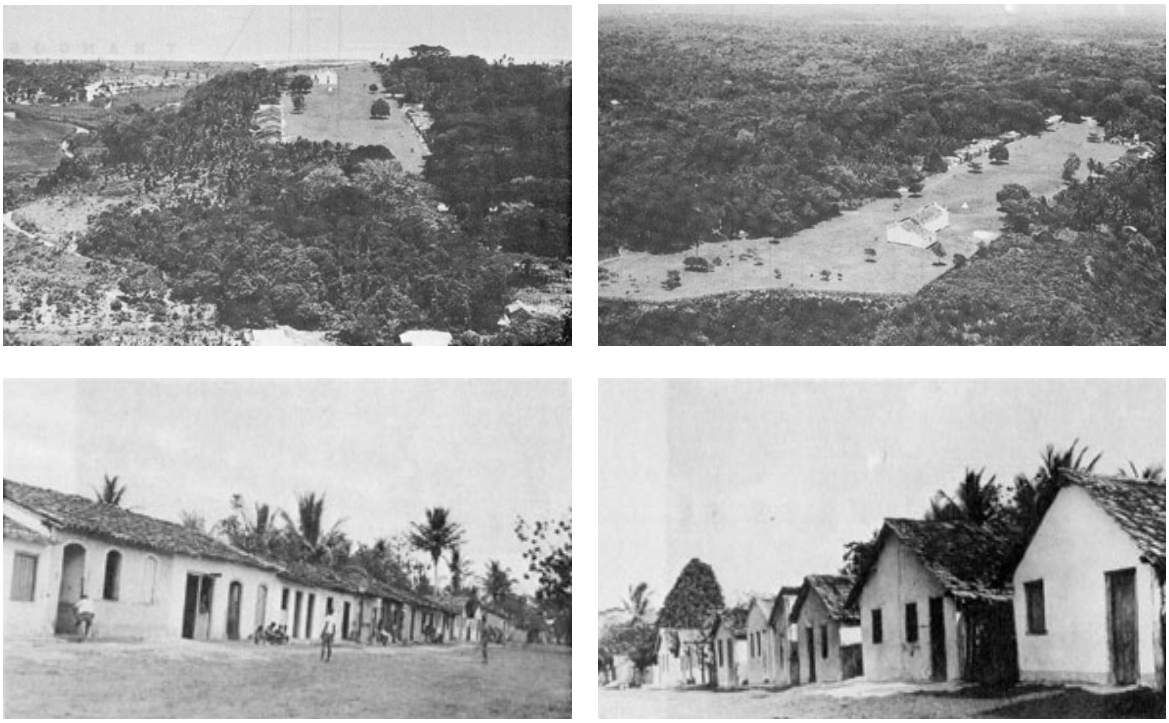


Figura 176: vistas aéreas e vistas terrestres da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso (c.1980).
Fonte: fotografias em IPAC-BA (1988 [V]:399), s/d.

Caso não existissem aldeias nos sítios de Santo André e São João Batista quando o jesuíta anônimo escreveu a sua *Informação*, postula-se, como uma primeira hipótese, que esses assentamentos foram produzidos a partir de ocupações Tupinikín posteriores pelos, seguidas do ingresso de missionários da Companhia de Jesus. Uma segunda hipótese, seria a sua produção a partir do estabelecimento de *reduções* com indígenas transferidos de outras aldeias e/ou *descidos do sertão*. A propósito, Serafim Leite (1945

[I]) depreendeu dos conjuntos de documentos intitulados *Brasiliae História: 1549-1599* e *História: 1600-1647*, do *Archivum Societatis Iesu Romanum*, que nos primeiros anos da década de 1570 disseminavam-se na capitania de Porto Seguro "11 aldeias de índios" (p.201). Por volta de 1573, um número crescente de Tupinikín teria começado a "descer do sertão (...) para se catequizarem" e a se instalar em aldeias no litoral da capitania. "Como não era possível ao p. João de Melo, que então morava em Porto Seguro [como superior da Residência de São Pedro], assistir a todas, de maneira a fazer catequese seguida, combinou fazê-la numa aldeia mais central acorrendo os índios das outras, às vezes de três e quatro léguas" (Leite, 1945 [I]:209). Esse assentamento jesuítico "mais central" pode ter sido São João Batista ou Santo André. Essa interpretação é corroborada, ao menos em parte, por um relato de Anchieta (1988 [1584]) na sua *Informação do Brasil e de suas Capitanias*. Como ele aponta, havia então na capitania de Porto Seguro "duas aldeias de Índios da doutrina a cinco léguas, de que os nossos têm particular cuidado, e outras sete ou oito aldeiazinhas a quatro, cinco e seis léguas por terra" (p.326-327). Se a distância informada foi tomada a partir da vila de Porto Seguro, as duas primeiras aldeias estavam localizadas na altura do rio do Frade (o que enfraquece a possibilidade de tratar-se da aldeia de São João Batista) e/ou do rio Santo Antônio (o que dá fortes indícios de tratar-se da aldeia de Santo André).

Nas últimas duas décadas do século XVI, observa-se também uma expansão dos domínios portugueses e jesuítas, mesmo que tímida, em direção às porções meridionais da capitania de Porto Seguro. Ao que parece, o primeiro assentamento fora do espaço delimitado pelo rio Santo Antônio, ao norte, e a ponta de Corumbau, ao sul, foi fundado junto ao braço norte da foz do Peruípe, chamado então rio das Caravelas. Como escreveram Gabriel Soares de Sousa e José de Anchieta, na década de 1580, e frei Vicente do Salvador, em 1627:

> Tem este rio na boca uma ilha de uma légua, que lhe faz duas barras, a qual está povoada com fazendas, e criações de vacas, que se dão nela muito bem. Por este rio acima entram caravelões da costa, mas tem na boca da barra muitas cabeças ruins, pelo qual entra a maré três ou quatro léguas, que se navegam com barcos. A terra por este rio acima é muito boa, em que se dão todos os mantimentos, que lhe plantam, muito bem, e pode-se fazer aqui uma povoação, onde os moradores dela estarão muito providos de pescado e mariscos, e muita caça que por toda aquela terra há (Sousa, 2001 [c.1587]:67-68).
>
> [Da vila de] Porto Seguro ao rio das Caravelas há 20 léguas de mar, onde está outra povoação de portugueses que também os padres [jesuítas] visitam (Anchieta, 1988 [1584]:327).
>
> No rio das Caravelas [há] muito zimbo, dinheiro de Angola, que são uns buziozinhos mui miúdos de que levam pipas cheias, e trazem por elas navios de negros, e na terra deste rio, e em todas as mais que há até entestar com as [da capitania do Espírito Santo] de Vasco Fernandes Coutinho, se dá muito bem o gado vacum, e se podem com facilidade fazer muitos engenhos (Salvador, 1889 [1627]:42).

Contudo, a colonização da capitania de Porto Seguro dava então diversas mostras, como também ocorria em outras capitanias brasileiras, de tratar-se de uma empresa repleta de equívocos que causavam incontáveis prejuízos materiais e perda de vidas humanas, especialmente entre os indígenas. Como veremos, a insistência na manutenção dos seus padrões acarretaria uma crise tão intensa que a presença européia no Extremo Sul da Bahia quase que se extinguiu no início do século XVII.

O *ESPÍRITO DE CONQUISTA*, A *GUERRA*, A *FOME* E A *PESTE*

> E eu vi: era um cavalo branco. Quem o montava tinha um arco. Foi-lhe dada uma coroa, e ele partiu como vencedor e para vencer.
>
> Quando abriu o segundo selo, ouvi o segundo animal exclamar: Vem! Então surgiu outro cavalo, vermelho-afogueado. Ao que o montava foi dado o poder de tirar a paz da terra, para que matassem uns aos outros, e uma grande espada lhe foi dada.
>
> Quando abriu o terceiro selo, ouvi o terceiro animal exclamar: Vem! E eu vi: era um cavalo preto. Quem montava tinha uma balança na mão. E eu ouvi uma voz no meio dos quatro animais, que dizia: Uma medida de trigo por um denário e três medidas de cevada por um denário, quanto ao óleo e ao vinho, não toqueis neles.
>
> Quando abriu o quarto selo, ouvi o quarto animal exclamar: Vem! E eu vi: era um cavalo esverdeado. Quem montava chamava-se "a Morte", e o Hades o acompanhava (Apocalipse, 6, 1-8).

A interpretação desses inquietantes símbolos bíblicos – conhecidos popularmente como os Quatro Cavaleiros do Apocalipse – há séculos desafia teólogos, que os têm ora como uma evocação do fim dos tempos, ora como referentes à "uma ruptura radical com o presente – marcado pelo pecado e a influência das potências malignas – e a era futura na qual se realizará em plenitude o triunfo de Deus e de seus escolhidos"[130]. Mesmo que em hipótese nenhuma tencionamos interpretar a produção do espaço no Extremo Sul da Bahia a partir de qualquer perspectiva religiosa, o *Espírito de Conquista*, a *Guerra*, a *Fome* e a *Peste* constituíram uma sucessão de fenômenos correlatos que foram responsáveis pelo extermínio, primeiro, dos Tupinikín e, depois, da maior parte das etnias de filiação lingüística Macro-Jê que habitavam a região. Deve-se destacar também que nossa abordagem, tomando emprestados elementos da literatura apocalíptica, não tem por objetivo responsabilizar o *Espírito de Conquista* português (e depois luso-brasileiro)

[130] Introdução ao livro *Apocalipse*, na tradução ecumênica da Bíblia (1997:2422).

por esses trágicos eventos e, assim, colocar os indígenas na posição de meras vítimas. Longe disso, buscamos apenas aprofundar um pouco mais o entendimento de como os encontros dessas culturas – todas aparentemente expansionistas e belicosas – repercutiram nos seus destinos e em muitas das feições do Extremo Sul da Bahia.

Nesse sentido, nada melhor que começarmos citando um sábio e honesto comentário de Pero de Magalhães Gandavo a propósito de como as rivalidades entre as etnias indígenas brasileiras não apenas determinaram o destino da colonização portuguesa, mas, sobretudo, garantiram o seu sucesso. Como se lê no seu *Tratado da terra do Brasil*, escrito em aproximadamente 1560:

> Não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de índios armados contra todas as nações humanas, e assim como são muitos permitiu Deus que fossem contrários uns dos outros, e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias, porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente (p.52).

Um dos poucos comentários do gênero que conhecemos, ele explicita o reconhecimento de que os recursos militares europeus de então – seja em termos de armamentos ou efetivos – jamais poriam abaixo, pelo menos até o final do século XIX, uma hipotética resistência coesa e bem organizada por parte de milhões de homens e mulheres bastante familiarizados com o seu espaço e tradicionalmente versados na arte da guerra. Mesmo que se alegue que a pólvora e o aço pesariam a favor dos europeus (como de fato pesaram em diversas situações), deve-se considerar também que muitas das condições ambientais e de abastecimento da colônia brasileira restringiriam severamente o seu amplo uso (como restringiram), bem como o das estratégias adotadas classicamente pelos exércitos europeus. Em outras palavras, a vantagem dada pela tecnologia européia não era uma garantia precípua de vitória e não foram raros os combates decididos em escaramuças corpo-a-corpo, em meio a densas matas, onde as partes enfrentaram-se contando com um aparato bastante equivalente e os vencedores foram aqueles com maior vantagem numérica, habilidades guerreiras e/ou conhecimento do campo de batalha. A propósito, como escreveu Johann Moritz Rugendas (1979), em plena década de 1830:

> Mesmo que não se tenha uma idéia muito perfeita das florestas primitivas do Brasil, não é difícil convencer-se que não se pode pensar em submeter essas tribos pela força; nenhum exército, por mais numeroso que seja, pode permanecer mais de alguns dias na floresta e o emprego da artilharia e da cavalaria é absolutamente impossível. As próprias armas de fogo dão aos soldados pequena vantagem, pois nas florestas é raro [que] possa o tiro ser ajustado de bastante longe para que a flecha não alcance o atirador; por outro lado, a umidade faz falharem os fuzis, permitindo aos selvagens, o uso do arco (p.188-189).

Não foi por outra razão que os europeus buscaram mapear o melhor possível a geografia das rivalidades entre grupos indígenas do Brasil e aproveitarem-se delas nas suas empresas coloniais. A propósito, vale lembrar que o território do nosso país tem os seus contornos atuais graças, em grande parte, ao sucesso de alianças que os portugueses estabeleceram com diversos grupos Tupiguarani quando de guerras como as que acarretaram a expulsão dos franceses e holandeses do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII e o extermínio de muitos dos seus aliados indígenas. Não obstante o papel capital desempenhado pela estreita relação entre os colonizadores portugueses e diversos grupos Tupinambá e Guarani – ela cobraria um alto preço a ambas as partes.

A colonização da zona costeira da capitania de Porto Seguro pode ser tomada como uma ilustração particularmente trágica de tais conseqüências. Ocupada com relativo sucesso desde os primeiros anos do sistema de capitanias hereditárias, gozando de grupos Tupinikín receptivos à presença portuguesa, objeto de uma série de esforços de catequese e cercada, provavelmente sem saber, por diversas etnias *tapuia* ou *aimoré*, ela colecionou rapidamente os elementos necessários ao seu virtual colapso.

Em primeiro lugar, a concentração de grupos Tupinikín *descidos do sertão* em *reduções* jesuíticas nas imediações das vilas da capitania de Porto Seguro – sob o pretexto da catequese, da inserção na economia colonial e da constituição de um maior efetivo militar – pode ter quebrado inadvertidamente a linha de defesa que esses grupos indígenas formavam nos espaços de contato dos seus territórios com os dos *aimoré*. Em outras palavras, ao *descerem* os Tupinikín do interior da capitania, e mesmo de porções setentrionais e meridionais do seu litoral, teria se deixado os seus espaços de origem sem impedimentos para o avanço de grupos de filiação lingüística Macro-Jê que supomos terem sido expulsos da zona costeira pelos antepassados desses Tupinikín em algum momento até o final do século XIV ou início do século XV. Como tudo indica, a etnia Tupinikín habitante do Extremo Sul da Bahia era conformada por diversas aldeias, ou redes de aldeias, sustentando grandes rivalidades, mas comungando o ódio aos *aimoré* e a tradição de incursões guerreiras aos territórios desses notáveis inimigos. Mesmo que algumas aldeias Tupinikín possam ter resistido ao *descimento* e permanecido no interior, é factível que tenham tido de enfrentar os *aimoré* de forma cada vez mais desvantajosa do ponto de vista militar e nada impede que esses bastiões tenham sucumbido um após o outro. Já o fato dos Tupinikín, e particularmente as suas crianças, estarem sendo *reduzidos* à *fé*, à *lei* e ao *rei* – e, portanto, ao abandono das suas imemoriais práticas belicosas e antropofágicas – deve tê-los tornado cada vez mais vulneráveis às impressionantes táticas de combate dos *aimoré* que logo bateriam às portas dos assentamentos jesuíticos e portugueses no litoral da capitania de Porto Seguro, bem como no litoral das do Espírito Santo, de Ilhéus e da Bahia.

Como se não bastasse, a grande concentração populacional indígena nas aldeias e *reduções*, e o seu crescente contato com europeus converteriam esses espaços em *campos da morte* sobre os quais marcharia o pior inimigo dos *tupi* e *tapuia*. Os momentos mais terríveis da história da colonização portuguesa – registrados principalmente por missionários jesuítas – foram provocados não por práticas escravocratas ou guerras sangrentas, mas por epidemias que grassaram entre os indígenas. Causadas por agentes patogênicos introduzidas involuntariamente na América pelos colonizadores, elas incluíam desde gripes (geralmente corriqueiras para os europeus, mas letais aos indígenas) até moléstias como o sarampo, o cólera, a varíola, a sífilis, a tuberculose etc. Esses agentes freqüentemente liquidavam com grande parte dos adultos e a totalidade das crianças do grupo afetado e, portanto, podem ser responsabilizados, muito mais do que a espada e os trabalhos forçados, pela extinção de inúmeras culturas indígenas. Mesmo que a intensidade e a propagação dessas epidemias não tenham sido uniformes, "mas uma variável de diferentes fatores como as formas de organização social e econômica, o tipo de dieta, a localização dos assentamentos etc." (Neves, 1995:174), sabe-se que impactaram de forma severíssima sobre as etnias Tupiguarani habitando espaços coloniais. E mais, tudo indica que se propagaram para muito além, seguindo as redes sócio-espaciais indígenas, afetando também grupos *tapuia* e alcançando amplitudes e repercussões incalculáveis.

Até homens como o padre Manoel da Nóbrega – um extraordinário protetor dos indígenas, considerando-se a ética européia vigente no seu tempo – podem ter atuado inadvertidamente como *cavaleiros* desse *apocalipse* indígena. Tal entendimento é oferecido pelos seus biógrafos, que sugerem que ele morreu de tuberculose, e também pode ser depreendido de relatos de missionários que o conheceram bastante bem. Anchieta (1988), por exemplo, em uma carta datada de São Vicente em 12 de junho de 1561, lamenta que Nóbrega, tendo então por volta de 44 anos, estava com "as pernas todas chagadas, [e a] lançar sangue pela boca" (p.175). Esse religioso ainda viveria até o ano de 1570 e, ao falecer, havia conhecido grande parte dos espaços brasileiros onde a Companhia de Jesus atuava e, nessas experiências, contatado incontáveis grupos Guarani e Tupinambá. A propósito, a grande mobilidade dos missionários jesuítas – que os permitiu alcançar diversas aldeias sul-americanas muito antes dos colonos portugueses e espanhóis – pode ter contribuído de forma determinante para o explosivo alastramento de tais epidemias.

Cumpriria a esses missionários, enquanto os europeus mais próximos dos indígenas, o papel de produzir os principais relatos sobre elas, em meio ora a declarações de que se tratavam de castigos divinos impostos aos *brasis*, ora a sutis questionamentos sobre a existência de Deus. Essa chacina virótica e bacteriológica

parece ter alcançado, mesmo que em graus variados, todos os espaços de colonização portuguesa no Brasil e conhecido a sua maior intensidade nas décadas de 1550 e 1560. Um dos primeiros relatos sobre o tema data de aproximadamente 1558 e foi produzido por jesuíta anônimo, que assim descreveu uma epidemia na capitania do Espírito Santo:

> Foi grande mortandade assim nos escravos desta capitania como nos forros, e tão acelerada que do dia que lhe dava até o 6º, os levava, a uns com prioris, a outros com câmaras de sangue (...) [O padre e o irmão jesuítas responsáveis pela *redução*] nunca estavam quedos, porque se fazia dia de enterrarem treze; por estar já o adro cheio, botavam dois em uma cova: já não chamavam o Padre senão o *que leva os mortos*, e porque não acabasse de entrar o pasmo nos... [ilegível] e acabassem os doentes, mandou que não tangessem, porque com tanto tanger de sino e campainha desmaiavam. Finalmente que em breve tempo achamos por conta a 600 escravos serem mortos.
>
> Esta mortandade começou no sertão e pela costa desde o Rio de Janeiro com ramo de peste e chegando a Tapemeri [ou Itapemirim], que serão daqui... [ilegível] léguas, cortando a espada da ira de Deus por alguns e matando corpos e almas, ou parecendo-lhe [aos indígenas livres] que escapariam estando perto dos Brancos, se vieram para estes logo com mulheres e filhos, e porque vinham fugindo de uma parte, achando-se cercados de outra, começaram a levar o caminho dos escravos e morrer fortemente (Navarro *et al.*, 1988:233-234).

Essa carta também relata o zelo com que os missionários percorriam as aldeias buscando *salvar as almas* de todas as crianças e adultos antes que caíssem doentes ou mesmo já *in extremis*. No entanto, o seu autor destaca a crescente resistência às suas visitas por parte dos indígenas, pois eles acreditavam cada vez mais, "por força do Demônio", "que juntamente naquela água [benta] ia também a morte". Muitos deles, ao saberem que os missionários se aproximavam das suas aldeias, "escondiam-se nas redes e as mães escondiam os filhos" (p.234). E mais: depreende-se de outros documentos do período que diversos grupos – e especialmente os seus *pajé* – conseguiram associar as novas doenças que os afligiam à presença dos missionários e, portanto, passaram a evitá-los resolutamente. Em uma carta de 1552, padre Francisco Pires revelou, indignado, essa sábia reação dos indígenas ao afirmar que:

> porque uns lhes morreram, outros são sempre doentes, os feiticeiros assacam-lhes mil raivas e muitas mentiras para os perverter, pregando que nós os matamos com o Batismo, e provam-no, porque muitos deles morreram. (...) O motivo que tiveram os feiticeiros a pregarem isto foi por um grande e evidente juízo de Nosso Senhor que nesta terra obrou; porque quis apartar os bons dos maus, e ensinar que quem quisesse ser cristão que havia de ser bom, e não como o eram alguns do tempo passado, que os Padres acharam quando primeiramente vieram a este Brasil (...). Desta grande mortandade tomaram os outros ocasião, por persuasão dos feiticeiros, a fugirem dos Padres, dizendo que lhes botavam a morte, e a temerem-nos (...). Fugiam os Gentios deles, como da morte, e despejavam as casas e fugiam para o mato; outros queimavam pimenta, por lhes não entrar a morte em casa; [os missionários] levavam cruz alevantada, a que haviam grande medo e vinham alguns ao caminho a rogar aos Padres que lhes não fizessem mal, que passassem ao largo, mostrando o caminho, e tremendo como a verga (Navarro *et al.*, 1988:155-156).

Em 1562, conforme escreveu Anchieta (1988 [c.1583]) na sua *Informação dos primeiros aldeamentos*, “sobreveio uma grande doença aos Índios e escravos dos Portugueses, e com isto grande fome, em que morreu muita gente, e dos que ficavam vivos muitos se vendiam e se iam meter por casa dos Portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha” (p.364). Em janeiro de 1563, as capitanias brasileiras foram assoladas por uma nova epidemia, aparentemente de varíola, que Anchieta (1988 [c.1583]) relatou ter sido “geral em todo o Brasil, de que morreu muito gentio” e à qual denominou “a grande morte das bexigas” (p.367). Padre Leonardo do Valle, em carta de 8 de setembro de 1563, atribuiu essa epidemia ao fato dos Tupinambá continuarem venerando os seus *carahyba*, bem como descreveu alguns dos seus terríveis impactos:

> Algumas particularidades escrevi com as derradeiras cartas que de cá [da capitania da Bahia] foram dos ritos deste Gentio e principalmente de uma notável cegueira que antes entre eles há, a que chamam *Santidade* [ou *carahyba*] que é vir um feiticeiro desconhecido, que, com nome de Santo e como Profeta vindo do Céu, lhes traz nova de coisas que hão de acontecer, e tudo redunda em carnalidades e vícios diabólicos, o qual tudo comumente pagam com fomes e mortandade com que Nosso Senhor os castiga e nem isso basta para deixarem de lhe dar crédito (...).
>
> De maneira que seu pecado foi castigado com uma peste tão estranha que por ventura nunca nestas partes houve outra semelhante; alguns querem dizer que se pegou da nau em que veio o padre Francisco Viegas, porque começou nos Ilhéus, onde ela foi aportar; mas parece mais certo ser açoite do Senhor (...).
>
> Não se pode, caríssimos, pintar o trabalho que os Padres e Irmãos padeciam naquelas três aldeias que a peste tinha ocupado, *scilicet*: Nossa Senhora da Assunção, São Miguel e Santa Cruz de Itaparica, porque a mortandade era tal que havia casa que tinha 120 doentes e a uns faltavam já os pais, a outros os filhos e parentes e, o que é pior é, as mães, irmãs e mulheres, que são as que fazem tudo, tirando derrubar o mato, que é dos homens e delas é plantar e mondar e colher e fazer a farinha e cozinhar, pelo que faltando elas não havia quem olhasse pelos doentes, nem quem fosse por uma cabaça d’água à fonte, e a tudo isto era necessário darem os padres remédio, afora haverem de aparelhar a uns para o batismo a outros para a confissão, o que tudo era mui trabalhoso, porque muitas vezes lhes era necessário estarem algumas horas de cócoras em semelhantes obras, por estarem muitos juntos e tão doentes que não era possível mudarem-nos para outro lugar, além de não haver quem o fizesse.
>
> E muitas vezes o fedor que padeciam, que o estarem de cócoras tirando os pecados como por força, pela franqueza dos enfermos, porque além do fedor que a doença podia causar em doentes tão desamparados, havia muitas mulheres prenhes que tanto que lhes dava o mal as debilitava de maneira que botavam a criança, ficando-lhes as páreas, de que procedia fedor insofrível até que morriam, e destas prenhes quase nenhuma escapava por toda a terra, nem menos as crianças, a muitas das quais acudiam os padres, por que traziam já as mães em olho por terem quase certo haverem de adoecer e batizavam-nas e muitas era de maneira que parecia esperarem só aquele sagrado lavacro para poderem ser recebidas de seu Criador – e acabado de o receber expiravam e ali no chão onde nasciam, porque nem parteiras haviam que as levantassem, nem as mães tinham espírito para isso e umas pariam na rua e outras no monturo.
>
> Finalmente chegou a coisa a tanto que já não havia quem fizesse covas e alguns se enterravam pelos monturos e arredor das casas e tão mal enterrados que os tiravam os porcos, e si os Padres não puseram nisso cobro, foram ajudas para a peste mais se

> acender e, o que é mais para doer, que muitos morriam sem confissão e sem batismo, porque era impossível acudirem dois padres a tanta multidão como sempre havia, porque, se morriam 12, caiam 20, com a sua diligencia ser tanta que nem para comer nem para dormir nem para rezar tinham tempo certo (...).
>
> Bem me parece que em cada uma daquelas três aldeias morreria a terça parte da gente, porque só em Nossa Senhora da Assunção haverá dois meses que ouvi dizer que eram mortas 1.080 almas, e com tudo isso diziam os índios que não era nada em comparação da mortandade que ia pelo sertão a dentro (...).
>
> Falando eu um destes dias com um mancebo [da capitania] do Pernambuco sobre esta peste, e dizendo que [ela] viera de Ilhéus, ele disse que antes vinha de Pernambuco, porque ele viera resgatando ao longo da costa e por ela vira tanta destruição que não se podiam enterrar uns aos outros e onde antes havia 500 homens de peleja não havia agora 20 (Navarro *et al.*, 1988:408-412).

Em 30 de maio de 1564, o padre Antônio Blasquez escreveu ao Padre Provincial de Portugal informando que outra "doença muito pior que a outra", de 1563, assolava a capitania da Bahia (Navarro *et al.*, 1988:432). No final desse mesmo ano, ela alcançaria a capitania de São Vicente e seria assim relatada, em 8 de janeiro de 1565, por Anchieta (1988):

> há Nosso Senhor visitado e castigado esta terra com muitas enfermidades, de que há morto grande parte dos escravos dos cristãos (...). A Itañae (Itanhém), que são sete léguas [da vila de São Vicente], que vai por uma praia, se há socorrido por vezes assim aos portugueses como aos índios nossos amigos, que se meteram com nós outros, os quais têm contínuos combates dos inimigos, seus parentes, e ainda que são poucos sempre levam a melhor com a ajuda de Nosso Senhor. Alguns dos adultos se andam aparelhando para o batismo. Dos meninos inocentes se há enviado uma boa cópia deles à glória [do Senhor] com estas enfermidades. Louvores ao Senhor de todos que de todos tem tanto cuidado.
>
> A principal destas doenças hão sido varíolas, as quais ainda brandas e com as costumadas que não têm perigo e facilmente saram; mas há outras que é coisa terrível: cobre-se todo o corpo dos pés à cabeça de uma lepra mortal que parece couro de cação e ocupa logo a garganta por dentro e a língua de maneira que com muita dificuldade se podem confessar em três, quatro dias morrem; outros que vivem, mas fendendo-se todos e quebra-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de matéria, que sai deles um terrível fedor, de maneira que acodem-lhe as moscas como à carne morta e apodrecida sobre eles e lhe põem gusanos que se não lhes socorressem, vivos os comeriam. Eu me achei em [São Paulo de] Piratininga um pouco tempo (...); ali se encrueleceu muito esta enfermidade, de maneira que em breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de que cada dia morriam três, quatro, e as vezes mais, que para povoação tão pequena foi boa renda para Nosso Senhor (...).
>
> Assaz de trabalho e ocupação tive ali, como sempre, acudindo a todos, sangrando dez, doze, cada dia, que esta é a melhor medicina que achamos para aquela enfermidade (...).
>
> É gente miserável, que em semelhantes enfermidades nem sabem nem têm com que se curem, e assim todos confogem a nós outros demandando ajuda, e é necessário socorrê-los não só com as medicinas, mas ainda muitas vezes com lhes mandar a levar de comer e a dar-lho por nossas mãos, e não é muito isto em os índios, que são paupérrimos, os mesmos portugueses parece que não sabem viver sem nós outros, assim em suas enfermidades próprias, como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é botica de todos, poucos momentos está quieta a campainha da portaria (p.248-250).

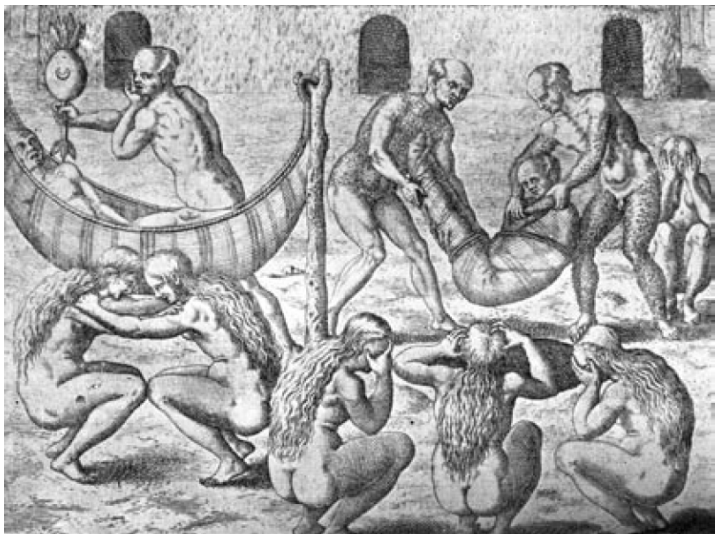


Figura 177: gravura quinhentista representando rituais funerários Tupinambá.
Fonte: Bry (1592).

Retomemos aqui a questão dos ataques perpetrados à capitania de Porto Seguro, bem como às do Espírito Santo, de Ilhéus e da Bahia, pelos ditos *aimoré*. Segundo inferimos, os *resgates* e a escravidão de indígenas pelos portugueses, as suas expedições militares contra grupos Tupinambá (fossem Tupinikín ou não), os *descimentos* e *reduções* jesuíticas e as epidemias que assolaram essas capitanias, certamente produziram, a partir da metade do século XVI, significativas alterações na geografia dos grupos *tupi* e *tapuia* que habitavam as suas regiões litorâneas. Diante do enfraquecimento do que padre Pero Rodrigues chamou, em 1597, de "o escudo, muro e baluarte dos portugueses" (ABN, 1899:255), essas alterações se fariam sentir principalmente na forma do reingresso de grupos de filiação Macro-Jê ao litoral, dos seus violentos ataques aos assentamentos portugueses e jesuítas e da bancarrota de muitas empresas coloniais.

Como se lê em uma passagem de *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil*, escrita por Gandavo (1576) e citada anteriormente, os primeiros registros de ataques *aimoré* à capitania de Porto Seguro datam do "ano de [15]55, pouco mais ou menos" (f.43). Antes da publicação dessa obra, Gandavo (1980 [c.1560]) redigiu, no seu *Tratado da terra do Brasil*, uma descrição horrorizada desses indígenas na qual oferece uma informação que, caso seja verdadeira, acrescenta outro relevante elemento à complexa geografia do Extremo Sul da Bahia e regiões adjacentes no século XVI. Essa descrição, citada parcialmente em um trecho deste estudo onde defendemos que os Botocudo não constituíam parte do grupo *aimoré* (p.197), permite sugerir que o último avançou em direção ao litoral por conta não apenas do enfraquecimento da presença Tupinikín no interior, mas também porque estava sendo acossado por um outro grupo, que acreditamos ser o Botocudo:

> Pelas terras desta capitania [de Ilhéus] até junto do Espírito Santo, se acha uma certa nação de gentio que veio do sertão há cinco ou seis anos, e dizem que *outros índios contrários destes, vieram sobre eles a suas terras, e os destruirão todos e os que fugirão são estes que andam pela Costa* [grifo nosso]. Chamam-se Aymorés, a língua deles é diferente dos outros índios, ninguém os entende, são eles tão altos e tão largos de corpo que quase parecem gigantes; são mui alvos, não têm parecer dos outros índios na terra nem têm casas nem povoações onde morem, vivem entre os matos como brutos animais; são mui forçosos em extremo, trazem uns arcos mui compridos e grossos conforme a suas forças e as flechas da mesma maneira. Estes índios têm feito muito dano aos moradores depois que vieram a esta costa e mortos alguns portugueses e escravos, porque são inimigos de toda gente. Não pelejam em campo nem têm animo para isso, põem-se entre o mato junto de algum caminho e tanto que passa alguém atiram-lhe ao coração ou a parte onde o matem e não despedem flecha que não na empreguem. Finalmente, que não têm rosto direito a ninguém, senão a traição fazem a sua[131]. As mulheres trazem uns paus tostados com que pelejam. Estes índios não vivem senão pela flecha, seu mantimento é caça, bichos e carne humana, fazem fogo debaixo do chão por não serem sentidos nem saberem onde andam. Muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania as quais não são possuídas dos portugueses por causa destes índios. Não se pode achar remédio para os destruírem porque não têm morada certa, nem saem nunca dentre o mato: E assim quando cuidamos que vão fugindo ante quem os persegue, então ficam atrás escondidos e atiram aos que passam descuidados. Desta maneira matam alguma gente. Todos quantos índios há no Brasil são seus inimigos e temem-nos muito, porque é gente atraiçoada. E assim onde os há nenhum morador vai a sua fazenda por terra que não leve quinze vinte escravos consigo de arcos e flechas. Estes Aymorés são mui feroz e cruéis, não se pode com palavras encarecer a dureza desta gente. Não andam todos juntos, derramam-se por muitas partes, e quando se querem ajuntar assobiam como pássaros ou como bugios de maneira que uns aos outros se entendem e se conhecem. Também os portugueses matam alguns deles, e têm muitos destruídos principalmente nesta Capitania de Ilhéus, e guardam-se muito deles, porque já sabem suas manhas e conhecem mui bem sua malícia (p.34-35).

Muitas fontes documentais quinhentistas relatam – cada uma de forma mais assombrada que a outra – o crescente avanço *aimoré* sobre territórios portugueses e Tupinambá nas capitanias de Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, a grande devastação de vilas, povoados, engenhos, trapiches, reduções e aldeias que provocavam e os muitos mortos deixados no seu curso[132]. Esse avanço foi tão rápido e bem sucedido que Anchieta registrou, em 1584, que os *aimoré* já haviam alcançado a zona costeira meridional da capitania da Bahia devido à falta de indígenas que lhes fizessem frente. Como se lê na sua *Informação do Brasil e de suas Capitanias*:

> Houve guerras com os índios naturais em ambas [as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus]; mas com as ajudas que tiveram dos governadores da Bahia se defenderam e estão agora em paz. Verdade é que se foi consumindo o gentio daquelas terras, chamado Tupinaquis, que era muito e mui guerreiro, parte com doenças, parte com o mau tratamento dos portugueses, como em todas as partes, salvo São Vicente, de maneira que ficaram sem gentio. E mandou-lhes Deus um açoite crudelíssimo, que são uns selvagens do mato que chamam Aimurés, homens robustos e feros, aos quais, enquanto houve Índios amigos

[131] Como se depreende do texto, os *aimoré* eram praticantes de típicas táticas de guerrilha contra as quais os exércitos europeus de então eram virtualmente impotentes.

[132] O cerco *aimoré* à vila de Ilhéus parece ter sido particularmente severo, pois Cardim (1980 [1585]) relatou que a vila de São Jorge dos Ilhéus "terá 50 vizinhos com seu vigário; tem três engenhos de açúcar: (...) não tem aldeias de índios [cristãos], estão muito apertados dos Guaimurés, e com eles em contínua guerra: não se estendem pelo sertão adentro *mais de meia até uma légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas* [grifo nosso]" (p.147).

> sempre lhe resistiram; mas faltando-lhes estes, foram e são tão acossador dos selvagens, que já a capitania de Porto Seguro está meio despovoada e a dos Ilhéus em grandíssimo aperto, sem se poder defender deles nem dar-lhes guerra, porque sempre andam pelo mato, no qual 4 bastam para destruir um grande exército, como já fizeram, quase sem verdes quem vos mata, e já esta praga chega pelo Camamu até perto da Baía [de Todos os Santos], de maneira que já os homens buscam ilhas em que fazer suas fazendas, porque não ousam estar na terra firme (p.316).

Alguns anos depois, o Provincial do Brasil da Companhia de Jesus, padre Pero Rodrigues, destacaria em uma carta datada de Salvador em 1° de maio de 1597, que os *aimoré*, "tendo quase destruídas as Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, estão já no termo desta cidade, e têm feito o mesmo dano e estrago em alguns engenhos e fazendas e vão-se cada dia fazendo mais forte e ganhando mais terras" (ABN, 1899:255). Diante disso, padre Rodrigues lamentaria que:

> Tem os Portugueses moradores nestas partes três gêneros de inimigos por mar e por terra [os *Aymores*, os *negros da Guiné* fugidos para quilombos e os corsários franceses], e um só de amigos, e chega tanto à cega cobiça, que só aos amigos fazemos guerra, largando o campo aos contrários, e deixando-os cada vez tomar mais força e ânimo. (...) O escudo, muro e baluarte dos portugueses contra todos estes inimigos são os índios de paz que estão juntos das nossas povoações, os quais antigamente eram infinitos, mas com doenças que neles deram e com os contínuos agravos, e muitas sem razões, e mau tratamento que recebem dos portugueses, são já poucos (...). Os que se conservam e ficam entre nós são os que os Padres da Companhia foram buscar ao sertão e tem deles tratado em todas as Capitanias, ensinando-lhes a doutrina cristã, e conservando-os em sua liberdade; os mais, como tenho dito, andam pelos matos escondidos, fugindo dos Portugueses que de contínuo os andam buscando, e trazem com enganos, prometendo-lhes que os porão em aldeias e conservaram em liberdade, e como os tem em parte segura, repartem-nos entre si como carneiros, apartando os pais dos filhos, e irmãos dos irmãos, vendendo-os, e tratando-os como escravos, e fazendo-lhes tantos agravos, que de pura paixão morrem, ou vivem pouco (p.255-256).

São muitos os registros de ataques *aimoré* aos assentamentos portugueses e jesuíticos na capitania de Porto Seguro na segunda metade do século XVI, do pânico generalizado que causavam, dos atos heróicos que motivaram e, até mesmo, de supostos auxílios milagrosos de Nossa Senhora d'Ajuda[133]. A transcrição desses registros, disponíveis principalmente em documentos produzidos por jesuítas e cronistas europeus, somaria centenas de páginas a este estudo e, é claro, não cabem aqui. No entanto, pode-se afirmar que os *aimoré* contribuíram de forma significativa para a virtual falência de praticamente todos os grandes projetos portugueses e jesuíticos no Extremo Sul da Bahia no final do século XVI e início do século XVII.

[133] Por exemplo, em 6 de fevereiro de 1622, o padre jesuíta Mateus de Aguiar escreveu que alguns anos antes, em uma manhã na qual os *aimoré* perpetraram um ataque à vila de Santa Cruz, a imagem dessa santa foi dada como desaparecida do seu altar na Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda. Para a surpresa e alívio geral, ela foi reencontrada à tarde, no seu local de sempre: só que coberta de suor, com as abas do seu vestido levantadas "como que vinha de fora e cansada do caminho" e sem o Menino Jesus nos seus braços. Depois de alguma procura, ele foi encontrado depositado cuidadosamente debaixo do altar e "dizem todos que a Senhora o escondera (...), enquanto foi socorrer aos moradores de Santa Cruz, que dista quatro léguas da Casa da Virgem" (*apud* Leite, 1945 [V]:231).

Os seus ataques a engenhos, trapiches e canaviais, somados à crescente diminuição do número de aliados e escravos indígenas que os tornassem produtivos e defendessem, levaram ao abandono da maior parte dessas instalações. Também não faltam relatos sugerindo que as formas de manejo das plantações de cana-de-açúcar teriam esgotado o solo e tornado-as cada vez menos produtivas. Anchieta (1988 [1585]), por exemplo, escreveu que a capitania de Porto Seguro "é terra pobre por não ter engenhos de açúcar, ainda que é fértil de farinha e algodão e criação de cavalos, porém se vai cada dia despovoando, por estarem já as terras muito gastas e cansadas, e não se podem estender pela terra dentro por causa dos Guaimurés" (p.426).

Já a extração do pau-brasil – tão ou mais importante para a economia da capitania que a produção açucareira – deve ter tornado-se uma empresa também carente de mão-de-obra e particularmente difícil e arriscada. Uma vez que o crescimento dessa espécie é extremamente lento, e a sua exploração já somava décadas, é factível que as reservas nas proximidades dos portos litorâneos estivessem praticamente esgotadas e, portanto, fazia-se necessário interiorizar cada vez mais a sua extração. Esse processo, além de acarretar crescentes dificuldades de transporte (mesmo fazendo uso de cursos d'água), aumentava a exposição dos madeireiros às escaramuças de grupos *aimoré*[134].

Gabriel Soares de Sousa (2001 [c.1587]) registrou no seu *Tratado Descritivo do Brasil* que durante a gestão da capitania de Porto Seguro pelo seu segundo donatário, D. João de Lencastre, 1º duque de Aveiro, havia "sete ou oito engenhos de açúcar, onde se lavrava cada ano muito, que se trazia a este reino, e muito pau de tinta, de que na terra há muito" (p.67). Contudo, poucos anos depois, quando escrevia Sousa, esse esforço estava arruinado e a quase totalidade dos engenhos fora de funcionamento. Ele destaca então que a capitania estava, curiosamente, repleta de jumentos abandonados,

> que andam bravos pelo mato em bandos, e fazem nojo às novidades; os quais ficaram no campo dos moradores, que desta capitania se passaram para as outras, fugindo dos aimorés, no qual têm feito tamanha destruição, que não tem já mais que um engenho que faça açúcar, por terem mortos todos os escravos dos outros e muitos portugueses, pelo que estão despovoados e postos por terra, e a vila de Santo Amaro e a de Santa Cruz quase despovoadas de todo; e a vila de Porto Seguro está mais danificada e falta de moradores (p.67).

Os jesuítas também experimentaram o declínio dos seus sucessos na *redução* dos Tupinikín pelas epidemias, ataques *aimoré* etc. Nesse sentido, padre Antônio Gonçalves, escrevendo da Residência de São Pedro em 15 de fevereiro de 1566, relatou

[134] Jean de Léry (1980 [1570]) informou na sua obra *Viagem à terra do Brasil* que já não havia mais estoques de pau-brasil nas imediações da baía de Guanabara em 1557. Assim sendo, "os selvagens (...) cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil transportando-o nos ombros nus às vezes *de duas ou três léguas de distância, por montes escabrosos até a costa junto aos navios ancorados* [grifo nosso]" (p.168).

os muitos trabalhos que a Companhia de Jesus ainda realizava na capitania de Porto Seguro, mas destacou as muitas privações e fome que passavam em função da:

> muita guerra que a gente dela tem com um certo gentio que chamam Gaymores, os quais lhe dão muita guerra, e por esta causa não podem sair aos matos a fazer suas roças, nem a caçar, que era o de que se eles antigamente sustentavam; porque na terra não há gado de que eles sustentem, senão for alguns porcos, ainda que poucos. E com estes trabalhos que com este Gentio tem, esteve já esta capitania para se despovoar.
>
> Este Gentio não se lhe sabe morada certa; dizem que sua habitação é pelos matos, nem se mantém d'outra coisa senão caça. Dormem no chão e assentados. Sua guerra toda é de ciladas e à traição, e portanto os Brancos não acham remédio para eles, nem ousam a sair aos matos senão muitos juntos e armados e levando espias, que lhe vão descobrindo a terra. e por esta causa passam os Padres muito trabalho, porque, como os moradores o não têm, menos o poderão os Padres ter (Navarro *et al.*, 1988:501-502).

Em 1589, segundo uma análise de Serafim Leite (1945 [I]) da *Annuae Litterae Societatis Iesu anni 1589*, os ataques *aimoré* às *reduções* e aldeias Tupinikín na capitania de Porto Seguro levaram os missionários jesuítas a concentrarem os seus habitantes em assentamentos mais bem defendidos. Um deles pode ter sido a *redução* de São João Batista dadas as qualidades defensivas desse sítio e um episódio que teria ocorrido durante um ataque *aimoré* em 1592. Descrito por Serafim Leite (1945 [I]:212), que oferece a data, mas não especifica o local, esse episódio também participa da história oral de comunidades tradicionais da região que sustentam que ele ocorreu na *redução* de São João Batista, núcleo da vila de Trancoso. Segundo narram, o ataque *aimoré* surpreendeu esse assentamento no momento em que todos os homens estavam ausentes e obrigou as mulheres e crianças a refugiarem-se na Igreja de São João Batista. Quando se encontravam lá abrigadas, elas notaram que uma criança havia sido esquecida em uma das casas da *redução* e estava na iminência de ser capturada ou morta. As mulheres partiram então resolutamente para a sua defesa e conseguiram não apenas salvá-la, mas também expulsar os sitiantes.

Como se não bastassem tantos e tão graves problemas assolando essa capitania, há registros, a partir de 1578, de crescentes conflitos entre os jesuítas, a câmara da vila de Porto Seguro e os administradores locais. A causa estava relacionada, de um lado, ao controle que os missionários jesuítas tinham sobre a força de trabalho dos indígenas *reduzidos* e, de certa forma, à defesa da sua liberdade; do outro lado, encontrava-se o interesse dos colonos portugueses no sentido do aproveitamento desses indígenas como mão-de-obra barata ou escrava, posto que cada vez mais rara. Nos anos seguintes, ocorreram denúncias à Inquisição, repercussões no Vaticano, excomunhão de colonos, deposição de autoridades locais e, até mesmo, uma censura do Bispo do Brasil ao Provincial dos jesuítas, a quem solicitou "que o zelo dos padres não excedesse os limites

da edificação que sempre se deve dar" (Leite, 1945 [I]:202). Em um documento intitulado *Informação da Província do Brasil para nosso Padre*, datado de 31 de dezembro de 1585 e também atribuído à Anchieta (1988), se lê que esses conflitos, mesmo oficialmente sanados, haviam deixado arrestas, pois acusa que os missionários da Companhia "não estão muito bem recebidos na terra por causa dos capitães e outros homens que não nos são muito benevolentes (...) [e dos quais] não se tira muito fruto" (p.426). Nele também é informado que três padres e três irmãos viviam então na capitania, ocupados em "ensinar os rapazes a ler e escrever, pregar em nossa igreja matriz, confessar os portugueses" e – eis o mais antigo apontamento que conhecemos sobre africanos no Extremo Sul da Bahia – "ensinar e administrar os sacramentos aos escravos de Guiné". Além disso, esses missionários tinham ao seu cargo:

> duas aldeias de Índios, umas cinco léguas da vila para o Sul, outras quatro para o Norte; não residem nelas, mas visitam-nas a miúdo e também visitam outras mais longe que são de Cristãos e pagãos, com muitos trabalhos e perigos por causa dos calores e das chuvas e rios caudalosos que passam, e por causa dos Guimurés (p.426).

Os conflitos entre missionários jesuítas e colonos portugueses na capitania de Porto Seguro no final do século XVI, juntamente com as muitas incursões dos *aimoré*, a severa diminuição da população Tupinikín e as crescentes dificuldades econômicas levaram a Companhia de Jesus a considerar o fechamento da Residência de São Pedro. Em 1593 ou 1594, o padre Luiz da Fonseca levou a Roma uma solicitação nesse sentido, mas a questão estendeu-se longamente, posto que a supressão de *residências* em ultramar era assunto de extrema delicadeza (Leite, 1945 [I]). Contudo, uma carta do Padre Provincial do Brasil, Pero Rodrigues, datada de Salvador em 15 de setembro de 1602 e enviada ao Padre Geral em Roma, revela que a gravidade da situação em Porto Seguro chegara a tal ponto, que ele se vira obrigado a fechar a Residência de São Pedro e retirar os missionários da capitania. Nesse documento são apresentados os argumentos para tanto e uma eloqüente descrição da quase falência dos esforços coloniais na capitania:

> Em uma [carta] de 15 de fevereiro de [15]95, me encomenda V. P. que não tire os Padres da Capitania de Porto Seguro e ajunta V. P.: mas convém prevenir os perigos, quando forem urgentes. Por este respeito, fui conservando até agora esta Residência, com trabalho. Porém como os perigos foram sempre crescendo e os moradores despovoando a terra e de presente *não chegam a 30* [grifo nosso], por vezes consultei se mandaria vir os Padres, antes que acontecesse a morte de algum ou de todos. Este ano foi visitar aquela Residência, em meu nome, o P. Vicente Gabriel e finalmente, com sua informação e de outros Padres, dignos de fé, e parecer dos padres consultores, os mandei vir daquela casa. As razões, que o Padre e outros homens apontaram, são as seguintes:
>
> 1ª – A terra está já ocupada dos Aimorés, nem têm já os moradores onde cavarem mantimentos, porque lhes têm mortos estes bárbaros seus escravos e a muitos dos

> moradores. E como se não podem sustentar a si, menos podem acudir a sustentar os padres.
>
> 2ª – Queixam-se os moradores que, por nós não despejarmos, eles estão na terra consumidos, sem irem buscar por outras o seu remédio.
>
> 3ª – Os Índios, que tínhamos a cargo, são já muito poucos e já os Padres os não podem ir visitar sem perigo de vida e ainda na mesma vila [de Porto Seguro] correm perigo os padres e os mesmos moradores.
>
> 4ª – Ultimamente o Capitão da terra, para a gente não despejar, não tem outro remédio senão tomar-lhes as velas e impedir a fugida, o que como intentasse um dia destes, sucedeu um criado seu ferir ou matar a um homem principal, pelo que o Capitão foi preso e largou o cargo, e, sem falta, acabar-se-á de despovoar a terra. Por estas razões, com parecer dos Padres consultores, me resolvi a mandar vir os Padres, cujas vidas estão arriscadas sem nenhum fruto (*apud* Leite, 1945 [I]:204).

A BUSCA PELA PERMANÊNCIA

As duas primeiras décadas do século XVII constituem um intrigante hiato na história da capitania de Porto Seguro. Tendo menos de 30 colonos em 1602 e afligida por graves problemas (Rodrigues *apud* Leite, 1945 [I]), ela aparentava caminhar a passos largos na direção do completo colapso. Entretanto, contrariando essa tendência, e diversos autores que alegam que ela foi abandonada, isso não parece ter ocorrido.

Menos de duas décadas depois, em 20 de julho de 1620, uma petição da Câmara da vila de Porto Seguro – endossada por todas as autoridades locais – foi enviada ao Padre Geral da Companhia de Jesus em Roma suplicando o restabelecimento da *residência* fechada em 1602[135]. Por meio desse documento e alguns subseqüentes, fica claro que a capitania de Porto Seguro contava com condições demográficas e econômicas bastante superiores às descritas dezoito anos antes pelo padre Pero Rodrigues. No natal de 1621, dois padres enviados pelo Colégio da Bahia, Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda, lá desembarcam para avaliar o pleito da Câmara. O relatório produzido posteriormente por padre Aguiar, e transcrito por Serafim Leite (1945 [V]),

[135] Essa petição era justificada pelo "grande desamparo que temos de quem nos ensine nossos filhos a doutrina cristã e nos pregue o Evangelho Sagrado pelo discurso do ano, e juntamente aos Índios dessa Capitania por falta de Religiosos, que nela não assistem, ainda que antigamente os houve, por certos inconvenientes despejaram, os quais inconvenientes há perto dezoito anos cessaram e agora ao presente não há nenhum, por onde possam deixar de vir de assento a socorrer estas pobres almas tão desamparadas deste auxílio do céu, sem embargo de muitas vezes termos feito esta petição a Vossa Paternidade, e só nos ser concedido virem os Padres da Companhia por missão a esta terra consolar-nos, como vieram por três vezes [em 1614, 1616 e 1620]" (*apud* Leite, 1945 [V]:228). Em contrapartida, os signatários se comprometiam a "fazer Casa e Igreja, onde pousem muito a seu gosto, em um sítio que eles escolherem, dando para isso nossas esmolas, conforme a possibilidade de cada um, e os sustentarmos com nossas esmolas o melhor que pudermos; e, no que nos tocar também e pudermos, aos ditos Padres, a administração das antigas Aldeias dos Índios desta Capitania, para os ensinarem e governarem no espiritual assim como fazem em todas as demais partes do Brasil" (p.229).

oferece um rico detalhamento da negociação com as autoridades locais, das condições da vila-sede e mesmo de algumas feições dos seus habitantes. Como se lê no mesmo, a população da vila de Porto Seguro, "que por outro nome se intitula Vila de Nossa Senhora da Pena" (p.230), habitava apenas o tabuleiro da Cidade Alta e era formada por europeus, indígenas e africanos, posto que quando "a gente enxergou de cima que vinham padres, toda desceu abaixo (...) e assim se encheu em breve a praia de gente branca, de índios e pretos da Guiné, e de uma nuvem de moços e meninos" (p.230). A Igreja Matriz de N. S. da Pena estava em funcionamento e já devia possuir um campanário, pois padre Aguiar registrou que o seu sino dava "muitos e repetidos repiques" (p.230). A Igreja da Misericórdia passava por reformas e o santuário de Nossa Senhora d'Ajuda foi declarado como sendo "nesta terra, de muita romaria e consolação de toda ela" (p.231). Os recém-chegados foram alojados provisoriamente "em umas casas, que já tinham preparadas e bem caiadas e aparamentadas com seu quintal, junto às nossas ruínas antigas, as quais estavam já roçadas, com o mais sítio e ruas limpas" (p.230). De modo a persuadir definitivamente os religiosos a permanecerem na capitania e reconstruírem a *residência*, os moradores da vila conseguiram levantar uma quantia de 80$000 "para irem na barca para vir parte do necessário" (p.232).

A partir desse ponto, padre Aguiar oferece uma impagável descrição das obras de execução dos novos "agasalhado de cubículos, Igreja e mais oficinas" (p.232) que conformariam a *residência*, bem como das muitas festividades que se seguiram:

> Mandamos chamar alguns Índios e vieram de muita boa vontade; e, com outras ajudas dos moradores (...) tudo parece crescia e nada faltava e cada um oferecia o que tinha: este a telha; aquele os pregos; uns a ferramenta; outros a porta; e todos, com igual ânimo e porfia, andavam buscando o que faltava, que parecia ser obra de Deus (...). Vendo os homens de como nós pegávamos nos paus e dávamos ordem aos oficiais, eles também punham as capas e tomavam os enxós e os machados e a linha e mais instrumentos, e alinhavam, cortavam e cada um fazia um pouco, e mostrando as varas que traziam em as mãos. E de um vereador em especial, quando se andava dando ordem para se armar o altar e confessionários, porque largou a vara de almotacé, que na mão trazia, e começou a trabalhar com tanto fervor que (...) se o Padre o não mandara que fosse jantar, que já era tarde, ainda agora trabalhava.
>
> E foi tanto o desejo destes homens em nos ajudar, que tendo nós necessidade de quem nos telhasse a Igreja, sacristia, portaria etc., com algum pejo falamos a alguns homens e mancebos. Logo vieram e se ofereceram a o fazer todas as vezes que os chamassem como fizeram (...). E para que as mulheres não fiquem sem o seu louvor, também a mulher do Capitão se me ofereceu, que quando quisesse mandar branquear a Igreja, que ela e mais certas devotas a queriam vir caiar com suas próprias mãos (p.232-233).

Em 23 de janeiro de 1622, tendo transcorrido apenas "duas semanas e meia" do início da obra, já funcionava parcialmente uma igreja "capaz quase da mais gente da Vila" e dotada de "sacristia, portaria e mais oficinas necessárias, e tudo de telha, prego e ripa e paredes de taipa de mão" (p.232). Dez dias depois,

> se acabou de fazer a Igreja e tudo o demais (...) [e] se deu princípio às novas obras, armando o primeiro taipal. E para o solenizar, se arvorou um formoso mastro com sua bandeira branca, de vinte palmos em quadra, ao som de um tambor, e de muitas arcabuzadas e mosquetadas, que com muita destreza disparavam os mancebos da terra, entressachando sua música e descante e repiques de sinos e um *Te Deum Laudamus* do padre vigário, com todos os músicos de sua capela. Tudo o qual fazia suave e deleitosa harmonia, e diziam os homens que já com tais mostras de alegria estavam firmes do bem que tanto desejavam e nem faltaram, em seus intervalos, algumas danças de mancebos que o faziam mui destramente.
>
> E quando foi ao alevantar do taipal, os mais graves da terra foram lançando os seus cestos de terra e todos eles, postas as capas, o armaram com muito fervor. E o que mais se assinalou foi o Padre Vigário, que cavava com a enxada e martelava, e outros com o prumo nas mãos. Ao som das arcabuzadas, e mais harmonia, com muita alegria e geral aplauso de todos se pisou o taipal (p.233-234).

Em 4 de fevereiro de 1622, tendo-se passado duas décadas desde o fechamento da *residência*, a sua escola foi reaberta “aos moços e já chegaram a trinta e quatro” (p.233). Dois dias depois, padre Aguiar escreveria o seu relatório celebrando que ele e padre Miranda estavam finalmente instalados “como em qualquer das outras casas da Capitania, com nossa portaria, cerca e mais oficinas” (p.232). E mais, aguardando outros dois missionários “na torna-viagem da barca, porquanto os mando pedir ao Padre Reitor” (p.232) e acreditando que “tudo eram sinais e presságios de se restaurar a terra” (p.231). Quanto à denominação da nova *residência*, Aguiar revela que foi abandonada a idéia acordada originalmente com o Padre Provincial de celebrá-la à “Conceição de N. S.”. Tomados por interpretações místicas sobre os eventos transcorridos desde a sua chegada em pleno dia de natal, e embevecidos pela recepção e sucessos que alcançavam, ele e padre Miranda decidem então batizá-la com o nome que ostentaria doravante: a Residência do Salvador (Leite, 1945 [V]) (Figura 161, Figura 171, Figura 179, Figura 180).

Quase 380 anos depois, em 2001, uma equipe do Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal da Bahia (NAPAS/UFBA) realizaria uma ampla prospecção nas ruínas dessa *residência*, reduzida às suas fundações em 1917 por uma lamentável demolição visando à retirada de materiais para a construção de uma serraria na Cidade Baixa (Fontana, 1988; IPAC-BA, 1988 [V]). Essa prospecção permitiu uma melhor compreensão de variadas dimensões desse edifício e proporcionou material para o lançamento de algumas novas hipóteses sobre ele. Uma particularmente instigante – e que parece ter escapado à historiografia e à própria arqueologia – diz respeito, como explicaremos a seguir, à implantação da igreja da antiga Residência de São Pedro e, por extensão, ao pretérito traçado urbano da vila de Porto Seguro.

Segundo um relatório técnico do NAPAS/UFBA (2002a) intitulado *Evidenciação e consolidação das ruínas do Colégio Jesuítico*, esse complexo arquitetônico era constituído, no seu apogeu, por três grandes volumes dispostos ortogonalmente e

conformando um pátio voltado para leste (Figura 178). O volume principal correspondia ao da atual Igreja de São Benedito, implantada com o seu eixo longitudinal no sentido norte-sul e o seu frontispício voltado para o norte. Os outros dois volumes correspondiam a alas que foram dispostas perpendicularmente à fachada leste dessa igreja: a primeira ala, a norte, conectava-se ao frontispício e adro frontal, e a segunda, a sul, conectava-se à atual sacristia. Ligando essas duas alas existia, além do pátio descoberto conformado pelas mesmas, uma galeria coberta ao longo da parede leste da nave da igreja (Figura 179).

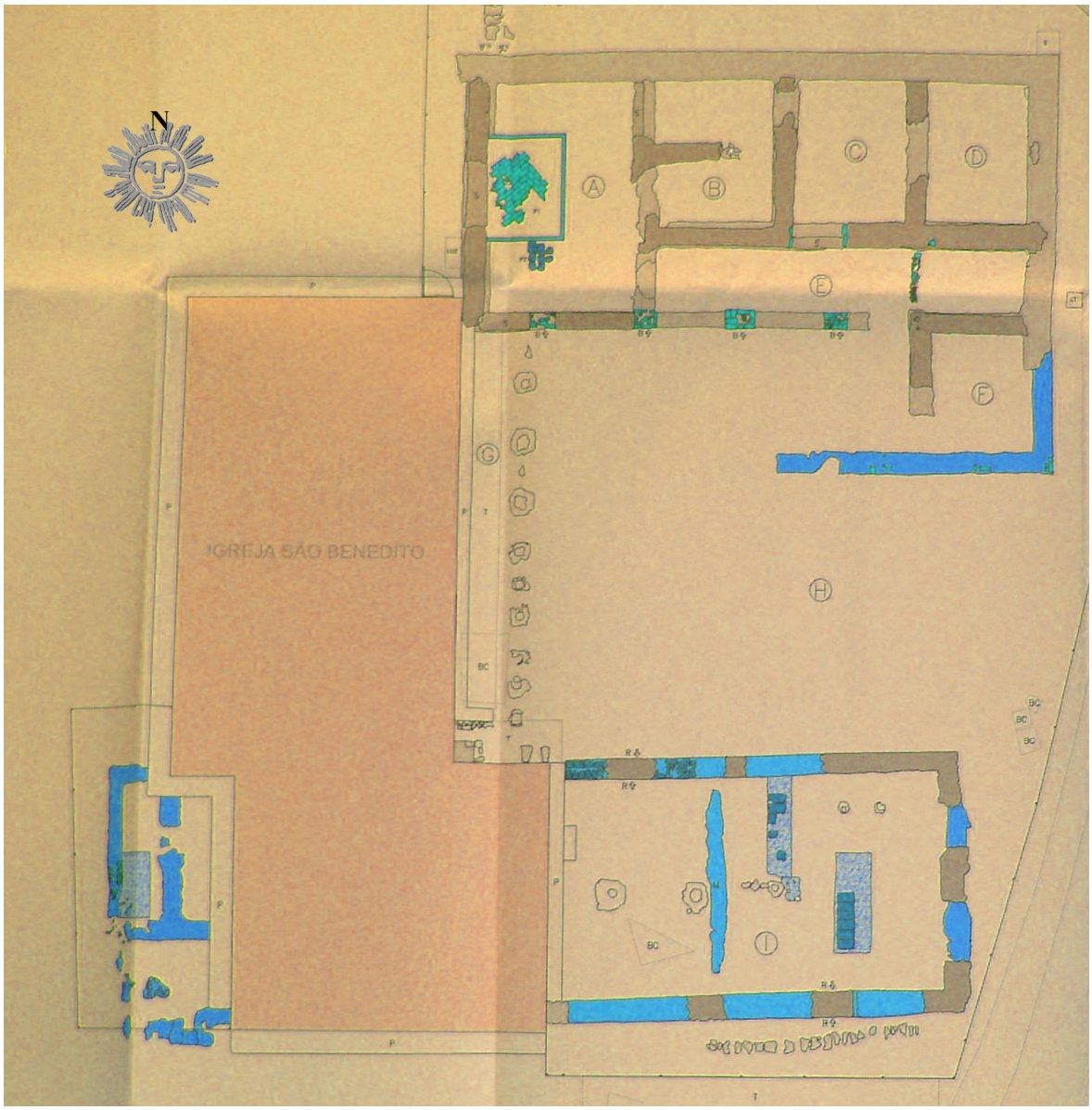


Figura 178: planta de estruturas arquitetônicas evidenciadas no sítio arqueológico Colégio Jesuítico. Legenda: A = portaria; B = escada; C = sala 1; D = sala 2; E = galeria; F = sala 3; G = galeria; H = pátio descoberto; I = grande cômodo; hachura laranja = Igreja de São Benedito; hachura azul claro = alicerce em alvenaria de taipa de pilão; hachura azul escuro = alicerce em alvenaria de pedras sem argamassa; hachura marrom claro = alicerce em alvenaria de pedras com argamassa; hachura marrom escuro = parede em alvenaria de pedras com argamassa; hachura verde claro = tijolos cerâmicos; hachura verde escuro = tijolos de adobe. Fonte: modificação de detalhe de planta em NAPAS/UFBA (2002:anexo).



Figura 179: a Igreja de São Benedito e, à sua esquerda, as ruínas da Residência do Salvador, na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia de Jota Freitas, s/d.



Figura 180: vista aérea de parte da Cidade Alta de Porto Seguro (c.2000).
Observação: ao fundo, parte da Cidade Baixa de Porto Seguro; à direita e acima, a Igreja de São Benedito e, à sua esquerda, as ruínas da Residência do Salvador; abaixo e à esquerda, a Casa de Câmara e Cadeia; abaixo e à direita, a Igreja Matriz de N. S. da Pena. Fonte: edição de fotografia em STC-BA (2001:40-41), s/d.

Essa tipologia de *residência* jesuítica com planta em "C" – mesmo que menos freqüente que a tipologia com planta em "O" – é também encontrada em *residências* como a de São Miguel, em Santos (SP), e de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta (ES). As tipologias em "C" podem ser indicativas das limitações econômicas que caracterizaram certas *residências* durante a sua existência; entretanto, elas também podem ser tomadas como registros da evolução arquitetônica pela qual teriam passado muitos, se não todos, conjuntos arquitetônicos jesuíticos que apresentam ou apresentaram um claustro totalmente fechado por uma igreja e três alas. Em outras

palavras, as tipologias em “C”, juntamente com as em “L”, seriam indicativas de que as tipologias em “O” não resultaram de um único e concentrado esforço construtivo, mas de processos que podem ter se estendido por séculos e tido variáveis bastante específicas.

As pesquisas arqueológicas realizadas pelo NAPAS/UFBA nas ruínas da Residência do Salvador, e a restauração realizada pelo IPAC-BA na Igreja de São Benedito em 1999 e 2000 (Figura 74), também demonstraram que esse conjunto arquitetônico foi construído em períodos distintos e sofreu diversas alterações. Essas conclusões decorrem, em primeiro lugar, da constatação de que tanto a igreja quanto as alas em anexo tiveram variadas conformações espaciais e empregaram variados sistemas construtivos associados a diferentes momentos da história da arquitetura brasileira. Alguns desses espaços e sistemas – como o segundo pavimento que a ala norte ostentou e as resistentes alvenarias de pedras evidenciadas – sequer são mencionados na detalhada descrição das obras da *residência* pelo padre Aguiar em 6 de fevereiro de 1622 e, portanto, inferimos serem posteriores.

A pesquisa arqueológica também demonstrou que a ala sul era composta por uma mescla de alicerces e alvenarias de taipa de pilão, adobes e pedras que teria conformado um grande cômodo que englobava o espaço da atual sacristia, tinha dimensões planimétricas pouco inferiores às da atual nave e talvez fosse destinado a atividades de ensino (Figura 178) (NAPAS/UFBA, 2002a). Isso nos faz levantar uma hipótese que pode contribuir tanto para a ampliação dos conhecimentos sobre esse conjunto jesuítico quanto para se sugerir que o traçado da vila de Porto Seguro sofreu modificações bem mais profundas do que sabemos ou supomos hoje. Ou seja, diante desses dados sobre a ala sul da Residência do Salvador, presumimos que as suas fundações serviram de base para a primitiva igreja da sua antecessora, a Residência de São Pedro, construída provavelmente em 1552 ou 1553. Essa igreja teria sido implantada segundo o princípio *cardo-decumanos* supostamente aplicado às igrejas jesuíticas de N. S. da Ajuda e São João Batista. Portanto, quando os padres Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda iniciaram a construção da Residência do Salvador sobre as ruínas da *residência* quinhentista, eles não se pautaram por esse princípio, mas por outras variáveis arquitetônicas e urbanísticas, constitutivas do arcabouço da atual Igreja de São Benedito.

Uma parte do relatório de padre Aguiar que nos chama a atenção, e corrobora nossa hipótese, consiste na descrição dos sistemas construtivos empregados para a execução das paredes da Residência do Salvador. Se a transcrição desse relatório por Serafim Leite (1945[V]) é fiel ao original – e, é claro, se padre Aguiar conhecia ao menos minimamente aquilo que descrevia –, as paredes da “Igreja e tudo o demais” foram construídas em taipa de mão (ou pau-a-pique), ao passo que as paredes das “novas obras” foram construídas em taipa de pilão (p.232-234). Esses detalhes, que podem

passar despercebidos através de uma leitura pouco interessada nos antigos sistemas construtivos praticados no Brasil, colocam uma questão intrigante: por que um sistema sabidamente mais perecível foi empregado na construção do principal edifício do conjunto – a igreja – e a taipa de pilão, que pode durar séculos se corretamente executada e conservada, foi empregada nas tais "novas obras"?

Talvez jamais saibamos a resposta para essa pergunta, mas existe uma possibilidade relacionada às variáveis urbanísticas que podem ter pautada a construção da nova *residência*. Naquele ano de 1622, o centro social e político da vila de Porto Seguro já teria se consolidado à Praça Pero do Campo Tourinho e, portanto, os padres Aguiar e Miranda teriam optado por voltar o frontispício da nova igreja para lá. Isso os teria obrigado a uma rotação de aproximadamente 90 graus em relação à orientação da primitiva igreja, mas, como uma construção em taipa de pilão exige alicerces mais sólidos do que uma construção em taipa de mão, é factível que os padres tenham optado, em nome da otimização de tempo e recursos, por um templo provisoriamente mais modesto, com paredes de taipa de mão apoiadas sobre os alicerces que haviam sustentado uma ala – talvez única e também em taipa de mão – da arruinada Residência de São Pedro[136]. Quanto às "novas obras" em taipa de pilão, é factível que consistissem em outros espaços dessa nova *residência*, construídos sobre os alicerces da antiga igreja, também em taipa de pilão[137].

A partir de então, a Residência do Salvador seria objeto de sucessivos incrementos, teria a sua igreja reconstruída com sistemas mais perenes, ampliaria o seu número de compartimentos e receberia uma ala norte dotada de um segundo pavimento. Mais ainda, ela seria responsável pela consolidação de uma grande praça à sua frente e se transformaria em um dos principais marcos da vila, e depois cidade, de Porto Seguro (Figura 161, Figura 180). A propósito, caso a sua antecessora, a Residência de São Pedro, tenha sido realmente implantada segundo o princípio *cardo-decumanos* e, portanto, com o frontispício da sua igreja voltado para o oeste, é bastante provável que tenha existido à sua frente, durante pelo menos a segunda metade do século XVI, uma ampla praça ladeada por edificações. Dessa suposta porção do pretérito traçado urbano de Porto Seguro, não se conhece qualquer vestígio material. Hoje, lá se encontram apenas alguns terrenos particulares, vias e rotatórias que constituem os principais acessos à Cidade Alta e uma antiga caixa d'água para abastecimento público.

---

[136] Como explica o arquiteto Sylvio de Vasconcellos (1979): "Em nossa arquitetura só são encontrados alicerces propriamente ditos nas construções de alvenaria, sejam de pedra, de adobos ou adobes, ou de tijolos, salvo quando empregada taipa de pilão, sendo os alicerces então, quase sempre, do mesmo material e sem solução de continuidade. Com exceção deste caso, os alicerces são sempre de alvenaria de pedra e barro" (p.13).

[137] Segundo Vasconcellos (1979), "O uso da taipa de pilão foi mais difundido nos primeiros séculos da colonização, desaparecendo quase por completo no século XVIII. É mais encontrada em regiões pobres de pedra tendo sido, porém, largamente empregada em todo o Brasil, principalmente no litoral" (p.21).

Retomando a questão da grande diferença entre as condições econômicas e demográficas registradas na capitania de Porto Seguro em 1602 e 1622, podemos formular pelo menos duas hipóteses. A primeira, é que o padre Pero Rodrigues retratou a capitania, em 1602, com cores excessivamente fortes, seja porque assim o informavam os missionários lá sediados – e em pânico diante de uma situação que não era tão dramática –, seja por algum interesse que desconhecemos. Portanto, no âmbito dessa hipótese, as condições de 1622 resultavam do crescimento demográfico e econômico dos colonos de 1602, não obstante padre Mateus de Aguiar ter declarado que a terra ainda era "pobre e falta do remédio" (p.229) e se saber que os *aimoré* a assolaram até pelo menos 1610[138] (Leite, 1945 [V]). A segunda a hipótese, que não elimina de todo a primeira, é o ingresso de uma nova leva de colonos na capitania, em algum momento posterior a 1602, por conta de uma iniciativa da sua donatária, D. Juliana de Lencastre, duquesa de Aveiro.

De qualquer maneira, tudo indica que a capitania de Porto Seguro foi marcada, nas primeiras décadas do século XVII, por um arrefecimento das pretensões coloniais portuguesas e por uma certa acomodação das territorialidades indígenas e não-indígenas. Os domínios portugueses teriam ficado restritos então a uma estreita faixa ao longo da linha de costa e poucos quilômetros à montante da foz de rios como o Buranhém e o João de Tiba. Se a produção açucareira não experimentou um completo colapso, ela ficou reduzida a, no máximo, um engenho representado em um mapa de Albernaz de 1631 (Figura 183) e a pequenos trapiches junto às povoações portuguesas remanescentes. Nesse caso, é factível que uma boa parte da mão-de-obra empregada fosse constituída por escravos africanos. Já a exploração do pau-brasil – controlada por severas legislações régias e padecendo de estoques cada vez mais reduzidos na zona costeira – deve ter se restringido à extração de espécimes que tenham escapado à sanha extrativista do século anterior. A propósito, a capitania de Porto Seguro pode ter iniciado a diversificação da sua produção madeireira nesse período e passado a exportar outras espécies de madeiras-de-lei existentes nas Florestas Ombrófilas que lá vicejavam. Como fartamente documentado nos séculos XVIII e XIX, essa capitania e a de Ilhéus desempenhariam um importante papel como fornecedoras de madeiras de excelente qualidade para diversos portos da Europa e, especialmente, para os estaleiros reais na Ribeira, em Portugal.

A capitania de Porto Seguro também pode ter experimentado uma significativa ampliação de um processo que resultaria em traços distintivos da sua população,

[138] Em 1610, os *aimoré* promovem mais um grande cerco aos assentamentos portugueses na capitania de Porto Seguro. Segundo Leite (1945 [I] [V]), durante esse evento alguns jesuítas foram enviados para dar apoio aos colonos. Um deles era o já referido Domingues Rodrigues que aprendera a "língua aimorética" e fora responsável pela "pacificação" dos Gerén na capitania de Ilhéus na década de 1600 (Leite, 1945 [V]:216).

destacados pelos ouvidores pombalinos na segunda metade do século XVIII e visíveis ainda hoje nas suas comunidades tradicionais: um amplo intercâmbio cultural e miscigenação entre indígenas e portugueses. Como se depreende da documentação colonial produzida nas primeiras décadas do século XVII, os Tupinikín que lograram sobreviver ao *apocalipse* que exterminou a sua maior parte concentraram-se em *reduções* da Companhia de Jesus e, até mesmo, em vilas e povoados da capitania. Por um lado, o estreitamento dessas relações acarretaria nos indígenas uma marcada aculturação observável, por exemplo, no abandono das suas práticas guerreiras e antropofágicas, na adoção do cristianismo e na incorporação de alguns modos de produção europeus, como a venda da sua força de trabalho por salários e jornais. Essa integração ao mundo europeu já era incentivada desde meados do século anterior, como se lê em uma carta de padre Navarro, datada de 28 de março de 1550, na qual ele defende que: “Está ora aberto um novo caminho que espero será de muito fruto, e é casarem-se cristãos antigos com as filhas dos recém-convertidos, o que espero que cada dia mais se faça por ser de grande serviço de Deus” (Navarro *et al.*, 1988:76).

Por outro lado, a língua materna ainda seria falada por aproximadamente dois séculos e, em alguns momentos, como uma forma de resistência cultural que contrariava inclusive severas legislações coloniais. Uma série de padrões culturais indígenas relacionados à alimentação, culinária, vestimenta, maneiras de habitar, ritmos do trabalho etc. também seriam adotados pelos colonos portugueses e cada vez mais reproduzidos pelos seus descendentes, fossem mestiços ou não. Durante esse processo de assimilação, adoção e rejeição de elementos Tupinikín e portugueses, ter-se-ia ampliado a imbricação cultural entre os seus protagonistas e se estabelecido um crescente território comunal. Não obstante a manutenção por cada parte de elementos incompatíveis com a outra, ambas parecem ter experimentado uma paulatina melhoria das condições para a convivência mútua e, no que tange exclusivamente aos portugueses, para a lida com as condições ambientais e recursos naturais da colônia.

Entretanto, não acreditamos que tenha ocorrido a formação de uma população fechada e, por extensão, de uma cultura cujo desenvolvimento se deu sem contribuições externas. Ao contrário, ao longo do século XVII, a capitania de Porto Seguro parece ter continuado a receber colonos e ampliado as suas relações econômicas com ultramar. Uma interessante evidência da ocorrência desse processo é a quantidade de fragmentos de faiança portuguesa fabricada no século XVII que tem sido evidenciada em sítios como a Cidade Alta de Porto Seguro (Figura 181). Essa tipologia cerâmica, de grande popularidade entre as classes mais abastadas na Metrópole e nas colônias, é considerada como um demarcador da presença das mesmas nesses espaços. Além disso, os fragmentos de faiança portuguesa encontrados em Porto Seguro correspondem

a uma significativa proporção do material arqueológico evidenciado e indicam a presença de um número relativamente grande de colonos com condições para arcar com a sua importação. E, como se não bastasse, em meio a esse material há também fragmentos de pratos estampados com brasões nobiliários, cujo uso era prerrogativa exclusiva dos membros da nobreza e das ordens religiosas (Figura 182) (NAPAS/UFBA, 2002a).



Figura 181: fragmento de prato de faiança portuguesa tipo arranhões evidenciado arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000d:56), s/d.



Figura 182: fragmentos de prato de faiança portuguesa com brasão nobiliário (família Silva ou Silveira) evidenciados arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro.
Fonte: fotografia em NAPAS/UFBA (2000b:62), s/d.

No que tange aos assentamentos existentes na capitania de Porto Seguro na primeira metade do século XVII, o Superior da Residência do Salvador, padre Francisco Pais, lista em 10 de novembro de 1643 “uma vila de portugueses e dois lugares” e “3

Aldeias de Índios Brasis e uma de Bárbaros Tapuias, os quais por mercê de Deus estão já tão outros que servem àquele Povo" (*apud* Leite, 1945 [V]:236). Esse documento, quando cotejado com mapas produzidos por João Teixeira Albernaz, em 1631 (Figura 183), e por João Teixeira Albernaz II, em aproximadamente 1666 (Figura 184), permite inferir que dentre os assentamentos relatados na citada *Informação* produzida por um jesuíta anônimo provavelmente entre 1573 e 1578, ainda permaneciam: a vila de Porto Seguro; a povoação de Santa Cruz (representada pelos Albernaz junto às fozes do *"Rio doce"*, ou Mutari, e do *"Rio Sernão bitibi"*, ou João de Tiba[139]); e, talvez, uma das duas aldeias declaradas pelo jesuíta anônimo a duas léguas de Santa Cruz (onde se vê no mapa de Albernaz a representação de uma igreja denominada "*S. Ant°.*" e próxima de uma cabeceira do rio Santo Antônio). O segundo "lugar" referido pelo padre Pais pode ser o espaço polarizado pela Igreja de Santo Amaro, pela Igreja de N. S. d'Ajuda ou pela Igreja de São Francisco[140]. Todavia, a simbologia adotada não indica a existência de outras edificações – e, em especial, de povoações – em torno das mesmas. Ambos os mapas representam também dois assentamentos portugueses na porção setentrional da bacia do médio Buranhém que foram denominados "*Tobatinga*" e "*Pacaý*" (ou "*Bacaý*"), mas que devem tratar-se de algumas das fazendas indicadas pelo jesuíta anônimo[141]. Caso São Tiago do Alto/Igtororém seja o segundo "lugar" a que se referiu o padre Pais, esse é o último registro que conhecemos dessa povoação, que duvidamos ter sobrevivido aos problemas que fustigaram a capitania no final do século XVI.

Já o mapa de Albernaz indica a existência de um "*Engenho do Duque*", provavelmente de Aveiro, em uma porção mais interiorizada da bacia do rio João de Tiba, bem como três assentamentos na bacia do rio Buranhém, cujas representações e topônimos sugerem ser aldeias indígenas: "*Piana Suípe*", "*Iuaípe*" e "*Graga Suípe*". Uma interpretação apressada pode levar à conclusão que elas eram as "3 Aldeias de Índios Brasis" mencionadas pelo padre Francisco Pais em 1643; entretanto, outras fontes do período apontam os nomes dessas "3 Aldeias" – as *reduções* de São João Batista, de Santo André e do Espírito Santo – e demonstram que, talvez com exceção da última, as demais escaparam a atenção desses renomados cartógrafos.

---

[139] O mapa de Albernaz sugere que a vila de Santa Cruz estendia-se da margem direita da foz do Mutari à margem direita da foz do João de Tiba; entretanto, quando ele foi produzido, essa vila encontrava-se restrita a uma pequena porção da margem direita da foz do João de Tiba, ao passo que na margem direita da foz do Mutari existia, se muito, apenas ruínas da antiga povoação de Santa Cruz. Já no mapa de Albernaz II, foi invertida a localização da *"Povoação Nova"* e da *"Povoação Velha"*. Esses e outros equívocos relacionados à Santa Cruz são comuns na cartografia do período Colonial e parecem ser fruto da confusa história desse assentamento.

[140] A igreja denominada "*São Fran^co^*." deve ser a fundada pelos franciscanos no Outeiro da Glória no início do século XVI. A sua representação a noroeste da vila de Porto Seguro deve ser fruto de outro equívoco dos Albernaz.

[141] Dados os supostos equívocos cometidos pelos Albernaz sobre esse e outros trechos da costa brasileira, não é impossível que o assentamento denominado "*Pacaý*" (ou "*Bacaý*") seja simplesmente o núcleo do bairro de Pacatá situado na porção noroeste da Cidade Baixa de Porto Seguro e junto ao rio Buranhém. Autores que conheceram esse espaço no começo do século XIX, como o capitão-mor João da Silva Santos por volta de 1803, relataram que lá existia um "arraial" ou "lugar" homônimo (ABN, 1918 [doc.27114]:243).



Figura 183: mapa da zona costeira entre os rios do Frade e Santo Antônio (1631), de autoria de João Teixeira Albernaz.
Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Brasília.

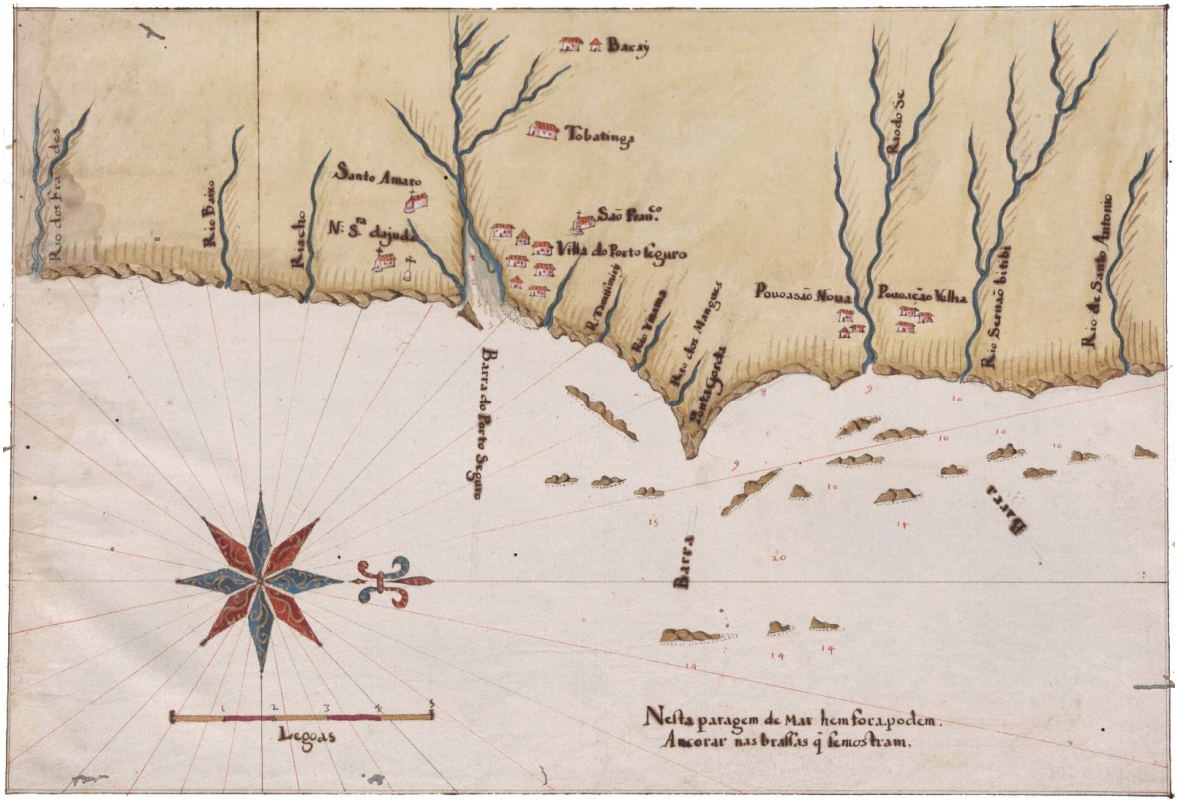


Figura 184: mapa da zona costeira entre os rios do Frade e Santo Antônio (c.1666), de autoria de João Teixeira Albernaz II.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas do século XVII, a Companhia de Jesus produziu uma série de rearranjos na sua rede sócio-espacial nas capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, de forma a incrementar as suas condições de "defesa, catequese e subsistência" (Leite, 1945 [V]:205). Por volta de 1684, os habitantes da *redução* do Espírito Santo foram transferidos para a de São João Batista e, em 1692, parte dos habitantes da *redução* de Santo André foram transferidos para Camamu, na capitania de Ilhéus. Em 20 de agosto desse ano, o governo do Estado do Brasil ordenou ao capitão de Porto Seguro "fazer entregar os índios que ficaram na aldeia de Santo André". Essa ordem, constante do *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Nacional* (ABN, 1878:197), permite inferir que a *redução* de Santo André foi encerrada e, assim sendo, coloca uma interrogação sobre a suposta vinculação genealógica entre ela e o atual povoado de Santo André.

Por volta de 1693, a *redução* do Espírito Santo (ou Patatiba) foi restabelecida no seu sítio original, na margem direita do Buranhém, e, desde então, não há evidências ou indícios de que ela ou a de São João Batista tenham sido objeto de relocações ou abandono. A propósito da população que abrigavam, uma *Informação para a Junta das Missões de Lisboa*, elaborada em 1702 pelo Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, padre João Pereira, informa que os assentamentos jesuíticos na colônia (excetuando-se as capitanias do Maranhão e Pará) somavam 15.450 indígenas: 300 deles habitavam a *redução* de Patatiba e 500 a de São João Batista (*apud* Leite, 1945 [V]:571).

Voltando à afirmação do padre Pais que a capitania de Porto Seguro possuía, em 1643, além das três referidas *reduções*, uma aldeia de "Bárbaros Tapuias", é bastante provável que ela fosse habitada pelo primeiro grupo de filiação Macro-Jê "pacificado" no Extremo Sul da Bahia e constituísse a "nova cristandade de tapuias" que a *Epistolae Brasilienses: 1550-1660* informa sob os cuidados dos jesuítas em 1650 (*apud* Leite, 1945 [V]:240). Contudo, os documentos citados por Serafim Leite não oferecem informações sobre a sua localização, a etnia dos seus habitantes e a modalidade do contato realizado (se *per modum missionis* ou através de uma *redução* estabelecida para atraí-los).

A fonte mais antiga que sabemos versar, com um mínimo de precisão, sobre grupos Macro-Jê *reduzidos* no Extremo Sul da Bahia, encontra-se no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa e consiste em uma *Provisão* de 29 de agosto de 1681 na qual:

> o Governador do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, concede a *D. Francisco Barjon* a administração [temporal] dos Índios *Menhans* [ou Meniã], que estavam ao seu serviço e do Capitão *Simão da Silva*, *José de Oliveira Corrêa*, *André de Brito de Almeida* e *Francisco de Oliveira Rego*, moradores na Capitania de Porto Seguro (ABN, 1914 [doc.6523]:62).

A partir desse documento, é possível montar uma detalhada série histórica que alcança o ano de 1764 e inclui diversos *Requerimentos*, *Autos*, *Portarias*, *Provisões*,

Informações, *Atestados* etc. relacionados a descendentes de Barjon e, particularmente, ao seu neto, padre José de Araújo Ferraz, que o sucedeu na administração temporal dessa aldeia ou *redução*[142] (ABN, 1914 [doc.6522-6541]). Como se depreende dos mesmos, é factível que esse assentamento Kamakã Meniã tenha funcionado como núcleo da cidade de Belmonte, na margem direita da foz do Jequitinhonha. Um *Atestado* emitido em 10 de janeiro de 1758 pelo padre Roberto de Brito Gramacho, vigário colado da Freguesia de São Boaventura do Poxim da capitania de Ilhéus, sintetiza a trajetória desse assentamento durante os anos que acumulava sob a direção de Ferraz:

> Certifico, atesto e juro *in verbo sacerdotis*, que o [padre] Licenciado *José de Araújo Ferraz*, Presbítero do hábito de S. Pedro, residiu por espaço de 19 anos por administrador temporal de uma Aldeia de Índios *Menhães*, filial desta Matriz, sita no Rio Grande [ou Jequitinhonha], da parte do norte, a qual haverá quatro anos se passou para Triquitaba, termo da Freguesia de Santa Cruz, Bispado do Rio de Janeiro (ABN, 1914 [doc.6533]:63).

A origem do núcleo da cidade de Belmonte também pode ter relação com uma "sesmaria de duas léguas de terra, no Rio Grande" doada à Residência do Salvador quando da gestão pelo padre Luiz Cardoso, entre 1694 e 1697 (Leite, 1945 [V]:237-239). A exploração econômica dessa terra de sesmaria seria fundamental para a manutenção da Companhia de Jesus na capitania e pode ter contribuído significativamente para a catequese de grupos Macro-Jê ao longo do curso final do rio Jequitinhonha. Um documento constante dos *Catalogi Breves et triennales: 1700-1757* assim descreve a situação econômica e financeira dessa *residência* em 1739:

> Possui esta casa 37 servos, que trabalham numa pequena Fazenda, que produz farinha e hortaliça; e com esta e com o que rende o peixe, que se pesca, e uma oficina de ferreiro, unicamente se sustenta. Receita do ano anterior: 314 escudos romanos; despesa 407. Deve, de dinheiro que pediu emprestado, 90 escudos (*apud* Leite, 1945 [V]:237).

---

[142] Como explica Beatriz Perrone-Moisés (1992): "Da administração das aldeias são inicialmente encarregados os jesuítas, responsáveis, portanto, não apenas pela catequese ('governo espiritual') como também pela organização das aldeias e repartição dos trabalhadores indígenas pelos serviços, tanto da aldeia, quanto para moradores e para a Coroa ('governo temporal'). A Lei 1611 mantém a jurisdição espiritual dos jesuítas, estabelecendo porém, a criação de um, capitão de aldeia, morador, encarregado do governo temporal. A Lei de 9/4/1655 para o estado do Maranhão proíbe expressamente que se ponham capitães nas aldeias, que devem ser governadas pelos missionários e chefes indígenas, ou 'principais de sua nação'. Os principais serão encarregados da administração temporal também em Provisão de 17/10/1653 e na Lei de 12/9/1663, ficando os missionários com a administração espiritual unicamente. O mesmo declara a Lei de 1755, mas o Diretório de 1757 e a Direção de 1759, considerando os índios incapazes de se autogovernarem, instituirão os diretores das povoações de índios. O governo temporal voltará às mãos dos jesuítas quando se entende que a conversão, intento primordial do aldeamento, só pode ser feita desse modo (Cartas Régias de 6/12/1647 e 26/8/1680 para o estado do Brasil, Carta Régia de 2/9/1684 para o estado do Maranhão, Regimento das Missões de 1686). E será dada aos moradores quando estes, reclamando junto à Coroa da falta de braços para a lavoura, dada a resistência dos missionários em fornecê-los, alegam que, além disso, haverão de encarregar-se da civilização dos índios tão bem quanto os primeiros, ou talvez até melhor. Em Cartas Régias de 17/1/1691 e 13/5/1691 proíbem-se as administrações seculares das aldeias. Em alguns momentos convivem administrações por particulares, por câmaras, por missionários, aldeias dos missionários, aldeias da Coroa, aldeias de repartição. A administração das aldeias é objeto de muitas discussões e um dos pontos em que se encontra, realmente, uma grande oscilação. Na pessoa dos administradores das aldeias, encontram-se investidos os dois grandes motivos de toda a colonização, marcados, na prática pela contradição: a conversão e civilização dos índios e sua utilização como mão-de-obra essencial" (p.119-120).

Em relação ao ano de 1757, outro documento desses *Catalogi* revela que a Residência do Salvador havia acumulado mais terras na capitania e gozava de uma situação bem mais positiva:

> Nesta Casa residem dois, ou quando muito três, dos Nossos, que se ocupam nos habituais ministérios de ensinar e pregar. Sustentam-se com o cultivo dos campos. O melhor é a *Fazenda de S. Ana*, onde trabalham 50 servos, que produz farinha bastante para o próprio sustento e ainda para vender. Tem um pequeno curral com uma Fazenda anexa, onde há 100 cabeças de gado, e uma oficina de ferreiro, que dá anualmente não pequeno rendimento. Recebeu do ano anterior: 800 escudos; gastou 700 (*apud* Leite, 1945 [V]:237).

A partir da segunda metade do século XVII, também ganhou força a expansão portuguesa e jesuítica na porção meridional da capitania de Porto Seguro. Alguns documentos depositados no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa fornecem evidências de que a povoação que daria origem à vila de Caravelas – apontada por Anchieta como existente na década de 1580 –, experimentava então algum crescimento. Essa expansão parece ter acarretado o aumento dos contatos com grupos indígenas que habitavam as imediações e exigido a presença de missionários jesuítas que os catequizassem. Nesse sentido, o próprio governador-geral do Brasil, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, escreveu ao rei em 16 de julho de 1693 informando sobre o contato no "Rio das Caravelas" (ou Peruípe) com uma "Aldeia de gentio Bravo" que tencionava mandar "catequizar, para o que estou já concertando com os Padres da Companhia. Dizem-me que passam de mil e quinhentas almas" (*apud* Leite, 1945 [V]:241). Esse pleito não pôde ser atendido, mas essa povoação foi elevada à vila de Santo Antônio das Caravelas em 1701 pela donatária da capitania de Porto Seguro, D. Maria de Guadalupe de Lencastre Cardenas Manrique, 6º duquesa de Aveiro (SEI, 2001).

Seis anos depois, a vila foi atacada por "Índios bravos", sendo necessário organizar uma expedição punitiva da qual participaram muitos "Índios mansos das Aldeias de Porto Seguro" (Leite, 1945 [V]:241). Em 1717, a vila de Caravelas foi novamente assaltada, mas dessa vez um dos sitiantes foi aprisionado. Conforme registrado, o seu idioma era desconhecido tanto pelos colonos portugueses e missionários jesuítas quanto pelos indígenas que habitavam as *reduções* da capitania (Leite, 1945 [V]). Esse fato, quando cotejado com documentos posteriores, nos leva a crer que o prisioneiro pertencia a algum grupo *aimoré* que havia avançado sobre a zona costeira do Extremo Sul da Bahia na segunda metade do século XVI ou na primeira do XVII. E mais, que era falante de algum dos idiomas da família lingüística Maxakalí do tronco Macro-Jê e, portanto, pertencia à etnia Cumanaxó, Makoni, Maxakalí, Panháme ou Pataxó. De qualquer maneira, menos de 40 anos depois, muitos dos grupos Macro-Jê

que habitavam as imediações do rio *das Caravelas* já estariam “pacificados” pela cruz e pela espada. Um documento versando sobre uma *missão* lá realizada por dois jesuítas em 1754, e sintetizado por Leite (1945 [V]), ilustra eloqüentemente esse processo:

> De Caravelas, quer por terra, quer em pequenas canoas, percorreram 17 povoações com extraordinário fruto de almas. (Dão-se números: comunhões, 9.000; confissões gerais 3.000, 82 matrimônios revalidados). Fizeram-se as pazes entre pessoas desavindas, retrataram-se falsos testemunhos, queimaram objetos supersticiosos e de feitiçaria (*artis magicae*), desterrando-se as superstições do povo. E promoveu-se a pureza do culto e a sua maior freqüência (p.241).

Também pode datar da segunda metade do século XVII ou da primeira do XVIII, o início de uma atividade econômica que marcaria profundamente a geografia do litoral do Extremo Sul da Bahia: a pesca da garoupa no banco de Abrolhos. Considerada como o bacalhau brasileiro, essa espécie (*Epinephelus marginatus*) seria exportada às toneladas principalmente para o Recôncavo Baiano, emprestaria o seu nome às embarcações que realizavam a sua captura – as garoupeiras – e constituiria uma importante base da economia da região. Entretanto, deve-se destacar que a pesca da garoupa pode ter sido estimulada não apenas pela predileção portuguesa pelo consumo do bacalhau, mas também pela ascendência, em Viana do Castelo, do primeiro donatário da capitania de Porto Seguro e dos seus colonos. Como mencionado anteriormente, muito antes de Pero do Campo Tourinho lá desembarcar, Viana já se destacava “nas navegações e pescarias de bacalhau da Terra Nova”, assim como continuaria a fazer por séculos a fio (Dias, 1924:245). É factível, portanto, que algumas das habilidades necessárias à lida com essa atividade tenham sido herdadas pelos seus descendentes e adaptadas para a pesca da garoupa em Abrolhos.

Essa atividade também pode ter atuado como um dos principais tributários da fundação e/ou desenvolvimento de um rosário de assentamentos coloniais no litoral entre a vila de Porto Seguro e a foz do rio Doce. A saber: os núcleos das atuais cidades de Prado, Alcobaça, Nova Viçosa, Mucuri, São Mateus e mesmo Caravelas. A mera análise do posicionamento geográfico desses assentamentos – todos diante do banco de Abrolhos e a maioria em torno da ponta da Baleia (Figura 44) – sugere essa origem e explica, ao menos em parte, a sua continuidade. Como se infere a partir da cartografia produzida em meados do século XVII – como o já citado *Atlas do Brasil* de João Teixeira Albernaz II (Figura 185) –, os núcleos dessas cidades ainda não estavam constituídos conforme se registraria a partir de meados do século XVIII. No entanto, nada impede que modestas instalações para a salga e secagem da garoupa já ocupassem as margens dos portos naturais existentes nas fozes dos rios Jucuruçu, Itanhém, Peruípe, Mucuri e São Mateus e tenham escapado ao registro cartográfico.

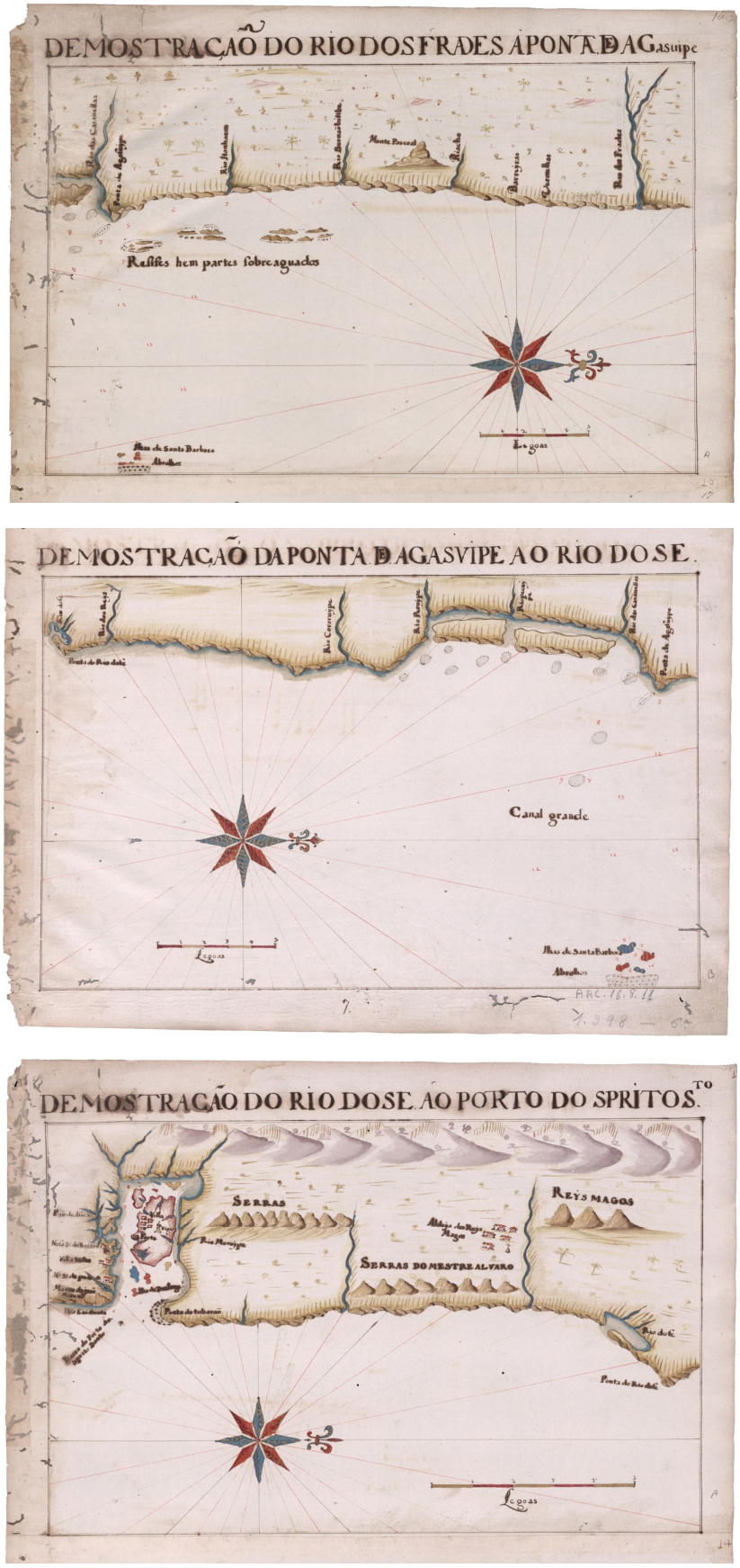


Figura 185: mapas do *Atlas do Brasil* (c.1666) de autoria de João Teixeira Albernaz II representando a zona costeira entre: a) o rio do Frade e a ponta de Agasuípe (ou ponta da Baleia); b) a ponta de Agasuípe (ou ponta da Baleia) e o rio Doce; c) o rio Doce e o porto do Espírito Santo (ou baía de Vitória).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Contudo, em meados do século XVIII, ao passo que a colonização do espaço correspondente ao atual território brasileiro já experimentava uma significativa interiorização, a presença portuguesa na capitania de Porto Seguro continuava restrita à sua zona costeira e à poucos quilômetros a montante dos rios Caravelas, Buranhém e João de Tiba (Figura 186). Antes disso, essa capitania havia perdido a maior parte das suas porções interioranas por força de uma carta régia de 9 de novembro de 1709, que criou a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, de onde se desmembraria, em 2 de dezembro de 1720, a capitania das Minas Gerais. Abrigando uma ampla rede de exploração aurífera e diamantífera polarizada por uma das maiores cidades do planeta – Vila Rica –, essa capitania constituir-se-ia no século XVIII no mais rentável domínio ultramarino lusitano e teria uma considerável repercussão nos rumos da capitania de Porto Seguro.

Para além da sua atratividade à colonização pelos portugueses – que drenou muitos recursos materiais e humanos potencialmente aplicáveis a outras capitanias brasileiras –, a necessidade de controlar a exportação dos metais e pedras preciosas extraídos das *minas geraes* exigiu, entre outras providências, a limitação do número de vias conectando-as ao litoral. Para tanto, a rede de *Estradas Reais* servindo a capitania das Minas Gerais teve as suas conexões com o Atlântico restritas pela Coroa aos ramais para o litoral fluminense (a vila de Paraty e, depois, a cidade do Rio de Janeiro) e para o Recôncavo Baiano (a cidade de Salvador). De forma a se evitar o contrabando, foi proibido o trânsito e a colonização de um amplo espaço conformado, grosso modo, pelas densas porções do Domínio da Mata Atlântica que cobriam o alto e médio rio Pardo, o médio Jequitinhonha, o alto e médio Mucuri e o médio rio Doce.

A *Zona Proibida*, como denominado comumente esse espaço, isolou o litoral do Extremo Sul da Bahia de todo e qualquer beneficio direto que pudesse advir das atividades econômicas na capitania das Minas Gerais e, de fato, constituiu uma barreira que seria transposta apenas por contrabandistas extremamente motivados, por "desertores e criminosos" (ABN, 1916 [doc.19209]:108) e por "facinorosos e malfeitores"; (Bahia,1853:77). E mais, a *Zona Proibida* contribuiria significativamente tanto para que uma grande parte de um dos mais importantes biomas do planeta fosse preservada até meados do século XX quanto para que diversos grupos de filiação lingüística Macro-Jê permanecessem nela abrigadas ou lá encontrassem refúgio quando "corridos do poder das Minas"[143] (ABN, 1913 [doc.2677]:186).

[143] Comentário do vigário Roberto de Brito Gramacho sobre grupos Pataxó e Anaxó que fustigavam a Freguesia de São Boaventura de Poxim, na capitania de Ilhéus, em uma *Descrição* datada de 20 de janeiro de 1756. Segundo ele informa, esses indígenas seriam originários da capitania de Minas Gerais.

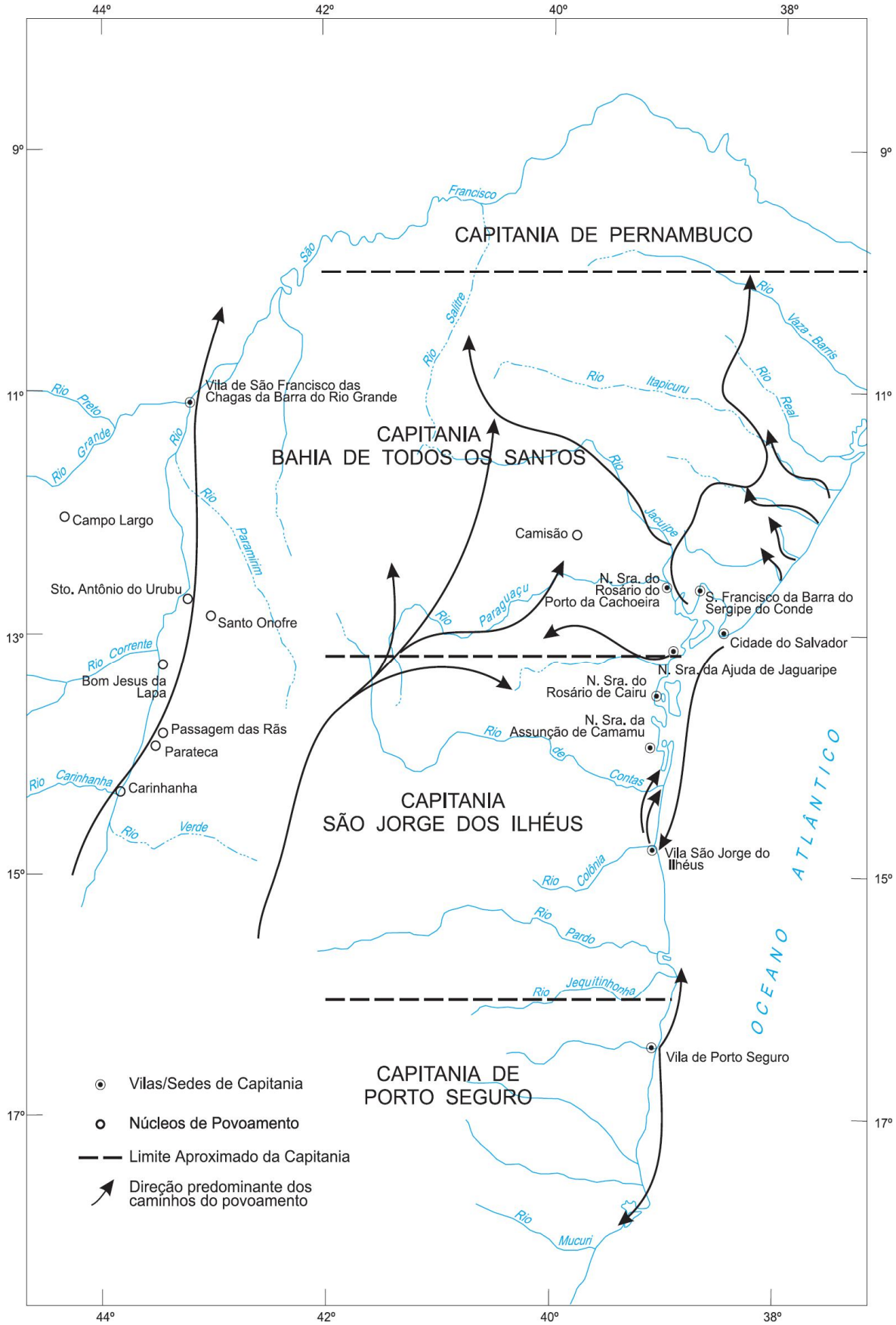


Figura 186: mapa das principais capitanias, vilas, núcleos e caminhos de povoamento existentes, no final do século XVII, no espaço correspondente ao atual território oriental do estado da Bahia.
Fonte: SEI (2001:43).

Por volta das nove horas e trinta minutos do dia 1º de novembro de 1755, enquanto Portugal celebrava o dia de Todos os Santos, um dos maiores terremotos já registrados na Europa tinha início em um ponto no Atlântico a aproximadamente 200 km da costa lusitana. Ao atingir Lisboa, ele pôs abaixo a maior parte dos seus edifícios, causou incêndios de grandes proporções e, como se não bastasse, meia hora depois, uma sucessão de três violentos *tsunami* subiram o rio Tejo e varreram a Cidade Baixa. Mais de 10 mil lisboetas perderam a vida nesse desastre – atribuído por muitos à ira dos Santos – e a capital do mundo lusitano quase foi riscada do mapa (Kozak & James, 1998). Esse sismo também seria sentido em outros países na Europa e mesmo no Caribe, provocaria grande destruição e número de mortos no noroeste da África e teria profundas repercussões nos rumos da América Portuguesa.



Figura 187: gravuras de Miguel Tibério Pedegache Brandão representando os danos causados à cidade de Lisboa pelo terremoto de 1º de novembro de 1755.
Fonte: Bibliothèque Nationale de Paris, França.

Em meio aos esforços de reconstrução de Lisboa e seus arrabaldes, destacar-se-ia um funcionário real que desde a década de 1730 vinha galgando cargos como o de ministro plenipotenciário do rei D. João V junto à Corte de Londres (1738-1743) e de Viena (1744-1749) e secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros do rei D. José I (desde 1750). O seu nome: Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ou, como seria conhecido a partir de 1769, o marquês de Pombal. Em 31 de agosto de 1756, poucos meses depois desse terremoto, Melo seria premiado por D. José I com o importante cargo de secretário do Reino. No seu exercício, ele ampliaria uma série de reformas do Estado português iniciadas em 1750 e tornar-se-ía o homem mais poderoso na Corte e um dos personagens mais celebrados e polêmicos da história lusitana. Como sintetiza Guilherme Pereira das Neves (2000):

> Embora sem dispor de um plano prévio, orientou sua atuação (...) para o combate em três frentes visando à implantação de um absolutismo em Portugal nos modelos de Luís XIV (1643-1715) de França, cujo brilho ainda fascinava toda a Europa da época. Em primeiro lugar, tratava-se de ampliar as bases financeiras da monarquia por meio de uma política de arrecadação, o que significava, segundo o receituário mercantilista adotado, incentivar a expansão do comércio e da marinha, o aumento da produção agrícola e o incremento das manufaturas. Assim, coibiu os pequenos comerciantes, mais difíceis de controlar e mais dados ao contrabando, favorecendo as grandes casas comerciais e os grandes capitalistas, através da concessão de contratos e da formação de companhias de comércio privilegiadas. Em segundo lugar, como exigia o modelo absolutista, cumpria concentrar todo o poder na Coroa, o que exigia o combate em mais de duas frentes.
>
> De um lado, era preciso afirmar o soberano diante das famílias da alta aristocracia que favorecidas pelo fausto e pelas benesses da Corte de D. João V, tinham voltado a adquirir considerável autonomia. Para tanto recorreu a uma violência extraordinária, executando em praça pública, com requintes de crueldade, representantes das famílias mais destacadas do reino, acusadas de participar do atentado contra D. José I, em 1758. De outro lado, já na terceira frente, era indispensável reduzir a influência do poder que poderia competir com a Coroa: a Igreja. Não se tratava de irreligiosidade do ministro, mas de projeto de secularização da política, sob a forma de uma razão de Estado que colocava os assuntos das monarquias católicas acima dos interesses da Santa Sé. A luta se concentrou na campanha contra a Companhia de Jesus, identificada como um poder oculto, que resultou na sua expulsão dos domínios portugueses, em 1759, e no reforço do regalismo, que subordinava o clero à autoridade do soberano (p.377-378).

As reformas pombalinas, como denominadas na maior parte da historiografia, teriam profundos desdobramentos tanto na Metrópole quanto nos seus domínios ultramarinos. Em relação à América Portuguesa, se produziria uma ampla reorganização administrativa, fazendária, judiciária, educacional e territorial que incluiu, entre dezenas de medidas: a extinção do sistema de capitanias hereditárias, sucessivamente reintegradas à Coroa mediante compra, indenização ou confisco; a expulsão da Companhia de Jesus e o seqüestro de todos os seus bens; a transferência da sede do governo geral do Estado do Brasil, em 1763, da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro, de forma a melhor gerir os interesses da Coroa nas porções meridionais da

colônia (em especial as *minas geraes* e as fronteiras com as possessões espanholas na região Platina); uma maior atenção ao Estado do Maranhão e Grão-Pará e, por extensão, uma série de medidas visando à ocupação e consolidação territorial do que constitui hoje grande parte da região Norte brasileira; a criação de centenas de novas vilas, povoações e vias de forma a constituir uma rede sócio-espacial que garantisse o efetivo incremento das atividades econômicas e do seu controle pela Coroa; e o desenvolvimento de um resoluto programa de europeização dos indígenas que teve como principal instrumento o chamado *Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*. Criado pelo governador-geral do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, aprovado por D. José I em 1755 e estendido ao Estado do Brasil em 1758, ele consistia em um amplo conjunto de medidas que reafirmava os indígenas enquanto vassalos livres da Coroa e visava à sua definitiva integração ao *ethos* e *logos* portugueses (ABN, 1913 [doc.4255] [doc.4256]; Cunha, 1992; Perrone-Moisés, 1992). Como sintetiza Ronald Raminelli (2000),

> a Coroa planejava, com o auxílio dos novos vassalos, preservar as fronteiras, incrementar e diversificar a agricultura. Retirados da tutela das ordens religiosas, os índios seriam regulados por diretores, pois, segundo a lei, eram considerados rústicos e incapazes de se governarem. Cada povoação teria o seu diretor, nomeado pelo governador e capitão-geral do Estado, que seria o intermediário entre colonos e comunidades e teria por tarefa promover a "civilidade dos índios". Para tanto, a língua portuguesa tornava-se obrigatória, os ritos e crenças indígenas eram considerados práticas condenáveis, a bigamia perseguida e os casamentos mistos incentivados. Os índios seriam incluídos na "civilização" por intermédio da agricultura, da comercialização de produtos agrícolas e do pagamento de tributos. Além de incrementar as lavouras, seriam protetores das fronteiras coloniais, afugentando os invasores estrangeiros. O alvará de 4 de abril de 1755 estabelecia que os portugueses que casassem com as índias não perderiam seus privilégios, nem cairiam em infâmia, antes seriam preferidos nas terras onde se estabelecessem com a família. Abolia-se também a distinção entre brancos e índios, possibilitando aos últimos atuarem como juizes ordinários e vereadores, e ocuparem outros postos honoríficos (p.186-187).

A capitania de Porto Seguro, não obstante a pouca importância de que gozava na geografia colonial em meados do século XVIII, não ficaria à margem das reformas pombalinas. Ao contrário, conheceria significativas transformações espaciais e sociais principalmente no bojo da expulsão dos jesuítas da América Portuguesa e por obra de dois notáveis ouvidores pombalinos que se sucederiam na administração da capitania entre 1763 e pelo menos 1778.

Em 1756, quando Sebastião José de Carvalho e Melo assumiu a Secretaria do Reino, a Companhia de Jesus somava mais de dois séculos de presença nas colônias portuguesas e espanholas, amplos privilégios no campo missionário conferidos pela Santa Sé, e reconhecidos pelos reis lusitanos, e um vasto patrimônio e poder econômico.

Contudo, essa condição não lhe garantiria a permanência nessas colônias. Ela renderia, isso sim, crescentes acusações de rivalizar os poderes reais, ir contra interesses das Coroas ibéricas, colecionar conflitos com funcionários reais, colonos e o clero regular e, até mesmo, de protagonizar atos de contrabando.

Essa situação atingiria o seu ponto crítico após os reis D. Fernando VI da Espanha e D. João V de Portugal assinarem, em 13 de março de 1750, o *Tratado dos Limites da América do Sul* ou, como mais conhecido, o Tratado de Madri. Ele revogou o de Tordesilhas e deu início à redefinição das fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul. Entre outras decisões, foi estabelecido que Portugal permutaria a colônia de Sacramento (atual Uruguai) por uma porção do território espanhol correspondente à parte do atual estado do Rio Grande do Sul. No entanto, esse espaço – bem como o atual nordeste da Argentina e sul do Paraguai – era ocupado pela maior e mais desenvolvida rede de *reduções* que a Companhia de Jesus lograra estabelecer no continente: Sete Povos das Missões. Por força do Tratado de Madri, era exigido que a Companhia abandonasse as *reduções* Guarani sob a sua responsabilidade no espaço a ser entregue aos portugueses. A resoluta recusa dessa obrigação por praticamente todos os missionários e indígenas lá fixados acarretaria a *Guerra Guaranítica* (1754-1756) e os colocaria sob a esteira de uma força militar conjunta composta por três mil e setecentos soldados portugueses e espanhóis comandados pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, e o governador de Buenos Aires, José de Andonaégui.

Para piorar a já frágil situação política da Companhia de Jesus, um dos seus mais notórios membros, o padre Gabriel Malagrida, foi acusado de envolvimento em uma tentativa de assassinar o rei D. José I em um obscuro atentado, em 3 de setembro de 1758, sobre o qual não faltam teses de que foi forjado pelo futuro marquês de Pombal. Esse religioso foi preso juntamente com diversos membros da alta nobreza portuguesa – inclusive o 8º duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas e Lencastre, donatário da capitania de Porto Seguro – e, enquanto os últimos foram submetidos à justiça comum, o seu destino foi a Inquisição. Entretanto, todos comungaram processos marcados por limitações à defesa e intrigas palacianas, a condenação à pena de morte e uma execução marcada por uma crueldade que chocou Lisboa.

Em 3 de Setembro de 1759, no aniversário do suposto atentado que sofrera, D. José I assinou a *Carta de Lei para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos jesuítas* de todo e qualquer domínio lusitano. No ano seguinte, 193 missionários foram detidos na América Portuguesa e levados presos a ferros para Portugal; outros renunciaram aos seus votos para poderem permanecer e muitos fugiram para remotos rincões do continente. Os *colégios* e *residências* da Companhia de Jesus foram fechados e os seus

bens incorporados ao patrimônio da Coroa, repartidos entre depositários religiosos e seculares ou simplesmente abandonados[144] (ABN, 1913 e 1914).

Quatro meses depois da assinatura dessa *Carta de Lei*, o desembargador João Pedro Henrique da Silva, nomeado inventariante dos bens da Companhia de Jesus na capitania de Porto Seguro, desembarcou na sua vila-sede. Alguns missionários jesuítas ainda permaneciam nas antigas *reduções* de São João Batista e do Espírito Santo, uma vez que o Bispado do Rio de Janeiro ainda não os havia substituído (Leite, 1945 [V]). Elas tinham sido elevadas à condição de sede de *vila* por ordens régias expedidas no ano anterior e denominadas, respectivamente, Trancoso e Vila Verde[145]. Entretanto, para além dessa deliberação, pouco ou nada havia sido feito em relação a esses assentamentos no vazio de poder constituído desde a execução e o confisco dos bens do último donatário da capitania (ABN, 1914 [doc.6430]). O desembargador convocou então os missionários e, no dia 25 de janeiro, os embarcou rumo à Salvador para unirem-se aos seus companheiros detidos na Casa do Noviciado na praia da Jiquitaia (ABN, 1913 [doc.4802]). Como escreveu o padre Serafim Leite (1945 [V]), "os moradores de Porto Seguro despediram-se em pranto" (p.242).

Até por volta de 1775, todas as capitanias hereditárias existentes no espaço que corresponde ao atual território do estado da Bahia seriam reintegradas à Coroa e incorporadas à Capitania Real da Bahia[146] (ABN, 1918 [doc.24002-24003]; SEI, 2001). Entretanto, antes da consolidação desse processo, D. José I criou uma ouvidoria na capitania de Porto Seguro que seria responsável pela sua administração e pelo início da efetiva implementação das reformas pombalinas no seu território, limitado então pelo rio Jequitinhonha ao norte, pelo rio São Mateus ao sul e pela capitania das Minas Gerais a oeste (ABN, 1914 [doc.6508]). Essa providência foi comunicada ao governo geral do Estado do Brasil em 28 de abril de 1763 por meio de um ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ocupando então a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar) no qual apresentava o primeiro ouvidor nomeado para administrá-la. O seu nome: Thomé Couceiro de Abreu, um desembargador cuja biografia pouco se conhece, mas cujo destino era entrar para a história do Extremo Sul da Bahia (ABN, 1881 [I] [doc.6245]).

Em 8 de dezembro de 1763, um dia depois de desembarcar na vila de Porto Seguro, Abreu deu início a um amplo reconhecimento das condições da capitania e uma longa série de providências. Os relatórios que produziria, quando somados aos do seu

---

[144] As Coroas francesa e espanhola também expulsariam a Companhia de Jesus dos seus domínios em, respectivamente, 1764 e 1767. No dia 21 de Julho de 1773, o papa Clemente XIV, por meio do Breve *Dominus Ac Redeptor Noster*, extinguiria essa ordem religiosa. Ela só seria restabelecida em 1814 pelo papa Pio VII.

[145] A *redução* do Espírito Santo foi elevada à vila por ordem régia de 5 de janeiro de 1759 e a de São João Batista por ordem régia de 19 de fevereiro do mesmo ano (IPAC-BA, 1988 [V]).

[146] Segundo a SEI (2001:42), essas capitanias eram as de Porto Seguro, Ilhéus, Peroassu (ou Paraguaçu) e Itaparica/Tamarandiva.

sucessor, constituem um extraordinário manancial de informações sobre as dimensões naturais e culturais desse espaço entre os anos de 1763 e 1777 e, deve-se destacar, não têm correspondentes em qualquer momento anterior. Mesmo que não tencionemos analisá-los detalhadamente aqui – porquanto renderiam milhares de páginas –, cumpre-nos tratar alguns conteúdos que consideramos mais atinentes ao nosso estudo.

No primeiro relatório que Abreu enviou para Mendonça Furtado, em 8 de janeiro de 1764, ele explicita algumas das suas responsabilidades e deixa claro que incluíam, em sintonia com a mentalidade pombalina, a criação de novas vilas e vias na capitania, o desenvolvimento da sua economia, o controle dos seus recursos naturais, a restrição ao acesso para o *sertão* e a definitiva europeização dos indígenas (ABN, 1914 [doc.6429]). Em relação às vilas de Trancoso e Vila Verde, Abreu informa que os seus respectivos vigários lhe haviam passado contagens de população indicando que a primeira era habitada por 789 pessoas, sendo 217 ausentes por razões não explicitadas, ao passo que a segunda era habitada por 282 pessoas e tinha 46 ausentes. Nesse caso, Abreu especifica que 41 dos ausentes eram homens, o que permite sugerir que provavelmente estavam envolvidos em atividades de caça, pesca e coleta mais prolongadas, no cuidado de roças em espaços mais distantes ou prestando serviços nas vilas, povoados e fazendas nas imediações. Corrobora essa interpretação o fato de Abreu ter reconhecido então que a elevação à vila dessas antigas *reduções* jesuíticas não havia ido muito além da assinatura das respectivas ordens régias e estava causando uma série de limitações à produção e independência econômica dos seus habitantes:

> Na criação destas duas Vilas deixaram vivendo os seus moradores na mesma brutalidade, em que dantes viviam, consentindo que se acomodassem e dormissem debaixo de uma mesma palhoça 10, 12 e mais com seus filhos e filhas. Não se assinaram pastos comuns, nem limitaram terras para o Conselho. O termo que se lhes assinou é tão pequeno, que já muitos se me vieram queixar de não tinham terras suficientes para suas lavouras, e plantações, porque as que se lhes tinham assinado se achavam algumas já cansadas e cheias de formigas, outras feitas capoeiras. Não se lhes pôs diretor [ou administrador secular] e só sim um Escrivão com obrigação de lhes ensinar seus filhos a ler (ABN, 1914 [doc.6430]:39).

No entanto, o aspecto que consideramos mais fascinante dessa citação – e que parece ter causado horror a Abreu – diz respeito à maneira como se residia em Trancoso e Vila Verde. Tendo-se passado mais de dois séculos desde o início da colonização portuguesa, esses descendentes dos Tupinikín quinhentistas ainda conservavam a tradição da co-habitação em edificações comunais. É factível, portanto, que os jesuítas responsáveis por essas antigas *reduções* tenham permitido a manutenção dessa prática – provavelmente imprescindível aos indígenas – em nome de um ambiente político propício à realização dos seus maiores objetivos. Entretanto, os tempos eram outros e o

ouvidor não parece ter tido dúvidas quanto aos procedimentos a adotar diante disso. Demonstrando o seu alinhamento ao ideário iluminista e pombalino – e, particularmente, à máxima que o *decoro* espacial é tributário da *boa ordem* social –, ele próprio elaborou "plantas para a formalidade das Vilas" e as mandou executar (p.39). Cinco meses depois, no seu relatório de 16 de junho de 1764, Abreu confirmaria que os "Índios vão fabricando as suas casas com a formalidade que lhes dei" (ABN, 1914 [doc.6508]:52).

A distintiva configuração espacial dos núcleos das atuais vilas de Trancoso e Vale Verde, como descrita em diversas fontes produzidas a partir da fase Pombalina e observável ainda hoje, revela uma concepção pautada pelo rigor geométrico, racionalidade e uniformidade (Figura 95, Figura 172, Figura 173, Figura 175, Figura 176, Figura 189, Figura 221). A sua autoria tem sido atribuída à Companhia de Jesus por incontáveis estudos baseados em uma variada gama de argumentos[147]. Contudo, o *logos* dessa configuração espacial nos parece ter sido o mesmo que pautou a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 e a produção de incontáveis assentamentos em outras colônias portuguesas em ultramar (Figura 188). Além disso, a suposição da autoria jesuítica dos núcleos de Trancoso e Vale Verde é colocada em xeque diante das declarações de Thomé Couceiro de Abreu e, principalmente, dos conhecimentos disponíveis sobre assentamentos brasileiros produzidos sob os auspícios pombalinos.

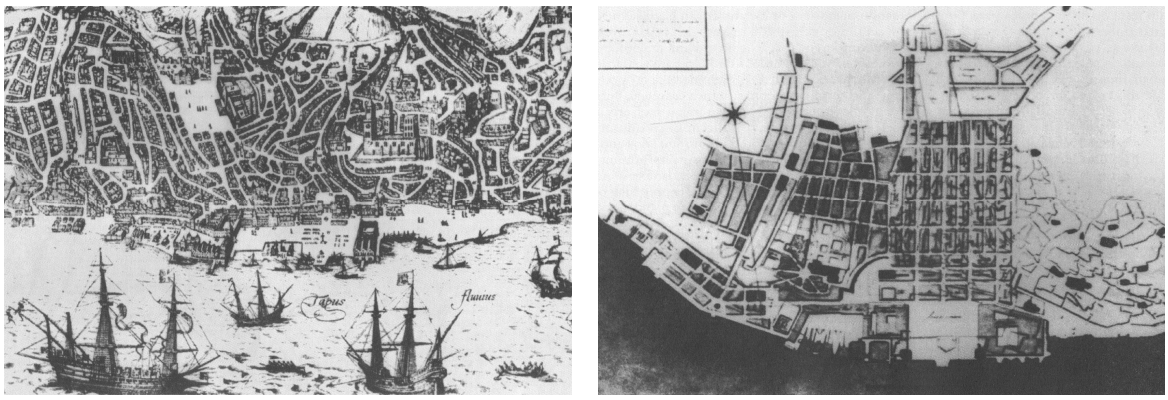


Figura 188: a cidade de Lisboa, em Portugal: a) representação de parte dela no século XVI; b) projeto para a sua reconstrução após o terremoto de 1º de novembro de 1755.
Fonte: Delson (1997:62-63).

Não obstante a grande probabilidade das edificações mais perenes de Trancoso e Vale Verde serem obras jesuíticas – a Igreja de São João Batista e a antiga Igreja do Divino Espírito Santo, respectivamente –, os desenhos das suas grandes *praças*

[147] Os estudos que apontam os jesuítas como responsáveis pela forma dessas e de outras *reduções* no Brasil se baseiam em argumentos variando desde a influência das regulamentações espanholas constantes nas *Leyes de Indias de la población de las ciudades, villas e pueblos*, até o seu interesse em reproduzirem a principal configuração das aldeias Tupiguarani de forma a atrair indígenas dessa filiação. De qualquer maneira, não há dúvidas que as grandes *reduções* que a Companhia de Jesus estabeleceu em, por exemplo, Sete Povos das Missões tinham uma grande praça central retangular com uma igreja em um dos seus lados menores e diversas habitações e ruas dispostas paralelamente aos demais lados.

honestas e dos renques de habitações que as conformam podem ser, total ou parcialmente, originários da pena de Abreu. Em outras palavras, enquanto as dimensões espaciais, materiais e simbólicas dessas igrejas colocavam significativas dificuldades à sua relocação, as frágeis habitações junto a elas podem ter sido facilmente locadas e relocadas ao sabor de variados interesses, apresentado diversas feições arquitetônicas e conformado conjuntos com incontáveis configurações. Portanto, é verossímil que essas vilas tenham adquirido a sua distintiva forma somente a partir do rigoroso programa de europeização conduzido pelos ouvidores pombalinos[148].



Figura 189: vista aérea da Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso. Fonte: edição de fotografia de José de Paula Machado, s/d (Reis, 1986:124).

Outras *reduções* produzidas pelos jesuítas, principalmente no litoral brasileiro, também foram documentadas como apresentando uma conformação espacial análoga à de Trancoso e Vale Verde. Por um lado, isso tem sido usado como argumento para demonstrar que a Companhia de Jesus produziu esses espaços a partir da reprodução de um modelo ou padrão. Por outro lado, todos os registros claros e confiáveis que conhecemos sobre outras *reduções* são posteriores à expulsão dos jesuítas da América Portuguesa e, portanto, fortalecem a tese de que a sua forma foi obra de pombalinos ou administradores posteriores alinhados ao mesmo ideário que os pautava (Figura 190).

[148] Mesmo assim, as atuais dimensões e limites das suas praças *honestas* e as características das suas igrejas e habitações foram objetos de algumas alterações nos últimos dois séculos. Por exemplo, a antiga Igreja do Divino Espírito Santo se arruinou e foi então demolida no final do século XIX ou início do XX. A atual, mesmo que construída junto à praça *honesta* de Vale Verde, foi posicionada no extremo oposto da mesma (por razões que desconhecemos) e, portanto, com o seu frontispício orientado para o quadrante oposto ao que faceava a antiga. Já o *Quadrado* de Trancoso (como tradicionalmente designada a Praça São João Batista) tem dimensões superiores às indicadas em fontes oitocentistas como João da Silva Santos (ABN, 1918 [doc.27114] [c.1803]) e Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]) e demonstram uma relativa plasticidade desse espaço. A sua integridade geométrica também seria alterada na segunda metade do século XX, quando parte do renque de habitações junto ao lado oposto da Igreja de São João Batista foi sendo demolido de forma a possibilitar a expansão desse assentamento (Figura 189).

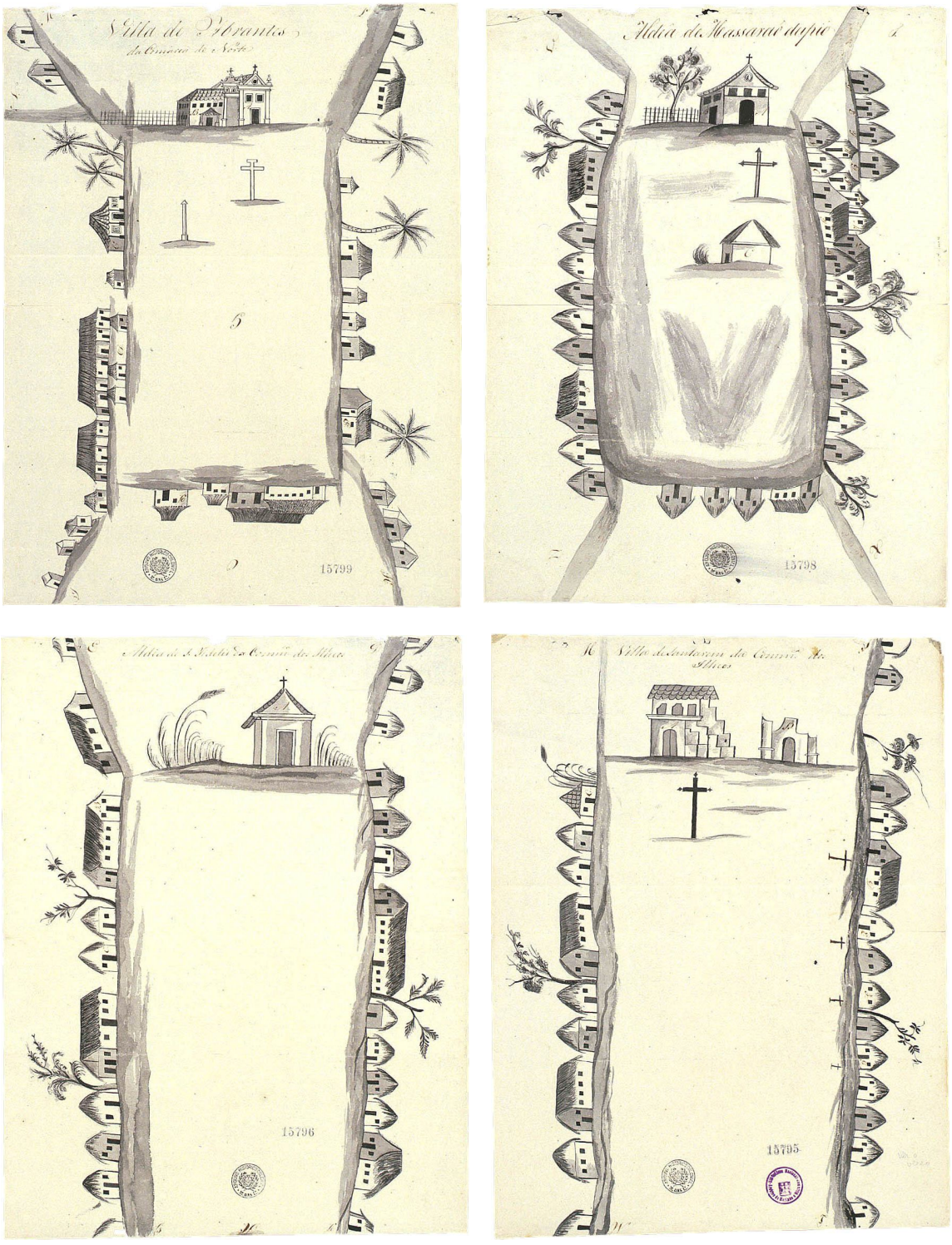


Figura 190: representações de 1794 da: a) *Villa de Abrantes da Comarca do Norte*, na capitania da Bahia; b) *Aldea de Massarão dupio*, na capitania da Bahia; c) *Aldea de S. Fidelis da Comarca dos Ilheos*; d) *Villa de Santarem da Comarca dos Ilheos*.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Abreu também dedicou especial atenção à *redução* ou aldeia Meniã estabelecida na margem direita do rio Jequitinhonha provavelmente nas imediações de onde vicejaria a cidade de Belmonte (Figura 201). Nesse assentamento aparentemente ainda administrado pelo padre José de Araújo Ferraz foi registrada, no final de 1763 ou início

de 1764, a presença de 99 “índios mansos e domesticados” e verificado que muitos outros “se achavam espalhados e ausentes” (ABN, 1914 [doc.6430]:39). A causa disso seria esclarecida posteriormente pelo ouvidor e registrada no seu relatório de 16 de junho de 1764. Conforme ele constatou, muitos dos ausentes haviam sido coagidos por um certo Manuel de Araújo a mudarem-se para a margem esquerda do Jequitinhonha, no território da capitania de Ilhéus. Abreu afirma então que os “pais ou avós [desses Meniã] quando desceram do sertão o fizeram em direitura a esta Vila [de Porto Seguro] no ano de 1682” e, portanto, estavam sob a jurisdição da capitania de Porto Seguro e lá deveriam permanecer (ABN, 1914 [doc.6508]:52). Tal informação parece contrariar o *Atestado* do padre Gramacho, citado na página 350 deste estudo, no qual declara que essa *redução* ou aldeia Meniã estava situada na margem direita do Jequitinhonha desde 1754, quando foi transferida da margem esquerda. Entretanto, é factível que ela tenha sido estabelecida originalmente onde declarou Abreu, pois o seu primeiro administrador temporal, D. Francisco Barjon, era morador da capitania de Porto Seguro e dificilmente poderia ocupar tal cargo fora dessa jurisdição. Além disso, deve-se atentar para o fato de que tal *Atestado* tinha por objeto apenas o período que padre Ferraz acumulava como o seu administrador. Seja como for, Abreu criticou veementemente a Manuel de Araújo e o acusou de extraviar esses indígenas de “aonde pertenciam” por ter:

> ficado privado das conveniências, que tirava do serviço dos ditos Índios em pescarias, cortes de sucupiras, faturas de canoas para vender e lanchas, pagando-lhes o suor de seus rostos com gotas de aguardente e pedaços de tabaco de fumo, debaixo do título de seu administrador, cuja administração conseguiu sub-repticiamente dos Ministros da Junta da mesma Cidade [de Salvador], em virtude de uma nomeação, que nele fez a Câmara dos Ilhéus, como que se os ditos Índios fossem ou tivessem sido em algum tempo sujeitos àquela capitania (ABN, 1914 [doc.6508]:52-53).

Conforme documentos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Abreu deu início, em 2 de abril de 1764, a um processo judicial visando à repatriação dos Meniã e cujos desdobramentos parecem ter exigido inclusive que oficiais de justiça e de milícias de Ilhéus participassem na “entrega de todos os Índios” (ABN, 1914 [doc.6521] [doc.6530]). Contudo, essa medida do ouvidor não deve ser tomada como um ato de inspiração humanitária, mas como expressão da necessidade de prover a capitania de Porto Seguro de braços para a produção, bem como de armas para a defesa dos interesses da Coroa nesse espaço e na vizinha capitania das Minas Gerais. Como explicitou Abreu em dois dos seus relatórios:

> Este rio [*Grande*] é importantíssimo, porque as suas terras são fertilíssimas e produzem todos os frutos deste Continente assim como mandioca, milho, como nunca se viu, feijão, arroz, algodão e carrapato [ou mamona]. Em distância da barra coisa de meia légua, há infinitas madeiras nas suas margens (...). [Pretendo] criar em vila aquela Povoação

> [Meniã], não só, porque todos me afirmam, que por razão da fertilidade das terras, concorrerão para ela muitos moradores de toda a parte, mas também porque com ela se seguirão três conveniências: a primeira [é] o ficar aquele Povo rebatendo por aquela parte os Gentios que costumam alargar-se, fazendo os seus costumados, até a vizinhança de Santa Cruz, que lhe fica distante para o sul 11 léguas. A segunda, porque como fica tão perto da [cidade da] Bahia, ficam mais suaves e acomodados os transportes de madeiras e dos efeitos daqueles moradores. A terceira porque será o modo de conservar ali aqueles Índios e pode vir a ser daqui a anos uma das melhores Vilas desta Costa (ABN, 1914 [doc.6430]:39-40).
>
> Nos cortes destas madeiras hão de trabalhar Índios, que são convenientíssimos, pelos exemplos que lhes deram os celebrados Jesuítas (...). Estes Índios são utilíssimos naquele Rio, não só porque defendem aquela parte desta Capitania do gentio bárbaro, mas também porque como dizem que este rio vem das minas do Serro do Frio e que é o próprio *Igiquitinhonha*, ficam defendendo qualquer subida que quaisquer mineiros pretendam fazer por ele para estas minas[149] (ABN, 1914 [doc.6508]:52-53).

Como parte das providências necessárias à efetiva integração desse assentamento Meniã nos projetos coloniais, Abreu convocou os seus moradores a uma reunião onde expôs "a Real Clemência de S. M., com que deseja honrá-los, favorecê-los e ampará-los, e as utilidades e bens que haviam de conseguir conservando-se na sua Aldeia, e indo reduzir os ausentes". O ouvidor prometeu-lhes então que, caso aceitassem esses termos, "havia de mandar vir um Clérigo que lhes dissesse missa, confessasse e sacramentasse, e que adiantando-se o número deles naquele sítio, havia a sua Povoação de ser erigida em Vila e eles eleitos para os cargos honrosos de Juizes e Vereadores" (ABN, 1914 [doc.6430]:39). Diante da resposta positiva por parte dos indígenas – e da necessidade de que "logo entrassem a fundar a sua habitação com formalidade de Vila" –, Abreu repetiu a providência que tomara em Trancoso e Vila Verde e elaborou "uma forma de planta, para que por ela fosse regulando as casas, que os ditos Índios haviam de edificar" (p.39). Além disso, ele determinou que cada um recebesse um lote onde se construiria uma habitação com quintal e espaço para pelo menos "seis quartos, um que lhe servisse de salinha, outro para os Pais dormirem, outro para os filhos, o 4º para as filhas, o 5º para cozinha e o 6º para terem seus efeitos" (p.39).

Tamanho detalhamento da organização interna das habitações também deve ter sido endereçado à Trancoso e Vila Verde e demonstra a convicção pombalina quanto ao *decoro* espacial ser tributário da *boa ordem* social, seja no âmbito da vida pública, seja no da vida privada. Aliás, tal separação entre os domínios público e privado, tomando-se como medida a família nuclear e a unidade residencial unifamiliar, denuncia um ato de colonização cultural porquanto tal *constructo* não pode ser considerado, em hipótese alguma, como universal. Que o digam os então moradores de Trancoso e Vila Verde e muitas das etnias indígenas que habitaram e habitam o atual território brasileiro.

---

[149] Antes do ano de 1804, quando a expedição do capitão-mor João da Silva Santos esquadrinhou o *Rio Grande* da sua foz até a confluência com o rio Araçuaí (ABN, 1918 [doc.27114]), a Coroa portuguesa não sabia ao certo se ele e a porção documentada do Jequitinhonha (entre a sua nascente e o Araçuaí) correspondiam a um mesmo curso d'água.

Outras providências de Abreu no sentido de conduzir os indígenas aldeados ao *grêmio da civilização* incluíram a construção de escolas em Trancoso e Vila Verde (que celebrou atenderem "90 e tantos" rapazes em 1764); a proibição da venda de bebidas alcoólicas aos indígenas, sob o argumento de que "tudo o que ganhavam o consumiam em aguardentes"; e uma determinação de que os seus serviços fossem remunerados não com salários ou jornais, mas com ferramentas (ABN, 1914 [doc.6508]:52).

Com relação ao *descimento* e *redução* dos "Índios bravos" que habitavam o interior da capitania, deve-se destacar uma medida que demonstra a grande motivação do ouvidor: prometer o perdão e diversas regalias a um criminoso de nome João da Silva Guimarães que havia logrado fugir de Minas Gerais através da *Zona Proibida* e liderar algumas aldeias *tapuia* nas imediações do limite sul da capitania de Porto Seguro. Abreu o convidou então "a que descesse com os mesmos Índios, que se lhe prometia da parte de S. M. dar-lhe terra para ele fundar uma boa povoação e se estabelecessem todos nas terras, que ele quisesse e que ao mesmo Senhor representaria todo o bom serviço, que ele nesta parte lhe fizesse"; e, além disso, "que se não intimidasse se tinha algum crime, porque S. M. usaria com ele da sua Real Clemência" (ABN, 1914 [doc.6430]:38). De forma a incentivar o *descimento* desses indígenas (provavelmente de alguma etnia filiada à família lingüística Maxakalí), Abreu solicitou à Mendonça Furtado e ao governo geral o envio de: "facas flamengas, contas, gromixaes, alguns espelhos pequenos e barretes vermelhos", posto "ser útil esta despesa para o serviço de Deus e de S. Majestade" (ABN, 1914 [doc.6429]:38). Uma *Relação de gêneros* datada de 11 de abril de 1764, demonstra que a sua solicitação foi atendida prontamente e era, portanto, parte de uma medida considerada prioritária pela Coroa (ABN, 1914 [doc.6509]:54).

Sobre as vilas e povoações da capitania, Abreu ofereceu diversas informações em meio a detalhamentos das condições de navegabilidade dos rios e barras e da grande quantidade e variedade de madeiras-de-lei nas densas Florestas Ombrófilas que ainda cobriam esse espaço. Quando do início da sua gestão, a vila de Porto Seguro era o maior e mais populoso assentamento português da capitania e nela havia 268 *fogos* (ou domicílios) habitados por 1.020 "brancos", "pardos forros" e "escravos" (ABN, 1914 [doc.6430]:39). A vila de Santa Cruz, por sua vez, abrigava apenas 196 "brancos, pardos e pretos forros" e encontrava-se em um estado de pobreza "que é tal, que a casa em que os oficiais dela exercitam seus atos, é uma loja feita de adobes; não tem ordenação, tamborete, armários e finalmente nem uma mesa" (ABN, 1914 [doc.6430]:39-40). Em relação à Coroa Vermelha, os relatórios de Abreu não mencionam a existência de qualquer povoação. Entretanto, eles revelam que o ouvidor tanto reconheceu a primazia do seu porto quanto o seu potencial como centro de uma rede de extração e exportação madeireira que ele planejava. Para tanto, Abreu relatou que considerava, primeiro, lá

construir uma estrutura para “se ajuntarem e se defenderem as madeiras do rigor do tempo e chuvas até se transportarem”; segundo, solicitar o envio de “mestres da Ribeira das Naus” que o auxiliassem na escolha das espécies e espécimes mais adequados para a construção de grandes embarcações em Portugal; e, terceiro, constituir uma rede de transporte das madeiras retiradas das margens dos rios da capitania empregando barcas com variadas dimensões e calados que as despachariam para o embarque em Coroa Vermelha (ABN, 1914 [doc.6508]:51-52).

Nos relatórios de Abreu versando sobre a porção da capitania ao sul do rio Buranhém, não há qualquer menção sobre assentamentos no espaço outrora ocupado pela vila de Santo Amaro e, curiosamente, nem uma palavra sequer sobre o santuário de Nossa Senhora d’Ajuda. Também não há menção sobre qualquer povoação colonial no espaço até a vila de Trancoso; entretanto, por meio desses relatórios é explicitado que ao longo de toda a costa da capitania corria a “estrada geral da praia” que o ouvidor destacou ser “real e comum desde a Bahia até o Rio de Janeiro” (ABN, 1914 [doc.6430]:41). A primeira povoação depois de Trancoso situava-se na foz do rio do Frade e era habitada por um número não especificado de moradores. Dali se alcançava a foz do rio Cramimoã (ou Caraíva) e conforme escreveu Abreu, no mais antigo testemunho que conhecemos sobre a existência de um assentamento nesse espaço: “Não admite vau, nem ponte; porém tem alguns moradores de Trancoso, que por falta de terras no seu termo [da vila], vão lavrar a ele” (p.40) (Figura 191). Já na ponta de Corumbau, onde hoje se encontra um povoado homônimo, foi registrado que “têm sempre canoa pronta 2 moradores, que nele habitam” (p.40) (Figura 192).

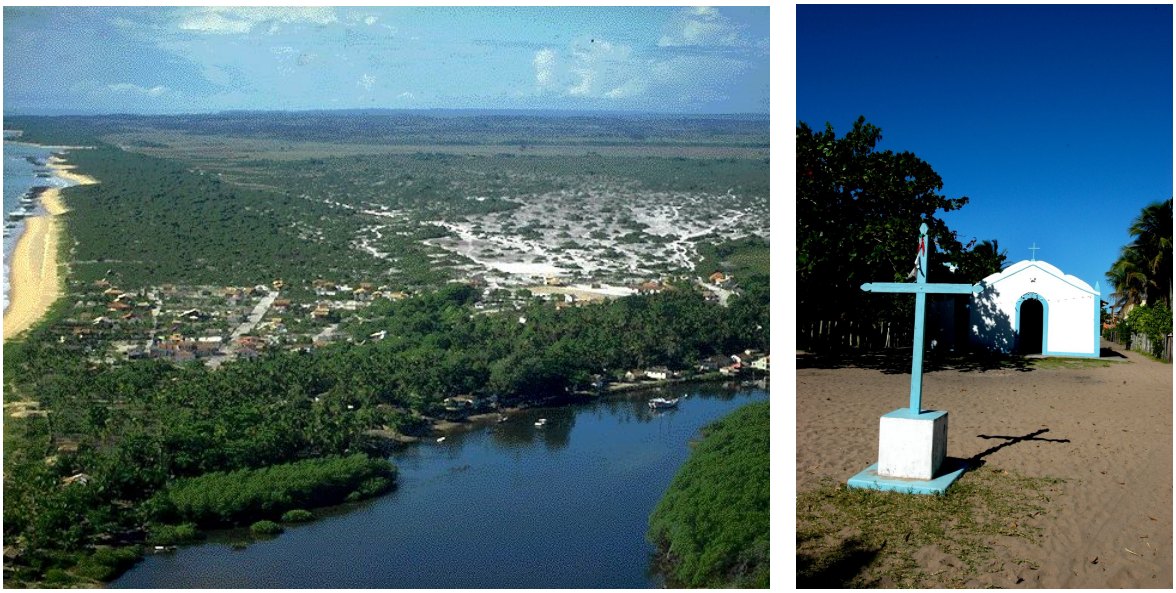


Figura 191: a vila de Caraíva, na margem direita da foz do rio Caraíva: a) vista aérea (c.1990); b) a Igreja de São Sebastião situada à Praça da Matriz.
Fonte: a) fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994); b) fotografia de autor desconhecido, s/d.



Figura 192: o povoado de Corumbau, na ponta de Corumbau, orla norte do município de Prado: a) vista aérea (c.1990); b) farol de sinalização náutica.
Fonte: a) edição de fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994); b) edição de fotografia de Pedro Everson Nunes, em 2007.

Contudo o espaço meridional da capitania que mais entusiasmou o ouvidor foi o conformado pelo curso final do rio Jucuruçu e, particularmente, pelo sítio ocupado hoje pelo núcleo histórico da cidade de Prado (Figura 206). Como se lê no seu relatório de 8 de janeiro de 1764:

> Este rio é importantíssimo, porque é rio grande e tão fundo que em distância de 8 léguas por ele acima pode navegar qualquer lancha de 60 palmos. A barra que é de areia tem um banco, que não admite embarcações maiores; porém junto a ela para o mar, pode qualquer embarcação e ainda navio de 3 mastros, dar fundo sendo os ventos norte, nordeste, sueste e sudoeste, não sendo estes dois tormentosos. O mar é manso e nele podem desembarcar quaisquer lanchas, que descerem do rio. (...) Também tem excelentes madeiras da mesma qualidade que as do Rio Grande [ou Jequitinhonha] e mais breve comodidade para se transportarem em lanchas para qualquer navio ou sumaca. As terras são largas e fertilíssimas para a toda a qualidade de frutos e plantações e se pode ali fundar uma bela Vila, mandando para aquele sítio, que já tem 2 casais com seus filhos, alguns moradores pobres desta Vila [de Porto Seguro], que não têm nada de seu, alguns Índios vadios da Vila de Trancoso e alguns dos muitos que tem a Bahia vindo ordem para esse fim ao governo, porque assim como os de Portugal são mandados todos os anos para a Índia, bem podiam os da Bahia vir para esta Capitania ser gente e adquirir com que passam a vida. (...) Eu deixei recomendado ao Chanceler da Bahia, que encaminhasse para esta Capitania os degredados que não fossem ladrões; porém se lhe viesse aviso de S. M. e para o Rio de Janeiro se recomendasse o mesmo, mais útil seria; se bem que o Capitão mor das Conquistas e o Povoador do Rio Tanhem [ou Itanhém] me afirmaram, que posto no Rio do Jucurucú [ou Jucuruçu] algum clérigo concorreriam para aquele sítio muitas gentes de toda a parte a aproveitar-se da bondade e largueza de suas terras. (...) Também da ereção desta Vila e da do Rio Grande [ou Belmonte] se segue a conveniência de ficar defendida do Gentio bravo toda esta Costa e estrada geral da praia e os passageiros, com comodidades para o seu sustento, repouso e descanso de poucas em poucas léguas (ABN, 1914 [doc.6430]:40-41).

Já na foz do rio Itanhém, provavelmente na sua margem esquerda, onde se encontra hoje o núcleo histórico da cidade de Alcobaça (Figura 210), Thomé Couceiro de

Abreu registrou uma povoação habitada por “22 casais e 90 e tantas almas, entre pais e filhos” (p.41). Além disso, ele observou que:

> Este rio fica distante do Jucurucú [ou Jucuruçu] para o sul 4 léguas. É importantíssimo e admite lanchas da Barra por ele adentro em distância de 4 para 5 léguas. Tem da mesma sorte excelentes terras para todas as qualidades de frutos e plantas; excelentes madeiras nas suas margens, que nas mesmas lanchas podem transportar-se para quaisquer embarcações grandes que ancorem entre ele e o Rio Jucuruçu por ser o mar ali manso. A barra dizem que é o mesmo que a do Jucuruçu e em quase tudo vem a ser iguais as bondades das terras, madeiras barra e mar destes 2 rios (p.41).

Documentos produzidos posteriormente pelo ouvidor, provavelmente como anexos do seu relatório de 16 de junho de 1764, informam que a vila de Caravelas, na margem esquerda do braço norte da foz do Peruípe (Figura 193, Figura 194), tinha alcançado uma razoável dimensão e era habitada por 247 pessoas (ABN, 1914 [doc.6514]). Já na margem direita do braço sul, existia uma grande povoação de nome Campinho que havia sido estabelecida no ano de 1720 por um certo João Domingos Monteiro e que funcionaria como o núcleo da atual cidade de Nova Viçosa (Figura 199, Figura 200). Mesmo não gozando do status de vila – mas constituída como freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Peruípe desde 1748 (IPAC-BA, 1988 [V]; Tschudi, 2006 [II]) –, essa povoação tinha ultrapassado a de Caravelas em termos populacionais e era habitada, segundo Abreu, por 352 pessoas, incluindo “vários Índios que nela se acham há anos e foram para lá no tempo dos celebrados Jesuítas das novas Vilas de Vila Verde e Trancoso, por fugirem à escravidão, em que os tinham” (ABN, 1914 [doc.6513]:57).



Figura 193: a cidade de Caravelas, na margem esquerda do braço norte da foz do Peruípe: a) vista aérea do núcleo histórico com o rio em primeiro plano; b) a Catedral de Santo Antônio situada à Praça Santo Antônio. Fonte: edição de fotografias em http://www.caravelas.ba.gov.br, s/d.



Figura 194: a cidade de Caravelas: a) vista do núcleo histórico a partir do rio Peruípe; b) bar.
Fonte: a) fotografia de Suzana Huguenin, em 2008; b) fotografia de Vangelis Paravas, em 2007;

Na extensa porção de terra separando a povoação do Campinho e o limite sul da capitania de Porto Seguro, no rio São Mateus, Abreu registrou apenas as condições dos rios e barras e a grande abundância de madeiras-de-lei. Entretanto, na margem esquerda desse rio (atualmente no território do estado do Espírito Santo) encontrava-se a mais meridional das povoações sob a jurisdição do ouvidor. Chamada também de São Mateus, ela já acumulava um contingente populacional idêntico ao da vila de Caravelas – 247 pessoas – e funcionaria como núcleo da cidade de São Mateus (Figura 195) (ABN, 1914 [doc.6511]).



Figura 195: a cidade de São Mateus, na margem direita do rio São Mateus, Litoral Norte do Espírito Santo: a) renque de edificações situado à praça do antigo cais do porto, no núcleo histórico; b) ruína de uma igreja supostamente jesuítica situada à Praça Anchieta.
Fonte: a) fotografia de Priscila Galheigo, em 2006; b) edição de fotografia de Keiko Sakurada, em 2008.

Como se percebe, apesar de séculos de presença portuguesa na capitania de Porto Seguro, os seus domínios de fato ainda estavam restritos quase que exclusivamente ao litoral. A partir de uma pequena distância da linha de costa e do baixo Buranhém tudo era território Macro-Jê, tal e qual o "Monte Pascoal, em cujas fraldas tem o gentio o covil de suas aldeias" (ABN, 1914 [doc.6430]:41). Essa situação era tão patente que Abreu, apenas um mês depois do seu desembarque na capitania de Porto Seguro, já escrevia para Mendonça Furtado buscando demovê-lo do projeto de construir uma via interiorana correndo paralelamente à estrada geral da praia. Por um lado, ele argumentou que há anos não se tinha notícia "de morte alguma que o gentio fizesse" nessa estrada e deixa claro, como também indica o fato das novas povoações não priorizarem sítios em tabuleiros, que os grupos *tapuia* já tinham desenvolvido um certo temor aos portugueses (p.41). Por outro lado, ele destacou que:

> Todos os práticos deste continente e o Capitão-mor das Conquistas julgam inútil esta estrada [interiorana], porque ainda que se faça Vila até os confins do Rio de S. Mateus, que divide esta Capitania da do Espírito Santo, poucos serão os passageiros que dela se aproveitem, porque lhes há de ficar muito mais distante que a da praia, por onde estão costumados a andar, não terão onde se acostarem de noite e a quem comprem o sustento de dia, e achando-se todos estes sertões cobertos de gentios de mau natural que são *Pataxos*, *Cutaxos*, *Poixos* todos da mesma língua (...) não haverá passageiro que se atreva a meter-se em uma estrada com evidentes perigos de sua vida, e faltando uma continuada passagem de gentes por qualquer estrada nesta América, dentro em 3 anos se põem com matos no estado antigo (p.41-42).

A gestão do ouvidor Thomé Couceiro de Abreu encerrou-se por volta de abril de 1765, como se depreende de relatórios do seu sucessor, aparentemente por causa do seu prematuro falecimento (ABN, 1914 [doc.8446] [doc.8578] [doc.9493]). Contudo, os seus desejos e promessas de criar vilas junto aos rios São Mateus, Jucuruçu e Jequitinhonha foram realizados. Em 27 de setembro de 1764, ele elevou a povoação de São Mateus à vila; em 12 de dezembro de 1764, foi instalada a Vila Nova do Prado na margem esquerda do Jucuruçu; e, em 23 de junho de 1765, o aldeamento Meniã na margem direita do Jequitinhonha foi elevado à vila de São Pedro do Belmonte (ABN, 1881 [I] [doc.6248] [doc.6249]; IPAC-BA, 1988 [V]).

O nome da última, mais do que uma homenagem à terra natal de Cabral, resultava da obediência a uma carta régia de 8 de maio de 1758, na qual o rei D. José I ordenava ao governador-geral do Estado do Brasil, D. Marcos José de Noronha e Brito, que as vilas "que novo erigirdes nas Aldeias, (...) as denominareis com os nomes dos lugares e vilas destes Reinos, que vos bem parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que tem atualmente" (ABN, 1913 [doc.3634]:298).

Contudo, no final da década de 1760, a capitania de Porto Seguro ainda era um dos espaços coloniais economicamente menos expressivos dentre os que formariam o

atual estado da Bahia, como se infere a partir de um curioso indicador: a participação das vilas de Porto Seguro e Caravelas no Donativo Real. Ele consistia em uma contribuição compulsória, criada por carta régia em 16 de dezembro de 1755, visando à constituição de fundo para a reconstrução das áreas de Portugal afetadas pelo terremoto de 1º de novembro de 1755. A capitania da Bahia, por exemplo, deveria contribuir com "a quantia de três milhões pagos a 100.000 cruzados em cada um ano, para com eles se reformarem as Alfândegas e Armazéns comuns dessa Corte, arruinados e consumidos com o terremoto e incêndio". Esses fundos seriam oriundos da taxação dos "gêneros que as câmaras respectivas [das cidades e vilas] julgaram mais cômodos e proporcionados para esse efeito" (ABN, 1914 [doc.7777]:187) (Tabela 2).

Tabela 2: rendimento do *Donativo Real* nas capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro de 1756 a 1767. Fonte: ABN (1914 [doc.7779-7802]).

Cidade de Salvador e seus subúrbios	43.845$127
Vila de N. S. do Rosário da Cachoeira	22.958$545
Vila de São Bartolomeu de Maragogipe	9.422$763
Vila de N. S. da Purificação de Santo Amaro	7.747$395
Vila de Santo Antônio da Jacobina	5.500$000
Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde	4.950$000
Vila de N. S. da Ajuda do Rio Jaguaribe	4.949$995
Vila de N. S. do Livramento do Rio das Contas	4.278$475
Vila de N. S. da Assunção do Camamu	3.914$415
Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul	2.996$183
Vila de N. S. de Nazaré do Itapicuru	2.353$377
Vila de Santo Antônio do Urubu	2.029$578
Vila de São Jorge dos Ilhéus	1.809$494
Vila de N. S. do Rosário de Cairu	1.806$660
Vila de São Sebastião do Maraú	1.437$780
Vila de São João da Água Fria	1.400$000
Vilas de N. S. da Pena de Porto Seguro e Santo Antônio das Caravelas	**1.319$360**
Vila de N. S. da Abadia da Praia do Rio Real	1.127$640
Vila de Santo Antônio de Boipeba	516&476
Vila de São José da Barra do Rio das Contas	468$000

Em 3 de maio de 1767, com a capitania de Porto Seguro alçada à condição de comarca da capitania da Bahia, tinha início a gestão do segundo ouvidor pombalino que esse espaço conheceu: o desembargador José Xavier Machado Monteiro. Esse português – cujo currículo incluía cargos de juiz de fora da vila do Conde e ouvidor das comarcas de Linhares e Ourique, em Portugal – permaneceria em Porto Seguro por mais de uma década e lograria produzir uma longa lista de relevantes realizações (ABN, 1914

[doc.9492]). Muitos dos documentos que produziu quando à frente dessa comarca foram conservados, perfazem centenas de folhas manuscritas e incluem quatro notáveis projetos urbanísticos que elaborou para a *formalidade* de vilas criadas na sua gestão e do seu antecessor. Contudo, os relatórios periódicos que redigiu antes de 24 de fevereiro de 1769 não constam do *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar* e, infelizmente, parecem perdidos. Entretanto, a série redigida entre aquela data e 27 de julho de 1777 – e alguns documentos relativos à criação de vilas – oferecem um rico detalhamento das atividades de Monteiro e de muitas dimensões do Extremo Sul da Bahia. E mais, deixam claro que a sua missão era ampliar e aprofundar as reformas iniciadas por Thomé Couceiro de Abreu e, particularmente,

> que naquelas Povoações chamadas Aldeias que estão já domesticadas como nas que de novo se estabelecerem com Índios descidos, logo que estes se descerem no competente número se vão estabelecendo novas vilas se vão abolindo nelas os Bárbaros e Antigos nomes que tiveram e se lhes vão impondo alguns outros nomes das cidades e vilas deste reino (ABN, 1914 [doc.8578]:f.4-5, transcrição paleográfica de Fabio M. Said).

Como Monteiro explicitou no seu primeiro relatório conhecido, datado de 24 de fevereiro de 1769 e endereçado ao rei D. José I, as questões indígenas constituíam, de fato, um ponto-chave na colonização da comarca de Porto Seguro e um sério empecilho à "geral obrigação que (...) me incumbe de criá-la e dirigi-la para ser uma das melhores desta costa" (ABN, 1914 [doc.7972]:207). Monteiro acusa então aos indígenas sob a sua jurisdição de serem os "mais torpes, ociosos e viciosos do Brasil", declara que ao assumir a comarca "mal se via um calçado ou vestido de camisa" e, sobretudo, revela assim o seu eurocentrismo e com quem esses indígenas estavam tendo de lidar a quase dois anos. Conforme celebrou no mesmo relatório, em uma ode ao que supunha serem avanços definitivos rumo à sua *redução*, "alguma utilidade vai resultando de meu desvelo", pois:

> Já não há tantos ébrios e vadios. Já muitos se aplicam à lavoura; já tem vacas de criação, ganhadas pelos filhos postos à soldada; já destes todos vestidos (sic); os mais deles esquecidos ou deixados do uso da língua bárbara e alguns aplicados às escolas e a ofícios, em que vão aproveitando. Dos mesmos filhos, por mais misturados com os brancos, é mais certo o fruto, porque os pais dificilmente hão de abandonar a criação e propensão para os seus quase congênitos e irreparáveis vícios (p.207).

Monteiro também listou nesse relatório as providências que havia tomado para elevar a povoação do Campinho à vila, além de três novas povoações que fundara na comarca antes de 24 de fevereiro de 1769. A primeira povoação teve lugar na foz do Mucuri e visava funcionar como um enclave que suprisse a necessidade identificada por Abreu de garantir e ampliar a presença portuguesa no largo espaço entre as fozes dos rios Peruípe e São Mateus. Essa povoação funcionou como núcleo da atual cidade de

Mucuri (Figura 208) e, conforme escreveu o ouvidor, “tenho já quase um cento de casais de voluntários e degredados, de que induzi os solteiros a casarem-se e a todos fiz prover de mantimentos, armas e ferramentas, com que vão laborando; (...) se o estabelecimento acrescer até número competente, como intento, ali farei erigir outra vila” (p.207).

A segunda povoação foi erigida na margem esquerda da foz “do chamado *Rio Doce*, que é o maior desta Capitania e que a divide da do Espírito Santo” (p.207). Tal ampliação do território da capitania de Porto Seguro – que já incluía parte da capitania do Espírito Santo desde pelo menos a gestão de Abreu – foi motivada por razões que desconhecemos. Entretanto, o fato do *foral* passado à Pero do Campo Tourinho em 1534 determinar que o limite meridional da capitania de Porto Seguro consistia no rio Mucuri causaria um conflito de fronteiras entre as futuras províncias da Bahia e do Espírito Santo que se arrastou até o século XX, quando já eram estados da Federação. Todavia, Monteiro declara que havia principiado tal assentamento com “10 ou 12 casais” após verificar “o extenso deserto daquelas praias, a fertilidade das suas terras e o quanto ali era útil para o comércio de ambas [as capitanias] uma avultada povoação” (p.207). Além disso, o texto sugere que a administração do Espírito Santo estava ciente dessa iniciativa, pois o ouvidor afirma que aguardava “da mesma capitania alguns [colonos] mais, que para isso se convidam” (p.207) para habitar esse provável núcleo da atual vila de Povoação, no município de Linhares (ES).

O terceiro assentamento fundado por Monteiro antes 24 de fevereiro de 1769 teve lugar no sítio denominado “Comuxativa” ou “Comujativa”, “também de terras boas mas atacadas de gentio”. Pela sua descrição e topônimos, deve tratar-se do espaço onde se encontra hoje o povoado de Cumuruxatiba, na orla norte do município de Prado (Figura 196). Os seus primeiros habitantes foram “dúzia e meia [de gentios]” cuja etnia e origem não são explicitas por Monteiro. Entretanto, ele declara que “ali também é conveniente maior povoação, para o que não há gente na comarca, e são poucos, os degredados, que me chegam da Bahia, sem virem também dos simplesmente vadios, da muita praga que (...) lá comiam ociosamente a farinha ganhada pelo suor alheio” (p.207-208).

Como se depreende dos documentos produzidos por Monteiro, tais degredados – ou “degradados”, segundo a transcrição paleográfica dos originais – formavam o principal contingente empregado por esse ouvidor e seu antecessor para povoar as vilas e povoados que fundaram na comarca de Porto Seguro. Contudo, muito mais do que criminosos condenados ao desterro, esses degredados consistiam simplesmente em um excedente de indígenas que habitavam as imediações das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro e cuja integração às atividades produtivas coloniais não se realizara plenamente naqueles espaços. Essa interpretação é corroborada por diversos autores oitocentistas que observaram que muitas das povoações erigidas no Extremo Sul da

Bahia pelos ouvidores pombalinos eram habitadas quase que exclusivamente por indígenas (e.g., Wied-Neuwied, 1989 [1820-1821]; Saint-Hilaire, 2000 [1833]; Spix e Martius, 1981 [1831]; Otoni, 2002 [1859]; Tschudi, 2006 [1866]).



Figura 196: o povoado de Cumuruxatiba, na orla norte do município de Prado: a) vista aérea; b) o antigo píer em madeira com cerca de 600 metros, hoje arruinado.
Fonte: a) edição de fotografia de Urutu, em 2008; b) fotografia de Glaucio Lima, em 2006.

Quanto à povoação do Campinho, na freguesia de N. S. da Conceição do Peruípe, ela foi instalada como vila em 15 de outubro de 1768 e denominada Vila Viçosa. Os quatro principais documentos produzidos então se encontram preservados no AHU e constituem o mais completo e detalhado acervo que conhecemos sobre a instalação de uma vila no Extremo Sul da Bahia. O primeiro deles é o *Auto de levantamento do Pelourinho e da aclamação da Vila de* Villa Viçosa *e da declaração do seu distrito e terrado que há de ficar servindo de logradouro e das terras assinadas para patrimônio do conselho e das terras que se hão de distribuir à lavoura de seus habitantes* (ABN, 1914 [doc.8555]). Datado "do ano do nascimento de N. S. J. C. de 1768 aos 23 dias do mês de outubro pelas 8 horas da manhã", ele descreve a cerimônia de instalação com uma riqueza de detalhes que inclui desde o repertório musical – o clássico *Te Deum Laudamus* – até o pronunciamento no qual Monteiro aclamou-a como vila: "Real, Real, Real – Esta nova Vila Viçosa pelo nosso Augusto e Fidelíssimo Monarca D. José o primeiro, Rei de Portugal" (p.268-269).

O segundo documento desse acervo também foi produzido em 1768, mas em data posterior à instalação da vila. Ele consiste em um conjunto de *Leis municipais* "chamadas vulgarmente *posturas*",

> pelas quais não só todos os seus habitantes viessem no conhecimento de como nela haviam de viver amparados [e] protegidos com as dos reis dos céus e da terra, mas

> também por elas saberem os Juízes e oficiais da câmara a economia com que deveriam governar este povo para nele serem bem praticadas as virtudes da caridade e da justiça com o castigo condigno a aqueles que a quiserem perverter, e juntamente para que este conselho tivesse subsídios de onde pudessem pagar os salários do trabalho, a quem o servisse e suprir não só as grandes e particulares despesas, a que de próximo se via obrigado para várias obras e compras de trastes, de que precisava para a conservação a aumento da mesma vila, mas também outras comuns e ordinárias, de que todas as mais vilas careciam cotidianamente (ABN, 1914 [doc.7974]:208)

Esse documento também impressiona pelo seu detalhamento, deixa pouco a dever aos atuais códigos de posturas e revela algumas das raízes da nossa tradição legislativa versando sobre questões urbanas. Provavelmente similar, ou mesmo idêntico, a outros conjuntos de *Leis municipais* aplicados nas demais vilas da capitania, ele inclui uma ampla variedade de tópicos tais como: a regulamentação do processo de escolha dos ocupantes dos cargos eletivos e dos trâmites e ritos legislativos e jurídicos no âmbito da vila; a regulamentação das taxas aplicáveis à comercialização de produtos e à prestação de serviços; o controle do transporte de passageiros e mercadorias por embarcações; a obrigatoriedade de alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais e de serviços e de se aferir regularmente os seus instrumentos de “pesos e medidas” (p.209); as responsabilidades dos administradores municipais quanto à manutenção dos espaços públicos; a definição de normas para a construção de novas edificações; o controle do abate dos gados bovino, eqüino, suíno, caprino e ovino e a coibição de maus-tratos aos mesmos; a obrigatoriedade de cada morador da vila “criar, quando menos 4 aves e um ou 2 porcos, cabras ou ovelhas e os que tiverem possibilidade também quando menos uma ou 2 vacas” (p.211); a obrigatoriedade de autorização para o corte de madeiras no termo da vila e o estabelecimento de regras e taxas diferenciadas em função da destinação que se pretendia dar às toras e do interessado ser ou não morador; a proibição da pesca utilizando-se “ervas ou outras coisas venenosas”, como faziam tradicionalmente os indígenas, e “redes de arrasto ou de outras de malha mais miúda do que a determinada pela câmara” (p.210); a obrigatoriedade de autorização para se realizar “festas públicas de comédias, bailes, entremeses ou corridas de touros” (p.209); a proibição de “distúrbios de dia e de noite pelas ruas e praças” (p.209); a obrigatoriedade do comparecimento às procissões e festas religiosas por pelo menos um morador de cada domicílio e a decoração e asseio necessários a esses eventos; a determinação do comportamento em cortejos fúnebres; e a obrigatoriedade – compreensível, mas não menos risível – da presença de todas as autoridades locais na “missa festiva de *S. Francisco de Borja*, Padroeiro contra os terremotos” (p.209).

Contudo, dentre os diversos aspectos da vida pública e privada que esse conjunto de *Leis municipais* endereçava, destacam-se dois artigos que evidenciam o seu papel no

projeto de europeização pombalino, uma vez que criminalizavam imemoriais práticas culturais ainda reproduzidas por indígenas, africanos e simpatizantes. O primeiro artigo versava sobre algumas formas de socialização e estabelecia que “debaixo da pena de 2.000 réis e 20 dias de cadeia se não use de bailes chamados *landuns* e *batuques*, nem de outros desonestos entre homens e mulheres ou seja no público ou no particular, ainda qual na sua casa” (p.209) (Figura 197). O segundo artigo versava sobre o vestuário feminino e justificava a sua regulamentação dada a “notória e escandalosa desonestidade com que vestem as mulheres desta nova vila”. Diante dessa prática – que talvez conferisse às indígenas e africanas o poder de atrair os portugueses para o seu círculo cultural e deseuropeizá-los –, ordenava-se que:

> com penas de 2.000 réis imposta aos pais de famílias ou a outras pessoas a quem estiverem subordinadas, nenhuma use de camisas abertas por diante em modo que se lhe vejam os peitos, nem tão degoladas [ou decotadas], que por elas lhe caiba mais que a cabeça, nem de mangas compridas ou totalmente abertas (...) e será bom que usem de capa pelos ombros ou de mantos ou mantilhas pela cabeça e de saias redondas, tudo para maior compostura, à modo do Reino (p.209).

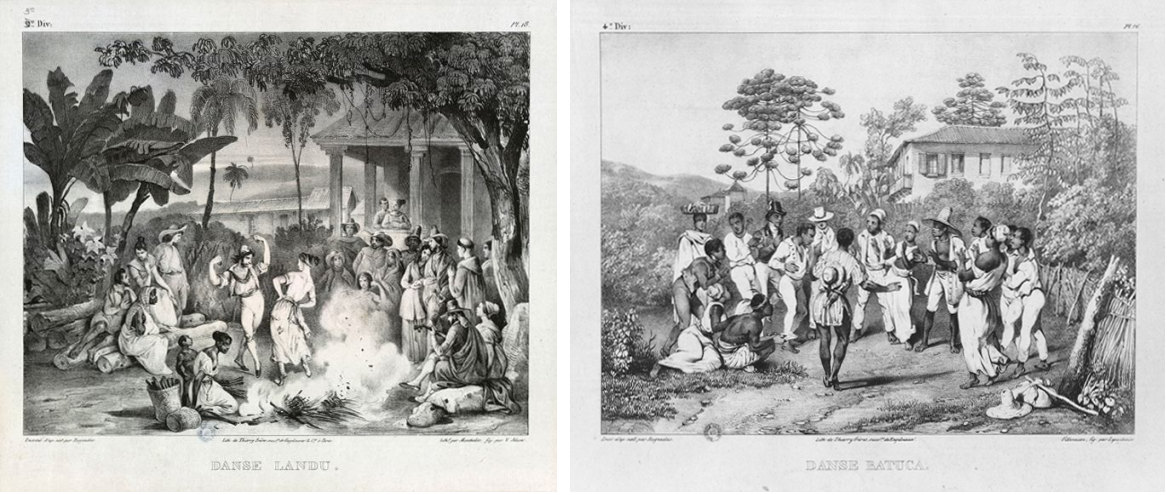


Figura 197: gravuras de Johann Moritz Rugendas intituladas *Danse Landu* e *Danse Batuca* (c.1835).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Os outros dois documentos relacionados à instalação de Vila Viçosa consistem em uma cópia do projeto urbanístico para a sua *formalidade* e em uma *Instrucção* que tanto o explica quanto estabelece rigorosas medidas legais visando à sua fidedigna execução. Esse projeto – ou *planta*, como denominou Monteiro no relatório de 24 de fevereiro de 1769 em que o apresenta ao rei – é “em tudo conforme o seu original, ainda que, por falta de arquiteto, delineado pela minha rústica idéia e decifrada pela minha pena” (Figura 198) (ABN, 1914 [doc.7972]:207). Tais palavras, com tamanho comedimento, talvez tenham sido motivadas pelo reconhecimento do ouvidor de que

carecia das habilidades de representação gráfica comuns aos arquitetos do seu tempo. Entretanto, elas não mascaram o seu notável conhecimento acerca dos princípios urbanísticos que pautavam a construção e reconstrução de muitas cidades e vilas na Europa e em ultramar (Delson, 1997).

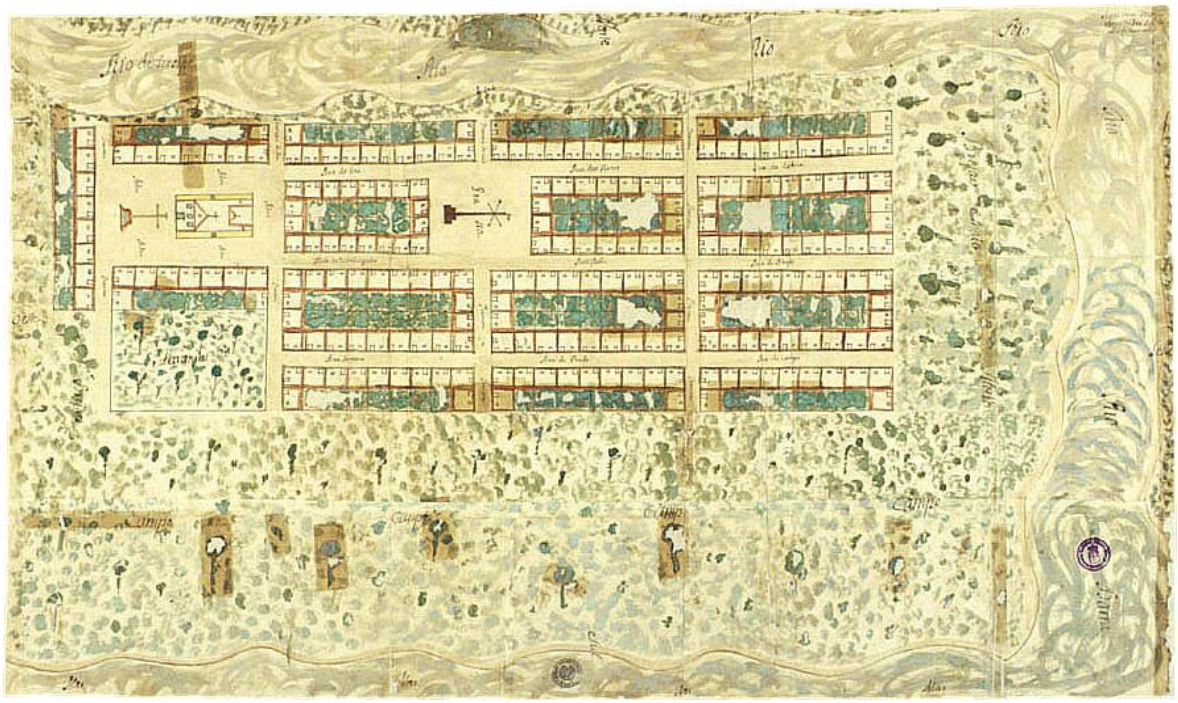


Figura 198: *Mapa da nova Villa Viçosa* (c.1769), de autoria de José Xavier Machado Monteiro.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Figura 199: vista por satélite da área da cidade de Nova Viçosa representada na figura anterior.
Fonte: Google Earth, em 2008.



Figura 200: a cidade de Nova Viçosa, na margem direita do braço sul da foz do Peruípe: a) vista aérea; b) a Igreja Matriz de N. S. da Conceição situada à Praça Oscar Cardoso, no núcleo histórico.
Fonte: a) edição de fotografia de Roberto Mascarenhas, s/d; b) fotografia de Caldas Filho, em 2008.

Como se depreende da *planta* e respectiva *Instrucção* de Monteiro para Vila Viçosa, é patente a sua matriz iluminista e, por extensão, a firme convicção em relação ao *decoro* espacial ser tributário da *boa ordem* social. Mesmo que um aprofundamento nessa questão não caiba aqui, deve-se destacar os principais conceitos por detrás desse e de outros projetos urbanísticos que o ouvidor realizou para vilas do Extremo Sul da Bahia, pois muitos dos seus resultados ainda são visíveis no traçado das cidades que as tiveram como núcleos.

A *planta* para Vila Viçosa, conforme explicitado na *Instrucção* (ABN, 1914 [doc.7975]), não foi desenvolvida considerando-se a relocação de todas as edificações e arruamentos do antigo povoado do Campinho, mas mantendo-se a sua igreja “que ainda que tosca lhe não podia mudar por causa da pobreza dos fregueses” (p.211). A partir desse dado, ou nas palavras do ouvidor, “governado pelo edifício da Igreja já feita, (...) entrei na curiosidade de riscar e formar pela minha tosca idéia a planta de vila com a possível uniformidade” (p.211). Pautado sempre pelo rigor geométrico, tão caro ao ideário iluminista, ele adotou uma tipologia urbana recorrente no Brasil setecentista e cuja característica fundamental consistia em organizar o espaço a partir de duas ou três praças: a primeira era destinada à fixação do pelourinho, símbolo máximo da municipalidade; a segunda era reservada à igreja, casa de câmara e cadeia e outros marcos e edifícios públicos; a terceira praça, menos comum, dividia com a segunda a função de abrigar tais marcos e edifícios, como se observa na *planta* de Monteiro para a vila de Porto Alegre (Figura 207) (Delson, 1997).

A implantação dessas praças e a relação entre elas muitas vezes obedeciam aos eixos cardinais, como explicitado em pelo menos dois projetos do ouvidor (Figura 198, Figura 204). Essa orientação era reproduzida em todo traçado urbano, uma vez que ele

era definido a partir de uma linha-mestra ligando pelo menos duas dessas praças. Ou seja, o projetista, tendo definido a localização das mesmas, as conectavam seja por uma única rua (Figura 204), seja por duas ruas paralelas (Figura 198, Figura 207), que funcionariam como as principais vias longitudinais da vila. A partir daí, eram lançadas algumas ruas paralelas a elas e dispostas eqüidistantemente. As vias perpendiculares ou *travessas* também eram lançadas a partir das praças e, sempre que possível, também eqüidistantemente (Figura 207). Desse modo, constituía-se um módulo ou módulos de quadra que podiam ser reproduzidos, em tese, infinitamente.

O fato de esse traçado ser presidido pelas praças as colocava, por conseguinte, como principais espaços da vila e contribuía determinantemente para que os edifícios públicos e religiosos lá existentes ganhassem uma presença altamente destacada. Em outras palavras, por meio dessa organização espacial, eles eram alçados à condição de principais marcos urbanos e, metaforicamente, de pólos de irradiação e convergência do *ethos* e *logos* que pautava a vida desse microcosmo iluminista. A monumentalidade desses edifícios também era corroborada pelas suas características arquitetônicas – principalmente a verticalidade – e pelo seu contraste com os longos e uniformes renques de habitações de um só pavimento assentadas junto ao alinhamento das quadras.

De forma a garantir a absoluta homogeneidade das habitações em Vila Viçosa – e a tão almejada *boa ordem* social –, Monteiro elaborou um conjunto de rígidos parâmetros urbanos que regulava desde a sua implantação e volumetria até a disposição das suas portas e janelas. Como escreveu na *Instrucção* para essa vila, e muito provavelmente nas que endereçou para as demais vilas na comarca:

> Para as [casas] dos moradores se dará a cada um toda a extensão da frente [ou testada] que pedir para com elas ocupar; mas nada desta para quintais, porque todos hão de ficar da parte de trás, partindo uns com os outros por igual extensão da frente das casas; (...) os que ficarem nas esquinas, que precisamente hão de ter menor quintal (...) lhes fica remunerado com a maior e melhor vista das casas. Por este modo todos os quintais do interior da vila ficam tapados com casas *e todos os moradores uns sem inveja dos outros* [grifo nosso].
>
> Todas as ditas [casas], a serem térreas, como se pratica no país [ou comarca], não hão de exceder, nem diminuir da altura de 14 palmos de pavimento da rua até o telhado e por dentro serão aterrados mais alto do mesmo pavimento um até 2 palmos, para que as águas fluviais, que discorrem pelas ruas, as não inundem. Os beirais ou se façam de madeira ou sejam de algeroz de telhas ou de tijolo, hão de sair das paredes para fora todos por igual na extensão de 3 palmos. O cume em todas as de telha correrá por igual, mas nas que por agora por falta dela se cobrirem de palha, poderá ser mais alto para escoamento das águas, igualando-se com as demais ao depois, quando se cobrirem de telhas, e finalmente as portas e janela da parte da rua serão de igual altura e largura umas das outras e as interiores e dos quintais poderá cada qual fazer como quiser (...); e também ninguém poderá por nas suas portas da parte de fora mais que um degrau e ao redor da parede da parte da rua assento continuado de tijolo para maior segurança do alicerce, mas só da largura da parte da rua, tudo debaixo da pena de 2000 réis e de se lhe demolir à sua custa (p.212).

Monteiro declara, concluindo, que “se os arruamentos forem se enchendo pela uniformidade”, Vila Viçosa terá “tão boa perspectiva como a de *Bellomonte*, que fiz erigir por outro semelhante modo e ficará das mais lindas do Brasil na boa situação e total planície em que se acha, e para que os seus habitantes, abandonados em palhoças, em que vivem dispersos se comovam logo à construção das casas na abundância que há de madeiras, de cal e barro” (p.212).

A propósito de Belmonte, o ouvidor declarou que também havia elaborado uma *planta* para a sua *formalidade* e remetido uma cópia, no ano de 1767, à Secretaria de Estado em Lisboa (ABN, 1914 [doc.8215]). Essa *planta* infelizmente foi perdida, mas a sua descrição pelo autor – e o próprio traçado da atual cidade de Belmonte (Figura 201, Figura 202, Figura 203) – indicam que se tratava de uma versão dos seus projetos urbanísticos conhecidos. Até que ponto Monteiro pautou-se pela “forma de planta” que o ouvidor Thomé Couceiro de Abreu alegou ter elaborado no final de 1763 ou início de 1764, não sabemos. Entretanto, ele informa que essa vila e a do Prado, “eretas por meu antecessor, em que ainda não havia casas, nem arruamentos, lhos fiz abrir” (ABN, 1914 [doc.8553]:267). Monteiro obrigou então os moradores de Belmonte a construírem as suas casas “dentro do seu arruamento” e declarou, em 24 de fevereiro de 1769, que para lá “do Arraial da praia se tem mudado a maior parte dos habitantes” (ABN, 1914 [doc.7972]:208). Pouco mais de ano depois, em um relatório datado de 10 de maio de 1770, o ouvidor declararia que na nova vila de Belmonte “se acham já por instâncias minhas 8 ruas principais dela completas de casas, que pelo seu uniforme incultam boa perspectiva e lhe estão ainda 7, de que uma tão somente se principiam a armar por falta de povoadores para as mais” (ABN, 1914 [doc.8215]:240).

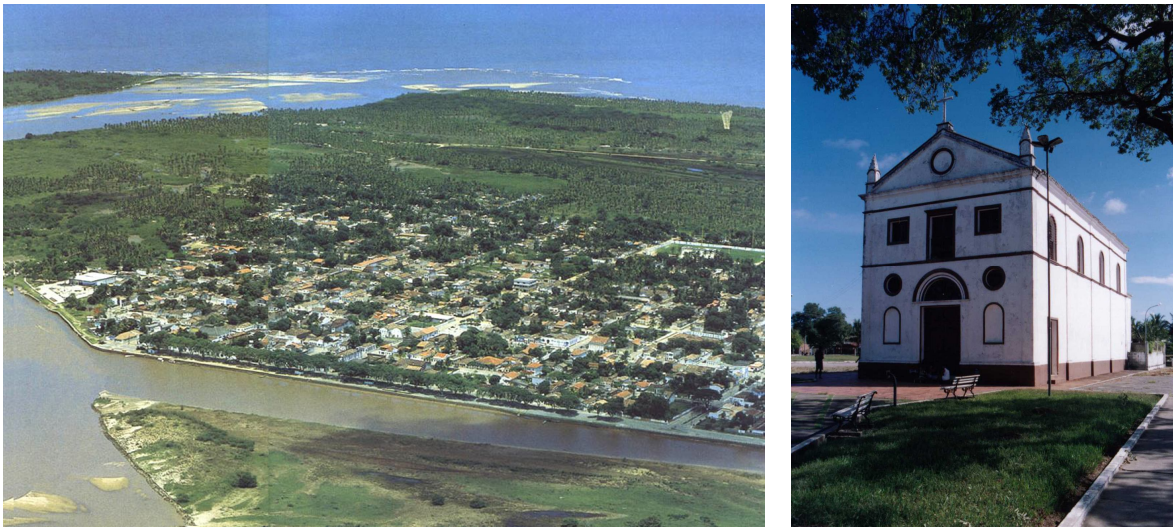


Figura 201: a cidade de Belmonte, na margem direita da foz do Jequitinhonha: a) vista aérea com o rio em primeiro plano; b) a igreja Matriz de N. S. do Carmo situada à Praça da Matriz, no núcleo histórico.
Fonte: a) edição de fotografia em STC-BA (2001:144-145), s/d; b) fotografia do autor, em 2001.

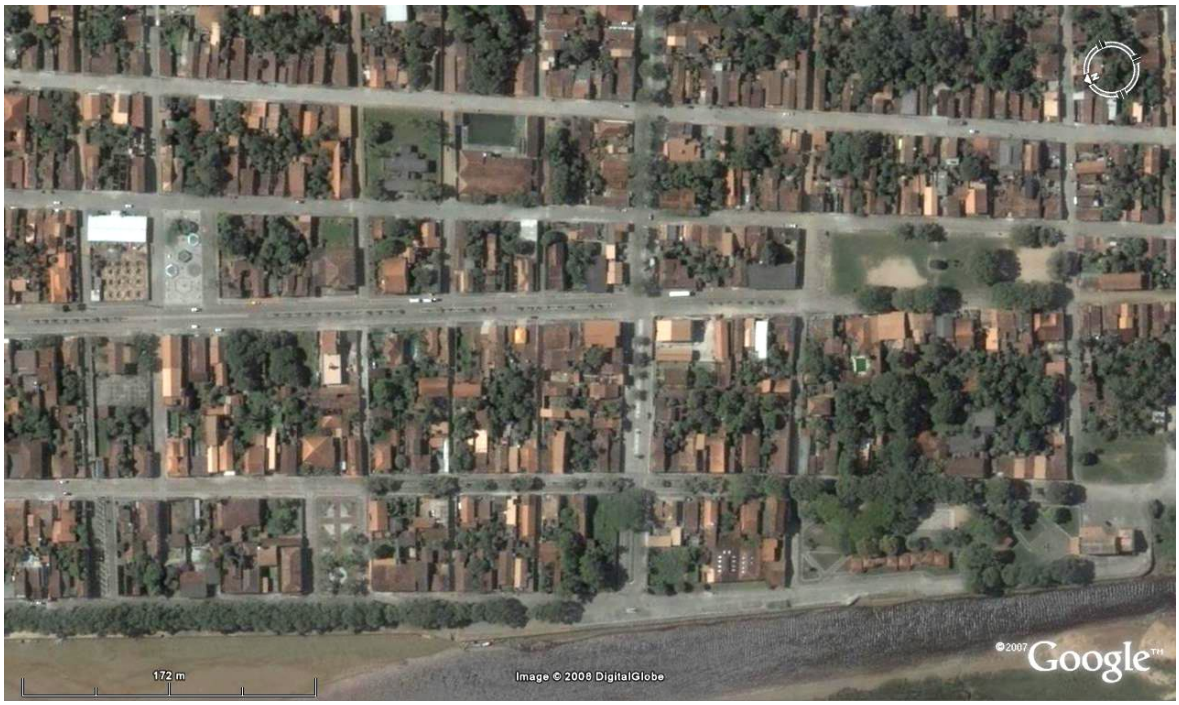


Figura 202: vista por satélite do núcleo histórico da cidade de Belmonte.
Fonte: Google Earth, em 2008.



Figura 203: a cidade de Belmonte: a) edificações à Praça 13 de Maio; b) canoeiros no rio Jequitinhonha.
Fonte: fotografias do autor, em 2001 e 1999.

Providências análogas às endereçadas para Vila Viçosa foram tomadas por Monteiro em relação à vila do Prado. Elas incluíram, portanto, a elaboração de uma *planta* para a sua *formalidade* (Figura 204) – e, conforme declarou o ouvidor em um relatório datado de 10 de maio de 1771:

> Da [vila] do *Prado* já saem embarcações de farinha, mas os seus moradores ainda todos residem em cabanas, por me não ter sido possível reduzi-los a erigirem casas, a que só chegaram a dar principio, há 8 meses, e no fim do presente ano poderão acabar as de 3 ruas formalizadas pela planta, que lhes dei e ainda não concluí para o poder por, como fiz dos das mais, na presença de S. M. (ABN, 1914 [doc.8446]:256).



Figura 204: *Mapa da nova Villa do Prado* (c.1771), de autoria de José Xavier Machado Monteiro.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Figura 205: vista por satélite da área da cidade de Prado representada na figura anterior.
Fonte: Google Earth, em 2008.



Figura 206: a cidade de Prado, na margem esquerda da foz do Jucuruçu: a) vista aérea do núcleo histórico com o rio à esquerda e a Igreja Matriz ao centro (c.2005); b) a Igreja Matriz de N. S. da Purificação, no núcleo histórico; c) casarão construído no final do século XIX à Rua Rui Barbosa, no núcleo histórico; d) vista aérea de Manguezal e Restinga ao longo da foz do Jucuruçu, com a cidade de Prado ao fundo e à esquerda.
Fonte: a) edição de fotografia em http:// www.pradoturismo.com.br, s/d; b) edição de fotografia de Hans Meinema, em 2007; c) edição de fotografia em IPAC-BA (1988 [V]), s/d. d) edição de fotografia em http://www.pradoturismo.com.br, s/d.

Quanto à povoação fundada por Monteiro na foz do rio Mucuri em algum momento entre maio de 1767 e fevereiro de 1769, e que funcionaria como núcleo da cidade de Mucuri (Figura 208), o ouvidor declarou no seu relatório de 10 de maio de 1770 que a havia elevado à vila “com os mais [habitantes] que se lhe foram agregando, dando-lhe o nome de *Portalegre*, coerente à situação e o orago de S. José à sua Igreja” (p.240). E, como de praxe,

> no terreno para a mesma vila balizado lhe deixei logo pela minha curiosidade alinhadas, medidas e demarcadas nove ruas principais com as travessas correspondentes e três praças, uma para o adro, outra para alguma capela e a outra para o Pelourinho, tudo riscado na tosca planta, que por falta de arquiteto lhe debuxei pelo meu próprio punho e remeto ainda que indigna de chegar à Real presença de V. M. (p.240) (Figura 207).

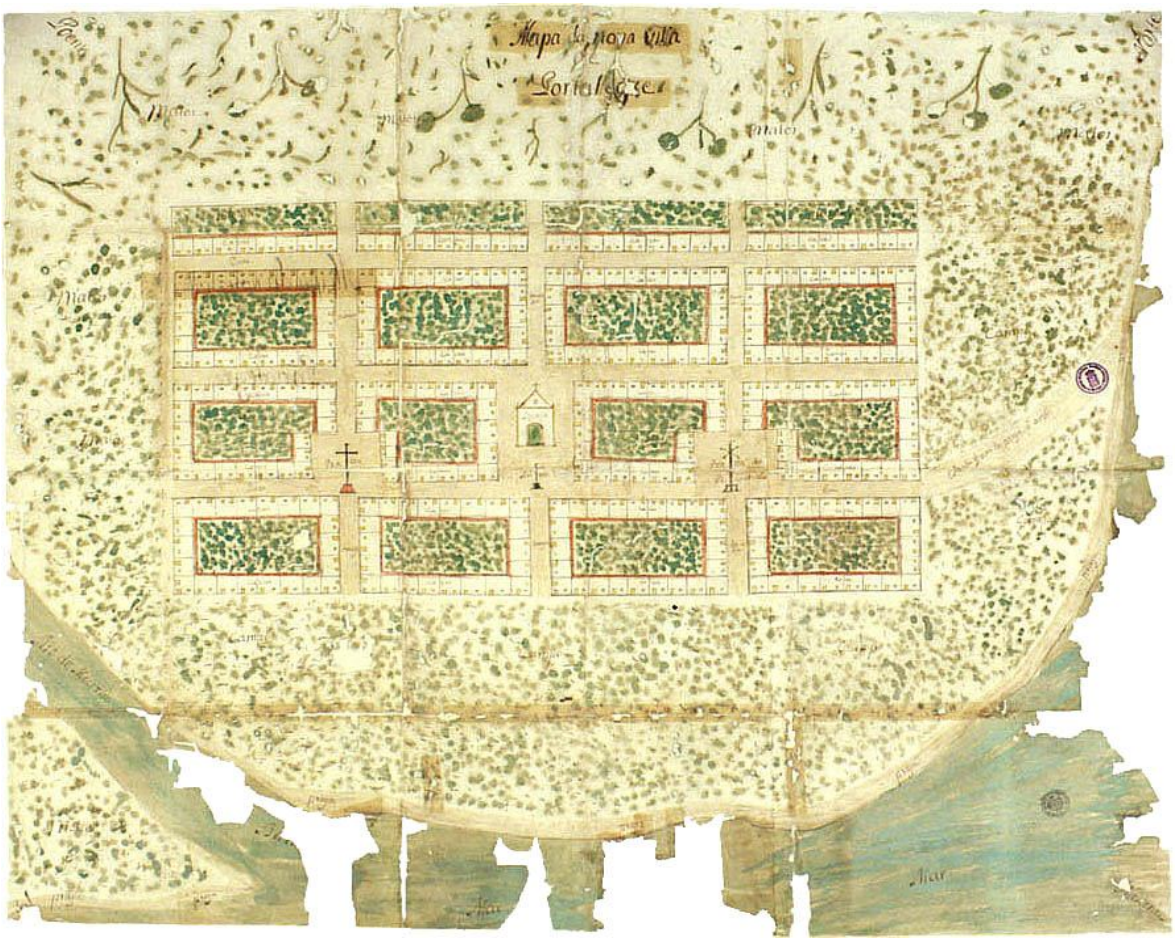


Figura 207: *Mapa da Nova Villa de Portalegre* (1772), de autoria de José Xavier Machado Monteiro.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Figura 208: a cidade de Mucuri, na margem esquerda da foz do Mucuri: a) vista aérea com o rio em primeiro plano; b) barcos pesqueiros atracados no porto junto ao rio.
Fonte: a) edição de fotografia de Richard Rocha, em 2008; b) fotografia de autor desconhecido, em 2007.

A última povoação da comarca de Porto Seguro elevada à vila por Monteiro foi o arraial de Itanhém, situado na margem esquerda da foz do rio homônimo, considerado como núcleo da atual cidade de Alcobaça (Figura 210) e apontado por Abreu, em 1764,

como sendo habitado por “22 casais e 90 e tantas almas, entre pais e filhos” (ABN, 1914 [doc.6430]:41). A sua instalação como vila deu-se em uma cerimônia em 12 de novembro de 1772, quando foi aclamada pelo ouvidor “com o nome de *Alcobaça* e a S. Bernardo por orago da Igreja” (ABN, 1914 [doc.8581]:272). Assim como ocorreu com Vila Viçosa, toda a cerimônia foi ricamente detalhada em um conjunto de *Autos de ereção e demarcação* conservados no AHU e incluiu desde a entoação de *Te Deum Laudamus* até o pronunciamento “Real, Real, Real – Esta nova Vila de Alcobaça pelo nosso Augustíssimo e Fidelíssimo Monarca Dom José o primeiro, Rei de Portugal” (ABN, 1914 [doc.8578]:f.7-8, transcrição paleográfica de Fabio M. Said). Nesse mesmo dia, também se cravou o pelourinho em um “lugar já assinado medido e demarcado para a praça” que Monteiro havia definido “na planta que tinha formado da vila” (f.7). Cinco meses depois, em abril de 1773, ele relataria que:

> fiz prover [a Igreja de São Bernardo] de pároco e de algumas imagens e dos paramentos indispensáveis para o sacrifício, obtidos de esmolas e por isso pobres, assim como a mesma Igreja, que ainda é coberta de palha. Já o aro da povoação se acha desbravado e descantilado e nele demarcada e alinhada a praça, com 3 arruamentos cortados em 6 ruas, já em grande parte ocupadas de cabanas, porque os povoadores necessitados de se aplicarem primeiro às roças, ainda não podem edificar casas; consta por hora o seu número somente de 110 casas, que irei aumentando à proporção dos degredados, que de novo me vierem, e dos voluntários, que for catequizando (ABN, 1914 [doc.8581]:272).



Figura 209: vista por satélite do núcleo histórico da cidade de Alcobaça.
Fonte: Google Earth, em 2008.



Figura 210: a cidade de Alcobaça, na margem esquerda da foz do Itanhém: a) o cais do porto e parte do núcleo histórico vistos do rio; b) a Igreja Matriz de São Bernardo situada à Praça Padre José Porphírio, núcleo histórico; c) parte do núcleo histórico vista do campanário esquerdo da Igreja de São Bernardo e, ao fundo, a antiga ponte de madeira sobre o rio Itanhém (c.1970), hoje arruinada.
Fonte: a) fotografia em http://www.flickr.com/photos/alcobaca, em 2007; b) edição de fotografia de Paulo Moreno, em 2005; c) fotografia em http://www.flickr.com/photos/alcobaca.

Contudo, uma informação particularmente relevante no conjunto de documentos relacionados à elevação do arraial de Itanhém à vila de Alcobaça diz respeito à origem da sua população. Como se lê na introdução do *Auto de ereção*:

> junto da Barra deste Rio chamado de Itanhaem [ou Itanhém] que era totalmente sítio deserto e despovoado muito combatido de Gentio, haverá vinte anos para ele se passaram a habitar dois moradores da Vila de Caravelas (...) e se fora aumentando até o número de vinte e cinco ou vinte e seis até o ano de 1767 (...). E porquanto outro sim desde o dito ano de 67 até o presente para ele tem concorrido muitos mais moradores a maior parte deles Índios ociosos vadios e dispersos por outras terras, e outros Brancos e Pardos uns deles voluntários e catequizados para esse efeito por ele dito Ministro [Monteiro] e por algumas pessoas também zelosas do aumento deste estabelecimento e outros Degredados pelas Relações das Cidades da Bahia e do Rio de Janeiro, que por

> todos faziam já um avultado número e o necessário e competente para neste mesmo sítio se formar e erigir uma vila (ABN, 1914 [doc.8578]:f.1-2, transcrição paleográfica de Fabio M. Said).

Monteiro, para além da criação dessas vilas e povoados, foi responsável por uma longa lista de obras, muitas ainda existentes e, não raro, tombadas como patrimônio cultural nacional, estadual e/ou municipal. Dentre elas, destacam-se, por exemplo, o *alinhamento* e a ampliação de diversas ruas e praças de assentamentos coloniais portugueses fundados antes da fase Pombalina, como a própria vila de Porto Seguro, sobre a qual o ouvidor escreveu, em 10 de maio de 1770, que:

> Nesta Capital de Porto Seguro, (...) tinham desertado muitos moradores e se iam os seus edifícios reduzindo a total ruína, se trabalha muito na reedificação destes pelos muitos daqueles, que para ela vão concorrendo e para cuja maior comodidade lhe alinhei 2 novas ruas dentro do centro da mesma, aonde eram mais continuadas as ruínas (ABN, 1914 [doc.8215]:240).

Também se deve destacar a construção, reconstrução ou reforma de muitos edifícios considerados, hoje e ontem, como detentores de grande relevância arquitetônica, tais como a antiga Residência do Salvador (onde Monteiro declarou residir), as casas de câmara e cadeia existentes nas vilas da capitania, praticamente todas as suas igrejas e, particularmente, as de N. S. da Pena, da Misericórdia e de N. S. d'Ajuda. E não nos esqueçamos das olarias que o ouvidor fundou de modo a prover essas edificações das telhas e tijolos necessários à sua maior duração, bem como a abertura e reforma de diversos caminhos, estradas, pontes, barcas e portos que facilitaram significativamente o aquecimento das atividades e relações econômicas da comarca (ABN, 1914 [doc.7972] [doc.8215] [doc.8446] [doc.8552] [doc.8553] [doc.8581] [doc.8628] [doc.8787] [doc.9147] [doc.9492] [doc.9493]).

Esse espaço conheceu então um crescente desenvolvimento das exportações de madeiras-de-lei para Portugal e de produtos agrícolas, como a farinha de mandioca, para as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu em relação à pesca, especialmente da garoupa. Essa espécie passou a ser capturada em águas cada vez mais distantes da costa por um crescente número embarcações produzidas em estaleiros da própria comarca, era processada nos seus portos e despachada principalmente para Salvador e o Rio de Janeiro. O transporte do pescado e produtos agrícolas para tais mercados era realizado por lanchas e sumacas também construídas na comarca e redundaria na consolidação de uma rede de comércio de cabotagem sediada na vila de Porto Seguro e responsável por muito do abastecimento dos assentamentos litorâneos entre esses dois destinos (ABN, 1914 [doc.9493]).



Figura 211: a) embarcação para cabotagem construída na cidade de Porto Seguro; b) barcos pesqueiros no porto da cidade de Porto Seguro; c) barcos pesqueiros na procissão de São Pedro junto à cidade de Mucuri.
Fonte: a) fotografia do acervo de Antônio Osório, em 1956; b) fotografia do autor, em 1995; c) edição de fotografia de Ricardo Rocha, em 2008.



Figura 212: a) barco pesqueiro em reparos na vila de Caraíva; b) barcos pesqueiros no porto da cidade de Nova Viçosa; c) barcos pesqueiros no porto da cidade de Santa Cruz Cabrália;
Fonte: a) fotografia do autor, em 1999; b) fotografia de Augusto Miranda Martins, em 2007; c) fotografia de autor desconhecido, em 2007.

Acima de tudo, o ouvidor José Xavier Machado Monteiro contribuiu decisivamente para a consolidação do arcabouço da atual organização do espaço tanto da zona costeira do Extremo Sul da Bahia quanto dos seus principais núcleos urbanos (Figura 213). Mesmo que o ouvidor tenha admitido, ao discorrer sobre as vilas da comarca em 1773, que “erigi-las é fácil, o povoá-las me é muito difícil” (ABN, 1914 [doc.8581]:273), todas lograram se desenvolver na forma de sedes de municípios criados ao longo dos séculos XIX e XX. E assim sendo, deve-se destacar os esforços dos seus antigos habitantes, dos incontáveis degredados para lá remetidos, de um número incerto de escravos africanos e dos muitos indígenas arregimentados para povoá-las.

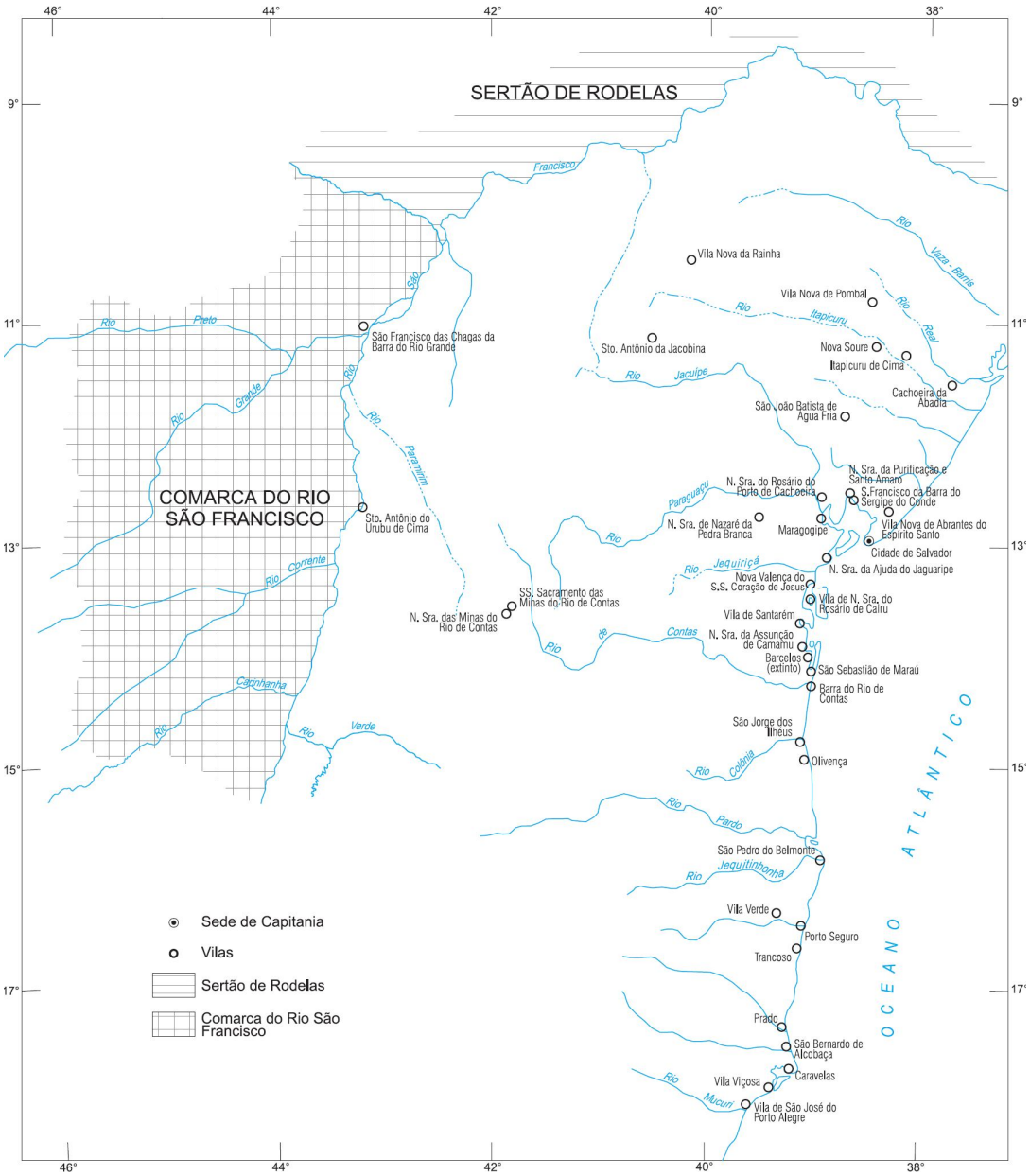


Figura 213: mapa das vilas existentes, no final do século XVIII, no espaço correspondente ao atual território do estado da Bahia.
Fonte: SEI (2001:47).

Para concluirmos este capítulo, faz-se necessário o aprofundamento em uma questão sobre a fase Pombalina no Extremo Sul da Bahia que consideramos da maior importância: a relação entre Monteiro e os grupos indígenas sob a sua jurisdição. Como se depreende dos documentos produzidos na sua gestão, fica claro que ele reconhecia (tal como o seu antecessor) o papel central dos indígenas no sucesso ou no fracasso dos projetos coloniais que a Coroa endereçava à América Portuguesa há quase quatro séculos. Entretanto, o seu comprometimento com a europeização das *terras* e *gentes* do Extremo Sul da Bahia – perfeitamente concordante com a mentalidade pombalina – não encontra correspondentes conhecidos em qualquer momento da história da região.

A melhor síntese da cruzada que encampou é oferecida no seu conjunto de *Instrucções para o governo dos Indios da Capitania de Porto Seguro, que os meus Directores hão de praticar em tudo aquillo que se não encontrar com o Directorio dos Indios do Gram Pará* (ABN, 1914 [doc.9494]). Produzido em data incerta, ele consiste em um receituário para a "civilização" desses indígenas no qual detalhava as orientações constantes no já mencionado *Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*.

A primeira instrução, absolutamente emblemática, dá o tom para as demais e revela que o ouvidor tinha consciência que a reprodução cultural dá-se primordialmente pelo contato entre pais e filhos e, portanto, que qualquer tentativa de aculturação deve endereçar, acima de tudo, essa questão:

> Se a reforma de costumes entre homens civilizados é difícil de conseguir, ainda por mais árdua empresa se pode reputar entre bárbaros e rústicos, que tendo-os herdado dos pais, neles pela criação foram sendo como congênitos; o que me dá motivo para discorrer que enquanto os Índios se forem educando na companhia dos pais e com o leite dos seus próprios vícios, por maiores diligências que se façam tarde se verão civilizados, porque o mal depois de habituados com a natureza se diz incurável e pelo contrário de mais fácil remédio ande criar raízes. Obra a educação tais efeitos que chega a perverter ainda nos brutos, mais indômitos à sua mesma natureza sendo talvez a que dirigiu aos racionais a não andarem quadrúpedes, e a experiência o mostra evidente naqueles Índios apreendidos no mato que se vão criando na companhia dos brancos, tanto mais pequenos, tanto mais cedo civilizados. (...) Mas porque nem os pais comumente os querem largar da sua companhia, nem os brancos recolhê-los nas suas casas sem algum préstimo de serviço, em que ao menos lhes mereçam o sustento e vestuário, a que na tenra idade não podem corresponder, e porque ainda que nos adultos seja mais morosa e dificultosa a civilidade; contudo em todos se pode e deve ir introduzindo paulatinamente de modo que se for na 1ª e 2ª geração, ao menos na 3ª a cheguem totalmente a obter pelos meios sabidamente insinuado no Diretório estabelecido para o governo dos Índios do Grão Pará; que em tudo e por tudo o que for aplicável aos desta Capitania mando e recomendo aos Diretores dos Índios dela cumpram e exatamente observem (p.372-373).

A partir desse ponto, Monteiro lista em oito capítulos as medidas que os administradores temporais das aldeias deveriam observar. No primeiro, intitulado *Em que idade e de que modo os hão de puxar para a eschola e como nella os hão de ensinar e*

tractar, são detalhadas medidas como: a obrigatoriedade dos meninos indígenas comparecerem às escolas erigidas nas aldeias; os mecanismos de coação e aferição da assiduidade; os horários das aulas, “3 horas de manhã e 3 de tarde”, “ainda que não seja mais que para ouvirem e praticarem a língua portuguesa”; o comportamento exigido, “não lhes sendo permitido pronunciarem, nem uma só palavra na língua bárbara”; o vestuário “ainda [que] em simples camisa”; a obrigatoriedade de se assistir às missas “vindo da escola para a Igreja e da Igreja para a escola, sempre em forma de procissão bem regulada com sua cruz adiante, cantando o Bendito ou outro algum cântico sagrado de comoção do espírito”; o lugar de assento dos meninos indígenas nas igrejas; a obrigatoriedade de atendimento às procissões e enterros; a proibição, em dias de aulas, de acompanharem os seus pais em atividades que lhes exigiam “pernoitarem nas roças, que lhes ficam distantes, vindo [muitos dos pais] somente à vila de 8 em 8 dias, e alguns só de mês a mês”; e mais, considerando-se que “como já há, nas sobreditas vilas de Índios, brancos e pardos, alguns dos quais queiram mandar seus filhos à escola”, impunha-se aos *Directores*, que também atuavam como professores, “que os índios se persuadam a deverem-se tratar e estimar como os mesmos brancos, não permitam que em caso algum sejam por estes ultrajados, nem os distingam em qualquer operação da classe, antes sim os façam conservar entre si recíproco respeito” (p.373).

Quanto às meninas indígenas com 10 anos ou mais, Monteiro explica que na capitania “não há mestras destinadas para as ensinarem a ler e escrever, nem lhe é tão preciso, exceto para saberem a língua portuguesa (o que se vai remediando com se distribuírem pelas casas de mulheres particulares, com que pelo uso a vão aprendendo)” (p.373). Como se depreende dos relatórios do ouvidor, essa medida foi amplamente adotada e servia também a um outro propósito: prover os colonos portugueses de serviçais domésticos em troco da sua “civilização”. Entretanto, ele recomendou aos seus *Directores* persuadir “suavemente” os pais a mandarem as suas filhas com menos de 10 anos de idade para as escolas, “com o ameaço de que não querendo se lhes hão de tirar também de sua companhia para a de mulheres brancas, que as quiserem, para com elas se amestrarem e civilizarem até chegar o tempo de se casarem” (p.373).

O segundo capítulo, intitulado *De que modo os hão de dispôr a aprender officios e para a soldada*, versa sobre medidas visando à inserção das crianças e jovens indígenas em atividades produtivas e os mecanismos de coerção e controle necessários a tanto. Sobretudo, fica claro nesse capítulo que o projeto de ensino de Monteiro objetivava não apenas a europeização dos indígenas, mas principalmente a constituição de mão-de-obra barata para uma larga variedade de trabalhos braçais necessários ao desenvolvimento da comarca, ou melhor, à reprodução do segmento dito *branco* ou *português*. No caso das crianças e jovens com pais falecidos, desaparecidos ou “dementes”, nomeava-se um

tutor que lhes possibilitaria “o sumo bem [de] se vestirem e de mais cedo na companhia dos mestres ou amos, em tudo espiritual e temporalmente se verem civilizados” (p.374). Por outro lado, como admitiu o ouvidor, tal artifício permitia aos “brancos (...) acharem quem os ajude na agricultura e no seu tráfico e comércio” (p.374). Em relação às demais crianças e jovens, instruía-se os *Directores* “em primeiro lugar e mais antecipadamente tirar delas [as escolas] os mais rudes e ineptos para os disporem a ofícios ou a soldada, e depois os outros a proporção de sua idade, capacidade e forças para os ministérios” (p.374). Monteiro estabeleceu então critérios que deveriam ser observados pelos *Directores* quando da distribuição dos ex-alunos por atividade econômica:

> preferirão primeiro os que os pedirem para lhes ensinarem ofícios. 2º os que os pedirem para seus pajens; 3º para o serviço da lavoura e 4º para o da navegação e pescaria; não se dando por modo algum para servirem a homens cativos, nem a negros, ainda que libertos sejam: mas tão somente a brancos ou pardos meios disfarçados (sic), que vivam, se tratem e estimem como os mesmos brancos e os hajam de estimar e bem educar: e havendo, como há já Índios de todo civilizados que os queiram, antes se dêem a estes, do que aos pardos, ficando porém sempre reservados tanto aos filhos, como aos Pais a escolha dos amos, a quem for mais sua vontade servir. (...) Não disponham para a soldada os filhos daqueles, que já de todo forem civilizados contra sua vontade se os vestirem e educarem como os brancos, exceto se forem órfãos (p.375).

O segundo capítulo dessas *Instrucções* também dispõe, com riqueza de detalhes, sobre o vestuário semanário e domingueiro mínimo que os “mestres e amos” deveriam providenciar para os “amestrados”, bem como a remuneração que deveriam pagar aos que atingiam a maioridade e aos menores a partir do terceiro ano de serviço. A saber: de 3.000 a 8.000 réis, “conforme o serviço e préstimo para que forem sendo hábeis”[150]. Quanto às jovens colocadas a serviço de “mulheres brancas”, também se definia o seu vestuário, composto, no primeiro ano de serviço, de “camisa e saia de algodão grosso”, no segundo, de “uma camisa de linho e saia de alguma droga para o domingo” e, no terceiro, também de “capa, lenço, fita de cabelo, sapatos ou chinelas”. A partir do quarto ano de serviço, obrigava-se às “mestras e amas” ao pagamento de 2.400 a 5.000 réis, “conforme o préstimo que forem tendo”. E mais:

> O produto das soldadas dos machos se vá aplicando para o vestuário domingueiro conforme o que forem produzindo até de capote, burjaca e fivelas de prata aos capazes de as estimarem e guardarem e o acréscimo ou se lhes empregue em vacas de criação ou se conserve em depósito para ferramentas para lavoura e para telha e feitio das casas daqueles que se forem aproximando a casarem. E as soldadas das fêmeas em camisas de linho e saias e manilhas feitas em tudo à moda de Portugal e sapatos e chinelas; e o acréscimo em brincos e rosicleres de ouro, as que forem capazes de os estimar e guardar; e das que não forem em vacas de criação para o seu dote. A respeito de cujos vestuários de machos e fêmeas, atendendo à sua pobreza, advirto não sejam de seda de qualidade alguma (excetuando fitas), nem de chitas finas ou outras drogas caras, mas antes das

[150] A mesma *Instrucção* revela que um *Director* recebia 70.000 réis.

> mais baratas e de maior duração, como são pano, baeta, saêta, sarafina, droguete, camelão, linho e não bretanha, nem cassa, canequim ou folier (p.375).

Entretanto, e em meio a uma rigorosa vigilância e prestação de contas pelos *Directores*, Monteiro demonstra certa preocupação em manter uma relação de boa vizinhança com os indígenas – ou em evitar uma rebelião – ao fazer uma pequena concessão:

> Ainda que machos e fêmeas tanto mais separados da vista e comunicação dos Pais, tanto melhor habituados e desejosos de continuar a viver com os brancos, contudo para se não desgostarem os mesmos Pais, havendo nas vilas, em que habitam mestres ou amos, que lhes queiram os filhos e que bem os tratem, os Diretores lhos não distribuirão para outros de fora e a ser preciso distribuí-los o facão para os das mais vizinhas, mas nunca em caso algum para os de fora desta Capitania, nem para os que habitando nela, vivem como forasteiros sem casa, nem roça (p.374-375).

No capítulo dessas *Instrucções* intitulado *A respeito de casas e como se devão erigir*, percebe-se mais uma vez a obsessão iluminista e pombalina pela questão do *decoro* espacial. Assim como fez Thomé Couceiro de Abreu ao determinar a tipologia residencial para a então futura vila de Belmonte, Monteiro tomou como unidade básica da vida urbana o habitar "em famílias, separadas". Entre as providências de praxe relacionadas à situação, implantação, volumetria e materialidade das habitações, ele estabeleceu que:

> Tenham quando menos de frente 42 palmos e 30 de fundo para se repartirem em 1 sala e 3 câmaras ou quartos, um da parte da rua junto à sala e 2 da banda do quintal; e de altura nem menos de 14, nem mais de 15 desde o pavimento e o nível em que houver de ficar a rua até o telhado; uma só porto para a rua, esta com 5 de largo e 10 de alto, outra para o quintal e as mais por dentro necessárias, todas 4½ de largo e 9 de lato e 3 janelas, 2 para a rua de 4½ de largo e 7 de alto e uma para o quintal que pode ser mais pequena. Os fogões para a cozinha se façam nos quintais ao pé das casas, mas fora do perigo de as incendiarem. (...) Os quintais pelos riscos e alinhamentos que lhes deixei são pequenos, mas assim convinha para os arruamentos e perspectiva das vilas e para o fim de se poderem sempre conservar com pouco dispêndio, tapados e defendidos; e concluída a obra de cada uma das casas se obrigues logo o dono dela a cercar o seu respectivo quintal ou de taipa de terra ou quanto menos de cerca de madeira chamada de pau a pique (p.376).

No capítulo intitulado *Enquanto a agricultura propria*, Monteiro detalha normas e providências para aumentar a produtividade das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos indígenas. Em linhas gerais, elas determinavam: a obrigatoriedade de se "abrir nas terras de melhor produção o seu roçado de lavoura de mandiocas, o maior que lhe for possível (...) de modo que não seja menos de 2.000 covas"; se garantir safras em mais de uma estação do ano; se semear também produtos como algodão, milho, arroz, feijão, batata, tabaco, cacau e café; se ter sempre laranjeiras, limoeiros ou bananeiras nos

quintais; e se criar “galinhas, perus ou patos, quantas mais melhor para obviar o mal de uns andarem furtando as dos outros”. Contudo, o ouvidor desestimulou o plantio da cana-de-açúcar, não obstante reconhecer a sua utilidade, pois os indígenas, provavelmente de ascendência Tupinikín, “as costumam moer para a converterem em calda, que azeda e misturada com o seu comum vinho chamado *cauim*, feito de mandioca, fica convertido em aguardente tão perniciosa que qualquer leve quantidade os embebeda” (p.377).

Já o capítulo intitulado *Commercio* versa sobre a venda da produção agropecuária dos indígenas, os serviços que prestavam para terceiros e, curiosamente, sobre como e onde eles deviam gastar o que auferiam. Os *Directores*, por um lado, tinham a responsabilidade de protegê-los contra negócios e contratos lesivos, enquanto não fossem considerados “totalmente civilizados e tão ladinos como os brancos”. Por outro lado, os *Directores* também controlavam o destino que os indígenas deveriam dar aos seus ganhos, segundo o seguinte critério:

> Do produto das farinhas, ou de outros gêneros, que venderem ou em qualquer serviço ganharem, lhes farão os Diretores entregar o necessário para azeite, sal, fumo e outro mantimento, de que carecem e o mais em primeiro lugar que tudo, para ferramenta da lavoura e dos seus ofícios, e depois para o seu vestuário semanário e festivo; e o que for sobejando para fatura, telha e mais móveis das suas casas e ultimamente para vacas de criação dos que forem capazes de tratarem delas, pois que nesta Capitania dão avultado lucro, com o qual já alguns tem como comprar seu escravo, que por sujeito a maior perigo, não é tão proveitoso (p.377).

Também se controlava a venda e a doação de bebida alcoólica aos indígenas, limitada à “10 réis até um vintém de aguardente” por cabeça e por dia e, “na ocasião de noivado ou batizado, ou por outra festa mais de um até 2 frascos ao Pai de famílias autor dela conforme a gente que assistir-lhe” (p.378). Entretanto, e sintomaticamente, deixava-se a critério dos *Directores* a oferta de bebida “para ação de algum chamado potirão [ou mutirão] (...) para que gratuitamente se ajuntam muitos” (p.378).

Como se não bastasse, essas *Instrucções* ainda regulamentavam uma série de outros aspectos da vida privada dos indígenas. Por exemplo, era proibido, sob pena de prisão, “eleger por padrinhos ou madrinhas nos sacramentos do batismo e da confirmação a negros ou negras, posto que libertos sejam, nem fazer casamento algum com os mesmos” (p.375). Já às mulheres, era interditado andarem total ou parcialmente nuas “ainda [que] dentro das suas próprias casas” (p.378). Não se permitia também o imemorial hábito, tão caro aos indígenas, dos muitos banhos coletivos que tomavam por dia e era interditado aos “machos de 7 anos para cima (...) banhar-se naqueles lugares de rios e lagos aonde Tupiguarani concorrem a lavar-se as fêmeas” (p.378). E, finalmente, não se permitia mais aos pais, “por bem da honestidade”, dormirem com os filhos ou filhas com mais de três anos (p.378).

Quanto aos resultados dessa fervorosa campanha de europeização conduzida por Monteiro, é difícil precisá-los com exatidão. Por um lado, os seus relatórios sugerem um crescente sucesso e incluem diversos comentários do seguinte tipo: “Serão perto de 400 os [indígenas] que atualmente existem de um e outro sexo distribuídos a ofícios [e] soldada” (ABN, 1914 [doc.8581]:272); apenas por “acaso se encontra algum sem camisa, antes muitos calçados; alguns de capote ou casaca e todas as suas mulheres de camisa e saia” (ABN, 1914 [doc.8446]:255); muitos “tem as suas casas cobertas de telha e providas de móveis” (ABN, 1914 [doc.8628]:277); “muitos tem já os seus 30 e 40 mil réis de patrimônio” (ABN, 1914 [doc.8628]:277); “posso jurar sem hipérbole, que ainda em Portugal não há comumente meninos mais bem instruídos nos mistérios da nossa religião” (ABN, 1914 [doc.8552]:266); e “já [há moradores brancos] em todas [as vilas] desta Capitania e em algumas em abundância” (ABN, 1914 [doc.9494]:378).

Essas declarações – por mais que possam ter sido exageradas pelo entusiasmo ou por interesses de Monteiro – são corroboradas por elogios que recebeu dos seus superiores[151] e revelam que os indígenas “mansos” da comarca foram objetos de um intenso processo de aculturação durante a fase Pombalina. Que o digam as inúmeras fontes oitocentistas que atestaram a virtual inexistência nesse espaço de indígenas de ascendência Tupinikín e Meniã vivendo conforme a cultura dos seus ancestrais. Por outro lado, não foram poucos os lamentos do ouvidor quanto a uma série de resistências que enfrentou na sua campanha de europeização. Essa oposição, deve-se destacar, não parece ter incluído rebeliões ou congêneres, posto que Monteiro celebrou no seu último relatório periódico conhecido, datado de julho de 1777, que:

> no seu tempo lá se não cometeu delito algum dos atrozes, nem fez morte alguma mais que a de um menino por outro com quem casualmente brigava, e a de uma criança recém-nascida pela mãe que a pariu; e ainda de ferimentos muito poucos e leves e outro sim de que o Tapuyo ainda lá não flechou mais que 4 pessoas e só uma mortalmente (ABN, 1914 [doc.9493]:370).

Essa situação, quando cotejada com outros documentos produzidos na segunda metade do século XVIII, sugere, em primeiro lugar, que os portugueses já acumulavam um poder de fogo capaz de garantir a “paz pública” (nos termos de Monteiro) e mesmo desestimular grandes incursões *tapuia* contra os assentamentos coloniais. Em segundo lugar, tudo indica que as tentativas de colonização dos Tupinikín e Meniã em tempos passados haviam logrado extinguir, no todo ou em grande parte, as suas tradições e

[151] Dois elogios ao desempenho de Monteiro podem ser encontrados, primeiro, em uma *Informação* de 2 de abril de 1768 do desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Rodrigo Coelho Machado Torres, para o governador geral da capitania da Bahia D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas (ABN, 1914 [doc.7875]); e, segundo, em um *Ofício* de 29 de janeiro de 1769 desse governador-geral para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ABN, 1914 [doc.8030]).

habilidades guerreiras. Portanto, a resistência ao processo de europeização, bem como a reprodução das práticas culturais ainda sustentadas pelos indígenas, deu-se por meios mais sutis e, em alguns casos, duradouros.

Por exemplo, a despeito da proibição de ausentarem-se da capitania de Porto Seguro e da exigência de sempre portarem um "passaporte", parecem ter sido comuns as fugas para outros territórios coloniais onde recebiam um tratamento mais brando por parte dos seus administradores. Por exemplo, Monteiro relatou em 10 de maio de 1771, visivelmente furioso, que "alguns [índios] me fogem para as Capitanias dos Ilhéus e do Espírito Santo, aonde por eles a ninguém se procura" (ABN, 1914 [doc.8446]:255). Já a extinção dos idiomas indígenas, exigida pelo *Directorio dos índios do Pará e Maranhão*, foi objeto de grandes dificuldades do ouvidor e tônica constante dos seus relatórios. Uma vez que os mecanismos de repreensão tinham, na prática, o alcance limitado ao domínio público, foram freqüentes os lamentos do tipo: "não me tem sido possível despegá-los no trato doméstico do uso da sua língua bárbara" (ABN, 1914 [doc.8215]:239). Outro objeto de muitas reclamações foi a perspectiva indígena acerca do trabalho e, por extensão, as motivações para os mesmos, os seus ritmos e os seus modos. Incapaz de compreender, como muitos dos nossos contemporâneos, as profundas raízes culturais desse comportamento, o ouvidor preferiu atribuí-lo a "vadiação e a ociosidade, vício nestes países tão comum, ainda aos brancos" (ABN, 1914 [doc.8581]:252). Não obstante alguns sucessos que parece ter obtido na transformação de crianças e jovens em *braços úteis*, fica claro que a maioria dos indígenas mais velhos não se dobrou ao seu projeto de aquecimento econômico. Por essa razão, ele declararia, mais uma vez visivelmente furioso, que "ainda há muitos tão radicados nos seus quase congênitos vícios da preguiça e da prodigalidade, que só a morte lhos poderá arrancar" (ABN, 1914 [doc.8628]:277). E mais, parece ter sido tão freqüente a destruição proposital, pelos indígenas mais velhos, do vestuário português usado pelos indígenas mais novos, que se fez necessário estabelecer uma severa penalidade para tanto: "alguns dias de tronco ou horas de golilha" (ABN, 1914 [doc.9494]:375).

O rearranjo espacial das vilas, povoações e habitações indígenas – enquanto um dos principais artifícios visando à sua europeização – também não ocorreu sem pelo menos uma interessante forma de resistência cultural, inferida a partir de dados que coletamos quando da coordenação do já referido *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia* (Tofani *et al.*, 2000). Os levantamentos planialtimétricos, de características arquitetônicas e de estado de conservação dos imóveis situados à Praça São João Batista, núcleo histórico da vila de Trancoso, revelaram que alguns dos implantados em renque (Figura 214) possuem curiosas marcas de pretéritos vãos de porta nas *paredes-*

de-meia que os separam. A quase totalidade dessas conexões foi fechada durante o avanço do turismo sobre a vila e a concomitante venda da maioria dos seus imóveis para não-nativos interessados em transformá-los em casas de veraneio e estabelecimentos comerciais e de serviços (Tofani, 1997). Contudo, membros mais idosos da comunidade tradicional nos revelaram que esses vãos de porta eram de fato freqüentes e visavam proporcionar aos antigos habitantes desses imóveis, em geral aparentados, o conforto de relacionarem-se sem a necessidade de transitarem pelo espaço descoberto. Não obstante essa justificativa, as raízes culturais desses elementos arquitetônicos podem ser mais profundas e estarem intrinsecamente relacionadas à prática da co-habitação comum as etnias Tupiguarani. Ou seja, a despeito dos esforços dos ouvidores pombalinos, tudo indica que os antigos habitantes de Trancoso produziram um artifício através do qual, por um lado, aplacavam a sanha europeizadora desses administradores portugueses, provavelmente satisfeitos com os resultados que aferiam de pontos situados no espaço dito público; e, por outro lado, garantiram a reprodução de imemoriais formas de morar indígenas até o último quartel do século XX e, em menor medida, até os dias de hoje.



Figura 214: imóveis em renque situados à Praça São João Batista (ou *Quadrado*), núcleo histórico da vila de Trancoso.
Fonte: fotografias do autor, em 1999 (Tofani *et al.*, 2000).

Monteiro permaneceria como ouvidor da comarca de Porto Seguro, curiosamente, para além do período no qual o marquês de Pombal praticamente comandou o império português. Com o falecimento do rei D. José I, em 24 de fevereiro de 1777, subiria ao trono a sua filha, D. Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana, primeira mulher na história a efetivamente ocupar essa posição. Profunda desafeta de Pombal – a quem nunca perdoou diversas atitudes e, particularmente, a brutalidade com que conduziu o processo e a execução dos acusados de envolvimento no suposto atentado ao seu pai –, D. Maria I deu início a uma série de medidas de distensão da austera política pombalina que seria conhecida como a *Viradeira*. A primeira delas foi assinar, em 4 de março do mesmo ano, um decreto régio demitindo o marquês de Pombal do cargo que ocupava a mais de duas décadas. Isso abriria as portas para uma ação judicial acusando-o de abuso de poder, corrupção e fraudes e cujo desfecho foi o seu desterro da Corte e o seu ocaso (Correia, 2003; Neves, 2000).

Alguns meses depois, em 27 de julho de 1777, o dedicado ouvidor da longínqua comarca de Porto Seguro, finalizaria uma carta à rainha contendo interessantes informações sobre a sua vida e reforçando um pedido que fizera à D. José I durante anos, e sem sucesso:

> Senhora. Por especial decreto me ocupo há 10 para 11 anos no emprego da criação desta Ouvidoria e Capitania de Porto Seguro, dirigido por umas particulares instruções que para isso recebi na Secretaria de Estado, aonde em todos eles fui sucessivamente dando conta individual do modo, com que procurava civilizar os Índios (...); das vilas novas e estabelecimentos que ia erigindo, dos novos habitantes, com que ia povoando; dos edifícios e obras públicas, com que ia enobrecendo e do mais aumento, com que ia procurando enriquecer pelos meios da paz, da agricultura e do comércio (...).
>
> Se por estes serviços e pelos mais que no Reino fiz, (depois de ler há 42 anos no Desembargo do Paço), nos quatro lugares de Juiz de fora de Vila do conde, Ouvidor da Comarca de Linhares, Ouvidor da de Ourique e Provedor da mesma, mereço alguma remuneração: a maior mercê, que suplico a V. M. é a de mandar-me prover já de substituto, por me ver decrépito com 63 para 64 anos de idade, atacado de achaques, que consigo traz a velhice, maiormente adquiridos na desordenada fadiga, com que todos os anos e em qualquer rigor do tempo, em país tão adusto, por praias quase de 100 léguas de ida e outras tantas de volta, me arrebatava no zelo de desempenhar as obrigações de minha conduta; o que já não posso cumprir, como ainda sem interrupção se precisa fazer por todas as Vilas e aldeias, para quando menos se solidar, enquanto não engrossa mais de raiz, o que está feito, e se não expor à decadência tanto bem público; em atenção ao qual assim o requeiro humildemente a V. M. e outrossim a bem do próprio, de voltar para o Reino a curar-me, pois aqui não há médico ou cirurgião de profissão; e a cuidar em dar estado a duas filhas, minhas únicas herdeiras, que lá deixei órfãs de Mãe e de tenra idade, que posso contemplar pobres (ABN, 1914 [doc.9492]:370).

Essa súplica não parece ter sido atendida, pois o encontramos, em 1778, ocupando ainda a ouvidoria de Porto Seguro e tratando de um prosaico processo contra um vigário da vila de São Mateus que havia excomungado um juiz ordinário de Vila Viçosa (ABN, 1914 [doc.9651] [doc.9652]). Para além disso, José Xavier Machado

Monteiro desaparece das fontes documentais que conhecemos e nada mais sabemos sobre seu o destino.

Vinte e cinco anos depois, em 1803, um levantamento sobre os "progressos da civilização dos índios", ordenado pelo príncipe-regente D. João VI, daria uma medida do enraizamento do processo de europeização encampado por Monteiro. Alguns documentos produzidos na capitania da Bahia no âmbito desse levantamento foram conservados no AHU e, dentre eles, um *Ofício* do ouvidor interino da comarca de Porto Seguro, Francisco Dantas Barbosa, e uma *Informação* de cinco moradores da vila do Prado. Neles se lê, respectivamente, que:

> Ordena-me V. Ex.[152] por carta de 12 de setembro do presente ano que recebi a 18 do mesmo mês, que com a maior exatidão informasse a V. Ex. dos progressos que tem feito a importantíssima civilização dos Índios desta comarca, para poder satisfazer ao que o Príncipe Regente N. S. ordena em Provisão do Conselho Ultramarino de 12 de outubro do ano passado. Para o fazer como me foi ordenado procedi um sumário de testemunhas, mandando-me informar juntamente por outras vilas, além de particulares informações que tomei de pessoas fidedignas que tem assistido nas vilas dos mesmos Índios; e todas são as mesmas que contêm os sumários e cartas que envio a V. Ex. De vista por ter presenciado na Vila de Belmonte posso afirmar a V. Ex. que nela também sucede o mesmo, porque à exceção de alguns Índios gerais que mais se aplicam ao trabalho das lavouras e se tratam com alguma civilidade, os demais se acham na situação em que estão os das outras vilas. Os da nação Menhãs somente mostram progressos na pronunciação da língua portuguesa e no mais se conservam como bárbaros deixando cair as casas para viverem nas palhoças ou ranchos que fazem fora da vila, sem estabelecimento de lavouras, se bem que por jornal alguns trabalham, principalmente em tirar madeiras, e se os querem obrigar a fazer casas na vila, e lavouras, passam-se para a Povoação de Patipe [na capitania de Ilhéus] afim de viverem libertinos, por não haver lá Justiças que os castiguem, aliciados também dos moradores daquele País por autoridade própria, por cujo motivo já são poucos os que existem na dita vila, que se vão a ela é transitoriamente sem nela terem habitação certa (ABN, 1918 [doc.26332]:179-180).

> Os índios que habitam nesta vila[153] com os quais se compõe parte da república, que ao todo não excede de 70 casais, os da criação do falecido Ministro *José Xavier Machado*, que punha os filhos e filhas a soldada com mais freqüência e zelo (...), porém depois deste ministro parece que tudo caducou; os que servem na república andam compostos – e os outros descalços – com boas calças, jaquetas e camisas de linho, além de muitos que não passam da vestidura de pretos cativos: de ordinário andam carregados com a bebida de vinho da mandioca e cana e de aguardentes, que nisso acabam a maior parte do que ganham, e por isso são presos e castigados; e presos principalmente nas suas festas pelos distúrbios que fazem; a maior parte se aplica às lavouras de que pagam dízimos, outros tiram madeiras e embiras e estopa, não possuem um só cativo. A um ferreiro que faz as obras do País e os mais não se aplicam ao ofício por não haver mestre deles. São bons falquejadores, serradores e muito espertos para o mar, prontos para os serviços de S. A. R. e alguns práticos da costa. A língua geral do seu natural nunca a perderam, porque aprendem logo no berço. Os Escrivões Diretores sempre de aula aberta, porém pouco aproveitam, por serem remissos, e quando vão por causa justa para o poder dos pais, ficam de todo atrasados, faltando a boa regência daquele Ministro Machado que segurava o jugo até nas comarcas vizinhas, mandava ordem para virem retrocedidos das

[152] Esse *Ofício*, datado da vila de Porto Seguro em 20 de dezembro de 1803, foi endereçado ao governador da capitania da Bahia, Francisco da Cunha e Meneses.
[153] Essa *Informação*, datada da vila do Prado em 16 de outubro de 1803, foi endereçada ao ouvidor interino da comarca de Porto Seguro e consiste, portanto, em um dos "sumários e cartas" que ele remeteu como anexos do seu relatório para o governador da capitania da Bahia.

fugas que repetidamente faziam, e hoje pelo pouco jugo, pouco se utilizam e assim mal sabem ler e assinar seus nomes e desses poucos [sabem] a doutrina cristã, e sabem só o bastante para obterem os sacramentos. Sendo sempre instruídos na Aula e Paróquia. Rendar e costurar só há no País 4 mais polidas e muitas para o seu uso. Diariamente nas 2 roças andam nus do cinto para cima; as fêmeas de todo o estado sem zelo de seus peitos, é o certo que podemos informar (ABN, 1918 [doc.26333]:180).

à maneira de uma conclusão

A despeito das grandes transformações experimentadas por muitas regiões brasileiras no período Imperial e nas primeiras décadas da República, pouca coisa mudaria no delineamento geral da geografia do Extremo Sul da Bahia nesse tempo. Entretanto, alterações significativas teriam lugar em algumas vilas e povoados que os portugueses haviam fundado na zona costeira durante os mais de 300 anos em que esse espaço figurou como um domínio ultramarino lusitano.

As vilas de Porto Seguro e Santa Cruz – os mais antigos assentamentos dessa categoria existentes – experimentaram, a partir do final do século XVIII, uma gradual expansão dos seus tecidos urbanos sobre as planícies costeiras junto às fozes dos rios Buranhém e João de Tiba, respectivamente. Tal movimento foi animado pela conjunção entre o desenvolvimento das atividades pesqueiras, de cabotagem, de construção naval e de exportação madeireira sediadas nesses espaços e a sensação de segurança proporcionada pelo fim dos ataques de grupos Macro-Jê a essas vilas e seus arrabaldes. Em poucas décadas, o padrão de ocupação das vilas de Porto Seguro e Santa Cruz – concentradas, durante quase três séculos, sobre tabuleiros da Formação Barreiras – foi alterado a ponto da maior parte dos seus habitantes terem se transferido para tais planícies costeiras antes do final do século XIX (Figura 33, Figura 34, Figura 141, Figura 164, Figura 165, Figura 180, Figura 215).



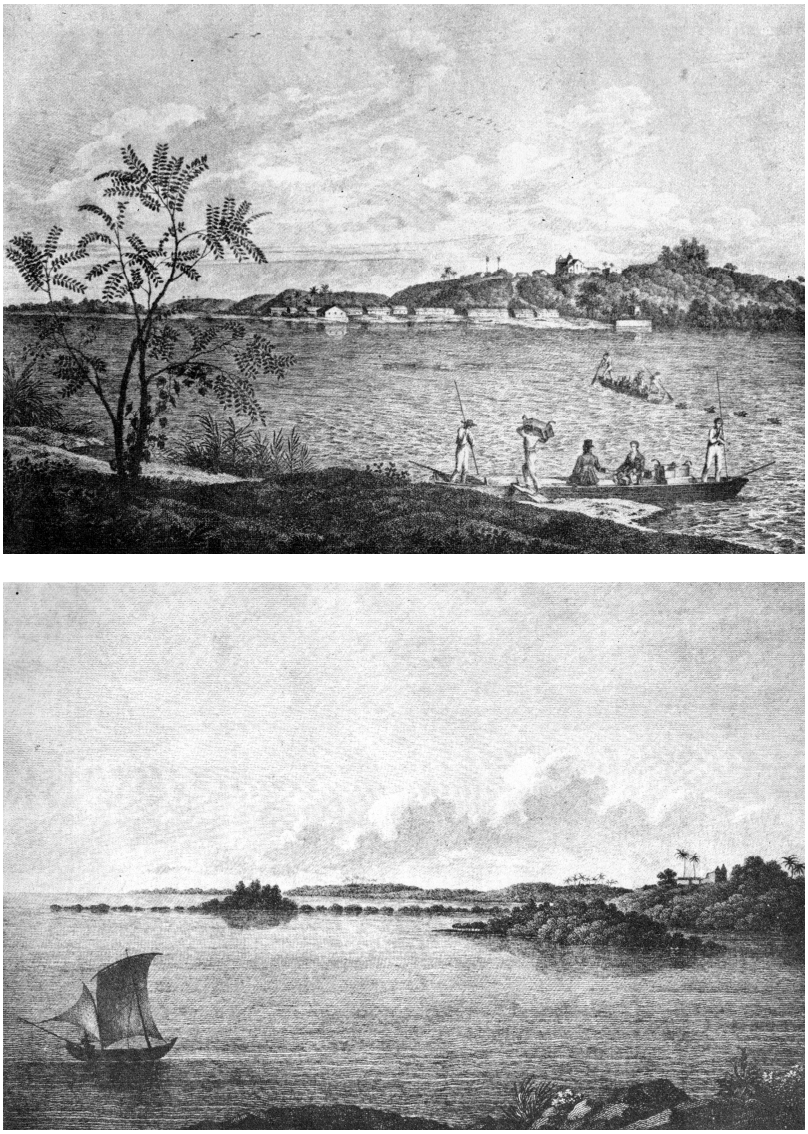


Figura 215: gravuras representando a vila de Santa Cruz e a foz do rio João de Tiba (c.1816). Observação: a primeira gravura foi intitulada *Vista da vila de Pôrto Seguro, no rio Buranhem* em Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]). Contudo, trata-se de um equívoco, pois quando se analisa cuidadosamente a paisagem representada, e a coteja com a segunda gravura, intitulada *Vista da foz do rio e da igreja de Santa Cruz*, fica claro que são diferentes perspectivas da vila de Santa Cruz. Para tanto, deve-se observar principalmente as palmeiras representadas e a igreja cujo posicionamento e delineamento correspondem exatamente ao da Igreja de N. S. da Conceição e em nada às igrejas da Cidade Alta de Porto Seguro (Figura 33, Figura 71, Figura 141, Figura 164). Fonte: Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]: estampa 16 e estampa 8).

Consolidada a tipologia urbana conhecida como “cidade de dois andares” (IPAC-BA, 1988 [V]), estaria estabelecida uma bipolaridade de funções que perduraria até o final do terceiro quartel do século XX: a porção superior abrigando as igrejas, os edifícios públicos e algumas residências principalmente dos seus servidores; a porção inferior concentrando as instalações portuárias, pesqueiras, comerciais, de serviços e industriais e maioria das habitações inclusive das famílias mais abastadas. Esse fenômeno foi tão intenso que a maior parte das edificações e logradouros que conformavam as Cidades Altas de Porto Seguro e Santa Cruz no início do século XIX simplesmente desapareceu por abandono e arruinamento. Essa afirmação é atestada por pesquisas arqueológicas

realizadas na última década, bem como por diversos testemunhos de autores oitocentistas tais como Silva Santos (ABN, 1918 [doc.27113] [c.1803]), Lindley (1969 [1805]), Casal (1976 [1817]), Wied-Neuwied (1989 [1820-1821]) e Avé-Lallemant (1980 [1859]).

Dentre eles, destaca-se o capitão-mor João da Silva Santos graças à detalhada descrição que produziu sobre as vilas de Porto Seguro e Santa Cruz no seu *Mappa e descripção da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde póde chegar sumacas, lanchas e canôas com seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mór João da Silva Santos... principiado em abril de 1803 e de Sul para o Norte* (ABN, 1918 [doc.27113] [c.1803]). Conforme esse documento, por volta de 1803, enquanto a Cidade Alta de Porto Seguro possuía 155 casas térreas, cinco sobrados e suas igrejas, a de Santa Cruz abrigava 57 térreas, um sobrado e a sua igreja[154]. No ano de 1968, quando a Cidade Alta de Porto Seguro foi objeto do seu primeiro tombamento como patrimônio nacional, ela não somava mais do que 50 edificações, ao passo que a de Santa Cruz Cabrália tinha menos de dez (Tofani *et al.*, 2000).

Já as prospecções arqueológicas realizadas pelo NAPAS/UFBA em sítios desses espaços onde há muito não existiam registros de ocupação evidenciaram uma impressionante quantidade de fragmentos de alicerces, baldrames, paredes e pisos de antigas edificações. Elas foram construídas em variados períodos e, não raro, sobre restos de outras estruturas arquitetônicas (Figura 216, Figura 217, Figura 218). Se tais descobertas confirmaram que as Cidades Altas de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália foram ocupadas por portugueses e luso-brasileiros durante séculos, o arruinamento da maior parte das suas edificações e a pequena quantidade de vestígios arqueológicos posteriores ao século XIX indicam o progressivo abandono desses espaços em nome da preferência pelas respectivas Cidades Baixas.

Essa interpretação é corroborada por uma pesquisa da arqueóloga Letícia de Barros Motta (1998) que demonstrou que os fragmentos de faiança fina inglesa evidenciados na cidade de Porto Seguro concentram-se majoritariamente em sítios arqueológicos localizados na sua Cidade Baixa. Essa tipologia cerâmica, produzida durante o século XIX e vendida a preços superiores aos de outras faianças, é considerada como um demarcador da presença de extratos mais abastados em um dado espaço e, portanto, demonstra a sua concentração na Cidade Baixa durante esse século e, muito provavelmente, também depois.

[154] Silva Santos também observou que a Cidade Baixa de Porto Seguro era constituída por 135 residências, além de um número não declarado de "estaleiros de construir lanchas de pescarias, negociação, de que mais usam os moradores desta vila" (ABN, 1918 [c.1803] [doc.27113]:243). A Cidade Baixa de Santa Cruz, por sua vez, possuía 72 edificações incluindo "armazéns de peixe do mar alto, negociação, de que mais usam os habitantes desta terra, e onde é o maior comércio" (p.245).



Figura 216: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente na Cidade Alta de Porto Seguro em 1999: a) fundações em pedras, alvenarias em tijolos cerâmicos e soleira em lajotas cerâmicas; b) idem.
Fonte: fotografias em NAPAS/UFBA (2000d:21-22), s/d.



Figura 217: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália em 1999: a) parede em pau-a-pique junto a piso cerâmico; b) fundações em pedra.
Fonte: fotografias em NAPAS/UFBA (2000a:42-47), s/d.




Figura 218: estruturas arquitetônicas evidenciadas arqueologicamente no sítio à frente da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, na Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, em 1999.
Fonte: fotografias em NAPAS/UFBA (2000a:28-85), s/d.

Em 30 de dezembro de 1891, a vila de Porto Seguro foi elevada à categoria de cidade. Já o território da vila de Santa Cruz, foi anexado ao de Porto Seguro pelo menos duas vezes entre a gestão do ouvidor Thomé Couceiro de Abreu (1763-c.1765) e o ano de 1933. Em 4 de agosto desse mesmo ano, Santa Cruz consolidou-se definitivamente como uma municipalidade; em 9 de março de 1935, o seu nome foi ampliado para Santa Cruz Cabrália; e três anos depois, em 30 de março de 1938, ela foi elevada finalmente à categoria de cidade (IBGE, 1958 [XXI]; IPAC-BA, 1988 [V]; SEI, 2001).

Já o sítio da Igreja de N. S. d'Ajuda, visitado em 1802 pelo comerciante inglês Thomas Lindley (1969 [1805]), foi descrito como descortinando uma paisagem "de fato grandiosa, abrangendo não só a região em torno como também o oceano adjacente, ao qual os muros brancos da capela formam excelente baliza" (p.40). Nessa ocasião, também observou que a igreja tinha grande prestígio entre pescadores e marinheiros e pôde produzir um relato que, não obstante a sua brevidade, é da maior relevância:

> a padroeira, a Virgem, é especialmente invocada pelos navios e barcos pesqueiros das costas vizinhas, em caso de perigo ou de ventos contrários. Sua fama estende-se até mesmo à cura de vários padecimentos, desde que invocada com *a devida fé*. O interior do edifício é decorado com desenhos grotescos de navios em apuros, quartos de enfermos, etc., havendo legendas debaixo de cada um, relativas aos diferentes episódios que pretendem comemorar (p.40).

Tais desenhos consistiam muito provavelmente, como se depreende da sua descrição, em ex-votos lá depositados por moradores e romeiros que criam ter alcançado alguma graça por intermédio de Nossa Senhora d'Ajuda (Figura 220). A propósito, cerca de dois anos depois, essa igreja foi visitada pelo capitão-mor Silva Santos que a descreveu como "uma boa e bem paramentada capela" e, principalmente, apontou a existência "ao lado do Sul" de "uma boa casa de Romeiros" (ABN, 1918 [doc.27113]:242).

O prestígio desse santuário enquanto um espaço capaz de promover toda a sorte de milagres não pararia de crescer, assim como o afluxo de romeiros e a construção de

casas para hospedá-los ao longo da atual Praça Brigadeiro Eduardo Gomes (Figura 96, Figura 168, Figura 169, Figura 170). Esse fenômeno, juntamente com a expansão das atividades agrícolas, pesqueiras e madeireiras no entorno da vila de Porto Seguro, eventualmente redundaria na formação de um povoado chamado de Nossa Senhora d'Ajuda. No ano de 2000, ele seria elevado à sede de um distrito do município de Porto Seguro e oficializada a sua denominação praticada popularmente: Arraial d'Ajuda.





Figura 219: Arraial d'Ajuda: a) vista aérea da Igreja de N. S. d'Ajuda e da Praça Brigadeiro Eduardo Gomes (c.1985); b) a imagem de N. S. d'Ajuda em procissão.
Fonte: a) fotografia de Romero Gonzáles Garcia, s/d; b) fotografia de autor desconhecido, s/d.





Figura 220: Arraial d'Ajuda: a) a sala de ex-votos da Igreja de N. S. d'Ajuda; b) a festa da padroeira realizada todo mês de agosto na Praça Brigadeiro Eduardo Gomes.
Fonte: a) fotografia de Pedro Okabayashi, em 1999; b) edição de fotografia de Pedro Okabayashi, em 1999.

Trancoso e Vila Verde, por sua vez, permaneceram habitadas majoritariamente por descendentes dos Tupinikín e sem alterações sócio-espaciais significativas até o último quartel do século XX. As únicas exceções parecem ter sido o arruinamento, em

momento incerto, das suas modestas casas de câmara e cadeia erigidas no terceiro quartel do século XVIII e a demolição da antiga Igreja jesuítica do Divino Espírito Santo de Vila Verde ocorrida, segundo a sua comunidade tradicional, na década de 1910.

Em função da inexistência de grandes portos marítimos ou fluviais nas imediações dessas vilas e, provavelmente, do predomínio da matriz cultural indígena entre os seus habitantes, a sua atuação no contexto regional ficou restrita ao papel de fornecedor de produtos agrícolas e mão-de-obra para os demais assentamentos na zona costeira. Essa estagnação econômica, ou mesmo declínio, faria com que Vila Verde e Trancoso perdessem a sua condição de municípios e fossem anexados ao de Porto Seguro, na forma de seus distritos, em 28 de maio de 1917 e 8 de junho de 1927, respectivamente. Em algum momento entre 1933 e 1938, Vila Verde teve o seu nome mudado para Vale Verde (IBGE, 1957 [XXI]; SEI, 2001 e 2003).



Figura 221: a vila de Trancoso (c.1970): a) habitações em renque; b) Igreja de São João Batista.
Fonte: fotografias do Arquivo Noronha Santos, s/d.

Todas as demais vilas existentes no Extremo Sul da Bahia na segunda metade do século XVIII lograriam alcançar a atualidade na forma de sedes municipais, não obstante alguns rearranjos territoriais e a mudança dos nomes de Porto Alegre e Vila Viçosa para, respectivamente, Mucuri, em 1931, e Nova Viçosa, em 1962. Assim como nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz (Cabrália), a exportação de pescado, produtos agrícolas e madeiras-de-lei constituiu a base das suas economias até o último quartel do século XX. Entretanto, o grau de desenvolvimento que alcançaram variou significativamente em função da sua maior ou menor relação com três fenômenos econômicos que constituíram os alicerces do processo de interiorização da presença luso-brasileira na região. A saber: a expansão da cacauicultura, o estabelecimento da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri e a abertura da Estrada de Ferro Bahia & Minas.

A introdução dos cacaueiros (*Theobroma cacao*) na Bahia foi obra provavelmente de jesuítas ou colonos que os trouxeram da região amazônica em algum momento anterior à fase Pombalina. No entanto, o seu cultivo em larga escala só se daria a partir de meados do século XIX principalmente no espaço polarizado pela vila e depois cidade de Ilhéus: grosso modo, a atual região Litoral Sul. Com o rápido crescimento da demanda mundial por cacau, ainda no terceiro quartel do século XIX, essa região seria alçada à condição de um dos principais produtores globais dessa valiosa *commodity*, exportada em quantidades crescentes sobretudo para a Europa e os Estados Unidos.

Tal demanda exigiu uma concomitante expansão das áreas de plantio, primeiro, na própria região Litoral Sul da Bahia e, depois, nas regiões vizinhas. Entretanto, as condições necessárias à cacauicultura – em especial áreas sombreadas, solos úmidos e férteis e facilidade de transporte – exigiram que essa expansão se desse sob Florestas Ombrófilas que não haviam sido objetos de atividades madeireiras e agropecuárias extensivas e ao longo de rios que permitissem o escoamento da produção para portos litorâneos. Ou seja, fez-se imperativo que o plantio dos cacaueiros avançasse a montante desses rios e, portanto, cada vez mais sobre territórios de grupos Macro-Jê. As medidas adotadas para lidar com a óbvia resistência desses indígenas incluíram expedientes clássicos como a catequese, conduzida então por missionários lazaristas e capuchinhos, e o amplo emprego de força militar e policial. Contudo, a urgência em atender aos mercados internacionais e fazer fortuna contou com um aporte cada vez mais em voga: o uso deliberado de artefatos bacteriológicos e viróticos visando ao rápido extermínio dos grupos Macro-Jê que fizessem frente a esses interesses[155].

A expansão da cacauicultura de larga escala alcançaria o Extremo Sul da Bahia no último quartel do século XIX e acarretaria uma significativa interiorização luso-brasileira principalmente ao longo dos seus maiores rios e, em particular, do Jequitinhonha, Buranhém, Jucuruçu e Itanhém. Mesmo que a produção da região jamais tenha rivalizado a do Litoral Sul, pelo menos o mais setentrional dos seus assentamentos – Belmonte – constituir-se-ia em um importante ponto no mapa da cacauicultura. Em poucos anos, essa vila, outrora habitada majoritariamente por indígenas Meniã e objeto

[155] Em 1799, o ouvidor da comarca de Ilhéus, Balthasar da Silva Lisboa, escreveu um extraordinário relato sobre as dimensões naturais e culturais desse espaço e denunciou que a prática do contágio intencional já era adotada como expediente para eliminação de grupos Macro-Jê. Nesse documento se lê que "o Sargento-mor *Ignácio de Azevedo Peixoto*, há 20 anos enchendo várias cabaças com trapos, que embrulhadas envolviam cascas de bexiguentos e por uma horrível e imperdoável maldade levou o espanto, a morte e o estrago aos desgraçados gentios, introduzindo nas suas infelizes habitações a peste das bexigas, que tanto dano lhes causaram, que jamais ousaram aparecer nas vizinhas de Ilhéus" (ABN, 1916 [doc.19209]:110).

de muitos relatos nada elogiosos, experimentaria uma impressionante transformação. Graças aos dividendos auferidos com a exportação de cacau, ela expandiu-se significativamente tomando como módulo o traçado que lhe emprestaram os ouvidores pombalinos, foi elevada à categoria de cidade no ano de 1891 e conheceu um fausto sem igual no passado do Extremo Sul da Bahia (Figura 201, Figura 202, Figura 203, Figura 222, Figura 223, Figura 224, Figura 225). A sua hegemonia regional só seria quebrada no último quartel do século XX, quando do início da infestação dos cacaueiros pelas pragas da *vassoura-de-bruxa*, da ocorrência de uma grave crise no mercado internacional de cacau e, coincidentemente, do desenvolvimento experimentado por outros municípios da região no bojo de atividades como o turismo, a agroindústria, a produção de celulose etc.



Figura 222: a cidade de Belmonte: a) casa eclética construída à Rua Pedro II no final do século XIX ou início do XX; b) farol fabricado pela empresa francesa *F. Barbier & Cie. Constructeurs* e inaugurado em 1901.
Fonte: fotografias do autor, em 1998 e 1999.

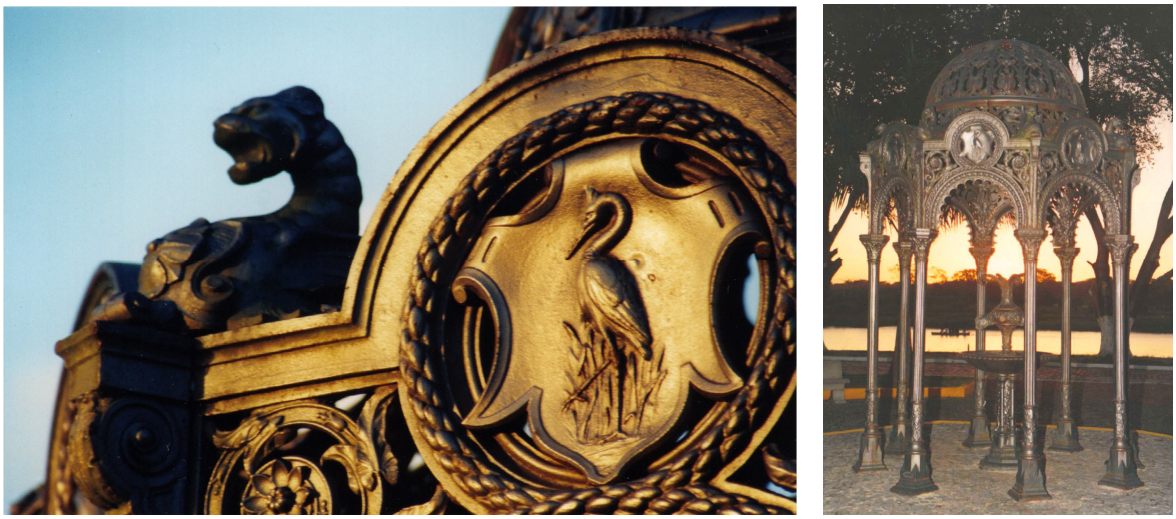


Figura 223: a cidade de Belmonte: bebedouro público em ferro fundido fabricado pela empresa escocesa *Walter MacFarlane & Cº.* provavelmente na década de 1890 e situado hoje à Praça Godofredo Bandeira.
Fonte: fotografias do autor, em 1999.



Figura 224: a cidade de Belmonte: a) casarão eclético construído à Rua Pedro II no final do século XIX ou início do XX; b) estatueta em balaustre de casa eclética construída à Rua Pedro II no início do século XX.
Fonte: fotografias do autor, em 2001.



Figura 225: a cidade de Belmonte: a) renque de edificações situado à Praça 13 de Maio; b) ruína de hotel neogótico construído à Avenida Beira Rio em 1897.
Fonte: fotografias do autor, em 1999.

Contudo, no início do século XIX, quando a cacauicultura em larga escala era se muito um projeto, o interior do Extremo Sul da Bahia já ganhava foros de potencial área de expansão de atividades econômicas no nordeste da província de Minas Gerais, bem como de via de escoamento da sua produção e de abastecimento da sua população. No entanto, o fato desse espaço ter sido mantido como barreira ao contrabando ou *Zona Proibida* no século anterior cobrava agora o seu preço: a necessidade da produção de conhecimentos geográficos e etnológicos que informassem a sua colonização.

Para tanto, uma série de expedições exploratórias, montadas pelo Estado e por particulares, paulatinamente esquadrinhou esse espaço a partir do litoral atlântico e de

Minas Gerais. Dentre elas, destacam-se: a já mencionada expedição do capitão-mor João da Silva Santos que esquadrinhou o *Rio Grande* da sua foz junto à Belmonte até a confluência com o Araçuaí em 1804 e cujo principal mérito foi demonstrar cabalmente que ele e a porção conhecida do Jequitinhonha correspondiam a um mesmo rio (ABN, 1918 [doc.27114]); a expedição do coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima que partiu da vila de Minas Novas em 1816, explorou a bacia do Mucuri até a sua foz junto à vila de Porto Alegre e produziu o mais antigo mapa desse espaço que conhecemos (Figura 226); a expedição de Francisco Teixeira Guedes que saiu de Minas Novas em 1829, alcançou as cabeceiras do rio Mucuri, mas foi rechaçada por indígenas provavelmente Botocudo; e a expedição do engenheiro Victor Renault que partiu da cidade de Ouro Preto em 1836, alcançou a vila de Minas Novas e dali seguiu até o Mucuri carregada de “brindes para os Botocudos”. Ao contrário da sua antecessora, ela repetiu o feito do coronel Abreu e Lima e logrou alcançar a vila de Porto Alegre (Duarte, 2002; Otoni, 2002; Renault, 2002).

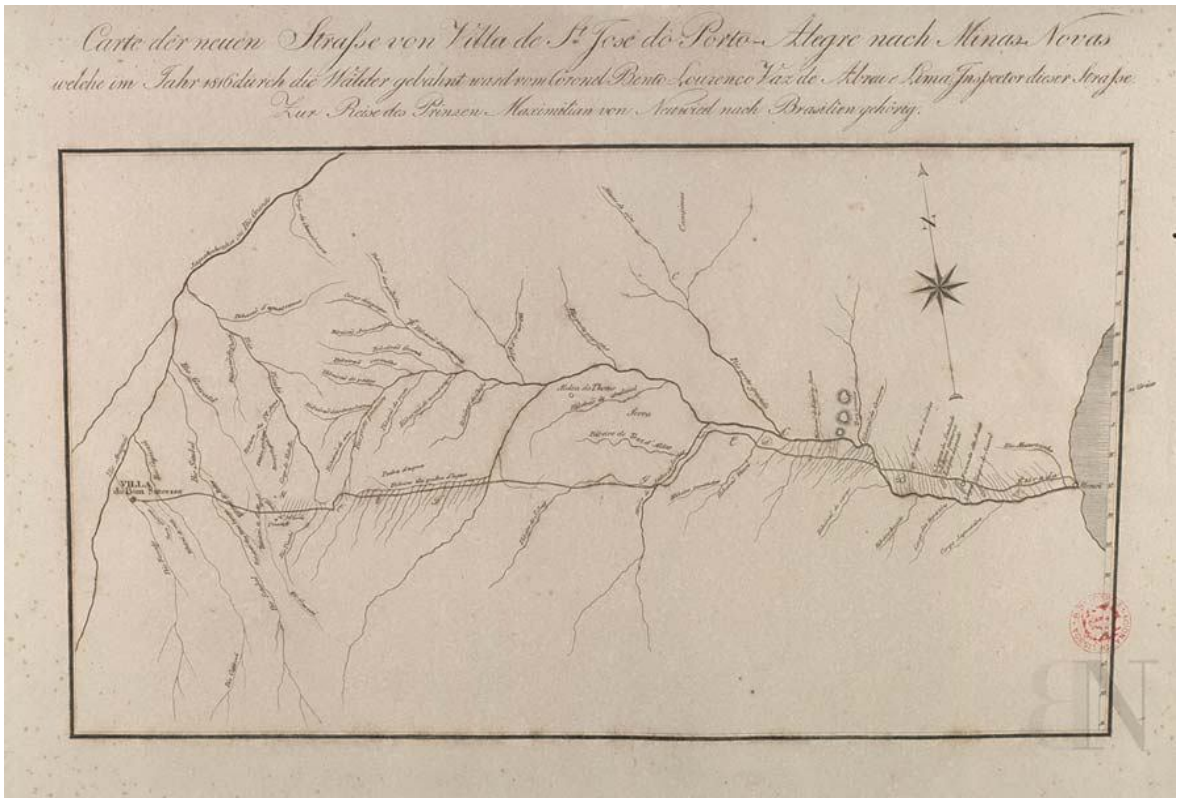


Figura 226: *Carte der neuen Strasse von Villa de St. José do Porto-Alegre nach Minas Novas* (c.1820) produzida a partir de um mapa de autoria do coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima.
Fonte: Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal.

Essas expedições exploratórias confirmaram a riqueza natural que se supunha no interior do Extremo Sul da Bahia, atestaram a conveniência do rio Jequitinhonha e sobretudo do Mucuri como vias de conexão do nordeste mineiro com o Atlântico e

animaram a fundação da notória Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. Como detalha a historiadora Regina Horta Duarte (2002):

> Em 1847, os mineiros Teófilo Benedito Otoni e Honório Benedito Otoni receberam, do Governo da Província de Minas Gerais, a concessão, seguida de vários favores e privilégios, para fundar a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. A instituição permaneceu sob essa direção até 1861, quando foi encampada pelo Governo Imperial, após a publicação de sérias denúncias pelo viajante Robert Avé-Lallemant, acerca das condições dos imigrantes da região. Mesmo com a posterior contestação das acusações, a partir de relatórios de consultores enviados ao local, Teófilo Otoni – agora só, pois Honório já falecera – não consegue manter a empresa, numa conjuntura marcada pelas conseqüências da seca de 1858, carestia, fome e fuga em massa de colonos, em 1859.
>
> Os Otoni constituíam uma família tradicional no Serro, de história intimamente ligada aos princípios liberais e a empreendimentos comerciais. Teófilo Otoni, nascido em 1807, ajudou seu pai nas lides com tropas, na infância. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, onde se destacou e passou a freqüentar meios de discussões políticas, nas quais predominavam ideais políticos de colorações americanistas, com grande destaque para o pensamento de Thomas Jefferson. (...) Com o fracasso colhido em 1842 [na revolta contra a centralização do governo de D. Pedro II] e as dificuldades em opor-se ao projeto conservador de organização política do Império, voltou-se para um empreendimento provavelmente acalentado há longo tempo. Nosso personagem sabia da longa história dos obstáculos encontrados por aqueles que ousavam percorrer a Província de Minas Gerais em atividades de comércio e mesmo das barreiras à articulação entre as unidades de produção e os mercados aos quais se destinavam. Ciente das dificuldades específicas vividas pelos fazendeiros de Minas novas e adjacências na comercialização de seus produtos, entre os quais se destacava um algodão de excelente qualidade, lança as bases de seu sonho, angariando adeptos e partindo para a audaciosa empresa de instaurar vias de comunicação fluvial através do Mucuri, ligando todo o norte de Minas ao litoral (p.13-15).

De modo a concretizar esse intento, Otoni dedicou especial atenção ao desenvolvimento de cinco produções espaciais que determinaram a trajetória da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri e muitos dos seus impactos. A primeira consistia em uma linha de vapores de médio porte, e respectivas instalações portuárias, para o transporte de cargas e passageiros no trecho do rio Mucuri entre a sua foz na vila de Porto Alegre e o povoado de Santa Clara. Esse povoado, segunda produção espacial em questão, foi fundado junto ao ponto mais a montante que tais embarcações alcançavam e atuou como o núcleo da cidade mineira de Nanuque (do gentílico Botocudo *Nak-nenuk*). A terceira produção espacial consistia em uma rede de caminhos que partia de Porto Alegre, passava por Santa Clara e alcançava a quarta produção espacial em questão: o povoado de Philadelphia, sede regional da Companhia e núcleo da cidade mineira de Teófilo Otoni (Figura 227). Finalmente, a quinta produção consistia em fazendas e colônias agrícolas estabelecidas com vistas à atração e fixação de imigrantes europeus, açorianos, madeirenses e chineses que proporcionassem a ocupação da bacia do Mucuri, mantivessem a sua condição de via de conexão e garantissem a sua inserção na economia luso-brasileira (Otoni, 2002 [1859]).

Não obstante a gravidade das denúncias de Avé-Lallemant (1980 [1859]) sobre as condições proporcionadas a esses imigrantes – e a extensão da crise que se seguiu –, a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri desempenhou um papel fundamental no processo de colonização da antiga *Zona Proibida* e, em particular, do interior do Extremo Sul da Bahia. Diversas povoações, fazendas e colônias agrícolas, com variados portes e funções, foram estabelecidas, frutificaram e alcançaram o nosso tempo. Muitos assentamentos luso-brasileiros situados em porções mineiras das bacias do Rio Doce e Jequitinhonha – como a citada vila de Minas Novas – também conheceram uma conexão com o Atlântico relativamente rápida e regular. A vila de Porto Alegre beneficiou-se significativamente de estar situada junto à foz do Mucuri e abrigar o principal porto litorâneo utilizado pela Companhia. A capilaridade econômica desse fenômeno alcançou as vizinhas Vila Viçosa e vila de Caravelas e também lhes proporcionou alguns dividendos. E, sobretudo, foram criadas muitas das condições necessárias à posterior abertura da Estrada de Ferro Bahia & Minas.



Figura 227: gravura representando o povoado de Philadelphia, núcleo da cidade de Teófilo Otoni (MG), junto ao rio Todos os Santos, na bacia do Mucuri (c.1865).
Fonte: Tschudi (1866:237).

Por conseguinte, a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri – seja através das ações que realizou, seja através das que induziu – foi responsável tanto por um significativo aumento da pressão sobre grupos Macro-Jê que habitavam a antiga *Zona Proibida* quanto pela quebra de uma certa estabilidade territorial que predominava no Extremo Sul da Bahia desde as primeiras décadas do século XVII.

Dentre as fontes documentais oitocentistas que versaram sobre a relação dos luso-brasileiros com tais indígenas, destaca-se o conjunto de relatórios que os presidentes das províncias da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo apresentaram às suas Assembléias Legislativas durante o período Imperial (CRL, 2007). Mesmo que muitos não tenham detalhado-a devidamente, fica claro que a questão da lida com os Macro-Jê ganhou importância – e eventualmente foros de questão de Estado – na mesma medida em que se dava a colonização luso-brasileira da antiga *Zona Proibida*. Até tentativas de contagem populacional foram realizadas por alguns desses governos, mas redundaram em cifras nitidamente imprecisas, contraditórias e tendentes à subestimação. Todavia, elas permitem inferir que a antiga *Zona Proibida* abrigou, até meados do século XIX, a maior população indígena dessas províncias – e provavelmente de todo o Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil – vivendo sem contatos expressivos com não-indígenas.

Por mais que grandes intelectuais e estadistas de então – como Teófilo Benedito Otoni – tenham tido a louvável preocupação de incentivar o uso de expedientes pacíficos no contato e relacionamento com esses indígenas, eles constituíram exceções à regra. Um conjunto de relatos de Otoni (2002 [1859]), entre muitos que poderíamos citar, ilustra eloqüentemente a cultura da violência que era praticada contra grupos Macro-Jê por seus contemporâneos e que seria reproduzida, mesmo que em medida decrescente, pelo século XX adentro. Conforme ele registrou em sua *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*:

> *Matar uma aldeia!* Não passe a linguagem despercebida. Por mais horrorosa que pareça não tem nada de hiperbólica. É uma frase técnica na gíria da caçada de selvagens. (...) Cerca-se a aldeia de noite – dá-se o assalto de madrugada. É de regra que o primeiro bote seja apoderarem-se os assaltantes dos arcos e flechas dos sitiados que estão amontoados no fogo que faz cada família. (...) Procede-se à matança. Separados os *kurucas* [ou crianças], e alguma índia moça mais bonita, que formam os despojos, sem misericórdia faz-se mão baixa sobre os outros, e os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados. (p.47)
>
> *Matavam-se aldeias* no Jequitinhonha, no Mucuri, e no rio Doce, em Minas, e no Espírito Santo. Nesta última Província, na Comarca de São Mateus, referiu-me pessoa do lugar uma das últimas tragédias ocorridas. Foi protagonista um militar comandante do destacamento, pessoa estimável a outros respeitos, cujo nome omito em razão de seus cabelos brancos, e em atenção à sua numerosa família. Em represália de um acolhimento dos índios este militar deu-lhe na aldeia (...). Os resultados foram como sói acontecer, e para que se não pudesse por em dúvida a façanha, o comandante trouxe para São Mateus o asqueroso despojo de 300 orelhas, que mandou amputar aos selvagens assassinados[156] (p. 48).

[156] Esse relato foi confirmado por Tschudi (2006 [II] [1866]) em uma passagem da sua obra *Viagens através da América do Sul* onde anotou que "nos últimos tempos, apesar de já existir uma Constituição brasileira, que, infelizmente, tem sido implementada de forma muito precária, a guerra de destruição contra os índios na província de Minas Gerais ainda continua. Hoje, ainda existem lá indivíduos que têm o maior prazer em caçar índios e que, zelosamente, mantém cães para esse fim. Há pouco tempo, um comandante do exercito brasileiro destruiu uma aldeia de índios em represália a um assassinato cometido por um índio. Trouxe como troféu ao arraial de São Mateus, ao sul do Mucuri, três centenas de orelhas de índios mortos cruelmente" (p.245-246).

> Cada roceiro de São José [de Porto Alegre] tem o seu *kuruca*, de que uns se serviam como escravos, e que outros vendiam. Este maldito tráfico dos selvagens, mais infame que o dos pretos da África, tem sido a causa de calamidades sem número. Às vezes a guerra entre diversas tribos tem por fim único a conquista dos *kurucas*, que são levados ao mercado. São José de Porto Alegre era em 1847 uma aldeia miserável, povoada em máxima parte pelos descendentes dos tupiniquins; município pobríssimo, sem agricultura e sem comércio senão o dos *kurucas*. Cada um custava cem mil réis (p.49-50).
>
> Traídos e decimados os infelizes [indígenas] se concentravam novamente pelas brenhas para fugirem à escravidão, ao bacamarte e ao veneno; porque para vergonha da civilização, o veneno tem sido também empregado contra os selvagens nas imediações do Mucuri. Conta-se até o horroroso caso de uma tribo inteira vítima dos sarampos, que com o fim de exterminá-la lhe foram perfidamente inoculados, dando-se-lhes roupas de doentes atacados daquele mal (p.56).



Figura 228: gravura de Johann Moritz Rugendas intitulada *Guerillas* (1835) e representando o ataque de uma tropa luso-brasileira a um acampamento indígena.
Observação: como detalhou Rugendas (1979 [1835]): "Procura-se de preferência surpreendê-los nos acampamentos e, quando descobertos, são cercados durante a noite, e ao clarear o dia faz-se fogo, de todos os lados, contra os índios ainda adormecidos. Assim surpreendidos, os selvagens tentam escapar pela fuga. Em regra geral o soldado massacra tudo o que lhe cai nas mãos e só poupa mulheres e crianças muito raramente, e assim mesmo quando cessa toda a resistência, a qual é, não raro, obstinada" (p.188).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Concomitantemente a essas barbaridades, ocorreu um aumento significativo dos ataques de grupos Macro-Jê aos luso-brasileiros e suas propriedades tanto no nordeste de Minas Gerais quanto no Extremo Sul da Bahia. No que tange a essa região, tais ataques não se restringiram a assentamentos na vanguarda da colonização do interior, mas alcançaram também as imediações de vilas litorâneas bastante consolidadas, tais

como a do Prado. Também data do período Imperial, e particularmente das décadas de 1840 e 1850, o afluxo ao litoral de grupos Macro-Jê de variadas proporções interessados não em atacar vilas, povoados e fazendas, mas em suplicar comida. Como detalha a antropóloga Maria Rosário Gonçalves Carvalho (2005):

> Para a Vila do Prado (...) acorriam vários grupos indígenas que estavam sendo violentamente erradicados dos seus territórios de origem, e que deambulavam, na maioria das vezes em busca de comida, entre o sertão e o litoral, muitos dos quais afugentados dos arredores de Minas. (...) São constantes os reclamos de providência contra os "*selvagens indígenas*", sob a alegação de que assaltavam as roças, devastavam as plantações e matavam os que encontrassem, em geral escravos das propriedades. Em 1844, os habitantes da Vila encareciam ações contra os índios que haviam flechado e morto quatro escravos, cujo proprietário, há mais de seis meses, "*saciava a gula a cem ou mais pessoas daquela raça*". Temia-se pelo resto da escravatura. (...) Em 1848, uma "*bandeira*" quase inteira (cujo número era variável, podendo exceder a 2.000 indivíduos, como no caso referido), composta pela maioria dos homens, mulheres e crianças do grupo, "*pereceu a ferro*" em uma conquista. Ela havia saído sob declaração de paz e se deslocado à Vila, onde, atendendo a prévio convite, deveria receber uma porção de farinha. O convite foi o modo de atraí-la para a emboscada, da qual sequer as crianças foram poupadas. Conquistas como essa ocorreram, algumas vezes, em detrimento da disposição favorável dos índios à catequização e da sua boa fé em relação à abordagem dos não-índios. Eles estavam apenas buscando escapar ora à exploração de uns, ora às emboscadas de outros (p.42-43).

O governo da província da Bahia, de forma a proteger os interesses luso-brasileiros no Extremo Sul da Bahia, instalou *quartéis* ao longo dos rios Jequitinhonha e Mucuri, enviou missionários lazaristas e capuchinhos e, no início da década de 1860, tomou uma providência que determinaria muito do atual quadro sócio-espacial indígena na região: a concentração de todos os grupos Macro-Jê contatados em uma só aldeia, estabelecida para esse fim nas imediações da foz do rio Corumbau. Conforme relatou o presidente da província, Antônio da Costa Pinto, em uma *Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia* em 1º de março de 1861:

> Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma Aldeia no rio – Corumbáo – na Vila do Prado, em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e salga, se retiram para as matas. As terras ali são fertilíssimas, e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado. Um padre, pois, que saiba, com doçura, encaminhar para a verdade os espíritos dessa gente semi-bravia, será ali suficiente para tirá-la da vida que tem vivido, abrindo-lhe os tesouros da civilização (Bahia, 1861:36).

Nos anos seguintes, essa aldeia receberia um número crescente de indígenas – *descidos* voluntária ou compulsoriamente do interior do Extremo Sul da Bahia – e principalmente de grupos Pataxó que lá predominavam (Sampaio, 2000). E mais, ao que tudo indica, ela atuaria como o núcleo da atual aldeia de Barra Velha, principal assentamento indígena na região e pólo da rede de Terras Indígenas Pataxó constituída nos séculos XIX, XX e XXI.

Contudo, a consolidação da presença luso-brasileira na bacia do Mucuri só se daria a partir da construção da Estrada de Ferro Bahia & Minas (EFBM). Iniciada pelo engenheiro Miguel de Teive Argollo em 25 de janeiro de 1881, ela teve como *ponto-zero* o sítio de Ponta de Areia, cerca de 6 km a és-sudeste do centro da vila de Caravelas, e como destino o povoado de Philadelphia, em Minas Gerais. A escolha de Ponta de Areia – preterindo a vila de Porto Alegre e o seu fundeadouro utilizado durante décadas pela Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri – foi devida ao braço norte da foz do Peruípe possuir condições batimétricas e de navegabilidade muito mais favoráveis à ancoragem das grandes embarcações de então (Figura 229).



Figura 229: gravura representando um navio a vapor, diversos veleiros e a vila de Caravelas, conforme vistos do cesto da gávea de uma grande embarcação ancorada no braço norte da foz do Peruípe (c.1865).
Fonte: Tschudi (1866:361).

Segundo os relatórios que os presidentes e governadores da Bahia e de Minas Gerais apresentaram às suas Assembléias Legislativas no último quartel do século XIX, essa ambiciosa obra tinha como principais objetivos constituir uma via de escoamento rápido e regular da produção agropecuária do nordeste de Minas Gerais; ampliar a exploração dos valiosos estoques de madeiras-de-lei que abundavam na antiga *Zona Proibida*; consolidar a colonização luso-brasileira da bacia do Mucuri; e corroborar a colonização das adjacentes bacias do Doce e Jequitinhonha (CRL, 2007).

O trecho baiano da EFBM foi inaugurado em 9 de novembro de 1882, perfazendo 143 km de extensão e se estendendo até a povoação de Aimorés (núcleo da atual cidade de Serra dos Aimorés), na divisa das duas províncias. Uma série de problemas políticos e financeiros fez com que essa obra fosse praticamente interrompida até o ano de 1893. A

partir de então, ela retomou o seu vigor inicial e, não obstante as dificuldades técnicas para cruzar muitos trechos com solos altamente instáveis, a EFBM alcançou Philadelphia em 1898, perfazendo então 377 km de extensão. Durante o século XX, ela seria paulatinamente estendida até alcançar a cidade de Araçuaí em 1942 e somar mais 201 km ao seu traçado original (Figura 230) (IBGE, 1954; IPAC-BA, 1988; Tofani, 1997).

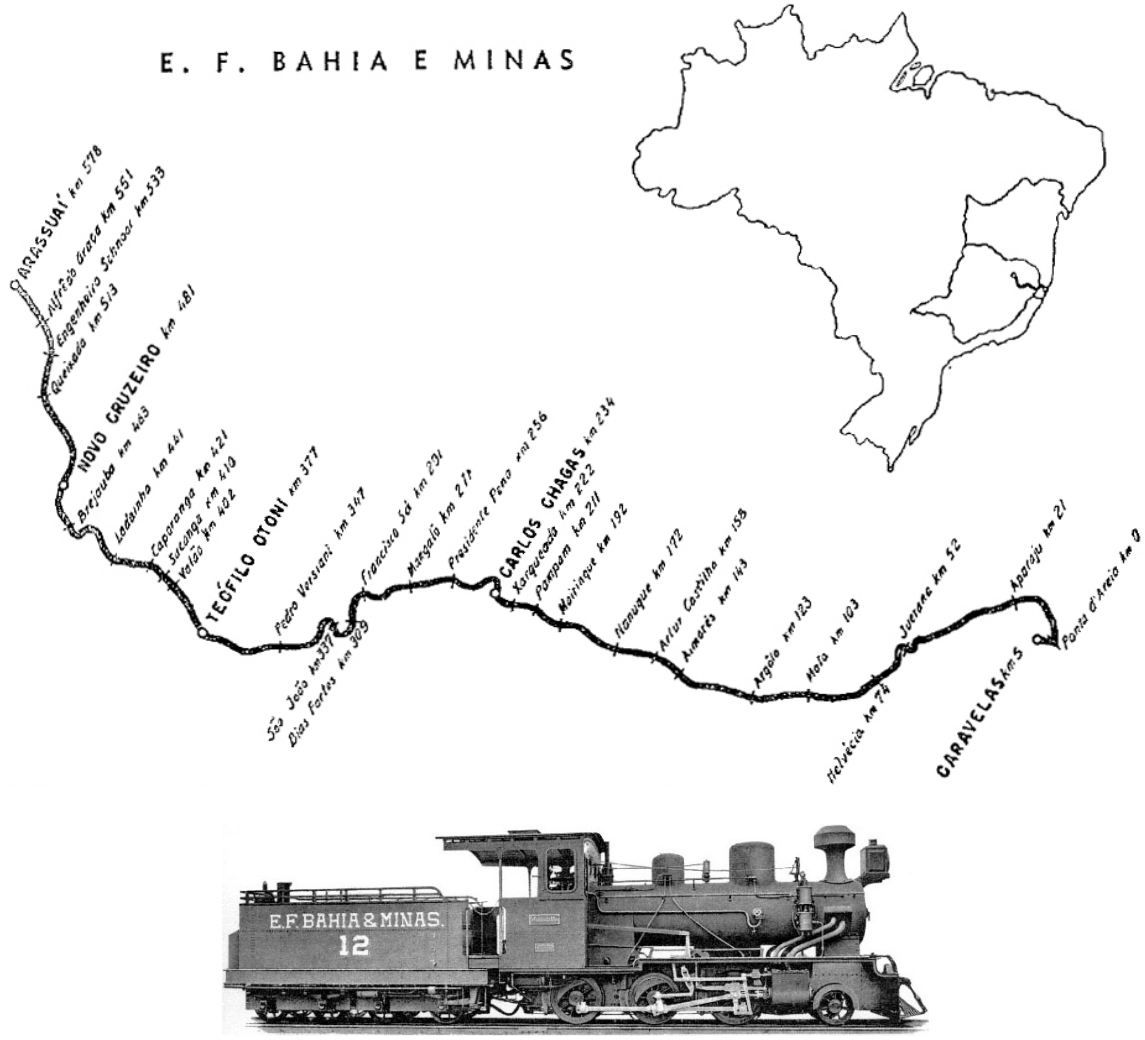


Figura 230: a EFBM: a) mapa da ferrovia e suas estações; b) a *Máquina 12*.
Fonte: a) IBGE (1954:25); b) fotografia em http://www.portalcaravelas.com.br, s/d.

Até meados do século XX, a EFBM desempenhou o papel de mais importante meio de ocupação, comunicação e abastecimento das regiões que servia. Graças a ela, foi possível a fundação e/ou desenvolvimento de muitos assentamentos ao longo dos seus trilhos, tais como Ponta de Areia, Caravelas, Juerana, Helvécia, Posto da Mata, Argolo e Ibiranhém, no Extremo Sul da Bahia[157]; e Serra dos Aimorés, Nanuque, Mayrink

[157] O núcleo da atual vila de Helvécia, no município de Nova Viçosa, foi fundado na margem direita do rio Peruípe em 1818 como uma colônia de imigrantes suíços denominada Colônia Leopoldina. Esse assentamento foi o mais importante centro cafeicultor do Extremo Sul da Bahia no século XIX.

Veiga, Carlos Chagas, Presidente Pena, Francisco Sá, Pedro Versiani, Teófilo Otoni, Ladainha, Novo Cruzeiro, Queixada, Schnoor e Araçuaí, em Minas Gerais (Figura 230).

A EFBM foi descontinuada em 1966 devido à associação de fatores como a sua falta de conexões com a malha ferroviária brasileira, a abertura e consolidação da Rodovia Federal BR-116 (Rio-Bahia), a prioridade dada pelo Estado ao transporte rodoviário e, por conseguinte, o colapso da sua viabilidade econômica. Partes do seu leito seriam utilizadas como alicerces tanto da BR-418, conectando as cidades de Caravelas e Teófilo Otoni quanto de alguns trechos de modestas estradas de terra entre Teófilo Otoni e Araçuaí (IPAC-BA 1988; Tofani, 1997). Essa situação levaria diversos povoados, vilas e cidades outrora servidas pela EFBM a conhecerem um repentino declínio econômico e ostracismo, como ilustraram Milton Nascimento e Fernando Brant na sensível canção *Ponta de Areia* [158]:

> Ponta de areia, ponto final
> da Bahia-Minas, estrada natural
> que ligava Minas ao porto, ao mar
> caminho de ferro mandaram arrancar
> velho maquinista com seu boné
> lembra o povo alegre que vinha cortejar
> Maria-fumaça não canta mais,
> para moças, flores, janelas e quintais
> na praça vazia, um grito, um ai,
> casas esquecidas viúvas nos portais.



Figura 231: a EFBM: a) estação de Ponta de Areia (demolida); b) estação de Caravelas (transformada em rodoviária); c) estação de Helvécia (transformada em museu); d) estação de Ibiranhém (transformada em residência); e) estação de Nanuque (demolida); f) estação de Teófilo Otoni (demolida).
Fonte: a) óleo sobre tela de Ceres de Caravelas; b) fotografia do acervo da família Medeiros, s/d; c) fotografia em IPAC-BA (1988), s/d; d) fotografia de Jean Albuquerque, em 1990; e) f) fotografias em http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas, s/d.

[158] *In*: NASCIMENTO, Milton. *Minas*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1975. 1 disco sonoro.

Contudo, até meados do século XX, a ocupação luso-brasileira do Extremo Sul da Bahia manteve-se restrita à zona costeira, às bacias do Peruípe e Mucuri ao sul e do Jequitinhonha ao norte, e às margens de outros grandes rios da região, ocupadas principalmente por fazendas cacaueiras e pequenas povoações de apoio a essa cultura. Nesse último caso, a densidade da ocupação era bastante heterogênea, sendo expressiva ao longo dos rios Itanhém, Jucuruçu e Buranhém e rarefeita nos rios do Frade, João de Tiba e Santo Antônio.

Essa situação é atestada pelo IBGE (1958) e repercutiu no próprio arranjo territorial que predominou no Extremo Sul da Bahia até o final da década de 1950. Ou seja, uma seqüência de grandes municípios estendendo-se do Atlântico a Minas Gerais, tendo suas sedes no litoral e possuído territórios correspondendo, grosso modo, às bacias dos maiores rios da região. A saber, de norte para sul: o município de Belmonte na bacia do Jequitinhonha (Figura 232); o de Santa Cruz Cabrália nas bacias dos rios Santo Antônio e João de Tiba (Figura 233); o de Porto Seguro nas bacias dos rios Buranhém, do Frade e Caraíva (Figura 234); o de Prado na bacia do Jucuruçu (Figura 235); o de Alcobaça na bacia do Itanhém (Figura 236); o de Caravelas na bacia do Peruípe (Figura 237); e o de Mucuri na bacia do homônimo[159] (Figura 238).

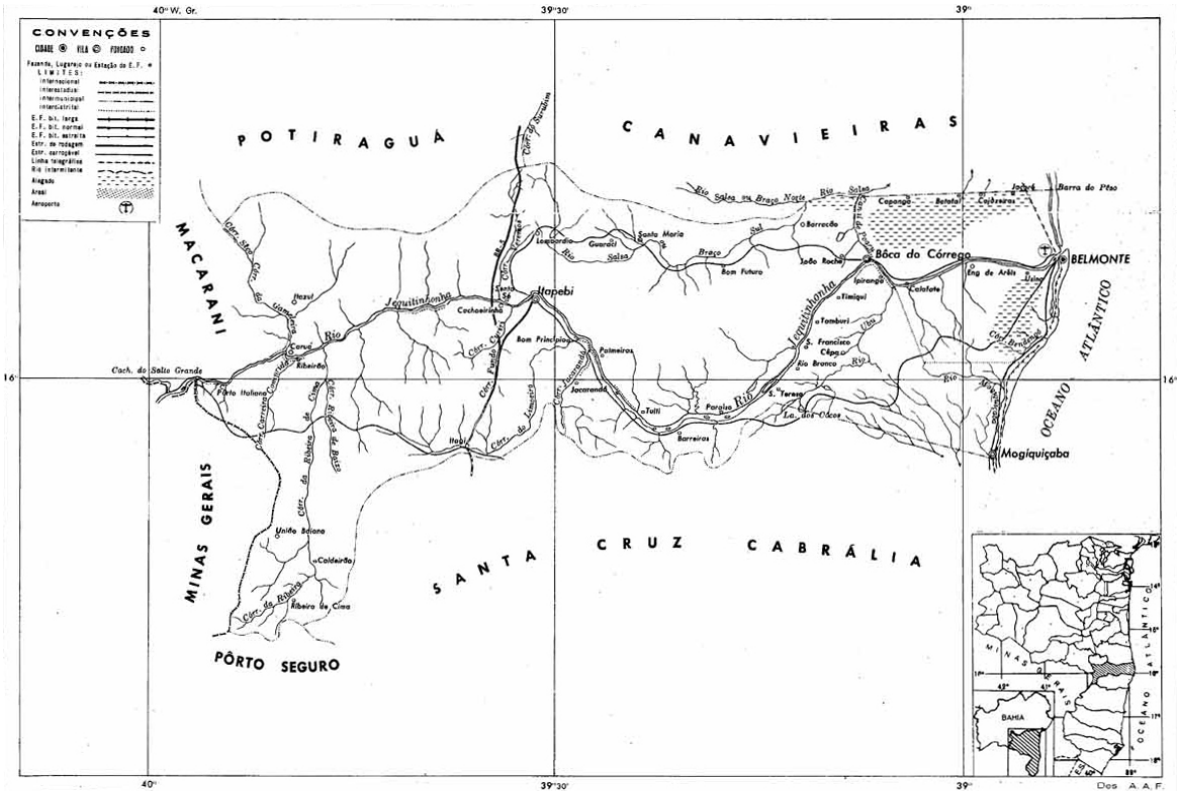
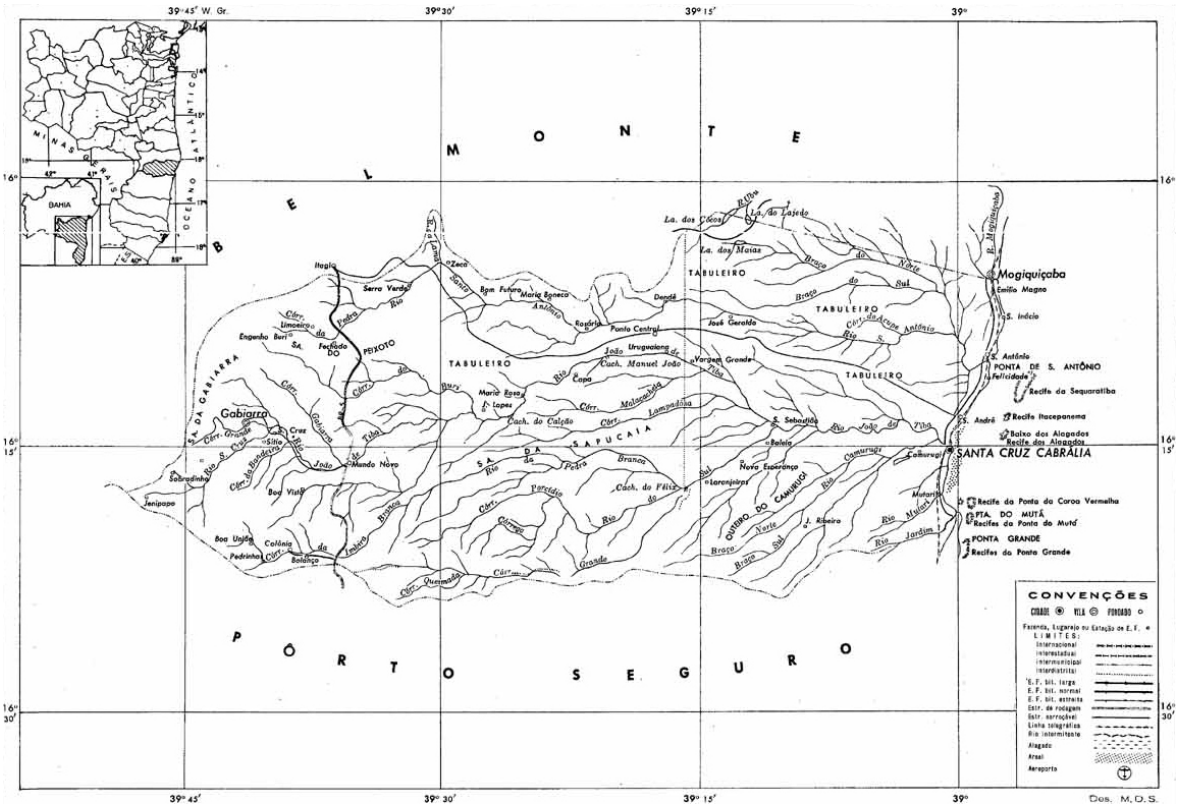
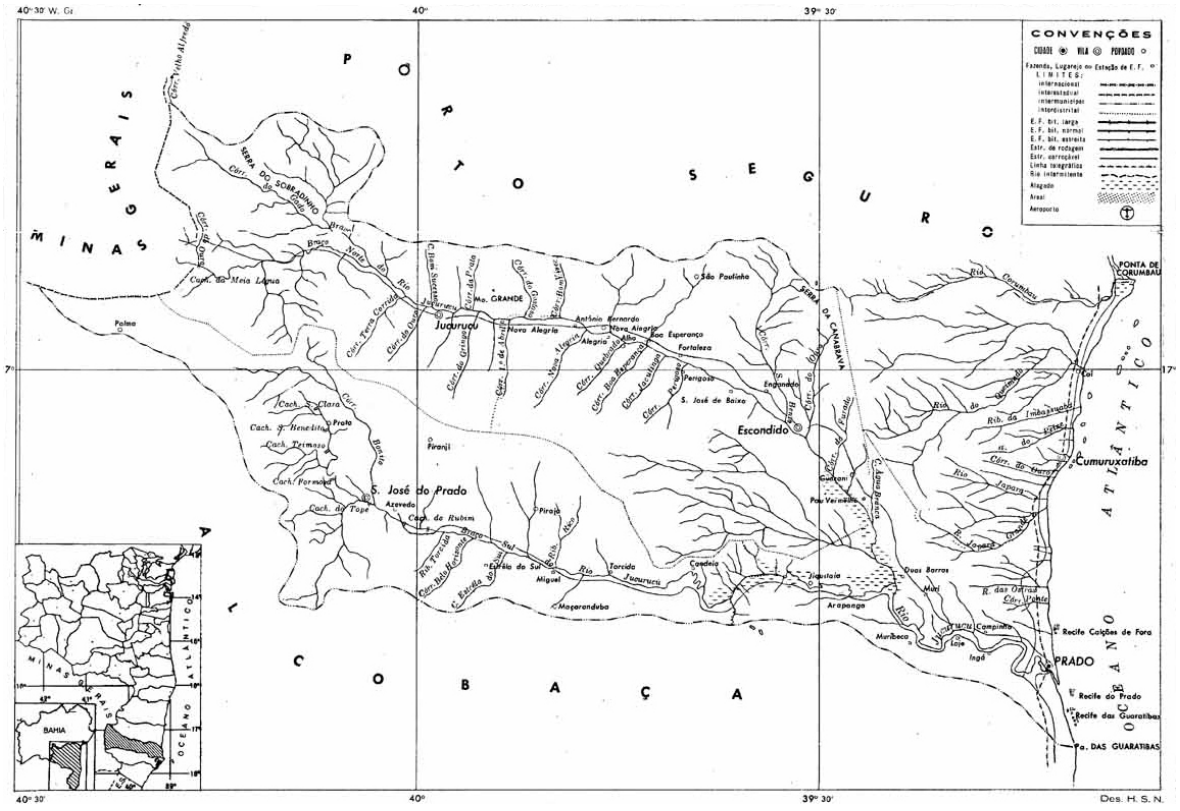


Figura 232: mapa do município de Belmonte em 1958.
Fonte: IBGE (1958 [VI]).

[159] O município de Nova Viçosa só foi criado em 27 de julho de 1962, em parte do território do município de Mucuri.


BELMONTE
PÔRTO SEGURO
SANTA CRUZ CABRÁLIA
TABULEIRO
Mogiquiçaba
Gabiarra
PEIXOTO
SAPUCAIA
Nova Esperança
Jenipapo
Boa Vista
Colônia
Pedrinhas
Boa Vista
Sabradinho
Mundo Novo
Cachoeira
Jequitinhonha
Rio Grande
Rio Pardo
Rio Jucuruçu
Rio Jucuruçu Grande
Rio Jucuruçu Pequeno
Rio Jucuruçu Mirim
Rio Jucuruçu Mirim
Rio Jucuruçu Mirim


CONVENÇÕES
MINAS GERAIS
PORTO SEGURO
BACIA
OCEANO ATLANTICO
Jucuruçu
Mo. GRANDE
São Paulinho
Antônio Bernarda
Nova Alegria
Boa Esperança
Fortaleza
Pedra Grande
Perrgoia
S. José de Baixo
Escondido
S. José do Prado
Azevedo
Piraí
Piraquê
Estação do Sul do Rio Jucuruçu
Torcida
Condeúba
Mogarandeba
Cumuruxatiba
Rio Jaqueira
Rio das Ostras
Arapanga
Muribeca
Ingá
Recife Caições de Fora
PRADO
Recife do Prado
Recife das Guaratibas
Pa. DAS GUARATIBAS
PONTA DE CORUMBAU
Rio Corumbáu
Rio do Imbassuaba
Rio Jaqueira
Rio Jaqueira Grande
Rio Jaqueira Pequeno
Rio Mucuri
Rio Pardo
Rio Torcida
Rio Jucuruçu
Rio Mogarandeba
Rio Muribeca
Rio Ingá
Rio Arapanga
Rio Jaqueira
Rio das Ostras

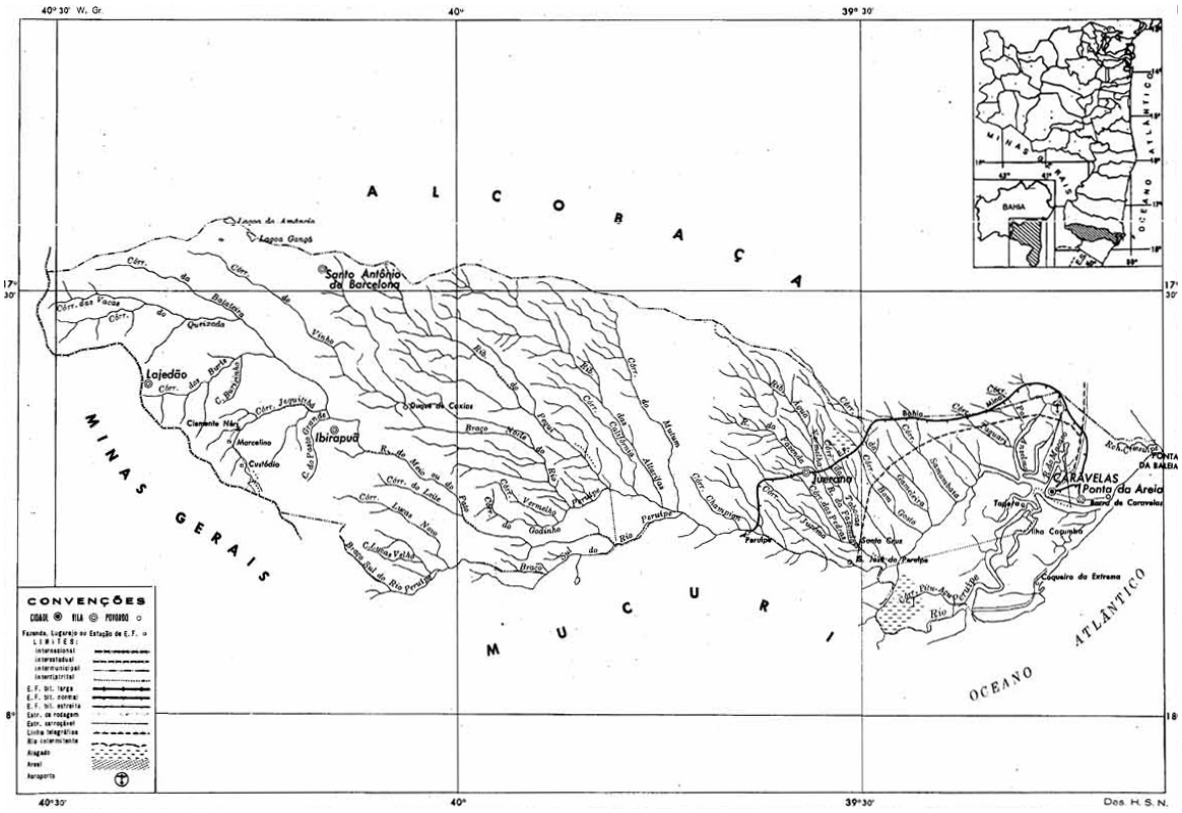


Figura 237: mapa do município de Caravelas em 1958.
Fonte: IBGE (1958 [VI]:99).

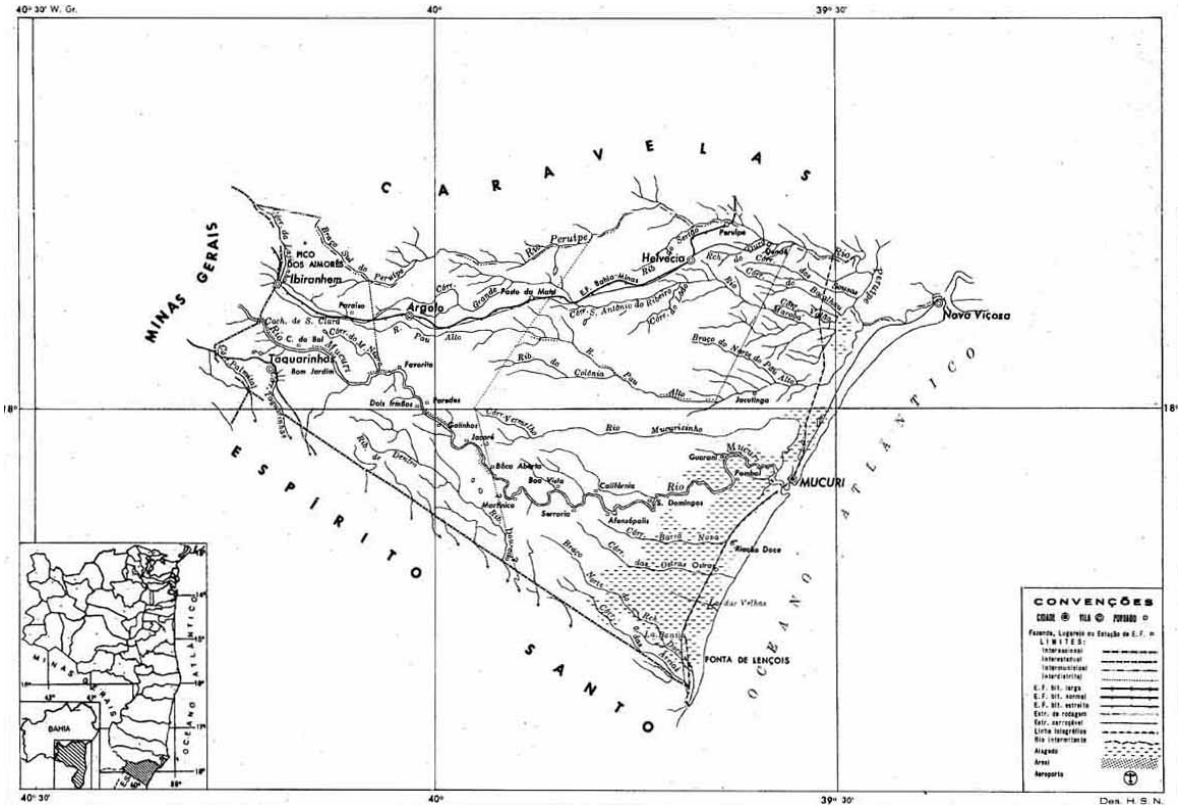


Figura 238: mapa do município de Mucuri em 1958.
Fonte: IBGE (1958 [VI]:101).

A ocupação luso-brasileira do Extremo Sul da Bahia entre meados do século XIX e meados do século XX, uma vez que ficou limitada à zona costeira e às referidas bacias e margens dos grandes rios da região, constituiu um território de fato com uma conformação análoga à de um pente com dentes bastante separados. Ou seja, o primeiro e o último dente, geralmente mais largos que os demais, correspondendo à bacia do Jequitinhonha e às bacias do Peruípe e Mucuri; os dentes intermediários correspondendo ao espaço ao longo das margens dos rios Itanhém, Jucuruçu, Caraíva, do Frade, Buranhém, João de Tiba e Santo Antônio; e a parte superior do pente correspondendo à zona costeira. Assim sendo, uma parte significativa dos espaços interdentais, ou melhor, dos grandes interflúvios interioranos ainda cobertos por formações florestais, proporcionou refúgios relativamente seguros para pequenos grupos Macro-Jê, a despeito da cacauicultura, da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri e da EFBM. Alguns desses grupos conseguiriam inclusive alcançar a década de 1950 sem contatos expressivos com populações não-indígenas e ainda reproduzindo algumas das suas tradições ancestrais.

Contudo, a rápida ascensão das taxas de urbanização e industrialização no Ocidente no século XX – e, particularmente, no Sudeste brasileiro no Pós-Guerra – acarretaria um fenômeno sob o qual sucumbiu quase toda essa diáspora indígena e a Mata Atlântica onde ela habitava: o desflorestamento da maior parte do Extremo Sul da Bahia pela associação entre, de um lado, a crescente demanda por madeira para a construção civil e movelaria, carvão para siderúrgicas e novas áreas para a pecuária; e, de outro lado, a virtual inexistência de um clamor ambientalista nacional e internacional e, por extensão, de mecanismos políticos e legais que o restringissem.

Esse desflorestamento se deu por meio fundamentalmente de três frentes com diferentes origens, intensidades e repercussões. A primeira partiu do litoral da região e seguiu a montante dos seus principais rios na forma de uma versão mais mecanizada da exploração madeireira praticada desde os primórdios do século XVI. As árvores extraídas eram conduzidas, na maioria dos casos, por via fluvial para o pré-processamento em serrarias junto a portos marítimos tanto em sedes municipais quanto em pequenos povoados como Caraíva e Itaquena, na orla sul do município de Porto Seguro, e Santo André, na orla norte do município de Santa Cruz Cabrália.

O povoado de Caraíva, por exemplo, originou-se provavelmente do assentamento que o ouvidor Thomé Couceiro de Abreu relatou existir junto à foz do rio Caraíva em 1764 (ABN, 1914 [doc.6430]) e, em 1816, ele foi descrito por Wied-Neuwied (1989) como sendo um mero “vilarejo índio (...) num morro à margem do rio, servindo mais como destacamento militar, com o nome de Quartel da Cunha, para segurança da região” (p.220). Por volta de 1935, uma serraria a vapor foi instalada em Caraíva e, apesar de ter

explodido acidentalmente em 1948, as atividades madeireiras que ela polarizou foram responsáveis pelo rápido crescimento desse povoado e pela sua elevação à vila-sede do antigo distrito de Trancoso em 31 de dezembro de 1953 (Figura 239) (Fontana, 1988; IBGE, 1958 [XX], 1958; Tofani, 1997; Tofani *et al.*, 2000).

Contudo, dentre as três principais frentes madeireiras que avançaram sobre o Extremo Sul da Bahia no século XX, essa foi a menos intensa.



Figura 239: a antiga serraria a vapor da vila de Caraíva, instalada junto à foz do rio Caraíva: a) ruína de uma base de concreto onde foi grafada a data "1935-11-8" provavelmente por um anglófono envolvido na sua montagem; b) parte da chaminé da serraria, lançada na praia junto ao rio pela explosão que a destruiu. Observação: ao fundo da segunda imagem vê-se o núcleo histórico da vila de Caraíva. Fonte: fotografias do autor, em 1999.

A segunda frente avançou a partir do estado de Minas Gerais, associada à expansão da agropecuária nas regiões Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha. A sua intensidade pode ser atestada pela quantidade de municípios criados na porção ocidental do Extremo Sul da Bahia nos últimos anos da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960. A saber, de norte para sul: o município de Itapebi emancipado do município de Belmonte por Lei Estadual de 14 de agosto de 1958 e com sede na margem direita do rio Jequitinhonha; o de Itagimirim, emancipado do recém-criado município de Itapebi por Lei Estadual de 23 de abril de 1962 e com sede na margem esquerda do rio Limoeiro, afluente meridional do Jequitinhonha; o município de Guaratinga, emancipado do de Porto Seguro por Lei Estadual de 31 de agosto de 1961, com sede na margem esquerda do braço norte do rio do Frade e com parte do seu território correspondendo ao antigo distrito porto-segurense de Guaratinga, criado em 31 de dezembro de 1953; o município de Itamaraju – o mais extenso e próximo do litoral dentre os criados nesse período –, emancipado do município de Prado por Lei Estadual de 5 de outubro de 1961 e com sede na margem esquerda do braço norte do rio Jucuruçu; o município de

Itanhém, emancipado do de Alcobaça por Lei Estadual de 14 de agosto de 1958 e com sede na margem direita do ribeirão da Água Preta, afluente setentrional do rio Itanhém; o município de Medeiros Neto, também emancipado do de Alcobaça por Lei Estadual de 14 de agosto de 1958 e com sede na margem esquerda do rio Itanhém; o município de Ibirapoã, emancipado do município de Caravelas por Lei Estadual de 20 de julho de 1962 e com sede na margem direita do rio do Pato, afluente do rio Peruípe; e o município de Lajedão, emancipado do de Caravelas por Lei Estadual de 16 de julho de 1962 e com sede na margem esquerda do córrego dos Buris, na bacia do Peruípe (SEI, 2001 e 2003; Tofani, 1997).

Esse rápido processo de colonização e desflorestamento da porção ocidental do Extremo Sul da Bahia – ocorrido quando muitos de nós já haviam nascido – parece ter funcionado como o derradeiro golpe contra a diáspora Macro-Jê que ainda o habitava. Curiosamente, ou sintomaticamente, esse momento foi documentado de forma tão precária que é compreensível qualquer alegação de que esse espaço era então *terra inculta*. Entretanto, a história oral desse processo, reproduzida por seus protagonistas e descendentes, é repleta de passagens sobre contatos com tais indígenas, bem como do eventual uso de expedientes como pistoleiros contratados para eliminar, nas palavras de uma das nossas fontes, “aquelas *praga de bicho*” (sic).

A terceira frente avançou a partir do Espírito Santo e foi sustentada, de um modo geral, pelos mesmos agentes da exploração madeireira que havia posto abaixo grande parte da Mata Atlântica outrora existente nesse estado e na região Vale do Rio Doce de Minas Gerais. O seu ingresso no Extremo Sul da Bahia ocorreu em meados da década de 1960 e, mesmo tendo sido posterior ao das duas outras frentes, ela foi a mais devastadora. Primeiro, porque foi sustentada por grandes madeireiras contando com o que havia de melhor em termos de tecnologia e experiência necessárias à derrubada de florestas em regime extensivo. Segundo, porque encontrou a região entrecortada por uma sucessão de estradas de terra ligando diversos assentamentos litorâneos e interioranos e cuja conexão, melhoramento e ampliação potencializariam significativamente essa frente de exploração. Por exemplo, de sul para norte: a estrada acompanhando a EFBM entre a vila de Helvécia, no município de Nova Viçosa, e a vila de Ibiranhém, no município de Mucuri (Figura 238); a estrada entre as cidades de Alcobaça e Medeiros Neto (Figura 236); a estrada entre a cidade de Alcobaça e a vila de São José do Prado, no município de Prado (Figura 235 e Figura 236); a estrada entre a cidade de Prado e a vila de Jucuruçu, também no município de Prado (Figura 235); a estrada entre o povoado de Santo André, no município de Santa Cruz Cabrália, e as cidades de Itagimirim e Salto da Divisa (MG) (Figura 232 e Figura 233); e a estrada entre as cidades de Belmonte e Itapebi (Figura 232). Terceiro, porque o escoamento da

produção madeireira para mercados no Sudeste do país estava franqueado pela construção da BR-101 no norte do Espírito Santo *pari passu* ao avanço da exploração madeireira nesse espaço[160].

A estreita relação entre essa atividade e a ampliação da BR-101 também seria reproduzida no Extremo Sul da Bahia. Aliás, de forma tão direta que o gestor dessa obra, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), contrariaria o que havia feito na maioria dos trechos da BR-101 em estados ao sul da região e afastou o seu traçado do litoral de forma a seguir as principais rotas e assentamentos das madeireiras[161]. Como celebrou o DNER no seu periódico *Rodovia* de julho-agosto de 1970 – em uma clara demonstração da mentalidade que pautava o desenvolvimento nacional –:

> O trecho capixaba da Translitorânea [ou BR-101] caracteriza-se pelo intenso movimento de transporte de madeira, no vaivém dos caminhões entre as áreas de extração, as serrarias, as indústrias de beneficiamento e o porto de Vitória. Parte da produção é absorvida pelas fabricas de móveis e pela indústria da construção civil (esquadrias, portas, tacos) de todo o país. A exportação é, também, considerável. O Brasil vende ao exterior cerca de 250 mil toneladas de madeiras (diversas, preparadas ou laminadas), no valor de 50 milhões de dólares. Para esse total, as regiões norte do Espírito Santo e sul da Bahia concorrem com mais da metade, tendo como via de escoamento a BR-101 e o porto de Vitória (p.10).
>
> No extremo sul do Estado, da divisa com o Espírito Santo até o rio Jequitinhonha, estende-se a mais importante reserva florestal da Bahia, com madeira-de-lei ocupando cerca de 400 metros cúbicos por hectare, segundo um recente estudo da FAO. Predominam o jequitibá, cedro, jacarandá, gonçalo alves, vinhático e outros, levados às grandes serrarias de São Mateus, Nova Viçosa, Nanuque e Vitória (p.10).
>
> Funcionando como verdadeira espinha dorsal no território baiano, a BR-101 recebe inúmeros ramais e ligações por onde se efetua o transporte dos diversos produtos ali explorados, intercomunicando-se ainda com portos marítimos ao sul do Estado (p.10).
>
> A pavimentação da Rodovia Translitorânea [ou BR-101] entre Vitória e Salvador é uma das próximas iniciativas do DNER, dentro da programação ajustada com o Banco Mundial. “Estrada da Madeira”, para o Espírito Santo, e “Estrada do Cacau” para a Bahia, essa ligação é vital para o escoamento desses produtos e sua consolidação nos mercados interno e internacional, onde ocupam posição de destaque (p.12).

A série cartográfica a seguir representa a evolução do desflorestamento no Extremo Sul da Bahia a partir do fim da 2ª Guerra Mundial e demonstra eloqüentemente o que diversos autores têm considerado como um dos maiores desastres ambientais já ocorridos no Brasil (Figura 240). Esses mapas, elaborados no âmbito de um convênio entre a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o New York Botanical Garden (NYBG), sintetizam levantamentos aerofotogramétricos realizados entre

[160] A Rodovia Federal BR-101 era denominada BR-5 antes do ano de 1965 (Rodovia, 1970). Entretanto, adotamos neste estudo apenas a denominação atual de modo a facilitar a compreensão do texto.

[161] Deve-se considerar, no entanto, que a interiorização da BR-101 no Extremo Sul da Bahia também foi acarretada pelo fato do seu projeto ter priorizado o aproveitamento do trecho da antiga Rodovia Estadual BA-2 que ligava o então povoado de Eunápolis à cidade de Itabuna, na região Litoral Sul da Bahia.

e 1990 e cobrindo a região entre a sua divisa com o estado do Espírito Santo e a latitude 16°S (o que perfaz uma área de 27.247 km^2 ou 89,57% do seu território).

Em 1945, 85,36% da área levantada estavam cobertas por Florestas Ombrófilas e Estacionais. A maior parte do espaço onde não ocorriam tais fitofisionomias era composta por Campos Rupestres, como as imediações das cidades de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. O desmatamento havia alcançado então apenas algumas porções da zona costeira, do entorno desses Campos Rupestres e das margens do baixo e médio curso de alguns rios da região (Figura 240a).

Em 1960, um levantamento realizado na porção oriental do Extremo Sul da Bahia (equivalente a 15.158 km^2 ou 55,63% da área levantada em 1945) revelou que o desflorestamento havia reduzido a sua cobertura florestal de 11.170 km^2 para 10.108 km^2. Ou seja, um decréscimo de 9,5% entre 1945 e 1960. Não há dados sobre a porção ocidental da região nesse ano, mas estima-se que aproximadamente 16.350 km^2 (ou 60% da área levantada em 1945) ainda apresentavam a sua cobertura florestal original. Essa estimativa baseia-se no decréscimo da cobertura florestal na porção oriental da região (aproximadamente 9,5%) e no pressuposto que o desflorestamento na porção ocidental foi cinco vezes mais intenso em função da pressão exercida pela expansão da pecuária nas regiões Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, em Minas Gerais (Figura 240b).

Um ano depois, o Governo Federal, através do Decreto nº. 242 de 29 de novembro de 1961, criaria a primeira Unidade de Conservação do Extremo Sul da Bahia: o Parque Nacional do Monte Pascoal, situado em 22.500 ha da porção meridional do município de Porto Seguro e abarcando principalmente Florestas Ombrófilas de Tabuleiro (Figura 25). Essa iniciativa, no entanto, parece ter sido motivada menos pelo interesse de se proteger a sua extraordinária biodiversidade das madeireiras, e mais, como salientou o próprio Decreto, pela “excepcional importância de que se reveste o Monte Pascoal (...), não só pelo seu valor histórico, como pelas belezas oferecidas pela região”.

Em 1974, um novo levantamento aerofotogramétrico revelou que apenas 405 km^2 (ou 14,86% da área levantada em 1945) ainda encontravam-se cobertos por Florestas Ombrófilas e Estacionais e, pior, que a porção ocidental da região já estava quase completamente desflorestada (Figura 240c). Em 1990, imagens obtidas por satélite mostraram que apenas pífios 165 km^2 – ou 6,04% da cobertura florestal existente em 1945 – haviam escapado da sanha madeireira (Figura 240d). Enfim, em nome de um projeto de desenvolvimento nacional absolutamente imediatista e inconseqüente, em menos de duas décadas um patrimônio natural e cultural cuja constituição exigira milhares de anos – e cuja resistência às pressões portuguesas e luso-brasileiras somava mais de quatro séculos – foi quase que totalmente riscado do mapa (CEPLAC & NYBG, 1993; Timmers *et al.*, 2002; Timmers, 2006; Tofani, 1997).

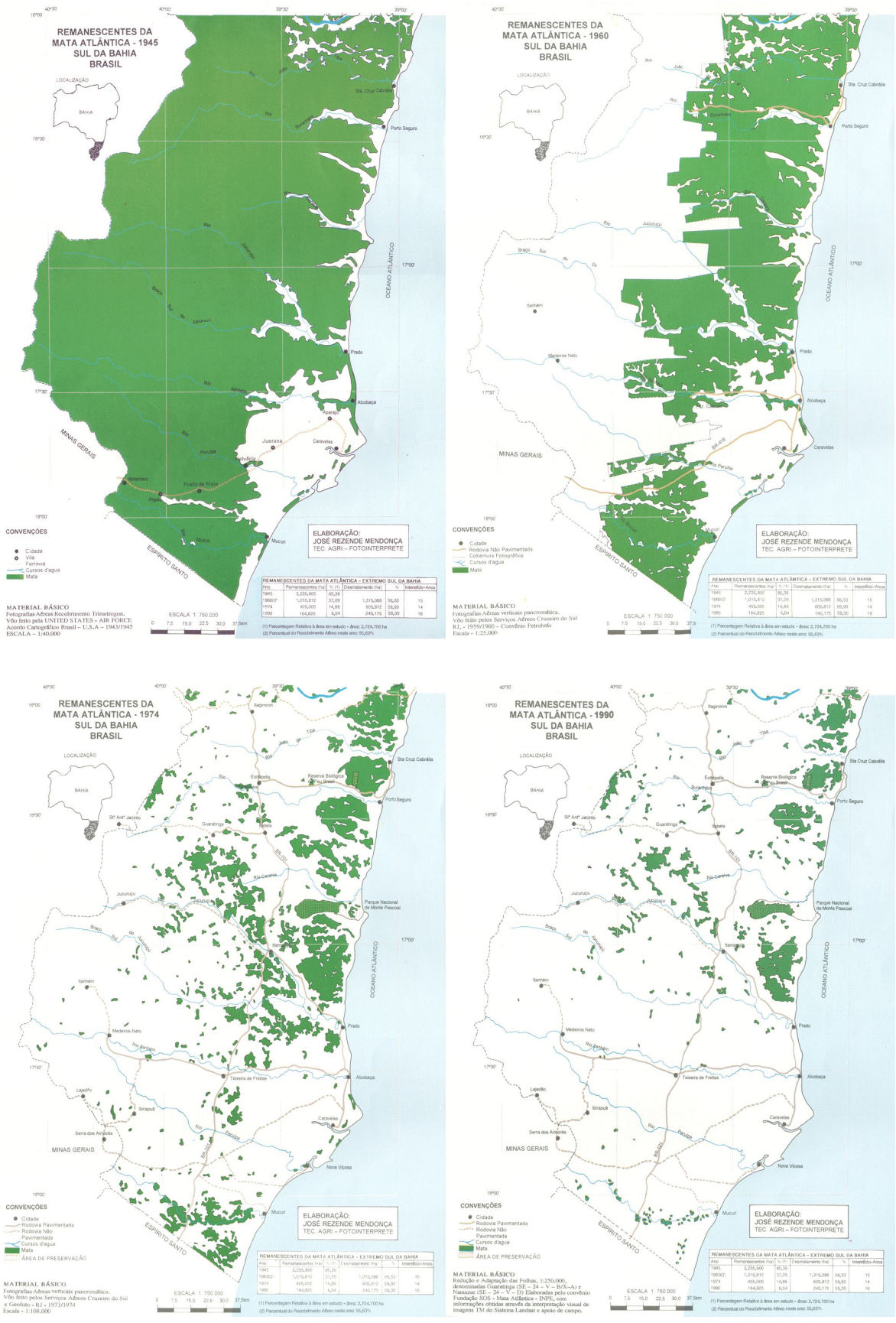


Figura 240: mapa dos remanescentes das Florestas da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia, no espaço entre a divisa com o Espírito Santo e a latitude 16°S, nos anos de: a) 1945; b) 1960; c) 1974; d) 1990. Observação: o mapa referente ao ano de 1960 apresenta informações apenas sobre os remanescentes na porção oriental da região. Fonte: CEPLAC & NYBG (1993).



Figura 241: carreta para transporte de grandes troncos em uma estrada de terra nas imediações da BR-101.
Fonte: fotografia de Napoleão Alfaia, em 1970 (Rodovia, 1970:10).

A exploração madeireira e a construção da BR-101 no Extremo Sul da Bahia também seriam responsáveis por um explosivo crescimento de diversos assentamentos situados às margens dessa rodovia, bem como por um radical rearranjo na organização do espaço regional e no seu papel na economia baiana e brasileira. Três desses assentamentos são particularmente emblemáticos devido ao seu papel nesse rearranjo e ao porte que alcançaram: de sul para norte, as atuais cidades de Teixeira de Freitas, Itamaraju e Eunápolis.

Teixeira de Freitas teve como núcleo uma povoação fundada como um ponto de apoio atividades madeireiras no médio Itanhém e junto a um ramal, para o município de Caravelas, da estrada de terra entre Alcobaça e Medeiros Neto. Em virtude do seu estratégico posicionamento no mapa da exploração madeireira, ela foi incluída no traçado da BR-101 e logrou o impressionante feito de transformar-se no maior centro urbano do Extremo Sul da Bahia em menos de duas décadas. Em 9 de maio de 1985, Teixeira de Freitas foi alçada por Lei Estadual à sede de um município com território desmembrado dos municípios de Alcobaça e Caravelas (Figura 242).

Já a cidade de Itamaraju originou-se de uma povoação com o curioso nome de Escondido. A sua fundação, na margem esquerda do braço norte do rio Jucuruçu e na base do Monte Pescoço, é atribuída a um grupo de homens que fugiram da convocação para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870). A importância que essa povoação adquiriu como ponto de apoio à cacauicultura e extração seletiva de madeiras-de-lei fez com que ganhasse foros de vila do município de Prado ainda em 1898. O seu crescimento recebeu uma nova contribuição quando da abertura da estrada de terra ligando a cidade de Prado à vila de Jucuruçu e, em 5 de outubro de 1961, ele teve a sua categoria e nome mudado para cidade de Itamaraju pela já citada Lei Estadual que criou esse município. Contudo, Itamaraju só conheceria um maior desenvolvimento e relevância regional a

partir do momento em que foi alcançada pela BR-101 e constituiu-se em um assentamento no cruzamento dessa rodovia com a referida estrada entre o seu então distrito de Jucuruçu e a cidade de Prado. A propósito, em 24 de fevereiro de 1989, seria a vez de esse distrito emancipar-se do município de Itamaraju graças ao desenvolvimento que a BR-101 também lhe proporcionara. Nesse mesmo dia, e basicamente pela mesma razão, o distrito de Vereda do município de Prado – uma estreita faixa que se estendia ao longo da margem direita do braço sul rio Jucuruçu e alcançava Minas Gerais – também foi alçado a município (Figura 243).

A cidade de Eunápolis, por sua vez, tem as suas origens relacionadas à abertura da primeira estrada que conectou o Extremo Sul da Bahia, mesmo que de forma extremamente precária, à região Litoral Sul: a Rodovia Estadual BA-2. Essa obra foi iniciada em 1948, partindo da cidade de Porto Seguro e visando alcançar a cidade de Itabuna. No seu quilômetro 64 eventualmente se instalou um grande acampamento que redundou em um povoado que seria batizado Eunápolis em 1954. Ao ser alcançado pela BR-101, ele também experimentou um rápido crescimento e, por Lei Estadual de 12 de maio de 1988, foi elevado à sede de um município constituído em parte dos territórios dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Figura 244)[162] (Espinheira, 1974; Fontana, 1988; IBGE, 1958; Rodovia; 1970; SEI, 2001 e 2003; Tofani, 1997).



Figura 242: a cidade de Teixeira de Freitas: a) vista aérea; b) Centro de Abastecimento.
Fonte: a) edição de fotografia de Perin Júnior, em 2007; b) edição de fotografia Jadson Hombre, em 2007.

[162] A cidade de Itabela também se localiza junto à BR-101 e tem a sua história relacionada à exploração madeireira e à construção dessa rodovia. Ela se originou de um prosaico acampamento de apoio à construção da BR-101 estabelecido, em 1966, no entroncamento da estrada de acesso a Guaratinga. Seis anos depois, quando a exploração madeireira no Extremo Sul da Bahia estava restrita quase que exclusivamente às suas porções central e nordeste, o governo do estado alçou o povoado de Itabela à condição de um importante pólo para o processamento de madeira. Essa atividade possibilitou que Itabela conhecesse um rápido crescimento e legitimou a sua elevação, por Lei Estadual de 13 de junho de 1989, à sede de um município com território desmembrado do município de Porto Seguro. Contudo, ela não alcançou o porte e a relevância regional das cidades de Teixeira de Freitas, Itamaraju e Eunápolis.



Figura 243: a cidade de Itamaraju: a) vista com o monte Pescoço ao fundo; b) edifícios da área central.
Fonte: edição de fotografias de Carlos Henrique Silva de Souza, em 2008.

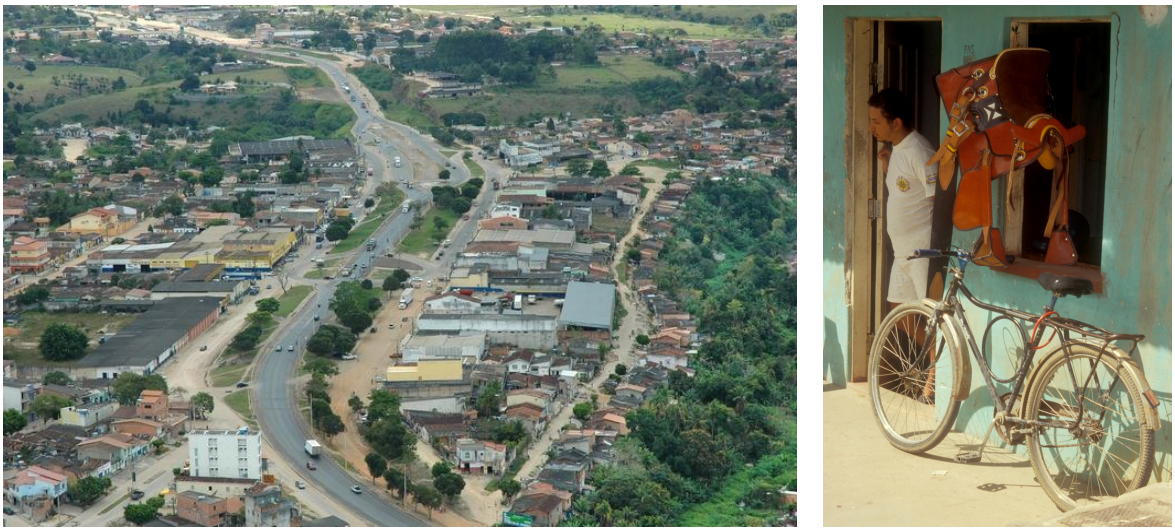


Figura 244: a cidade de Eunápolis: a) vista aérea de trecho ao longo da BR-101; b) casa em periferia.
Fonte: a) fotografia de autor desconhecido, s/d; b) fotografia do autor, em 1995.

Não obstante a maneira caótica como se deu muito do crescimento dessas três cidades – e o clássico repertório de problemas sociais e ambientais no seu bojo –, elas passaram a figurar como os maiores centros econômicos do Extremo Sul da Bahia antes mesmo do final da década de 1980. A partir de então, a exploração madeireira praticamente cessou devido ao quase esgotamento das reservas florestais na região e ao fortalecimento da legislação ambiental pelos mecanismos criados pela Constituição de 1988. No entanto, essas cidades e a maior parte dos demais assentamentos ao longo da BR-101 não entrariam em bancarrota. Por sorte ou sabedoria, à medida que se encerrava a exploração madeireira, uma crescente variedade de atividades econômicas foi sendo instalada em áreas desflorestadas e possibilitou uma mudança de base econômica sem grandes sobressaltos. Mesmo que a maior parte dessas áreas tenha sido ocupada pela

pecuária extensiva, eucaliptais de grandes indústrias de celulose e plantações de cana-de-açúcar para produção de álcool, lá também se instalou uma sólida rede de empreendimentos geradores de mais empregos e maior renda. Dentre eles, destacam-se as fazendas de plantio de frutas como o abacaxi, banana, laranja e mamão, fazendas de gado leiteiro criado em regime intensivo e agroindústrias envolvidas no processamento e exportação desses produtos. Além disso, o estratégico posicionamento dessas cidades, em pontos de confluência de diversas vias da rede rodoviária do Extremo Sul da Bahia, lhes possibilitaria concentrar um crescente número de estabelecimentos comerciais e de serviços de alcance regional e supra-regional (Tofani, 1997).

No que tange às cidades, vilas e povoados na zona costeira na região, a abertura da BR-101 teria dois relevantes conjuntos de repercussões cujas cronologias sobrepõem-se parcialmente. Em um primeiro momento, situado entre a sua construção e o final da década de 1980, ela constituiu-se como o fator de consolidação do processo de perda de hegemonia econômica e política dos assentamentos litorâneas, iniciado quando da criação, na década de 1950, de novos municípios nas porções ocidentais dos seus territórios. Como demonstram os dados censitários produzidos pelo IBGE, não foram poucas as cidades, vilas e povoados na zona costeira que experimentaram uma significativa perda populacional, especialmente na década de 1960, por conta da atração exercida pelo *El Dorado* em que se constituiu o interior a partir do rápido crescimento das atividades econômicas e assentamentos ao longo dessa rodovia.

A inauguração oficial do asfaltamento da BR-101 no Extremo Sul da Bahia deu-se em uma cerimônia que contou com o governador do estado e o ministro dos transportes e cuja realização teve lugar, curiosamente, em Coroa Vermelha no dia 22 de abril de 1973. Coincidência ou não, da mesma forma que a tecnologia náutica dos portugueses lhes havia permitido, exatamente 473 anos antes, iniciar a colonização desse espaço e seus habitantes, a tecnologia rodoviária brasileira e a popularização dos automóveis e meios de transporte de massa franquearam o que consideramos como o último grande processo de colonização que lá se realizou: o promovido por uma crescente atividade econômica – e, em certa medida, por uma cultura – à qual se pode denominar turística.

Esse processo tem deixado marcas profundas em muitos espaços e comunidades tradicionais da zona costeira e contribuído, em grande medida, para a consolidação do arcabouço geográfico apresentado pelo Extremo Sul da Bahia desde o final da década de 1980. Em municípios como os de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália, a colonização turística alcançou uma intensidade e repercussões com poucos correspondentes no Brasil. E como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento desse processo tem sido marcado por praticamente todos os modos de produção do espaço e reprodução social dessa *cultura* e por muitas das suas contradições.

Poucos significantes são capazes, como a palavra “turismo”, de suscitar imagens que aludam simultaneamente a cultura, natureza, lucro, desenvolvimento e prazer[163]. Essa correlação é sustentada de forma praticamente inconteste pela maioria dos nossos contemporâneos, mas, assim como a relevância mundial dessa atividade, consiste em um fenômeno relativamente recente acarretado por uma conjunção de fatores econômicos, sociais e tecnológicos que ganhou momento a partir do Pós-guerra (Tofani, 1997 e 2004).

Ainda na década de 1960, a crescente participação do turismo no produto interno bruto de diversas nações, no montante dos impostos que arrecadavam e no número de empregos existentes já motivava muitos governos, agências internacionais, bancos de desenvolvimento e empresas transnacionais a promovê-lo entusiasticamente. Essa atitude foi influenciada também por previsões otimistas sustentadas por estudiosos como Harry G. Clement (1961) e, sobretudo, por um conjunto de supostas peculiaridades do turismo receptivo. Como explicam os geógrafos Allan Williams e Gareth Shaw (1994),

> [*tourism*] *requires relatively low initial capital investment, specially if it is integrated with existing settlements and infrastructure. Obviously, the development of large-scale tourism will require greater capital investments (perhaps in a new airport, in attractions, or in new hotels) but even these are usually easier to facilitate than a major investment in manufacturing capacity. Generally, tourism requires lower per capita investment, lower technological and labor skills, and faces less protectionism in world markets than does manufacturing* (p.27).

A crença em um arcabouço aparentemente descomplicado para a implementação do turismo receptivo e a progressiva confiança na sua efetividade econômica contribuíram para se propagar a idéia de que um forte setor turístico tanto pode proporcionar grandes lucros quanto funcionar como uma poderosa alternativa de desenvolvimento socioeconômico para regiões e países carecendo de recursos ditos convencionais, mas dispondo de acervos de bens culturais e naturais considerados como de grande relevância. Essa “*clean air industry*”, nas palavras do geógrafo Douglas Pearce (1989), era tida então como capaz de produzir um amplo elenco de extensivos e duradouros impactos positivos sem, contudo, apresentar contra-indicações comumente associadas à maioria das atividades industriais, agropecuárias e minerárias.

---

[163] O turismo é conceituado neste estudo como o faz a World Tourism Organization (WTO), agência da ONU dedicada a assuntos relacionados ao turismo. A saber: “*Tourism is defined as the activities of persons travelling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes not related to the exercise of an activity remunerated from within the place visited*” (WTO, 2006).

Em linhas gerais, acreditava-se que a adesão de tais regiões e países ao turismo receptivo lhes possibilitaria atrair e acumular consideráveis somas de capital externo, equilibrar as suas balanças de pagamentos, sanear as suas dívidas internas e externas e, no bojo do seu desenvolvimento socioeconômico, contribuir para a diminuição das desigualdades inter-regionais e internacionais. Já a grande capilaridade econômica do turismo receptivo era tida como capaz de estimular o surgimento e/ou a expansão de atividades afins – como a construção civil, a pesca e a agropecuária – e, posteriormente, de induzir a diversificação de toda a estrutura econômica dos destinos turísticos e das suas imediações. A natureza trabalho-intensiva dessa atividade, por sua vez, poderia gerar uma profusão de empregos diretos e indiretos e multiplicar significativamente os rendimentos das famílias envolvidas e o seu padrão de vida. Além disso, a necessidade de se dotar os destinos com infra-estrutura e serviços públicos de qualidade, juntamente com o aumento da arrecadação de impostos e taxas por seus governos, beneficiaria tanto os turistas quanto as populações locais.

Esperava-se também que o turismo pudesse estimular a estabilidade política nos destinos, ampliar o interesse dos seus habitantes por melhor educação formal e formação profissional e contribuir para o estabelecimento de relações de gênero mais balanceadas onde houvesse o predomínio do machismo. Isso seria possível, como se previa, pela maior inserção que as mulheres têm no mercado de trabalho turístico, bem como pelo seu contato com trabalhadoras e visitantes originárias de sociedades mais balanceadas. Além disso, acreditava-se que o turismo fomentaria o aumento dos intercâmbios culturais, da compreensão e respeito mútuo e da auto-estima das comunidades tradicionais locais e, portanto, contribuiria para a valorização e preservação da diversidade global e para a reabilitação de manifestações tradicionais em declínio. E mais, esperava-se que ele também seria capaz de gerar recursos para a conservação do patrimônio cultural e natural, para a implantação de infra-estrutura e serviços públicos de menor impacto, para o fortalecimento institucional e para o planejamento e gestão urbana e regional (De Kadt, 1979; Gunn, 1994; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Pearce, 1989; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Tofani, 1997).

A confiança no turismo como uma efetiva alternativa para o desenvolvimento socioeconômico encorajou instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a engajarem-se no fomento a planos, programas e projetos turísticos em diversas partes do globo. O BIRD, por exemplo, estabeleceu o seu departamento de desenvolvimento do turismo em 1969 e financiou a construção de *resorts* em países como o México, Jordânia, Senegal e Turquia (De Kadt, 1979; Ioannides, 1995). Em dezembro de 1976, esse banco e a UNESCO promoveram um seminário internacional sobre o tema em Washington, D.C., e,

a despeito de diversas críticas pioneiras aos impactos negativos do turismo, assinalaram, como primeira conclusão do encontro, que "*tourism can make a substantial contribution to the economic and social development of many countries*" (De Kadt, 1979:339).

Desde então, um número crescente de espaços turísticos tem sido produzido em uma ampla variedade de regiões e países em desenvolvimento e buscado cair nas graças de grandes mercados emissores de turistas. Na absoluta maioria desses espaços, o desenvolvimento turístico tem sido caracterizado por uma visceral dependência de bens culturais e/ou naturais dotados de excepcionalidade e capazes de induzir fluxos turísticos. Por conseguinte, eles também comungam o fato das principais modalidades de turismo que lá se realizam serem as denominadas ecoturismo, turismo cultural e turismo de lazer. Além disso, observa-se que tais experiências de desenvolvimento turístico podem ser classificadas, *lato sensu*, segundo dois grandes grupos: um reunindo as experiências ditas espontâneas e outro reunindo as ditas planejadas.

Em linhas gerais, as experiências de desenvolvimento turístico espontâneas são caracterizadas por se originarem de demandas não-induzidas e obedecerem a padrões evolutivos bastante similares, sintetizados em um modelo teórico proposto pelo geógrafo Richard W. Butler (1980)[164]. Na maioria dos casos, a participação do Estado é restrita ao governo municipal ou alguma instância equivalente. Os habitantes locais, por sua vez, em geral atuam como os principais provedores de serviços e produtos nas fases iniciais do turismo, mas tendem a ser substituídos por atores externos com maior poder econômico concomitantemente com o sucesso mercadológico do destino e a sua eventual orientação para o turismo de massa. Deve-se destacar que as experiências espontâneas têm os seus rumos nos respectivos destinos determinados, via de regra, apenas por leis de mercado e redundam, não raro, em uma feroz competição entre os estabelecimentos comerciais e de serviço que atuam no turismo receptivo. Além disso, percebe-se nesses destinos uma profunda carência de conhecimentos turismológicos consistentes, principalmente no que tange aos impactos negativos da atividade, bem como uma notável falta de adesão – quando não uma completa aversão – ao planejamento e gestão urbana e regional.

---

[164] Esse modelo, intitulado *Tourist Area Cycle of Evolution*, não se aplica exclusivamente a experiências de desenvolvimento turístico espontâneas, mas predominantemente a elas. Como explica Tofani (2004), o seu grande mérito consiste na "identificação de um ciclo de evolução de destinos turísticos que é gerado por oscilações previsíveis no número e tipo de turistas, no perfil das facilidades turísticas, no papel dos atores locais e externos, nas reações ao turismo e nos seus principais impactos (...). Butler (1980) baseia seu modelo teórico no *Product Cycle Concept* (...) oriundo da área de marketing. Esse conceito sugere que a evolução das vendas de um produto de consumo obedece à uma sucessão de estágios – 'introdução', 'crescimento', 'maturidade' e 'declínio' – que são função da atratividade mercadológica desse produto. Correspondentemente, Butler (1980) defende a tese de que qualquer destino turístico, enquanto um produto de consumo, também se desenvolve seguindo, pelo menos parcialmente, um padrão de evolução caracterizado por sucessivos estágios. Esses estágios – por ele denominados de 'exploração', 'envolvimento', 'desenvolvimento', 'consolidação', 'estagnação' e 'declínio' ou 'rejuvenescimento' – são facilmente caracterizáveis e previsíveis. O tempo de duração de cada estágio é função de uma série de características estruturais locais e também de ações externas (...). Como é de conhecimento geral, alguns destinos têm se mantido como um produto turístico atrativo por décadas ou mesmo séculos, ao passo que outros mantiveram a sua atratividade por apenas uns poucos anos" (p.19-20).

Já as experiências de desenvolvimento turístico planejadas são caracterizadas por uma forte presença do Estado – através principalmente dos governos federal e estadual (ou instância equivalente) – e por sua estreita relação com a iniciativa privada e, em especial, com grandes empresas transnacionais e nacionais. Por meio dessas parcerias, e através de critérios mercadológicos e socioeconômicos, se escolhe um espaço com relevância cultural e/ou natural e o produz enquanto espaço turístico. O governo geralmente se responsabiliza pelo planejamento e gestão de planos, programas e projetos de larga escala; pela captação de financiamentos e abertura de linhas de crédito junto a bancos de desenvolvimento como o BIRD e o BID; pelo estabelecimento da infra-estrutura e serviços públicos; pela regulamentação e regularização fundiária; pelas políticas de incentivo fiscal; pelo fortalecimento institucional; e pela eventual requalificação, revitalização ou reabilitação de espaços com potencial turístico. Às empresas participantes dessas parcerias cumpre a captação dos vantajosos financiamentos para a construção e operação de empreendimentos como *resorts* e condomínios de luxo orientados para grandes mercados emissores internacionais e nacionais. Esses equipamentos são construídos predominantemente em ecossistemas litorâneos com grande relevância e fragilidade, costumam alcançar taxas de ocupação bastante elevadas e demonstram uma clara inclinação por padrões estéticos de mercados como o norte-americano. As experiências de desenvolvimento turístico planejadas são pautadas normalmente por conceitos neoclássicos como o *Growth Pole*[165], contam com significativa participação de capital estrangeiro e deixam patente a preferência pela parceria com esses atores em detrimento de programas que estimulem um setor turístico menos concentrado e mais baseado em pequenos e médios empreendedores locais. Enfim, percebe-se a ênfase a suposta capilaridade e efeito multiplicador do turismo e, sobretudo, o entendimento de que a posse e controle dos bens culturais e naturais que constituem os atrativos turísticos é condição precípua para a produção e reprodução do capital e, na maioria dos casos, para a sua acumulação e concentração pela iniciativa privada (Tofani, 2004).

Esse entendimento também caracteriza a maioria das experiências de desenvolvimento turístico espontâneas, não obstante a sua incapacidade estrutural de alcançar os potenciais resultados das planejadas. A propósito, são muitos os casos de destinos que sustentaram longas experiências espontâneas, mas em algum momento passaram a ser objetos de desenvolvimento turístico planejado. Os principais casos brasileiros são os destinos turísticos – como os da zona costeira do Extremo Sul da Bahia

[165] Como sintetizam John Browder e José Antonio Borello (1992), *"the concept of growth poles originated with François Perroux in the 1950s. He envisioned economic growth as emanating from series of integrated industries clustered around a propulsive sector or industry"* (p.376).

– que têm sido objeto desde a década de 1990 do amplo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)[166]. Na maior parte deles – e particularmente nas porções dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália incluídas na denominada "Zona Turística Costa do Descobrimento" (Bahia, 1992) – o turismo já era presença marcante há pelo menos uma década.

Apesar das previsões otimistas acerca do desenvolvimento turístico propaladas a partir da década de 1960, muitos estudos de caso – versando sobre experiências tanto espontâneas quanto planejadas – têm desacreditado-o como uma panacéia inofensiva e demonstrado o quão severas podem ser as suas repercussões sobretudo em regiões e países em desenvolvimento onde o turismo receptivo é uma atividade econômica basilar . Embora muitos impactos positivos tenham ocorrido de fato, a longa lista de impactos negativos e o número de destinos com ciclos de vida extremamente curtos têm evidenciado um inquietante balanço entre *prós* e *contras* e colocado sérias questões sobre os modelos e práticas de desenvolvimento turístico nesses espaços.

Comecemos pela opção de diversos governos – como os do Brasil e da Bahia através do PRODETUR – por priorizar parcerias com grandes empresas transnacionais e nacionais de renome. Essa opção é costumeiramente justificada alegando-se, primeiro, que o destino é pouco conhecido nos grandes mercados emissores internacionais e nacionais e precisa conquistar a sua confiança; segundo, que a iniciativa privada local carece de experiência empresarial e recursos econômicos necessários para contrair grandes financiamentos e usá-los adequadamente; e, terceiro, que através dessas parcerias os ganhos financeiros e a geração de empregos diretos e indiretos são maiores do que através de um setor menos concentrado e mais baseado em pequenas e médias empresas locais. Contudo, tais experiências de desenvolvimento turístico não têm dado conta de uma série de problemas que causam ou agravam e levado estudiosos como Alistair Mathieson e Geoffrey Wall (1982) a acusá-las de estarem a serviço de projetos neo-colonialistas engendrados em países desenvolvidos ou mesmo em regiões mais abastadas de países em desenvolvimento.

O primeiro desses problemas é o fato dessas parcerias, não obstante proporcionarem produtos turísticos com maior confiabilidade nos mercados emissores, geralmente colocam os destinos em uma condição de profunda dependência de grandes empresas com sede em outros países ou regiões (Britton, 1982; Ioannides, 1995; Poon, 1989). Outro problema, que aflige exclusivamente destinos litorâneos, é a extrema

[166] Como explica o governo da Bahia (2003), o PRODETUR "é o mais ousado programa de financiamento já realizado no setor turístico e se revelou uma grande idéia, ao propor uma estratégia de desenvolvimento do estado através da atividade turística. (...) [Ele] é um programa do Governo Federal que conta com um montante de recursos da ordem de 670 milhões de dólares, sendo 400 milhões de dólares oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento através do Banco do Nordeste e 270 milhões de dólares da contrapartida dos governos estaduais, para implantação/melhoria da infra-estrutura turística no Nordeste, visando atrair investimentos nacionais e estrangeiros".

vulnerabilidade de que muitos padecem por conta da ênfase que dão à promoção do impessoal turismo denominado "*3S*" ou "*sun*, *sand, and sea*" (Pearce, 1987:154). Em alguns deles tal ênfase decorre da falta de outras potenciais atrações turísticas, mas na maioria ela resulta do mero desinteresse de se promover potenciais atrações lá disponíveis. E mais, em nome de se garantir que o turista permaneça em um dado *resort* ou condomínio – consumindo apenas os seus produtos e serviços – propositalmente se negligencia ou evita a promoção de atrações que implicariam a sua saída dos mesmos, ainda que só momentaneamente. A ênfase dada ao turismo "*3S*", independente das suas motivações, tem gerado destinos do tipo "*could be anywhere*" facilmente substituíveis (Ioannides, 1995:240), pois no evento de apresentarem problemas ambientais, instabilidade política, deterioração do padrão dos serviços etc., eles podem ser rapidamente abandonados pelo mercado e grandes empresas transnacionais e nacionais em favor de outros destinos oferecendo produtos "*3S*" de melhor qualidade.



Figura 245: o turismo "*3S*": a) b) na orla norte do município de Porto Seguro; c) d) na orla de Arraial d'Ajuda.
Fonte: a) fotografia de Jota Freitas, s/d; b) edição de fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994); c) fotografia de autor desconhecido, s/d; d) edição de fotografia de autor desconhecido, s/d.

No caso do Extremo Sul da Bahia, o turismo "*3S*" predomina desde a inauguração do asfaltamento da BR-101 em 1973, a despeito dos seus extraordinários acervos de patrimônio cultural e natural e não obstante o fato deles serem responsáveis, em variadas medidas, pela atração de diversos segmentos turísticos (Tofani, 1997). Quando o governo da Bahia planejou a implantação do PRODETUR na região, ele reproduziu tal ênfase e, desde então, pouco fomentou no que tange à diversificação de atrações e oportunidades[167]. No entanto, uma grande atenção tem sido dada ao incremento do turismo "*3S*" para segmentos de maior renda. Diversas providências foram tomadas nesse sentido e, como de praxe, incluíram parcerias com grandes empresas transnacionais e nacionais interessadas na construção e operação de *resorts* e condomínios de luxo em áreas com dimensões naturais exuberantes – geralmente latifúndios litorâneos em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) – onde a produção de espaços turísticos ainda era nula ou incipiente.

Um dos muitos exemplos de espaços turísticos produzidos sob os auspícios do PRODETUR e das suas parcerias consiste em uma unidade da prestigiosa rede hoteleira francesa *Club Med* construída em um tabuleiro da Formação Barreiras junto à foz do rio Taípe, na orla sul do município de Porto Seguro (Figura 246). Outro exemplo, dessa vez com um quê de tragicômico, consiste em arremedos de vilas coloniais portuguesas – em essência *shopping centers* a céu aberto denominados "vilas turísticas" (Bahia, 1992) – que vêm sendo estabelecidos junto à *resorts* e condomínios de luxo principalmente na orla sul do município de Porto Seguro. Conforme explicitado em um documento finalizado pelo governo da Bahia em dezembro de 1992 e intitulado *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: Zona Turística Costa dos Coqueiros e Zona Turística Costa do Descobrimento – Relatório Final*, essas *vilas* têm sido planejadas para distar "no máximo 4 km" dos *resorts* e permitir o contato dos seus hóspedes com um dito "meio urbano, em distâncias superáveis a pé" (p.94). Nelas serão encontrados "restaurantes, lojas de artesanato, lojas de conveniências, locais de entretenimento, e espaços sócio-culturais

[167] Segundo o governo da Bahia (1992) a implantação do PRODETUR foi planejada para ocorrer em etapas. A primeira consistiu na construção ou ampliação da infra-estrutura e serviços públicos que funcionaram como a "base da construção de hotéis, resorts e pousadas pelo setor privado" (p.81). A partir da realização dessas obras – e com vistas à "capitalizar os atrativos naturais das áreas de grande potencial turístico e realizar o máximo de desenvolvimento nessas áreas" – o governo da Bahia estabeleceu os seguintes objetivos: "a) Desenvolver centros turísticos integrados que possam competir com outros destinos internacionais, que sejam complementares e diferentes entre si e de outros destinos turísticos de praia, além de serem inovadores em sua concepção e sócio-economicamente viáveis; b) Promover o desenvolvimento sustentado e equilibrado entre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento urbano, através de adequada legislação do uso do solo e ambiental de forma a manter a qualidade dos seus recursos naturais; c) Induzir o setor privado a participar em parceria do Programa de Desenvolvimento Turístico desde sua concepção, dando prioridade às áreas onde já existam projetos turísticos de empresas do setor turístico ou de empresários de outros setores que manifestaram seu interesse em construir hotéis pioneiros dos complexos turísticos previstos pelo Programa; d) Enfatizar os atrativos turísticos naturais inerentes às áreas selecionadas, através da otimização do uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, através da especificação de uma capacidade de carga (*carrying capacity*) conservadora; e) Utilizar, no seu desenvolvimento, as experiências de outros projetos similares, principalmente na Espanha, México, Caribe e Tailândia; f) Gerar, através de um alto nível de auto-suficiência, verdadeiro desenvolvimento regional; g) Trazer a região para a esfera do desenvolvimento nacional pela promoção do turismo e atividades econômicas complementares" (p.81-82).

diversificados” (p.94) dispostos de forma a proporcionarem uma densidade final variando entre 25 e 70 estabelecimentos comerciais e de serviços por hectare. Na sua dita “periferia” serão implantados, continua o documento, “pousadas e hotéis de pequeno porte, atendendo assim vários segmentos de demanda” (p.94).

Portanto, tudo indica que tais *vilas* foram concebidas visando fundamentalmente à estimular a ampliação e concentração do consumo dos turistas hospedados nos adjacentes *resorts*, condomínios, pousadas e hotéis e, conseqüentemente, à ampliar os lucros das grandes empresas que operam esses meios de hospedagem e *vilas*. Uma vez que os segmentos turísticos que endereçam é formado por representantes por excelência da cultura de consumo que anima grandes *shopping centers* no Brasil e no exterior, o PRODETUR e seus parceiros muito provavelmente lograrão êxito em tais iniciativas.



Figura 246: vistas aérea e terrestre do Club Med Trancoso.
Fonte: a) fotografia de Jota Freitas, s/d; b) edição de fotografia de Roberto Smera, 2006.

Entretanto, deve-se admitir que o predomínio do turismo “*3S*” no Extremo Sul da Bahia não tem sido causado apenas pela ênfase mercadológica dada às suas praias, muitas de fato belíssimas. Ele também tem como causa a precariedade – ou mesmo a inexistência – de condições que dêem visibilidade aos seus muitos acervos de patrimônio cultural e natural, seja por meio da clara interpretação dos motivos que lhes conferem relevância, seja por meio de infra-estrutura e serviços que permitam a sua adequada fruição. Nesse âmbito, incluem-se a maioria das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, praticamente todos os sítios arqueológicos produzidos por culturas indígenas e muitos dos bens arquitetônicos e urbanos produzidos por portugueses e luso-brasileiros.

Não é por menos, que causa imensa surpresa mesmo aos habitantes mais esclarecidos da região, a revelação de que no interior ou nas proximidades de muitas das

suas cidades, vilas e povoados existem ou podem existir, por exemplo, sambaquis e vestígios de aldeias Aratu e Tupiguarani. A propósito, vale lembrar aqui uma máxima dos estudiosos do patrimônio cultural e natural: a produção e reprodução do conhecimento sobre esses acervos constituem um dos principais pilares – se não o principal – da sua preservação. Só preservamos o que nos é significativo; e para ser significativo tem que ser conhecido e experimentado.

Outro grave problema dos modelos e práticas de desenvolvimento turístico mais comuns em regiões e países em desenvolvimento diz respeito à ênfase que dão à atração de segmentos internacionais e extra-regionais que raramente demandam produtos e serviços com origens nesses espaços. Isso tem levado-os à importação de bens de consumo, bens de capital e profissionais palatáveis a esses segmentos e, portanto, causado significativos vazamentos de capital, fortes desequilíbrios na balança de pagamentos do destino e uma marcada desvalorização dos seus recursos materiais e humanos (Archer, 1989; Cater, 1987; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Pearce, 1989; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Tofani, 1997).

Já o controle dos principais empreendimentos do turismo receptivo por grandes empresas não-locais tem criado sérios empecilhos ao crescimento do pequeno e médio empresariado local, provocado a concentração de oportunidades e ganhos nas mãos de uns poucos atores externos e contribuído para a ampliação dos hiatos socioeconômicos entre regiões pobres e ricas e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além disso, nota-se que os empregos gerados pelos modelos e práticas de desenvolvimento turístico baseados em parcerias com tais empresas e disponibilizados para as comunidades locais consistem nos que exigem menor qualificação profissional, pagam os piores salários, apresentam uma maior vulnerabilidade em termos de direitos trabalhistas e tendem à supressão durante as baixas temporadas.

Contudo, são muitos os casos, como nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, onde tais empregos têm exercido uma forte atração sobre as comunidades locais, provocado uma desbalanceada transferência de trabalhadores de setores tradicionais como a pesca e contribuído para a constituição de uma perigosa monocultura econômica. E mais: embora o turismo realmente contribua para a inserção de mulheres no mercado de trabalho e para o estabelecimento de relações de gênero mais balanceadas em destinos com perfil machista, é notável a excessiva predileção pela sua contratação e, conseqüentemente, a eclosão de outras formas de conflito de gênero (De Kadt, 1979; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Pearce, 1989; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Ryan, 1991; Tofani, 1997).

Outro conjunto de problemas freqüentemente associado a tais modelos e práticas de desenvolvimento turístico decorre da sua tendência à produção de espaços turísticos

em apenas um ou poucos pólos situados em regiões ou países que tanto padecem de sérios problemas de emprego e renda quanto carecem de políticas socioeconômicas que os enderece como um todo. A atratividade dos empregos e oportunidades supostamente disponíveis nesses espaços turísticos em geral induz intensos fluxos migratórios que, por sua vez, provocam pesados impactos sociais e ambientais. Como o número de empregos e oportunidades disponibilizados raramente se equipara ao contingente de trabalhadores que para lá afluem, as conseqüências são evidentes: o estabelecimento de altas taxas de desemprego, a produção de assentamentos como favelas, *invasões* e congêneres e a ocorrência de toda a série de problemas classicamente associada a eles (Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Pearce, 1989; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Tofani, 1997).

Essa situação tende a ficar ainda mais grave quando se faz necessária a construção de grandes equipamentos turísticos e de infra-estrutura de transporte, energia, abastecimento, saneamento etc. Por um lado, essa atividade é capaz de absorver momentaneamente um número significativo de trabalhadores com baixa qualificação profissional e grande mobilidade espacial. Por outro lado, quando tais obras são concluídas, é comum que muitos dos seus ex-empregados optem por permanecer no destino e tentar a sorte no setor turístico. Isso geralmente os coloca competindo com as comunidades tradicionais por empregos, fregueses e/ou espaços de habitação e, não raro, acarreta altos níveis de estratificação social, preconceitos, estresse e mesmo violência física (Regt & Vale, 1979; Tofani, 1997).

Entre 1985 e 1995, aproximadamente, enquanto diversas cidades, vilas e povoados na zona costeira do Extremo Sul da Bahia conheciam um crescente desenvolvimento turístico, a vizinha região Litoral Sul experimentava o momento mais grave da crise da cacauicultura e do desemprego e migrações que provocou (Alger & Caldas, 1996). Muitas famílias grapiúnas foram então atraídas pelas promessas do desenvolvimento turístico na zona costeira do Extremo Sul da Bahia e mudaram-se principalmente para o seu mais efervescente pólo turístico: a cidade de Porto Seguro. Esse contingente de migrantes, por si só já bastante expressivo, ainda foi reforçado por um número considerável de famílias originárias de outras regiões vizinhas – como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e o Litoral Norte do Espírito Santo – também assoladas por diversos problemas socioeconômicos (Tofani, 1997).

O que se seguiu, como atestam os dados censitários do IBGE, foi um aumento do crescimento demográfico e urbanização na cidade de Porto Seguro segundo taxas com poucos equivalentes no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. As marcas desse fenômeno são visíveis principalmente nas grandes *invasões* e loteamentos populares que se formaram na sua periferia e, de forma um pouco mais branda, nas periferias das vilas

de Arraial d'Ajuda e Trancoso e nos povoados de Vera Cruz e Pindorama situados ao longo da BR-367 (Figura 247, Figura 253) (Tofani, 1997). É claro que outros segmentos – e em especial, o próprio setor turístico – também concorreram para tamanho crescimento demográfico e urbanização. Todavia, a contribuição dada por migrantes oriundos de regiões vizinhas ao Extremo Sul da Bahia foi majoritária e tanto a cidade de Porto Seguro quanto as referidas vilas e povoados hoje ocupam áreas dezenas de vezes superiores às que ocupavam no ano de 1970 (Figura 255).



Figura 247: *invasão* em área de Floresta Ombrófila na periferia da cidade de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 1995 (Tofani, 1997:299).

O fenômeno do crescimento demográfico e urbanização segundo taxas elevadas também foi observado, em variadas medidas, na cidade de Santa Cruz Cabrália e nas vilas de Santo Antônio e Santo André; na cidade de Prado e nas vilas de Corumbau e Cumuruxatiba; e nas cidades de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. Já a cidade de Belmonte tem mantido basicamente as mesmas dimensões que apresentava na

década de 1980 devido, em primeiro lugar, à crise da cacauicultura e, em segundo lugar, ao turismo de massa e, particularmente, o turismo "*3S*" não terem lá emplacado, não obstante o excepcional patrimônio cultural e natural que abriga. Essa situação se deve ao fato – celebrado por uns e lamentado por outros – das suas praias estarem sujeitas ao que os belmontenses chamam carinhosamente de *mar moreno*; ou seja, águas marinhas apresentando altos níveis de turbidez por conta do deságüe do rio Jequitinhonha.

Os principais modelos e práticas de desenvolvimento turístico em regiões e países em desenvolvimento também têm sido acusados de provocar pesadas pressões e desequilíbrios no meio ambiente (Boo, 1990; Cater, 1987; Gunn, 1994; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Krippendorf, 1992; Mathieson & Wall, 1982; Pearce, 1989; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Regt & Vale, 1979; Tofani, 1997). As suas causas variam, mas é possível observar, inclusive no Extremo Sul da Bahia, a recorrência de pelo menos três delas. A primeira consiste na construção de grandes equipamentos para o turismo de massa em sítios com uma natureza exuberante, mas extremamente frágeis. A análise desses *resorts*, hotéis, barracas de praia etc. revela uma generalizada falta de sensibilidade ambiental por parte dos seus proponentes, executores e consumidores, a ausência de entendimentos sobre o funcionamento e capacidade de carga dos ecossistemas e a inexistência ou ineficiência de aparatos legais que os coíbam. Isso é notável desde a preparação do terreno – que incluiu costumeiramente a drenagem e aterramento de ecossistemas como Manguezais, Brejos e Várzeas tidos como esteticamente inaceitáveis – até o estabelecimento de *ilhas da fantasia* que têm pouca ou nenhuma correspondência com a paisagem do destino e sua arquitetura tradicional (Figura 246, Figura 248, Figura 249, Figura 250).



Figura 248: barraca de praia construída em Manguezal na foz do rio dos Mangues, na orla norte do município de Porto Seguro.
Fonte: a) fotografia de Alexandre Muga, s/d; b) edição de fotografia de Adriano F. Pellicciari, s/d (TQY, 1994).



Figura 249: equipamentos turísticos e loteamentos construídos em Brejos e Várzeas em Ponta Grande, na orla norte do município de Porto Seguro.
Fonte: a) edição de fotografia de autor desconhecido, s/d; b) fotografia de Jean-François Timmers, em 2002.



Figura 250: equipamentos turísticos e loteamentos construídos em praias, Manguezais e Florestas Ombrófilas na vila de Trancoso.
Fonte: a) fotografia de OESTE, s/d; b) edição de fotografia de Luís Pereira Fernandez, em 2004.

A segunda causa das pesadas pressões e desequilíbrios provocados no meio ambiente pelos referidos modelos e práticas de desenvolvimento turístico é a inexistência de infra-estrutura e serviços públicos que sejam condizentes com as dimensões do turismo receptivo no respectivo destino. Esse problema tem efeitos particularmente pronunciados quando envolve deficiências no abastecimento de água, no saneamento básico e coleta e na destinação de resíduos sólidos (Figura 251). Além disso, não são poucos os casos em que a eventual construção e ampliação da infra-estrutura e serviços públicos – notadamente estradas, portos e aeroportos – também provocam tremendos impactos ambientais negativos.



Figura 251: a) o aterro sanitário da cidade de Porto Seguro, com o lixo e chorume contaminando a atmosfera, o solo e o lençol freático; b) vala de drenagem com esgotos na Cidade Baixa de Porto Seguro.
Fonte: a) fotografia de OESTE, s/d; b) edição de fotografia de OESTE, s/d.

A terceira causa dessas pressões e desequilíbrios no meio ambiente são as favelas, *invasões* e congêneres produzidos em espaços que são objetos de desenvolvimento turístico. Muitos desses assentamentos, quando não a totalidade, são erigidos a partir de desflorestamentos, de drenagens e aterramentos de terras úmidas, de desmedidos movimentos de terra etc. Além disso, a maioria carece de regulamentação fundiária e infra-estrutura e serviços públicos, está sujeita a inundações e desabamentos, provoca o extermínio de muitos espécimes da fauna e flora, gera variadas formas de poluição e acarreta a secagem de mananciais, a formação de profundas erosões, a lixiviação do solo, o assoreamento de cursos d'água e suas fozes, o aumento da turbidez de águas fluviais e marinhas etc. (Figura 247, Figura 252, Figura 253).



Figura 252: favela em Manguezal no rio Buranhém, na cidade de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 1998.



Figura 253: *invasão* em área de Floresta Ombrófila na periferia da cidade de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 1995.

Contudo, os principais modelos e práticas de desenvolvimento turístico em regiões e países em desenvolvimento – e particularmente no Extremo Sul da Bahia – têm acarretado dois impactos que entendemos, considerando-se o âmbito deste estudo, como ainda mais inquietantes: o desmantelamento cultural e, subseqüentemente, a colonização das comunidades tradicionais que habitam ou habitavam os espaços turísticos; e a adulteração ou destruição de muitos acervos do patrimônio cultural de natureza material e imaterial relacionados a essas comunidades.

Esses impactos podem ser explicados partindo-se de uma questão classicamente associada ao crescimento do turismo receptivo em espaços que padecem, como a maioria dos que tratamos aqui, de uma base econômica frágil e sem diversificação. A saber: os acentuados aumentos que o turismo receptivo provoca, em primeiro lugar, nos preços dos bens e serviços consumidos tanto por turistas quanto pelas próprias comunidades tradicionais; em segundo lugar, nos preços de imóveis e materiais de construção pela crescente produção de espaços turísticos e pela especulação imobiliária; e, em terceiro lugar, nas taxas e impostos pelo inicialmente bem-vindo estabelecimento ou ampliação da infra-estrutura e serviços públicos e pela valorização predial e territorial.

Esses aumentos de preços, taxas e impostos, juntamente com a pressão do mercado imobiliário e a falta de responsabilidade social por parte dos principais atores públicos e privados do desenvolvimento turístico, tem acarretado o que chamamos de “expulsão econômica” das comunidades tradicionais que habitam espaços de interesse do turismo (Tofani, 2004:17). Embora elas possam, por hipótese, ampliar as suas rendas através da participação no setor turístico, o que mais se observa é a sua incapacidade de alcançar um patamar financeiro equivalente ou superior ao do custo de vida local. Isso tem como principais causas a já referida baixa qualificação profissional que caracteriza os

membros dessas comunidades e os impede de ocupar bons empregos no setor, além, é claro, da virtual impossibilidade de competirem com as grandes empresas que atuam no destino e da falta de interesse do Estado no sentido de promover um desenvolvimento turístico baseado ou com uma maior participação de pequenas e médias empresas locais. Assim sendo, mesmo os indivíduos e famílias da comunidade tradicional que resistem à pressão do mercado imobiliário acabam por vender os seus imóveis e se mudarem para espaços periféricos onde os preços, taxas e impostos são menores (Cater, 1987; De Kadt, 1979; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Regt & Vale, 1979; Tofani, 1997).

Os dados que levantamos quando da coordenação do *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia*, demonstram claramente esse processo (Tofani *et al.*, 2000). A maior parte dos imóveis que conformavam os sítios das cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e das vilas de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva era de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas com origem, sede ou residência fora desses municípios e, não raro, do estado da Bahia. No caso do sítio urbano tombado de Trancoso, a quase totalidade dos imóveis já pertencia à não-nativos e cada um deles, não obstante a singeleza da maioria, não custa hoje menos de um milhão de Reais (Figura 254).



Figura 254: antigas residências da vila de Trancoso transformadas em estabelecimentos turísticos.
Fonte: a) edição de fotografia de Aline Prado, em 2008; b) fotografia de Onofre Pimenta, em 2008.

O fenômeno de expulsão econômica tem criado um forte contraste entre as áreas outrora tradicionais das cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e vilas de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva e as novas periferias formadas nos seus arrabaldes. Enquanto essas áreas outrora tradicionais – e detentoras de relevante patrimônio cultural de natureza material – são ocupadas principalmente por não-locais mais abastados e

servidas por melhor infra-estrutura e serviços públicos, as periferias abrigam grande parte das comunidades tradicionais e milhares de migrantes pobres que lá enfrentam toda a sorte de problemas sociais e ambientais (Tofani, 1997; Tofani *et al.*, 2000). Ou seja, nessas e em outras longevas cidades e vilas do Extremo Sul da Bahia, tem-se reproduzido padrões de produção do espaço que são comuns às grandes metrópoles brasileiras e redundam em espaços de segregação e exclusão cujos centros e periferias hora se negam, hora se retro-alimentam (Figura 255).



Figura 255: vista por satélite da cidade de Porto Seguro e suas periferias.
Observação: as áreas assinaladas em amarelo na Cidade Alta e na Cidade Baixa correspondem, grosso modo, à ocupação em 1970. Fonte: modificado de Google Earth, em 2008.

Os referidos modelos e práticas de desenvolvimento turístico também têm sido responsáveis por despejar hordas de turistas em espaços onde comunidades tradicionais ainda concentram e reproduzem as suas práticas culturais coletivas (Figura 256, Figura 257). Tais espaços consistem, na maioria dos casos, em feiras, mercados, portos, praças e santuários considerados patrimônio cultural e freqüentemente abordados pelos turistas como se fossem parques de diversão onde todos estão a seu serviço e tudo é uma festa. Tamanha alienação tem provocado inúmeros conflitos relacionados à incompreensão dos comportamentos, formas de tratamento, rituais, territorialidades etc. e uma crescente hostilidade por parte das comunidades tradicionais para com esses inoportunos visitantes. Em destinos onde elas são pautadas por valores e códigos muito mais rígidos que os vigentes nos respectivos mercados emissores, há registros inclusive de violentas resistências ao turismo receptivo que chegaram a ameaçar ou mesmo a inviabilizar a sua

continuidade (De Kadt, 1979; Din, 1989; Dogan, 1989; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Peppelenbosch & Tempelman, 1989).

Para piorar esse quadro, tais conflitos, hostilidades e resistências têm contribuído para fortalecer preconceitos e não para promover a compreensão e respeito mútuo propalados pelas previsões otimistas sobre o desenvolvimento turístico. De um lado, comunidades tradicionais mais fechadas têm intensificado a sua desconfiança em relação a indivíduos estranhos ao grupo e, do outro lado, muitos turistas, ao retornarem para os seus locais de origem, acabam por reproduzir a obtusa noção de que a humanidade se divide em *civilizados* e *bárbaros*, *iluminados* e *ignorantes* etc. Esses turistas, obviamente, não se vêem nem como *bárbaros*, nem como *ignorantes*...



Figura 256: *vans* e membros da comunidade tradicional de Arraial d'Ajuda diante da Igreja de N. S. d'Ajuda.
Fonte: fotografias do autor, em 1999 e 1995.



Figura 257: turistas no entorno e no interior da Igreja de São João Batista, na vila de Trancoso.
Fonte: edição de fotografias de Viviane Viveca, em 2007.

Entretanto, o que mais se observa em comunidades tradicionais que habitam destinos em regiões e países em desenvolvimento é o seu fascínio pelo desenvolvimento turístico e a sua inclinação à adoção de padrões culturais exógenos. Essas atitudes, deve-se destacar, são particularmente pronunciadas entre os membros mais jovens dessas comunidades, posto ser comum e compreensível verem nos turistas – e na sua maior educação formal, capacidade de consumo e grau de liberdade – um estilo de vida a perseguirem como meta individual e coletiva.

A fixação nos destinos de profissionais de nível superior contratados para ocupar as posições com maior responsabilidade, salário e prestígio no setor turístico ou interessados na prestação de serviços de medicina, odontologia, arquitetura, engenharia, direito, educação etc., também tem concorrido significativamente para a transformação do perfil cultural das comunidades tradicionais. Esses profissionais e suas famílias, apesar de inicialmente perfazerem um número relativamente pequeno, tendem a tornar-se uma forte referência local. Em oposição aos incógnitos turistas, tais representantes concretos das sociedades ditas modernas permanecem nos destinos e, inadvertidamente ou não, funcionam como os principais vetores de algumas das mais profundas mudanças nas formas tradicionais de comportamento, fala, vestuário, habitação, trabalho, consumo etc. (De Kadt, 1979; Din, 1989; Dogan, 1989; Inskeep, 1988; Ioannides, 1995; Mathieson & Wall, 1982; Peppelenbosch & Tempelman, 1989; Tofani, 1997).

Tais contatos das comunidades tradicionais com membros de culturas exógenas que supõem *superiores*, quando associados aos já referidos desdobramentos do desenvolvimento turístico que as afetam negativamente, têm levado muitas delas a uma progressiva perda da auto-estima e, eventualmente, à depreciação dos seus conhecimentos e modos de fazer; à supressão das suas manifestações musicais, cênicas, literárias e lúdicas; ao abandono das suas crenças e manifestações religiosas; à extinção dos seus rituais e festas; à incorporação de padrões de consumo estranhos à sua economia etc. Aliás, quando uma parte da comunidade ainda reproduz a cultura tradicional, pode ocorrer uma grande aversão e resistência ao desenvolvimento turístico pela mesma e, pior, uma ruptura do tecido social em dois grupos: um congregando os autodenominados “progressistas” que apóiam tal desenvolvimento e outro reunindo os que são acusados por eles de “retrógrados” (Tofani, 2004:18).

Tamanha transformação dessas comunidades tradicionais não caracteriza, deve-se destacar, qualquer modalidade de contato através do qual as partes, ou apenas uma delas, experimentam algumas alterações na sua estrutura cultural, mas não o seu colapso. Ao contrário, ela denuncia a ocorrência de um claro processo de desmantelamento cultural e, por extensão, de colonização. Seja deliberado ou não, esse processo pode comprometer inclusive a existência de tais comunidades, pois o seu

fascínio pelas respectivas culturas exógenas – e a compreensão geralmente superficial que têm das mesmas – torna muitos dos seus membros presas fáceis para exploradores que prometem atalhos para o *mundo moderno*. Mundo esse do qual provavelmente pouco ou nada usufruirão e que poderá levá-los ao alcoolismo e ao consumo de drogas ilícitas, à mendicância e à prostituição, à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e ao desenvolvimento de doenças mentais, à criminalidade e ao cárcere, à infelicidade e à morte (Figura 258).



Figura 258: o alcoolismo e mendicância por membros da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro.
Fonte: fotografias do autor, em 2000 e 1999.

Evidentemente, os principais modelos e práticas de desenvolvimento turístico em regiões e países em desenvolvimento também têm tido profundas repercussões no patrimônio cultural dos respectivos destinos. No que tange aos acervos de bens de natureza material – e especialmente aos acervos de bens arquitetônicos e urbanos –, a produção de espaços turísticos tem proporcionado algumas significativas contribuições para a sua preservação e conservação, como se pode observar em diversos casos. Essas contribuições incluem a geração dos recursos financeiros necessários às suas onerosas restaurações e manutenções; a garantia da ocorrência de usos e ocupações que evitam arruinamentos por abandono como os que liquidaram com a maior parte das edificações e logradouros existentes nas Cidades Altas de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália no início do século XIX; a produção e reprodução de variados conhecimentos sobre as dimensões históricas, arquitetônicas, urbanísticas e socioeconômicas de tais bens; e a constituição de um clamor social e político no sentido da sua preservação, seja pelo mero reconhecimento do papel que eles desempenham no sucesso do desenvolvimento turístico no respectivo destino, seja pelo pleno entendimento da sua relevância enquanto patrimônio cultural.

Contudo, o que mais temos observado na relação desses modelos e práticas de desenvolvimento turístico com o patrimônio arquitetônico e urbano dos destinos é a adulteração da sua integridade espacial, material e simbólica por meio de intervenções visando adequá-los aos gostos, hábitos e fantasias dos segmentos turísticos para os quais eles são direcionados (Tofani, 1997; Tofani *et al.*, 2000; Tofani *et al.*, 2003b).

No que tange especificamente aos bens do patrimônio arquitetônico e, em especial, aos bens que passam a abrigar empreendimentos comerciais e de serviços do turismo receptivo, é comum a ampla reconfiguração dos seus interiores e, não raro, a completa demolição dos mesmos. Ainda que reconheçamos como necessária a permanente adequação de tais espaços aos padrões culturais e demandas econômicas vigentes no tempo presente – até mesmo para garantir o imprescindível par uso-preservação –, nenhum argumento é capaz de justificar tamanhas intervenções à luz das contribuições que um bom projeto arquitetônico pode oferecer para a sustentabilidade da delicada relação entre a preservação desses bens e os novos usos que se faz deles. A propósito, essas lamentáveis reconfigurações e demolições, além de arrasarem inestimáveis registros materiais de pretéritas maneiras de habitar e viver, também destroem potenciais atrativos arquitetônicos que poderiam encantar a muitos turistas e contribuir de forma determinante para o sucesso dos empreendimentos.

Outra adulteração bastante comum em bens do patrimônio arquitetônico que passam a abrigar empreendimentos comerciais e de serviços do turismo receptivo são as desmedidas ampliações a que são submetidos. Nos sítios urbanos tombados nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, por exemplo, não são poucas as longevas edificações que foram ampliadas até ocuparem toda a área do respectivo lote. A despeito das legislações em contrário e das ações do IPHAN, tais ampliações arrasam os grandes quintais que caracterizavam os lotes, quadras e sítios urbanos, alteram significativamente as dimensões espaciais, materiais e simbólicas dessas edificações e acarretam sérios impactos na permeabilidade do solo, na flora e fauna, no micro-clima, na infra-estrutura e serviços públicos etc. (Tofani *et al.*, 2000).

No que tange à relação do desenvolvimento turístico com bens do patrimônio urbano (ruas, travessas, becos, avenidas, praças etc.) e, indissociavelmente, com as porções dos bens arquitetônicos que lhes são adjacentes (fachadas, coberturas etc.), nota-se o predomínio da chamada *cenarização*. Esse neologismo designa uma modalidade de intervenção na espacialidade, materialidade, uso e ocupação de um dado bem ou acervo de bens urbanos e/ou arquitetônicos realizada com vistas à produção de ambiências, significações e memórias que – a despeito de padecerem de pouca ou nenhuma autenticidade histórica e cultural – são consumidas vorazmente por muitos segmentos turísticos e de lazer.

A *cenarização* geralmente decorre de planos, programas e projetos desenvolvidos pelo poder público e denominados utilizando-se termos tais como reabilitação, recuperação, requalificação e revitalização urbana e arquitetônica. Um dos casos mais notórios no Brasil é o do sítio urbano tombado do Pelourinho, núcleo histórico da cidade de Salvador e Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1985 (Figura 259). A sua *cenarização* foi orquestrada pelo amplo *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, elaborado pelo governo da Bahia e implantado a partir de 1992 (IPAC-BA, 1995). Esse programa logrou produzir uma profunda requalificação desse espaço e, em especial, o alçou à condição de um dos principais produtos turísticos do Brasil. Entretanto, não são poucas as críticas que ele tem recebido desde então por conta principalmente do resoluto processo de gentrificação que promoveu. Justificado pela necessidade de se solucionar os graves problemas socioeconômicos e de preservação do patrimônio cultural que se avolumavam no Pelourinho, tal processo redundou em milhares de desapropriações e remoções de moradores mais pobres e incontáveis demolições de estruturas arquitetônicas e urbanas tidas como inadequadas aos objetivos do programa.

A despeito disso, o seu arcabouço teórico-metodológico, objetivos, metodologia e resultados tornaram-se uma forte referência para muitas iniciativas do gênero e, por essa razão, muitos acervos do patrimônio arquitetônico e urbano em destinos turísticos dentro e fora do estado da Bahia – e, particularmente, na sua região Extremo Sul – apresentam espacialidades, materialidades, usos e ocupações que comungam alguma semelhança, mesmo que apenas *cosméticas*, com o que se produziu no Pelourinho (Figura 75, Figura 195, Figura 254, Figura 260).



Figura 259: a *cenarização* do Pelourinho, na cidade de Salvador.
Fonte: fotografia do autor, em 1995.











Figura 260: exemplos de *cenarização* no Extremo Sul da Bahia: a) no núcleo histórico da cidade de Prado; b) na Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália; c) d) na Cidade Baixa de Porto Seguro; e) no núcleo histórico da vila de Trancoso.
Fonte: a) edição de fotografia de autor desconhecido, s/d; b) c) d) fotografias do autor, em 1999, 1995 e 1999; e) fotografia de Raquel Fagundes, em 2008.

Em suma, tais adulterações da integridade espacial, material e simbólica dos acervos de bens arquitetônicos e urbanos de diversas regiões e países em desenvolvimento têm contribuído significativamente para a banalização do patrimônio cultural, bem como para a sua redução a mero produto de consumo. Aliás, as ditas reabilitações, recuperações, requalificações e revitalizações que promovem a maior parte dessas adulterações têm comungado tantos princípios, objetivos e metodologias que os seus resultados não poderiam deixar ser, como se vê no estado da Bahia, altamente similares. Conseqüentemente – e ao contrário do que deveria ser uma das principais motivações do turismo: a experiência da diferença –, cada vez mais lugares com dimensões culturais únicas têm sido pasteurizados e transformados em tristes pastiches e simulacros. Ou como diria o economista Jost Krippendorf (1992), valendo-se de um brilhante termo que cunhou, cada vez mais lugares com dimensões culturais únicas têm sido transformados em espaços *coca-colonized*.



Figura 261: sátira ao turismo e *coca-colonization* em uma passagem do filme *Play Time* (1967) na qual o premiado diretor francês Jacques Tati retrata uma agência de viagens com cartazes anunciando hotéis rigorosamente idênticos nos "USA", "Hawaii", "Mexico", "Stockholm" etc.
Fonte: edição do filme.

Os principais modelos e práticas de desenvolvimento turístico em regiões e países em desenvolvimento também têm tido profundas repercussões negativas no patrimônio cultural de natureza imaterial de muitos destinos e, em especial, nos *saberes*, *formas de expressão* e *celebrações* das suas comunidades tradicionais[168]. Como se depreende

[168] Conforme tratado no primeiro capítulo deste estudo os chamados *saberes* consistem em "conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades", as *formas de expressão* em "manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas" e as *celebrações* em "rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social".

diversos estudos de casos, essa situação tem como causa fundamental o desconhecimento, negligência ou desinteresse dos grandes atores públicos e privados do desenvolvimento turístico acerca de um fato: a relação profundamente orgânica que existe entre a reprodução de uma comunidade tradicional e a preservação dos seus acervos de bens culturais materiais e imateriais. Essa organicidade, em face de fenômenos naturais ou antrópicos que acarretam transformações sócio-espaciais muito rápidas, intensas e abrangentes, tem pelo menos três importantes implicações.

A primeira é o fato de que o desmantelamento cultural e a subseqüente colonização de uma comunidade tradicional constituem um processo que é capaz, por si só, de liquidar com todos os seus *saberes*, *formas de expressão* e *celebrações*. Aliás, como tratado anteriormente, esse processo pode comprometer não apenas a reprodução da comunidade enquanto um grupo cultural específico, mas também a sobrevivência dos seus membros. Que o digam as inúmeras etnias e acervos culturais indígenas que desapareceram sob o peso da colonização portuguesa e luso-brasileira.

A segunda implicação de tal organicidade diz respeito especificamente a bens culturais de natureza material – notadamente arquitetônicos e urbanos – que logram sobreviver ao processo de desmantelamento cultural e colonização da respectiva comunidade tradicional. Uma vez que se encontram esvaziados das práticas culturais coletivas que davam suporte – e que lhes emprestavam sentido –, eles ficam altamente vulneráveis a adulterações da sua integridade espacial, material e simbólica por meio de expedientes como a *cenarização*. Essas adulterações, como também tratado anteriormente, apagam preciosas marcas deixadas pelas práticas culturais coletivas da extinta comunidade – ou seja, por variados bens culturais de natureza imaterial – e redundam na produção de ambiências, significações e memórias que remetem, não raro, a uma história e cultura que jamais existiram.

Já a terceira implicação consiste nas principais medidas de acautelamento que devem ser tomadas principalmente pelo Estado para se garantir a reprodução das comunidades tradicionais e a preservação dos seus bens culturais. A saber: assegurar efetivas condições para a permanência dessas comunidades nos seus espaços tradicionais; impedir a ocorrência de fenômenos como a referida expulsão econômica causada pelo desenvolvimento turístico; valorizar as culturas tradicionais e suas peculiaridades; e proteger a integridade dos seus acervos de bens materiais e imateriais contra adulterações provocadas principalmente por sua transformação em produtos turísticos.

Percebe-se pelo exposto que as comunidades tradicionais tendem, tomando emprestado um termo da ecologia, ao *endemismo*. Tal característica é demonstrada por diversos estudos de caso – como o *Inventário Nacional de Referências Culturais nos*



Municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, Bahia[169] (Andrade e Arantes, 2000) – e pode ser depreendida do próprio conceito de comunidade tradicional.

Segundo os antropólogos Antônio Carlos Sant'Ana Diegues e Rinaldo Arruda (2001), apesar de certas dificuldades teóricas e imprecisões que afligem esse conceito, há uma forte tendência na antropologia no sentido de se considerar um grupo social como tradicional quando ele sustenta modos de produção e reprodução e, por extensão, uma cultura com pelo menos cinco características.

A primeira consiste na dependência, sentido de indissociabilidade e conhecimento profundos que a comunidade tem em relação às dimensões naturais do espaço onde vive e, em especial, à sua geomorfologia, ecossistemas e ciclos. Isso redunda na instituição de um elaborado conjunto de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, na constituição de modos de produção e reprodução bastante peculiares e na formação de percepções, formulações e representações profundamente marcadas por tal dependência, indissociabilidade e conhecimento. A propósito, os *saberes* acumulados por uma comunidade tradicional são transmitidos aos seus membros mais jovens principalmente pelo acompanhamento das suas experiências *in situ* e pela ritualização da sua iniciação e amadurecimento.



Figura 262: pescadores da comunidade tradicional da cidade de Alcobaça hoje e em meados do século XX. Fonte: a) fotografia de Ederson Granetto, em 2006; b) edição de fotografia de autor desconhecido, s/d.

A segunda característica que distingue uma comunidade como tradicional é o seu *logos* econômico e, em especial, o fato da força de trabalho e os recursos naturais não

[169] Esse inventário foi contratado pelo IPHAN em 1999, tendo como órgão financiador o Ministério da Cultura (MinC) e como executor a empresa Andrade e Arantes Ltda – Consultoria e Projetos Culturais. O seu objetivo foi o levantamento e a sistematização de informações sobre os *saberes*, *formas de expressão*, *celebrações* e *lugares* de práticas culturais coletivas das comunidades dos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Esse inventário foi coordenado pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes e finalizado em 2000 (Andrade e Arantes, 2000).

serem tratados como objetos de compra e venda ou como mercadorias. Mesmo em comunidades onde a capacidade de produção mercantil é potencialmente alta e já há algum relacionamento com o mercado, se observa que essa produção é pequena, que há pouca ou nenhuma dependência do mercado, que a acumulação de capital é pouco significativa ou nula e que predominam as atividades de subsistência. Além disso, não há uma marcada divisão técnica e social do trabalho e prevalece o do tipo artesanal cujo produtor e sua família dominam todo o processo desde o seu início até o produto final. O tempo dedicado ao trabalho, por sua vez, pode apresentar grandes variações ao longo do ano em função principalmente da maior ou menor disponibilidade de recursos naturais e produtos agrícolas sazonais. No que tange à tecnologia utilizada se observa, por um lado, que ela tende a ser bastante simples e a causar impactos ambientais negativos com pouca expressão; por outro lado, nos casos em que a comunidade habita um espaço com dimensões naturais e/ou culturais muito peculiares é comum o desenvolvimento de tecnologias com um grau de especialização bastante elevado.



Figura 263: estaleiro de Joaquim Valansuela Ramos, o Mestre Quincas, membro da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro e ferramenta de carpintaria naval.
Fonte: fotografias de Pedro Okabayashi, em 1999 (Andrade e Arantes, 2000).

A terceira característica que distingue uma comunidade como tradicional é a importância que ela dá à unidade familiar, doméstica ou comunal, bem como às relações de parentesco e de compadrio, no exercício das atividades econômicas e sociais. Tal ênfase costuma ter profundas repercussões no espaço produzido pela comunidade – e especialmente nas suas cidades, vilas, povoados e aldeias –, uma vez que é comum a concentração dos diferentes grupos familiares que formam essa comunidade em diferentes setores do espaço que ela produz. Mesmo que tal concentração geralmente não constitua qualquer impedimento à habitação do setor por outros grupos familiares,

ela pode repercutir inclusive no topônimo desse setor, pois é provável que ele venha a ser conhecido pelo sobrenome do grupo familiar predominante. Uma ilustração desse fenômeno é o bairro de Marcos, ou dos Marcos, situado na Cidade Baixa de Porto Seguro e assim chamado desde pelo menos o início do século XIX, como registrou o capitão-mor João da Silva Santos (ABN, 1918 [c.1803] [doc.27113]:243).



Figura 264: membros da comunidade tradicional da vila de Vale Verde.
Fonte: fotografias do autor, em 1999.

A quarta característica que distingue uma comunidade como tradicional é a noção que ela tem do território onde se reproduz. Conforme Diegues & Arruda (2001), esse território pode ser entendido como “uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte dos seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (p.24-25). Os territórios tradicionais fornecem às respectivas comunidades os seus meios de habitação, subsistência, trabalho e de constituição dos suportes materiais das relações sociais. Diferentemente dos produzidos por sociedades urbano-industriais, eles são permeados por espaços que aparentam ser devolutos, mas que consistem, na verdade, em terras agrícolas em pousio, ecossistemas explorados sazonalmente, áreas de caça e coleta etc. Na maior parte dos casos, tais territórios são constituídos por processos de colonização iniciados séculos antes, são objetos de uso e ocupação pela maioria ou totalidade dos membros das respectivas comunidades e são objetos de variadas percepções, formulações e representações por parte de cada uma delas. Já as cidades, vilas, povoados e aldeias produzidas por comunidades tradicionais geralmente são fundadas nos primeiros momentos de tais processos de colonização e raramente abrigam setores com um único uso ou ocupação. Mesmo que alguma especialização

possa ocorrer – como, por exemplo, em praças onde ocorre um maior número de edificações institucionais, comerciais e de serviços –, predomina uma grande diversidade de usos e ocupações inclusive no interior dos seus próprios imóveis.



Figura 265: membros da comunidade tradicional da cidade de Porto Seguro e procissão de N. S. da Pena.
Fonte: a) fotografia do autor, em 1995; b) fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994).



Figura 266: membros das comunidades tradicionais das cidades de Porto Seguro e Belmonte.
Fonte: a) fotografia do autor, em 1999; b) fotografia de Maíra Soares, em 2008.

A quinta característica que distingue uma comunidade como tradicional é o fato dela se auto-reconhecer e ser reconhecida como um grupo social dotado de uma cultura distinta e um território específico. Tal característica remete à questão da identidade – um dos temas centrais da antropologia – e, como destacam Diegues & Arruda (2001), “esse auto-reconhecimento é, muitas vezes, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a

sociedade urbano-industrial e com as formulações político-ideológicas criadas por essa mesma sociedade (p.29)".



Figura 267: membros da comunidade tradicional Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha.
Fonte: fotografias de Adriano Ferraz Pellicciari, s/d (TQY, 1994).

Pode-se afirmar, portanto, que a marca mais notável de uma comunidade tradicional é a profunda interdependência – ou mesmo a indissociabilidade – entre os seus modos de produção do espaço e os seus modos de reprodução social, entre o seu sentido de identidade e o seu sentido de territorialidade, entre a preservação dos seus acervos de bens culturais e a sua continuidade enquanto grupo social. Tal marca, como demonstrado, consiste no fundamento da sua maior vulnerabilidade, especialmente quando a comunidade é colocada sob a esteira de fenômenos, como as referidas experiências de desenvolvimento turístico, que acarretam o seu *des-terro*, se apropriam dos seus espaços e legados e os transformam em meros produtos de consumo.

Enfim, em nome da acumulação, concentração e multiplicação do capital, inúmeras comunidades tradicionais, com histórias e culturas absolutamente únicas estão sendo espoliadas e arruinadas juntamente com acervos de bens culturais dotados de grande relevância, reconhecidos constitucionalmente como um patrimônio de todos nós e dependentes da proteção do Poder Público. Nesse processo onde os interesses privados mais uma vez predominam sobre a *res publica*, estão sendo usurpados bens coletivos, violada a integridade das suas estruturas materiais (o seu *corpo*) e extirpadas as suas estruturas imateriais (a sua *alma*). Assim sendo, estão sendo produzidos e reproduzidos *corpos sem alma*, falácias históricas e culturais e experiências individuais e coletivas altamente narcisistas e avessas à idéia de que o verdadeiro encontro deve ser, acima de tudo, um exercício de alteridade.

Em pleno ano de 2008, não obstante os grandes avanços realizados no Brasil no sentido de garantir a "inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade" nos termos do Artigo 5º da nossa Constituição, continuamos a sustentar, como fizeram muitos dos nossos antepassados, modos de produção do espaço e reprodução social que os violam ora veladamente, ora abertamente. Em nome de alegados interesses maiores – como parece ter ocorrido tanto na conquista da *Terra da Vera Cruz* pelos portugueses quanto na busca da *Terra-sem-Mal* pelos Tupiguarani – continuamos liquidando com culturas que se postam diante dos nossos interesses, destruindo vidas humanas, se apropriando ilegitimamente dos seus espaços e bens e construindo discursos visando legitimar as nossas violências.

Mesmo que esse quadro seja pouco animador, acreditamos e investimos na sua superação, como o fazemos por meio deste estudo. Assim como nós, incontáveis homens e mulheres têm dedicado muito de suas vidas à produção de variados tipos de contribuições que proporcionem tal superação e cujos resultados se fazem cada vez mais visíveis em variados contextos sócio-espaciais por todo o Brasil. No que tange especificamente ao Extremo Sul da Bahia, diversos exemplos altamente elogiáveis devem ser destacados por suas repercussões positivas no patrimônio cultural e nas comunidades tradicionais remanescentes: a identificação e demarcação pelo Estado das Terras Indígenas que existem nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Itabela e Itamaraju e onde vivem mais de 4.000 Pataxó, última etnia de matriz cultural pré-cabralina na região; a valorização das suas especificidades históricas e culturais, sem prejuízo do acesso à ciência, tecnologia e outras benesses da contemporaneidade; a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau visando garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis utilizados pelas comunidades tradicionais que habitam esse povoado do município de Prado e suas imediações; a criação de novas Unidades de Conservação e a ampliação das existentes de forma a se aumentar a proteção aos últimos remanescentes do Domínio da Mata Atlântica na região; e o crescente empenho do IPHAN na preservação do patrimônio cultural de natureza material e imaterial por meio de variadas medidas visando à sua identificação, documentação, proteção etc.

Muito mais há que se fazer e são imensos os desafios econômicos, sociais, políticos e científicos e as resistências de muitos grupos com interesses absolutamente contrários e um poder e inclinação à violência que não se deve subestimar. Contudo, nos momentos mais desanimadores, nos vem à lembrança um inspirador mito indígena narrado ao etnólogo Curt Nimuendajú, em 1938, por Apolinário, um senhor de "oitenta e tantos anos" que descendia dos Tupinikín e havia habitado a vila de Trancoso nos seus dez primeiros anos de vida. Encontrado refugiado em terras de um posto do Serviço de

Proteção aos Índios (SPI) junto ao rio Cachoeira após vagar pelo interior da Bahia, Apolinário confidenciou à Nimuendajú como será *O fim do mundo*, em uma perspectiva que parece mesclar elementos Tupiguarani e cristãos:

> Não demorará muito mais, e o mundo se acabará. Então a terra tremerá e soltará gemidos. Ela se incendeia e desmorona. O sol se obscurece e nas trevas vêm os animais ferozes que devoram os homens. Quando toda a terra estiver queimada, o mar derramará sobre ela para esfriá-la. Então começará um outro mundo novo. A terra se cobrirá de flores e os anjos descerão (Nimuendajú, 1986:72).



referências bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Paleo-climas quaternários e pré-história da América tropical. *Dedalo: Revista de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 1, p. 9-25, 1989.

_____. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABBEVILLE, Claude de. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

ABN (Annaes da Bibliotheca Nacional). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.5 (1878-1879), 1878.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.9 (1881-1882), t.1, 1881.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.19 (1897), 1897.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.20 (1898), 1899.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.31 (1909), 1913.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.32 (1910), 1914.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.36 (1914), 1916.

_____. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.37 (1915), 1918.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 2002.

AFONSO, Marisa Coutinho; MORAES, Camila Azevedo de. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.15-16, p.59-71, 2005-2006.

ALGER, Keith; CALDAS, Marcellus. Cacau na Bahia: Decadência e ameaça à Mata Atlântica. *Ciência Hoje: Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Rio de Janeiro, v.20, n.117, p.28-35, janeiro/fevereiro de 1996.



ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. Ilhas oceânicas brasileiras e suas relações com a tectônica atlântica. *Terrae Didatica*, Campinas, v.2, n.1, p.3-18, 2006.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

AMÂNCIO, Suely Gleyde; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Avaliação de áreas potenciais à presença de sambaquis na costa do estado de Sergipe utilizando como ponto de partida uma compreensão da evolução da zona costeira nos últimos 5.600 anos A.P. *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, n.3, p.223-244, dezembro de 2003.

ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

_____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Cartas Jesuíticas; v.3) (Coleção Reconquista do Brasil; 2ª; v.149), 1988.

ANDRADE, Ana Cláudia da Silva; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Informações geológico-geomorfológicas como subsídios à análise ambiental: o exemplo da planície costeira de Caravelas – Bahia. *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba, n. 51, p. 9-17, 2002.

ANDRADE, Ana Cláudia da Silva; DOMINGUEZ, José Maria Landim; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio Carlos da Silva. Quaternary evolution of the Caravelas strandplain: Southern Bahia State: Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v.75, n.3, p. 357-382, setembro de 2003.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDRADE E ARANTES (Andrade e Arantes Ltda. – Consultoria e Projetos Culturais). *Inventário Nacional de Referências Culturais nos Municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, Bahia*. Campinas: Andrade e Arantes Ltda. e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. (CD-ROM).

ANGHIERA, Pietro Martire de. *De Orbe Novo: The Eight Decades of Peter Martyr D'Anghera.* New York e London: G. P. Putnam's Sons, 2 volumes, 1912.

ANÔNIMO. Relação do Piloto Anônimo. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. p.73-79.

ARAUJO, Astolfo; PILÓ, Luís; NEVES, Walter; ATUI, João Paulo. Human occupation and paleoenvironments in South America: expanding the notion of an "Archaic Gap". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, v.15, n.16, p.3-35, 2006.



ARCHER, Brian. Tourism and Island Economies: Impact Analyses. In: COOPER, C.P. (ed.). *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*. London: Belhaven, 1989.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o Signo da Violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991. (Dissertação, Mestrado em História das Sociedades Agrárias).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.19), 1980.

AZEVEDO, Pedro de. Os primeiros donatários. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.3, 1924. p.189-216.

BAHIA. *Falla que recitou o exmo. presidente da provincia da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1.o de março de 1853*. Salvador: Typographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.

_____. *Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861*. Salvador: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

_____. *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: Zona Turística Costa dos Coqueiros e Zona Turística Costa do Descobrimento: Relatório Final*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado da Bahia; Empresa de Turismo da Bahia, 1992. (Relatório técnico).

_____. *Prodetur: PRODETUR-NE* [online]. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Governo da Bahia. 2003. Disponível na Internet: <www.bahia.ba.gov.br/sct/prodetur2>. Acesso em: 10 de dezembro de 2003.

BAIÃO, António. O comércio de pau-brasil. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.2, 1923. p.315-347.

BAIÃO, António; DIAS, Carlos Malheiro. A expedição de Cristovám Jacques. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.3, 1924. p.57-94.



BALÉE, William. Biodiversidade e os Índios Amazônicos. In: CASTRO, E. Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p.385-393.

BANDEIRA, Arkley Marques. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil. *Fumdhamentos: Publicação do Museu do Homem Americano*, São Raimundo Nonato, n.7, p.430-468, 2008.

BATISTA, Indira Chaves; MORALES, Walter Fagundes. Análise e curadoria do material cerâmico do sítio Terravista, Porto Seguro – BA. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XIII, e SEMANA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 9ª, 2007, Ilhéus, *Anais...* Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

BEHLING, Hermann. A high resolution Holocene pollen record from Lago do Pires, SE Brazil: vegetation, climate and fire history. *Journal of Paleolimnology*, Dordrecht, v.14, n.3, p.253-268, novembro de 1995.

_____. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, Amsterdan, v.177, p.19-27, 2002.

_____. Late Quaternary vegetation, climate and fire history inferred from Lagoa Nova in the southeastern Brazilian lowland. *Vegetation History and Archaeobotany*, Berlin/Heidelberg, v.12, n.4, p.263-270, dezembro de 2003.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho; PEREZ, Rhoneds Aldora R. Questões de paleontologia humana: o homem nas Américas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA, XX, 2007, Búzios. *Anais*... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2007.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 3 volumes, 1999.

BERTHO, Ângela Maria de Moraes. *Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza: Uma perceptiva etnoambiental*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. (Tese, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).

BÍBLIA sagrada. *Bíblia: Tradução Ecumênica*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BLASIS, Paulo de; KNEIP; Andréas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César; GASPAR, Maria Dulce. Sambaquis e paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueológia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana*, Popayan, v.3, n.1, p.29-61, janeiro de 2007.

BONNICHSEN, Robson; TURNMIRE, Karen. An Introduction to the Peopling of the Americas. In: BONNICHSEN, Robson; TURNMIRE, Karen (ed.). *Ice Age People of North America*. Corvallis: Oregon State University Press, 1999. p.1-26.



BOO, Elizabeth. *Ecotourism: The Potentials and the Pitfalls*. Washington, D.C.: World Wildlife Found, 1990.

BRITTO, Rossana G. *A Saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRITTON, Stephen. The Political Economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, v.9, n.3, p.331-358, 1982.

BROCHADO, José Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana: University of Illinois, 1980. (Tese, Ph.D. University of Illinois).

BROCHADO, José Proenza; CALDERÓN, Valentin; CHMYZ, Igor; DIAS JR., Ondemar F.; EVANS, Clifford; MARANCA, Silvia; MEGGERS, Betty J.; MILLER, Eurico Th.; NASSER, Nássaro A. de Souza; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F.; RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário F. *Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sôbre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Belém: s/e, 1969. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 12).

BROSSE, Jacques. O viajante e sua busca. *O Correio: diários de viagem*, Rio de Janeiro, ano 15, n.6, p.4-7, junho de 1987.

BROWDER, John; BORELLO, José Antonio. The State and the Crisis of Planning in Latin America. *Journal of Planning Literature*, v.6, n.4, p.371-377, 1992.

BRY, Theodore de (ed.). *Americae Tertia Pars*. Frankfurt: s/e, 1592a.

_____. *Americae Pars Quarta*. Frankfurt: s/e, 1592b.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva (Coleção Terra Brasilis; 2), 1998.

_____. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva (Coleção Terra Brasilis; 3), 1999.

_____. *A coroa, a cruz e a espada: Lei, ordem e corrupção no Brasil colônia: 1548-1558*. Rio de Janeiro: Objetiva (Coleção Terra Brasilis; 4), 2006.

BUTLER, Richard W. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, v.14, n.1, p.5-12, 1980.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). *Dossiê Mata Atlântica 2001: Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica*. s/l: Rede de ONGs da Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Sociedade Nordestina de Ecologia, 2001.

CALIPPO, Flávio Rizzi. *Os sambaquis submersos de Cananéia: um estudo de caso de arqueologia subaquática*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Dissertação, Mestrado em Arqueologia).



CALDERÓN, Valentin. *O Sambaqui da Pedra Oca: relatório de uma pesquisa*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 1964. (Relatório de pesquisa).

_____. A fase Aratu no Recôncavo e litoral norte do Estado da Bahia. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: 3: Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1967-1968*, Belém, p.161-172, 1969. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 13).

_____. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: 4: Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1968-1969*, Belém, p.163-174, 1971. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 15).

_____. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul do Estado da Bahia. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: 5: Resultados Preliminares do Quinto Ano, 1969-1970*, Belém, p.141-156, 1974. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 26).

CALHEIROS, Valmir. Vestígios da pré-história no litoral alagoano [online]. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 8 de setembro de 2002. Disponível na Internet: <http://gazetaweb.globo.com/gazeta/Indice.php?c=11&e=211>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta ao Rei Dom Manuel*. (Organização: Oséias Silas Ferraz). Belo Horizonte: Crisálida, 2002.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.13), 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Tempo e História. *Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica de Historia, Archivística y Estudios Sociales* [online]. San José: Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia, n.24, novembro de 2004. Disponível na Internet: <http://historia.fcs.ucr.ac.cr/cuadernos/c-24his.htm>.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves. Índios do Sul e Extremo-Sul baianos: reprodução demográfica e relações interétnicas. *Caderno CRH: Revista quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, v.18, n.43, p.35-55, janeiro-abril 2005.

CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.457-474.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.27), 1976.

CATER, Eelet. Tourism in the least developed countries. *Annals of Tourism Research*, v.14, n.2, p.202-226, 1987.

CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); NYBG (New York Botanical Garden). *Projeto Mata Atlântica Nordeste: Remanescentes da Mata Atlântica – 1945/1990 – Sul da Bahia, Brasil*. 1993. (Calendário).

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Cadernos de Arqueologia da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, ano I, n.1, p.66-90, 1976a.

_____. Arqueologia e trópico. Biblioteca In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico & pesca, sexo, universidade, profilaxia, algodão, madeira, política internacional, arqueologia, pecuária, 1969, Recife. *Anais*... Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976b. v.2, p.540-563 [VIII Reunião Ordinária].

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLEMENT, Harry G. *The Future of Tourism in the Pacific and Far West*. Washington, D.C.: United States Department of Commerce, 1961.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; SEMAD/INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-MG. *Avaliação e Ações Prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

CORDEIRO, P.H.C. *Pesquisa Biológica – Aves: Relatório Técnico Preliminar: Subprojeto: Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento*. Ilhéus: Ministério do Meio Ambiente/PROBIO, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 2002. (Relatório técnico).

CORRÊA, Ângelo Alves; SAMIA, Danielle Gomes. Cronologia da Tradição Arqueológica Tupiguarani. *Fumdhamentos: Publicação do Museu do Homem Americano*, São Raimundo Nonato, n.7, p.404-416, 2008.

CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782) [online]. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.15-16, janeiro-junho de 2003. Disponível na Internet: <http://www.instituto-camoes.pt/revista15.htm>. Acesso em: 15 de novembro de 2006.

CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). *Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália*. Salvador: CPRM, 1999. (CD-ROM).

CRL (The Center for Research Libraries). *Brazilian Government Document Digitization Project: Provincial Presidential Reports (1830-1930)* [online]. Chicago: The Center



for Research Libraries, 2007. Disponível na Internet: <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DE KADT, Emanuel. *Tourism: Passport to Development?* Washington, D.C.: The World Bank & Unesco, 1979.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.56), tomo I, v.I e II, 1978.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Edições ALVA-CIORD, 1997.

DENEVAN, William. *The Aboriginal Cultural Geography of the Llanos de Mojos of Bolivia*. Berkeley: University of California Press, 1993.

DIAS, Adriana Schmidt. Diversificar para Poblar: El Contexto Arqueológico Brasileño en la Transición Pleistoceno-Holoceno. *Complutum*, Madrid, v.15, p. 249-263, 2004.

DIAS, Carlos Malheiro. A expedição de 1501. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.2, 1923a. p.171-222.

_____. A expedição de 1503. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.2, 1923b. p.283-314.

_____. O regímen feudal das donatárias: anteriormente à instituição do govêrno geral (1534-1549). In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.3, 1924. p.217-283.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP (Biodiversidade, 4), 2001.

DILLEHAY, Tom D. The Late Pleistocene Cultures of South America. *Evolutionary Anthropology*, Hoboken, v.7, n.6, p.206-216, maio de 1999.

DIN, Kadir. Islam and Tourism: Patterns, Issues, and Options. *Annals of Tourism Research*, v.16, n.4, p.542-563, 1989.

DOGAN, Hasan Zafer. Forms of Adjustament: Sociocultural Impacts of Tourism. *Annals of Tourism Research*, v.16, n.2, p.216-236, 1989.



DÓCIO, Vanessa de Almeida; BARBOSA, Elvis Pereira. Análise de parte da cerâmica arqueológica proveniente do complexo turístico hoteleiro Terravista situado na cidade de Porto Seguro – Bahia. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XIII, e SEMANA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 9ª, 2007, Ilhéus, *Anais...* Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

DOMINGUEZ, José Maria Landim. Vegetação Terrestre. In: DOMINGUEZ, José Maria Landim (org.). *Projeto Costa do Descobrimento: Avaliação da Potencialidade Mineral e de Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos Municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado*. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2000. p.17-21. (Relatório técnico).

DOMINGUEZ, José Maria Landim; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio Carlos da Silva. A Costa do Descobrimento, BA: A geologia vista das caravelas. In: SCHOBBENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diogenes de Almeida; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylène (Edit.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil* [online], 2000a. p.233-241. Disponível na Internet: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio071/sitio071.htm>. Acesso em: 6 de abril de 2007.

DOMINGUEZ, José Maria Landim; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio Carlos da Silva. Evolução Quaternária da Zona Costeira da Costa do Descobrimento. In: DOMINGUEZ, José Maria Landim (org.). *Projeto Costa do Descobrimento: Avaliação da Potencialidade Mineral e de Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos Municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado*. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2000b. p.135-141. (Relatório técnico).

DOMINGUEZ, José Maria Landim; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio Carlos da Silva Pinto; KOSIN, Marília Dietzsch; LEÃO, Zelinda Margarida de Andrade Nery; MELO, Roberto Campelo de; MORAES FILHO, João Cardoso Ribeiro; PEREIRA, Luiz Henrique Monteiro; RAMOS, Maria Angélica Barreto; ROCHA, Antônio José Dourado; SAMPAIO, Antônio Rabelo. Geologia. In: DOMINGUEZ, José Maria Landim (org.). *Projeto Costa do Descobrimento: Avaliação da Potencialidade Mineral e de Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos Municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado*. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2000c. p.35-59. (Relatório técnico).

DUARTE, Regina Horta (org.). *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. *Porto Seguro/Cabrália: Análise do processo de mudança*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, 1974. (Relatório técnico).

FAGAN, Brian. *The Great Journey: The Peopling of Ancient America*. New York: Thames and Hudson, 1987.

FAPEAL (Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas). Pesquisa identifica assentamento pré-histórico na ilha de Santa Rita [online]. *Revista Rumos: Ciência, Tecnologia e Inovação*, Maceió, ano 1, n.1, 2002. Disponível na Internet: <http://200.241.160.7/Edicao01/01pg_arqueologia.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.381-396.

FARAS, Mestre João. Carta do Mestre João Faras. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, p.67-70, 1999.

FIRMINO, Nicolau. *Dicionário Latino Português*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

FONTANA, Romeu. *Porto Seguro: de aldeia de pescador a aldeia global*. Porto Seguro: s/e, 1988.

FQD (Fundação Quadrilátero do Descobrimento). *Museu Aberto do Descobrimento: O Brasil Renasce onde Nasce*. São Paulo: Editora Gráficos Burti, 1994.

FRANCHETTO, Bruna. O trabalho dos lingüistas. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Povos Indígenas no Brasil* [online]. 2000. Disponível na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/linguas/trabling.shtm>. Acesso em: 4 de abril de 2007.

_____. Kuikuro. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil* [online]. 2004. Disponível na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/kuikuro/kuikuro.shtm>. Acesso em: 28 de março de 2008.

FRANK, Robert. La Mémoire et l'Histoire. *Cahiers de IHTP*, Paris, n.21, novembro de 1992.

FREITAS, Jordão de. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533). In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Lit. Nacional, v.3, 1924. p.95-164.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio). *Os Índios* [online]. 2008. Disponível na Internet: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 28 de março de 2008.



GALDINO, Luiz. *Peabiru: os Incas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2002.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia sacta Cruz a qui' vulgarmete chamam Brasil / feita por Pero Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Illsre snor Dom Lionis Pa gouernador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na Índia*. Lisboa: officina de Antonio Gonsaluez, 1576.

_____. *Tratado da terra do Brasil: historia da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.12), 1980.

GARCIA, José Manuel (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fund. Cal. Gulbenkian, 2000.

GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Coleção Descobrindo o Brasil), 2000.

GIBBONS, Ann. The Peopling of the Americas. *Science Magazine*, Washington, D.C., v.274, n.5284, p.31-33, 4 de outubro de 1996.

GRAY, Andrew. *Entre la integridad cultural y la asimilación: Conservación de la biodiversidad y su impacto sobre los pueblos indígenas*. Copenhague: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), Documento nº.14, 1992.

GREENBERG, Joseph; TURNER II, Christy; ZEGURA, Stephen. The Settlement of the Americas: A Comparison of the Linguistic, Dental and Genetic Evidence. *Current Anthropology*, Chicago, v.27, n.5, p.477-497, 1986.

GRUHN, Ruth. The South American Context of the Pedra Pintada Site in Brazil. *Current Research in the Pleistocene*, v.14, p.29-32, 1997.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.37-52.

_____. Recent discoveries on the holocenic levels of Sítio do Meio Rock-Shelter, Piauí, Brasil. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v.1, n.9, p.77-80, 1993.

GUNN, Clare. *Tourism Planning.* New York: Taylor & Francis, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2004.

HARTT, Charles Frederick. Report of a reconnaissance of the lower Tapajós. *Bulletin of Cornell University*, v.1, n.1, 1874.

_____. Contribuições para a ethnologia do valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.6, p.1-174, 1885.

HOFFECKER, John F.; POWERS, W. Roger; GOEBEL, Ted. The Colonization of Beringia and the Peopling of the New World. *Science*, n.259, p.46-53, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1959.



IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *I Centenário das ferrovias brasileiras*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1854.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 36 volumes, 1958.

_____. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. *World Archaeology*, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

INSKEEP, Edward. Tourism Planning: An Emerging Specialization. *Journal of the American Planning Association*, v.54, n.3, p.360-372, 1988.

IOANNIDES, Dimitri. Planning for International Tourism in Less Developed Countries: Towards Sustainability? *Journal of Planning Literature*, v.9, n.3, p.235-254, 1995.

IPAC-BA (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia). *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: IPAC-BA, 6 volumes, 1988.

_____. *Bahia: Centro Histórico de Salvador: Programa de Recuperação; Bahia: Salvador's Historic District: Recovery Program*. Salvador: Corrupio, 1995.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). *Manual do Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Departamento de Identificação e Documentação, 1998a.

_____. *Relatório de Atividades do IPHAN: 1998*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1998b.

_____. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Departamento de Identificação e Documentação, 2000. (Relatório técnico).

_____. *Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento, versão 2001*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Departamento de Identificação e Documentação, 2001a.

_____. *Relatório de Atividades do IPHAN: 1999-2000*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2001b.

_____. *Museu de Porto Seguro: Um olhar sobre o descobrimento do Brasil*. s/l: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d (posterior a 2003 e anterior a 2006). (Catálogo de exposição).

_____. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* [online]. 2006. Disponível na Internet: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 13 de julho de 2006.

_____. *Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico* [online]. 2007. Disponível na Internet: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 3 de abril de 2007.



ISA (Instituto Socioambiental). *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil* [online]. 2007. Disponível na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/qoqindex.shtm>. Acesso em: 4 de abril de 2007.

JACOBS, James Q. *Paleoamerican Origins: A Review of Hypotheses and Evidence Relating to the Origins of the First Americans* [online]. 2001. Disponível na Internet: <http://www.jqjacobs.net/anthro/paleoamerican_origins.html>. Acesso em: 9 de setembro de 2007.

_____. *The Paleoamerican: Issues and Evidence Relating to the Peopling of the New World* [online]. 2002. Disponível na Internet: <http://www.jqjacobs.net/anthro/paleoamericans.html>. Acesso em: 9 de setembro de 2007.

JARDIM, J. G. *Pesquisa Biológica – Caracterização parcial da vegetação na Região Sul da Bahia: Relatório Técnico Preliminar: Subprojeto: Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento*. Ilhéus: Ministério do Meio Ambiente/PROBIO, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 2002. (Relatório técnico).

KIPNIS, Renato. A colonização da América do Sul [online]. *ComCiência: Revista eletrônica de jornalismo científico*, Campinas, n.47, setembro de 2003. Disponível na Internet: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq12.shtml>. Acesso em: 23 de setembro de 2007.

KOZAK, Jan T.; JAMES, Charles D. *Historical Depictions of the 1755 Lisbon Earthquake* [online]. Berkeley: University of Califórnia – National Information Service for Earthquake Engineering, 1998. Disponível na Internet: <http://nisee.berkeley.edu/kozak>. Acesso em: 03 de outubro de 2006.

KRIPPENDORF, Jost. The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

LABELLE, Jason M. *Late Pleistocene and early Holocene hunter-gatherers of the Pampas and Patagonia, Argentina and Chile* [online]. 2002. Disponível na Internet: <http://www.ele.net/LaBelle/pampas/pamstart.htm>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2008.

LEÃO, Zelinda Margarida de Andrade Nery. Os olhos do conhecimento. In: SECCHIN, Carlos. 1986. *Abrolhos, Parque Nacional Marinho*. Rio de Janeiro: Cor/Ação Editora, 1991.

_____. Os Recifes de Corais da Costa do Descobrimento. In: DOMINGUEZ, José Maria Landim (org.). *Projeto Costa do Descobrimento: Avaliação da Potencialidade Mineral e de Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos Municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado*.



Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2000a. p.23-27. (Relatório técnico).

_____. Abrolhos, BA: o complexo recifal mais extenso do Oceano Atlântico Sul. In: SCHOBBENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diogenes de Almeida; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylène (Edit.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil* [online], 2000b, p.345-359. Disponível na Internet: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio090/sitio090.htm>. Acesso em: 6 de abril de 2007.

LEHMANN-NITSCHE, Robert. *Ulrich Schmidel: Der erste Geschichtsschreiber der La Plata-Länder: 1535-1555*. München: M. Müller & Sohn, 1912.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas. Considerações sobre a Florística de Florestas Tropicais e Subtropicais do Brasil. *Revista IPEF* (atual *Scientia Forestalis*), Piracicaba, n.35, p.41-16, abril de 1987.

LEITE, Duarte. O mais antigo mapa do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.2, 1923. p.223-281.

LEITE, Marcelo. O resgate dos botocudos. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.107, janeiro 2005.

LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasiliana; 5ª Série; v.194), 1940.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10 volumes, 1938-1950.

LÉRY, Jean de. *Histoire d'vn voyage fait en la terre du Brasil, avtrement dite Amerique*. La Rochelle: Antoine Chappin, 1570.

_____. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.10), 1980.

LESSA, Guilherme C.; BITTENCOURT, Abílio C.S.P.; BRICHTA, Arno; DOMINGUEZ, José M. L. A reevaluation of the late quaternary sedimentation in Todos os Santos Bay (BA), Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.72, n.4, p.573-590, dezembro de 2000.

LIMA, Carlos Fabiano Marques de. *Padrão de assentamento em sítios arqueológicos na zona da mata norte de Alagoas e sul de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (Dissertação, Mestrado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas).



LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil: que terminou com o apresamento de um navio britânico e a prisão do autor e da tripulação do navio pelos portugueses: acompanhada de diversas apreciações de caráter geral sobre o país, seus produtos naturais, seus habitantes e uma descrição da cidade e das províncias de S. Salvador e Porto Seguro: acrescidas de uma tábua correta de latitudes e longitudes dos portos da costa da Brasil, uma tábua de câmbio, etc*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasiliana; v.343), 1969.

LONDRES, Maria Cecília. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000. p.11-21.

LOPES, Luís Seabra. Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI [online]. *Portugália*, Porto, Nova Série, v.XXIV, p.113-164, 2003. Disponível na Internet: <http://www.spmet.pt/metrologia_hist_port.pdf>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2008.

LOPES, Reinaldo José. A origem de Zuzu. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.139, setembro de 2007.

LOUKOTKA, Cestmír. *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: Center for Latin American Studies at UCLA, 1968.

MACARIO, Kita Chaves Damasio. *Preparação de Amostras de Radiocarbono e Aplicações de AMS em Arqueologia e Geologia Marinha*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. (Tese, Doutorado do Instituto de Física).

MAE/SFU (Museum of Archaeology & Ethnology at Simon Fraser University). *A Journey to a New Land – En Route Vers un Nouveau Territoire* [online]. 2005. Disponível na Internet: <http://www.sfu.museum/journey>. Acesso em: 4 de março de 2008.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de Lugares Imaginários*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____. O Povoamento Pré-Histórico do Vale do São Francisco [online]. *Cadernos de Arqueologia do Projeto Arqueológico de Xingo (pax)*, Documento 13, 1998. Disponível na Internet: <http://max.org.br/biblioteca/artigos/caderno_arq_13.pdf>. Acesso em: 4 de novembro de 2007.

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; FLEXOR, Jean-Marie. Informações adicionais fornecidas pelos sambaquis na reconstrução de paleolinhas de praia quaternária: exemplos da costa do Brasil. *Revista de Pré-história*. São Paulo, v.6, p.128-147, 1984. Edição comemorativa do cinqüentenário da Universidade de São Paulo.



MATHIESON, Alistair; WALL, Geoffrey. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. New York: Longman, 1982.

MEADER, Robert E. *Indios do Nordeste: Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística. 1978.

MELATTI, Julio Cezar. Krahô. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil* [online]. 1999. Disponível na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/kraho/kraho.shtm>. Acesso em: 4 de abril de 2007.

_____. *Índios da América do Sul: Áreas etnográficas. Página do Melatti* [online]. 2002. Disponível na Internet: <http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias.htm>. Acesso em: 7 de outubro de 2006.

MELHORAMENTOS, Departamento Editorial das Edições (org.). *Nôvo Dicionário de História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.

MELTZER, David. Why don't we know when the first people came to North America? *American Antiquity*, v.54, p.471-490, 1989.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n.20, p.33-36, 1984.

MERÊA, Paulo. A solução tradicional da colonização do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto; GAMEIRO, Roque (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v.3, 1924. p.165-188.

MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, Paris, 29, p.1-45, 1927.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Arqueoistoriografia e identidade no contexto das pesquisas arqueológicas em sambaquis [online]. *Revista Virtual Ângulo*, Tomar, v.2, 2003. Disponível na Internet: <http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/01-02/sambaquis.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2007.

MOHRIAK, Webster Ueipass. Interpretação geológica e geofísica da Bacia do Espírito Santo e da região de Abrolhos: petrografia, datação radiométrica e visualização sísmica das rochas vulcânicas. *Boletim de Geociências da Petrobras*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 143-147, novembro de 2005 / maio de 2006.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.475-498.

MORALES, Walter Fagundes. *Os sambaquis do Sul da Bahia: Um estudo sobre o uso e organização espacial inter e intra-sítio no baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba: Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia*. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006. (Projeto de pesquisa).



MOTTA, Letícia de Barros. *A tralha doméstica e o processo de urbanização de Porto Seguro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. (Dissertação, Pós-graduação da área interdisciplinar de Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

MOURA, R.T. *Pesquisa Biológica – Mamíferos: Relatório Técnico Preliminar: Subprojeto: Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento*. Ilhéus: Ministério do Meio Ambiente/PROBIO, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 2002. (Relatório técnico).

NAPAS/UFBA (Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal da Bahia). *Projeto de mapeamento de sítios arqueológicos no Litoral Sul e Recôncavo Baiano: Volume 1: apresentação do projeto, atividades em Porto Seguro: Julho – Dezembro de 1998*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 1998. (Relatório técnico).

_____. *Levantamento e resgate arqueológico na parte alta da Cidade Histórica de Santa Cruz Cabrália – Bahia: relatório técnico de atividades: Setembro de 1999 a Fevereiro de 2000*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2000a. (Relatório técnico).

_____. *Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano (MAS): âmbito institucional do projeto, atividades desenvolvidas em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália: janeiro a dezembro de 1999*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, v.1, 2000b. (Relatório técnico).

_____. *Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano (MAS): resultados e hipóteses do trabalho, a continuidade do MAS, inventário do acervo: janeiro a junho de 2000*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2000c. (Relatório técnico).

_____. *Salvamento arqueológico para liberação de área no sítio Cidade Histórica de Porto Seguro – Bahia: relatório técnico de atividades: Setembro de 1999 a Fevereiro de 2000*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2000d. (Relatório técnico).

_____. *Parecer técnico nº. 05/01. Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Assunto: Depredação do sítio arqueológico Outeiro da Glória,*



Porto Seguro/BA. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2001. (Relatório técnico).

_____. *Evidenciação e consolidação das ruínas do Colégio Jesuítico: Porto Seguro – BA: relatório técnico de atividades: Fevereiro a Agosto de 2001*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2002a. (Relatório técnico).

_____. *Pesquisa Arqueológica no sítio Outeiro da Glória: Porto Seguro – BA: relatório técnico de atividades: Novembro de 1999 à Março de 2000*. Porto Seguro: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Departamento de Antropologia, 2 volumes, 2002b. (Relatório técnico).

NAVARRO, João de Azpilcueta *et al. Cartas Avulsas: 1550-1568*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Cartas Jesuíticas; v.2) (Coleção Reconquista do Brasil; 2ª série; v.148), 1988.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.171-192.

NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p.377-379.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os mitos. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n.21, p.69-111, 1986.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Cartas Jesuíticas; v.1) (Coleção Reconquista do Brasil; 2ª série; v.147), 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: PUC/SP*, São Paulo, n.10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

OTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teofilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, Regina Horta (org.). *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.39-94.

PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.413-430.



_____. Krenak. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil* [online]. 1998. Disponível na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/krenak/krenak.shtm>. Acesso em: 4 de abril de 2007.

PEARCE, Douglas. *Tourism Today: A Geographical Analysis*. New York: Longman, 1987.

_____. *Tourist Development*. New York: Longman, 1989.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.1, p.85-89, 1876.

PEPPELENBOSCH, Pim; TEMPELMAN, Gertjan. The Pros and Cons of International Tourism to the Third World in: SINGH, Tej Vir (ed.). *Towards Appropriate Tourism: The Case of Developing Countries*. Frankfurt am Main, Germany: Peter Lang. 1989

PERRONE-MOISÉS, Beatrix. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.115-132.

PIMENTA, B.V.S. e SILVANO, D.L. *Pesquisa Biológica – Anfíbios: Relatório Técnico Preliminar: Subprojeto: Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento*. Ilhéus: Ministério do Meio Ambiente/PROBIO, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 2002. (Relatório técnico).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

POON, Auliana. *Financing Tourism in the Caribbean: International Trends and Caribbean Perspectives*. Barbados: Caribbean Tourism Organization, 1989.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. *O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Nova biblioteca de ciências sociais), 2006.

RAMINELLI, Ronald. Diretório. In: VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p.186-187.

REBES, Maria Isabel Artigas de. *Antonio Ruiz de Montoya: Testemunha de seu Tempo*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001. (Dissertação, Mestrado em História).

REGT, Jacomina; VALE, Agustin. Growing Pains: Planned Tourism Development in Ixtapa-Zihuatanejo. In: DE KADT, Emanuel. *Tourism: Passport to Development?* Washington, D.C.: The World Bank & Unesco, 1979.

REIS, Léa Maria Araão. *Porto Seguro, Arraial d'Ajuda, Trancoso: Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986.



RENAULT, Victor. *Relatório da Expedição dos Rios Mucury e Todos os Santos* [online]. 2002. Disponível na Internet: <http://virtualbooks.terra.com.br/doc_historicos/doc_historicos_index.htm>. Acesso em: 21 de novembro de 2006.

RIBEIRO, Berta. Perspectivas etnológicas (1957-1988) para arqueólogos. In: MEGGERS, Betty (ed.). *Prehistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas*. Washington, D.C.: Taraxacum, 1995. p.113-142.

RODOVIA. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, n.285, julho-agosto 1970.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Edições Loyola, 1986.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.16, n.95, p.20-26, 1993.

_____. Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupí-Guaraní. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, II, 2000, Florianópolis. *Atas...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. p.1596-1605. (CD-ROM).

_____. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.57, n.2, p.35-38, 2005.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Resource Management in Amazonia before the Conquest: Beyond Ethnographic Projection. In: POSEY, Darrell Addison; BALÉE, William (ed.). *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies, Advances in Economic Botany*. New York: New York Botanical Garden (Advances in economic botany; v. 7), p.30-62, 1989.

_____. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil.* San Diego: Academic Press, 1991.

_____. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.53-86.

_____. Early Pottery in the Amazon: Twenty Years of Scholarly Obscurity. In: BARNETT, William K.; HOOPES, John W. (ed.). *The Emergence of Pottery: Technology and Innovation in Ancient Societies*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1995. p.115-131.

ROOSEVELT, Anna Curtenius; HOUSLEY, R.; SILVEIRA, M.; MARANCA S.; JOHNSON, R. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science*, v.254, n.5038, p.1621-1624, dezembro de 1991.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; Nova Série; v.2), 1979.



RYAN, Chris. *Recreational Tourism: A Social Science Perspective*. New York: Routledge, 1991.

SÁ, Lílian Panachuck de. *Fragmentos da Tradição Arqueológica Tupiguarani (Minas Gerais/Brasil)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Sociais).

SAADI, Allaoua. Neotectônica. In: DOMINGUEZ, José Maria Landim (org.). *Projeto Costa do Descobrimento: Avaliação da Potencialidade Mineral e de Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos Municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado*. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2000. p.60-71. (Relatório técnico).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.6), 1974.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.4), 2000.

SALVADOR, Vicente do. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1889.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó do Monte Pascoal. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XXII, 2000, Brasília. *Anais*... Brasília: 2000.

SAMPAIO, Antonio Rabêlo (org.). *Projeto Extremo Sul da Bahia: Estado da Bahia*. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2002. (Relatório técnico).

SANTOS, Márcio. *As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SCHANFIELD, Moses. Immunoglobulin Allotypes (GM and KM) Indicate Multiple Founding Populations of Native Americans: Evidence of at Least Four Migrations to the New World. *Human Biology*, v.64, n.3, p.381-402, junho de 1992.

SCHEEL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOLOWSKI, V.; PETRONILHO, C.C.; BOYADJIAN, C.H.; BLASIS, P.A.D.; BARBOSA-GUIMARÃES, M.; GASPAR, M.D. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Belém, v.16, p.109-137, 2003.

SCHMIDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata (1534-1554)*. Buenos Aires: Cabaut y cía., 1903.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Como viviam os primeiros brasileiros. *Ciência Hoje: Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Rio de Janeiro, v.36, n.211, p.77-80, dezembro de 2004.



_____. *Arqueologia do Estado do Mato Grosso do Sul: Conferência apresentada na Abertura da Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Campo Grande, setembro de 2005* [online]. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2005. Disponível na Internet: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/schmitz/palestra_abertura.pdf>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2008.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SECCHIN, Carlos. 1986. *Abrolhos, Parque Nacional Marinho*. Rio de Janeiro: Cor/Ação Editora, 1991.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.

_____. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Salvador: SEI, 2003.

SERPA, Paulo. Bororo. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil* [online]. 2001. Disponível na Internet: <http://socioambiental.org/pib/epi/bororo/bororo.shtm>. Acesso em: 4 de abril de 2007.

SILVA, Cristiana de Cerqueira. *Herança geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no Litoral Norte do Estado da Bahia: o exemplo do sambaqui Ilha das Ostras*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. (Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências).

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira; AMARAL, Braz do. *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1919.

SILVEIRA, Maura Imazio da; SCHAAN, Denise Pahl. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Belém, v.18, p.67-79, 2005.

SIMÕES, Cintia Bendazzoli. *O processo de formação dos sambaquis: uma leitura estratigráfica do sítio Jabuticabeira II, SC*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. (Dissertação, Mestrado em Arqueologia).

SMITH, Herbert Huntingdon. *Brazil: the Amazons and the coast*. New York: Charles Scribner's Sons, 1879.

SMITHSONIAN (Smithsonian Institution's National Museum of Natural History). *Human Origins Program* [online]. 2004. Disponível na Internet: <http://www.mnh.si.edu/anthro/humanorigins>. Acesso em: 23 de setembro de 2006.

SOBREIRA, Jorge Fiori Fernandes; FRANÇA, Rosilene Lamounier. Um modelo tectono-magmático para a região do Complexo Vulcânico de Abrolhos. *Boletim de Geociências da Petrobras*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 143-147, novembro de 2005 / maio de 2006.



SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.221), 2001.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Gráfica Editora Michalany Limitada, 1956.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v.46-47-48), 1981.

STADEN, Hans. *Warhaftig Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden / Nacketen / Grimmigen Menschfresser Leuthen / in der Newenwelt America gelegen / vor und nach Christi geburt im Land zu Hessen unbekant / biss vff dise ij. / nechjt vergangene jar / Da sie Hans Staden von Homberg auss Hessen durch sein eygne erfarung erkant / vnd yetzo durch den truck an tag gibr*. Marpurgo: Andres Colben, 1557.

_____. *Viagem ao Brasil: Versão do texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Löfgren*. Rio de Janeiro: Academia Brazileira (Biblioteca de Cultura Nacional; II – História, v.2), 1930.

STC-BA (Secretaria de Turismo e Cultura da Bahia). *Roteiro ecoturístico da Costa do Descobrimento*. Salvador: Secretaria de Turismo e Cultura da Bahia, 2001.

STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas: Uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

SUGUIO, Kenitiro. Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável: as regiões litorâneas. *Revista do Instituto de Geociências da USP*, São Paulo, v.1, p.1-40, 2003.

TEIXEIRA, João Batista Guimarães. Aspectos Históricos e Geológicos da Mineração na Bahia. *Cadernos de Análise Regional da UNIFACS*, Salvador, ano IV, n.6, agosto de 2001.

TEIXEIRA, Raquel Figueiredo Alessandri. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.291-311.

TERRAVISTA (Terravista Empreendimentos S.A.). *Arqueologia Terravista* [online]. 2007a. Disponível na Internet: <http://www.terravistabrasil.com.br/historia_arqueologia.asp>. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

_____. *Terravista Golf Course* [online]. 2007b. Disponível na Internet: <http://www.terravistagolf.com.br/home.asp>. Acesso em: 13 de agosto de 2007.



TESSLER, Moysés Gonsalez; GOYA, Samara Cazzoli y. Processos Costeiros Condicionantes do Litoral Brasileiro. *Revista do Departamento de Geografia: Universidade de São Paulo*, São Paulo, n.17, 11-23, 2005.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; v.45), 1978.

TIMMERS, Jean-François. *Propostas Consolidadas de Ampliação e Criação de Unidades de Conservação no Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia: Projeto (FAO) GCP/BRA/061/WBK: Contrato nº. 2005/384: Produto Final 1/2*. s/l: Equipe Técnico-científica para ampliação da Rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia, novembro de 2006. (Relatório técnico).

TIMMERS, Jean-François; MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo; PINTO, Luiz Paulo de Souza. *Ampliação da Rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Sul e Extremo Sul da Bahia*. s/l: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, Flora Brasil, Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, junho de 2002. (Relatório técnico).

TOFANI, Frederico de Paula. *The Challenges of Sustainable Development in Coastal Settings under the Impact of Tourism: The Case of Porto Seguro in Southern Bahia, Brazil*. Halifax: Technical University of Nova Scotia, 1997. (Dissertação de mestrado, Master of Urban and Rural Planning).

_____. As Contribuições das Maquetes Digitais para a Preservação e Desenvolvimento Sustentável de Sítios Urbanos Tombados. In: SEMINÁRIO TIRADENTES – CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 2003, Tiradentes. *Anais...* Rio de Janeiro: Rede de Materiais e Estruturas do CNPq e Grupo Casarões do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense, 2003. Anais eletrônicos sem paginação.

_____. Os Desafios do Desenvolvimento Turístico Sustentável em Comunidades Tradicionais Frágeis. *Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.13-25, janeiro-junho de 2004.

_____. “Sertão: é Dentro da Gente”: Um Breve Ensaio sobre o Olhar, o Deserto e a Geografia. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, ano 8, n.13, p.175-195, julho de 2005.

_____. *Centro de Memória e Patrimônio Cultural da UFMG: Projeto de Criação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Relatório técnico).

TOFANI, Frederico de Paula; BOAVENTURA, Cássia Maria Silva; GERTZE, Jurema Mazuhy; MATHERON, Jean Luc. *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália,*



Bahia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. (Coleção com 10 CDs-ROM).

TOFANI, Frederico de Paula; MORAES, Fernanda Borges de; DANGELO, André Guilherme Dornelles. Inventários de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados: A Busca por Preservação, Desenvolvimento e Alteridade. In: SEMINARIO DE ARQUITECTURA LATINOAMERICANA, X, 2003, Montevidéu, Uruguai. *Anais...* Montevidéu: Facultad de Arquitectura de Montevideo, 2003a. 13 p. Anais eletrônicos sem paginação.

TOFANI, Frederico de Paula (Coord.); MORAES, Fernanda Borges de; STARLING, Heloísa Maria Murgel; ANASTASIA, Carla Maria Junho; DUTRA, Eliana Regina de Freitas; ANDRADE, Viviane Corrado de; DIAS, Alexandre Borim Codo; DIAS, Paola de Macedo Gomes; NAHAS, Denise Brito; PEREIRA, Joseana Costa; PEREIRA, Patrícia Soares. *Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados nas Cidades de Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003b. (Coleção com 3 CDs-ROM).

TORÍBIO, Medina. *Los Viajes de Diogo Garcia de Moguer al Rio de La Plata: estudio histórico*. Santiago: Elzeviniana, 1908.

TQY (Tecnoquality Serviço e Comércio Ltda.). *Porto Seguro: Brasil do Descobrimento*. São Paulo: Tecnoquality Serviço e Comércio Ltda., 1994. (CD-ROM).

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1866.

_____. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais (Coleção Mineiriana; Série Clássicos), 2 volumes, 2006.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization). *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris: UNESCO, 1972.

_____. *World Heritage Nomination – IUCN Technical Evaluation: Brazilian Discovery Coast (Brazil)*. s/l: UNESCO, 1999. (Relatório técnico).

_____. *World Heritage List* [online]. 2008. Disponível na Internet: <http://whc.unesco.org>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.87-102.

VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.



VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *Historia geral do Brazil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 2 volumes, 1854-1857.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VIDAL, Lux Boelitz. A aldeia Kayapó. In: SILVA, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.386-387.

WALLACE, Douglas C.; TORRONI, Antonio. American Indian Prehistory as written in the Mitochondrial DNA: A Review. *Human Biology*, v.64, n.3, p.403-416, junho de 1992.

WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander Philipp von. *Travels in Brazil*. London: Henry Colburn & Co., 1820.

_____. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil; 2ª série; v.156), 1989.

WÍLLEKE, Venâncio. A primeira ordem se estabelece no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.24, p.19-42, 1973.

WILLIAMS, Allan; SHAW, Gareth. *Critical Issues in Tourism: A Geographical Perspective*. Oxford: Blackwell, 1994.

WRIGHT, Herbert. Environmental Conditions for Paleoindian Immigration. In: DILLEHAY, Tom D.; MELTZER, David J. (ed.). *The First Americans: Search and Research*. Boca Raton: CRC Press, p.113-135, 1991.

WTO (World Tourism Organization). *WTO 1995-96 Press Releases*. Madri: WTO, 1996.



Fontes dos ícones demarcadores das partes deste estudo:

Sumário, *Listas*, *Resumo*, *Abstract*: edição de fotografia do autor, em 1999.
Introdução: edição de fotografia do autor, em 1999.
Cultura, espaço e memória: a produção e reprodução do real: ícone em IPHAN (2006).
Os primórdios da presença humana na América: edição de fotografia em Martin (1997).
As dimensões naturais do Extremo Sul da Bahia: edição de fotografia de Marjorie Salu, em 2008.
O ingresso humano no Extremo Sul da Bahia: edição de fotografia em Martin (1997).
A cultura sambaquieira: edição de fotografia de autor desconhecido, s/d.
A cultura Aratu: edição de fotografia em Terravista (2007a).
A cultura Tupiguarani: edição de gravura em Staden (1557).
A cultura portuguesa: edição de fotografia de Rui Faquini, em 1998.
À maneira de uma conclusão: edição de fotografia de Adriano Ferraz Pellicciari em TQY (1994) e, na última página, gravura em Tschudi (1866).
Referências bibliográficas: edição de fotografia do autor, em 1995.

